



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

EDER AUGUSTO GURSKI

**LUTA POR TERRA NO PARANÁ: O CASO DA TERRA INDÍGENA RIO DAS
COBRAS (1940-1978)**

FLORIANÓPOLIS

2022

Eder Augusto Gurski

**LUTA POR TERRA NO PARANÁ: O CASO DA TERRA INDÍGENA RIO DAS
COBRAS (1940-1978)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Vulfe Nötzold-UFSC
Coorientador: Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes - UFPR

Florianópolis
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gurski, Eder Augusto

Luta por terra no Paraná : o caso da Terra Indígena Rio das Cobras (1940-1978) / Eder Augusto Gurski ; orientadora, Ana Lúcia Vulfe Nötzold, coorientador, Ricardo Cid Fernandes, 2022.

422 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. Política Indigenista, Retomada, Rio das Cobras. I. Nötzold, Ana Lúcia Vulfe. II. Fernandes, Ricardo Cid. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Eder Augusto Gurski

Título: LUTA POR TERRA NO PARANÁ: O CASO DA TERRA INDÍGENA RIO
DAS COBRAS (1940-1978)

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Éder da Silva Novak

Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD

Prof. Dr. Cristiano Augusto Durat

Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS

Prof. Dr. Sandor Fernando Bringmann

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de doutor em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profª. Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold
Orientadora

Prof. Dr. Ricardo Cid Fernandes
Coorientador

Florianópolis, 2022

AGRADECIMENTOS

Essa tese é antes que tudo um produto de encontros. O doutoramento foi um dos processos mais transformadores pelos quais passei, com tristezas e felicidade que jamais vou esquecer. Cada uma delas foi fundamental para a minha construção pessoal.

As condições que nos levam a fazer uma pesquisa são muitas, mas sempre há elementos mais determinantes que outros. Motivações que por vezes soam discretas, quase insignificantes, mas dada a devida atenção evidenciam as escolhas e recortes que perfazem o trabalho final da pesquisa acadêmica. É evidente que a materialização de uma tese nunca é apenas o que está no papel, é em sua grande maioria, um constructo lapidado por anos e atravessado por diversos acontecimentos pessoais e profissionais. É preciso agradecer às pessoas que fizeram parte dessa caminhada, pois ela nunca seria possível sozinha.

Primeiramente agradeço aos meus pais Geraldo e Roseli por acreditarem em mim, por acreditarem na educação e por sempre estar ao meu lado em todas as dificuldades. Ao meu irmão Savio Adriel por ser meu amigo e dividir risadas e lágrimas, às vezes varando a madrugada.

Agradeço também à Bia Silva, companheira de vida, pelas conversas de perder de vista, por aguentar as confabulações narrativas em todos os cômodos da casa, por ser a consultora principal de parágrafos mal escritos. Obrigado pelas horas de empolgação e de desânimo. Obrigado por ter me feito seguir firme e por partilhar a vida comigo.

Agradeço as pessoas em Rio das Cobras, que para além da pesquisa estabeleci amizades que levarei para o resto da vida. Os conhecimentos e ensinamentos Guarani e Kaingang transformaram meu modo de ver a vida. Agradeço em especial aos amigos Eliezer, Josiane, Ailton, Indiomar, Jana, Seu Natalício, Florêncio, Danusa e Varcílio. Também agradeço ao Xamoi José Alves, que me recebeu e confiou no meu trabalho. Agradeço grandemente ao Seu Miro, liderança Kaingang que tive a honra de estabelecer um laço de amizade e escrever um pouco sobre sua história de luta. Meus agradecimentos também ao cacique Ângelo Ruffino que sempre acompanhou meus passos e confiou em meu trabalho. Agradeço a família de Seu Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima, liderança fundamental para a retirada dos invasores de Rio das Cobras. Infelizmente, não pude conhecer Valdomiro Karáí Tupã. Contudo, mesmo já não estando mais entre nós, pude conhecer um pouco de sua história de luta e escrever parte de suas vitórias.

Agradeço aos amigos Clayton, Larissa, Carla, Emílio, Cleo Rosa, Gatti, Júnior, Antônio, Tais, Megi, Gerson, Marta e Renata. Em especial para a minha amiga amada Bruna Machado. Ao meu tio padrinho Carlinho.

Aos colegas de LABHIN Adriana, Walderis, Kerolayne, Roseline, Nathan, Jéssica e Ricardo, que acompanharam o processo de pesquisa e escrita. Além disso, suas leituras e apontamentos enriqueceram muito o texto da tese. Agradeço também ao Victor, secretário do PPGH e amigo, que sempre esteve à disposição para tirar dúvidas e ajudar durante todo o processo.

Meus agradecimentos ao professor Marcos Gehrke que possibilitou meu contato com o curso de pedagogia indígena da UNICENTRO, na Terra Indígena Rio das Cobras.

Agradeço de coração à Juracilda Veiga, Wilmar da Rocha D'Angelis, Egydio Schwaden e Egon Dionísio Heck pela gentileza de prestarem as entrevistas para a tese. A história da luta em favor da causa indígena desenvolvida por essas pessoas é de extrema importância. Agradeço também à Marline que possibilitou o acesso aos arquivos do CIMI em Brasília-DF e em Luziânia-GO, serei sempre grato pelo que fizeste por mim.

Aos membros da banca, o professor Dr. Clovis Antonio Brighenti pelas considerações e apontamentos feitos durante a qualificação. Ao professor Dr. Cristiano Durat, que acompanhou as dificuldades da pesquisa desde o início. Agradeço pelos seus apontamentos na qualificação e pela participação na banca de defesa. Agradeço também aos professores Dr. Sandor Fernando Bringmann e Dr. Éder da Silva Novak pelas contribuições na banca de defesa. À professora Dra. Juliana Salles Machado pelas contribuições no processo de doutorado e por participar da banca de defesa.

Agradeço à minha orientadora Dra. Ana Lúcia Vulfe Nötzold, por ter confiado no meu trabalho. Nunca esquecerei nossas conversas e suas palavras.

Agradeço ao meu coorientador Dr. Ricardo Cid Fernandes. Sempre esteve à disposição para ler e orientar os melhores caminhos da pesquisa. Além disso, em muitos momentos foi um parceiro de desabafo, passando confiança e segurança nos momentos difíceis de construção da tese.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná – UFPR, instituição da qual meu coorientador faz parte. Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que se tornou minha segunda casa. Ao Programa de Pós-graduação em História Global. E, por fim, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro.

Perdão se quando quero
contar minha vida
É terra o que conto.
Esta é a terra.
Cresce em teu sangue
e cresces.
Se se apaga em teu sangue
te apagas. (NERUDA, 1978, p. 19)

RESUMO

A presente tese analisa o caso de invasão e retomada da Terra Indígena Rio das Cobras no Estado do Paraná. O recorte temporal se estabelece principalmente entre os anos 1940 e 1978. No ano de 1942 foi instalado um Posto do Serviço de Proteção aos Índios em Rio das Cobras. É fundamentalmente depois da instalação do poder do Estado através do órgão indigenista que as invasões de terra se intensificaram. Alguns dos seus funcionários foram acusados de torturas e violências contra os Kaingang e Guarani. Após os anos 1950, devido ao Acordo Lupion, as invasões tiveram um rápido crescimento. O Estado não tomou providências com relação às reivindicações feitas pelas lideranças indígenas e, mesmo depois da extinção do SPI e a criação da FUNAI, as invasões continuaram ocorrendo. Ao final dos anos 1977 eram mais de dois mil intrusos tomando mais de noventa por cento da área indígena. Diante de tantos descasos, os povos indígenas conseguiram resistir e articular um movimento de retirada dos invasores. A retomada ocorreu entre o final dos anos de 1977 e o início de 1978, marcando a primeira de muitas outras pelos estados do Sul do país. A liderança Kaingang Argemiro Fernandes e a liderança Guarani Valdomiro Pires de Lima tiveram papel central na luta pela terra, organizando o movimento. A luta contou com a participação de indígenas de outras Terras Indígenas e de não indígenas, principalmente de integrantes do Conselho Indigenista Missionário, formando uma rede de apoiadores. Os missionários do CIMI foram perseguidos pela ditadura militar acusados de serem os articuladores dos atritos em Rio das Cobras e das organizações de lideranças indígenas no Brasil. A análise privilegia o protagonismo indígena nas articulações por suas demandas. Utiliza-se como fontes: a imprensa na forma de jornais; fontes orais de pessoas indígenas e não indígenas; documentos oficiais do governo como relatórios dos funcionários do SPI em Rio das Cobras; documentos produzidos pelo Serviço Nacional de Informações; documentos produzidos pelo Conselho Indigenista Missionário como boletins de circulação interna e cartas.

Palavras-chaves: Rio das Cobras; Retomada; CIMI; Política Indigenista; Ditadura Militar.

ABSTRACT

The present thesis analyzes the invasion and retaking of the Rio das Cobras Indigenous Land in the State of Paraná. The time frame is established mainly between the years 1940 and 1978. In 1942, a post of the Indian Protection Service was installed in Rio das Cobras. It is fundamentally after the installation of the power of the State through the indigenist agency that the land invasions will intensify. Some of its employees were accused of torture and violence against the Kaingang and Guarani. After the 1950s, due to the Lupion Agreement, the invasions grew rapidly. The state did not take action on the claims made by the indigenous leaders and, even after the extinction of the SPI and the creation of FUNAI, the invasions continued to occur. By the end of 1977 there were more than two thousand intruders taking over ninety percent of the indigenous area. In the face of such neglect, the indigenous people managed to resist and articulate a movement to remove the invaders. The retaking occurred between the end of 1977 and the beginning of 1978, marking the first of many others in the southern states of the country. Kaingang leader Argemiro Fernandes and Guarani leader Valdomiro Pires de Lima played a central role in the land struggle by organizing the movement. The struggle counted on the participation of indigenous people from other Indigenous Lands and non-indigenous people, mainly members of the Indigenous Missionary Council, forming a network of supporters. The missionaries of the CIMI were persecuted by the military dictatorship, accused of being the articulators of the friction in Rio das Cobras and of the organizations of indigenous leaders in Brazil. The analysis privileges the indigenous protagonism in the articulation of their demands. Sources used are: the press in the form of newspapers; oral sources of indigenous and non-indigenous people; official government documents such as reports of SPI officials in Rio das Cobras; documents produced by the National Information Service; documents produced by the Indigenous Missionary Council such as internal circulation bulletins and letters.

Keywords: Rio das Cobras; Recapture; CIMI; Indigenist Policy; Military Dictatorship.

RESUMEN

La presente tesis analiza la invasión y retoma de la Tierra Indígena del Río das Cobras en el Estado de Paraná. El marco temporal se establece principalmente entre los años 1940 y 1978. En 1942, se instaló un puesto del Servicio de Protección de los Indios en Rio das Cobras. Es fundamentalmente a partir de la instalación del poder estatal a través de la agencia indigenista que se intensifican las invasiones de tierras. Algunos de sus empleados fueron acusados de tortura y violencia contra los kaingang y los guaraníes. Después de la década de 1950, debido al Acuerdo de Lupión, las invasiones crecieron rápidamente. El Estado no tomó ninguna medida con respecto a los reclamos de los líderes indígenas y, aún después de la extinción del SPI y la creación de la FUNAI, las invasiones siguieron ocurriendo. A finales de 1977, había más de dos mil intrusos que ocupaban el noventa por ciento de la superficie indígena. Ante tal abandono, los indígenas lograron resistir y organizaron un movimiento para expulsar a los invasores. La retoma tuvo lugar entre finales de 1977 y principios de 1978, siendo la primera de muchas otras en los estados del sur del país. El líder kaingang Argemiro Fernandes y el líder guaraní Valdomiro Pires de Lima desempeñaron un papel fundamental en la lucha por la tierra al organizar el movimiento. La lucha contó con la participación de indígenas de otras Tierras Indígena y de no indígena, principalmente miembros del Consejo Indígena Misionero, formando una red de apoyo. Los misioneros del CIMI fueron perseguidos por la dictadura militar, acusados de ser los organizadores de la fricción en Rio das Cobras y de las organizaciones de líderes indígenas en Brasil. El análisis privilegia el protagonismo indígena en la articulación de sus demandas. Las fuentes utilizadas son: la prensa en forma de periódicos; fuentes orales de indígenas y no indígena; documentos oficiales del gobierno como los informes de los funcionarios del SPI en Rio das Cobras; documentos producidos por el Servicio Nacional de Información; documentos producidos por el Consejo Indígena Misionero como boletines de circulación interna y cartas.

Palabras clave: Rio das Cobras; Recaptura; CIMI; Política Indígena; Dictadura Militar.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa da Terra Indígena Rio das Cobras e seus Limites Atuais.....	20
Mapa 02 – Mapa Continental Guarani: Localização dos <i>Tekoa</i>	63
Mapa 03 – Mapa Histórico das Migrações Guarani.....	74
Mapa 04 – Mapa da localização Mbyá em Rio das Cobras segundo informações de Nimuendaju.....	78
Mapa 05 – Mapa Continental Guarani: Representação do Território Contínuo.....	84
Mapa 06 – Mapa da localização das Terras Indígenas Kaingang no bioma Mata Atlântica e no contexto da Floresta de Araucária.....	90
Mapa 07 – Mapa das rotas de expansão dos Jê no Sul do Brasil.....	91
Mapa 08 – Mapa dos sítios arqueológicos próximos a Rio das Cobras e Boa Vista.....	95
Mapa 09 – Localização dos territórios Kaingang.....	109
Mapa 10 – Mapa dos caminhos da Vila de Guarapuava ao Ghagú-1958.....	121
Mapa 11 – Mapa da delimitação em 1913.....	142
Mapa 12 – Representação da delimitação de terra de 1913.....	144
Mapa 13 – Redução das terras entre os Rios Bormann e Guarani.....	146
Mapa 14 – Localização do Mato Queimado.....	167
Mapa 15 – Limites Propostos pelo Acordo Lupion 1949.....	177
Mapa 16 – Mapa dos Principais Pontos de Retomada.....	329
Mapa 17 – Homologação dos limites de Rio das Cobras.....	370

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Fotografia dos primeiros alunos em Rio das Cobras.....	134
Figura 02 – Imagem do Posto Indígena e da Escola.....	150
Figura 03 – Capa da Primeira Edição do Informativo Luta Indígena.....	250
Figura 04 – Edição nº 5 com destaque para o caso de luta pela terra em Rio das Cobras.....	253
Figura 05 – Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações.....	263
Figura 06 – Foto das lideranças Mbyá em Curitiba.....	282
Figura 07 – Foto da volta das lideranças para denunciar a perseguição e invasão de suas terras.....	285
Figura 08 – Carta de padre Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck.....	289
Figura 09 – Carta de Padre Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck.....	293
Figura 10 – Foto de Seu Miro portando um Arco e Flecha.....	326
Figura 11 – Matéria publicada na Revista O Cruzeiro.....	335
Figura 12 – Foto de Jerônimo da Silva com o delegado Regional da FUNAI.....	341
Figura 13 – Foto de Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima e Família.....	351
Figura 14 – Foto da Retirada dos Posseiros.....	360

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Famílias residentes nos Campos das Laranjeiras (1853)	113
Tabela 02 – Famílias residentes no 8º Quarteirão do Cavernoso e Laranjeiras (1863)	115
Tabela 03 – Encarregados do SPI em Rio das Cobras.....	139
Tabela 04 – Pessoas que foram registradas na localidade do Mato Queimado.....	163
Tabela 05 – Recortes de terras indígenas proposto pelo Acordo Lupion.....	176
Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras.....	217

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ANAI	Associação Nacional de Apoio ao Índio
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
CEOM	Centro de Memória do Oeste Catarinense
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
DAF	Departamento de Assuntos Fundiários
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DGPI	Departamento Geral de Patrimônio Indígena
DOU	Diário Oficial da União
DR	Delegacia Regional
DSI	Departamento de Segurança e Informação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABHIN	Laboratório de História Indígena
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MINTER	Ministério do Interior
MIRAD	Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
OPAN	Operação Anchieta/Operação Amazônia Nativa
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PI	Posto Indígena
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PT	Partido dos Trabalhadores

SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
TI	Terra Indígena
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNI	União das Nações Indígenas
SNI	Serviço Nacional de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Pública

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1.0 TRANSITANDO ENTRE TERRITÓRIOS: O DIREITO À TERRA, O USO DO TERRITÓRIO E AS PRIMEIRAS RESISTÊNCIAS.....	38
1.1 ENTRE OS MARCOS DE CONCRETO: O DIREITO TERRITORIAL E A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS.....	38
1.2 REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO, RESISTÊNCIA E LUTA	50
1.3 NOS CAMINHOS DO TERRITÓRIO GUARANI.....	62
1.3.1 Através das produções bibliográficas	75
1.4 QUESTÕES DE TERRITORIALIDADE: PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DOS <i>JURUA</i>	83
1.5 A EXPANSÃO E PRESENÇA KAINGANG NO SUL DO BRASIL	89
1.5.1 Elementos sociais e territoriais do povo Kaingang.....	96
1.6 A PRESENÇA E RESISTÊNCIA KAINGANG NOS CAMPOS DO CHAGÚ E LARANJEIRAS.....	105
2.0 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS EM RIO DAS COBRAS: DO CONTROLE À INVASÃO DA TERRA.....	125
2.1 A POLÍTICA INDIGENISTA E OS PLANOS INTEGRACIONISTAS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS.....	126
2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER DO ESTADO: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E A CRIAÇÃO DO POSTO INDÍGENA EM RIO DAS COBRAS....	139
2.3 TERRAS EM DISPUTAS: OS PRIMEIROS RELATOS DOS ENCARREGADOS DO SPI FRENTE A INVASÃO DA TERRA DE RIO DAS COBRAS.....	151
2.3.1 As terras Guarani no Mato-Queimado.....	160
2.3.2 Que tenham paciência: A breve passagem de Vidalvino Lourenço de Souza e Flávio Toczek.....	171
2.4 O ÍNDIO REPRESENTA O TRISTE PAPEL DE MARISCO NA LUTA ENTRE O MAR E O ROCHEDO: O ACORDO LUPION E A INTENSIFICAÇÃO DAS INVASÕES NAS TERRAS DE RIO DAS COBRAS	175
2.5 ENTRE GRILAGENS E INVASÕES: A ADMINISTRAÇÃO DE RAUL DE SOUZA BUENO.....	179
2.6 CONTROLE E PUNIÇÃO: O RELATÓRIO FIGUEIREDO E AS VIOLÊNCIAS SOBRE A VIDA HUMANA.....	187

2.6.1	Das acusações e depoimentos.....	189
2.6.2	O controle do espaço: os trabalhos para o Posto	192
2.6.2	Valdomiro Pires de Lima “Um índio fazedor de Confusão”: A punição àqueles que desobedeciam	197
3.0	EM TEMPOS DE DITADURA: O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO E A TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS	208
3.1	A MALHA REPRESSIVA: A DITADURA MILITAR E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES.....	210
3.2	AS INVASÕES DE TERRA EM RIO DAS COBRAS SOB AS INVESTIGAÇÕES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES.....	213
3.3	O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO: POSICIONAMENTOS E PRÁTICAS INDIGENISTAS	226
3.4	O CIMI REGIONAL SUL	232
3.4.1	“Como diz o ditado, né? Uma andorinha só não faz verão sozinha”: As Primeiras Assembleias no Sul	235
3.4.2	Armas de Combate: O Boletim Luta Indígena como instrumento de luta, organização e comunicação	245
3.5	NA MIRA DA ESPIONAGEM E DA REPRESSÃO: A PERSEGUIÇÃO AOS MISSIONÁRIOS ACUSADOS DE ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO DE RIO DAS COBRAS.....	254
3.6	PALAVRAS DE LUTA: VALDOMIRO PIRES DE LIMA E A ARTICULAÇÃO COM O CIMI-SUL	271
3.6.1	Corre a voz de que o diabo que não deixa fazer bons negócios, é o Padre Chico: As correspondências como formas de articulação.....	287
4.0	ENTRE CORAÇÕES, FLECHAS E ARMAS DE FOGO: A RETOMADA DA TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	309
4.1	RESISTÊNCIA, PLANEJAMENTO E LUTA: A ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS PARA O MOVIMENTO DE RETOMADA.....	310
4.2	CONVERSAS E ORGANIZAÇÃO: UM MOVIMENTO PENSADO POR ARGEMIRO FERNANDES E VALDOMIRO PIRES DE LIMA	320
4.2.1	Ações e práticas contra a invasão.....	325
4.3	SÓ FALTOU O VELHO JOHN WAYNE: A AÇÃO INDÍGENA PARA RETOMADA E A REPERCUSSÃO NA IMPRENSA	333

4.4	“ELES NÃO ME EMBOLAM, PORQUE EU SAIO POR BAIXO”: A REPRESENTATIVIDADE DE VALDOMIRO KARÁI TUPÃ PIRES DE LIMA....	346
4.5	SOB OS OLHOS VIGILANTES DE ISMARTH: A OPERAÇÃO LARANJEIRAS E A RETIRADA DOS POSSEIROS	354
4.6	AS OUTRAS RETOMADAS DE TERRAS NO SUL DO BRASIL	371
4.7	O CONSELHO INDÍGENA DE GUARAPUAVA E A CONSTITUINTE DE 1987	376
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	387
	REFERÊNCIAS	400
	FONTES	411

INTRODUÇÃO

Essa tese é fruto de questionamentos, análises e experiências de muitos anos. Por ser filho de pequenos agricultores, a terra sempre significou mais que apenas um elemento físico para mim. Foi com meu avô, Guilherme Gurski, um dos pioneiros do plantio orgânico em Rio Azul-PR, que aprendi o valor simbólico que ela carrega, seus lugares de afetividade e o respeito com o que se planta. Por conta disso, minha formação e construção como pessoa sempre esteve ligada à terra.

Fui muito influenciado pela profissão de minha mãe, Roseli Surmacz, que além de pequena agricultora é professora de séries iniciais em escolas do campo. Quando ingressei na graduação em História procurava me graduar e tornar-se professor no interior do Estado do Paraná. Contudo, meu caminho na vida universitária só estava começando. Deixei o trabalho no campo quando consegui uma bolsa de estudos no mestrado e acabei chegando ao doutorado em História utilizando o ensino público.

Em minha trajetória, já durante a graduação, as problemáticas envolvendo as disputas de terra prendiam minha atenção e as lacunas historiográficas me faziam pensar em coisas que não havia em meu cotidiano no campo. Foi aí que entrei em contato com as questões indígenas, por volta do ano de 2011. Foi problematizando as disputas territoriais que comecei a mergulhar nos temas relacionados aos povos indígenas.

Depois da graduação, me propus a pensar como as Terras Indígenas são demarcadas, e o que envolve os processos de demarcação das políticas indigenistas brasileiras. Como estudo analisei o processo de demarcação e luta pela Terra Indígena Rio D'Areia em Inácio Martins-PR. Mesmo depois do término da pesquisa, no ano de 2015, alguns questionamentos ainda permaneciam latentes, principalmente com relação ao protagonismo indígena e a formação do Movimento Indígena no Brasil, que figurou como um dos principais pontos de representatividade na política brasileira. Indo além, existiam muitas lacunas historiográficas com relação às retomadas de terras indígenas, e o protagonismo indígena na retirada dos posseiros.

Essas incongruências me levaram ao doutorado, buscando compreender ainda mais as relações de luta por terra e as demandas dos povos indígenas. O recorte espacial escolhido foi a Terra Indígena Rio das Cobras, localizada no sentido oeste do Estado do Paraná. No mapa está a localização da Terra Indígena e seus limites atuais conforme dados da FUNAI.

O povo Guarani, por sua vez, é pertencente ao tronco linguístico Tupi, e é também o maior em contingentes populacionais dentre os povos indígenas no Brasil, com um total de cerca de 67.523 pessoas conforme dados do IBGE 2010. São também divididos entre grupos, os Mbyá, Kaiowá, Ñadeva². Seu território tradicional se estende do litoral do Espírito Santo à países como Paraguai, Bolívia, Uruguai e Argentina³. Com a expansão colonialista através dos séculos a população Guarani foi brutalmente reduzida. Atualmente os territórios Guarani estão recortados por limites municipais, estaduais e nacionais impostos pelo poder do Estado, ficando reduzidos às demarcações das Terras Indígenas, que em muitos casos dividem com o povo Kaingang. Essas condições que perfazem as territorialidades de cada povo e que os reduz em marcos de concreto é o elemento base para os planos de controle e imposição do poder colonial.

Tomando como base o caso específico da Terra Indígena Rio das Cobras trago para discussão o contexto de repressão e controle que fora instituído pelos órgãos indigenistas, e como seus funcionários se mantiveram por anos na administração do Posto Indígena atuando de maneira autoritária, chegando a ser citados no Relatório Figueiredo sob acusações de torturas e trabalho escravo. As terras dos Kaingang e Guarani foram tomadas por intrusos, madeireiros e agricultores pobres que tiveram sua entrada facilitada por um acordo feito entre o Governador do Estado do Paraná e o SPI, conhecido como Acordo Lupion.

Com a entrada de posseiros e madeireiras a população indígena começa a ficar ilhada, chegando ao final de 1970 com cerca de 94% da área totalmente tomada por intrusos. Em meio a esse contexto de repressão destaca-se uma liderança Guarani de nome Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima. Essa liderança, por sua vez, destaca-se como fundamental na luta pela retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, liderando a retirada dos intrusos das suas terras no ano de 1978. Depois da retomada da Terra Indígena Rio das Cobras ocorreu uma onda de retomadas por todos os Estados do Sul.

Para guiar as discussões, compreende-se as práticas de retomada como táticas de luta contra a imposição integracionista e homogeneizadora do Estado, táticas de resistência que se fazem presentes desde os enfrentamentos físicos até as lutas em meio ao campo político das práticas indigenistas.

² GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbya: história e significação**. Porto Alegre: PUCRS, 1997. (Dissertação de Mestrado).

³ GARLET, Ivori José; SOARES, André Luis Ramos. **Cachimbos Mbya-Guarani: aportes etnográficos para uma arqueologia Guarani**. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *Cultura material e arqueologia histórica*. Campinas: Unicamp, 1998. p. 251-74.

Desta forma, a problemática que se coloca em meio às questões envolvendo a Terra Indígena Rio das Cobras tem a ver não com o evento de retomada das terras em si, mas, busca, sobretudo, compreender as nuances e os contextos que levaram aos povos indígenas a retirada dos posseiros. Existe ainda na historiografia paranaense uma lacuna com relação a atuação dos órgãos indigenistas do Estado em Rio das Cobras, as invasões da terra por não indígenas, e a articulação dos povos e apoiadores para realizar o movimento de retirada dos intrusos. É buscando analisar essas questões que me reporto ao contexto de luta por terra no Paraná colocando em evidência o protagonismo dos povos indígenas.

No trabalho historiográfico por muito tempo foi deixada de lado a perspectiva de que os povos indígenas são os protagonistas e que suas versões dos acontecimentos são imprescindíveis para o conhecimento histórico. É apenas depois dos anos 1980 que vemos uma transição dos estudos históricos em direção à antropologia. Decorrente disso, durante a década de 1990, historiadores/antropólogos iniciaram um caminho de construção de historiografias que considerassem não apenas uma mudança nas fontes e formas de abordagem, mas principalmente a mudança de perspectiva de abordagens. Nessa direção, intelectuais como John Manuel Monteiro e Manuela Carneiro da Cunha foram pioneiros nas abordagens. John Monteiro representou uma transição nas abordagens passando a considerar os povos indígenas como sujeitos históricos e questionando os historiadores que sempre os colocaram nos locais de vítimas, passivos frente à colonização. Trabalhou com temas sobre o contato, principalmente com relação ao contato com as bandeiras paulistas na formação de São Paulo. Colocou em primeiro plano a participação indígena nos processos, fazendo uso de uma combinação de métodos e teorias entre a Antropologia e a História. Monteiro estabeleceu as linhas principais do que seria o campo da História Indígena no Brasil⁴.

As narrativas sempre são formas de representação do passado, seguindo as considerações de John Lewis Gaddis, elas podem ser agrupadas e reestruturadas em “laboratórios virtuais de nossas mentes”⁵. Variam em seus objetivos, mas seguem sempre

⁴ Entre os principais trabalhos desenvolvidos por John Monteiro destacam-se os seguintes: MONTEIRO, John Manuel (Org). **Guia de fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros: acervo das capitais**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 1994a. _____. **Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994b. _____. O desafio da História Indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º Grau**. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995. p. 221-228. _____. **Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre Docência). Campinas: Unicamp, 2001.

⁵ GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: campus, 2003. p.123.

perguntas específicas, geralmente nos deparamos com o questionamento: “Como isso pôde acontecer?”⁶. Em seguida, a tentativa é de responder à pergunta de forma mais precisa possível, entre representação e realidade. As causas que nós historiadores colocamos necessitam convergir com as sequências dos fatos. A narrativa é sempre complexa e repleta de armadilhas.

Como fontes, utiliza-se um rol variado de materiais como os relatórios de Encarregados de Posto, Jornais, o Relatório Figueiredo, relatórios do Sistema Nacional de Informações (SNI). Também se utiliza textos normativos, fontes ligadas ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) como cartas, informativos e boletins de circulação interna. Além das fontes escritas, utiliza-se fontes orais, coletadas em entrevistas e conversas.

Dessa forma, considera-se elementos da etno-história, concordando com o que afirma Jorge Eremites de Oliveira⁷ ao retratar esse campo da história principalmente por seu caráter interdisciplinar e pela possibilidade de uso de variedades de fontes relacionadas aos povos indígenas, que vão de relatos orais à fontes escritas e institucionais. Por conta disso, mesclo as fontes com metodologias variadas, buscando indícios que podem ajudar a construir a narrativa em torno do objeto.

Esse não é um trabalho especificamente de História Oral, mas buscou base na metodologia por acreditar que ela é riquíssima no processo de construção de narrativas baseadas na memória. Metodologicamente aumenta as possibilidades de análise sobre o objeto e adiciona outros pontos de vista. Fazendo uso do célebre livro organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, *Usos e abusos da história oral*⁸, tomo os cuidados metodológicos, principalmente no que diz respeito à seleção dos interlocutores e produção das entrevistas. Como sugerido por Tourtier-Bonazzi⁹, e seguindo o que já foi apontado por Alberti¹⁰, o método da pesquisa em história oral leva em conta as memórias dos indivíduos que de alguma forma tem relação direta ou lembranças do processo que pretende ser estudado, podendo ser classificada como História Oral Temática. Assim, com base nessas leituras a escolha dos interlocutores buscou privilegiar pessoas que participaram e/ou testemunharam os processos de invasão e de formação do movimento de retomada da Terra Indígena Rio das Cobras.

⁶ Idem.

⁷ EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnohistória**. Prosa Uniderpjun. 2003. v. 3, n. 1, p. 39-48.

⁸ FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

⁹ TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. **Arquivos: propostas metodológicas**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹⁰ ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. p.52

Ir a campo é sempre um desafio, não existem preparações teóricas que dêem conta das experiências que cada pessoa tem. Há sempre algo que surpreende, desafia, causa impacto, que nos desloca do lugar de conforto. Os caminhos que cada pesquisador faz, seus contatos, amizades, parcerias são experiências distintas e individuais. As influências de trabalhos etnográficos vindo da Antropologia foram sempre muito úteis para a inserção em campo fosse feita. Bebendo nas práticas da pesquisa participante, já colocadas tanto por Malinowski¹¹ quanto por Franz Boas¹², considero a interação e o envolvimento com as pessoas o ponto chave do estar e viver as experiências do trabalho de campo. É evidente que os trabalhos que envolvem etnografias tiveram avanços consistentes em relação ao método da pesquisa participante, contudo, as bases de atuação e interação permanecem importantes. É preciso ver mais, ouvir mais e se envolver mais do que uma pesquisa acadêmica. Assim, concordando com o que Hélio Silva¹³ destaca, me relacionei com o campo e com as pessoas levando em consideração alguns passos específicos: a) situar-se, andar, circular em campo b) Observar, ver; por fim c) gravar/escrever. Esse percurso com base na interação foi fundamental para que os caminhos dentro do campo fossem traçados sempre na tentativa de respeitar o tempo e o espaço das pessoas. O mais importante é que a pesquisa e seus resultados partem das demandas dos povos estudados, que sejam construídas a partir do diálogo entre as demandas da comunidade e as lacunas historiográficas que cercam o tema.

É preciso também levar em consideração o que Maurice Halbwachs¹⁴ nos fala, que por estar inserido em um determinado contexto, as memórias também são memórias coletivas, compartilhadas por indivíduos diferentes. Também como afirmado por Thompson¹⁵ com relação aos acontecimentos, a memória de uma pessoa pode ser a de muitos. Considera-se, assim, as individualidades das experiências vividas por cada pessoa, mas privilegia-se os contextos e acontecimentos gerais envolvendo a invasão e posterior retomada das terras. É importante sempre lembrar que as memórias que estão contidas nesta tese são construções feitas no presente.

Sempre procurei trabalhar com o que se entende por roteiro de entrevista semi-dirigida, como proposta por Tourtier-Bonazzi¹⁶, ou seja, elaborava-se um roteiro de estudos anterior às

¹¹ MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção: Os Pensadores), 1978.

¹² BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Trad. Celso de Castro. – 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

¹³ SILVA, Hélio R. S. **A Situação Etnográfica: andar e ver**. Horizontes Antropológicos, v. 15, n. 32, p. 171-188, 2009. p. 179.

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

¹⁵ THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992 p.17.

¹⁶ TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Op cit. 1998.

entrevistas, mas em geral não o tinha em mãos, com o objetivo de deixar a entrevista mais natural. As perguntas seguiram sempre o roteiro que tem um tema central, mas a sequência e a forma com que são feitas variam conforme os interlocutores se sentissem mais à vontade. As conversas foram gravadas sempre com o consentimento das pessoas. O gravador, que em alguns momentos serviu para que algumas pessoas se empolgassem e falassem mais, e em outros causou estranhamento e timidez. Adaptando-se a essas nuances e procurando sempre ter um certo relacionamento anterior à entrevista, as conversas variavam entre perguntas e risadas, sempre conforme o interlocutor, na busca de naturalizar o processo. Acredita-se que essa forma de abordagem possibilita um maior comprometimento não só com a pesquisa, mas principalmente com as pessoas envolvidas.

Embora já tivesse contatos em Rio das Cobras, foi durante o doutorado que os laços afetivos foram sendo construídos e fortificados. As primeiras idas para Rio das Cobras tiveram a ajuda do professor Dr. Cristiano Durat. Foi quem me acompanhou nas primeiras reuniões e me apresentou às lideranças da Terra Indígena, seu auxílio foi a chave de todo desenrolar da trajetória na Terra Indígena. Durante alguns meses participei como voluntário para auxiliar nas atividades desenvolvidas pelo curso de Graduação em Pedagogia, oferecido pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, de Guarapuava-PR, então sob coordenação do professor Dr. Marcos Gehrke. O curso é em regime de alternância, e com uma periodicidade de 1 mês de aula na TI e outros 1 ou 2 em suas casas, isso varia conforme o calendário.

A distância entre Rio das Cobras e Florianópolis chega a 681 km, caminho que foi percorrido inúmeras vezes. Primeiramente as viagens eram feitas de ônibus. Algumas foram feitas até o município de Guarapuava/PR e então, seguíamos com o carro da UNICENTRO até a T.I. Outras vezes, fui de ônibus até a cidade da minha família em Rio Azul/PR e, com um carro emprestado, seguia mais 270 km.

Priorizou-se, primeiramente, as atividades junto aos alunos do curso de Pedagogia Indígena. Os interlocutores que fazem parte dessa tese são importantes de serem destacados. Cada um teve uma participação muito importante na construção das balizas desse trabalho e na minha vida. Destaca-se aqui as pessoas que deram vida a esse trabalho, interlocutores indígenas e não indígenas que através de suas memórias possibilitaram problematizar um dos momentos mais complexos da política indigenista brasileira, fortemente marcada por um ideal integracionista e repressivo.

Alcides Karaí Potã Veríssimo é uma das pessoas que presenciou muitas das mudanças ocorridas em Rio das Cobras, principalmente com relação às demarcações das terras e os

antigos locais de seus antepassados Guarani. Seu Alcides é nascido na localidade de Mato Queimado, primeira aldeia Guarani em Rio das Cobras, retirada da posse indígena anos posteriores, quando foram transferidos para a aldeia Pinhal, mais próximo ao Posto Indígena do SPI. Na época seu Alcides tinha cerca de 4 anos de idade. Atualmente ele está com 67 anos. Sua presença na tese é uma das mais interessantes, uma vez que nossa ligação de amizade foi construída ao longo do tempo que estive na Terra Indígena. Nas suas palavras traz diferentes informações do que viu e ouviu sobre as atuações do SPI e a retomada das terras em 1978. Conheceu de perto Valdomiro Pires de Lima, de quem lembra com reverência e respeito ao falar de suas atuações na retirada dos posseiros.

Outra pessoa de extrema importância é Seu Natalício Veríssimo. Uma das primeiras pessoas que conheci na aldeia Lebre. Seu Natalício me conduziu em muitos lugares, me levou para falar com as pessoas que participaram da retomada e que ainda estavam vivas. Um dia, fui presenteado por ele com um artefato peculiar, um guizo de cobra cascavel, que tenho guardado com muito carinho até hoje. Foram muitas conversas nas quais lembrava da época em que os posseiros tomaram conta das terras e isolaram sua família. Foi um dos fundadores do *tekoa Tapixi* (Lebre) justamente pela pressão que estavam sofrendo com invasores na localidade do Pinhal. Sua família sempre me recebeu de braços abertos durante minhas estadias, foram muitos compartilhamentos e aprendizados.

Um dos interlocutores desta tese, que teve grande destaque na política indigenista brasileira, é Pedro Cornélio Seg Seg. Nascido em Boa Vista, município de Guarapuava-PR, hoje com 78 anos, foi uma das lideranças que esteve à frente das reivindicações indígenas durante os anos 1980. Foi presidente do Conselho Indígena de Guarapuava onde foi figura decisiva nas lutas políticas travadas em Curitiba e em Brasília. Participou do processo da constituinte de 1987. Seu Pedrinho Seg Seg faleceu por conta da COVID-19 no ano de 2021. Trazia na memória muitas das suas lutas, das quais contava com muito orgulho. Era perceptível nas suas palavras e expressões uma vida de dedicação pelas questões indígenas. Nos encontramos em um domingo, era dia de campeonato de futebol, que ocorria na aldeia Taquara, localizada entre a aldeia Lebre e a Sede. Seu Pedro torcia pelo time local e eu estava ao lado quando começamos a falar sobre como estava o jogo. Rimos um bocado da situação. Ao término do jogo, emendamos uma conversa sobre política. Seu Pedro tinha muita experiência e um conhecimento político. No dia 15 de março de 2020 gravamos uma conversa em sua casa onde contou e lembrou de sua trajetória de lutas e de resistência. Sua presença nesta tese é fundamental para compreender como essas lideranças faziam frente à omissão do Estado e de

como se articularam para pensar as demandas coletivas, as quais permitiram algumas das conquistas de retomadas de terras indígenas no Sul e das aprovações Constitucionais de 1988.

Xamoi Joaquim Pires de Lima, presente na linha de frente das articulações da retomada de terra, foi outra liderança Guarani com quem conversei. Juntamente com Valdomiro Pires de Lima, *Xamoi* propôs ligações com outras lideranças e terras indígenas. Sua memória acerca da retomada da terra traz consigo uma riqueza de detalhes muito grande, lembra como foi importante o fortalecimento dos laços e a pressão que fizeram tanto em Curitiba e Brasília, como dando o ultimato para que os posseiros se retirassem das terras.

Ainda entre os interlocutores está *Xamoi* Marcolino Veríssimo, outro participante direto da retomada feita em 1978. Muito conhecido e procurado por seu conhecimento de cura, *Xamoi* Marcolino já esteve na linha de frente das reivindicações políticas e de retirada dos intrusos. Seu envolvimento político é de longa data e de muitas experiências de lutas, fatos que lembra e que conta destacando a importância de resistir aos ataques do Estado e de fortalecer os laços de apoio para garantir a segurança local da comunidade. Também nascido na comunidade do Mato Queimado, lembra com saudosismo do lugar em que nasceu.

A liderança Kaingang de Rio das Cobras na época das retomadas era Argemiro Fernandes, ficamos sem nos ver no momento de pandemia de COVID 19¹⁷, mas mantivemos contato via celular. Seu Miro, como é carinhosamente conhecido por todos, vem de uma longa experiência de liderança. Permaneceu por 25 anos como cacique. Antes dele, seu pai, Joaquim Fernandes, já era cacique por muitos anos em Rio das Cobras, junto à administração do SPI. Joaquim Fernandes passou então o cargo para seu filho Argemiro, que ao assumir teve que travar uma luta interna com o que ocorria na aplicação do poder do Estado através da FUNAI. Vendo por anos as terras foram griladas e não conseguindo o diálogo para garantir a segurança da demarcação, decidiu juntar forças com Valdomiro Pires de Lima para conseguir reaver a posse e tirar os intrusos. Assim, esteve à frente para organizar as principais ações da retomada. Esteve junto com Valdomiro Pires de Lima em Brasília, reivindicando junto ao presidente da FUNAI, Ismarth de Oliveira Araújo a demarcação definitiva da Terra Indígena Rio das Cobras. Além disso, conta como pensaram de modo a envolver um apoio jurídico e militar, uma vez

¹⁷ A COVID 19 também conhecida como SARS-CoV-2, é uma doença respiratória identificada no ano de 2019, em Wuhan na China. No início do ano de 2020 a doença havia se alastrado a tal ponto que se tornou uma pandemia mundial. Medidas de emergência foram tomadas por governo no mundo todo para frear o contágio, a principal deles o isolamento social, que afetou diretamente nossos modos de viver colocando toda população em um período de quarentena. No Brasil as medidas de isolamento social foram decretadas no mês de março de 2020. São milhões de casos e centenas de milhares de mortes no Brasil, e no mundo.

que não queriam que houvesse conflito, para a segurança de todas as pessoas envolvidas. Sua participação nesta tese é sem sombra de dúvidas um dos pilares do trabalho.

No dia 16 de março de 2020, eu estava em campo quando me foi dada a notícia de que ia ser decretado o isolamento social. Saí às pressas da Terra Indígena. Naquele momento começaria um dos períodos mais difíceis que o mundo já enfrentou. A pandemia causada pela COVID 19 forçou a interrupção do período estimado para fazer as entrevistas que iriam compor esta tese. Só voltei para Terra Indígena cerca de dois anos depois, após completar o esquema vacinal e tomando todos os cuidados preventivos.

Mesmo que minha volta tenha sido já no período final da pesquisa, o que prejudicou o tempo para aprofundar as pesquisas de campo, permanecem os contatos, as amizades e as parcerias que são para a vida toda. Os projetos estão continuando. Mesmo distante sempre mantive contato com as pessoas de Rio das Cobras. No momento, tenho a felicidade de orientar três Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da Pedagogia Indígena. Os pesquisadores Mbyá Eliezer Wera Vera, Josiane Verríssimo e o pesquisador Kaingang Varcílio Fernandes. Eliezer está trabalhando com os ensinamentos Guarani para o cuidado com a terra e sobre os processos de luta pela terra desenvolvidos pelas lideranças Mbyá em Rio das Cobras. Josiane, por sua vez, está escrevendo sobre as sementes tradicionais, suas importâncias e uso dentro do *nhande-reko* dos Mbyá do *Tekoa Tapixi* em Rio das Cobras. Os dados da tese estão sendo utilizados por ambos os orientandos para a construção de seus trabalhos. Essa forma em conjunto de construção de conhecimento tem proporcionado um trabalho junto com a comunidade. Além disso, é importante destacar que Eliezer que, além de meu amigo e orientando, sempre esteve comigo nas entrevistas para conversar com os mais velhos Guarani. Em forma de tradução comentada, em que íamos soltando o áudio e parando, fomos conversando sobre o que estava sendo falado. Eliezer traduzia conforme a ideia passada, não literalmente.

Quando conversei com pessoas do povo Kaingang, quem me acompanhou foi outro amigo, Ailton Freitas, sua ajuda foi muito importante, pois além de acompanhar fez as perguntas em Kaingang. A tradução da conversa também foi feita em forma de comentários de Ailton. Essas experiências de tradução proporcionaram uma experiência única, uma vez que os comentários eram feitos pela interpretação de Eliezer e de Ailton, ou seja, traduziam o que eu queria saber, mas também o que lhes chamava mais a atenção.

Entre os interlocutores que dão vida a esta tese estão alguns não indígenas que atuaram diretamente junto à formação do movimento indígena e das primeiras reuniões de lideranças. No processo de pesquisa tive a oportunidade de estabelecer laços com alguns dos membros do

CIMI-Sul, que participaram da época da retomada da Terra Indígena Rio das Cobras. Um dos personagens mais notórios quando se fala em atuação do Conselho Indigenista Missionário no Sul e Nacional, foi Egon Dionísio Heck, um dos pioneiros das atuações da linha progressista da igreja católica na década de 1960 e 1970. No ano de 2019 tive o imenso prazer de conhecê-lo pessoalmente, depois de muito ler sobre suas atuações pelo Brasil. Viajei para Luziânia-GO, onde gravamos uma conversa. Ele recordou alguns dos principais pontos que possibilitaram a retomada e a formação do movimento indígena.

Embora não tenha participado diretamente da retomada, mantinha contato direto via correspondência com o Padre Francisco Sozzi, da paróquia de Laranjeiras do Sul e que estava junto dos Guarani e Kaingang dando aconselhamentos para o movimento. Essas ligações foram fundamentais, uma vez que as malhas de informações e apoiadores fortaleciam a luta contra a invasão das terras. Egon Dionísio Heck esteve em Rio das Cobras em duas ocasiões para averiguar a situação e prestar algum auxílio, mas em geral atuava mais como articulador externo. Nosso contato foi importantíssimo para meu processo de pesquisa, pois não apenas suas palavras na entrevista, mas nossa convivência foi importante para fazer-me pensar nas diferentes formas e personagens que estavam envolvidos direta ou indiretamente com o movimento. Além disso, no arquivo do CIMI-Sul que se encontra na chácara Vicente Canãs em Luziânia-GO, onde consegui coletar uma riqueza imensurável de fontes para a tese, das quais falo mais à frente. Dessa forma, o contato com Egon Dionísio Heck representa um dos pontos de mudança na forma de ver o movimento, as pessoas, as práticas de luta.

Outros dois membros importantes do CIMI-Sul são Wilmar da Rocha D'Angelis e Juracilda Veiga. Casados e tendo se conhecido na época da faculdade de jornalismo compartilham uma vida de lutas em favor da causa indígena. Hoje são professores titulares da UNICAMP, ambos desempenham um trabalho acadêmico que é referência em todo o Brasil, principalmente com relação ao povo Kaingang. A trajetória de ambos é de uma força e resistência imensuráveis, que entre ataques, tentativas de assassinato e perseguição política se mantiveram nas linhas de frente de atuação em favor das causas indígenas.

Wilmar da Rocha D'Angelis, atuou juntamente com Egon Dionísio Heck na formação de uma luta em favor dos povos indígenas no Sul. Ainda era estudante de Jornalismo na época em que entrou na equipe, a convite do secretário Egydio Schwaden. Esteve em diversas terras indígenas pelo Brasil, e ajudou na realização da maioria das Assembleias entre lideranças que o CIMI realizou. Foi um dos editores do Jornal Luta Indígena, que foi criado por Egon, e que era uma das principais táticas utilizadas por ele na troca de informações, de divulgação e

denúncia em meio à Ditadura Militar. Wilmar foi para Rio das Cobras algumas vezes e também mantinha relações próximas com o Padre Francisco Sozzi de Nova Laranjeiras, trocavam cartas e se encontravam ocasionalmente. Juracilda Veiga também fez parte da primeira equipe de editores do Luta Indígena. Sempre envolvida nas lutas sociais, movimentos populares e estudantis. Antes de trabalhar no CIMI, Juracilda Veiga foi professora do ensino primário e trabalhou em alguns Jornais Paranaenses, onde publicou várias matérias em favor da demarcação das terras indígenas. Inclusive, uma delas falando dos eventos de organização da retomada de Rio das Cobras. Foi perseguida e sequestrada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e quase perdeu a vida junto com Wilmar da Rocha D'Angelis em um atentado no Chimbangue no Estado de Santa Catarina.

Com a pandemia de COVID-19, não foi possível encontrá-los pessoalmente, como havíamos combinado. Nesse momento em que tivemos que adaptar-se às tecnologias que antes eram apenas auxiliares, se tornaram a única via de possibilidade de realizar uma conversa nesse momento. É interessante notar como os métodos podem agregar diferentes formas e possibilidades de coleta e análise de fontes. Se antes essa possibilidade não existia, agora nós que fazemos uso da história oral para uma das possibilidades de pesquisa ter de lidar com uma situação que não esperávamos, mas que abriram caminhos para superar o momento de incerteza em que passamos.

Nosso encontro, então, foi realizado via aplicativo Skype. Foram duas conversas gravadas em que tratamos dos temas que envolviam a organização da retomada de Rio das Cobras, as atuações do CIMI-Sul e as experiências que tiveram nesse contexto. As duas conversas foram muito ricas e importantes para a pesquisa. Foi possível perceber que as formações das malhas dos movimentos envolviam a ação direta das lideranças indígenas desde as bases das articulações, que buscavam alianças estratégicas para suas demandas territoriais. A realização das entrevistas de forma remota demonstra que as adaptações do método também são válidas e produtivas quando feitas nessas plataformas digitais, e que podem ser uma opção viável mesmo quando aplicadas fora dos contextos de adversidades como o que vivemos.

Este estudo também envolve diferentes tipos de fontes escritas das quais lancei mão em diferentes momentos da análise. Sem hierarquizar nenhuma delas busquei na diversidade de fontes os caminhos para construir a narrativa. Em momentos utilizando fontes oficiais de Estado e dos Órgãos indigenistas, em outros trabalhando com cartas escritas à mão e enviadas clandestinamente, o rol documental é extremamente rico em informações e representações do que ocorreu nas questões territoriais envolvendo Rio das Cobras.

Na pesquisa nos arquivos do Museu do Índio localizado no Rio de Janeiro foi encontrada uma série de documentos diretamente ligados à Rio das Cobras, são 7 microfilmes, alguns com mais de 500 páginas. Esses microfilmes têm um conteúdo riquíssimo para a análise da política indigenista do SPI e de uma composição colonial de poder que se instaurou no interior paranaense. Entre os documentos constam relatórios mensais e anuais dos Encarregados de Posto, cartas, folhas de pagamento, telegramas, mapas, ofícios e fotografias.

Os documentos dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) contidos no Arquivo Público do Paraná são outra parte importante, onde encontrou-se fichas de missionários ligados ao CIMI-SUL. As acusações são em relação às suas participações no conselho indigenista, considerado pelo governo como a ala subversiva e esquerdista da Igreja Católica. Foram acusados, também, de promoverem reuniões e organizar os Kaingang e Guarani para a retomada de suas terras. Outras pesquisas foram feitas na base de dados do Arquivo Nacional, do qual foram conseguidos documentos confidenciais produzidos pelo Serviço Nacional de Informações ligado ao DSI/MINTER que denuncia os conflitos de Rio das Cobras como sendo prática dos integrantes do CIMI-Sul.

Para a análise utilizo também fontes produzidas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que abordam o caso da Terra Indígena Rio das Cobras. Encontrei, no Arquivo Central do CIMI-DF, diversos documentos que abordam o processo de retomadas. Realizei pesquisas no arquivo do CIMI localizado em Luziânia-GO, no Centro de Formação Vicente Canãs, onde está todo o arquivo do CIMI-Sul, entre os documentos encontrados e fotografados está uma imensa quantidade de recortes de jornais sobre as articulações e a retomada em 1978, possibilitando uma análise da representação nos periódicos e o papel da imprensa. Além disso, foram encontradas em meio às caixas de correspondências do ano de 1977 e 1978 cartas do Padre Francisco Sozzi, que trabalhava em Rio das Cobras e que foi um dos articuladores da retomada. Essas cartas são um achado incrível, uma vez que era apenas uma possibilidade a existência de comunicação e articulação com o CIMI-Sul.

Para as cartas toma-se alguns cuidados metodológicos específicos na hora de lançar mão de sua análise. Essas fontes são riquíssimas para a pesquisa em história, são em geral achados que se equivalem a relíquias, como afirma Caio Fernando Abreu: “Cada carta é uma jóia burilada pela mão do exigente ourives [...]”¹⁸. Entendo, assim, as cartas e correspondências que fazem parte do cabedal de fontes dessa tese como documentos fundamentais, na medida

¹⁸ ABREU, Caio Fernando. **Cartas**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2002. p.9.

em que são elaborados com minúcia, enredando uma relação entre correspondente/destinatário. Essas relações revelam mais que as informações da própria carta, revelam emoções, sentimentos, angústias, dissimulações, mentiras, são repletas de significados que perfazem o contexto em que são escritas e para que finalidade. Como aponta Lemos “[...] como fonte, as cartas interessam pelo que contém de indicativo sobre a pessoa, na posição de remetente ou de destinatário, e suas circunstâncias [...]”¹⁹. Deste modo, na análise das cartas leva-se em consideração suas ações de produção e, principalmente, os acontecimentos que envolveram a comunicação dessas pessoas.

Por sua vez, a utilização e análise de fontes como periódicos e jornais, tem-se atenção também com as condições de produção em que estão envolvidas, mas, sobretudo tomando cuidado com os interesses políticos que envolviam as produções. Como alerta Tania Regina de Luca, os jornais, [...] essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões.²⁰. Ao considerar esses elementos o jornal e os periódicos devem ser vistos como formadores de significados, como afirma Lozza²¹. Por conta disso, na análise é preciso perguntar como: Quem produzia? Com que finalidade era produzido? Quem tinha acesso a esse material? O que estava tentando ser passado ao leitor? Além disso, é preciso considerar também alguns outros aspectos como número de publicações, periodicidade, condições físicas do material. Tomando esses cuidados os jornais servem de uma rica fonte de análise do cotidiano e de alguns acontecimentos. A retomada de Rio das Cobras, por exemplo, foi muito registrada nas páginas de jornais, tanto de jornais liberais quanto alternativos, deixando representações e indícios importantes para remontar os cenários e os personagens envolvidos.

Fortemente influenciado por leituras de Carlo Ginzburg, a micro história sempre permeou meu olhar para as fontes. Assim, percebe-se no nome próprio as possibilidades de analisar relações micro, sem com isso perder de vistas os contextos macro que estão inseridos. É nesse jogo de escalas que se apoia a narrativa para analisar a representação da retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, envolvendo diversos personagens, direta ou indiretamente. Destaca-se alguns personagens em particular, sabendo que não são a totalidade das pessoas que

¹⁹ LEMOS, Renato. **Bem traçadas linhas. A história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004. p.18.

²⁰ LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p.112.

²¹ LOZZA, Carmen. **Escritos sobre jornais e educação: olhares de longe e de perto**. São Paulo: Global, 2009. p.33.

estavam envolvidas e que elas não têm todos os olhares e representações da retirada dos posseiros.

As questões teóricas que norteiam esta pesquisa são constituídas ao longo da vida acadêmica e que acabaram fazendo parte do meu modo de ver e analisar as fontes. No mestrado tive contato com os trabalhos de Pierre Bourdieu, e por esse motivo conceitos como poder simbólico, campo, *habitus*, capital simbólico, discurso performativo, que envolvem o arsenal do pensador, acabaram ficando comuns no meu vocabulário e na forma de ver a sociedade. Sobretudo o conceito de campo me fascinou na época, o que me fez perceber a política indigenista brasileira como parte de um campo específico, de discussão e combates que envolve diferentes agentes. Esse uso do conceito de campo para pensar a política indigenista já havia sido feito pelo antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima, acredito que quando o li em seus trabalhos percebi que essa seria uma ótima forma de analisar a política indigenista. Contudo, embora o conceito de campo seja muito útil, eu sentia falta de uma análise mais micro.

Pensando na inventividade das formas de resistir e lutar, eles servem como um aporte para analisar como os indivíduos agiam na contramão do poder do Estado, táticas que eram muitas vezes feitas de maneira velada, outras, no entanto, de enfrentamento físico. São os personagens e suas interações que me chamam atenção. Sobretudo trabalhos como o de James Scott²², abordando a resistência enquanto arte de luta, fornece bases para pensar as resistências através de suas lutas e seus instrumentos de batalha, às vezes feitos na surdina e no silêncio.

Nessa direção, uma prática de violência ou imposição de poder, sempre vai estar acompanhada de formas de resistir, de maneiras de burlar e lutar. As reflexões em torno dessa ideia, possibilitaram pensar as ações indígenas no contexto da imposição do poder do Estado e da invasão das terras como táticas de resistência e de luta pela demarcação das terras. Reafirmam sua territorialidade contra as tentativas de desterritorialização e se organizam em movimentos de fortalecimento da luta coletiva em torno dos direitos de todos os povos indígenas no Brasil.

O primeiro capítulo “Transitando entre Territórios: O Direito à Terra, O uso do Território e as primeiras Resistências”, inicia com provocações e reflexões que envolvem o tema, assim como também coloca algumas bases e contexto para o seguimento da tese. Discute-se as concepções gerais acerca das terras Guarani e Kaingang nos estados do Sul. Leva-se em consideração que os territórios indígenas são muito mais vastos e complexos que os limites

²² SCOTT, James C. **Los dominados e el arte de la resistencia: discursos ocultos**. 1ª reimp. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.

geopolíticos dos países, cidades e estados. A partir do entendimento de diferentes territorialidades analisa-se a ideia integracionista do Estado frente às territorialidades indígenas. Aqui utiliza-se conceitos como território, territorialidade, desterritorialização e reterritorialização como ferramentas para compreender as formas de resistir e lutar pelo direito à terra.

No capítulo 2 intitulado “O Serviço de Proteção aos Índios em Rio das Cobras: Do Controle à Invasão das Terras”, por sua vez, são analisadas as práticas desenvolvidas pelo SPI, tendo como recorte as terras de Rio das Cobras, depois da criação do Posto Indígena, nos anos de 1942. Lançando mão de documentos produzidos pelos próprios encarregados dos postos, como cartas, ofícios e relatórios mensais e anuais, busco reconstruir parte da trajetória da aplicação do poder do Estado. Com o objetivo de melhor compreender as relações que constituíam não apenas a composição do SPI e seu funcionamento. Utiliza-se como fonte o chamado Relatório Figueiredo, o qual julga-se fundamental para compreender as práticas de imposição de poder estabelecidas nas terras de Rio das Cobras. No relatório está um dos casos mais graves cometidos entre os funcionários do SPI, é o caso da família Souza Bueno, todos os membros foram indiciados e acusados de cometerem diversos crimes em Rio das Cobras.

Compreende-se as práticas estabelecidas pelo Serviço de Proteção aos Índios como um aparelho ideológico do Estado, que tem por finalidade a imposição de um poder colonial. Essa forma de poder tem em seu processo diversas ferramentas e estratégias visando a dominação das pessoas e do seu território, objetivando em última instância a hegemonia nacional. Entre as estratégias utilizadas pelo SPI, destaca-se primeiramente a omissão desse órgão indigenista e seus funcionários em relação a invasão das terras, inclusive auxiliando nos processos de grilagem e arrendamentos ilegais, em um segundo momento lança-se mão de questionamentos sobre algumas das práticas dos Encarregados de Posto, um deles acusado de sérios crimes contra o patrimônio e a vida das pessoas indígenas, indiciado inclusive no Relatório Figueiredo. Esses pontos fazem-se centrais para a dominação dos corpos e do espaço, eram aplicados através da tutela e coerção do poder que os Encarregados de Posto tinham, agindo como coronéis pelos sertões paranaenses.

Sem nunca perder de vista que a luta pelas terras, que parte principalmente dos povos indígenas, percebe-se, nas diversas formas de resistir, um caminho que teve uma dura imposição colonial, mas, que nem por isso os povos indígenas foram subjugados e exterminados. Seja através de reivindicações das lideranças, que iam até Curitiba para falar com o Chefe da Inspeção, através dos embates físicos ou em elementos mais sutis na vida cotidiana. Lutar e

resistir nem sempre precisa fazer barulho, através de grandes batalhas ou revoluções, as práticas que estão no cotidiano e postas nas relações de poder estabelecidas pelos laços coloniais, podem trazer os caminhos de personagens que conseguiram agir entre os meios de controle. A luta e resistência estão postas de tal forma em meio às relações de poder que é impossível pensar poder sem considerá-las.

No capítulo 3, intitulado “Em tempos de Ditadura: O Conselho Indigenista Missionário e a Terra Indígena Rio das Cobras”, considera-se sobretudo o contexto da Ditadura Militar e nas investigações do Serviço Nacional de Informações (SNI) discute-se como os posseiros foram chegando nas terras indígenas e invadindo-as com a justificativa de estarem apenas reservadas e não demarcadas. Isso se deve ao fato de que o Estado do Paraná tinha para as terras um plano de colonização bem definido. A finalidade é discutir quem eram as pessoas que estavam adentrando nas terras indígenas. Destaca-se também a entrada de famílias pobres como uma das estratégias de colonização aplicadas pelo Estado, com o objetivo de colocar em conflito populações em situação de risco, para livrar as terras.

Neste capítulo também é analisada a criação do Conselho Indigenista Missionário e o estabelecimento dos trabalhos indigenistas por todo o Brasil. Muitos foram os missionários que estiveram dentro das terras indígenas, contudo, o objetivo agora era outro, não o de catequizar, mas o de auxiliar na luta por seus direitos, principalmente os territoriais. Utiliza-se fontes construídas pelo CIMI, como jornais, cartilhas e livros publicados pelos missionários, bem como as atas das assembleias nacionais e regionais publicadas pelo CIMI em jornais e boletins informativos. Estes são elucidativos quanto à realização e a organização das primeiras reuniões. Busca-se, também, discutir o surgimento e a atuação da Regional Sul do CIMI.

A regional Sul foi fundamental para as reivindicações e lutas por terras indígenas no Paraná. Focando no caso de Rio das Cobras discute-se como foram feitas as articulações do movimento indígena no Sul. Como fontes neste item utiliza-se entrevistas e publicações de um boletim de circulação interna do CIMI chamado de Luta Indígena. Entende-se o boletim do CIMI como um dos instrumentos e ferramentas de luta contra as determinações integracionistas do Estado brasileiro. As entrevistas foram feitas com os fundadores do CIMI-sul: Egon Dionísio Heck, Juracilda Veiga e Wilmar D’Angelis. Essas memórias são fundamentais para compreender o momento político, as atuações junto aos povos indígenas, assim como as bases do movimento Indígena no Sul.

Um dos funcionários da FUNAI chama a atenção na forma de sua administração do Posto. Contra ele foram feitas várias denúncias, tanto por indígenas quanto pela imprensa da

época. Seu nome era Leonardo Aparecido Machado, chefe de Posto em Rio das Cobras, segundo os próprios Kaingang e Guarani ele estava auxiliando na derrubada de pinheiro e arrendamento de terras. Tendo diversas vezes recorrido à FUNAI, os povos indígenas em Rio das Cobras denunciavam os atos corruptos do Chefe de Posto.

Esse momento foi fundamental para eclodir a retomada das terras em Rio das Cobras. As ações do encarregado do Posto e a omissão do Estado na retirada dos posseiros, fez com que a comunidade lutasse contra os invasores. Surgem personagens importantes para a luta dos povos indígenas no Sul. Entre eles o cacique Guarani Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima, um dos personagens centrais da tese. Como fonte, utilizo sobretudo jornais, tanto a grande imprensa como informativos internos do CIMI.

Discute-se como o CIMI, através da atuação de um de seus missionários lotados na diocese de Nova Laranjeiras, fez possível desenvolver estratégias de luta para a retomada das terras em 1978. Antes era apenas uma hipótese a participação do Conselho Indigenista Missionário na retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, contudo, com as pesquisas feitas no arquivo do Conselho Indigenista Missionário, localizou-se uma série de cartas de um missionário chamado Francisco Sozzi com a Regional Sul do CIMI. Padre Chico, como era chamado, lutou em favor dos povos indígenas em Rio da Cobras, ficou à frente de diversos invasores e teve inúmeras ameaças de morte, algumas delas quase cumpridas. Traz-se para discussão como o contexto de perseguição política impetrada sobre os missionários ligados ao CIMI-Sul acusados de envolvimento na organização dos indígenas contra os posseiros.

No capítulo 4, intitulado “Entre Corações, Flechas e Armas de Fogo: A Retomada da Terra Indígena Rio das Cobras e seus Desdobramentos”, tem como objetivo primeiramente discutir como foi feita a retomada da Terra Indígena Rio das Cobras. Avançando ao que foi discutido até aqui, traz-se Rio das Cobras como a primeira retomada de terras que ocorreu no Sul do Brasil. Busca-se destacar o papel fundamental das lideranças Guarani Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima e a liderança Kaingang Argemiro Fernandes na retirada dos posseiros de Rio das Cobras. Para esse capítulo, traça-se uma discussão de como é formado e como são as práticas de reivindicação utilizadas pelos Guarani e Kaingang na Terra Indígena de Rio das Cobras. Lança-se mão de muitos recortes de jornais para perceber como a retomada foi feita e qual sua repercussão e representação na imprensa. Para finalizar discute-se dois pontos que são considerados fundamentais para os desdobramentos do movimento de retomada de Rio das Cobras. Um deles é a sequência de retomadas de Terras Indígenas que ocorreram pelo Sul do Brasil depois de Rio das Cobras. Outro é a participação das demandas do Conselho Indígena de

Guarapuava na Assembleia Nacional Constituinte, esses dois aspectos valem ser destacados, mesmo que estendendo um pouco o recorte da tese, porque são elementos indispensáveis para a homologação da Terra Indígena Rio das Cobras e de outras terras indígenas no Sul.

1.0 TRANSITANDO ENTRE TERRITÓRIOS: O DIREITO À TERRA, O USO DO TERRITÓRIO E AS PRIMEIRAS RESISTÊNCIAS

1.1 ENTRE OS MARCOS DE CONCRETO: O DIREITO TERRITORIAL E A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

As maneiras de reservar terras para as populações indígenas vem se modificando com o passar do tempo dentro das decisões governamentais. Se em um primeiro momento o Novo Mundo representava o desconhecido, com a chegada dos colonizadores rapidamente tornou-se objeto de disputa.

Contudo, essas terras não estavam vazias e eram territórios ancestrais de milhares de povos indígenas. Uma população que chegava a mais de 6 milhões de pessoas, falando milhares de idiomas. Nos processos de colonização colocados em prática pela Coroa Portuguesa muitos desses povos e territórios foram dizimados e dominados. Outros povos, porém, resistiram e continuam lutando pelo reconhecimento de seus direitos territoriais. Atualmente no Brasil são mais de 350 povos e mais de 250 idiomas.

No Brasil Colônia, além dos embates travados na tentativa de dominação dos territórios, destinar terras para os povos indígenas era uma prática que tinha como objetivo criar aldeamentos para civilizar. Era uma forma de tentar controlar as pessoas e o território. Entretanto, as leis e decretos aprovados no processo de colonização também criaram um caminho para o direito da demarcação de terras.

A Carta Régia de 10 de setembro de 1611, assinada por Felipe III deixa explícito o direito à terra:

Os gentios são senhores de suas fazendas nas povoações, como o são na Serra, sem lhes poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhes fazer moléstia ou injustiça alguma, nem poderão ser mudados contra suas vontades das capitánias e lugares que lhes forem ordenado, salvo quando eles livremente o quizerem fazer²³

A garantia do direito territorial indígena no Brasil Colônia também está contida no Alvará de 01 de abril de 1680, que afirmava o domínio indígena sobre seus territórios e reclamava sua liberdade assim como na Carta Régia de 1611. O conteúdo do Alvará de 1680 traz também a ideia de integração das populações que aceitavam ficar nas terras demarcadas

²³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do Índio – Ensaio e Documentos**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 58

pela coroa portuguesa. O objetivo era ceder terras para que pudessem trabalhar e passar pelo processo de catequese e civilização implementados pela coroa. Como consta no Alvará:

E para os ditos Gentios, que assim descerem, e os mais, que há de presente, melhor se conservem nas Aldeias: hey por bem que os senhores de suas fazendas, como o são no Sertão, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre ellas se lhe fazer moléstia. E o Governador com parecer dos ditos Religiosos assinará aos que descenderem do Sertão, lugares convenientes para neles lavrarem, e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra sua vontade, nem serão obrigados a pagar foro, ou tributo algum das ditas terras, que ainda estejam dadas em Sesmarias e pessoas particulares, porque na concessão destas se reserva sempre a prejuízo de terceiro, e muito mais se estende, e quero se entenda ser reservado o prejuízo, e direito os Índios, primários e naturais senhores delas.²⁴

Embora seja possível notar certa preocupação por parte do reino de Portugal com os indígenas, na prática era por interesses de dominação. A legislação nesse momento era aplicada apenas para aqueles indígenas que aceitassem fazer parte do processo de integração, ou seja, destinar terras nesse momento era mais um plano de colonização do que uma tentativa de proteção e respeito aos povos.

O Alvará Régio de 1680 também vai figurar como uma referência ao direito territorial, conhecido como indigenato. É um conceito positivista que tem por base reconhecer a posse e domínio indígena originário sobre seus territórios. Com base principalmente no Alvará de 1680, o indigenato reconhece o direito congênito às terras que ocupam ou ocuparam, esse direito é superior a qualquer tipo de titulação, garantindo a posse inalienável dos territórios. O conceito foi incorporado tanto pelo Estatuto do Índio no ano de 1973 como pela Constituição Federal de 1988 e ainda figura como uma referência dentro do direito.

Um exemplo da contradição das legislações era a Lei assinada em 10 de março de 1570. Validava os ataques contra os povos indígenas que se recusavam a aceitar a invasão dos seus territórios. Essa lei ainda abria a possibilidade de fazer escravos indígenas: “Tomados em guerras justas, ou nas correrias matutinas em que assaltavam e roubavam as habitações, assassinando seus habitantes, ou quando matassem os inimigos para comer”²⁵.

No dia 02 de dezembro de 1808 Dom João VI proclamou, através de Carta Régia²⁶, que todas as terras dos povos indígenas que foram conquistadas através das guerras justa fossem consideradas devolutas e, por tanto, de domínio da coroa. Esse movimento abria possibilidade

²⁴ CUNHA, Manoela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889**. São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

²⁵ VILLARES, Luiz Fernando. **Direito e Povos Indígena**. Curitiba: Ed. Jurua, 2009. p.100

²⁶ CUNHA, Manoela Carneiro da. Op cit. 1992. p.15

para que as populações indígenas fossem atacadas por qualquer motivo. A ideia de guerra justa era apenas uma justificativa jurídica para tomar suas terras e escravizá-los.

Sobre a posse territorial indígena ainda consta o Diretório dos Índios, que reafirmava o conteúdo do Alvará Régio de 01 de março de 1680. Na Carta Régia de 26 de março de 1819, por sua vez, as terras de aldeias foram consideradas inalienáveis, não podendo entrar nas doações de sesmarias e nem ser entendidas como devolutas²⁷.

No ano de 1823 a Constituinte mostra explicitamente os objetivos que se tinha com relação aos indígenas nas conduções normativas. O título XIII, art. 254 diz o seguinte “A assembleia terá igualmente cuidado de criar Estabelecimentos para a Catechese e civilização dos índios”. Mesmo discutida na constituinte, a Carta Constitucional publicada e aprovada em 1824 não fez menção aos direitos territoriais.

No império a Carta de Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 é promulgada com o objetivo de organizar o sistema fundiário brasileiro trazendo novamente um sistema de sesmarias. A Lei de Terras, como é conhecida, institucionalizou a terra como mercadoria, assim, todas as áreas que não fossem tituladas eram consideradas devolutas. Para os territórios indígenas isso significava mais uma tentativa de dominação, pois seus territórios não tinham como ser titulados, o que fazia com que fossem consideradas terras devolutas.

Se levadas em consideração as leis anteriores essa manobra deveria ser ilegal, pois o Alvará de 01 de março de 1680 não havia sido revogado, o que tornava proibido considerar as terras indígenas como devolutas. A Lei de Terras no seu art. 12 ainda autorizava que as terras devolutas fossem utilizadas como aldeamentos com o objetivo de exercer a catequese e a civilização. Como não havia garantia jurídica, as províncias continuaram a desconsiderar os territórios indígenas. As populações que não foram aldeadas ficaram sob ataque, muitas tiveram suas terras invadidas e tomadas.

O Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854 que regulamentava a Lei de Terras também fazia menção às terras destinadas aos povos indígenas reafirmando os planos coloniais “Serão reservadas terras devolutas para colonização, e aldeamento de indígenas no districtos, onde existirem hordas selvagens”²⁸. As áreas destinadas continuavam sendo consideradas temporárias, seriam incorporadas junto com sua população durante o processo civilizatório imposto dentro dos aldeamentos. Os aldeamentos eram áreas demarcadas muitas vezes dentro

²⁷ Idem. p.63.

²⁸ BRASIL. Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1854, Página 10 Vol. 1 pt II

dos territórios sagrados, em outros casos para livrar o terreno para a colonização e exploração as pessoas eram retiradas de seus territórios e transferidas para aldeamentos distantes. Em outros casos a terra era dividida em lotes e dadas individualmente para os indígenas, depois eram compradas e tituladas.

A Constituição Federal de 1891 não tratou das questões de terras indígenas, essa questão só viria a ter um tratamento depois da criação de um órgão indigenista do Estado²⁹. No ano de 1910 com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ILTN) foi formalizado o direito à demarcação de terras para os povos indígenas no art. 2º § 12 de seu regimento interno. Como consta no documento o órgão deveria: “Promover sempre que for possível, e pelos meios permitidos em direito, a restituição dos terrenos que lhes tenham sido usurpados”. O regimento do órgão tinha como princípio além da demarcação a restituição dos territórios que haviam sido perdidos. Nesse momento a catequese através da Igreja já não era mais aplicada nas terras demarcadas, depois da criação do órgão indigenista os trabalhos exercidos dentro das terras indígenas eram feitos por civis contratados pelo Estado.

Em tempos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) o destaque principal é para o Decreto nº 5484 de 27 de junho de 1928. Segundo Antônio Carlos de Souza Lima essa “[...] foi a primeira referência aprovada por lei federal a uma ‘categorização relacional’ [...]”³⁰ dos povos indígenas no Brasil. Institucionalizando a tutela através de uma concepção evolucionista, que orquestrava as ações indigenistas na categorização dos territórios e do povo. Categorizavam os povos indígenas baseados em critérios estabelecidos por eles e aplicados em uma escala de selvagem à civilizado. A legislação de posse territorial em tempos do SPI também era construída com base em critérios evolutivos e integracionistas. O Decreto 5484 de 1928 também tratava da questão de demarcação de terras para os povos indígenas, principalmente através do Capítulo I e do Capítulo II³¹.

²⁹ Analiso o Serviço de Proteção aos Índios com mais detalhamento no capítulo 2. Nesse momento me detenho a um histórico dos dados e informações sobre o direito territorial contido na legislação brasileira.

³⁰ SOUZA LIMA. A identificação como categoria histórica. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.).

Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. p.175.

³¹ Art. 8º O Governo Federal providenciará no sentido de passarem para o Ministerio da Agricultura, sem onus para este, as terras pertencentes ao Patrimonio Nacional, que forem julgadas necessarias ao Serviço de Proteção aos Indios.

Art. 9º Para a fundação de Povoações Indigenas, fica o Governo autorizado a permutar com particulares as terras do Patrimonio Nacional, que estiverem sem applicação, ou que puderem ser alienadas, a juizo do mesmo Governo.

A Constituição Federal de 1934 é a primeira a tratar do direito de posse territorial indígena. Em seu art. 129 traz o seguinte: “Será respeitada a posse de terra de silvícolas que nela se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”.³² A Constituição Federal de 1937 manteve as informações da anterior com pequenas mudanças. No art. 154 estabelece que: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, porém, vedada a alienação das mesmas”³³. Por sua vez, a Constituição Federal de 1946 traz em seu art. 216 o seguinte: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados com a condição de não a transferirem”³⁴.

Promulgada sob o domínio dos militares, a Constituição Federal de 1967 também tratava das questões territoriais indígenas, mas diferente das suas antecessoras, incluía o usufruto exclusivo dos recursos naturais aos povos indígenas. Como consta no art. 186 “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”³⁵.

Aprovada através de uma junta militar depois do afastamento do presidente Costa e Silva, a Constituição Federal de 1969 manteve o art. 186 nos mesmos termos, mas acrescentava o art. 198. Esse, por sua vez, é de extrema importância para o direito territorial na medida em que aprovava a nulidade de todos os títulos de terras feitos sobre os territórios indígenas, sem a possibilidade de indenização. Como consta na Constituição:

As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos em que a lei federal determinar, a eles cabendo sua posse permanente e ficando reconhecido seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas utilidades nelas existentes.
1§ Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação das terras habitadas pelos silvícolas.

Art. 10. O Governo Federal promoverá a cessão gratuita para o domínio da União das terras devolutas pertencentes aos Estados, que se acharem ocupadas pelos índios, bem como a das terras das extintas aldeias, que foram transferidas às antigas Províncias pela lei de 20 de outubro de 1887.

§ 1º As terras cedidas serão delimitadas em zonas correspondentes à ocupação legal já existente, sendo respeitada a posse dos índios, assim como o uso e gozo por eles das riquezas naturais ali encontradas.

§ 2º Respeitada essa posse, poderá o Governo Federal empregar as ditas terras para a fundação de povoações indígenas, ou qualquer outra forma de localização de índios. BRASIL. **Decreto nº5484 de junho de 1928**. Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/7/1928, Página 17125

³² BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Diário Oficial da União - Seção 1 - Suplemento - 16/7/1934, p. 1.

³³ BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/11/1937, Página 22359.

³⁴ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/9/1946, Página 13059.

³⁵ BRASIL. **Constituição do Brasil de 1967**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/1/1967, Página 953.

2§ A nulidade e extinção declaradas de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União ou a Fundação Nacional do Índio.³⁶

Ou seja, nesses termos ficava aprovada na norma constitucional a nulidade e extinção dos títulos feitos em territórios indígenas, marcando um avanço no direito territorial. Contudo, os avanços não foram efetivos e a demarcação de terras para os povos indígenas só veio a ter atenção especial novamente com a aprovação da Lei nº 6.001, chamada de Estatuto do Índio. Mantendo os padrões integracionistas, a lei regulamenta juridicamente os povos indígenas e seus direitos territoriais. Centralizou as diretrizes e criou espaço para que as terras fossem demarcadas conforme a compreensão sociocultural de cada povo com o único propósito de integrá-los. No Art. 1º afirma: “Esta Lei regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional.”³⁷.

Em seu Art. 2º diz o seguinte “V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;” E ainda: “VI - respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;”. No que se refere à terra o artigo estabelece o seguinte: “IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;”.

No capítulo I art. 17, o Estatuto do Índio define o que seriam Terras Indígenas dividindo-as em categorias e estabelecendo os procedimentos de demarcação:

Art. 17. Reputam-se terras indígenas:

- I - as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV, e 198, da Constituição; (Vide Decreto nº 22, de 1991) (Vide Decreto nº 1.775, de 1996);
- II - as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título;
- III - as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas³⁸.

Essas categorias definiriam os padrões de cada Terra Indígena demarcada. Para cada uma delas existe, dentro do Estatuto do Índio, uma forma de tratamento diferente. O capítulo II trata detalhadamente desses aspectos jurídicos para definir as Terras Indígenas. Sobre as Terras

³⁶ BRASIL. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1969. Brasília, 17 de outubro de 1969. Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/10/1969, Página 8865

³⁷BRASIL. LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/12/1973, Página 13177.

³⁸ Idem.

Ocupadas o art. 25 define como sendo as terras de ocupação imemorial feita por um determinado povo indígena. Seria assegurada sua posse pelo órgão de assistência independente de demarcação.

O capítulo III se refere às Áreas Reservadas, essas áreas seriam demarcadas através do órgão de assistência mantendo o usufruto da terra e as condições necessárias para a sobrevivência do povo. As Áreas Reservadas não dependeriam de uma ocupação imemorial do território podendo ser demarcada em outros espaços que não o território tradicional. Em seu art. 26 separa essa categoria em três outras, a) reserva indígena; b) parque indígena; c) colônia agrícola indígena. Essas classificações eram feitas baseadas em graus de integração estabelecidos pela FUNAI.

Voltando ao capítulo I do Estatuto do Índio, art. 18, é importante na medida em que proíbe o arrendamento e a titulação de terras demarcadas, como conta o “Art. 18. “As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.”. Por sua vez, a demarcação de terras ficava a cargo da FUNAI. O art. 19 estabeleceu alguns critérios a serem seguidos ao mesmo tempo que reafirma a posse inalienável das terras:

Art. 19. As terras indígenas, por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 1º A demarcação promovida nos termos deste artigo, homologada pelo Presidente da República, será registrada em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e do registro imobiliário da comarca da situação das terras.

§ 2º Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão de interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petítória ou à demarcatória.³⁹

Todas as legislações tinham como base a ideia de tutela. A tutela exercida sobre os povos indígena é decorrente do Código Civil de 1916, o qual estabelecia a ideia de que eram povos relativamente incapazes e deveriam ser tutelados no processo de integração.

Nesses termos, Terra Indígena é um conceito jurídico criado e institucionalizado pelo Estado como forma de operacionalizar as demandas territoriais dos povos indígenas. Sendo assim, existe um processo administrativo para que uma área seja demarcada. Os procedimentos variaram ao longo dos anos tanto na atuação do SPI quanto da FUNAI, mas só tiveram uma

³⁹ Idem.

centralização depois do Estatuto do Índio, antes eram feitas através de decretos e regulamentos internos dos órgãos indigenistas.

Com base no Estatuto do Índio, foi publicado o decreto nº 76.999 de 8 de janeiro de 1976, assinado pelo Presidente da República Ernesto Geisel. O decreto estabelecia de maneira pragmática as formas com que a equipe deveria trabalhar. Mantinha a determinação de uma equipe composta por um antropólogo e um agrimensor, que fariam o estudo de reconhecimento e delimitação prévia da área. Sobre o estudo de campo e a colocação dos marcos é interessante destacar o Art. 6º:

Nos trabalhos de campo, que serão realizados por firma especializada ou equipe técnica da FUNAI, serão observadas as seguintes regras:

I - emprego de instrumentos aconselhados pela técnica;

II - efetivação, por Estadimetria, dos caminhamentos, que deverão ser reduzidos ao horizonte exato;

III - entrega, de todo trabalho de campo, calculado, locado e com projeção na escala indicada pela FUNAI, em 5 (cinco) vias, acompanhado da caderneta de campo, do memorial descritivo e do cálculo analítico de fechamento e planilha, bem como do cálculo de caminhamento;

IV - realização da demarcação com marcos de madeira de lei e de cimento. Os marcos de madeira deverão ser lavrados nas quatro faces, obedecendo às seguintes características: 0,20m x 0,20m de lado a lado; altura 1,00m acima e 1,00m abaixo do solo, contendo a sigla MI - FUNAI cravada a fogo, devidamente numerados e tratados a creosoto. Os marcos de cimento terão as seguintes características: 0,50m x 0,50m de lado a lado; altura 0,50m abaixo e 0,70m acima do solo; uma placa de bronze de 0,10m x 0,10m, chumbada no centro do marco, com a inscrição MI - FUNAI e os meridianos verdadeiros, e outra placa de bronze na face voltada para dentro da área demarcada, medindo 0,40m x 0,10m, indicativa da área indígena;

V - colocação dos marcos de madeira de 1.000 em 1.000 metros ao longo das linhas secas, e dos de cimento de 10.000 em 10.000 metros, e nas confluências e cabeceiras dos rios;

VI - picadas com 6 metros de largura para linhas secas, sendo 3 metros de cada lado do eixo;

VII - feita, nas divisas naturais, de visadas com a colocação de piquetes;

VIII - obediência, na precisão dos trabalhos das seguintes margens de tolerância:

a)- angular - todas as figuras deverão estar dentro do erro aceitável = $E = 1,5 \sqrt{n - 1}$ (n = igual ao número de estações);

b)- planimétrico - erro da poligonal $f = \sqrt{f_1^2 + f_2^2}$ $f = \sqrt{f_1^2 + f_2^2}$ E N E aproximadamente 1/500;

c)- altimétrico - erro da poligonal = 1/300.⁴⁰

Esses procedimentos foram atualizados em legislações internas da FUNAI posteriormente, mas, o que nos vale aqui é perceber seu caráter tecnicista ao tratar dos territórios indígenas. Dessa forma, as fronteiras estabelecidas para uma Terra Indígena são fruto de um

⁴⁰ BRASIL. Decreto nº 76.999, de 8 de janeiro de 1976. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/1/1976, Página 248.

processo meticuloso, semelhante a um trabalho de perícia investigativa. A produção do material tem o objetivo de servir como prova reconhecida no campo jurídico e político.

Após o estudo a proposta era enviada à presidência da FUNAI para aprovação. Os representantes do órgão então entrariam em contato com o INCRA para saber da situação fundiária da área. Não existindo confronto a demarcação era submetida ao presidente da república para a homologação. Após a homologação a área seria registrada no livro do Serviço do Patrimônio da União (SPU) e no Cartório Imobiliário regional.

Outro decreto que dispunha do processo de demarcação de terras aprovado ainda em meio à Ditadura Militar foi o Decreto nº 88.118 de 23 de fevereiro de 1983, assinado pelo então Presidente da República João Figueiredo. Esse decreto apresenta algumas mudanças. A equipe para fazer o estudo já não precisaria necessariamente de um antropólogo, sendo obrigatório que os profissionais fossem funcionários da FUNAI. Como consta no parágrafo 1º do Art. 2º: “§ 1º A FUNAI, através dos seus técnicos e especialistas, procederá os levantamentos e estudos sobre a identificação e delimitação das áreas indígenas.⁴¹”. Essa mudança trazia o peso do período autoritário em que a política brasileira passava, centralizar os trabalhos no efetivo interno era ter maior controle das demarcações.

O decreto nº 88.118 de 1983 apresenta outra mudança significativa com relação à tentativa de controle. O parágrafo 3º acrescentava mais uma etapa no processo. Antes de passar para a homologação do Presidente da República o processo de demarcação deveria passar por um Grupo de Trabalho (GT) composto por diferentes setores do governo. Deveria ser formado por representantes do Ministério do Interior, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, da FUNAI “[...] e de outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes, que emitirá parecer conclusivo encaminhando o assunto a decisão final dos Ministros de Estado do Interior e Extraordinário para Assuntos Fundiários.⁴²”

Mesmo após o período da Ditadura Militar essa etapa de análise feita por um GT continuou sendo aplicada. A esse exemplo está o Decreto nº 94.945 de 23 de setembro de 1987⁴³, assinado pelo Presidente José Sarney, pouco tempo antes da promulgação da Constituição de 1988. Havia trocado de nome para Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e aumentado os participantes. Ficou conhecido também como Grupão.

⁴¹ BRASIL. Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/2/1983, Página 3009.

⁴² Idem.

⁴³ BRASIL. DECRETO Nº 94.945, DE 23 DE SETEMBRO DE 1987. Diário Oficial da União - Seção 1 - 24/9/1987, Página 15593

Como consta no decreto, o GTI deveria ser formado por dois representantes do Ministério do Interior; um do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; um da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; um representante da FUNAI; um do Instituto Nacional de Colonização, um da Reforma Agrária e um do Órgão Fundiário Estadual. Ou seja, estavam envolvidos ali diversos interesses, inclusive os confrontantes à demarcação. Essa etapa adicionada ao processo permitia controlar mais as questões agrárias e colocar em prioridade os interesses de exploração econômica e produtivista.

É apenas depois da Constituição Federal de 1988 que a participação indígena em todas as etapas vai se tornar obrigatória. Na prática, o Grupão acabava tirando a participação e os interesses indígenas do processo e colocando os interesses institucionais. O ato de estabelecer as fronteiras das Terras Indígenas passava por uma rigorosa análise. Os interesses maiores estavam em integrar os povos indígenas e incorporar seus territórios.

A Constituição Federal de 1988 por sua vez é um marco para as demandas indígenas por suas terras e modos de vida. Diferente das legislações anteriores que eram calcadas em ideias integracionistas, a Constituição de 1988 tem por base o reconhecimento das diferenças, a eliminação da tutela, a organização de cada povo, sua cultura e formas de se relacionar com seus territórios. O capítulo VIII Art. 231 da Constituição Federal intitulado “DOS ÍNDIOS”, estabelece o seguinte:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei

complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé⁴⁴.

Se nas legislações anteriores para a demarcação de uma terra era preciso provar a antiguidade da ocupação, no que se chamava de ocupação imemorial, com a nova Carta Constitucional de 1988 passaram a ser consideradas como terras ocupadas tradicionalmente. Ou seja, em um primeiro momento era preciso provar a ocupação em termos de longevidade temporal, com as mudanças tem-se a incorporação dos elementos de relacionamento e uso que cada povo faz de seu território. Desse modo, no processo de delimitação e demarcação deve ser levado em consideração questões de cunho físico, mas, sobretudo, os elementos socioculturais que envolvem a interação com o espaço.

Depois da Constituição de 1988 foi publicado o Decreto nº 22 de 4 de fevereiro de 1991 retirando a atuação do GTI. Atualmente o decreto nº 1.775, de 08 de janeiro de 1996 é quem regulamenta o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas. O decreto é baseado no conceito de Terra Indígena contido no Estatuto do Índio de 1973 e no art. 231 da Constituição de 1988. A demarcação é de competência da FUNAI que designa uma equipe para os estudos de campo e construção do relatório antropológico. Assim como consta em seu Art. 2º:

§ 1º O órgão federal de assistência ao índio designará grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do próprio quadro funcional, coordenado por antropólogo, com a finalidade de realizar estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação.

[...]

§ 3º O grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases.

[...]

§ 6º Concluídos os trabalhos de identificação e delimitação, o grupo técnico apresentará relatório circunstanciado ao órgão federal de assistência ao índio, caracterizando a terra indígena a ser demarcada.

§ 7º Aprovado o relatório pelo titular do órgão federal de assistência ao índio, este fará publicar, no prazo de quinze dias contados da data que o receber, resumo do mesmo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localizar a área sob demarcação, acompanhado de memorial descritivo e mapa da área, devendo a publicação ser afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.⁴⁵

⁴⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/10/1988, Página 1

⁴⁵ BRASIL. **DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/1/1996, Página 265

As etapas consistem em identificação, estudo e delimitação da área, demarcação e homologação. Em alguns casos os processos de demarcação levam anos, outros, por sua vez, acabam ficando parados em alguma dessas etapas administrativas/jurídicas e nunca são homologadas. Durante todo o procedimento demarcatório tanto os estados quanto os municípios e demais interessados podem se manifestar para fins de indenização, desde que apresentem documentos e provas como títulos, laudos periciais, testemunhas, mapas e fotografias.

A homologação é a institucionalização final de uma Terra Indígena e ela só acontece através do poder Executivo. Ou seja, para que o término de uma demarcação aconteça é preciso da assinatura do Presidente da República. Depois de assinado o documento de homologação, o último passo é o registro na Secretaria do Patrimônio da União, no cartório de imóveis da localidade que faz parte da área e, por fim, a publicação no Diário Oficial. Procedimentos que estão no Art. 6º, como consta no documento: “Em até trinta dias após a publicação do decreto de homologação, o órgão federal de assistência ao índio promoverá o respectivo registro em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda.”⁴⁶.

Baseado nas afirmações de Elaine Carreira⁴⁷ durante o processo demarcatório o papel do antropólogo serve como um dos caminhos possíveis, juntamente com o protagonismo dos povos e suas lideranças para a garantia do direito à terra. Embora cada povo tenha uma compreensão e uso específico dos seus territórios, o antropólogo e a equipe responsável pelo estudo antropológico têm o objetivo de transcrição do território em limites físicos que possam ser entendidos e legitimados por juristas e políticos. Nesses termos, os limites que são estabelecidos através do processo demarcatório representam o resultado de uma *práxis* exclusiva do Estado, seguindo seus parâmetros institucionais.

Trazendo as ideias de Bourdieu para o contexto brasileiro de demarcação de terras, podemos entender a institucionalização dos limites de uma Terra Indígena como uma “[...] fronteira, este produto de um ato jurídico de delimitação, tanto produz a diferença cultural quanto é por ela produzida”⁴⁸. Desta forma, as disputas em relação a terra podem ser compreendidas como “[...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ CARREIRA, Elaine de A. **O lugar da antropologia no campo multidisciplinar do laudo pericial**. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Laudos periciais em debate*. Florianópolis: CNPq/Fundação Ford. 2005.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008, p.110.

de fazer reconhecer, de impor a definição legítima [...]”⁴⁹ ao espaço. O que está em disputa, nesse caso, é a legitimação de uma área no campo indigenista.

1.2 REFLEXÕES SOBRE TERRITÓRIO, RESISTÊNCIA E LUTA

O histórico das legislações que versam acerca do direito territorial indígena demonstra que a função inicial era sempre de dominação dos seus territórios e sua integração à sociedade nacional. As poucas mudanças que ocorrem na legislação em favor dos povos indígenas acontecem através de muitas reivindicações de suas lideranças e representantes. As lutas travadas dentro do cenário político e jurídico vão ser essenciais contra as investidas do Estado. Em meio aos enfrentamentos os povos indígenas significaram conceitos jurídicos como Índio e Terra Indígena, os quais foram apropriados nos discursos e reivindicações a fim de assegurar e garantir o direito ao território. É importante frisar que esse processo de lutar através das representações políticas do Estado não faz com que a diversidade de povos e territórios seja descaracterizada ou perdida, ao contrário é através desses conceitos que reafirmam suas identidades e territorialidades frente ao Estado.

O Estatuto do Índio é uma das legislações mais importantes acerca do direito à demarcação das terras. Contudo, baseado em fundamentos de integração criou um aparato jurídico de expropriação territorial. Como afirma Albert o Estatuto do Índio “[...] *instituted a range of mechanisms for legal expropriation.* [...]”⁵⁰. A ritualização do controle sobre as populações indígenas determinou as bases jurídicas e políticas não apenas para classificar as pessoas como indígenas e não indígenas, mas, também, para ter o controle sobre seus territórios. Ainda segundo Albert, o Estatuto do Índio “[...] *conferred a generic identity on autochthonous societies of the country, that of ‘indigenous communities’ inseparable from their legal status as only ‘relatively capable’ persons.*”⁵¹. Assim, tanto as pessoas como suas terras continuariam sob controle e a tutela do Estado Nacional, considerados relativamente capazes na condução de suas vidas e tendo apenas o usufruto da área demarcada.

⁴⁹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 114.

⁵⁰ ALBERT, Bruce. Territoriality, Ethnopolitics and Development: the Indian Movement in the Brazilian Amazon. In Surrallés, Alexandre & Hierro, Pedro Garcia (Eds.) **The Land Within**. Indigenous Territory and the Perception of the Environment. Copenhagen, IWGIA, 2005. p. 202. “Instituiu uma gama de mecanismos para a expropriação legal” (tradução nossa).

⁵¹ Idem. “Conferiu uma identidade genérica às comunidades autóctones do país, colocando ‘comunidade indígena’ inseparáveis do seu status legal de pessoas apenas ‘relativamente capazes’” (tradução nossa).

Nas palavras de Bruce Albert, “[...] *the Indian Statute has constituted the administrative and legal foundation for defining the identity and territoriality of native societies within the framework of the Brazilian State*”⁵². As medidas envolvendo as políticas indigenistas colocadas no Estatuto do Índio teriam estabelecido uma categoria identitária e territorial para os povos indígenas dentro dos planos integracionistas do Estado Nação. O Estatuto do Índio ainda não foi adequado às realidades dos povos indígenas pós Constituição Federal de 1988.

Esses discursos autorizados, como os chamaria Bourdieu⁵³, que regulamentam o campo indigenista e que emanam do Estado, constroem a representação de uma identidade para o território, colocando toda a diversidade dos povos em meio a categorias fechadas, como Terra Indígena e Índio. É preciso considerar que, diferente do que pode ser entendido como autoidentificação, o poder do Estado Nacional impõe a identificação externa, assim como assinala Brubaker⁵⁴ dos agentes que estão sob seu poder simbólico.

As categorias funcionam, então, como estigmas e signos, mas também como poderes. Desta forma, segundo Bourdieu⁵⁵, não há nenhum sujeito social capaz de ignorá-los, uma vez que essas propriedades simbólicas e produtos representativos, mesmo aqueles negativos, são utilizados estrategicamente, condicionados pelos interesses de seu portador. Nessa direção, pode-se interpretar que a luta entre as classificações e definições legítimas da demarcação da terra visa construir e impor os limites e as fronteiras da vida e dos espaços. Essas são lutas pelo monopólio “fazer e desfazer os grupos”⁵⁶ e os territórios.

Como afirma Bourdieu, o “[...] ato de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce por si só um poder [...]”⁵⁷. A categorização, dá existência a certos elementos por meio da construção representativa, fundamentada e objetivada no discurso e nos interesses do Estado. Considerando que, conforme Bourdieu⁵⁸, o poder do Estado tem o monopólio da violência simbólica e legítima. Violência que se manifesta nas tentativas de aplicação de um plano territorial hegemônico sobre a infinita diversidade de territórios que compõem o país.

Segundo Brubaker “*The state is thus a powerful ‘identifier’ not because it can create ‘identities’ in the Strong sense – in general, it cannot – but because it has the material and*

⁵² Idem.

⁵³ BOURDIEU, Pierre. Op cit. 2001.

⁵⁴ BRUBAKER, Rogers e Frederick Cooper. **Beyond Identity**. Theory and Society 29:1-47, 2000.

⁵⁵ BOURDIEU, Pierre. Op cit. 2008.

⁵⁶ Idem. p. 108.

⁵⁷ Idem. p.110.

⁵⁸ BOURDIEU, Pierre. Op cit. 2011.

*symbolic resources to impose the categories, classificatory schemes, and modes of social counting and accounting [...]*⁵⁹. Dessa forma, baseado no que assinala Brubaker, a tentativa de generalizar os povos e seus territórios em categorias identitárias genéricas repousa no poder de categorização do Estado, não porque ele os cria efetivamente na convivência social, mas, pelo fato de ter o poder simbólico de impor a classificação impressa na condução das políticas públicas e territoriais.

No processo de resistência, as categorias generalizantes impostas para o território e para a identidade dos povos indígenas⁶⁰ são utilizadas como contradiscursos na luta por seus direitos. Uma forma de ser ouvido, ser visto através do prisma do próprio Estado para garantir juridicamente a demarcação de suas terras e a garantia de assistência básica, como saúde e educação. Nas palavras de Albert, “*All of them had to undergo a self-objectification through the prism of the same generic Indianness and the same abstract territoriality defined by the legal framework of the State*”⁶¹. Nesse sentido, ainda conforme Albert, mesmo com a gigantesca variedade simbólica de relação com a terra desenvolvida pelos diversos povos indígenas no espaço geopolítico brasileiro, eles foram forçados a vincular “[...] *all their cultural and territorial demands to the categories of ‘indigenous lands’ inherited from the regulations of the 1973 Indian Statute [...]*”⁶².

O jogo de negociações que envolve a construção representativa de ser indígena tem papel fundamental no processo de luta pela garantia dos territórios. Identificar-se dentro da categoria de Índio ou de vincular seus territórios à Terra Indígena figurará, nas décadas de 1970 e 1980, como formas de luta. Foram estratégias de resistência coletiva frente à homogeneização do Estado. Quando esses termos aparecem nas reivindicações e falas indígenas expressam o sentimento de unificação, de resistência e de luta política e jurídica por direitos. Principalmente depois da Constituição Federal de 1988 muitos povos indígenas foram reconhecidos juridicamente e receberam os seus direitos. Muitos povos indígenas que tiveram seus direitos negados e seus territórios invadidos conseguiram conquistá-los reafirmando suas identidades coletivas frente ao Estado através da luta de seus povos e lideranças. O conceito de lideranças

⁵⁹ BRUBAKER, Rogers. 2000. p.16. “O estado é esse poderoso identificador, não porque ele pode criar ‘identidades’ em um sentido forte, rígido, - em geral não pode – mas por que ele tem os recursos materiais e simbólicos para impor as categorias, esquemas classificatórios e modos de contagem e contabilidade social” (tradução nossa)

⁶⁰ ALBERT, Bruce. Op cit. 2005, p.203.

⁶¹ Idem. p.207. “Todos eles tem que submeter-se a um objetificação própria através do prisma a mesma Indianidade e do mesmo abstrato territorial definido pelo quadro legal do Estado” (tradução nossa).

⁶² Idem, p. 206. “[...] todas as suas demandas culturais e territoriais às categorias de “terras indígenas” herdadas dos regulamentos do Estatuto Indígena de 1973” (tradução nossa).

indígenas refere-se não apenas às lideranças tradicionais dentro das comunidades, mas, a figura de representantes e porta-vozes na luta por direitos políticos como a demarcação das terras. No caso da Terra Indígena Rio das Cobras, as pessoas que estavam na linha de frente das lutas como lideranças também exerciam cargos de cacique dentro das comunidades.

Observar como uma identidade atribuída acaba se tornando um dos principais elementos de agrupamento e luta, é considerar não apenas a mutabilidade dessas representações, mas também as significações e os usos estratégicos desses elementos. Assim, reconhecer-se para além das especificidades de cada povo, que têm seus próprios mundos culturais, é sustentar uma identidade coletiva⁶³ como ferramenta de organização, de luta e resistência. Por conta disso, é necessário ponderar algumas questões que envolvem a etnicidade para a luta e resistência na demarcação dos territórios.

Manuela Carneiro da Cunha⁶⁴, chama a atenção para a etnicidade, como uma linguagem, destacando seu possível caráter manipulativo. Esta forma de linguagem não seria apenas um construto com o objetivo de se referir a algo fora dela, mas, também, para permitir a comunicação interna. A construção do “nós” é o entendimento de uma união que é enunciada por determinado grupo étnico, como no caso dos povos indígenas, não se perde no processo de contato, mas se reestrutura e adquire uma nova função.

Seria, então, necessário perceber a produção cultural, uma vez que ela é lapidável e está em constante reinvenção. A etnicidade, para Cunha, deve ser vista em sua situação de uso e construção, como uma forma de organização política, reafirmando sua constante reelaboração. Assim, ela deixaria de ser uma categoria analítica e passaria a ser uma categoria nativa. Etnicidade seria “[...] uma forma importante de protestos eminentemente políticos [...]”⁶⁵. É importante, então, compreender não as unidades das categorias, nem mesmo as fronteiras ou o conjunto de elementos que está dentro ou que caracteriza os movimentos indígenas. O foco está nos processos pelos quais essas categorias são criadas, sustentadas e ressignificadas pelos

⁶³ O que se pode estabelecer é que as identidades podem ser utilizadas em diferentes níveis. São moldadas e orientadas em relação ao exterior, em diferentes lugares e momentos, transfigurando-se com o tempo. Como nos diz Stuart Hall, “[...] a identidade é, realmente, algo formado ao longo do tempo”. Sendo assim, estão em constante construção, são relacionais e situacionais, utilizadas e transformadas conforme as necessidades de cada campo. Os cortes feitos pela identidade laçam luz sobre uns elementos, mas silenciam outros. Esse jogo de disputas e relações de poder, faz com que a diferença e a identidade étnica sejam hierárquicas e que essas fronteiras, que excluem e que integram, sejam ao mesmo tempo porosas e estabeleçam trocas. HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.38.

⁶⁴ CARNEIRO DE CUNHA, Manuela. Op cit. 1987.

⁶⁵ Idem. p.244.

indivíduos em seus ambientes de interação. Ou seja, como eles interagem entre as categorias criadas e/ou impostas, como constroem, como modificam, como negociam.

Atribuição pelo outro, que é reutilizada através de um processo de etnicidade. A construção dos elementos de autorreconhecimento faz com que eles fortaleçam laços e estabeleçam relações sociais que os signifiquem enquanto um grupo. É indispensável notar que a ideia de etnicidade parte de relações, ações, interpretações e reinterpretções dos próprios agentes na ocorrência dos eventos.

Os elementos centrais, assim, estariam em como se articulam, com que bases e contextos se deparam para a construção e manutenção das fronteiras étnicas e dos traços diacríticos que elencam para dar sentido à sua organização. As características culturais para Fredrik Barth⁶⁶ seriam, então, mais como resultados ou consequências do que como um aspecto que definiria a unidade dos grupos étnicos. Para ele é necessário focar, através do trabalho etnográfico, naquilo que é socialmente efetivo na construção das fronteiras e na organização dos grupos. Ou seja, pela finalidade de interação que os indivíduos usam suas identidades étnicas, elencando características que consideram significativas.

É neste sentido que, para Barth⁶⁷, o foco de análise passa a ser as formas de construção das fronteiras e não o conteúdo cultural que está dentro delas. Os atores de um mesmo grupo étnico devem, assim, estar jogando o mesmo jogo de negociações, sendo reconhecidos por seus pares e se reconhecendo como parte daquele determinado grupo. A manutenção destas fronteiras pode estar condicionada a existência de outros grupos étnicos ou, como no caso dos movimentos indígenas, frente a uma sociedade mais ampla e um plano de hegemonia nacional vindo do poder Estatal. Nestes termos, são importantes não apenas os sinais e os critérios de identificação, mas todas as relações de interações que são desenvolvidas no conjunto social que estão inseridos.

Grupo étnico seria, então, uma construção feita através da interação e que resulta em uma forma de organização social, fundamentada na adoção de categorias de classificação dos indivíduos calcada em uma suposta origem em comum. Nem sempre a construção das identidades étnicas é consciente, contudo, os jogos de negociações e manutenções das fronteiras étnicas sempre são situacionais e relacionais. Ou seja, os elementos contrastivos dependem das demandas que se apresentam.

⁶⁶ BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP. 1998.

⁶⁷ Idem.

A construção de fronteiras étnicas, assim, pode ser compreendida através de seus usos políticos. Dessa forma, passa a ter elementos utilizados para o combate no campo jurídico e político, como lembra Manuela Carneiro da Cunha, uma vez que partem do entendimento de que, frente ao Estado, detêm um direito à posse das suas terras.

Nesta direção, não se pode explicar todas as formas de experiências, pertencimentos, auto entendimento e autoidentificação no que Brubaker chama de *idiom of identity*. Os usos e abusos do conceito de identidade são perigosos, nas palavras de Brubaker “[...] ‘identity’ is too ambiguous, too torn between ‘hard’ and ‘soft’ meanings, essentialist connotations and constructivist qualifiers, to serve well the demands of social analysis”⁶⁸. Contudo, isso não descarta o seu uso prático pelos povos indígenas, uma vez que essa construção representativa é fundamental para as suas lutas em meio ao campo indigenista. A identidade, assim, pode ser observada de duas maneiras distintas, uma como categoria de análise e outra como categoria de prática⁶⁹.

Ainda segundo Brubaker: “[...] everyday ‘identity talk’ and ‘identity politics’ are real and important phenomena”⁷⁰. Ou seja, é utilizada como organizadoras das ações diárias que dão sentido aos indivíduos, suas atividades, as suas trocas, negociações e de como se diferem dos outros com base nesses elementos. Para analisar as relações que envolvem os diferentes agentes nos processos de interação é, então, necessário, tal como afirma Brubaker, explicar os processos e os mecanismos através dos quais as categorias são criadas, resignificadas, adaptadas e mantidas. Nas palavras do autor é preciso, “[...] unbundle the thick tangle of meaning [...]”⁷¹.

As categorias fazem uma via de mão dupla, são importantes tanto externamente quanto internamente. Ou seja, os elementos que compõem as criações das categorias identitárias,

⁶⁸BRAUBAKER, Op. cit. 2000, p. 2. Os sentidos de *sameness* e de *groupness* destacados por Brubaker em relação aos usos do conceito de *identidade* destacam dois lados de um mesmo entendimento de unidade. Enquanto o uso do primeiro defende a *fundamental sameness*, ao longo das pessoas e dos tempos, e o segundo a rejeita. *Groupness*, seriam o produto social ou uma ação política que invoca a identidade como forma de sustentar e dar sentido a um autorreconhecimento e um reconhecimento coletivo que faz com que as ações coletivas sejam realizáveis. Desta forma, o que estaria em jogo são dois usos distintos que envolvem a compreensão de identidade, um chamado de *Strong* e outro de *Weak*. O primeiro pode ser entendido através de suas características de permanência de sentidos a ênfase, a *sameness* e utilizados geralmente como algo que todas as pessoas têm ou deveriam ter e compartilhar, ou que todos os grupos têm, mesmo se não estiveram conscientes disso. Isso implica na formação de fronteiras e o estabelecimento de uma ideia de hegemonia entre os membros de determinado grupo. Estas características então ligadas as concepções mais antigas vinculadas ao termo *identidade*, mas os usos entendidos por Brubaker como *weak* é fundamentado nas discussões mais recentes em relação a utilização do conceito como algo fluido e múltiplo, entendimento pelo qual as categorias seriam frutos de processo de construção identitária.

⁶⁹ Idem. p.4.

⁷⁰ Idem. p.5. “A identidade do dia adia e a identidade política são reais e fenômenos importante” (tradução nossa).

⁷¹ Idem. p.14. “Desempacotar o emaranhado espesso do significado” (tradução nossa).

mesmo aquelas que são edificadas a partir das alteridades impostas, ou nascidas das demandas políticas, como é o caso das categorias “índio” e Terra Indígena,” são envoltas em significações que se fazem fundamentais para o grupo e para a conquista de seus direitos. É necessário considerar, assim como faz lembrar Kathryn Woodward⁷², que identidade é uma representação marcada pela diferença. A diferença, por sua vez, é firmada na exclusão e fundamentada na criação de símbolos, de sinais, de significantes e significados. São, assim, sistemas simbólicos que estão em constante reconstrução e ressignificação.

Como será possível observar ao longo de toda a tese, o uso das palavras nossa/nosso ou nós pelas lideranças indígenas em suas reivindicações, não tenta homogeneizar todos os povos indígenas, mas, reafirmar uma luta em comum. A diferença, assim, segundo Kathryn Woodward⁷³, sustenta a exclusão e enfatiza o nós. Neste caso, a terra, os direitos e a luta representam pautas específicas e comuns para os povos indígenas. Essas afirmações de pertencimento determinam o que é ser indígena em detrimento do que é ser branco, o outro, o intruso.

É importante sempre frisar que o conceito de Terra Indígena é diferente do que é entendido pelos povos indígenas como seus territórios. Os territórios estão envoltos em elementos específicos para cada povo e formam uma territorialidade que liga as pessoas aos espaços. A territorialidade, por sua vez, assim como assinala Pedro García Hierro⁷⁴, é um dos conceitos fundamentais para compreender as demandas por terra dos povos indígenas.

Nas definições básicas contidas no dicionário, a palavra terra pode ser entendida de diversas maneiras, mas sempre está ligada ao seu caráter físico. É definida como um planeta do sistema solar, como a parte sólida da superfície terrestre, também como uma área de solo própria para ser cultivada, um lugar físico com seus componentes naturais, um espaço sem limites estabelecidos, com limites definidos ou indica um local de origem⁷⁵. Nas lutas indígenas por demarcação o conceito de terra ganha outros significados, que estão para além de lutar pelo ambiente biofísico. Repousam em relações, significados e pertencimentos que fazem com que o espaço seja indispensável à vida. É levando isso em consideração que a luta pela demarcação de uma terra é para os povos indígenas a reivindicação de um elemento fundamental para a

⁷² SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; Stuart Hall & Kathryn Woodward. **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos culturais**. Petrópolis. Vozes, 2000.

⁷³ Idem.

⁷⁴ HIERRO, Pedro Garcia. **Indigenous Territories: Knocking the gates of Law**. In Surrallés, Alexandre & Hierro, Pedro Garcia (Eds.) *The Land Within. Indigenous Territory and the Perception of the Environment*. Copenhagen, IWGIA, 2005.

⁷⁵ Definições das palavras Terra baseadas no Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, formato online.

sobrevivência e prosperidade das gerações futuras. Como escutei várias vezes dos *Xamoi Guarani* “É por vida que se luta. Terra é vida”.

Para compreender melhor essas questões envolvendo o ambiente físico e as interações com o ser humano, é válido recorrer a algumas concepções discutidas na Geografia. Retomando as ideias defendidas por Raffestin, entende-se o ambiente físico através do conceito de espaço, ou seja, toda matéria que está na terra, para o autor, é o substrato pelo qual os territórios são criados. Segundo Raffestin, esse processo de construção envolve três fatores fundamentais: a sociedade, o espaço e o tempo. Em suas palavras, o território:

[...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias⁷⁶.

Nestes termos, compreende-se território como um processo de significação do espaço através das relações estabelecidas na interação entre espaço e sociedade. Esse movimento pode ser compreendido como territorialização. É através dos usos e vivências interconectadas que esses ambientes ganham limites e localizações. Os territórios estão sempre passando por processos de reconstrução e adaptação.

Para além das questões colocadas por Claude Raffestin deve-se considerar os territórios também como participantes no movimento mútuo de territorialização. Ou seja, são modificados pelas sociedades, mas, também as modificam, são espaços transformados e transformadores, geram significados e são significados. Para noções defendidas na Antropologia, como afirma Zedeño⁷⁷ é importante considerar a territorialidade através dos *environments* e como eles são construídos, através das ações e interações humanas com os seres e elementos dos espaços. Essa concepção se assemelha ao conceito de paisagem proposto por Belée, onde temos as modificações dos espaços e dos seres humanos como processos contínuos, mútuos e de longa duração⁷⁸.

⁷⁶ CLAUDE, Raffestin. **Por uma Geografia do poder**. 1993. pp. 7-8.

⁷⁷ ZEDENO, Maria Nieves. **On what people make of places. A behavioral cartography**. In Schiffer, Michael Brian. *Social Theory in Archaeology*. The University of Utah Press, 2000: 97-111.

⁷⁸ É preciso levar em consideração primeiramente que o ser humano é um modificador de paisagens. No caso dos povos indígenas, por exemplo, eles criaram a biodiversidade e o manejo de plantas em uma perspectiva de longa duração. Para Belée o conceito de paisagem é fundamental para o pensamento em que essas relações aparecem e em que é possível detectar as mudanças das relações e as interações com os espaços. Nessa direção, seria possível olhar para as paisagens com múltiplas camadas de abordagem e incluindo a perspectiva de longa duração como base para compreender os processos de territorialização. Outro elemento importante é a dinâmica, ou seja, uma paisagem está em eterna mudança, não estão paradas no tempo. Assim, os distúrbios

Sobre o processo de territorialização, Paul Little a destaca como sendo “[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* [...]”⁷⁹. Manifesta-se nas vivências, nas ações e sentimentos que envolvem os elementos físicos e simbólicos, mas também em tradições, instrumentos e objetos. Juntos dão forma à compreensão e uso do espaço.

A territorialidade criada através do processo de territorialização marca a diferença e é utilizada, também, situacionalmente e contextualmente, sempre em constante reconstrução e ressignificação. Está constantemente sendo produzida conforme os espaços e o tempo. Assim, todo território também é um produto histórico, de processos socioculturais, econômicos e políticos. Ou seja, a territorialidade é múltipla e diversa, complexa e divergente em cada povo e seus contextos sociais.

O ato de territorializar é um movimento de pertencimento, de construção de sociabilidades e sensibilidades. É formar conexões que perpassam e ultrapassam as condições físicas dos espaços, que repousam suas mais variadas formas de relacionar-se nas fronteiras estabelecidas no tempo e nas vivências. Um território, assim, é permeado de lugares de memórias e sentimentos, é repleto de significações e significados, pode ser físico ou simbólico. O que determina as fronteiras desses espaços são as interações e relações de poder que são estabelecidas.

Como alerta Ailton Krenak: “[...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”⁸⁰. As relações estabelecidas com a terra são múltiplas e diversas, mas, segundo Ailton Krenak, existem camadas da população que estão mais ligadas a ela do que outras. Os diferentes povos tradicionais no Brasil e no Mundo como quilombolas, os povos indígenas, ribeirinhos, faxinalenses e tantos outros estão envolvidos em uma forma de se reconhecer no território que vai além da ideia de preservar ou sentir apreço

também levam ao aumento da diversidade e a produção em diferentes espaços, uma diversificação da produção e ocupação. Na verdade, a diversificação de interações entre humanos e não humanos levou a construção de sistemas de produção de alimentos e trocas no caso das populações indígenas que permitiam a sustentabilidade do ano inteiro em um manejo rotativo. BALÉE, W. **The Research Program of Historical Ecology**. Annual Review of Anthropology, 35, 75–98.2006.

⁷⁹ LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, 2002. p.4.

⁸⁰ KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras. EDITORA SCHWARCZ S.A. São Paulo. 2012. p. 10.

pela natureza. As suas vidas, seu passado, seu presente e seu futuro depende é nutrido pela terra que se relacionam. É onde estão seus mortos, entidades, onde vivem e onde vão ser enterrados, é o lugar que pode proporcionar o futuro das próximas gerações.

Dessa forma, o ambiente não é apenas o que ele contém como matéria prima, ele é parte indissociável da trajetória de vida desses povos. Uma trajetória que tem variações na interação e compreensão dos seres, plantas, animais e pessoas. Essas concepções não são consideradas nas ideias capitalistas e exploratórias com que a dita modernidade encara o futuro. Ailton Krenak afirma: “A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo”⁸¹.

Para Ailton Krenak, a diversidade é necessária para a condução das relações com a terra. É preciso manter e ouvir a diversidade de conhecimentos das populações originárias que por milhares de anos acumularam conhecimentos e formas de interagir com os espaços e os seres. Conforme Ailton Krenak, para os Estados e as grandes corporações os planos de exploração das terras estão acima da preocupação de suas relações com a vida. Diz ele, citando o pensamento exploratório: “Vamos separar esse negócio aí, gente e terra, essa bagunça. É melhor colocar um trator, um extrator na terra. Gente não, gente é uma confusão. E, principalmente, a gente não está treinado para dominar esse recurso natural que é a terra.’ Recurso natural para quem? Desenvolvimento sustentável para quê? O que é preciso sustentar?”⁸². Os territórios indígenas estão constantemente ameaçados pelos garimpeiros, madeireiras, fazendeiros.

Segundo o grande xamã e líder indígena Davi Kopenawa Yanomami os interesses dos garimpeiros tem levado a contaminação dos rios e a morte de pessoas do seu povo. Com uma trajetória de contato relativamente recente, os Yanomami têm visto seus territórios serem cada vez mais invadidos e explorados pelos brancos, situação pela qual Davi Kopenawa tem se dedicado a combater. Nas suas palavras: “Antigamente não éramos obrigados a falar da floresta com raiva, pois não conhecíamos todos esses brancos comedores de terra e de árvores”⁸³. Foi por conta da defesa de seu povo que saiu da sua comunidade para falar aos brancos e reivindicar a defesa da sua floresta. Diz ele: “Vocês não entendem por que queremos proteger nossa

⁸¹ Idem. p. 12.

⁸² Idem.

⁸³ KOPENAWA & ALBERT. **A queda do Céu: palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 391.

floresta? Pergunte-me, eu responderei! Nossos antepassados foram criados com ela no primeiro tempo. Desde então, os nossos se alimentam de sua caça e de seus frutos.”⁸⁴.

As ligações que os Yanomami têm com a terra é íntima, ela foi criada por *Omama*, assim como tudo que está no planeta, e dada a eles. As palavras e a coragem para defender a floresta também foram dadas por *Omama*. Nas palavras de Davi Kopenawa Yanomami, a garantia da defesa de seus territórios é também a garantia da sobrevivência do seu povo, é por esse objetivo que luta. Como afirma: “Queremos que nossos filhos lá cresçam rindo. Queremos voltar a ser muitos e continuar a viver como nossos antigos. Não queremos virar brancos! Olhem para mim! Imito a sua fala como um fantasma e me embrulho em roupas para vir lhes falar.”⁸⁵. É lutando com denúncias e reivindicações fora de sua comunidade e em meio a política dos brancos que Davi Kopenawa Yanomami e tantos outros líderes indígenas vão buscar soluções para a sobrevivência física e cultural de seus povos.

Há, portanto, a existência de muitos territórios e uma diversidade de formas de interagir e relacionar-se com os espaços que vão além da visão homogênea do Estado Nacional. Esses múltiplos territórios em um mesmo espaço coexistem e interagem de múltiplas formas, seja através de relações conflituosas, de câmbio ou mesmo de união. Um exemplo interessante são as Terras Indígenas no Sul do país que, como demonstrado pela antropóloga Maria Lígia Pires⁸⁶, são comumente partilhadas por Guarani e Kaingang. A luta do movimento indígena no Sul une todas essas formas de territorialidade buscando na demarcação das Terras Indígenas a garantia de sua sobrevivência e prosperidade, mesmo que estas representem apenas frações de seus territórios tradicionais.

Baseando-se nas ideias de Rogério Haesbaert⁸⁷ na medida em que um território é deixado, fica sob uma ameaça ou é atacado de alguma forma, causa-se um processo de desterritorialização. Quando existe esse movimento, a malha de relações é rasgada, essa interrupção violenta traz uma reinvenção quase que forçada. Um rearranjo de novas costuras. O que ocorre, assim, não é só a construção de novas malhas, mas, a costura dessas com as já existentes, criando formatos à medida que os velhos são reafirmados. Noções que foram

⁸⁴ Ibidem. p. 389.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ PIRES, Maria Lígia Moura. (1975). **Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo de relações intertribais**. Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado.

⁸⁷ HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P. C. da; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografa: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

primeiramente trabalhadas pelos filósofos Deleuze e Guattari em seu livro *Mil Platôs*⁸⁸, reterritorializar não reúne apenas aspectos físicos do espaço, mas também incorpora aqueles seus sentidos simbólicos.

Para Haesbarert o processo de reterritorialização para as populações tradicionais “[...] se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos”⁸⁹. Esse rearranjar-se, por sua vez, está vinculado também às formas de resistir aos ataques territoriais. As resistências e os processos de reterritorialização estão intrinsecamente ligados, pois em momentos de luta e proteção territorial a ação de resistir é também um ato de costurar e fortalecer as malhas de territorialidade.

O ato de reterritorializar, nesse sentido, também pode ser visto nas retomadas e lutas por demarcações de Terra Indígenas que se desenrolaram durante os anos 1970 e 1980, assim como no movimento em Rio das Cobras. Para tanto, as ameaças aos territórios indígenas (tentativas de desterritorialização) levariam a um movimento de resistência, de luta, de reafirmar os elementos étnicos e de territorialidade para a retomada e demarcação (movimentos de reterritorialização). É nesse sentido que se adota nas análises os conceitos de luta, resistência e retomada. A escolha se deve, principalmente, por serem conceitos utilizados pelos próprios povos indígenas ao longo de suas reivindicações territoriais frente aos invasores e ao Estado. Luta por terra representa, assim, o conjunto de diferentes estratégias e reivindicações pelo direito à demarcação e garantia jurídica dos territórios.

As maneiras de resistir e lutar são construídas de formas diferentes principalmente através de estratégias de enfrentamento que perpassam os campos jurídicos e políticos. Fortalecidas e mantidas através de uma malha de relações, de planejamento que envolveu lideranças indígenas e apoiadores não indígenas. É nesses termos que se entende a retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, assim como tantas outras ocorridas no Brasil, como movimentos que envolvem resistência e a luta pelo direito à demarcação e garantia da terra⁹⁰.

⁸⁸ DELUEZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

⁸⁹ HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190, 1999, p. 185

⁹⁰ Em muitas Terras Indígenas no Brasil é possível notar um contraste específico nas paisagens. Se olharmos uma imagem aérea, como a da Terra Indígena Rio das Cobras, notamos que existe uma divisão entre áreas de mata dentro dos limites das terras demarcadas e áreas de cultivo de monoculturas em propriedades particulares. É possível até reconhecer os limites das terras sem olharmos nos mapas de demarcação, tamanha é a distinção. Esse contraste é mais complexo do que um embate entre exploração x conservação, uma vez que um dos

Antes de adentrar nas questões da presença do poder do Estado na Terra Indígena Rio das Cobras é preciso fazer um retorno para algumas considerações sobre os povos Kaingang e Guarani, focando nos seus territórios tradicionais. Com essa abordagem será possível discutir alguns pontos das questões territoriais, considerando sua presença nas terras de Rio das Cobras muito anteriormente aos primeiros trabalhos do Estado, principalmente pela resistência que colocavam à conquista desde o século XVII. Além disso, a discussão fornecerá bases para pensar como as interações e ocupações dos territórios Kaingang e Guarani representam formas distintas de viver os espaços e diferentes fronteiras.

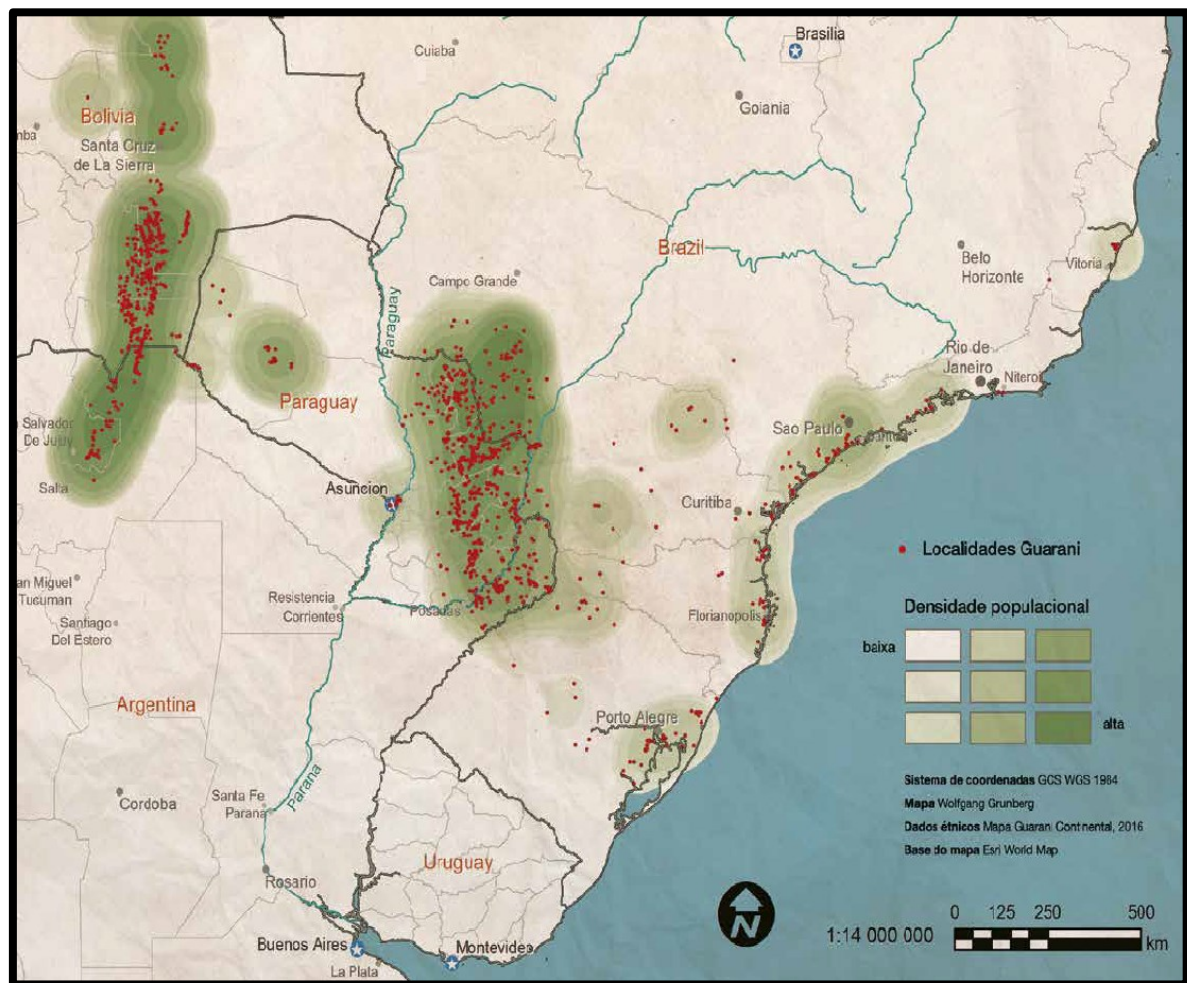
1.3 NOS CAMINHOS DO TERRITÓRIO GUARANI

O povo Guarani é pertencente ao tronco linguístico Tupi, e é também o maior em contingentes populacionais dentre os povos indígenas no Brasil, com um total de cerca de 67.523 pessoas conforme dados do IBGE 2010. Os povos Guarani foram divididos em grandes parcialidades, os Kaiowa, Nhandéva e Mbyá. As diferenciações estão fundamentadas em questões dialetais e culturais. Nessas separações evidenciam a presença maior dos Kaiowa no Mato Grosso do Sul e no Paraguai. Os Nhandevá em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraguai. Também estão no litoral paulista e no litoral catarinense em Mbiguaçu e Morro dos Cavalos. Os Mbyá por sua vez estão presentes no Paraguai, Argentina, Uruguai; no Brasil estão nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. A presença do povo Guarani também se estende para a Bolívia. Assim, é preciso compreender que as distinções de uso do território e a presença dos povos Guarani nesses espaços permanece e se reinventa nas práticas de interação por eles estabelecidas.

As localidades com a presença Guarani são destacadas no Mapa Guarani Continental produzido em 2016, através da contribuição de profissionais das mais diversas áreas de conhecimento e das comunidades Guarani. Esse é um esforço também que se destaca pelo trabalho em conjunto. Como consta no documento o povo Guarani se faz presente em diversos países:

grandes problemas apresentados é a desvalorização da forma de manejo das florestas e dos conhecimentos dos povos indígenas que neles habitam. Essa desvalorização afeta não apenas as demarcações, mas é um dos principais motivadores de arrendamentos e de explorações de terras indígenas. O cenário exploratório e de caráter capitalista reflete diretamente nos usos da terra e nas formas como ela é encarada. Por isso, compreender que as interações entre os espaços e os povos indígenas fazem parte de um processo de longa duração é um dos pontos chave de compreender as paisagens e a manutenção de conhecimento de manejo sustentável.

Mapa 02 – Mapa Continental Guarani: Localização dos *Teko*a



Fonte: Mapa Guarani Continental. Povos Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai. Equipe Mapa Guarani Continental, Campo Grande, MS. 2016. p. 4.

A presença e a densidade populacional destacadas no mapa criam a representação de um território de ocupação extenso e com proporções continentais. A ocupação desses espaços foi feita paulatinamente através de milhares de anos. Francisco Noelli contribui para pensar a expansão territorial ao afirmar que:

A distribuição Guarani alcançou grande parte do leste da América do Sul, principalmente as bacias dos rios Paraná e Paraguai. Os dados históricos permitem estimar que no começo do século 16, quando os europeus chegaram, os Guarani viviam seu ápice geográfico e demográfico, com uma população que poderia superar os dois milhões de pessoas.⁹¹

⁹¹ NOELLI, Francisco Silva. O Espaço dos Guarani: a construção do mapa arqueológico no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. In: **Etnias, Espaços e Ideias: Estudos Multidisciplinares**. Curitiba: Instituto Memória, 2009.p. 68.

Os dados arqueológicos, etnográficos e históricos permitem compreender como e por quais caminhos possivelmente se deu a expansão territorial Guarani. Segundo Noelli, seguindo os traços linguísticos é possível chegar a uma origem no sudoeste da Amazônia, atualmente conhecido como Estado de Rondônia. As evidências de cultura material também corroboram para pensar, Noelli afirma que as rotas de migrações Guarani foram principalmente pelos rios Paraguai e Paraná “[...] subindo seus afluentes até os interflúvios, sempre no interior das selvas onde abriam clareiras para instalar suas aldeias, roças, trilhas e outras atividades ecológicas e sociais⁹². Dessa forma, segundo o autor, eles teriam ocupado grande parte do Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e o nordeste argentino.

A adaptação às altitudes elevadas e mais frias da Serra Geral não foi uma barreira para os Guarani. A ocupação do interior foi uma forma de adaptação gradual, pois o domínio paulatino das terras acompanhou a ascensão por uma linha de 550 km, a partir dos 200 metros de altitude no rio Paraná até os 1.000 metros acima do nível do mar de Ponta Grossa-Curitiba. Já a transição litoral-interior, pelo contrário, é marcada pelas altas escarpas da Serra Geral, com uma dificuldade do terreno que não impediu que fosse utilizado como caminho para o interior, até a área de Curitiba e aos territórios dos rios Tibagi, Piquiri e Ivai. Se não fosse pela densa ocupação dos Jê na área centro-sul, os Guarani teriam dominado todo o Paraná, excetuando as partes campestres.⁹³

Segundo Noelli a ocupação do povo Guarani é datada de mais 1000 A.P., algumas ocupações no rio Paraná podem chegar a mais de dois mil anos. Com relação aos Guarani pré contato algumas características de organização social são importantes de serem destacadas, pois trazem informações valiosas quanto às formas que interagem com seus territórios. Segundo dados levantados por Soares⁹⁴ existiam níveis de organização política e territorial que podiam ser definidos em: primeiro a família extensa ou *teýy*; segundo o *amundá* que seria o conjunto de famílias extensas; terceiro está o *Teko'a* formado pelo conjunto de *amundás*; o quarto diz respeito ao conjunto de *Teko'a*, denominado *Guará*⁹⁵.

Baseado em elementos encontrados nos escritos do Padre Montoya, Soares utiliza termos específicos para se referir às lideranças Guarani. Segundo o pesquisador, o líder do *teýy* era chamado de *teýy-ru*. O líder político e que tinha responsabilidade sobre o *Tekoá* era conhecido como *Tuvichá*. Também eram utilizadas nomenclaturas como *tuvichá-ruvichá* ou

⁹² Idem.

⁹³ NOELLI, 2009. p. 80.

⁹⁴ SOARES, André Luis. **GUARANI: Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 122.

⁹⁵ Idem.

mburuvichá que se referiam aos líderes entre os líderes, ou seja, serviam para as abrangências maiores de território, como por exemplo lideranças responsáveis pelos *Guarás*.⁹⁶

A *teýy* tem um papel central na base da organização Guarani pois concentra nela as ligações fundamentais para a manutenção do território. Assim, o *teýy* estaria diretamente ligado ao prestígio do *tuvichá*. Diferente da formação baseada em famílias nucleares, que agrupavam cerca de quarenta a sessenta pessoas, as famílias extensas podiam chegar a agrupar mais de sessenta famílias nucleares.

O *amundá*, formado através do conjunto de famílias extensas, é uma espécie de povoado, sendo seu espaço físico e seu núcleo social delimitados pelas ligações entre as *teýy*. Geralmente eram formações de casas próximas umas das outras. A proximidade era essencial para que mantivessem contato entre visitas, festividades sociorreligiosas, além de outras práticas coletivas.

Elemento que tem por base a reciprocidade do *amundá* e em consequência de todo o *Teko'a*. Essa, por sua vez, figura como um dos elementos centrais na composição da organização social Guarani, diz respeito à união político e social das famílias extensas de um ou mais *amundás*. Segundo Soares⁹⁷ tinham entre oito e cento e vinte famílias. O *Teko'a* reunia relações sociais, econômicas, políticas e religiosas. Esses espaços eram redes de parentesco e grupo familiares que embora tivessem autonomia mantinham intercâmbio econômico e social.

Soares⁹⁸ ainda chama a atenção para outra forma de organização sócio territorial, o *Guará*. Formado pela união de vários *teko'as* foi inicialmente traduzido por Montoya como pátria ou país, representava para os Guarani uma identidade regional que estava para além de limites físicos: “Pra os antigos Guarani, era a consciência da unidade e identidade pela união de ações e a solidariedade de condutas”⁹⁹. A ideia de unidade era chamada de *oreva* – distinção entre nós (*ore*) e os outros – e estava fundamentada na vivência e continuidade das *teýy* que por sua vez organizava e dava forma ao *Teko'a*. Essa interligação de relações sustentavam o domínio territorial em seus diferentes níveis.

Os limites dos *Guarás* e dos *Teko'as* também eram determinados por fronteiras naturais tais como rios, serras e campos. A defesa dos territórios era feita pelos guerreiros de todos os *Teko'as*, contudo, cada *tuvichá* disputava o lugar de liderança geral do *Guará* com os outros *tuvichás*.

⁹⁶ Idem. p. 128.

⁹⁷ Idem. p. 133.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem. p. 129.

A elegibilidade era alcançada pelo prestígio e status que cada *tuvichá* alcançava. Através das redes de reciprocidade era possível aumentar sua influência e estabelecer-se como uma liderança com vastas ligações e confiança, características que faziam com que o *tuvichá* não apenas fortalecesse seu *tekoa*, mas demonstrasse sua capacidade de reger domínios maiores.

Com relação às lideranças políticas, uma das pessoas mais importantes para o *tekoa* eram os fundadores –*ava-mokoi*¹⁰⁰ exerciam dentro do *teýy* a continuidade do modo de ser Guarani *nhande-reko*, o seu exemplo deveria ser seguido e as tradições mantidas. Assim, os mais velhos e os que já se foram tinham respeito de todos por que carregavam o *nhande-reko* na formação de novas alianças, seja na expansão do território, de novas famílias, novos lugares, tinham a capacidade de expandir através da continuidade do modo de ser.

Contudo, o *tuvicha* figurava como uma liderança temporária, evocada principalmente quando eram tempos de guerra. Em tempo de paz, segundo Soares¹⁰¹, seu comando não era tão necessário, assim, a liderança que tinha maior influência no dia a dia era o líder espiritual, o sábio conhecido como *Xamoi* ou também *Karai*. Em muitos casos as lideranças agrupavam em si diferentes funções, desse modo, o líder político podia ser também o *Xamoi* dentro do *tekoa* ou das *teýy*, o que dava maior prestígio para a liderança.

A reciprocidade é considerada uma das características bases do modo de ser Guarani. Em meio aos aspectos que fazem parte da reciprocidade estavam envolvidas relações de guerra, de alianças e convites. Segundo levantado por Soares¹⁰² participavam as pessoas do *guará* e deveriam manter uma padronização baseada no *nhande-reko*. Era desenvolvida através de ligações feitas e mantidas no cotidiano, exercidas principalmente pela prática do convite.

Soares¹⁰³ na esfera do *teýy* as relações eram com base no parentesco, formada por pais, filhos, genros, sobrinhos, noras e primos, regidos pelo *teýy-ru*. Seria nesse núcleo que as relações ficariam mais evidentes, a reciprocidade enquanto auxílio mútuo acontecia nas interações entre tias maternas-sobrinhas, tios-sobrinhos, avô-neto, sogra-nora, ou seja, as conexões estabelecidas eram compostas por práticas e vivências coletivas baseadas na condição de aprendizado e de manutenção do *nhande-reko* na cooperação diária.

No *amundá* as atividades coletivas eram feitas através do convite (*pepy*). Essas atividades eram diversas e poderiam envolver a abertura de roças, pesca, caça, construções para festividades ou moradias. Eram conhecidos como *potyro*, ou puxirão – essa nomenclatura

¹⁰⁰ Idem. p. 134.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem. p. 137.

¹⁰³ Idem. p. 139.

permanece até os dias atuais e foi incorporada por grupos não indígenas também¹⁰⁴. Assim, o convite (*pepy*) figurava como o elo de relações sociais, e uma das suas formas de manifestação era no *potyro*, na união dos esforços, todas as mãos¹⁰⁵. Essa expressão foi incorporada pelos colonos locais como puxirão. Contudo, o termo em seu sentido mais literal em Mbyá não significa o esforço de todas as mãos como consta no livro de André Luis Soares traduzido com base no Tupi De fato tem a ver com um movimento de ajuda mútua, mas no Mbyá o termo significaria o lugar de florescer, ou de florescimento, uma vez que a palavra *poty* significa florescer.¹⁰⁶

As ligações eram mantidas por uma sofisticada forma de comunicação. Feita através de redes de caminhos e visitas utilizando mensageiros - *parehá*¹⁰⁷. Segundo Soares¹⁰⁸ essa comunicação era muito eficiente e rápida. Os jesuítas no momento das reduções utilizaram muitos destes mensageiros.

Com relação aos *mburuvichá* ou *tuvichá-ruvichá* seus territórios eram extensos e eram reconhecidos como liderança geral pelos outros *tuvichá* que faziam parte do *guará*. Alguns *Guarás* foram nomeados com o nome das lideranças, como é o caso do território do Guaira. Sobre as hierarquias que cercavam as chefias Soares destaca os diferentes níveis que moldavam o território em suas relações:

As hierarquias apresentam-se sob duas formas distintas: vertical e horizontal. A primeira é percebida no poder político, onde um *tuvichá-mburuvichá* é liderança de um *guará*, reunindo ao seu redor a liderança dos *tuvichá*, chefes de aldeia, que por sua vez, reúnem em torno de si os *teýy-ru*, chefes de famílias extensas. Este poder manifesta-se sobretudo em ocasiões de conflito. Percebe-se a hierarquia horizontal no poder religioso, onde pajés ‘sopradores e ‘chupadores’ desfrutam da mesma importância que os *karai*, embora cada um deles exerça atividades diferentes¹⁰⁹

Assim a chegada ao lugar de liderança em qualquer nível dependia do prestígio que se tinha e das relações que eram estabelecidas: “O cargo de cacique é dado pelo prestígio, sem herança de posto. É através do prestígio que um pai de família extensa se torna chefe de aldeia, e é através do prestígio que concentrará as pessoas em torno de si, seja nas atividades coletivas

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem. p. 140.

¹⁰⁶ Quando perguntei para Eliezer sobre o significado ele me explicou que a ideia é de possibilitar o florescimento no sentido da ajuda, da reciprocidade, na construção coletiva. Os trabalhos eram realizados por grupos divididos pela idade, baseadas nos diferentes tempos da vida Guarani.

¹⁰⁷ Idem. p. 149.

¹⁰⁸ Idem. p.147.

¹⁰⁹ Idem. p. 211.

agrícolas ou guerreira.”¹¹⁰. A reciprocidade estaria assim como uma forma central das relações, e a prática do convite estaria como base da expansão e manutenção:

A execução da reciprocidade na forma do convite faria as pessoas se locomoverem a grandes distâncias, da periferia para o centro de cada *guará*, e de um *guará* para outros. Estes movimentos aparentemente aleatórios, mas com motivações locais, permitiam uma rede cobrindo toda a área Guarani, através do tempo e do espaço. Através desta rede, os valores culturais da sociedade se mantinham sem modificações, impedindo a deriva cultural, que seria produzida pelo isolamento.¹¹¹

Ao longo dos estudos tanto de Noelli quanto de Soares, é possível perceber que ao longo dos rios principais tanto da bacia Platina quanto da costa Atlântica existiam diversos *Guará*. As distâncias entre as aldeias que faziam parte do *Guará* podiam variar muito, chegando, em alguns casos, a seiscentos quilômetros. A manutenção envolvia três espaços, além do *amundá*, e do *Tekoa* havia também os espaços das roças –*cog*– e a vegetação –*caa*. As roças iniciavam ainda fora dos perímetros do *amundá* com uma divergência de distância dependendo do tempo de uso de cada espaço. As roças eram divididas por famílias a partir da concessão de uma área pelas lideranças locais, dependendo da posição hierárquica da família. Os lotes de cultivo variam entre de 0,5 à 2,0 hectares, chegando a um total de 30 à 120 hectares em um *teýy* de 60 famílias¹¹².

Assim como as roças, as matas também faziam parte da interação com o espaço, seja com a pesca, coleta, caça, manejo da floresta, utilizando as jazidas litológicas e de argila para a confecção de cerâmicas. As florestas que envolviam os *tekoa* faziam parte de áreas de manejo que refletiam a antiguidade das ocupações do território e se estendiam por vários quilômetros do centro do *tekoa*. Essas áreas de captação de recursos variavam dependendo das relações de reciprocidade praticadas, o que delimitava também os espaços de uso de cada parcialidade. Esses também são locais que além de recursos faziam parte da vida do povo, como lugares de afetividade, envoltos na cosmologia e na forma de viver. Sobretudo a relação de manejo e interação com as florestas chama a atenção, uma vez que para o povo Guarani as relações com os recursos naturais estavam diretamente envolvidas com suas perspectivas de futuro e de conseguir viver o *nhande-reko*¹¹³.

¹¹⁰ Idem. p. 215.

¹¹¹ Idem. p. 219.

¹¹² Idem. p. 266.

¹¹³ Charles R. Clement, em texto formado por diferentes pesquisadores, enfatiza que sistemas agroflorestais funcionam a 5 mil anos com uma dinâmica de biodiversidade de produção incluindo tantas espécies cultivadas, mas também uma série de outros processos de manejo florestal que passa por elementos culturais. Clement amplia a noção de domesticação que não necessariamente a ideia de modificação, mas a partir de

As florestas figuravam como pomares, hortas e fontes de medicinas, relações de cultivo que interligavam as pessoas e os espaços de maneira a estabelecer trocas de convívio que faziam com que os lugares estivessem em conexão com a vida. Os Guarani construíram uma rede extensa de caminhos que interligavam todas as áreas de convívio, sociabilidade e coleta de recursos. Assim, interações se davam ao longo das trilhas, ao redor das casas, em meio a aldeia, pelos caminhos que ligavam os diferentes níveis do território, em todos esses espaços de mobilidade¹¹⁴.

As roças tinham características da vegetação sucessional, sendo cultivado através do consórcio de várias espécies, as quais estabeleciam ligações e interatividade no crescimento e transição, assim como no acesso de nutrientes e na prevenção de pragas. Cada área era cultivada por anos, que além de cultígenos de ciclo fenológico de curta duração, entre dois e três anos, havia também o manejo de plantas medicinais e árvores frutíferas e de fornecimento de matérias-primas de caráter mais duradouro¹¹⁵. As práticas eram desenvolvidas de forma a não esgotar os recursos dos espaços, aplicando a funcionalidade alternada das roças. Em um momento em que a quantidade de plantas decrescia eram então abertos novos espaços de cultivo, fazendo com que as antigas se recuperassem. Ficavam, então, em repouso por vinte anos ou mais. Esses lugares não eram abandonados, mas passavam por outras formas de manejo e outras plantas. Ou seja, era um sistema baseado em interações agroflorestais que variavam em escalas de curto e longo prazo, essa variação de tempo e espécies utilizadas possibilitava

estágios de interações. O pressuposto básico não é um desconhecimento da noção de domesticação, mas uma possibilidade de processo coevolutivo. In: CASSINO, Mariana Franco; Myrtle P. Shock; Laura Pereira Furquim; Daniela Dias Ortega; Juliana Salles Machado; Marco Madella & Charles R. Clement. **Archaeobotany of Brazilian Indigenous Peoples and their Food Plants**. In Jacob, Michelle, Albuquerque, Ulysses Paulino (Eds.). *Local Food Plants of Brazil*. Springer, 2021.

¹¹⁴ Acredito que a ideia de laboratório a céu aberto auxilia a pensar essa questão. Trazendo a noção de dinâmica ele incorpora outras relações e conexões que extrapolam os conhecimentos somente humanos. É nesse sentido que, por exemplo, a importância dos quintais e seus processos de experimentações são a ligação entre o presente e o passado. Nos quintais isso se torna mais evidente porque a interação é mais íntima entre pessoas e ambiente. Isso torna esses laboratórios a céu aberto mais complexos, pensando quais os papéis e usos desses espaços, do entendimento dos caminhos e quintais como laboratórios vivos e dinâmicos. Diferente do laboratório fechado dentro de um controle *in vitro*, em um contexto aberto e vivo estamos lidando com os imprevistos, uma vez que existem muitas variantes dentro das possibilidades de cultivo e manutenção de certas plantas. Não conseguiríamos incluir esse elemento dentro do laboratório fechado. São acúmulos que não são totalmente escolhas, mas que surpreendem. A lógica do não controle e da diversidade é também uma forma de entender as múltiplas formas de interações. A relação do passado e do presente pensando nos caminhos e lugares também como espaços de sociabilidade, não só entre as plantas e as pessoas, mas também entre as pessoas que interagem através desses espaços e essas plantas. A memória ajuda a pensar a relação com o passado, a seleção do que vai ser plantado ou cultivado está presente na construção da memória e identidade de cada povo. LEITÃO-BARBOSA, Myruan; KAWÁ, Nicholas C; JUNQUEIRA, André B. OYUELA-CAYCEDO, Augusto. **Open air laboratories: Amazonian home gardens as sites of experimentation, collaboration, and negotiation across time**. *Journal of Anthropological Archaeology*, Volume 62, 2021, <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2021.101302>.

¹¹⁵ Idem.

que os Guarani nunca esgotassem a capacidade de subsistência por todo o ano e em longa duração. Dessa forma o *tekoa* era composto por florestas com diversos níveis de manejo fazendo parte de um sistema de rotatividade dentro do *tekoa*.

A diversidade que surgia das interações entre natureza e os Guarani eram parte de um acúmulo histórico de conhecimento¹¹⁶. Parte disso pode ser observado na variedade de cultivares encontrados por Noelli¹¹⁷ nas fontes etno-históricas e etno-botânicas, as quais demonstram que existiam mais de cento e oitenta tipos de cultivares que faziam parte do ciclo anual das roças, um inventário com mais de trezentas plantas utilizadas tanto para alimentação quanto para práticas de cura. Entre as variedades citadas encontram-se a mandioca – (*manibot succulenta*) com cerca de 24 variedades; a batata doce (*Ipomoea batatas*) com 21 variedades; o milho (*Zea mais*) com 13 variedades; o cará (*Dioscorea ssp e Pachyrrhizus erosus*) com 9 variedades; o amendoim (*Arachis bypogaea e Lupinus ssp*) com 7 variedades e os feijões (*Phaseolus ssp*) com cerca de 16 variedades¹¹⁸.

As territorialidades, as lideranças e a diversidade de produção de alimentos ficaram ameaçadas com a chegada dos não indígenas e as tentativas de conquista dos seus territórios. Muitos dos espaços foram destruídos. A população diminuiu, decorrente principalmente de doenças infecto-contagiosas trazidas pelos *jurua*¹¹⁹. Além disso, o povo Guarani enfrentou um processo de guerra e escravização. A chegada dos *jurua* se mostrou devastadora por todo o território Guarani do período. Em 1700, segundo Noelli¹²⁰, no território que perpassava o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Oeste de São Paulo, Uruguai e Buenos Aires, Entre-rios, Corrientes e Misiones restaram grupos isolados.

¹¹⁶ Seguindo estudos realizados por Pereira Cruz, A., Giehl, E. L. H., Levis, C., Machado, J. S., Bueno, L., & Peroni, N. é possível perceber que existe uma escolha cultural por manter a diversidade, a escolha é trazer as diferenças aos poucos e aos poucos mantê-la. Assim, existe um processo de diferença controlada, isso é explícito na perpetuação das espécies escolhidas para serem mantidas. Não se quer um controle da reprodução ou anular a diversidade e dominá-la. A complexidade de relações que os povos indígenas têm com a natureza pode ser entendida fora da expectativa da unidade e sem a perspectiva de dominação. PEREIRA CRUZ, A., Giehl, E. L. H., Levis, C., Machado, J. S., Bueno, L., & Peroni, N. **Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil**. PLOS ONE, 15(7), e0235819. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235819>. 2020.

¹¹⁷ NOELLI, Francisco. **Sem tekoa não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí, Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993.

¹¹⁸ NOELLI, Francisco. **A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas** – 1872/2000. Revista USP, 44 (2): 218-269. 1999/2000. p. 255

¹¹⁹ *Jurua* é o termo utilizados pelos Mbyá para se referir aos não indígenas. Todas as vezes que o utilizo no texto é com essa conotação.

¹²⁰ NOELLI, Op Cit, 2009. p. 68.

No antigo território do Guaíra, hoje partes do Paraguai e Brasil, durante o século XVII, segundo Susnik¹²¹, os Guarani entraram em contato com as Reduções jesuíticas. As reduções tinham por objetivo, o confinamento de grupos indígenas para a catequese e para mão de obra. Segundo Garlet e Assis¹²², com ordens dadas pela coroa espanhola, os missionários da chamada Companhia de Jesus eram encarregados de reduzir os indivíduos espalhados pelas matas. As Reduções serviam especificamente para que os padres confinassem os Guarani em vilas e povoados. Reduzir era um ato que consistia em usurpar as dinâmicas de ocupação territorial.

Segundo Garlet e Assis¹²³, muitos grupos aceitavam as Reduções por curtos períodos. Segundo os autores, muitos indígenas utilizavam artimanhas para absorver os benefícios dos aldeamentos e depois iam embora. Camuflavam sua submissão como uma forma de conseguir utensílios, comida e proteção, depois disso evadiram-se dos locais de confinamento. Em toda a trajetória de relações sociais entre indígenas e o Governo Nacional é possível identificar estratégias na defesa da territorialidade, porém, é importante ter a compreensão de que ainda persiste um processo contrário às causas indígenas. Tal fato demonstra que o processo de confinamento e espoliação territorial não foi um processo unilateral.

Conforme estudos desenvolvidos por Rosa¹²⁴, as Reduções espanholas só tiveram uma grande baixa depois que a expedição de Raposo Tavares destruiu a maior parte delas, em 1628, um ataque motivado pelo temor do avanço espanhol pelo território lusitano. Com isso, muitos grupos Guarani fugiram para os interiores do Paraguai e dos Estados do que viriam a ser o sul do Brasil. Com o término do sistema de Reduções, os grupos Guarani passaram a ser perseguidos pelos bandeirantes paulistas, que caçavam os indígenas e os escravizavam nas fazendas.

Como efeito dessa série de acontecimentos contra os povos Guarani, sua população foi sendo reduzida em todo território. Em decorrência desse decréscimo houve um aumento das populações Kaingang em toda extensão do antigo território Guarani. Contudo, a redução populacional Guarani não se deve totalmente à destruição das Reduções, segundo

¹²¹ SUSNIK, Bronislava **El rol de los Indígenas en la Formación y eN la Vivencia del Paraguay**. Asunción: Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales, 1983. Tomo II.

¹²² GARLET, Ivori J. ASSIS, Valéria S. de. Desterritorialização e reterritorialização: A compreensão do território e da mobilidade Mbyá- Guarani através das fontes históricas. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 15-46, jan./jun. 2009.

¹²³ Idem.

¹²⁴ ROSA, Marcelo Caetano de Cernev. Notas sobre a Presença Guarani no Estado do Paraná. Elementos de cosmologia e história. **Mediações**, Londrina, V. 4, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 1999.

Tommasino¹²⁵, muitos Guarani se dispersaram pelos interiores, e voltaram a viver em meio à floresta. Segundo a autora, os indivíduos que não empreenderam fuga resistiram e/ou acabaram sendo levados como mão de obra, outros ainda se evadiram para o sul, onde os jesuítas estavam fundando novas Reduções, as quais ofereciam, supostamente, segurança e abrigo. Entre os Guarani que resistiram às pressões e às Reduções Jesuíticas estão os Mbyá.

Por um período os Mbyá ficaram escondidos na historiografia, porque as definições e separações estabelecidas entre o povo passava por imposições e generalizações que apagavam quaisquer autoidentificações. Segundo Garlet, estiveram isolados nos tempos em que as Reduções Jesuíticas foram impostas no território Guarani, eram chamados de *Ka'yguaá* (os do mato) ou também conhecidos por monteses. Egon Schaden assim se referiu às atribuições feitas:

Mbuá (gente) é a auto-denominação mais usadas pelos Guarani conhecidos na bibliografia como Kainguá, Kaivá etc. e a que os Nhandéva chamam de Tambéaópé (chiripa largo) ou Txeiru, Ñaneiru (“meus” ou “nossos amigos”). Não raro, encontra-se também para esses índios a denominação Aputeré, ou seja Apyré (corruletas: Apuiteré, Apiteré), que eles próprios, no entanto, repelem como depreciativo. Entre os paraguaios são conhecidos pelo apelido de Baticolas, em atenção ao *chiripa* que usam entre as pernas. Também se ouve em outros subgrupos o apodo de Aváhuguai, “homens de cauda”, dado pelo mesmo motivo.

Entre as diferentes imposições de nomenclaturas, os Mbyá mantiveram as suas identificações enquanto povo passando pelos períodos de contato, fortalecendo as relações entre os próprios Mbyá, resistindo e reterritorializando. A historiografia e a etnografia apontam para o território tradicional dos Mbyá concentrado no Paraguai Oriental. Nas histórias orais do povo, segundo Garlet¹²⁶, indicam esse lugar como sendo o centro da terra ou *Yvy Mbyte* demarcando não só um espaço geográfico, mas também mítico. Sobre o território histórico, Leon Cadogan¹²⁷ registrou o Paraguai como o coração do território Mbyá, mas, ressaltou que esse território se estendendo para outros espaços através dos rios. Entretanto, não era um território exclusivo e estava em uso por outros povos, como os Kaingang e outros Guarani

Depois da segunda metade do século XVII, as florestas de *ilex paraguariensis* (erva mate) e de madeira que estavam a leste de Assunção começaram a ser um dos principais pontos

¹²⁵ TOMMASINO, Kimiye. **A história dos kaingáng da bacia do tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Antropologia Social) -Universidade de São Paulo. p. 51-73.

¹²⁶ GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: História e Significação**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado, 1997.

¹²⁷ CADOGAN, Leon. *Ayvu rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá*. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo**, n. 227, São Paulo: Série Antropologia, n. 5, 1959.

de interesse econômico da Colônia do Paraguai. Era uma região estratégica para a expansão territorial espanhola, esses espaços eram dominados pelos Mbyá. Foram feitas muitas tentativas de reduzi-los, mas não tiveram sucesso. As relações muitas vezes passaram a ser violentas, os exploradores de erva-mate comumente entravam em confronto com grupos Mbyá que defendiam seus territórios de exploração. Com as pressões sobre o governo Provincial do Paraguai foram intensificadas com as práticas desenvolvidas pelos missionários da Companhia de Jesus¹²⁸.

Segundo Cadogan¹²⁹ o grande impacto sobre o território foi a Guerra da Tríplice Aliança ocorrida entre 1865 e 1870, que fez com que as terras se tornassem esperança de reconstrução econômica do Paraguai. Nos anos 1883 as terras paraguaias foram sendo ocupadas, pelo interesse de latifundiários e grandes empresas de extração de erva-mate ou de madeira¹³⁰. Outros fatores epidemiológicos também influenciaram para que os Mbyá se afastassem dos *jurua*. A cosmologia Mbyá e as estratégias de resistência territorial que dela surgiam possibilitaram que muitos grupos Mbyá conseguissem fugir das tentativas de dominação.

Assim, as tentativas de catequizar os Mbyá e liberar as terras para a conquista e exploração dos espanhóis não teve êxito, principalmente no que diz respeito à conversão, pois eram fortemente ligadas às suas formas de compreender o território e o mundo. Em muitos casos aceitavam as transferências como últimas formas de resistência. Ao longo do século XVIII e XIX as tentativas tanto dos jesuítas quanto das frentes de expansão fracassaram em dominar os Mbyá. Resistindo fortemente e se embrenhando nas florestas não aceitaram as imposições¹³¹. Para preservar seu *nhande reko* existiam alguns caminhos, ao invés de enfrentamentos armados tomaram estratégias diferentes, distanciando-se dos *jurua* e sempre tomando muito cuidado com os contatos, uma vez que sabiam que os interesses sobre seus territórios e conhecimentos eram disputados historicamente pela ganância dos não indígenas.

A mobilidade que é percebida ao longo dos anos pelos pesquisadores *jurua* mesmo que tenha motivações religiosas eram feitas dentro dos perímetros conhecidos pelo território ancestral, mesmo que algumas historiografias do século XX afirmem que o território Mbyá se concentrava no Paraguai ele deve ser entendido como uma das referências territoriais do povo,

¹²⁸ Idem. p. 28.

¹²⁹ Idem.

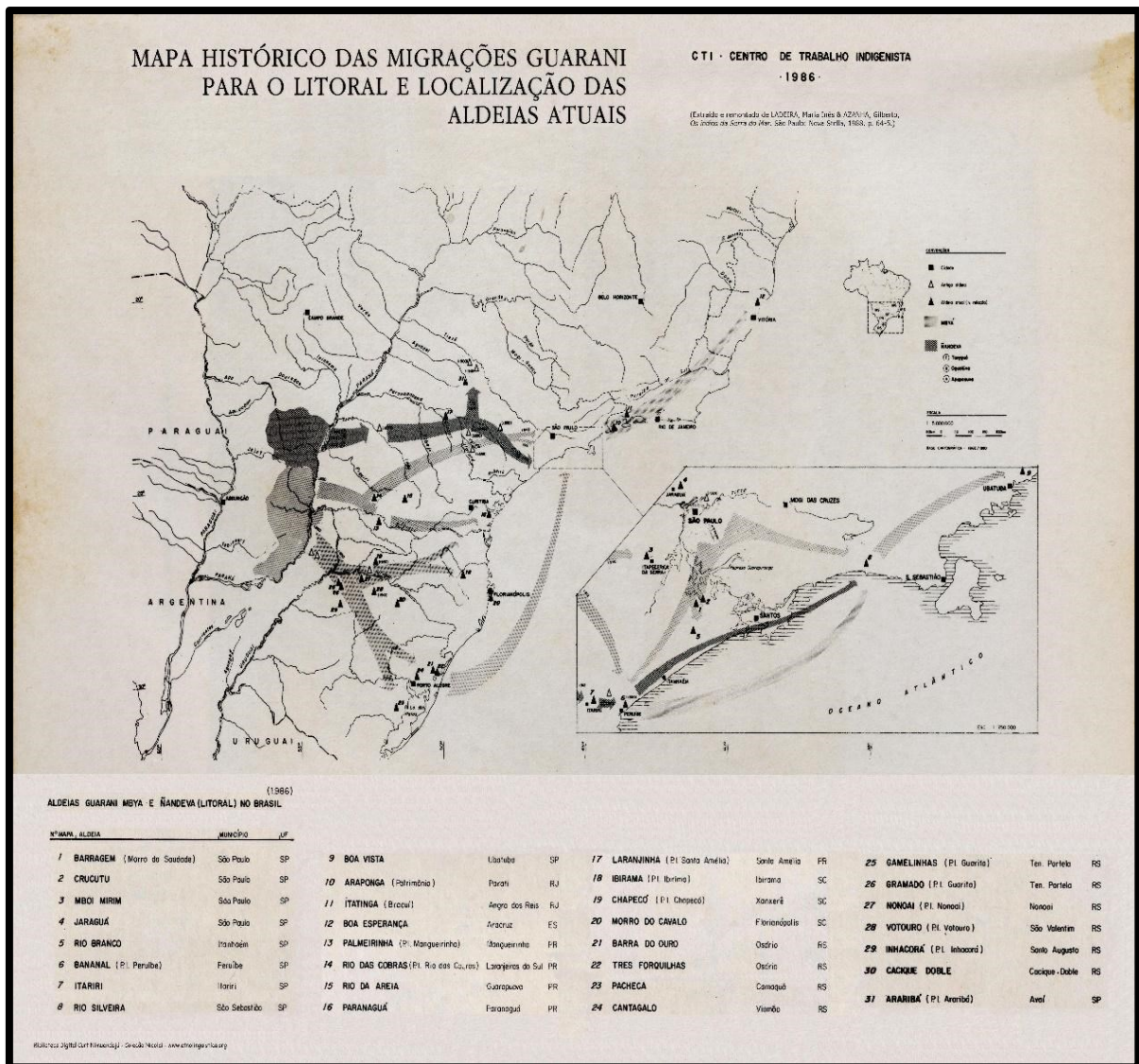
¹³⁰ ARRUDA, Gilmar. Heródoto. **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 195-310. (Coleção Histórica. Coletânea).

¹³¹ Idem. p. 32.

e não um espaço restrito. Ou seja, os lugares de uso e memória se estendiam do Paraguai ao Litoral Brasileiro e eram mantidos e sustentados por elementos de mobilidade e reciprocidade.

Percorrendo seus territórios tradicionais os Mbyá começam a fixar seus *Tekoa* ao longo de suas caminhadas. Em Rio das Cobras os Mbyá fazem parte das primeiras migrações para a região entre o rio Piquiri e o rio Iguaçu, registrada como sendo realizada por volta de 1850. Conforme o mapa abaixo, criado pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em 1986, é possível notar que os deslocamentos feitos pelo povo Guarani perfazem uma extensa porção de terra que não se limita às fronteiras políticas:

Mapa 03 – Mapa Histórico das Migrações Guarani



Fonte: LADEIRA, Maria Inês & Azanha, Gilberto. Os índios da Serra do Mar. São Paulo: Nove Stella, 1968. P. 64-5.

É imprescindível discutir as dinâmicas de mobilidade e circularidade Mbyá Guarani, que estão diretamente ligadas às suas organizações de luta e fortalecimento de laços e manutenção do território tradicional. As migrações para o leste em busca da Terra sem Mal descritas por pesquisadores desde o início do Século XVI demonstram também uma retomada dos territórios tradicionais.

1.3.1 Através das produções bibliográficas

De certa forma a construção de território também acabou sendo feita no âmbito etnográfico e historiográfico. A interação dos povos Guarani e seus territórios foi abordada de diferentes formas, é importante considerar alguns pontos pelos quais passaram a forma de pensar as dinâmicas de mobilidade e interação territorial. É nesse sentido que se busca discutir alguns dos elementos historiográficos acerca do povo, com o objetivo de compreender os trajetos pelos quais as abordagens passaram indo das compreensões de um território mítico e espiritual, até as compreensões de territorialidade ligadas ao modo de ser Guarani. Essas são bases que se fazem fundamentais para perceber como falar do outro acaba, também, por inventar o outro. A forma de representar essas interações de mobilidade territorial também criam representações, fazendo com que em diferentes tempos fossem criadas diferentes representações do povo Guarani.

Na análise busca-se, então, pontos específicos e não uma revisão das obras, uma vez que as referências sobre os Guarani são inesgotáveis e que podem trazer certas armadilhas e generalizações. Lembrando as palavras de Bartomeu Melià: “Nessa selva de papel que são as publicações relativas aos Guarani, as trilhas se entrecruzam, sem levar, aparentemente, a lugar nenhum. Os mil e tantos títulos levantados mais esconderiam do que revelariam o verdadeiro rosto desses homens e mulheres.”¹³².

Em meio a grande quantidade de bibliografias escritas sobre os Guarani, por anos preservou-se a busca de Terra Sem Mal como o centro da mobilidade Guarani. Um dos primeiros escritos sobre as migrações se refere a “As Lendas da Criação e Destruição do Mundo Como Fundamentos da Religião dos Apapocúva-Guarani, escrito por Curt Nimuendaju, publicado em Berlim no ano de 1914, com versão em português no ano de 1987. Com seus estudos e seu interesse acerca das questões mítico/religiosas do povo, construiu e traçou as

¹³² MELIÀ, B. & SAUL, M. V. A., & MURARO, V. F. **O Guarani**: uma bibliografia etnológica. FUNDAMES, Centro de Cultura Missioneira, Santo Ângelo, RS, 1987. p. 71.

discussões futuras: a genuinidade religiosa e as migrações para a Terra sem Mal. Uma representação do povo Guarani que percorreu os estudos por todo o século XX.

Segundo Nimuendaju¹³³, as migrações à Terra sem Mal se iniciaram no século XIX, inspiradas por líderes espirituais chamados por ele de *Medizimann*, pregando que a destruição do mundo estava próxima e por isso todos deveriam se colocar em marcha para o Atlântico. Em sua versão original, Nimuendaju utiliza o termo em alemão *Medizimann*, alguém que está ligado à cura, com uma tradução mais literal o termo se refere a um homem da medicina ou homem médico. Foi traduzido erroneamente na versão para o português como *xamã* ou *pajé*, termos que são de outros povos indígenas e que não traduzem o sentido real do conceito. Nimuendaju estava se referindo aos *karai* ou *Xamoi*, lideranças espirituais e de cura que tinham grande influência nas decisões do dia a dia Guarani. Assim, segundo os registros de Nimuendaju as caminhadas propostas por essas lideranças religiosas eram feitas para o litoral a fim de fugir da destruição do mundo, o *mbaé meguá*, a fuga só seria completada ao chegarem à costa, lugar de onde poderiam atravessar as águas a caminho da morada de *Nhanderu* (nosso pai) a *Ywymarãey*, termo que o pesquisador traduziu como “Terra sem Mal”:

Acrescentei aqui a lenda do dilúvio de Guyrapoty em sua versão original, porque nela são narrados com maior detalhe os diferentes temas da cataclismologia Guarani, embora eu saiba que a lenda contém, exatamente nesta versão, alguns elementos estranhos. Nanderuvuçú desce à terra e exorta Guyrapoty (flor de pássaro) a realizar uma dança de pajelança, pois a terra estava na iminência de se tornar má. Durante quatro anos, ele a executa com seus seguidores, quando então se fez ouvir ao longe o trovão do Fim: a partir do oeste, a terra desmoronava. Este desmoronamento é imaginado da forma seguinte: antes de criar a terra, Nanderuvuçú fez a *yvy-itá*, a escora da terra. Colocou uma viga no sentido leste-oeste, e ou tra, por cima, no sentido norte-sul. Pisou então sobre o ponto de cruzamento deste *yvyrá joacá recoopy* (cruz eterna de madeira) e encheu os quadrantes de terra (I.I.). Quando a terra tiver que ser destruída, Nanderyquey (I.XLII.) tomará a extremidade oriental do braço inferior da cruz e o puxará lentamente para leste, enquanto o braço superior permanecerá em sua posição original. Com isto, a terra perde o seu suporte ocidental. Ao mesmo tempo, um fogo subterrâneo (*yvy ocái*) começa a devorar o subsolo a partir do bordo ocidental da terra; um pouco adiante, suas labaredas alcançam a superfície, e o trecho que ficou atrás desmorona com estrondo (*yvjí oá*). De início lenta, depois cada vez mais rapidamente, a destruição avança de oeste para leste. Guyrapotjí caminhou então com seus "filhos" para o leste, lentamente, em direção ao mar. A princípio ainda plantavam roças (O.II.); logo, porém, a destruição que avançava não mais o permitia (O.III.). Passaram a viver miraculosamente daquilo que seu guia "achava", isto é, criava com seu poder mágico (O.LV-V.). Deste modo chegaram à serra do Mar (*yvyty* - serra, *paráry* - mar, *jocoá* - dique), e ali ficaram.

[...]A primeira catástrofe é geralmente considerada um prelúdio ao fim do mundo (p. 50); e sucede quando os morcegos *mbopi recoopy* devoram o sol e a lua. Nas trevas que sobrevêm, desenrola-se então a segunda catástrofe: sempre a cantar, o Jaguar Azul desce dos céus e aniquila a espécie humana (I.XLII.). Os cataclismos descritos na

¹³³ NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apocucva-Guarani**, São Paulo, Hucitec, 1987.

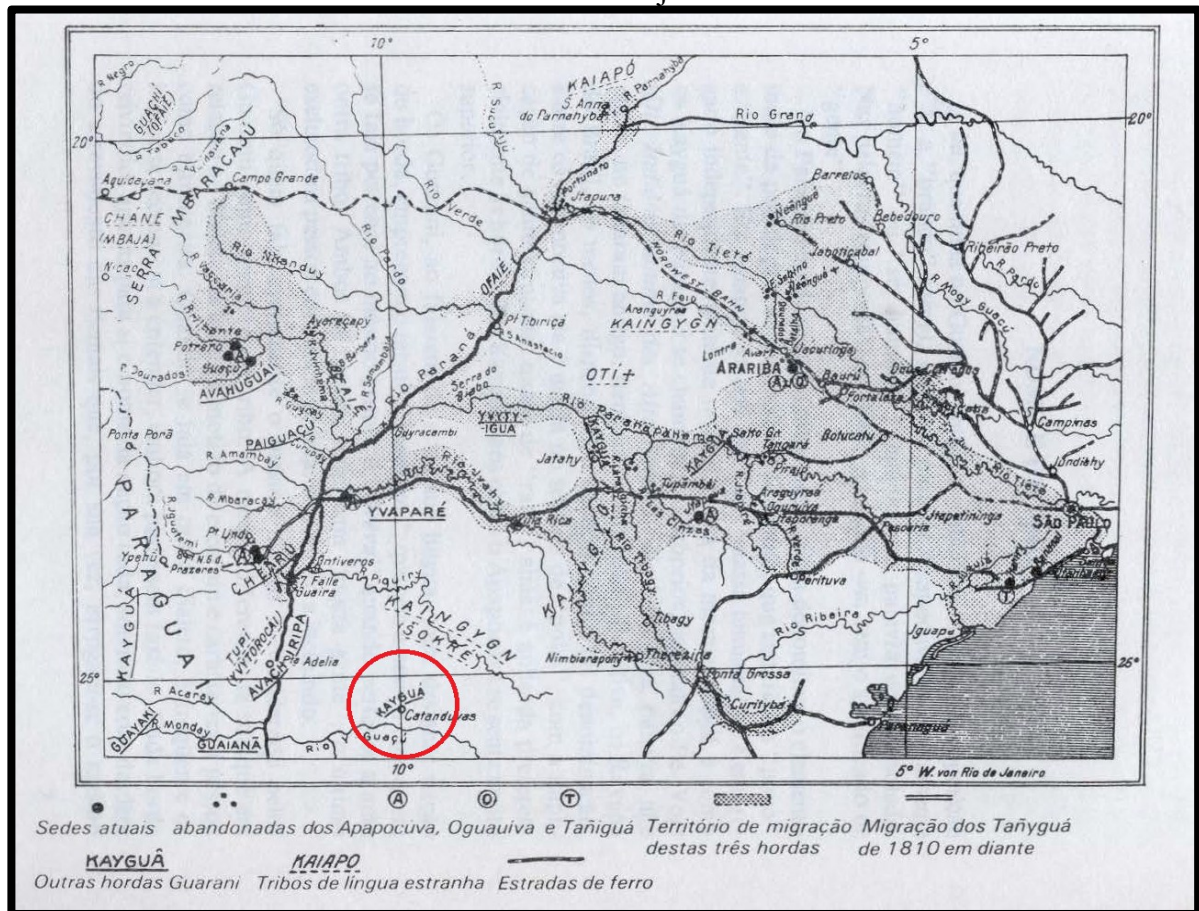
lenda de Guyrap oty completam o trabalho da destruição. A conflagração (Yvy - a terra, ocái - queima), o desmoronamento da terra (Yvy oá - a terra cai), o dilúvio (Y - a água, ojaparú - pr~cipitar-se), a queda das trevas (pytil - a escuridão, oá - cai) e a chegada do Jaguar Azul (jaguar-ovy - o Jaguar Azul, oú - vem) são denominados *mbaé meguá* pelos pajés¹³⁴.

O texto de Nimuendaju está focado nas relações religiosas do grupo, os mitos, os cantos, as tradições. Esses elementos seriam o eixo de todas as outras relações sociais. Desta forma, apresenta um Guarani vinculado a uma visão escatológica e cataclísmica. Nimuendaju buscava demonstrar a preservação das relações culturais estabelecidas do grupo, com uma visão um tanto utópica, defendendo a pureza e os valores autenticamente Guarani. Para o autor, os grupos usaram de estratégias para esconder a sua religião da sociedade envolvente, fortalecendo-se no interior do conjunto étnico e utilizando a religião como forma de resistência ao contato.

Entre os anos 1906 e 1914 Nimuendaju coletou registros não apenas dos conhecimentos Guarani mas também de sua localização. Ao confeccionar um mapa com as rotas de mobilidade dos Nhadevá apontou também a presença de outros Guarani ao longo do território, entre eles os Mbyá, chamados por Nimuendaju de Kayguás. Entre os rios Piquiri e Iguazu, próximo ao recém-criado município de Catanduvas, desvinculado de Laranjeiras do Sul no ano de 1914, consta a presença dos Mbyá no território que iria ser a Terra Indígena Rio das Cobras. Ou seja, o uso Mbyá daquele espaço era de conhecimento dos etnógrafos e do Estado já no início do século XX. Como consta no local destacado no mapa:

¹³⁴ Idem, pp. 67-69.

Mapa 04 – Mapa da Localização Mbyá em Rio das Cobras segundo informações de Nimuendaju



Fonte: NIMUENDAJÚ, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*, São Paulo, Hucitec, 1987

A presença dos Mbyá no que viria a ser a T.I Rio das Cobras, assim como as outras rotas de mobilidade destacadas na cartografia de Nimuendaju, demonstra que as rotas de caminhadas eram feitas por grandes extensões territoriais.

Com relação às pesquisas desenvolvidas com os Mbyá no que seria o centro do seu território, o Paraguai Oriental, destaca-se Leon Cadogan, especificamente sua primeira obra *Ayvu Rapyta: Textos Míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá*, de 1959. No trabalho de Leon Cadogan, os Mbyá foram representados como indivíduos resistentes ao contato, permaneceram em pureza e conservação de crenças. Não permitiram, segundo Cadogan¹³⁵, que sua religião fosse destruída, nem nas relações estabelecidas entre os jesuítas e nem nas relações contemporâneas. O autor defende fortemente a autenticidade das palavras sagradas dos Mbyá, pois, segundo ele, as palavras teriam permanecido desconhecidas da sociedade envolvente, sendo consideradas também um instrumento de resistência.

¹³⁵ CADOGAN, Op cit, p 28.

Cadogan registra um dos primeiros conhecimentos Mbyá sobre a criação do mundo:

*El verdadero Padre Ñamandu, el primero, habiendo concebido su futura morada terrenal, de la sabiduría contenida em su propia divinidad, y em virtud de su sabiduría creadora, hizo que em la extremidad (base) de su vara fuera engendrando-se la tierra. Creó una palmera eterna em al futuro centro de la tierra; creó outra em la morada de Kará (Oriente); creó una palmera eterna em la morada de Tupã (Poniente); em el origen de los ventos buenos creó una palmera eterna; em los orígenes del tiempo-espacio primigênio creó una palmera eterna; cinco palmeiras eternas creó: a las palmeiras eternas está assegurada (atada) la morada terrenal. Existen siete paraísos; el firmamento descansa sobre cuatro columnas son varas-insignias. El firmamento que se extiende com ventos lo em pujó nuestro Padre, enviando a su lugar. Habiendo colocado primeiramente três columnas al paraíso, este se movia aún; por este motivo, le coloco cuantros columnas de varas insignias; solo despues de ésto estuvo em su debido lugar, y ya no se movia más*¹³⁶

Nos registros coletados, a palmeira, conhecida em Mbya como *Pyndovy: pindo ovy* é representada pela divina palmeira azul, as palmeiras eternas, milagrosas, indestrutíveis¹³⁷, é uma espécie central para a vida Mbyá que não serve só de recurso natural como construção e artesanato, mas, também, faz parte do seu território vinculado diretamente a criação do mundo Guarani. São, portanto, diversas camadas de significados.

Entre os Mbyá a figura central do criador tem extrema importância, uma vez que ele é o início de tudo, o que criou o mundo terreno e o paraíso, o que tinha o poder de destruir e construir a terra. Leon Cadogan registrou alguns dos nomes utilizados para se referir a essa entidade criadora “*Ñande Ru Pa-pa Tenonde; Ñamandui, Ñamandu Ru Ete, Nande Ru Tenonde, Ñamandu Ru Ete Tenonde; Ñamandu Yma: Nombres del Creador, del Absoluto [...]*”¹³⁸.

Em Nimuendaju, a religião é algo camuflado, mantendo-se preservada na vivência interna do povo Guarani. No caso de Cadogan, a religião se expressa em palavras sagradas que conduzem a vida. Cadogan chamava a atenção para uma linguagem religiosa que só era permitida aos *Xamoi*. Esses dois autores formaram as bases para a construção de um território Guarani divinizado, mítico e envolvido em um fim escatológico, levando esses mesmos Guarani à jornadas em direção ao Atlântico.

Para Egon Schaden, que mantinha contato frequente com Cadogan, os Guarani teriam intensificado as relações com as buscas para a Terra sem Mal, as relações com os mitos de criação e destruição do mundo, como uma forma de se manterem distantes das influências dos brancos. Em Schaden o conceito de aculturação conduz suas análises, dessa forma ao ouvir os

¹³⁶ Idem. p. 22.

¹³⁷ Idem. p. 27.

¹³⁸ Idem. p. 10.

contos Mbyá afirma que as características cristãs foram assimiladas e reinterpretadas conforme a religião Guarani. Mesmo demonstrando essas reinvenções, para ele os indígenas estavam fadados à integração.

No que se refere às migrações em busca da Terra sem Mal, Schaden as entende como eventos míticos/religiosos. Segundo ele, esses eventos tiveram início no começo do século XIX, marcados pelo cataclismologia cristã. A origem se explica, para Schaden, como um evento exclusivamente de ordem religiosa, segundo ele isso de devia “[...] a procura da salvação num Paraíso mítico diante da iminência do fim do mundo”¹³⁹

Em Hélène Clastres¹⁴⁰, a caminhada para a Terra sem Mal era o ponto central de toda a vida Guarani. Hélène Clastres faz uma análise das fontes produzidas por cronistas do século XVI. Estabelece um fio condutor em que coloca a busca pela Terra sem Mal, ligando os antigos Tupi-Guarani do século XVI com os Mbyá contemporâneos. Segundo Clastres¹⁴¹, apesar da investida do contato é possível observar uma continuidade nas relações religiosas do povo.

Os estudos avançaram na compreensão do uso territorial feito pelos Guarani principalmente depois dos anos 1980. Observava-se uma análise das reduções das migrações constantes para o litoral, passando a ser condicionada cada vez mais à busca da Terra sem Mal sem precisarem necessariamente das migrações. Bartomeu Melià aparece, no período em questão, como um importante expoente nas pesquisas. A análise de Melià é marcada por um certo equilíbrio entre a ligação dos indivíduos com a terra e sua organização política e cultural. Se por um lado as concepções dos pesquisadores anteriores privilegiavam as relações primordialmente religiosas e as grandes migrações para o litoral, Melià introduziu aspectos sociais e econômicos baseados nos vínculos com o ambiente natural em que habitavam.

Nas abordagens de Melià¹⁴², o *Tekoa* aparece como o espaço que oferece as possibilidades e as condições necessárias para realizar o *Teko*, o modo de ser Guarani. Traduziu *Teko* com base nas informações de Montoya, que traduziu como “modo de ser, modo de estar, cultura, norma, comportamento, hábito, lei, condição, costume e sistema”. Seguindo essas concepções, o território físico era imprescindível, oferecendo condições naturais e econômicas,

¹³⁹ SHADEN, Egon. **Aculturação Indígena: ensaios sobre fatores e tendências da mudança cultural das tribos indígenas em contato com o mundo dos brancos.** São Paulo. Pioneira: USP, 1969. p. 247.

¹⁴⁰ CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² MELIÀ, Bartomeu. **A Terra Sem Mal dos Guarani. Economia e Profecia.** Revista de Antropologia. 33 (33-46). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

as quais auxiliavam nas relações políticas, sociais e, concomitantemente, nas práticas religiosas, essenciais para a vida do povo.

Dessa forma, Melià¹⁴³ percebe alguns elementos e atribui ao espaço físico as características de ocupação e movimento que dariam sentido ao território tradicional Guarani. Segundo o pesquisador, a vida Guarani nunca se desvincula das relações com a terra, esse é um elemento constitutivo do seu modo de ser. Na sociedade Guarani, segundo Melià¹⁴⁴, a consciência dos males que afetam o *nhandereko* e desencadeiam um movimento de busca por outros lugares. Assim, o sentido de mal na terra que atribui Melià, é relacionado a um desequilíbrio da própria terra.

Na concepção Guarani, a fragilidade e instabilidade do mundo estariam muito presentes, o desgaste da terra, as enfermidades, mortes, insatisfação religiosa, a tornavam inabitáveis. Ou seja, para Melià, os Guarani não se movimentavam apenas em direção ao litoral, mas ele percebeu que as movimentações dos povos Guarani eram parte fundamental de seu modo de ser e de manter vivo seu *Nhandereko* e seu território tradicional. Para o autor a mobilidade estava vinculada principalmente devido “[...] o modo particular de viver a economia de reciprocidade”¹⁴⁵. A reciprocidade para Melià consistia na comunhão entre as pessoas dos *tekoa* em uma forma de ajuda comunitária.

São importantes também os trabalhos de Maria Inês Ladeira¹⁴⁶ que tem como um dos principais objetivos compreender a costa do Atlântico como um espaço territorial primordial para Mbyá. Influenciada pelas pesquisas de Melià, foi principalmente de Nimuendaju que resgatou as visões cosmológicas e escatológicas sobre o povo Guarani. Para Ladeira¹⁴⁷ embora o mundo Guarani esteja sendo ameaçado, eles se mantêm fiéis aos seu território, elegendo lugares que possam estabelecer seu *Tekoa* conforme seus preceitos culturais. Sempre estariam à procura de um lugar em que poderiam viver em paz seu *nhandereko*. Para isso o *guata* (caminhar) era fundamental. A partir de Ladeira¹⁴⁸, eram a partir das condições físicas do espaço que seria possível aprimorar o *Tekoa* e transformá-lo em *yvyapy*, o local em que é possível alcançar o *Yvyamarãey* (Terra sem Mal).

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem. p. 43.

¹⁴⁶ LADEIRA, Op cit. 2007.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

Em Ivori Garlet¹⁴⁹, as relações de contato com os não indígenas era um dos principais pontos de influência sobre a vida Guarani e seus territórios, mas os deslocamentos estariam ligados a diversos fatores, podendo ser de ordem cultural ou até questões externas, como o processo de colonização. Por inúmeros motivos eles sofriam processos de desterritorialização, fazendo-os buscar continuamente outras terras. Ou seja, quando o *Tekoa* era violado e, de alguma forma, ameaçava o *Teko*, era hora de procurar outros espaços, para isso o *guata* era fundamental.

A busca incessante pela Terra sem Mal, demonstrada na etnografia, passa a ser uma busca pela explicação das movimentações Guarani. Mas, com os devidos cuidados nas leituras das análises feitas nos estudos é possível perceber que perpetuavam a representação de um povo que se movimenta constantemente sobre o território, independente das fronteiras geopolíticas. Os diferentes deslocamentos, faziam-se para a manutenção de um espaço de uso tradicional, ultrapassando as distâncias entre os *tekoa*.

Para Melià, Ladeira e Garlet, o *Tekoa* era fundamental para a realização do *Teko*, a Terra Sem Mal só podia ser alcançada por intermédio do esforço da vivência de seu *nãndereko*. Para que isso fosse possível era importante o estado de *aguyje*, um estágio de plenitude, que levaria ao *kandire* que poderia ser entendido como uma forma imortalidade. Os elementos de *aguije* e *kandire* eram pré-requisitos para se alcançar o *YvyMãraey*. Além disso, um *Tekoa* com as condições de realizar o *Teko* e o *nhandereko* são indispensáveis para a vida Guarani. Outro elemento central está na função que a *opy* (casa de rezas) tem dentro do *tekoa*. Dentro dela são discutidas questões de todas as naturezas que envolvem a vivência no *Tekoa*. Através do *Xamoi* a comunidade é aconselhada, todos escutam, e compartilham seus conhecimentos, lançando a palavra.

Se em pesquisadores como Nimuendaju, Cadogan, Hélèn, Schaden as migrações em busca da Terra sem Mal eram feitas em longas jornadas em direção ao Atlântico e definidas por preceitos religiosos. Depois de Melià, as abordagens começam a tratar o território como uma forma de organização social. Nesse sentido, observa-se que o povo Guarani exerce outros tipos de deslocamentos sobre o território, não se deslocam apenas em busca da Terra sem Mal, mas em busca de lugares para construir um *Tekoa*, para fugir das pressões do contato interétnico e da possível interferência em seu *nhandereko*. Também podem ser articulados à busca de

¹⁴⁹ GARLET, Op cit, 1996.

casamentos e por meio da visita a parentes. Para abordar essas variadas causas de deslocamentos, Garlet¹⁵⁰ destacou o termo mobilidade.

1.4 QUESTÕES DE TERRITORIALIDADE: PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DOS *JURUA*

Mesmo com todos os ataques sofridos o povo guarani não desapareceu, não se submeteu à sociedade envolvente e seus territórios não foram extintos da memória do povo. O território Guarani continua vivo na reciprocidade, na vivência, na tradição perpetuada através das gerações. O território é adaptado conforme suas relações sociais desenvolvidas em seu processo histórico de contato. Neste sentido, as dimensões e os significados se adaptam, se transformam. Na contramão dos interesses de integração dos povos indígenas à sociedade nacional, eles se fortalecem. Nesses termos, os Guarani estão presentes em seu território tradicional, vivendo, lutando e resistindo.

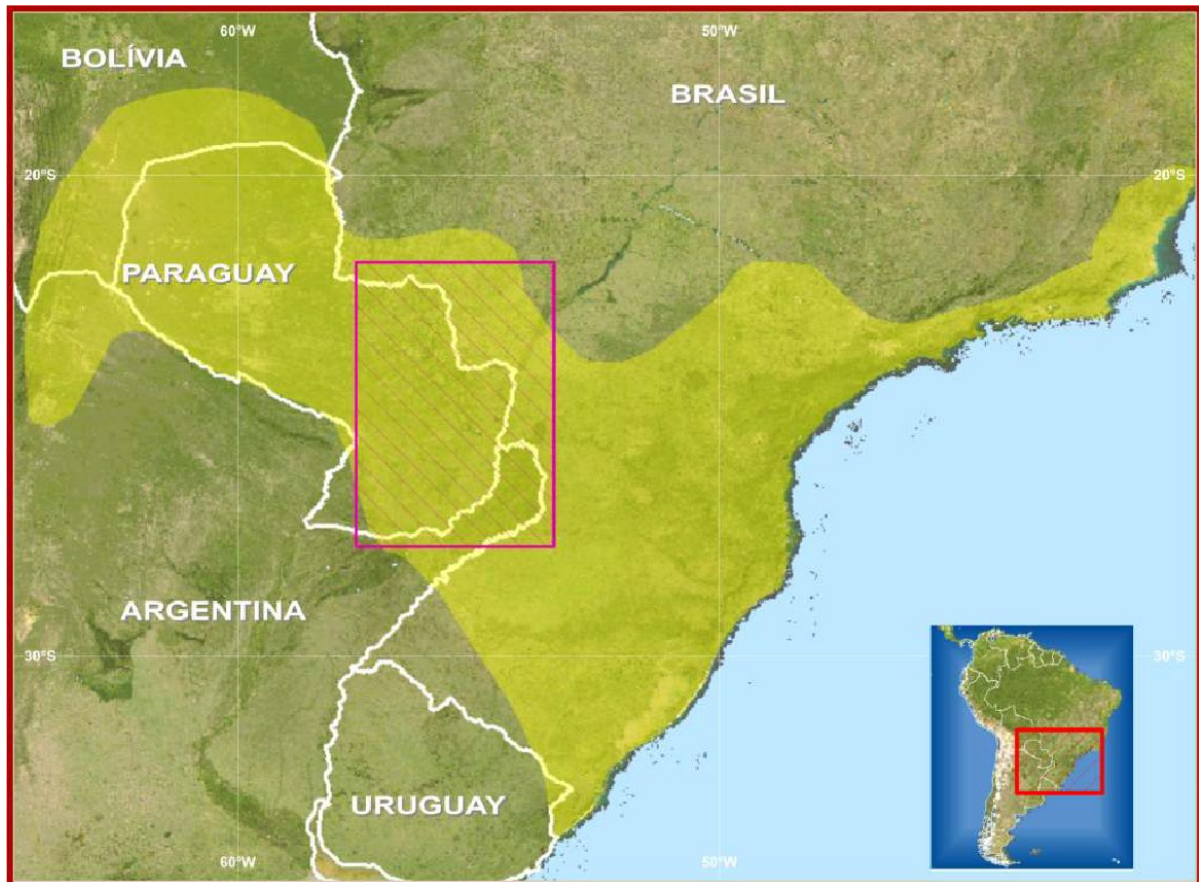
Estudos arqueológicos, tais como os de Noelli¹⁵¹, vêm demonstrando que a extensão territorial dos Guarani construiu um dos maiores territórios entre os povos indígenas. Passando através das fronteiras dos estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, estendendo-se pelo Brasil, Paraguai oriental, o nordeste da Argentina, Bolívia e o Uruguai.

A extensão do território Guarani alcançou dimensões continentais. Considerando o povo Guarani sem as divisões, concebemos um território de uso que perpassa as fronteiras geopolíticas dos países, cidades e estados. No mapa é possível compreender as dimensões do território Guarani como um espaço de uso contínuo através de sua reciprocidade:

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ NOELLI, Op cit, 2009.

Mapa 05 – Mapa Continental Guarani: Representação do Território contínuo



Fonte: Guarani Retã; Povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai, 2008. p.6.

Essa extensão territorial se faz e é sustentada através do *nhande-reko*. Segundo Darella o território Guarani é: “uma construção fundamentada em memória, conhecimento, palavra, sentimento, experiência, espiritualidade, movimento dos Guarani, combinando aspectos geográficos, históricos, sociais, econômicos e culturais sem precedentes”¹⁵². O conceito de território tem fundamentos que são forjados na trajetória de uma coletividade, que se identifica com ele e partilha lugares de memórias.

O *Tekoa* para o povo Guarani, é o ambiente em que se é possível viver o *nhandereko*. Lugar que as dinâmicas da vida revelam a reciprocidade que envolve as questões econômicas, sociais, culturais e que incluem a mobilidade do povo. Elementos que possibilitam a manutenção do território e do *nhandereko*. Segundo Marcos Moreira¹⁵³, os conhecimentos que

¹⁵² DARELLA, Maria Dorothea Post. **Ore Roipota Yvy Porã. "Nós queremos terra boa": Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina -Brasil**. Doutorado em Ciências Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo. 2004.p. 66.

¹⁵³ MOREIRA, Marcos. **VISÃO GUARANI SOBRE O TEKOA: Relato do pensamento dos anciões e líderes espirituais sobre o Território**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. p. 15.

envolvem a convivência, o uso da terra através da agricultura, do conhecimento sobre as plantas medicinais que existem no *Tekoa* e das noções que fazem parte da territorialidade Guarani, não podem ser compreendidas pelos não indígenas, pois, estão diretamente ligadas à compreensão do que é ser Guarani. Nas suas palavras: “Este conhecimento jamais os não índios vão compreender e entender a nossa visão e pensamento que temos sobre o território e a territorialização guarani que é além do imaginário¹⁵⁴”. Nessa direção, é apenas com a participação direta dos próprios povos indígenas nas demarcações de terras e projetos ambientais que será possível superar a exploração dos territórios.

É importante destacar o trabalho de Ronaldo Antônio Barbosa¹⁵⁵ acerca da agricultura tradicional Guarani. Seu trabalho demonstra a continuidade das interações com os cultivos, mostrando que as relações entre o alimento estão muito além da sobrevivência física, mas, faz parte de toda a vida Guarani. O milho, o jerivá, a mandioca, são espécies que se perpetuam nos cultivos Guarani por milhares de anos, fazem parte da sua história de origem e continuam circulando e sendo fundamentais para o *nhende-reko*. O mesmo faz Mariza de Oliveira¹⁵⁶ ao abordar a agricultura Mbyá Guarani e trazer um rol de detalhes sobre as formas que os Mbyá interagem com os elementos do território e as plantas que dele tiram seu sustento¹⁵⁷.

Com relação aos conhecimentos e interações com as ervas medicinais é exemplo o trabalho de Daniel Timóteo Martins¹⁵⁸ que marca a forma de conhecer a mata através de saberes ancestrais que são passados de gerações em gerações. Fortalecidos através dos laços de reciprocidade, os conhecimentos das plantas são perpetuados e se ressignificam aos novos

¹⁵⁴ Idem. p. 15.

¹⁵⁵ BARBOSA, Antônio Ronaldo. **AGRICULTURA TRADICIONAL GUARANI**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Mariza de Oliveira. **MA'ETY REGUÁ Agricultura e Sabedoria Mbya Guarani**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁵⁷ Os conhecimentos tradicionais não desapareceram. Tiveram um processo de ressignificação, de adaptação, assim como as plantas que são produzidas. Frente às questões apresentadas por Anna Tsing, a ideia da ressurgência é a capacidade de ressurgir a partir e após os distúrbios, distúrbios pressupõem não negatividade, mas é um constante reequilíbrio que se encontra entre as relações da diversidade de espécies, não implicando só na ação humana. Esses seres se engajam em uma constante busca, em tempos e intensidades específicas. Isso possibilita a capacidade de ser diverso. Quando a gente pensa ressurgência e resiliência, estamos pensando esse aprendizado de coisas que já aconteceram e pensar que nelas é possível prever coisas futuras. O conhecimento local é uma das formas de se colocar nesse debate. A preocupação de Anna Tsing não é em pensar as relações e uma forma ideal, mas na ideia do dinâmico, da possibilidade constante de um tipo de equilíbrio e não fechado em si. Os sistemas multiespécies, estão sempre abertos para as múltiplas relações. TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: Mil Folhas. Capítulo 9: Uma ameaça para a ressurgência holocênica é uma ameaça à habitabilidade, págs. 225-239. 2019.

¹⁵⁸ MARTINS, Daniel Timóteo Kuaray. **MOÑ KA'AGUY REGUA - TEKOA MBIGUAÇU: As memórias das plantas medicinais**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

tempos. Esses são conhecimentos registrados pelos próprios Guarani e têm funções não auxiliaadoras, mas, de mostrar que os conhecimentos adquiridos pelo povo são tão profundos, ou até mais, que as ciências biológicas.

Se pensarmos nas condições em que foram submetidos ao longo dos anos é possível perceber que mesmo confinados em pequenos espaços após os contatos, mesmo em condições de fragmentação e controle, continuaram suas relações de mobilidade e reciprocidade dentro do território tradicional. Isso mostra que a concepção de território Guarani se ressignifica e mantém sua unidade frente às forçosas tentativas de desterritorialização.

Nas longas conversas que tive com Eliezer sempre que falávamos acerca de território e importância da terra ele me explicava com paciência as formas como os *Mbya* pensavam, na tentativa de fazer um *jurua* compreender. Me dizia ele que para os Guarani a vida e a natureza estão em uma relação íntima de interações com cada ser vivo, planta ou animal, que se complementam na condução da vida. Sempre chamou a atenção para como esses ensinamentos eram passados dos mais velhos para os mais novos. Segundo ele, *Nhanderu* só pode existir a partir do *tekoa*, desse modo as casas, estradas, cultivos, todos os espaços que fazem parte da vida da comunidade são sagrados. Cada planta e cada animal tem uma função que não é centralizada no ser humano e sim fazem parte de um convívio que depende um do outro para sobreviver. Os *Mbya* não fundam seus *tekoa* em qualquer lugar, é apenas onde *nhanderu* os mostra. É a partir de *nhanderu* que são guiados pelos caminhos de escassez e levados a espaços de abundância. Em tempos atuais os recursos dos *Tekoas* estão ficando cada vez mais ameaçados pelos *jurua* e seu mundo. Segundo Eliezer, são constantes os desmatamentos e a falta de água potável em muitos lugares, outro fator que o preocupa muito é a falta de demarcação de terras para muitos parentes, que ainda lutam por seu direito de garantia do território¹⁵⁹.

Nessa direção, o território é fundamentado na memória do povo, lembrada através dos ensinamentos passados de gerações a gerações. A territorialidade Mbyá está ligada aos seus entendimentos de mundo e de convívio. Como apresentado na história de criação da Primeira Terra, a territorialidade está ligada a formação do mundo, começando com a fundação das

¹⁵⁹ Uma das jovens lideranças Eliezer Wera Vera está concluindo a graduação em Pedagogia, no curso de Pedagogia Indígena realizada em Rio das Cobras. Além de meu amigo, Eliezer também é meu orientando de TCC, ligação que nos possibilitou muitas partilhas de conhecimentos e vivências. Em seu Trabalho de Conclusão de Curso está pesquisando como os *mbya* pensam a importância do território e a luta para protegê-lo. Também pensa como esses ensinamentos são passados de geração em geração. Traz ainda direções a serem tomadas quanto a utilização dos conhecimentos tradicionais dentro do currículo escolar do Tekoa Lebre em Rio das Cobras.

extremidades do mundo feitas com a vara de *Nhanderu Ete Tenondegua* e depois com a criação das palmeiras sagradas (*pindo*), plantadas no centro do mundo e nas extremidades a fim de segurar o firmamento¹⁶⁰.

As formas como eram tratadas as questões da agricultura descritas por Cadogan também evidenciam uma relação estritamente ligada com a terra e com os seres que fazem parte da natureza. Esses registros de parte do conhecimento Mbyá, feitos no início do século XX, demonstram mais que a forma e algumas das espécies que eram plantadas, representam também que as interações com a natureza estão muito além do cultivo físico de alimentos, está dentro de um sistema cosmológico complexo e interligado à vida, fundamental para o *nhande-reko*:

Explicaré las normas que Ñande Ru tenonde dejó para la agricultura. Enumeraré em su totalidad las reglas concernientes a la agricultura.

De acuerdo a allas, dejó la Primavera para época de la siembra. Maíz que se siembra em luna nueva no prospera. Alendurecerse el cogollo, se llena de gusanos. Em caso contrário, aunque produzca Buenos granos, éstos se llenan pronto de gorgojos. Debido a estos hechos es que se dispuso que no se sembrara maiz em luna nueva. Unicamente lo sembrado em minguante prosperará. Com la Mondioca tambien pesa lo mismo: la que se planta em luna nueva da a monudo túterculos podridos. Em cuanto a la batata, las hojas de las plantadas em luna nueva son enseguida atacadas por el gusano “ngaruru” y si se libra de ellos, los frutos se llenan de gusanos. Ninguna classe de semilla debe ser sembrada em luna nueva.

Em cuanto florece el lapacho debemos sembrar toda classe de semillas, sin excepción. Aunque alguna helada volviera a caer sobre las flores del lapacho, ya solamente alcanzará las alturas, ya no matará los brotos de las plantas.

Si germina em forma despereja lo que sembraste, debes replantar enseguida, para evitar que tu plantación sea despereja y fructifique em forma más o menos uniforme. Cuando queremos que llueva, llevamos nuestra vara al agua, dejándola alli. La clavamos em posición perpendicular, submergida em el agua. Haciendo ésto, es seguro que llueva mucho.

Maíz moteado, porotos precoces, maiz enano y además, mani, sembrarás para la segunda cosecha. Esta son las únicas semillas para la seguda cosecha: se siembran a mediados (de la época) de la madurez del guembe.

Debes orar por tus sembrados (que se extienden), porque no querrás que los insectos los devoren. No tendrás recelo en hablar de ellos com nuestro Ñande Ru Tenonde, pues no están destinados a ser consumidos solamente por ti. Em esta manera orarás por lo que sembraste, para que lo vea nuestro Ñande Ru Tenonde:

-Hé aqui se extienden mis cultivos. Haz que los Kakeira los vigilen a fin de que todo lo que he sembrado prospere. Habiendo sido creadas por ti todas estas plantas que se vem, a ti dirijo esta plegaria referente a ellas. Y aunque no sehallen dentro de tu moradia inasequible, tan hermosa, a ti te las consagro a fin de que prosperen, para que me sirvan a mi y a mis compueblanos.¹⁶¹

Dentre as espécies tem papel fundamental o milho e a mandioca. Mas o documento também traz informações de quando plantar e as formas de fazer, evidenciando principalmente as fazes da lua. Importante notar que ao falar em orar para *Nhanderu* se refere às plantas e as

¹⁶⁰ CADOGAN, Op cit. 1959.

¹⁶¹ Idem. pp. 112-113.

pragas como parte de um conjunto, pois o alimento não é apenas do humano. Ou seja, a vivência do território está diretamente ligada à ideia de início do mundo e do povo Guarani e os elementos do espaço à sua volta. Existe uma concepção de interação que vai além da hierarquia humano x natureza¹⁶² e coloca os seres, tanto do mundo físico como do mundo espiritual, dentro de uma rede de convívio. As interações entre todos os elementos da natureza e os locais que habitam são fundamentadas em acúmulos de conhecimentos que passado de gerações em gerações se manifesta nos conhecimentos passado dos mais velhos para os mais novos.

Para Garlet, as fragmentações territoriais sofridas pelos Mbyá levaram a um processo de desterritorialização no qual teriam adotado como estratégia de resistência e continuidade cultural o esforço em se dispersar e ampliar o território, mantendo principalmente a família extensa como a base da organização social. Conforme o autor: “Os Mbyá tornaram-se invisíveis a partir do momento em que se multiplicaram, deixando uma nítida impressão de que estão em muitos lugares e, ao mesmo tempo, em nenhum.”¹⁶³

Segundo as considerações de Garlet, podemos perceber que as ideias de que a noção de território Guarani repousa em compreender que o seu território não pode ser caracterizado e nem compreendido como se fossem áreas fechadas, pelo contrário, ele é contínuo e aberto. Se pensarmos nas condições em que foram submetidos ao longo dos anos é possível perceber que mesmo confinados em pequenos espaços, mesmo em condições de fragmentação e controle, continuaram suas relações de mobilidade e reciprocidade no território tradicional.

Contudo, esses lugares também faziam parte do território Kaingang, extensão territorial que se expandiu com o decréscimo Guarani. Segundo Soares, Cabeza de Vaca ao registrar sua viagem de Santa Catarina para Assunção no Paraguai fala dos limites territoriais compartilhados, mas respeitados entre Guarani e Kaingang. Na sua trajetória ele é levado por guias Guarani por caminhos e redes de conexões conhecidas por eles através dos rios. Soares

¹⁶² Partindo de questionamentos trazidos por Descola é possível lançar mão de críticas às categorias cristalizadas em muitas formas de abordagem que privilegiam a compreensão essencialista e hierárquica baseada na dicotomia de conceitos como Natureza e Sociedade. Se faz necessário, segundo Descola perceber que a dicotomia natureza-cultura é uma ferramenta inadequada ou enganosa para explicar as maneiras pelas quais as pessoas estudam, falam e interagem com o ambiente. Tomando essa crítica inicial como base, uma nova paisagem antropológica multidimensional pode emergir, na qual, por exemplo, plantas cultivadas e rituais estão em interações abrangendo tanto humanos quanto não humanos. Para Descola o que está em jogo é uma tentativa de um olhar para dentro, de trazer esse repertório de pessoas e de ciências chamando a atenção de que podem ser deslocados para outras formas de relações e outros seres. A crítica está na concepção do arcabouço de categorização que utilizamos. Não conseguimos fazer perguntas diferentes com essas mesmas bases epistêmicas. DESCOLA, Philippe. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: Descola, P. and Pálson, G. (Org.) **Nature and Society**. Anthropological Perspectives. London: Routledge, 1996, pp.82-102.

¹⁶³ GARLET, Op cit, p. 143.

comenta: “O detalhe que interessa na descrição de Cabeza de Vaca é o fato de que, ao invés de descer pelo rio Negro até o rio Iguaçu e depois o Paraná, segue ao norte por terra, acompanhando o vale do alto Iguaçu, até alcançar a região Inter fluvial entre a Iguaçu e o Tibagi”¹⁶⁴. Essa escolha teria sido feita devido a presença dos Kaingang naquelas terras.

Assim esses espaços eram compartilhados e estavam no uso e na vida dos povos indígenas, mas também no interesse de colonização dos não indígenas que cada vez mais acirravam as tentativas de conquista territorial e populacional. É preciso considerar a expansão territorial, alguns elementos da organização político social e a presença Kaingang a fim de auxiliar na compreensão das diversidades territoriais que existem. No próximo tópico lança-se mão dessas questões para nortear a discussão.

1.5 A EXPANSÃO E PRESENÇA KAINGANG NO SUL DO BRASIL

Os Kaingang são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil, cerca de 37.470 segundo dados populacionais do IBGE 2010. Pertencentes ao tronco linguístico Jê¹⁶⁵, seu território tradicional se estende por todos os Estados do Sul, principalmente a zona entre o Rio Tietê, em São Paulo, até o Rio Ijuí no Rio Grande do Sul. Nos dias atuais o povo Kaingang habita diversas Terras Indígenas ao longo desses 4 estados.

Foram identificadas cerca de 5 variações presentes na língua Kaingang são eles os de: “São Paulo, ao norte do Paranapanema; Paraná, entre Paranapanema e Iguaçu; Central, entre Iguaçu e Uruguai; e a leste do Passo Fundo”¹⁶⁶. Essa padronização feita por Wiesemann, segundo Juracilda Veiga¹⁶⁷, pode ser observada por conta da expansão territorial Kaingang por esses estados, mas que se deve ter cuidado, uma vez que a padronização também esconde uma complexidade de relações linguísticas.

São trinta Terras Indígenas Kaingang demarcadas, frações do território histórico. No mapa é possível visualizar a localização das terras habitadas pelo povo. Com destaque, na cartografia, está a Terra Indígena Rio das Cobras:

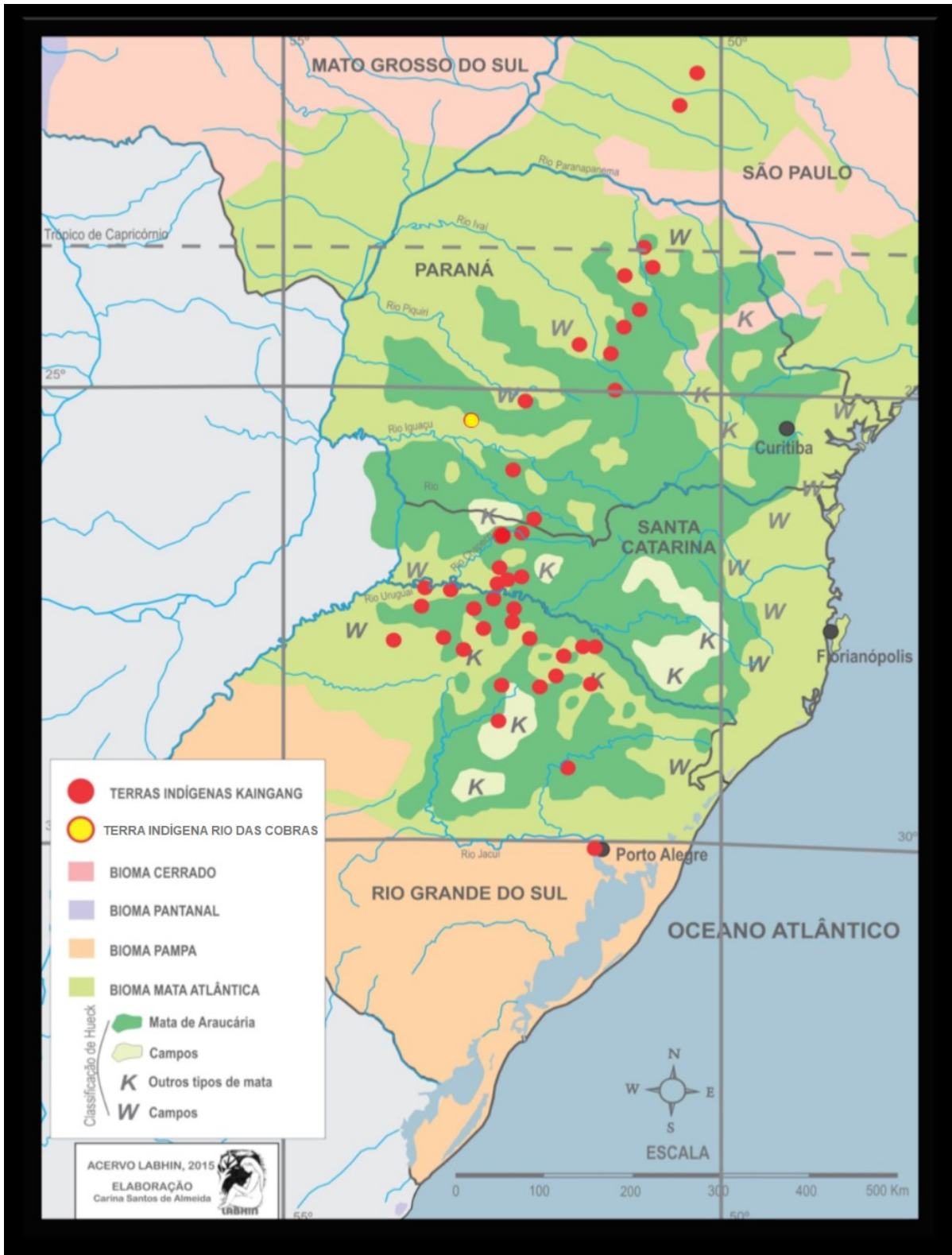
¹⁶⁴ SOARES, André Luis R. Op cit. 1997, p. 187.

¹⁶⁵ TOMMASINO, Kimiye, MOTA Lúcio T. e NOELLI Francisco S. (Orgs.). **Uri e Wāxi: Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Editora da UEL, 2004.

¹⁶⁶ VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. São Paulo: Curt Nimuendaju, 2006.p. 57.

¹⁶⁷ Idem.

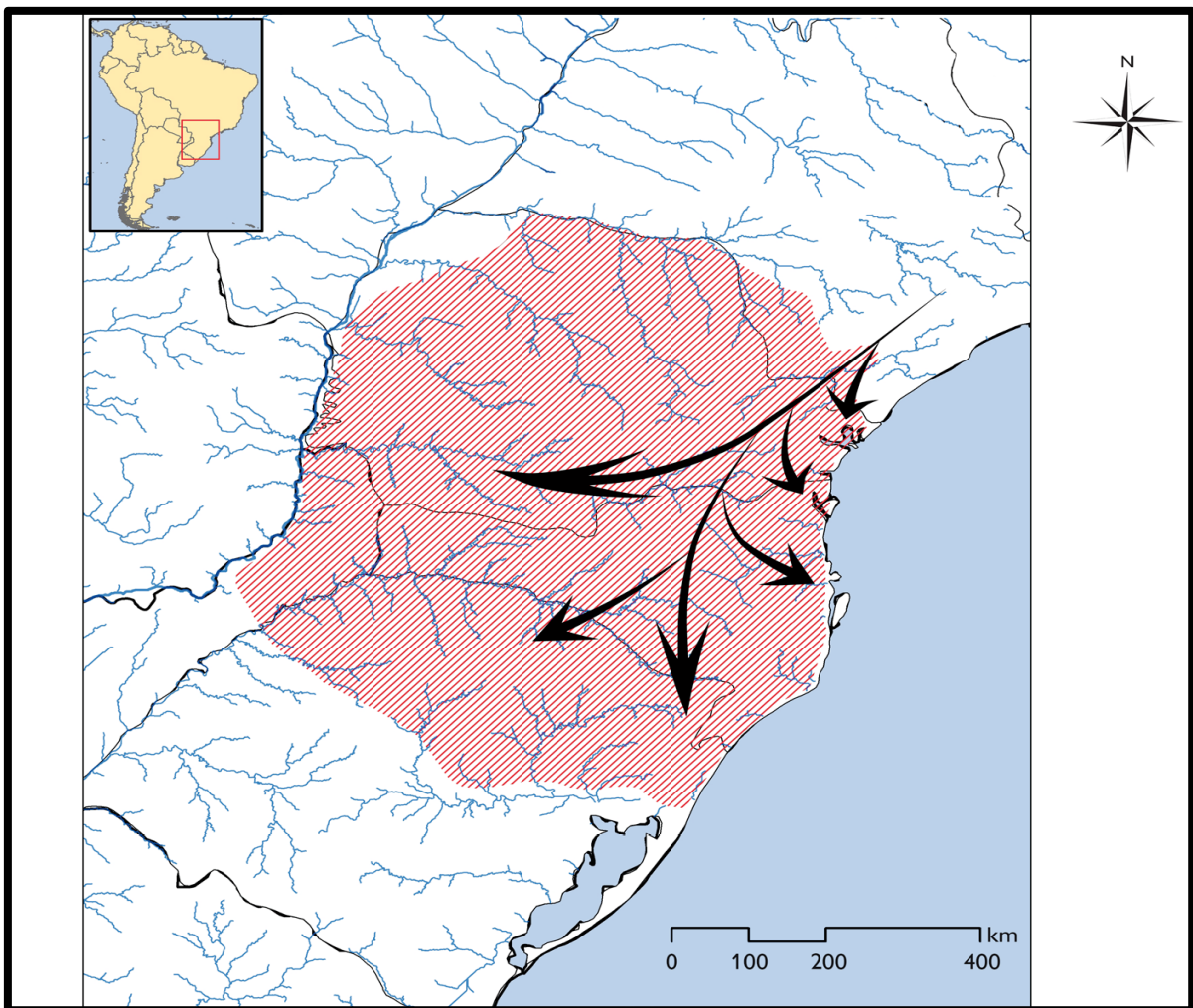
Mapa 06 – Mapa da localização das Terras Indígenas Kaingang no bioma Mata Atlântica e no contexto da Floresta de Araucária



Fonte: Elaborado e Adaptado de Carina S. de Almeida a partir de Mapa de Biomas/IBGE (2004) e HUECK, Kurt. As florestas da América do Sul. Ecologia, composição e importância econômica. São Paulo: Ed. Polígono e Ed. UnB, 1972. p.213. Acervo LABHIN/UFSC, 2015: p. 104.

Segundo Noelli¹⁶⁸ as datações arqueológicas levam a crer que as migrações dos povos Jê para o sul começou por São Paulo em um sentido Norte-Sul. Para o autor, seguindo os dados linguísticos e arqueológicos é possível afirmar que a metade leste de São Paulo e do Paraná foram os principais pontos de entrada dos Jê no primeiro planalto. Deslocamentos que foram desencadeados ao longo de milênios, representando uma mobilidade e interação com o território em longa duração. No mapa construído por Noelli é possível observar a direção e o alcance da ocupação Jê no Sul:

Mapa 07 – Mapa das rotas de expansão dos Jê no sul do Brasil



Fonte: NOELLI, Francisco Silva. **Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, vol. 12. 1, pp. 57-84, jan-abr. 2017. p. 69.

¹⁶⁸ NOELLI, Francisco Silva. **Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, vol. 12. 1, pp. 57-84, jan-abr. 2017. p. 69

A dispersão do território chega a mais de três mil anos. O povo conhecido hoje como Kaingang é herdeiro do que a arqueologia categorizou como Tradição Taquara-Itararé-Casa de Pedra, a qual envolve as populações Macro-Jê. Dias e Hoeltz ressaltam a antiguidade da ocupação e as características do território que chegando a mais de 3500 anos AP:

A tradição Taquara-Itararé estaria relacionada às migrações e transformações de longa duração das populações Macro-Jê que passam a ocupar o Planalto brasileiro a partir de 3.500 anos atrás (Brochado, 1983; De Mais, 2006; Noelli, 1999/2000). Embora apresentem diferenças regionais marcantes quanto aos estilos cerâmicos, observa-se entre os Jê do Sul um padrão similar de estruturação dos territórios de domínio que integravam distintos contextos ecológicos, explorados de forma sazonal: as cotas mais elevadas do planalto relacionadas às florestas mistas de araucárias, os vales fluviais das áreas de encosta e a região litorânea (Schmitz & Becker, 1991). As fontes etno-históricas e etnográficas para os Jê do Sul demonstram uma adaptação integrada aos variados ecótonos do Brasil meridional indicando estratégias de circulação no território de domínio, em diferentes áreas satélites da aldeia principal, onde predominava certos tipos de ofertas de alimento.¹⁶⁹

A ocupação pode ser vista também na construção das paisagens e nos dados arqueológicos. Um dos demarcadores do território Jê é a presença da floresta de *araucárias*. De acordo com Cassino e autores, houve uma intensa proliferação das matas de *Araucária angustifolia* pelos campos que coincide com a expansão das populações Jê. Segundo os autores essa expansão em comum não é por acaso, ao contrário, tem vínculo direto com a vida dessas populações.

For modern and historically documented Southern Jê People, araucaria nuts are not only made into highly nutritious flour, bread, and beverages, but the araucaria tree has strong cultural significance (Noelli 1999; Reis et al. 2014). It is part of the process of transforming the forest in their cultural territory. The distribution of araucaria forests expanded in association with the Southern Jê populations and pit houses in pre-colonial times (Noelli 1999). Paleopalynological analyses indicate the rapid expansion of the Araucaria forests over the high grasslands between 1500 and 800 BP (Reis et al. 2014). As mentioned earlier, this expansion was associated with cultural forest management, through transport, storage, and processing of the seeds (Reis et al. 2014), which increased the availability of this important food for the Jê populations (Iriarte and Behling 2007; Corteletti et al. 2016).¹⁷⁰

¹⁶⁹ DIAS, Ana Schmidt; HOELTZ, Sirlei Elaine. **Indústrias Líticas em contexto: O problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira**. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Revista de Arqueologia. Vol. 23, n. 2, dezembro, 2020. p.48.

¹⁷⁰ CASSINO, Mariana Franco; Myrtle P. Shock; Laura Pereira Furquim; Daniela Dias Ortega; Juliana Salles Machado; Marco Madella & Charles R. Clement. **Archaeobotany of Brazilian Indigenous Peoples and their Food Plants**. In Jacob, Michelle, Albuquerque, Ulysses Paulino (Eds.). Local Food Plants of Brazil. Springer, 2021. p.18

Desse modo, as florestas de *Araucária angustifolia* são resultado de um manejo florestal feito através de séculos de interação entre humanos e natureza. A formação dessas paisagens vinculadas à ocorrência da espécie é uma marca do território Kaingang fazendo parte da vida do povo não apenas pelas fontes de recursos naturais, mas também com seus significados simbólicos. Em suas rotas de mobilidade e cultivo estabeleceram uma interconexão com as plantas e os lugares¹⁷¹.

A semente da *Araucária angustifolia*, conhecida como pinhão, é uma fonte de alimento muito utilizada pelo povo Kaingang, formando a base da alimentação por grande parte do ano. Por sua facilidade de carregar, pela versatilidade na forma de preparo e o potencial de armazenamento, representava um recurso fundamental na vida do povo, principalmente para os períodos de escassez ou de mobilidade. Além de alimentação, essa espécie tem papel central na vida Kaingang também pelos recursos de construção. Essas interações com a *A. angustifolia* também traz a incorporação da planta no mundo espiritual Kaingang, tornando-se uma entidade sagrada. Esses processos de manejo mútuo entre Kaingang e as plantas construiu as paisagens territoriais.

As estruturas subterrâneas, também chamadas de casas subterrâneas, são vinculadas aos povos Laklãnõ/Xokleng e Kaingang como uma das características principais de moradia, sobretudo durante os períodos de baixas temperaturas. Com a desterritorialização que sofreram, com o acúmulo de sedimentos e a intervenção de não indígenas, principalmente pela agricultura, esses sítios foram sendo soterrados. São possíveis de identificar, em alguns casos, pela presença de depressões no solo.

Os estudos arqueológicos, principalmente depois dos anos 1960, com a criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), encontraram muitas estruturas Jê por todo o planalto de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Eram casas

¹⁷¹ Desse modo, é equivocado pensar com a chave da sociedade industrial contemporânea uma vez que a dicotomia natureza/cultura só faz sentido para a ideia de aumento de produtividade e propriedade privada, ela serve ao propósito da sociedade industrial. A perspectiva de interação pode trazer soluções. A esse exemplo o conceito de familiarização proposto por Fausto e Neves aparece como um exemplo de crítica e alternativa de pensar a relação sociedade x natureza, principalmente no que se refere a ideia de manejo pela domesticação.

Segundo proposto por Fausto e Neves os indivíduos/plantas estão enredados em subjetividades própria. Tirar a planta do seu ambiente é uma apropriação violenta, mas isso não os faz proprietários. É preciso também que a planta queira entrar nesse processo. Tornar-se parente é um trabalho contínuo, um esforço de ambas as partes para transformar-se em parte do convívio. Essas práticas de interações que são perpetuadas pelas práticas de ensino e aprendizagem de geração em geração não são fixas. Não são práticas de manejo de cartilha, mas tem suas próprias formas, pois a planta também tem suas exigências e suas vontades. FAUSTO, C., & Neves, E. G. **Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plantfamiliarisation and biodiversity in the Amazon**. *Antiquity*, 92(366), 1604-1618. 2018.

construídas em formato circular, cavadas no solo, que variavam entre rocha basáltica, basalto ou rocha de arenito¹⁷². Ao que se refere às dimensões, existem marcações de diâmetro entre de 2 a 13 metros. A profundidade por sua vez variava entre 2,5 e 6 metros. Sobre o buraco cavado era feita uma estrutura de madeira, com um apoio central e interligado nas bordas, a cobertura era feita com folhas e ramos. Segundo D’Angelis e Veiga¹⁷³ algumas habitações tinham revestimentos internos de piso ou pedras.

Os sítios arqueológicos encontrados demonstram uma concentração de estruturas, mesmo que seja muito comum também encontrá-las isoladas, existem casos de agrupamentos de mais de 30 casas¹⁷⁴. Segundo D’Angelis e Veiga, essas formas de habitação foram um hábito cultural praticado há séculos por povos Jê no Sul do país e que também perdurou por séculos, sendo abandonadas por volta de 500 A.P. Descritas em relatórios de viajantes e padres, no século XVIII e XIX as habitações Kaingang apresentam um outro padrão de construção, sendo elas casas de superfície com estruturas de madeira e cobertas com folhas.

Outros registros arqueológicos que marcam a forte presença Kaingang são os sepultamentos. Com ampla distribuição em todo território histórico, os sítios consistem em pequenos aterros anelares que cercam montículos. Em geral, a disposição desses aterros era feita na direção leste-oeste e em pares – características que apontam semelhança com os padrões das metades Kaingang, *Kamé* e *Kanhru*, da qual voltarei a falar mais a frente. Outros sítios arqueológicos que são ligados aos Jê são os danceiros, estruturas de aterro anelar com dimensões maiores e sem a presença de montículos. Essas estruturas eram grandes e utilizadas para fins ritualísticos onde concentravam várias pessoas.

Muitas cerâmicas encontradas nos sítios arqueológicos produzidas durante esse período também foram identificadas como sendo parte da cultura material deixada pelos Jê. Entre as cerâmicas destacam-se vasilhas e potes, em geral apresentavam características bem parecidas de feitura e material. Apresentam diversidade de formatos, desde pequenas vasilhas para o consumo individual até panelas maiores para uso coletivo. Eram fabricadas para as práticas de armazenamento, preparo de alimentos, para servir, e para o consumo.¹⁷⁵

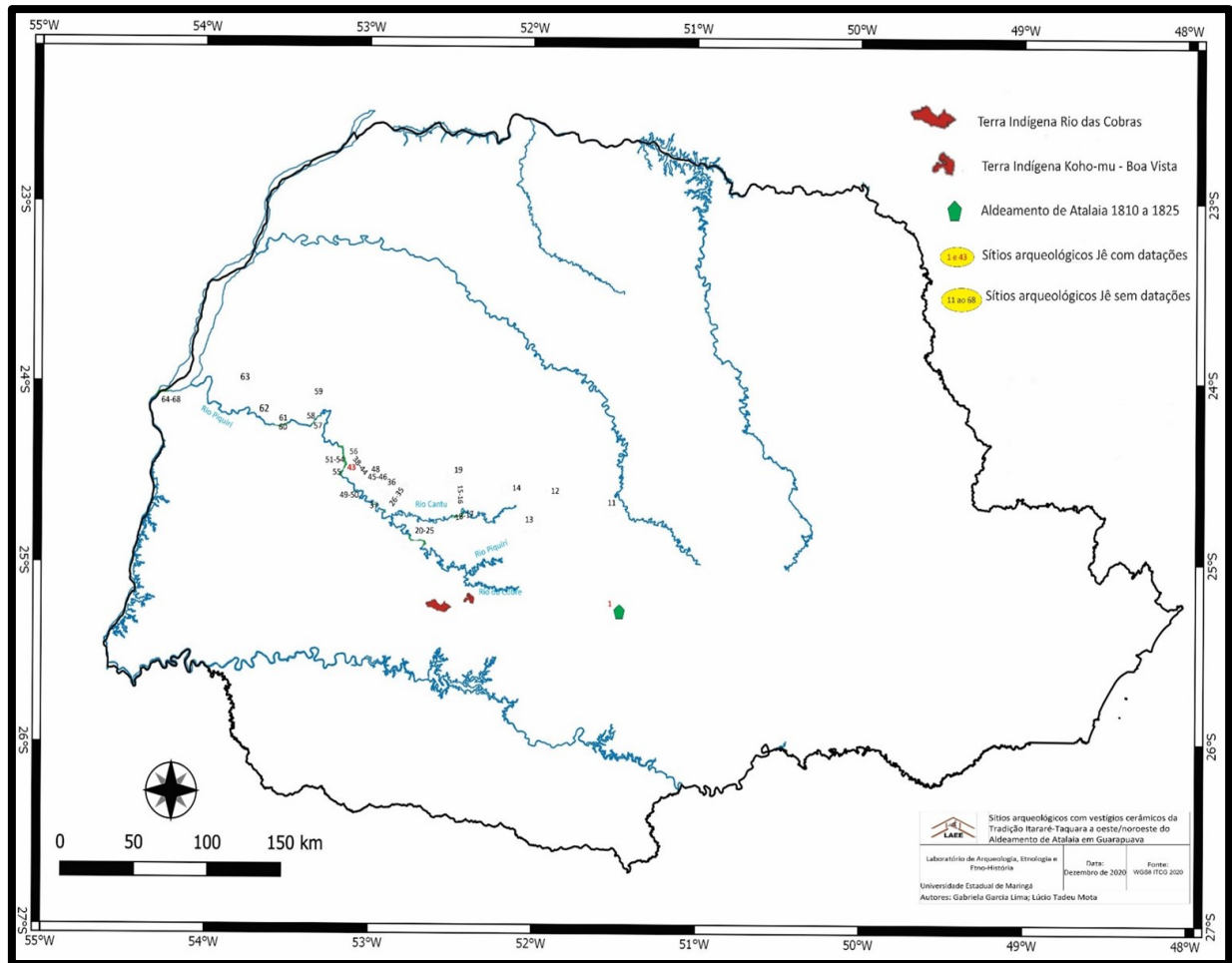
¹⁷² D’Angelis, Wilmar; VEIGA, Juracilda. **Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado.** CADERNOS DO CEOM Chapecó: Unochapecó/Argos, 2003, n. 18, p. 213-242. p.5.

¹⁷³ Idem, p.6.

¹⁷⁴ Idem. p.7.

¹⁷⁵ SOUZA, Jonas Gregorio de. **Paisagem Ritual no Planalto Meridional Brasileiro: Complexos de aterros anelares e Montículos Funerários Jê do Sul em Pinal da Serra, RS.** Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2012. pp. 62-63

Mapa 08 – Mapa dos sítios arqueológicos próximos a Rio das Cobras e Boa Vista



Fonte: LIMA, Gabriela Garcia; MOTA, Lucio Tadeu. **Sítios arqueológicos com vestígios cerâmicos da tradição Itararé-Taquara a oeste/nordeste do Aldeamento de Atalaia em Guarapuava.** Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História- Universidade Estadual de Maringá. 2020.

As evidências arqueológicas, assim, permitem perceber um padrão de território dos Jê no Sul, o que demonstra uma ocupação desenvolvida ao longo de milhares de anos. Os materiais e sítios variam muito, entre casas subterrâneas, sítios cerâmicos e lito cerâmicos, sambaquis e concheiros no litoral. A diversidade de elementos marca lugares e paisagens devido a interação com a natureza, um processo de territorialização em longa duração.

Segundo Noelli, houve disputa pela ocupação de muitos desses espaços, pois coincidiram com a ocupação Guarani e Tupinambá em muitos pontos. Contudo, esses embates territoriais teriam também aberto possibilidade para que os Jê pudessem territorializar outros espaços. Segundo Noelli:

[...] os Guarani comprimiram os territórios Jê no alto Paranapanema e médio Iguçu a aproximadamente 1.800 A.P.: 1) os expulsaram da beira-mar do Paraná ao Rio Grande do Sul a partir de 1.200 a 1 mil A.P; 2) os comprimiram no alto rio Uruguai a

aproximadamente 1.500 A.P.; 3) os empurraram para os campos de Caxias do Sul a cerca de 1.900 A.P.; 4) separaram os territórios dos vales do Ribeira e Tibagi e alto Iguaçu a cerca de 1.500 A.P., criando dois núcleos Jê que persistiam no século XVII¹⁷⁶

Foram territorializando os biomas acima do nível do mar, com predominância de baixas temperaturas, com paisagens de campos intercalados por mata de *araucárias*. Os Guarani tinham domínio dos locais de maior predominância de Mata Atlântica, mas seus territórios no século XVI também se expandiam para regiões de baixa temperatura, confrontando com territórios Jê nos limites das florestas subtropicais. Há lugares como o médio Iguaçu e o baixo Piquiri, no Estado do Paraná, com alta concentração de casas subterrâneas e montículos funerários, dados que possibilitam afirmar que a ocupação Kaingang, segundo Noelli¹⁷⁷, foi densa e não facilmente conquistável pelos Guarani nesses pontos.

1.5.1 Elementos sociais e territoriais do povo Kaingang

Uma das principais características ligada à organização social do povo Kaingang é a divisão entre metades exogâmicas conhecidas como *Kamé* e *Kanhru*. Existem divergências quanto às nomenclaturas e divisões registradas durante os anos. Principalmente a partir do século XVIII, quando muitas expedições militares foram feitas contra os territórios Kaingang, os encontros começaram a ser registrados e nesses documentos as formas pelas quais se referiam ao povo hoje conhecido como Kaingang eram diversas. Inúmeras vezes foram nomeados com tom pejorativo ou de desconhecimento.

A referências aos *Kamé* já aparece nos textos do Padre Chagas Lima, durante a colonização de Guarapuava no século XIX. Contudo, segundo Juracilda Veiga, o padre teria generalizado as metades com nomes de caciques ou até indicações de lugares como sendo nações distintas umas das outras. Entre os grupos destacou os seguintes nomes: *Camés*, *Votorões*, *Dorins*, *Xocrens*, *Cayeres*, *TacTaía* e *Jacfé*. Veiga também demonstra que o padre Chagas Lima tinha certo desconhecimento sobre o povo Kaingang, uma vez que em seu primeiro contato disse que o idioma que falavam era o Guarani. Eram conhecidos também como coroados e botocudos, categorias pejorativas, genéricas e impositivas. As grafias para o nome Kaingang também são registradas de diferentes maneiras por não indígenas. De forma geral a

¹⁷⁶ NOELLI, Francisco Silva. **Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional.** Boletim do Museu Paranaense Emilio Goeldi. Ciências humanas, Belém, vol. 12. 1, pp. 57-84, jan-abr. 2017. p. 70.

¹⁷⁷ Idem.

grafia Kaingang escrita dessa forma é aceita. Contudo, existem diferenças, em Rio das Cobras, por exemplo, é comum escreverem Kanhgág.

Um expoente etnográfico do século XIX acerca dos Kaingang se encontra nos escritos de Telêmaco Borba, que conviveu por vários anos com diferentes grupos do povo Kaingang. Nas margens do Rio Tibagi, atualmente Estado do Paraná, onde se encontrava o aldeamento de São Pedro de Alcântara, Telêmaco Borba registrou a sabedoria de criação do mundo e a origem Kaingang. Nos seus escritos estão pontos fundamentais da organização sociocultural do povo:

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra, habitada por 76 nossos antepassados. Somente o cume da serra Crinjinjimbé emergia das agoas. Os Cainganues, Cayurucrés e Camés nadavam na direção a ella levando na boca achas de lenha incendiadas. Os Cayurucrés e Camés cançados, afogaram -se; suas almas foram morar no centro da serra. Os Caingangues e uns poucos Curutons alcançaram a custo o cume Crinjinjimbé, onde ficaram uns no solo, e outros, por exiguidade de local, seguros aos galhos de árvores; e ali passaram muitos dias sem que as agoas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando -a á agoa que se retirava lentamente. Gritaram elles ás saracuras que se apressassem, e estas assim o fizeram, amiudando também o canto e convidando os patos a auxilial -as; em pouco tempo chegaram com terra ao cume, formando como que um açude, por onde sahiram os Caingangues que estavam em terra; os que estavam seguros aos galhos das árvores, transformaram -se em macacos e os Curutons em bugios. As saracuras vieram, com seo trabalho, do lado onde o sol nasce; por isso nossas agoas correm ao Poente e vão todas ao grande Paraná. Depois que as agoas seccaram, os Caingangues se estabeleceram nas imediações de Crinjinjimbé. Os Cayurucrés e Camés, cujas almas tinham ido morar no centro da serra, principiaram a abrir caminho pelo interior dela; depois de muito trabalho chegaram a sair por duas veredas: pela aberta por Cayurucrê, brotou um lindo arroio, e era toda plana e sem pedras; dahi vem terem eles conservado os pés pequenos; outro tanto não aconteceu a Camé, que abrio sua vereda por terreno pedregoso, machucando ele, e os seos, os pés que incharam na marcha, conservando por isso grandes pés até hoje. [...] Chegaram a um campo grande, reuniram-se aos Caingangues e deliberaram cazar os moços e as moças. Cazaram primeiro os Cayurucrés com as filhas dos Camés, estes com as daqueles, e como ainda sobraram homens, cazaram-os com as filhas dos Caingangues. Dahi vem que, Cayurucrés, Camés e Caingangues são parentes e amigos¹⁷⁸

Não apenas Telêmaco Borba registrou a mito de criação do mundo Kaingang, existem alguns outros relatos, entre eles destaca-se o feito por Egon Shaden em Mangueirinha no Estado do Paraná em 1953:

Xê contou-me também o mito do dilúvio universal: muitos índios morreram na grande enchente que houve por estes sertões. Escapou somente um casal de irmãos, pequenos ainda. Eram do grupo dos Kamés. O casalzinho foi nadando, até uma serra muito alta que se chama Krim-takré. Os dois subiram ao alto da serra e agarraram-se às folhas das árvores. Quando baixou a água da enchente, desceram ao chão. Casaram-se então os dois, o irmão com a irmã, tornaram a procriar. Fizeram fogo, pois já conheciam o cipó que o dá. Depois de aumentarem o número de filhos, o casal, antes de morrer,

¹⁷⁸ BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. p. 22.

restabeleceu a divisão em dois grupos: os Kamés, que são fortes, e os Kanherús, que são menos fortes. Dividiram para arranjar os casamentos entre eles. Depois de aumentarem, mais os índios restauraram também a divisão em Votôro e Venhiky. Os Votôros têm a força dos Kanherus e os Venhekys a dos kamés.¹⁷⁹

As metades exogâmicas para o povo Kaingang faz parte do núcleo central por onde se organiza a sociedade. Como nos mitos apresentados por Borba e Schaden, todos os elementos do mundo são divididos entre as metades *Kamé* e *Kanhru*. Também Horta Barbosa e Kurt Nimuendaju registram essa característica como elemento central nos casamentos e em todas as esferas da vida Kaingang.

De maneira geral os autores compreenderam a separação entre as metades representada através de pinturas corporais utilizadas pelos Kaingang em diversas ocasiões como guerras e rituais. A metade *Kamé* é representada pela marca comprida, um risco, e a metade *Kanhru* por marcas redondas, ponto ou círculo. Cada metade está ligada a um ponto da trajetória do sol, *Kamé* ao poente e *Kanhru* à nascente. Cada animal, cada planta tem uma metade. A divisão tem caráter complementar, ou seja, as metades não andam sozinhas, precisam uma da outra para a vida. A relação vai para além dos casamentos cruzados e se estabelece também nas interações com a natureza e o seu entorno. Nas relações de liderança também se tem como princípio que o cacique e vice cacique sejam de metades opostas, pois apenas uma pode aconselhar a outra. Na Terra Indígena Rio das Cobras atualmente as marcas não interferem muito nas ações sociais, dizem eles, mas se perguntados todos sabem dizer suas metades.

Segundo Biazzi¹⁸⁰ existem também subdivisões das metades que foram registradas. Essas divisões aparecem geralmente durante o ritual do Kiki, são elas *Vãjen ky* ou *Jenky mág* por parte *Kamé* e *Votor* ou *Rymor* da parte *Kanhru*. As marcas corporais das subdivisões também são diferentes, mas seguem os parâmetros das metades que as dão origem.

Mas é preciso ter cuidado com as simplificações dentro deste dualismo, pois as diferenças entre as nomenclaturas utilizadas pelo povo Kaingang não foram possíveis de serem inteiramente percebidas pelos pesquisadores *fóg*¹⁸¹ que se dedicaram ao tema. Embora exista concordância entre as pesquisas e relatos, esses não representam a complexidade que existiu e existe nas compressões e construções sociais que o fazem enquanto povo.

¹⁷⁹ SCHADEN, E. **A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang**. *Revista de Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 139-141, 1953. p. 140.

¹⁸⁰ BIAZZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de. **Espiritualidade e conhecimentos da mata na formação dos especialistas de cura Kaingang da Terra Indígena Xapecó/SC**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2017. Dissertação de Mestrado.

¹⁸¹ *Fóg* é o termo Kaingang para se referir aos não indígenas. Todas as vezes que o utilizo no texto é com essa conotação.

Segundo Juracilda Veiga¹⁸² a organização social tem características exogâmicas e patrilineares e os casamentos por sua vez são feitos sempre com as metades cruzadas em uma ideia de complementaridade. Além disso, a lógica de residência geralmente é uxorilocal, ou seja, depois do casamento é comum que o genro se mude para a casa ou território de domínio do sogro. Assim, a família que reside em um mesmo espaço é composta por pais, filhos, netos e genros. Outro fator percebido entre a organização social Kaingang é a matrilocalidade. Mesmo que a descendência seja vinculada ao pai, a família tende a estar onde a matriarca estiver.

As divisões políticas são também fundamentais na organização Kaingang e antes do contato e ação do SPI tinha características muito particulares de hierarquia e divisão do território. O território era regido por diferentes lideranças principais conhecidas como *pa'i-mbang*, e em cada território outras lideranças subordinadas conhecidas como *pa-y*¹⁸³. Conforme apontado por Mabilde¹⁸⁴ cada cacique tinha uma marca específica para seu território, encontrada em utensílios e ferramentas, isso também era uma forma de estipular seus domínios. Viviam em comunidades separadas pelo território, em núcleos familiares, e se reuniam para celebrações ou para um trabalho coletivo nas roças, na coleta do pinhão e também para guerra¹⁸⁵.

Com relação a organização política Kaingang é preciso ter como base as condições de pressão e contato que tiveram com os *fóg*, uma vez que as formas pelas quais estabelecem suas dinâmicas políticas passa por algumas modificações durante a ação do Estado, iniciada através da atuação do Serviço de Proteção aos Índios. Com a introdução de algumas dinâmicas de hierarquia política *fóg*, as lideranças escolhidas recebiam função, cargos e patentes parecidas com as militares. Sobre o assunto Vieira Santos destaca o seguinte:

Sobre o governo dos Caingangues daqui será interessante dizer que ainda se observam vestígios Teocráticos, visto exigir um sacerdote da tribo – o KUIÊ –o qual prediz o futuro e orienta o chefe do executivo nos fatos de maior importância, para a vida da nação, em nome de poderes sobre naturais. Contudo, há preponderância de um governo que se poderia chamar de militar – como veremos depois – sobre o sacerdote e há ausência de hereditariedade teocrática, assinalando-se um sistema de escolha do comandante – chefe ou governo é executivo – pelos comandados. A escolha do Chefe

¹⁸² VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. São Paulo: Curt Nimuendaju, 2006.

¹⁸³ LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. Pesquisas Antropologia, n. 56, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 2000.

¹⁸⁴ MABILDE, Pierre F. A. B. **Apontamentos sobre os Indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA/Pró-memória/ INL, 1983.

¹⁸⁵ TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

ou governo é feita pela massa do povo, senão por uma muito grande maioria que não deixa dúvida. Recai a escolha em um índio honesto, ativo, enérgico e resoluto; são estas as qualidades que deve possuir o escolhido, que apresentado e aceito é aclamado Chefe com a designação de “coronel”. O coronel declara assumida a chefia, perante a uma reunião geral, a que dão o nome de “Revista Grande”; seu primeiro ato é, aí mesmo escolher seus auxiliares que podem ser os mesmos já existentes ou outros. Os auxiliares vão tomando a designação de – “Major, Capitão, Tenente, Alferes e Cabos”; a parte do povo toma a denominação geral de “soldados”¹⁸⁶

Além das divisões políticas, também chama a atenção a liderança espiritual, conhecido também como remedieiro, ou rezador, tem um papel importante na vida Kaingang, é ele quem tem o conhecimento dos remédios do mato, de se comunicar com o mundo espiritual e de aconselhar as pessoas. O *Cujá* trabalha através de seu guia espiritual conhecido como *jangrê*. Os guias variam de pessoa para pessoa, podem ser animais ou plantas, em casos pós contato os santos cristãos também aparecem como *jangrê*.

Conforme estudos feitos por Biazi¹⁸⁷, depois do contato com os *fóg*, além dos *cujás* existem também outros especialistas em curas, como os benzedores e benzedoras e remedieiros e remedieiras. Segundo a pesquisadora Kaingang, muitas vezes a mesma pessoa é tratada por diferentes termos, transitando entre as categorias, por conta disso a percepção não é evidente. Contudo, existem algumas diferenças com relação à forma com que cada especialista trabalha. Em comum os especialistas Kaingang tem uma relação muito próxima com as plantas medicinais, ou remédios do mato como também são conhecidos. O seu conhecimento com as plantas e os lugares ultrapassa a relação de uso, é de interação e respeito mútuo, pois cada espaço é repleto de vida:

Na concepção Kaingang, cada ambiente é habitado por seres naturais e sobrenaturais; as matas contêm animais, vegetais e seres sobrenaturais. Portanto, ao mundo visível corresponde um mundo invisível, que é necessário reconstituir. A mata possui um espírito-guardião ou “dono”, que é o nem tân. O rio tem o seu gój tân; a serra, o seu krín tân, e assim por diante. Sendo a natureza múltipla, também são múltiplos os “espíritos-donos.”¹⁸⁸

Conforme destacado por Kimiye Tommasino¹⁸⁹ o território Kaingang é muito mais complexo e envolve elementos sociais e simbólicos que devem ser destacados para entender a

¹⁸⁶ SANTOS, Francisco Vieira. 1949, p. 8. Apud. VEIGA, Juracilda. **Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang**. Cadernos do CEOM- Ano 19. N. 23 – CEOM – 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina. 2014. p. 245.

¹⁸⁷ BIAZI, Adriana. Op cit. 2017.

¹⁸⁸ TOMMASINO, Kimiye. **Homem e natureza na ecologia dos Kaingang da Bacia do Tibagi**. p.159. In: TOMMASINO, Kimiye; MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva (Orgs.). Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang. Londrina: Eduel, 2004, p. 355-413.

¹⁸⁹ TOMMASINO, Op cit. 1995. p.63.

composição territorial e conseqüentemente a luta. É o espaço onde os antepassados foram enterrados, onde estão enterrados os seus umbigos, como os Kaingang falam, são espaços que extrapolam as concepções de limites e terras da compreensão dos *fóg*.

Trabalhos realizados pelos próprios Kaingang têm conseguido avançar nessas questões. Com a pesquisa de Adailton Fojin Freitas¹⁹⁰, que em seu trabalho de conclusão de curso traz elementos das ervas medicinais utilizadas pelos Kaingang/Kanhgág em Rio das Cobras. A pesquisa traz a importância das ervas como formas de fortalecimento dos conhecimentos ancestrais. Outras pesquisas podem ser destacadas como a de Josué Candido Fortunato¹⁹¹ também com relação às plantas medicinais utilizadas pelos Kaingang. Sua pesquisa é feita na T.I Guarita no Rio Grande do Sul e traz a importância dos conhecimentos ancestrais Kaingang para a cura de enfermidades. Ainda nessa direção é importante também destacar os conhecimentos registrados por Ivone Jagnigri da Silva¹⁹² que também abordam o recorte espacial da T.I. Guarita trata das mudanças na fauna e na flora da Terra Indígena ao longo dos anos. Demonstra como as paisagens são modificadas e como o modo de vida é afetado pela pressão das ações capitalistas de exploração e monocultura. Ainda com relação a T.I Guarita a pesquisa de Argeu Mig Amaral¹⁹³ demonstra como é complexo e rico o arcabouço de conhecimento das espécies existentes no território Kaingang. Apresentando um rol de espécies que representam não apenas um apurado conhecimento da mata, mas também de como essas plantas fazem parte da vida Kaingang, cada uma com suas metades e funções. Tamara Mineiro¹⁹⁴ também traz contribuições em sua pesquisa, corroborando com os conhecimentos sobre as plantas com quem os Kaingang interagem historicamente.

¹⁹⁰ FREITAS, Adailton Fojin. **Ervas medicinais e a cultura Kaingang: um estudo sobre a presença da temática no currículo real da escola.** Universidade Federal da Fronteira Sul.- UFFS, Campus Laranjeiras do Sul. Monografia. 2019.

¹⁹¹ FORTUNATO, Josué Candido. **Plantas Medicinais, Práticas De Autoatenção E Os Conflitos Com A Biomedicina Entre Os Kaingang Do Setor Da Bananeira, Terra Indígena Da Guarita, Rio Grande Do Sul.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁹² SILVA, Ivone Jagnigri da. **Mudanças Históricas Marcantes Da Fauna E Flora Para Os Kaingang Na Terra Indígena Guarita.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁹³ AMARAL, Argeu Mig. **Conhecimento E Uso De Plantas Pelos Kaingang Na Terra Indígena Guarita Rs.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁹⁴ MINEIRO, Tamara. **Ervas Medicinais Na Comunidade De Missão Indígena, Ti Guarita, Rio Grande Do Sul.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

Também em meio a esse tema, mas com um recorte espacial na T.I Xaçecó no estado de Santa Catarina, está a pesquisa de Ivania Mendes¹⁹⁵ que trabalha com as ervas medicinais utilizadas pelos Kaingang na atualidade e apresenta uma descrição detalhada das espécies conhecidas e dos usos que são feitos. Esses são conhecimentos que fazem parte do ser Kaingang. É importante também destacar o trabalho feito por Armandio Kankar Bento¹⁹⁶ com relação aos *kujá* e seus conhecimentos de ervas medicinais.

O território Kaingang também está diretamente ligado com suas formas de compreender a vida e a morte. A terra em que vivem e que viveram seus antepassados é mais que uma forma de subsistir, é, principalmente onde estão enterrados os seus mais velhos. A ligação com a terra está, assim, na composição do corpo e no entendimento de que aqueles espaços fazem e são parte de si. Nas composições ritualísticas que cercam a perda de uma pessoa está o ritual do *Kiki*, ou *Kikikoi*.

Considerado um dos ritos mais importantes no ciclo da vida Kaingang, o ritual do *Kiki* é composto de diferentes significações que envolvem a vida Kaingang. No ano de 1937 Baldus afirmou que: “Deve-se apontar o culto aos mortos como a base e a expressão mais forte da cultura espiritual Kaingang porque o poder sobrenatural dos mortos tornou-se, para estes índios, mais do que qualquer outra coisa, um acontecimento místico e, por isso, objeto de crença”¹⁹⁷. É a partir dele que será possível ir ao *numbê*, mundo dos mortos.

Em tempos anteriores o ritual era feito anualmente, geralmente no começo da época de inverno quando há maior fartura de alimentos, principalmente pinhão. O *Kiki* é o nome dado à bebida fermentada que é preparada exclusivamente para a cerimônia. Fermentada com mel e ervas medicinais a bebida tem um processo complexo de feitura. Do início ao fim o ritual é envolto em significação e espiritualidade. Para a realização do *Kiki* é preciso que as pessoas falecidas sejam de metades opostas.

Juracilda Veiga¹⁹⁸ ao registrar os processos do *Kiki* oferece informações importantes para compreender os elementos que cercam as etapas, mas, sobretudo, a ligação entre o povo e a terra. Os *Kujas* é quem tem a responsabilidade de orientar e dirigir os processos do ritual.

¹⁹⁵ MENDES, Ivania. **O Uso Das Ervas Medicinais Na Atualidade Kaingang Da Terra Indígena Xaçecó, Santa Catarina, Brasil**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁹⁶ BENTO, Armandio Kankar. **Kujá e suas ervas medicinais**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

¹⁹⁷ BALDUS, Herbert. **Ensaios de Etnologia Brasileira**. Companhia Editora Nacional. Serie 5ª, Brasileira, Vol.101, Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife. 1937, pp. 50-51.

¹⁹⁸ VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP. 2000.

Com a sua supervisão, a cerimônia é dividida em três etapas: O primeiro fogo, o segundo fogo e o terceiro fogo. A duração tem divergências, mas, os registros apontam que poderiam chegar de dez dias até três semanas ou mais. As metades devem ficar separadas durante o ritual, cada metade e suas subdivisões ficam em fogos diferentes. A complementaridade das metades é vista durante esse período também, uma vez que os fogos são cuidados pelas metades opostas à do Kaingang falecido. O fogo *Kanhru* fica ao leste e o fogo *Kamé* fica a oeste. Apenas depois da última etapa é que as metades se reúnem para celebrar. O único que pode circular entre os fogos são os *péin*. Além dos cantos, danças e rezas, o *Kiki* tem a presença de alguns instrumentos musicais como o *Sygsy* que é um tipo de chocalho, o *Turu* um berrante feito de chifre de animal e uma corneta de taquara que tem o nome de *Vâkyr tê*.¹⁹⁹

No primeiro fogo é feito o corte da *araucária*, que servirá como recipiente – *konkei* – para a feitura do *Kiki*. A relação entre os Kaingang e o pinheiro é de extremo respeito e cuidado, não é qualquer árvore que pode ser cortada, os *Cujas* escolhem aquele que está pronto e antes de tudo rezam em seu entorno para acalmar o espírito do pinheiro. Todo o procedimento é feito sob as palavras sagradas entoadas pelo *Cujas*, mesmo depois de caído e em todo o processo de transporte e confecção do *konkei*.²⁰⁰

Após feito, deposita-se ali mel e ervas medicinais que ficam em processo de fermentação. Em tempos mais atuais, com a falta dos ingredientes, foram adicionados outros elementos no lugar. Em alguns casos tem-se a utilização de açúcar no lugar de mel e um pouco de cachaça para a mistura. Com a escassez de recursos, principalmente por conta da exploração prolongada das terras, o ritual foi ressignificado com as possibilidades do seu tempo.

Depois de estar pronta a bebida, é feito o segundo fogo. Novamente com a liderança dos rezadores a segunda etapa é marcada por cantos e rezas. O terceiro fogo por sua vez é realizado quando a bebida está pronta para ser consumida. A terceira etapa é caracterizada por danças e cantos onde os espíritos dos mortos participam. Nesse momento as pinturas corporais têm papel importante, na medida em que os diferenciam dos mortos, todas as pessoas devem estar pintadas com suas respectivas marcas.²⁰¹

A seguir das três etapas ocorre a coleta das cruzes. Confeccionadas pelos familiares da metade oposta das pessoas falecidas, as cruzes trazem no topo as marcas das pessoas que morreram. As pessoas da metade *Kamé* recolhem as cruzes *Kanhru*, posteriormente os *Kanhru*

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Idem.

²⁰¹ Idem.

vão às casas para recolher as cruzes *Kamé*, quando todas foram recolhidas fazem um cortejo para o cemitério. Durante o trajeto em que rezam e entoam cantos, fazem pausas em locais específicos, marcados por uma cruz desenhada em árvores. Locais esses que representam pontos onde os carregadores dos corpos dos falecidos pararam para descansar durante o trajeto ao cemitério. Por causa do corpo ter tocado o chão naquele lugar, acredita-se que aquele é um ponto de ligação com o espírito²⁰².

No cemitério os que entram primeiro são as pessoas de metade *Kamé*. Marcadas de maneira diferente, as covas se distinguem, sendo *Kamé* pela presença dos ramos de *araucária* e *Kanhru* com galhos de sete-sangrias (*Cuphea carthagenensis*). Após rezarem, as sepulturas são fechadas e as cruzes colocadas. Depois todos voltam para a área central, no caminho enfeitam-se com ramos verdes e as metades festejam juntas até que o *konkei* seja virado de cabeça para baixo, sinalizando o final do *Kiki*. Todo ritual deve ser feito seguindo rigidamente as etapas e funções, de maneira contrária, pode ocorrer desastres e mortes das pessoas.²⁰³

Juracilda Veiga evidencia o *Kiki* como um dos elementos centrais na compreensão de mundo para os Kaingang, onde a relação da vida e da morte perfazem e transitam entre humanos e não-humanos. Todo o processo está entranhado nas relações com as plantas e com o território, com o conhecimento de criação do mundo Kaingang que emerge da terra e volta para ela quando sua passagem na vida terrena está acabada.

Com a chegada do poder do Estado foram proibidos de realizar seus costumes, principalmente depois da imposição dos Postos do SPI, com um controle próximo e diário dos Encarregados de Postos. Como exemplo da Terra Indígena Xapecó, onde foi retomado o ritual do *Kiki* nos anos 1970, essa expressão da vida Kaingang é também um dos elementos de resistência do povo, utilizado como maneira de manter, mostrar e representar a força da cosmologia do povo Kaingang.

No caso de Rio das Cobras não se fala em ritual do *Kiki*. Contudo, Florêncio ReKayg Fernandes coletou um conto acerca do ritual fúnebre dos Kaingang em Rio das Cobras, chamado de *kukrũ ko*. Essa história foi contada por Olegário Goj Tánh Bernardo e escrita por Adão Gigvaj Bernardo. As formas com que se tratava o ente falecido traziam consigo elementos interessantes de serem destacados aqui, que mesmo diferentes dos descritos no *kikikoi*, se assemelham em alguns pontos:

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

O ritual dos mortos somente era feito quando morria um índio adulto. As crianças todas eram fechadas em um lugar, não podiam ficar próximo ao corpo da pessoa falecida. O chão todo era coberto com folhas de ervas medicinais que era preparado pelos próprios índios.

As pessoas presentes só podiam andar sobre as folhas, para não morrer tão cedo. O corpo não podia permanecer por muito tempo no local e deveria ser retirado antes de clarear o dia, e só os parentes mais próximos poderiam acompanhar, principalmente os homens. Os corpos não eram enterrados. Eram apenas colocados perto de troncos de árvores secas e cobertos com folhas e galhos secos.

As mulheres ficavam fazendo os preparativos necessários para a pessoa viúva. Todos os caminhos por onde a viúva fosse passar tinham que ser cobertos com folhas. Ninguém podia pisar na terra durante um determinado tempo combinado pelo grupo. A viúva era levada por um outro grupo ao rio para tomar banho, deveria ir com um pano na cabeça, não podia ver nada. Antes do banho passavam um tipo de barro no corpo da pessoa, depois esfregavam com pedras. Diziam que era para tirar todas as impurezas do corpo durante o tempo em que ela viveu com a pessoa do sexo oposto. Eram outras mulheres que davam banho nela, e ela não podia ver nada.

No olho dela era colocado um remédio muito forte que deixava os olhos vermelhos e inchados. Assim ela não podia enxergar nada, nem pessoas, nem espírito do morto e esquecer para sempre o passado. Nesse momento todos eram marcados redondos e riscados.

Quando os homens chegavam, após terem levado o corpo, eles iam caçar. Aí é que o grupo podia se alimentar, chamavam esse ritual de *kukrũ ko*. Enquanto esperavam a caça, as mulheres preparam o bolo, e um outro remédio para todos. Queimavam cipó e reservavam o carvão que sobrava do cipó. Quando chegavam com caça preparavam. Então, era a viúva que fazia esta parte. A carne era cozida com o carvão reservado antes. Após o cozimento, a mulher viúva servia todos, começando a servir primeiro o que tivesse o nome mais estranho no grupo, e assim por diante todos deveriam respeitar esse ritual, para que não acontecesse nenhuma desgraça, como outras mortes na aldeia²⁰⁴.

Todos esses elementos compõem a compreensão de que as plantas também têm vida, ou espírito, fazem parte da terra assim como os Kaingang, são partes de um mesmo contexto. Têm na compreensão do corpo o conjunto de um todo, que se fazem nas relações entre eles e os elementos do espaço vivido. Atuam conjuntamente em um mesmo grande corpo e só funcionam juntas. Não separam o próprio ser dos elementos do território, eles são um só. Os recursos que são utilizados e os alimentos que são consumidos também tem vida e também tem parte no território, os corpos se misturam com o território. Essas são perspectivas que possibilitam as críticas à modernidade e mostram alternativas baseadas nos conhecimentos tradicionais de relacionar-se com a natureza.

1.6 A PRESENÇA E RESISTÊNCIA KAINGANG NOS CAMPOS DO CHAGÚ E LARANJEIRAS

²⁰⁴ Esse conto foi gentilmente cedido por Florencio ReKayg Fernandes. Atualmente o texto está no prelo para publicação. História contada por: Olegário Goj Tánh Bernardo. Escrita por: Adão Gigvaj Bernardo. Organização: Florencio ReKayg Fernandes

Para o historiador Lucio Tadeu Mota²⁰⁵ um dos marcos das tentativas de exploração dos territórios Kaingang no Paraná são as expedições feitas pelo Tenente Coronel Afonso Botelho. Realizadas com a finalidade de conquistar os chamados campo de Guarapuava as ofensivas tiveram duração de sete anos, de 1768 a 1774²⁰⁶. Os territórios ao longo dos rios Iguaçu e Ivaí eram fortemente guardados pelos Kaingang, fato que colocou uma barreira às expedições militares de Afonso Botelho. Marcados primeiramente por contatos pacíficos na tentativa de estudar os *fog*, rapidamente os Kaingang começaram a se articular em movimentos de defesa territorial. Aos poucos ficou evidente para eles que as pessoas que chegavam aos seus territórios não estavam ali para serem pacíficas e sim para tomar suas terras e recursos.

As táticas de guerra utilizadas pelos Kaingang eram variadas e utilizadas com muita maestria, revelando, segundo Lucio Tadeu Mota²⁰⁷, um tipo de habilidade apurada de fazer guerra. Com a chegada das tropas e o estabelecimento dos primeiros acampamentos nos territórios do *Koran-bang-rê* (campos de Guarapuava), evitaram qualquer tipo de ataque direto, demonstrando certo conhecimento e estudo da força militar dos invasores. Aos poucos foram ganhando a confiança e aprendendo as vulnerabilidades dos esquemas militares e dos próprios soldados, para então fazer os ataques. As táticas iniciais aplicadas frente as primeiras tentativas de conquista variavam, faziam ataques surpresas à base de flechadas, lanças e cacetes, em outros momentos ofereciam suas mulheres com o objetivo de atrair os soldados para longe do acampamento. Ainda havia aqueles que faziam confraternizações com comida envenenada oferecida para os soldados dentro dos acampamentos. De maneira direta ou utilizando de táticas mais sutis os Kaingang agiam em sua defesa²⁰⁸.

O Tenente Coronel Afonso Botelho teve que se retirar dos *Koran-bang-rê*, derrotado pelos Kaingang, mas voltou a tentar uma nova conquista em 1773. Segundo Mota, nessa nova tentativa não houve movimento de reconhecimento por parte dos Kaingang, que demonstravam muita confiança na forma de lidar com a expedição militar. No ano de 1774, Afonso Botelho é forçado a se retirar, derrotado mais uma vez pelas forças Kaingang. Embora a resistência dos guerreiros Kaingang à conquista dos *Koran-bang-rê* tenha sido bastante eficiente contra as investidas feitas no final do século XVIII, quarenta anos mais tarde, em 1810, sofreram a primeira derrota.

²⁰⁵ Mota, Lucio Tadeu. **Presença e Resistência Kaingang no Paraná**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1992. (Dissertação de Mestrado)

²⁰⁶ Idem, p. 229.

²⁰⁷ Idem, p. 238.

²⁰⁸ Idem, p. 237.

Após as derrotas sofridas pelas forças militares do Tenente Coronel Afonso Botelho os Kaingang estavam pressionando os invasores cada vez mais ao ocidente, atacando as primeiras povoações nas fazendas recém estabelecidas. Com a vinda da família real para o Brasil foi dada a determinação imperial de retomarem as guerras justas contra os Kaingang, chamados pejorativamente de Botocudos. Assim, segundo Lucio Tadeu Mota²⁰⁹, o governador da Província de São Paulo determinou que Diogo Pinto de Azevedo Portugal organizasse uma expedição e conquistasse os territórios de Guarapuava. Diogo Pinto conhecia muito bem a região dos *Koran-bang-rê*, esteve na última expedição de Afonso Botelho ao lado do capitão Paulo Chaves. Ainda jovem viu de perto a força e o conhecimento de guerra dos Kaingang, sabia que não seria fácil derrotá-los, pois além de conhecerem como ninguém seus territórios já tinham um grande conhecimento das estratégias e intenções militares.

De acordo com Mota, foi montada uma enorme expedição ao seu comando. No ano de 1810 chegavam ao *Koran-bang-rê* duzentos soldados²¹⁰, no total passavam de trezentas pessoas. Junto com a expedição estava o Padre Chagas Lima que produziu muitos dos relatos sobre a expedição e o estabelecimento e contato com os Kaingang. Segundo relatos de Chagas Lima já nos primeiros momentos eles foram atacados pelas forças Kaingang, nesse primeiro ataque massivo muitos indígenas saíram feridos, ao contrário dos militares, que segundo o padre tiveram apenas ferimentos leves. A primeira derrota fez com que recuassem.

Diogo Pinto de Azevedo Portugal estabelece então o Forte de Atalaia no mês de julho de 1810²¹¹. Duas semanas depois, segundo Lucio Tadeu Mota, os Kaingang fazem uma visita ao acampamento com o objetivo de colher informações a respeito das forças militares. Ao contrário de atacarem de maneira direta como da primeira vez buscaram estudar de maneira cuidadosa os inimigos. Como o forte estava bem guardado com grandes portões de estacas e muitos soldados armados, começaram reutilizando práticas de conquista aplicadas contra Afonso Botelho²¹².

Como estavam sendo constantemente perseguidos e pressionados dentro de suas terras, em abril de 1825 um grupo de Kaingang não aldeados, cerca de 60 à 70 pessoas²¹³, entrou em Atalaia e matou o Cacique Luiz Tigre Gacon, e junto com ele mais 28 Kaingang que estavam aldeados, o massacre foi registrado pelo Padre Chagas Lima. A liderança foi assassinada por

²⁰⁹ Idem. p.252.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Idem. p.253.

²¹² Idem. p. 254.

²¹³ Idem. p. 258.

ser acusada de ajudar os brancos contra seu povo. O objetivo do ataque foi de fato matar a liderança que era aliado aos invasores, já haviam feito o mesmo com outros, a exemplo de Pahy, morto em 1819 e Doingre em 1822²¹⁴. Lucio Tadeu Mota ainda chama à atenção para o fato de que em 1830 os territórios do *Koran-bang-rê* já haviam sido transformados em fazendas, consolidando como base da colonização a Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava. Esse ataque contra o aldeamento teria sido desferido pelo grupo descrito por Chagas Lima como Dorins, esses que por sua vez habitavam os territórios próximos aos campos conhecidos como Chagú e Laranjeiras.

Conhecida por diversos nomes, como Chugu, Chagú, Xagú, Xongu, Campos das Laranjeiras pelos brancos tinha outro nome para os Kaingang, o chamavam de *Minkriniarê* (cabeça de tigre estaqueada na estrada). Em estudos recentes Mota indica que o território também era denominado pelos Kaingang como *Nerinhé* (laranja), nomenclatura que teria sido registrada por padre Chagas Lima em 15 de janeiro de 1826.

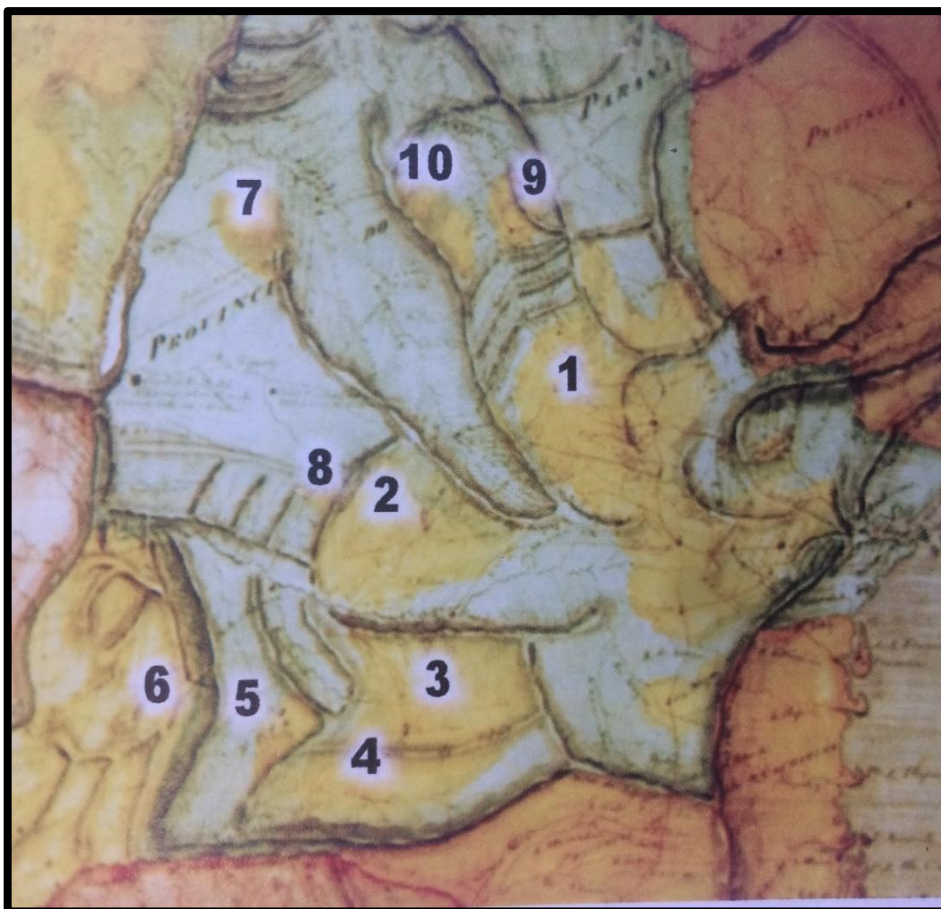
Existia uma topografia Kaingang com nomenclaturas específicas e com suas lideranças territoriais. Segundo Lucio Tadeu Mota²¹⁵, pouco tempo depois da conquista dos campos dos *Koran-bang-rê* (Guarapuava/PR), as tentativas de exploração das terras forçaram a entrada de pessoas em outros territórios Kaingang, pelo Sudoeste nos *Kreie-bang-rê* (Palmas) e pelos vales e rios *Xáembetko* (Chapecó). Contudo, quando a tentativa é a conquista do Oeste paranaense Lucio Tadeu Mota²¹⁶ afirma que foram barradas pelas forças guerreiras dos Kaingang do *Min-krin-ia-rê*.

²¹⁴ Idem. p. 260.

²¹⁵ MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)** 2a. Edição Revisada e ampliada. MaringáPR. Eduem 2008.

²¹⁶ MOTA, Lucio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

Mapa 09 – Localização dos territórios Kaingang



Fonte: Mappa chorographico da província do Paraná. Desenhado por João Henrique Elliot. 77x59 cm. Secção Cartográfica do Arquivo Nacional (MVOP A-25). Numeração correspondente às regiões foi feita através do software Adobe Photoshop por Lúcio Tadeu Mota. In: MOTA (a), Op. cit., p. 87.

No mapa reelaborado por Mota, encontram-se representados os territórios Kaingang. O número 8 era o território do ou *Min-krin-ia-rê*²¹⁷ ou *Nerinhé*. Acerca deste recorte geográfico e temporal é importante destacar a tese de doutoramento de Cristiano Augusto Durat²¹⁸, as análises do historiador são fundamentais para compreender o contexto do século XIX, focando nas disputas de aldeamento e na figura da liderança Kaingang Francisco Gacom. O referido pesquisador faz uma análise profunda das relações estabelecidas entre as lideranças Kaingang e os agentes de colonização.

²¹⁷ O número 1 são os Campos Gerais; 2 os Koran-bang-rê; 3 Kreie-bang-rê; 4 Xanxa-rê; número 5 Kampo-rê; número 6 Kavaru-Koya; número 7 Pay-ke-rê; número 8 Min-krin-ia-rê, ou Nerinhé; número 9 Inhoó, 10 Rolândia/Arapongas. MOTA, Op. cit. p. 86.

²¹⁸ DURAT, Cristiano Augusto. **Terras de Aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “uma” história sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019. p.340

Seguindo as discussões de Durat, observamos uma forte tentativa de ocupar os campos das Laranjeiras, ou campo do Chagu. Como Guarapuava já começava a mostrar sinais de se transformar em um polo de referência para a colonização da região oeste do Estado, as prioridades começaram a ser com relação as conquistas dos territórios que ficavam cada vez mais a oeste. Os Kaingang resistiam as incursões principalmente atacando as fazendas que iam se estabelecendo em seu território. Nos campos das laranjeiras encontrava-se o grupo Kaingang considerado o mais resistente aos ataques das expedições militares e aos processos de catequização. Segundo Durat²¹⁹, em um dos ofícios enviados no ano de 1835 por Rocha Loures para o Presidente de Província do Estado de São Paulo, com o objetivo de pedir autorização para a compra de animais, relatou serem os Kaingang dos campos das Laranjeiras os mais violentos com quem havia tido contato.

Ainda com base na pesquisa realizada por Durat, no ano de 1836 esse grupo Kaingang volta a ser relatado ao Presidente da Província, a preocupação era com os ataques que estavam realizando nas fazendas.

Cumpre-me comunicar V. Ex. que o sossego público nesta povoação foi alterado no dia 1º de maio do corrente, pelas oito horas da manhã, por um grupo considerável de indígenas que pretendia surpreender-nos graças ao todo poderoso que tão filantropicamente nos protegeu, os inimigos eram em número de 54 índios, algumas mulheres e um recém nascido, a força que empreguei de comum acordo com o juiz de paz para a defesa desta freguesia foi mais que suficiente para obstar seus planos hostis, o ponto de vista que traziam os insurgentes era ganhar o amago da povoação, o que conhecemos perfeitamente. Nenhuma dúvida puzemos em deixá-los seguir com a condição, porém deporem principalmente as armas no que não quiseram aceitar, puzeram-se imediatamente em atitude de combate flexando logo a um cidadão que fazia parte da guarda deferida no braço direito. Este insulto deo lugar que a mesma guarda se puzesse em movimento rompendo um vivo fogo contra tais malvados, o combate durou meia hora pouco mais ou menos, e a vitória foi nossa, concluída a ação passamos exculpulosamente a examinar o número de mortos, contamos 45, a excessão de algumas que se achavam lesados outros sem terem recebidos ofensa alguma com o indígena menor que conseguimos apreende-lo sem receber ofensa e este entregue ao nosso cuidado.²²⁰

Com o objetivo de conquistar o território, o capitão Francisco Ferreira da Rocha Loures auxiliou o estabelecimento de grupos de fazendeiros na região. Como consta em uma carta de Ponciano José de Araújo à câmara Municipal de Castro, já demonstrava os primeiros estudos feitos aos Campos das Laranjeiras como forma de reconhecimento do local. Como consta no documento:

²¹⁹ Idem.

²²⁰ LOURES (n), Antônio da Rocha. **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo**. 8 de maio de 1836. AESP, caixa 193, ordem 988, f. 1.

A outubro, pelo campo denominado Cavernozo, e da ultima sorte de campos povoada com animais, caminhando a distância de 5 legoas pouco mais ou menos chegamos a um monte bastantemente elevado, que os indígenas denominam Duté Crin, pelo nosso idioma Monte da estrella, pela grande abundância de pedras cristais brancas, amarelas e roxas que alli haviam e entre ellas algumas formozíssimas pelo seo brilhar, as que não enviamos na ocasião as mostras pelo que as temos distribuído; e por que como ali chegássemos com alguns animais cansados, e nossas proviões definhadas, assentimos que fosse Francisco Ferreira da Roxa com 6 companheiros a pé e uma índia velha pratica pelo campo abaixo às Laranjeiras. Com effeito foram e no outro dia voltaram a se reunir conosco, a fizeram-nos cientes de tudo o que observaram pela mensagem seguinte: Que dali em diante atravessando algumas pequenas restingas na distância de 3 boas legoas chegaram ao dito laranjal, e que supunham ser plantado com ordem de rua e em grande quantidade de laranjeiras doces e azedas, do que trouxeram-nos alguns fructos, e que temendo algum assalto dos Indígenas Selvagens não puderam circunstanciadamente observar todo aquele sitio, que nos consta a tradição ser uma Praça Hespanhola abandonada²²¹

Mesmo com os esforços em dominar aqueles territórios, não foi possível dominar os territórios. Os fazendeiros que se aventuravam a estabelecer terras próximas viviam na tensão de serem atacados a qualquer momento. A invasão dos territórios Kaingang não parou por conta disso mais esforços foram colocados nas tentativas de derrotar as forças Kaingang, segundo Durat²²², no mês de maio de 1853, o Presidente de Província recebeu dos membros da Câmara de Guarapuava um ofício pedindo para que fosse criado um aldeamento nos campos das Laranjeiras, especificamente no lugar denominado Chagu:

Em ofício de 15 de fevereiro do anno corrente dirigido à V. Exa. pelo cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, manifestando os pormenores de uma deligência, q ele e outros intentarão ao Oeste desta Povoação pelo denominado acampamento do Chagú, solicitou não só a fundação de uma catequese aos Índios daqueles lados como medida de vantajosa utilidade mas também alguma quantia, para desde logo distribuir-se em beneficio dos ditos índios. Em consequencia, a Câmara Municipal desta villa, a quem foi presente com cópia a referida representação, deliberou em sessão de hoje ponderar a V. Exa. que não estando em duvida à respeito dos bens que trará uma tal Catequese, insta e empenha-se com V. Exa. que essa medida, como a mais eficaz para chamar a vida social essa gente, que acostumada ao sistema errante, não perde ocasião de agredir aos habitantes deste e de outros lugares como de facto que repetidas vezes tem feito, e esta Câmara assegurando à V. Exa. franca e decidida codjuvação para levar a effeito esta empresa, tem razoens para crer, que as deligências que se fizerem não serão perdidas, com quanto os Índios que constantemente aparecem, assim como agora o fizerão em número de mais de duzentos pelas imediaçoens das Laranjeiras, em procura de ferramentas e mais misteres, dão mostras de querer abraçar a vida doméstica e social²²³

²²¹ ARAÚJO, Ponciano José de. **Carta a Câmara Municipal de Castro**. Local: Guarapuava, Data: 09 de dezem-bro de 1833. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 193, Ordem: 988, Documento: 73B, Páginas: 01-02.

²²² DURAT. Op cit. 2019.

²²³ LOURES, Francisco Ferreira da Rocha (et al). **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo Josino do Nascimento Silva**. Local: Guarapuava, 20 de maio de 1853. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Ordem 1025, Documento 32, p. 1.

Esses campos eram habitados por uma unidade política territorial Kaingang muito forte e que desenvolvia a resistência contra as invasões de maneira efetiva. As formas de resistir às fazendas que se aproximavam eram desenvolvidas com ataques bem orquestrados, feitos em grupo e em localizações diferentes, nunca atacavam apenas em um lugar, demonstravam uma ação de táticas pensadas e executadas com base em estudos das ações e dos inimigos. Ainda segundo as informações destacadas por Durat²²⁴, após a criação da província do Paraná, sendo desvinculado ao Estado de São Paulo através da lei nº 704, de 20 de agosto de 1853, um ataque a uma fazenda foi reportada para o então presidente da nova província Zacarias de Goés e Vasconcelos. A ação dos Kaingang contra o fazendeiro Alferes Domingos Floriano Machado, ocorrida no mês de fevereiro de 1854, deixou algumas vítimas, demonstrando aos guerreiros que não tolerariam mais os avanços. Como consta no documento:

He com a mais viva dor que me dirijo a V. Exa. antecipando-lhe os horrorosos sucessos que tiveram lugar neste districto. No dia primeiro do corrente assaltarão na Fazenda do Alferes Domingos Floriano Machado, cidadão prestante e dos mais abastados dos Fazendeiros do Districto um grupo de Índios Selvagens com uma ferocidade tal que conseguirão assassinar o proprietário e mais oito pessoas, e saquearão a casa, destruirão, queimarão, finalmente praticarão toda a sorte de distúrbios.²²⁵

As táticas aplicadas por esse grupo Kaingang no sentido de defender seus territórios contra as invasões demonstra que a resistência era feita de diferentes formas e que os embates físicos não eram apenas ataques, eram avisos para os próximos a se aventurarem sobre seu território. Depois da ofensiva que resultou na morte do fazendeiro Alferes Domingos Floriano Machado, o seu irmão Manoel Joaquim Machado apresentou uma declaração de terra. Entregue ao padre Braga de Araújo no dia 28 de novembro de 1855, na declaração constava que ele teria recebido de seu irmão Alferes uma propriedade nos Campos das Laranjeiras, segundo Durat com uma medida aproximada de 9.801 hectares²²⁶.

Em 1853 o número de famílias nos Campos das Laranjeiras ainda era pequeno, mas já demonstrava o avanço dos invasores. Durat baseado no rol de Sedobriga Quaresma identificou os proprietários que estavam nesses campos. Com as informações o autor montou uma tabela em que descreve o nome do proprietário e as pessoas que habitavam as propriedades.

²²⁴ DURAT. Op cit. 2019.

²²⁵ FRANÇA, Francisco Manoel de Assis. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná Zacarias de Goes e Vasconcelos**. Local: Guarapuava, 9 de fevereiro de 1854. APP-Arquivo Público do Paraná, 1854, v. 2, p.58.

²²⁶ DURAT, Op cit. p. 350. Apud. DALLA VECCHIA, Zilma Haick. **Registro do Vigário**: da Vila de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Guarapuava: Unicentro, 2017.

Interessante notar que as fazendas mantinham escravos sob suas posses, além disso, tinha sob seu poder o que chamavam de agregados indígenas, que serviam de mão de obra nas fazendas. Conforme a tabela:

Tabela 01 – Famílias residentes nos campos das Laranjeiras (1853)

Nº Domicílio	Proprietário	Filhos	Escravos	Agregados
405	Antônio Teixeira de Souza e Maria Rosa Loures	2	2	2
406	Águeda Rodrigues de Lima	3	-	2 – Índios
407	Bernardino José de Lacerda e Antonia Tavares de Miranda	5	15	-
408	Benedito Mendes de Ramos e Maria Magdalena de Souza	4	-	-
409	Bento Simões de Oliveira e Gertrudes Maria Nogueira	-		1-Índio
410	Constancia Maria	1	-	-
411	Domingos Floriano Machado	-	10	7 – Índios
412	Joaquim Antônio Machado e Laurinda Maria Anunciação	3	-	2 – Índios
413	Joaquim Baptista dos Santos	1	3	-
414	Joaquim José de Lacerda e Izabel de Miranda Tavares	-	7	-
415	João Antônio da Cruz e Ana Joaquina Nogueira	7	-	-
416	José Nogueira do Amaral e Felicidade Maria	6	-	3
417	José Rodrigues de Moraes e Maria Francisca Nogueira	-	-	-
418	Leandro José Soares e Maria Joaquina de Souza	4	-	1
419	Manoel Mendes Teixeira	-	-	-
420	Manoel Nogueira do Amaral	-	-	-
421	Manoel Baptista Bello e Marinha Marcolina de Araújo	5	9	1-Índio
422	Norberto Mendes Cordeiro	3	2	1
423	Ponciano Nunes do Amaral e Gertrudes Maria da Conceição	3	-	1-Índio

Fonte: DURAT, Op cit. p. 351.

Ao analisar os dados contidos na tabela chama a atenção a quantidade de escravos e agregados que existiam nas fazendas, contudo, entre eles destaca-se o Domingos Floriano Machado com sete agregados indígenas e dez escravos. No ataque Kaingang que resultou em sua morte, foram mortas mais oito pessoas, ou seja, entre as vítimas estavam também indígenas e/ou escravizados. Para além disso, Domingos Floriano Machado era o primeiro fazendeiro a se instalar nos territórios, o que mostrava um conhecimento dos Kaingang sobre o invasor, e pela força das ações tomadas provavelmente existiram muitos avisos anteriores e que não foram respeitados por parte de Domingos, restando-lhes um ataque direto.

As táticas utilizadas pelos guerreiros Kaingang eram pensadas em conjunto e muitas das ações eram condenadas e aplicadas de maneira simultânea. A exemplo disso, Lucio Tadeu Mota²²⁷ destaca uma ação deflagrada por outro grupo Kaingang no mesmo dia em que ocorreu o ataque à fazenda de Domingos, isso indica que os guerreiros estavam agindo de maneira orquestrada, fazendo pressão em dois pontos diferentes. Assim, utilizando o fator surpresa e dividindo a atenção do inimigo, tornavam-se imprevisíveis.

A preocupação em manter os fazendeiros nos campos das Laranjeiras era uma das principais estratégias de colonização, por conta disso esse assunto era recorrente na Câmara Municipal de Guarapuava. Em ata do dia 05 de maio de 1854 foi registrada uma reclamação de que os contingentes de soldados mandados para defender as fazendas nos campos das Laranjeiras haviam ficado na vila de Guarapuava, o que fez com que houvesse dificuldade na permanência dos povoamentos pelos inúmeros ataques que sofriam. Muitos desistiram da ideia de se estabelecer naquelas terras afugentadas pela resistência Kaingang. Conforme consta em ata:

A Câmara Municipal da Vila de Guarapuava vem por meio deste agradecer a solicitude com que tem a V. Exa. procurado sanar os males que oprimem este país mandando um destacamento de 12 praças e prometendo aumentar para conter os índios selvagens o qual colocado vantajosamente seria de grande recurso, porém infelizmente, este destacamento se acha nesta villa não sei porque motivo, onde parece não ser de nenhuma vantagem, pois ele tivesse sido fixado onde V. Exa. tinha determinado, talvez muitos fazendeiros do lado das Laranjeiras não tivessem abandonado suas propriedades e retirados para os suburbios da vila, sofrendo dessa maneira um gravíssimo prejuízo, para distando as Laranjeiras desta vila talvez a mais de 20 léguas, não é possível que estes homens possam atender coisa alguma em suas fazendas tanto mais sensível se torna isto quando estamos persuadidos que com a retirada dos primeiros fazendeiros têm os índios de tornarem mais afoitos e perseguindo sempre os que ficam na frente, terá de se despovoar uma grande extensão de terreno com muito detrimento de particulares e mesmo do comércio. Des guarde a V. Exa. paço da Câmara em sessão ordinária.²²⁸

As condições que se apresentavam para a continuação da povoação dos campos das Laranjeiras eram sobretudo adversas por conta da presença Kaingang, o embate entre colonização e território ficava cada vez mais explícito nos combates travados em campo. Com o tempo os fazendeiros foram se armando cada vez mais contra os grupos que os atacavam, os recursos básicos para adentrarem naqueles territórios passaram a ser o arsenal, a quantidade de pessoas e armas de fogo. Aos poucos, mesmo com todas as resistências Kaingang as fazendas

²²⁷ MOTA, Op Cit. 1992.

²²⁸ **ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**. Local: Guarapuava, 5 de maio 1854. ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Offícios nº 1, p. 8.

foram aumentando. Alguns fazendeiros perderam membros das famílias, outros morreram. Durat chama a atenção para o número de famílias que estavam domiciliadas entre os locais denominados Cavernoso e os campos das Laranjeiras, notou um aumento de 19 para 27 propriedades em um período de dez anos, de 1853 à 1863. Dentro dos territórios Kaingang essas pessoas se mostravam quase irredutíveis a desistirem das terras. Segue o rol de pessoal na tabela:

Tabela 02 – Famílias residentes no 8º Quarteirão do Cavernoso e Laranjeiras (1863)

Nº Domicílio	Proprietário	Filhos	Escravos	Agregados
592	Antônio Pinto Bandeira	3	4	2
593	Antônio Teixeira de Souza e Maria Rosa Loures	7	2	-
594	Antônio José Rodrigues	-	-	-
595	Antônio Fernandes França e Constância Maria Antunes Nogueira	3	-	-
596	Antônio José Machado	5	-	-
597	Benedito Mendes de Ramos e Maria Magdalena de Souza	9	5	-
598	Bento Cordeiro dos Santos	-	1	1
599	Bento Simões de Oliveira e Gertrudes Maria Nogueira (genro)	5	-	1(indio)
600	Bernardino José de Lacerda e Antonia Tavares de Miranda	1	19	-
601	Germano Pereira do Valle e Gertrudes Simoens	-	4	-
602	João Tavares de Lacerda	-	-	-
603	João Ferreira de Araújo e Virginia Maria das Dores	1	-	-
604	Joaquim José de Lacerda e Izabel de Miranda Tavares	-	8	2
605	Joaquim Ribeiro de Freitas e Zefirina Mendes da Rocha	4	-	-
606	Joaquim Eugenio Tavares de Lacerda	-	-	-
607	Joaquim Odorico Mendes	-	-	-
608	Joaquim Tavares de Miranda Lacerda	-	-	-
609	José Rodrigues de Moraes e Maria Francisca Nogueira (Genro)	-	-	-
610	José Nogueira do Amaral e Felicidade Maria	4	-	2
611	Luiz D'allencourt Sabo de Oliveira e Florinda Magna de Nogueira (genro)	2	-	-
612	Manoel Pereira do Valle e Maria da Silva	2	7	-
613	Manoel Tavares de Souza	-	-	-
614	Manoel dos Santos Cordeiro	-	-	-
615	Manoel Mendes Teixeira	-	--	-
616	Manoel Nogueira do Amaral e Constança Maria da Conceição (filho)	5	-	-
617	Ponciano Nunes do Amaral e Gertrudes Maria da Conceição(filho)	7	-	1(indio)
618	Rufina Maria	4	-	-

Fonte: DURAT, Op cit. p. 355.

Com o aumento de não indígenas as tentativas de derrotar a resistência Kaingang também foram intensificadas. Com ações de lideranças Kaingang que agiam junto com o Governo foi tentado mais uma vez adentrar aos territórios do *Nerinhé*. Os registros deixados por Francisco Luiz Tigre Gacon, reverberam as empreitadas feitas pelo Cacique Vyry contra esse grupo:

Em consequência do mandato retro:certifico que acompanhei ao cassique Vyry com sua gente, mandados pelo sr. Delegado de Policia d'esta Villa, para percorrer as margens do sertão do Payquere a fim de affugentar os selvagens ou traselos por meio brandos e que encontrando o Cassique Vyry vestigios dos selvagens nas imediações do Xangú seguindo-os encontrou na estrada o qual os conduziu e tendo ahi chegado as oito horas da manhã do dia 8 de julho, quiserão os Índios -selvagens fugir com nossa vista, porém o Cassique Vyry adiantando-se os disse que não os hia fazer mal porem busca-los, eles voltando cercarão o mesmo cassique com sua gente e logo que voltarão do seo assombro, principiarão por atacar os de Vyry enquanto este se entretinha com hum dos selvagens afim de convencelo a que o seguisse, então este deo ordem de empregar força de cujo conflito seguiu de alguns mortos e outros feridos e ficando feridos da gente de Vyry oito feridos, depois que os selvagens abandonarão seu toldo, apresionarão cinco indias criadas e dois pequenos, os quais o conduzio ate esta. Guarapuava, 6 de agosto de 1855. Francisco Luiz Tigre, o Ficial de Justiça.²²⁹

As lideranças Kaingang Francisco Luiz Tigre Gacom e Vyry representam as formas de intercâmbio que eram feitas nos encontros com os colonizadores. Trabalhavam juntamente com os ideais do governo em um jogo de negociações que variavam entre cargos e benefícios. Francisco Luiz Tigre Gacom é exemplo de adquirir certo prestígio em meio ao sistema colonial da época, atuando como Oficial de Justiça, conforme assina o documento. Muitas outras lideranças receberam patentes militares como forma de reconhecimento por seus trabalhos junto ao Governo. Essas lideranças também agiam em conjunto, segundo Durat²³⁰, existia um grau de respeito entre elas, não agiam de maneira conflitiva entre seus grupos, ao contrário, firmavam alianças. Como eram chefes de unidades políticas territoriais, Vyry em Palmas e Gacom em Guarapuava a tática de unir forças aumentava, além do contingente humano, o domínio do território.

Nesse cenário, sempre foi um interesse da Província criar um aldeamento nos Campos das Laranjeiras, ou uma colônia militar para conseguir derrotar a resistência indígena. Conforme os historiadores Durat e Mota, Pedro Scherer percorreu a região do campo das

²²⁹ QUEIROZ, Agostinho José de Almeida. **Ofício 25 de junho de 1855**. Delegacia de Guarapuava: Mandatos Avulsos, 1855-1861. AMG - Arquivo Municipal de Guarapuava – Unicentro, p. 2.

²³⁰ DURAT, Op cit, 2019. p. 360.

Laranjeiras, na expedição chefiada pelo engenheiro Henrique Beuarepaire Rohan, em 1848, e relatou para o brigadeiro Rocha Loures as possibilidades de abrir um caminho para a exploração das terras:

Em 1848, sob a minha direcção, como engenheiro abriu-se uma picada de 29 léguas, desde o campo do Xagu até a margem esquerda do Paraná. Essa picada foi visitada, em 1849, pelo piloto, hoje 2º tenente da armada, Camilo Lelis da Silva. Desde então, porém, nada mais se fez em relação a ella, [...] convém entretanto advertir que, em relação ao estabelecimento de colonias militares, que facilitarão a redução dos selvagens habitantes daquellas paragens, seria de grande vantagem a construção dessa estrada.²³¹

Ainda segundo Durat²³², no ano de 1855 o objetivo era de construir uma colônia militar e um aldeamento próximos aos campos do Chagú, e que o cacique Vyry e seus comandados fossem transferidos para apoiar no aldeamento dos Kaingang do *Nerinhé*. As razões para a insistência em estabelecer um controle sobre aquelas terras eram evidenciadas nas correspondências enviadas para a Província. No dia 21 de março de 1857 o Padre Braga de Araújo enviou uma descrição detalhada dos campos do Chagu para o então Presidente da Província José Antônio Vaz de Carvalhaes. Na carta o padre dizia ter grande abundância de alimentos e madeira:

Satisfazendo a circular de V. Exa. de 18 de novembro de anno p. findo, que acompanhou com cópia o Aviso do Ministério do Império de 20 de julho do mesmo anno, tenho a honra de remetter-lhes em seis caixoes numerados seis amostras de terrenos, como se vê das tabellas correspondentes q. vão inclusas. Com quanto estas amostras sejam tiradas em alguns dos melhores terrenos próximos a esta villa, há outros mto. Melhores em outros pontos, q. em razão da consideravel distancia tornar-se-ia tão dispendioso o seu extrato, q. entendi melhor prescindir desse serviço por parecer q. suppriria esta falta, apresentando a V. Exa. a seguinte descripção desses terrenos pela qual poder-se-há avaliar de sua qualidade. Na presente descripção, merece especial menção a fertilidade e riqueza do terreno existente em estado de sertão a L.Oeste deste municipio até a margem esquerda do grande rio Paraná no rumo L.O. com trinta e cinco léguas de extensão, e de N. a S. entre os rios Ivahy navegável e Iguassú, com 56 léguas de distancia entre seus respectivos confluentes no dito Paraná. Este terreno q, além de outras veredas, foi atravessado na sua longitude L. O. do campo do Xagú, extremidade ocidental dos campos desta vila de Guarapuava, pela latitude sul 25o 10' até a margem esquerda do rio Paraná por 25o 30' 37", segundo o itinerário de um empregado da Expedição de Guarapuava em 1848 sob as ordens do Exmo. Ten. Coronel Henrique de Beuarepaire Rohan, é este terreno regado por numerosos rios, monteroso, composto de terras argilosas, pedregulhentas, Schistosas, arenosas e ricas em minerais, entre os quais abundão os Siderides, o quartz, alguns carbonides, e entre elles alguns combustiveis, algum cobre, calcario, salistre. E de várias terras conhecidas vulgarmente com os nomes de Amassa-pé, barreiro, terra preta e vermelha de matto bom: este terreno seguindo geralmente um declivio entre morros para O. S.O, tem contudo suas faldas expostas ao N.O, sendo ahi atravessado

²³¹ SCHERER, Pedro Aloys. **Ofício dirigido ao brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, diretor geral dos índios da Província do Paraná**. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba: nº 8, v. 13, p. 11-12, 1983.

²³² DURAT, Op cit, 2019. p. 361.

por uma ramificação da Serra do Maracajú. A rica vegetação deste terreno, toda de mato virgem oferece excelentes madeiras de construção, arvores fructíferas, medicinais, alimentares e de economia domestica, entre as quais açoita-cavallo=Malvaca, angelim, angico, cabriuva, grapiapunha, óleo, pau-rocho ou coração de negro e outras leguminosas, canjarãna, cedros de duas especies= mabiacas, canella, loivo, sassafrá, e outras=Laurinas, aroeira ou avindiúva, candarú=Terebenthacas, piúva, pau d'arco, ipê, jacarandá rôxo, e mais bignoniaca, pindahiba ou pindahuba=Euphorbiacas, taroman verbenças, mts myrtacas e finalmente o pinheiro= Araucarya brasiliensiss. Entre as fructíferas encontra-se o Cambucý, Guaviroba, Jabuticaba, Murtha, Araçá, Pithanga, e outras Myrtacas; Gameleiro, Imbaúba, Urticas; Ingá e leguminosas de varias species, Urumbeba, Figueira do Inferno, Tuna, Cactus, vários generos e species de conqueiros=Palmas, entre as quais Burity, Butiá, Gerivá Geruva ou Barba de Boi, Issará Gissára ou Palmito-molle, Guaviróba, Guaviry. Entre as graminos nas margens do Paraná encontra-se em alguns lugares paludósos uma specie de arroz=oryza=sapé, junco, grama do pantanal e dissemina no sertão a candiúva, ubá, labóca, taquaril, taquára e taquarussú, nas plantas e arvores economicas o cauriú, o annil, angica branca, vermelha, e barba tímão=Leguminoso, cruatá, caraguatá, ananás=Bromelliacos, o urucú=Tiliacos, imbirussú, inhãme, o paú herba matte=Illex = q. existe em grande quantidade por ali, conhecido também pela vulgar denominação Congonha, e mts plantas tuberculosas, alimenticias, q. agricultura poderá aperfeiçoar. Entre as plantas medicinais acha-se o angelim, o fedegoso, o oleo ou cuPahýba=legumiso, a quina, a ipecacunha, o cainca=rubiacos, a caróba jacarandá; bignoniacos, caiapiá, pariáróba=urticas, herba de Santa Maria=Chenopedes, Japecanga=asparaginos, Tayuíá=curabitacos, urucú=tiliacos, velãme=Euphorbiacos, Sassafrá=Laurinos, e mts outas. Este terreno é dividido em duas chapadas, formando a superior e proxima aos campos de Guarapuava a região dos pinheiros, e a inferior a dos palmitos-molles, q. principia dés léguas além do já mencionado Campo do Chagú e offere mts. Posiçoens vantajosas p. Colonias-agricolas, igualmente no sertão ao Norte deste mesmo campo, é habitado o terreno por Índios de várias tribus=coroados, botucudos, inimigos uns dos outros, a quem dão reciprocamente o nome de Caingang. Entre os animais carnivoros, nota-se a onça, leopardo, jaguatirica=Felis, nas Pachydermes a anta tapir, porco montez ou do matto, tateto, catitú, nos roedores o rato e varios generos mais, sendo o primeiro mais numeroso e pernicioso, desdentados= o tatu pernicioso, o tamanduá bandeira e mirim, poucos ruminantes, entre eles três species de veados, há mts species de macacos, há mts aves, nas gallinaceas abundão Jacutinga, urú, pombas, macúcos, inambú. Nos trepadores-picapau, aráras, maracanã, charan, o curraleiro, nos palmipedes=patos, marrecos, biguá, ribeirinhos=garça, soccô, segonha. Nos de rapina=corvo branco, gavião penacho, caburê. E milhares de pássaros, poucos repteis entre os ophigianos/ophidianos/ há cascavel, jararaca, e quatiára ou urutú, nos saurianos encontra-se lagartos, cágados. Alguns arachnides, tais como lacron, aranhas de varias species. Os rios são pouco piscosos, a excepção dos principais affluentes do Paraná, como Ivahý, Piquiry, Iguarehy, Jaguaré, Jacarehy ou Guaviroba, e o Iguassu. Os principais peixes são jahú, corumbatá, suruhy, pacú, dourados, piábas, mandys. Entre os insetos há um q. permanente sobre alguns cactées, parece ser coxonolha. Eis a mais aproximada descripção q. posso apresentar a V. Exa., notando q. neste lugar o mesmo se observa de N. a S. nas immediaçoens dos rios Ivahy e Iguassú, igualmente com algumas interrupçoens, no sertão q. se atravessa desta villa p. o municipio de Ponta-Grossa, onde alguns lugares já existem principios de cultura, iguais as da tabela nº 2, tais como cana de assucar, café, fumo, algodão. Tudo em bom andamento. Deos guarde a V. Exa. Villa de Guarapuava, 21 de março e 1857. O vigário Antônio Braga de Araújo.²³³

²³³ ARAÚJO (h), Antônio Braga de. **Relatório enviado ao presidente de província do Paraná José Antônio Vaz de Carvalhaes**. Curitiba: 21 de março de 1857. APP-Arquivo Público do Paraná. BR/PR/APPR/PB001/GPR/CAE/3.88. 5 páginas.

É de extrema importância notar alguns pontos nesse documento trazido à tona pela primeira vez por Cristiano Durat. O primeiro deles é que a descrição de Padre Braga inaugura uma nova data para a utilização do termo Kaingang, representando a primeira aparição do termo, antes disso a referência era de Franz Keller. A diversidade de espécies descritas pelo padre demonstra um território rico em recursos naturais. Territórios ancestrais que passaram por muitos anos de interação entre os Kaingang e a natureza, a diversidade demonstrada nos escritos do padre é exemplo disso.

As condições que se apresentavam mesmo sendo de extremo perigo, eram vistas como lucrativas para a província. Os recursos descritos pelo Padre faziam com que aqueles campos fossem um alvo para a colonização da época. Com todos os esforços sendo colocados na criação de um pólo de colonização nos campos do Chagú esses planos vão ser aplicados através da autorização do Presidente de Província José Francisco Cardoso no ano de 1958, sendo nomeado como seu primeiro diretor Joaquim Antônio de Moraes Dutra. Segundo Durat, esse aldeamento não teve sucesso em sua missão, não conseguindo reunir os Kaingang e se tornando uma despesa desnecessária para o Estado. Assim, no dia 19 de outubro de 1891 foi extinto por ordem do Presidente da Província Antônia Barbosa Gomes Nogueira.²³⁴

Após a transferência da infraestrutura do aldeamento, os Kaingang organizaram um ataque às fazendas. No relatório de Presidente da Província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 21 de maio de 1864 contém informações acerca dos acontecimentos. Novamente as táticas de guerra Kaingang aparecem, com ataques coordenados simultaneamente em lugares diferentes e com uma certa distância uns dos outros:

No dia 1º de julho último, appareceram cerca de cem índios armados junto a casa de Joaquim de Freitas, no lugar denominado Cavernoso, no districto de Guarapuava, 8 léguas distante da vila. As pessoas que se achavam na mesma casa, fecharam-se, e procuraram os meios de justa defeza. O alarido, que fizeram os índios e os sons de suas bozinas foram ouvidos na visinhança, e Manuel Pereira do Valle, que ouvira, dirigiu-se para aquelle logar, onde encontrou os índios, segundo elle diz, alguns vestidos burlescamente, e outros com baetas vermelhas e azues, pelo que suppõe-se serem elles dos que tem sido brindados n'esta capital. Consta que este individuo procurou chamar os selvagens a sentimentos pacíficos, o que suppunha ter obtido, quando foi traiçoeiramente ferido nas costas por uma flecha, encontrando na fuga, à galope, a conservação da vida, que sem duvida pretendiam arrancar-lhe. Manoel Pereira encontrou algumas pessoas, a quem relatou o facto, aquellas porém quando chegaram no logar, os selvagens já tinham se entranhado no matto. O director geral dos índios, relatando-me este acontecimento, em officio de 4 de julho, assim se exprime: 'Teme-se ter havido outros sinistros acontecimentos praticados pelos mesmos selvagens em famílias, que habitam o logar denominado – Laranjeiras- por onde tinham de passar o ditos índios, e que se acha a nove léguas além do logar onde foram

²³⁴ DURAT, Op cit. pp. 364-367.

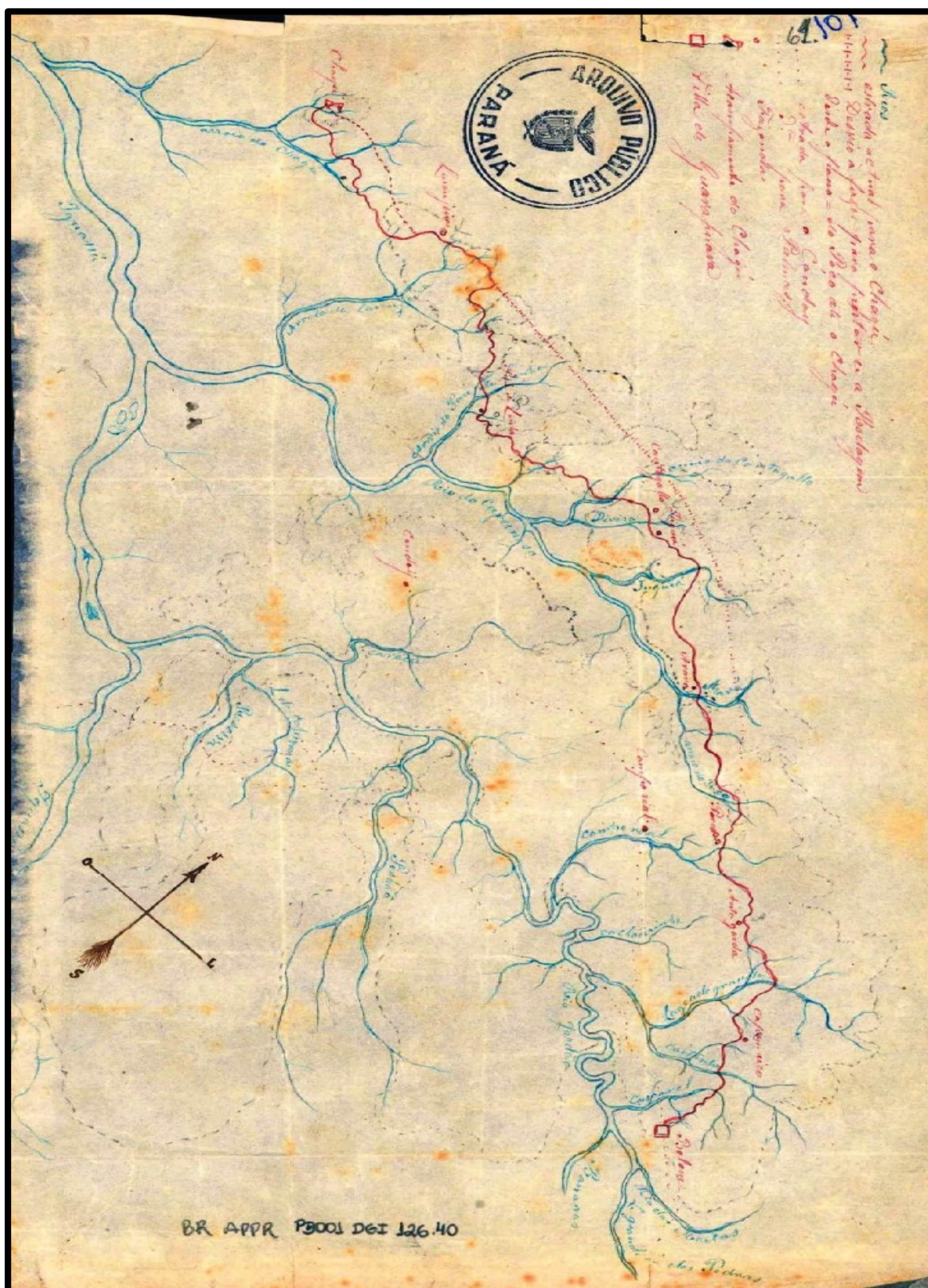
encontrados. E o diretor geral foi profeta. Em officio de 19 de julho participava-me a terrivel catástrophe de terem sido, nos princípios d'aquelle mez, barbaramente assassinados onze pessoas da família Nogueira, que mora no logar das Laranjeiras, por occasião que colhiam uma roça no Chagú, logar que dista da villa de Guarapuava vinte léguas. Foram victmas d'estes barbaros: Duas mulheres, três homens e seis meninos²³⁵

Os fortes relatos que cercam esses acontecimentos representam o contexto marcado por pressões e violências, de um espaço que estava sendo defendido e que representava para essas pessoas o futuro das próximas gerações. As mortes ocorridas no Chagú também são representativas dos confrontos pelo território. Levando em consideração que as pessoas foram atacadas enquanto faziam a colheita, é possível afirmar que já estavam fazendo uso da terra por algum tempo o que leva a crer que não foi o primeiro encontro que tiveram com as forças de resistência do *Nerinhé*, e que sabiam que estavam em território Kaingang. O fato de terem sido mortos na plantação também demonstra uma certa demarcação de limites. O documento é carregado de uma representação selvagem das ações indígenas, fazendo com que esse grupo desconhecido e irredutível alimentasse o medo dos fazendeiros e a ira do Governo.

No mapa consta o caminho traçado para os campos do Chagú:

²³⁵ SILVA, Sebastião Gonçalves da. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 21 de maio de 1864**. Curitiba: p. 30.

Mapa 10 – Mapa do caminho da Vila de Guarapuava ao Chagú – 1858



Fonte: Mapa da localização do aldeamento do Chagú e de Guarapuava por Pedro Aloys Scherer. Data: 12 de novembro de 1858. PARANÁ. Arquivo Público do Paraná. PB 001. DGI. 126.40, fl.101

Em um primeiro momento, se olharmos rapidamente para o mapa desenhado por Pedro Aloys Scherer poderíamos dizer que é um desenho de anatomia, os rios e os caminhos, um ramificado que se assemelham a veias, tendões ou nervos. O caminho aberto entre a freguesia de Belém em Guarapuava e o campo do Chagú, visível na cartografia com cor vermelha, representa o traçado de um caminho que ficou marcado de vermelho não apenas com tinta no mapa, mas pelo sangue indígena que viria a ser derramado na defesa de seus territórios. Os Kaingang resistiram bravamente a muitos ataques, conseguindo barrar as frentes de expansão de colonização por muitos anos.

Os Kaingang resistiam de forma física, mas segundo Mota na primeira metade de 1970 é possível perceber outras formas de luta. Com as relações e interações ficando cada vez mais comuns, os Kaingang também estudaram as formulações do poder do Estado e começaram a pressionar politicamente a demarcação de suas terras. Assim, frente ao contexto que se apresentava, os ataques físicos não conseguiam mais frear as frente de colonização, dessa forma a luta política se fazia no novo caminho a ser trilhado. Compreendendo as estruturas políticas as cobranças feitas diretamente aos Presidentes de Províncias começaram a ser frequentes.

A primeira delimitação de terras em Rio das Cobras foi feita no ano de 1901 pelo decreto nº 6 de 31 de julho. Tendo uma segunda reserva sido feita sob os moldes do órgão, em 1913. A primeira área de terras reservadas foi como resultado das reivindicações das lideranças indígenas ao Governador do Estado do Paraná, Francisco Xavier da Silva, que expediu 6 títulos de terras. Foram assim reservadas as terras de Apucarana, Faxinal, Ivaí, Mangueirinha, Queimadas e Rio das Cobras. Todas essas terras foram tituladas em nome dos líderes Kaingang das regiões em que as áreas foram reservadas. O que demonstra que esses líderes estavam reivindicando e lutando por suas terras em negociação direta com o Estado. Estavam fora das suas aldeias lutando politicamente pela demarcação dos territórios. Assim, se as batalhas de enfrentamento físico feitas nos interiores do país foram a resistência nua e última desses povos, a resistência e luta junto às instâncias políticas também era um dos pilares das formas de resistir e das tentativas de sobreviver e prosperar.

Reservada através do decreto nº 6 de 31 de julho de 1901, Rio das Cobras figura como uma das principais povoações indígenas no Estado:

Fica reservada para o estabelecimento da tribo indígena de Coroados, ao mando do Cacique Jambê e às outras tribos que quiserem ali se estabelecer, uma área de terras compreendida nos limites seguintes: a Leste o rio das Cobras, a oeste o rio União, ao

sul a picada velha, que do Xagú vae á colônia da Foz do Iguassú e ao norte a picada nova que demanda a mesma colônia.²³⁶

Esse documento vai ser o documento base da posse indígena da Terra Indígena Rio das Cobras, utilizado em diversos momentos tanto pelo Estado quanto pelos indígenas para reivindicar o direito territorial. Ao conversar com alguns mais velhos Kaingang logo é possível perceber que suas memórias resgatam o direito a suas terras através de ações de reivindicação feitas por eles.

Contudo, sabiam que os *fóg* poderiam a qualquer momento tentar atacá-los novamente. Sabia do direito que tinham aquelas terras, nessa direção uma história contada por Dona Valvina²³⁷ chama atenção. Ela nos conta uma história que lembra de sua avó e que remete a primeira demarcação das terras de Rio das Cobras para os Kaingang. Segundo ela, as terras foram demarcadas pela abertura da estrada em direção a Foz do Iguaçu.

Dessa demarcação foi gerado um mapa, esse primeiro mapa ficou na posse das lideranças indígenas na época. Dona Valvina, presenciou a invasão por parte dos posseiros e a posterior retomada, lembra que sua avó tinha um desses mapas da primeira demarcação e que guardava com muito cuidado e sigilo. O lugar secreto escolhido por sua avó era dentro de uma taquara, esculpido para que ali coubesse o documento. Sua avó teria passado o mapa para sua mãe e explicado a ela a importância de se guardar aquele documento com sigilo e segurança, pois, segundo ela, se um dia alguém viesse tentar invadir as terras aquela era a prova de que tinham direito a posse da área²³⁸.

Esse mapa e esses ensinamentos foram passados à Dona Valvina, que não se recorda onde o mapa foi parar, segundo ela durante o processo de redemarcação ele acabou sendo levado. O ponto aqui se concentra em perceber que os ensinamentos deixados pela avó perpassam as gerações. Na prática, sua avó sabia que aquele mapa era uma arma contra os *fóg* e que só assim eles iriam respeitar a terra.

As discussões acerca dos limites e a quantidade de terras descritos no decreto nº6 de 1901 permanecem um mistério para os pesquisadores, assim como evidenciado pelo historiador

²³⁶ BRASIL. Decreto nº 6 de 31 de julho de 1901. Dispõe sobre a reserva da Terra Indígena Rio das Cobras.

²³⁷ BERNARDO, Valvina. **Entrevista [17 de março de 2022]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (16:30 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. Esses diálogos foram traduzidos por Ailton Freitas. A história foi contada em Kaingang, traduzimos em forma de conversa comentada após as entrevistas.

²³⁸ Idem.

Eder da Silva Novak²³⁹ ao tratar da questão. Contudo, em meio aos relatórios do SPI, um mapa de inspeção encontrado no Museu do Índio me ajudou a trazer novas possibilidades de análise. A “picada nova” descrita no decreto nº6 também ainda não representava a atual BR 277 e passava por entre a atual sede do Posto em direção ao Jacutinga, uma estrada que ia de Guarapuava à Foz do Iguaçu. As informações possibilitaram a reconstrução dos limites desta área com uma extensão inicial de 4.203 hectares, vindo a ser aumentada através das reivindicações de suas lideranças junto ao SPI e à FUNAI.

Ao longo da discussão do próximo capítulo, sobre a institucionalização do SPI em Rio das Cobras, lanço mão de informações que possibilitam colocar em pauta pontos ainda não analisados na historiografia paranaense, principalmente com relação a delimitação e a invasão da terra dos Guarani e Kaingang em Rio das Cobras.

²³⁹ NOVAK, Éder da Silva. **Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930**. Dissertação de mestrado. UEM, Maringá. 2006. O pesquisador republicou sua dissertação em forma de livro no ano de 2019. p.p 191-192.

2.0 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS EM RIO DAS COBRAS: DO CONTROLE À INVASÃO DA TERRA

Este capítulo tem por objetivo discutir e analisar as práticas desenvolvidas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em Rio das Cobras. Lançando mão de documentos produzidos pelos próprios Encarregados dos Postos, como cartas, ofícios e relatórios mensais e anuais.

Com base em Mignolo²⁴⁰ é possível encarar as práticas estabelecidas pelo SPI como ferramentas de imposição de um poder colonial. Tem em seu processo diversas ferramentas e estratégias visando a dominação das pessoas e seu território, objetivando em última instância a hegemonia nacional. Entre as estratégias utilizadas pelo SPI constam a omissão do órgão e de seus funcionários com relação à invasão das terras, inclusive auxiliando nos processos de grilagem e arrendamentos ilegais. Muitos Encarregados de Posto foram indiciados por violências, roubo de madeira, arrendamento e grilagem de terras. Em Rio das Cobras um deles foi acusado de sérios crimes contra o patrimônio e a vida das pessoas indígenas, indiciado inclusive no Relatório Figueiredo²⁴¹.

Sem nunca perder de vista que a luta pelas terras parte principalmente dos povos indígenas, seja através de reivindicações das lideranças, que iam até Curitiba para falar com o Chefe da Inspeção, através dos embates físicos ou em elementos mais sutis na vida cotidiana. Lutar e resistir nem sempre precisa fazer barulho, através de grandes batalhas ou revoluções. As práticas que estão no cotidiano, e postas nas relações de poder estabelecidas pelos laços coloniais, podem trazer os caminhos de como os indivíduos conseguem agir entre os meios de controle hegemônico.

Seguindo as questões colocadas por Carlos Porto-Gonçalves²⁴², o ato de resistir está, também, nas maneiras de lutar no interior das estratégias coloniais, são formas por vezes sutis, de criar possibilidades de sobrevivência e mudança ao poder que está sendo imposto. Como o SPI é por si um órgão que emana diferentes formas de colonialidade, do poder, do saber e do

²⁴⁰ QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez Editora, p. 84- 144, 2010.

²⁴¹ Durante os anos 1960 foi instaurada uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) com o objetivo de investigar denúncias de crimes de violência cometidos pelo Serviço de Proteção aos Índios contra diversos povos. Passou por mais de cem postos e como resultado foi feito um relatório com trinta volumes, vinte e nove volumes foram recuperados. O relatório teve um volume de mais de 7 mil páginas. Ficou desaparecido por muitos anos e somente foi encontrado em 2012, por ocasião das pesquisas feitas para o Comissão da Verdade, implementado no Governo de Dilma Rousseff.

²⁴² PORTO-GONÇALVES, Carlos W. “De saberes e de territórios: diversidades e emancipação a partir da experiência latinoamericana”. In: *GEOgraphia*, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, ano VIII, nº 16, p. 41-55, 2006.

ser, as práticas de resistir estabelecidas aqui são vistas como diálogos e negociações com o poder do Estado. Essas estratégias de luta, que mesmo nas negociações e compadrios estabelecidos entre lideranças e SPI, caracterizam-se como formas de resistir, de sobreviver em meio a um cenário de relações de poder extremamente desiguais, uma vez que a política indigenista relegou aos indígenas, um lugar de tutela e submissão²⁴³.

2.1 A POLÍTICA INDIGENISTA E OS PLANOS INTEGRACIONISTAS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

[...] o índio é mesmo que nem criança, quando ajente começa dar uma cordinha eles vão converçando bobaje, até mesmo fasendo mentira²⁴⁴.

É possível notar através das mudanças das práticas políticas e também dos textos normativos uma intenção de fomentar os trabalhos agrícolas nos interiores do Brasil. Seguindo Sandor Fernando Bringmann²⁴⁵, as intenções do Estado brasileiro começam a se mostrar mais vorazes principalmente depois da criação da chamada Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), em 1897, e a criação do Ministério da Agricultura e Comércio (MAIC), em 1909. As estratégias pleiteadas pelo governo envolviam a tentativa de diversificar as produções, e buscar maneiras de fortalecer a associação dos trabalhadores rurais juntamente com a mecanização das lavouras e do ensino técnico.

Como fora possível discutir no capítulo anterior, as terras que estavam nos planos de desenvolvimento nacional não estavam vazias, mas habitadas secularmente pelos Kaingang e Guarani. As batalhas que se desenrolaram durante as primeiras investidas do Estado encontraram empecilhos duros de serem ultrapassados, as forças indígenas fizeram com que ao

²⁴³ A terra, um dos elementos mais abundantes no planeta, disputada palmo a palmo. Regada à sangue. Terra, espaço físico, onde se vive, onde se existe, onde se r-existe. É repleta de significado, se transforma e é transformada, significa e é ressignificada. Mas, por vezes, limita, aprisiona e determina um espaço. Por crescer na terra, sei o valor econômico que ela tem, mas acima de tudo sei o valor simbólico que ela agrega. Não é o espaço físico, são os lugares de afetividade, são os lugares de memória, são lugares construídos através de nossas interações sociais ao longo de anos. Para os povos indígenas, o espaço físico terra é a base fundamental para a vida, para sobrevivências de outras gerações, para a sobrevivência de seus modos de vida. Negar, a existência de alguém que luta por terra, é tirar o que ela é. Não apenas por terra que se luta, é por vida.

²⁴⁴ Frase dita por Raul de Souza Bueno, Encarregado do Posto Indígena de Rio das Cobras no ano de 1959. (BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama de Raul de Souza Bueno ao Inspetor Deocleciano de Souza Nenê**. 20 de julho de 1959. Microfilme 062. Fotograma: 0720 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.)

²⁴⁵ BRINGMANN, Sandor Fernando. **"Entre os índios do Sul: uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoi/RS e Xapecó/SC (1941-1967)."** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. 452p.

longo dos anos as terras do sudoeste paranaense, principalmente os campos do *Mim-krin-erê*, *Nerinhé*, *Xagu*, Rio das Cobras, se tornassem um espaço a ser conquistado. O cenário de implementação do poder estatal começou a mudar com a criação de um órgão com o objetivo específico de trabalhar com as questões referentes aos povos indígenas. Assim surge o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) criado em 2 de março de 1910²⁴⁶.

No contexto emergente, ficavam expressas nas palavras e nos textos jurídicos o ideal de que os povos indígenas estavam em vias de extinção. A representação é na maioria dos casos catastrófica para o futuro dos povos, colocando em primeiro plano a sobrevivência física e deixando de lado a importância da sobrevivência cultural. Os primeiros planos republicanos destinados às populações indígenas envolviam uma diversidade de propostas, ou projetos indigenistas²⁴⁷, que disputavam através do campo político a legitimidade das ações frente às populações indígenas. Entre esses agentes estavam políticos, engenheiros militares, jornalistas, etnógrafos, propagandistas e juristas. Esses diversos atores envolvidos no campo político, classificados por Antônio Carlos de Souza Lima nas categorias citadas, tinham propostas específicas com o objetivo de solucionar as demandas envolvendo indígenas através de métodos de ação.

Essas propostas, defendidas a partir do campo político, iniciam a formação de um campo de disputas particular, esse campo foi chamado de campo indigenista por Antônio Carlos de Souza Lima²⁴⁸. Tendo como base as propostas teóricas do sociólogo francês Pierre Bourdieu, o autor lança mão de uma análise do espaço de disputas pelo poder de legislar sobre os povos. Segundo Souza Lima²⁴⁹, todos os projetos defendidos pelos agentes circulavam em torno de três eixos básicos: a) abrir as terras à colonização, b) eliminar suas relações socioculturais c) impor-lhes um papel no projeto de nação. A unanimidade dos projetos estava na regularização das terras, a preocupação se justificava no objetivo de proteger e garantir os espaços em que seriam criados os mecanismos civilizatórios.

²⁴⁶ O SPILTN foi criado com o objetivo de centralizar as demandas das populações que se encontravam nos interiores do país. Com isso as demandas indígenas e dos trabalhadores nacionais ficariam juntas na mesma pasta, fazendo com que as determinações para esses grupos fossem de incentivo direto a um modo de vida agrícola e com meio de produção de pequena escala. Posteriormente, em 1918, passa a se chamar Serviço de proteção aos Índios (SPI). (SOUZA LIMA, Antônio. Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Vozes. 1995).

²⁴⁷ Idem, 1995 p. 169.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

Esses planos de colonização estavam em linha tênue, ora entre eliminá-los ora em assimilá-los. A exemplo estava a proposta de eliminação dos Kaingang elaborada por Herman von Ihering, em 1909, que via no extermínio uma solução para o chamado problema indígena, especificamente a aqueles que não aceitavam a assimilação. Segundo Bringmann²⁵⁰ a luta Kaingang frente às expansões cafeeiras, no início do século XX, fizeram com que as autoridades de São Paulo, incluindo o naturalista e diretor do Museu Paulista von Ihering, reagissem de maneira rígida frente aos indígenas, vistos como nocivos para os supostos desenvolvimentos da nação.

Ainda segundo Souza Lima²⁵¹, o início do século XX fora conturbado para as questões indígenas, existiam além da vertente que pregava o extermínio, encabeçada por Herman von Ihering e J. de Campos Novais, outras duas. Uma com o intuito de assimilar os povos indígenas através da catequização da Igreja Católica, tendo como destaques Teodoro Sampaio, Brasília Machado, o padre Claro Monteiro Norberto Jorge. A outra vertente é composta por aqueles que viam na criação de um órgão específico do Estado, a solução das demandas envolvendo os povos indígenas.

Esta última era representada principalmente por J. Mariano de Oliveira, Leolinda Daltro, L. B. Horta Barbosa. Essa seria a base para a criação do SPILTN. Entre esses nomes estava o também positivista Tenente-Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. A sua experiência em trabalhos realizados entre os povos indígenas, principalmente enquanto fazia as frente de expansão das linhas telegráficas, lhe rendeu reputação e prestígio entre os altos escalões do governo brasileiro. Estas características o levaram a ser nomeado o primeiro Diretor do SPILTN.

As preocupações do Tenente Coronel Rondon, como afirma Antônio Carlos de Souza Lima²⁵², eram em relação a uma série de práticas de extermínio, perseguição e expulsão dos povos indígenas, casos que presenciou nos seus trabalhos e o fizeram refletir acerca de possíveis soluções. Explicitamente contrário às propostas do naturalista alemão Herman von Ihering, Rondon se posiciona a favor de práticas que conseguissem fazer os povos indígenas parte da Nação, tornando-os produtivos e cientes do desenvolvimento da agricultura. Segundo Laura

²⁵⁰ BRINGMANN, Op cit. 2015.

²⁵¹ SOUZA LIMA, A. C. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: Considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.).

Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo; EdUFRJ/Marco Zero, 1987.

²⁵² SOUZA LIMA, Op cit. 1995.

Antunes Maciel²⁵³, os positivistas envolvidos nestas propostas pensavam em moldes evolucionistas, crendo que os povos indígenas iriam gradualmente desenvolver-se a partir da língua, dos trabalhos agrícolas, dos costumes e dos vestuários brancos, desta forma, poderiam ser incorporados como trabalhadores rurais.

Neste sentido, segundo João Pacheco de Oliveira²⁵⁴, na concepção do governo brasileiro o termo índio era entendido como uma categoria transitória, crendo na possibilidade de uma suposta evolução através do trabalho. Torná-los trabalhadores rurais, era a alternativa prática para tornar as terras indígenas espaços produtivos aos olhos desenvolvimentistas do governo do Marechal Hermes Rodrigues do Fonseca. Assim, ficou a cargo do SPI a classificação de quem era índio e de quem era aculturado, alcançar a segunda categoria foi um dos pressupostos para que não necessitasse de terras reservadas coletivamente.

Em um primeiro momento as intenções do SPILTN, eram de garantir as terras indígenas de modo que não fossem invadidas por brancos, mas também visava a garantia de terras para trabalhadores rurais pobres, a fim de construir focos de colonização, onde eram fornecidos insumos e implementos agrícolas para lavrar a terra. Essa prática, segundo Bringmann²⁵⁵, tinha como objetivo cercear as terras indígenas para criar um *habitus*²⁵⁶ agrícola desenvolvimentista, assim como, uma forma de incorporar a produção agrícola que pretendia ser implementada nas terras indígenas.

As condições de Rondon para assumir o SPI giravam em torno de três eixos básicos, primeiro a garantia das terras que estavam sendo habitadas por indígenas, segundo a exigência de respeito à organização social dos povos, e terceiro a punição aos crimes cometidos contra indígenas. Estes eixos de ação são possíveis de serem analisados no próprio Decreto nº 8.072 de julho de 1910, o qual institucionaliza a criação do SPILTN²⁵⁷ e foi repetido em todos os outros regimentos do órgão.

²⁵³ MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ; FAPESP. 1998.

²⁵⁴ OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998.

²⁵⁵ BRINGMANN, Op cit. 2015.

²⁵⁶ Conceito de *habitus* aqui é incorporado das análises de Antônio Carlos de Souza Lima, baseado nas definições teóricas do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

²⁵⁷ Os ideias de Rondon estavam nas linhas do decreto de criação do SPILTN: “1º, velar pelos direitos que as leis vigentes conferem aos índios e por outros que lhes sejam outorgados; 2º, garantir a effectividade da posse dos territorios occupados por índios e, conjuntamente, de que nelles se contiver, entrando em accôrdo com os governos locaes, sempre que fôr necessario; 3º, pôr em pratica os meios mais efficazes para evitar que os civilizados invadam terras dos índios e reciprocamente; 4º, fazer respeitar a orgonização interna das diversas tribus, sua independencia, seus habitos e instituições, não intervindo para alteral-os, sinão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes; 5º, promover a punição dos crimes que se commetterem contra os índios; 6º, fiscalizar o modo como são tratados nos aldeamentos, nas colonias e nos

Como analisarei ao longo deste capítulo, a distância entre o texto normativo e a aplicação prática é gigante. As atribuições colocadas pelo Tenente Coronel Rondon foram negligenciadas em vários momentos nas atuações do Serviço de Proteção aos Índios, dando lugar a uma série de práticas ilícitas e violentas contra os povos indígenas. Neste contexto, a icônica frase “morrer se preciso for, matar nunca” (contida no decreto de 1936 art. 18) acaba figurando mais como um jargão positivista, e talvez até romântico aos olhos de Rondon, do que um projeto prático e efetivo.

Com as dificuldades em dar conta da abrangência de demandas que estavam ligadas a indígenas e trabalhadores rurais fez-se uma divisão dos trabalhos. No ano de 1918, através da Lei nº 3.454 de 6 de janeiro de 1918, os orçamentos destinados ao SPILTIN foram transferidos para outros setores²⁵⁸. No seu Art. 118, a lei estabelece que os recursos seriam destinados a Centros Agrícolas no Maranhão, Piauí, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia. Com os cortes e a abrangência dos trabalhos a serem realizados, o setor referente aos Trabalhadores Nacionais foi retirado da pasta e o órgão passa a se chamar apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

No ano de 1934, Getúlio Vargas, através do Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934²⁵⁹, transfere o SPI do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o Ministério da Guerra, e em 06 abril de 1936 é publicado o Decreto nº 736, instituindo o novo regimento para o órgão. O Governo de Getúlio Vargas intensifica as ações agrícolas, e concentra esforços no controle do território nacional, principalmente nas regiões de fronteiras criando o conceito de Postos Indígenas como bases de controle. Os povos seriam, então, submetidos a um processo de civilização que envolvia cinco pontos centrais: “a) medidas e ensinos de natureza higienica; b) escolas primárias e profissionais; c) exercicios phisicos em geral e especialmente os militares; d) educação moral e cívica; e) ensinos de aplicação agrícola ou pecuária”²⁶⁰. Em 1939, através do Decreto-lei nº 1736 de 03 de novembro, o SPI passa do Ministério da Guerra

estabelecimentos particulares; 7º, exercer vigilancia para que não sejam coagidos a prestar serviços a particulares e velar pelos contractos que forem feitos com elles para qualquer genero de trabalho; 8º, procurar manter relações com medio dos inspectores do serviço de protecção aos indios, velando pela segurança delles, por sua tranquillidade, impedindo, quanto possivel, as guerras que entre si mantem e restabelecendo a paz;” (BRASIL, Decreto nº 8.072 de julho de 1910. Dispõem sobre a criação do SPILTIN) (Regulamentado pelo Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro de 1911).

²⁵⁸ BRASIL. Lei nº 3.454 de 6 de janeiro de 1918. Artigo 118. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>. Acesso em 04/09/2019.

²⁵⁹ Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos índios e dá outras providências

²⁶⁰ Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936. Dispõem sobre as atribuições e a organização do Serviço de Proteção aos Índios.

para o Ministério da Agricultura (MA), intensificando ainda mais as relações agropecuárias nos Postos Indígenas²⁶¹.

No dia 16 de outubro de 1942, foi aprovado o Decreto de nº 10.652, instituindo um novo regimento para o SPI. As mudanças ocorridas vinham na direção das práticas estadonovistas, ocorridas após o golpe de Estado de Getúlio Vargas em 1937. É interessante notar que o Serviço de Proteção aos Índios, em todos os anos de sua existência, passou por ministérios que estavam diretamente ligados a questões de agricultura, comércio e manutenção de fronteiras. Isso se deve ao fato de os planos do Estado estarem sempre voltados à questões de controle territorial e crescimento econômico.

Entre os anos de 1942 e 1962 existiam 9 Inspetorias regionais espalhadas por todo Brasil. As Inspetorias administravam os Postos Indígenas em mais de um Estado. A 7ª Inspetoria Regional, era responsável pela região Sul do Brasil e administrava 11 Postos Indígenas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi, segundo Bringmann²⁶², a Inspetoria que mais prosperou economicamente nos anos de atuação do SPI. Era, segundo o pesquisador, um exemplo dos planos agrícolas instituídos pelo órgão.

Ao que se refere à estrutura administrativa do órgão, baseado no decreto de 1942, é possível notar que a distribuição dos cargos estava posta hierarquicamente. Em primeiro lugar estava o Diretor Geral, depois os chefes de Seção, seguidos pelos chefes de Inspetorias, depois os Encarregados dos Postos e, por fim, os funcionários gerais, entre eles auxiliares e aprendizes.

Entre as atribuições do Diretor estava a coordenação do SPI, fiscalizando os trabalhos tanto na sede do órgão como nos Estados. Organizar anualmente e submeter ao Ministério um plano de trabalho, apresentar relatórios anuais dos Postos Indígenas, movimentar os funcionários de acordo com as necessidades apresentadas, impor penas disciplinares aos casos ilícitos e de violência, exigir prestação de contas de seus subordinados, reportar ao Ministério as contas referentes ao Patrimônio Indígena, além de inspecionar os trabalhos nos postos por todo o país.

Os Chefes de Inspetoria, por sua vez, deveriam seguir as ordens do Diretor, dirigir as Seções e executar os trabalhos administrativos, inspecionar as dependências do órgão em cada Estado, aplicar aos funcionários subordinados penas de advertência e repressão, além disso, deveriam apresentar mensalmente ao Diretor Geral um boletim dos trabalhos realizados em

²⁶¹ Anteriormente neste mesmo ano, no dia 22 fevereiro, foi criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, que deveria promover o planejamento e assistência das questões relacionadas aos indígenas, organizando o SPI dentro do Ministério da Agricultura.

²⁶² BRINGMANN, Op cit. 2015.

cada Seção. Já os Encarregados de Postos deveriam administrar seguindo as ordens das Inspetorias e/ou do Diretor. Os outros funcionários contratados, onde estavam enfermeiros, auxiliares de ensino, trabalhadores e aprendizes eram subordinados a toda linhagem hierárquica.

Os funcionários escolhidos para trabalhar eram geralmente contratados através de indicações internas. Contudo, o que se nota nos casos das folhas de pagamento expedidas pelo SPI e que estão contidas no arquivo do Museu do Índio, existe um padrão entre os contratados. Esse padrão também é destacado por historiadores como Sandor Fernando Bringmann, Clovis Antonio Brighenti, Éder da Silva Novak, como uma forma semelhante para a contratação das pessoas. A começar pelo cargo de auxiliar de ensino, este cargo é ocupado sempre pela esposa do encarregado de posto, desenvolve as atividades relacionadas à escola como professora de primeiras letras, ocupando assim uma posição de poder institucional elevada, uma vez, que o Projeto Educacional era um dos pilares centrais dos trabalhos integracionistas feitos pelo Serviço de Proteção aos Índios. No cargo de trabalhadores estavam os indicados pelo Encarregado do Posto, em muitos casos eram parentes muito próximos, o mesmo ocorria com os cargos de enfermeiros e auxiliar de sertão. Chama a atenção também o cargo de aprendiz este cargo era ocupado por indígenas que além de trabalhar no posto, tinham uma função de mediador entre o encarregado e a comunidade²⁶³.

Os relatórios que eram enviados pelos encarregados dos postos são riquíssimos para compreender as práticas e ações aplicadas pelo Estado através do SPI²⁶⁴. Entre os boletins também são possíveis de serem encontradas cartas trocadas entre os encarregados e as inspetorias, essas, por sua vez, são fontes importantes para notar as nuances mais micros envolvendo as práticas do Estado. Esses relatórios produzidos pelos funcionários do SPI tinham o objetivo de informar e controlar as ações. Com o ideal de aculturação e integração, esses relatórios procuravam provar para quem os lia a produtividade dos povos indígenas, utilizando-se de dados numéricos referentes à renda indígena na tentativa de inseri-los no contexto do

²⁶³ É importante destacar que estes indígenas eram, geralmente, lideranças dentro das comunidades que com a chegada da figura do Encarregado de Posto começaram a fazer parte de uma outra organização de poder, com as estratégias tutelares do Estado, em um jogo de negociações. Em Rio das Cobras o aprendiz geralmente é também o capitão escolhido pelo chefe de posto para exercer a função de controle da comunidade. As relações estabelecidas entre o poder do Estado e o poder das lideranças indígenas é um jogo complexo que se desenvolve durante a aplicação de um projeto colonial e as negociações que envolvem a sobrevivência física e cultural de cada povo.

²⁶⁴ A importância do uso desse tipo de documentação já se demonstrou muito útil para as análises do contexto de aplicação das práticas do SPI nas terras indígenas por outros pesquisadores. Destacam-se as pesquisas realizadas por Sandor Fernando Bringmann, Carina Santos de Almeida, Clovis Antonio Brighenti, Éder da Silva Novak.

mercado nacional. Em geral a acumulação dos recursos era feita nas mãos dos Encarregados de Postos que tinham o controle e o poder administrativo em suas mãos.

A lavoura e a educação cívica estavam como os pontos centrais da possibilidade de evolução indígena pregada pelo Estado, descritas já no Art. 19 do regimento do SPI em 1937, “ e) pela organização da lavoura e da pecuária, nos moldes e no grão mais intensivo e mais técnico a que os índios possam atingir”, além disso deveria ser rigoroso os ensinamentos “f) pelo culto cívico a bandeira e por outras instituições destinadas a incentivar o civismo brasileiro entre os índios, sem distinção de sexo, inclusive o ensinamento da história pátria e a explicação das datas nacionais.”²⁶⁵. Dentro destas atribuições nos Postos deveriam ser construídas escolas primárias com cursos diurnos e noturnos, aprendizado agrícola com cursos de apicultura, sericultura e outros cursos práticos relacionados à agricultura.

Desde os primeiros anos de atuação o SPI previa a construção de escolas primárias para a alfabetização dos povos indígenas. Mas, para além da alfabetização na língua portuguesa, como demonstra Carina dos Santos de Almeida²⁶⁶ a escola era um dos instrumentos utilizados para o ensino agrícola e para o civismo. Esses são elementos que também foram destacados na pesquisa de Sandor Fernando Bringmann²⁶⁷, os quais atuavam em função de modificar as formas de pensar o tempo e o espaço de trabalho, a fim de inseri-los no mercado regional e torná-los autossuficientes como agricultores. Essas são estratégias pelas quais se dão as diferentes formas de aplicação do poder colonial, de tentativa de controle dos corpos e dos espaços.

As condições criadas pelo SPI para a aplicação dos planos educacionais, voltados principalmente para a agricultura e o patriotismo, partiam de um controle institucional aplicado pela Auxiliar de Ensino, sob vigilância do Encarregado de Posto. Geralmente essas relações eram estabelecidas entre casais, como é a maioria dos casos em Rio das Cobras. O ensino da língua portuguesa em detrimento da língua materna, o ensino agrícola aos modos tradicionais de relação com a terra, os conhecimentos formais aos saberes tradicionais, a colonialidade aplicada através da escola era a condição necessária para o controle e homogeneização da população indígena. Assim, a escola era um dos elementos básicos para a instalação dos Postos,

²⁶⁵ Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936. Dispõem sobre as atribuições e a organização do Serviço de Proteção aos Índios. Art. 19.

²⁶⁶ ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xaçecó**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.

²⁶⁷ BRINGMANN, Op cit. 2015.

era, sem dúvidas, uma das principais ferramentas no uso das estratégias integracionistas do Estado.

Os aprendizados agrícolas variavam de acordo com a necessidade regional, dava-se ênfase à apicultura, à fruticultura e nas técnicas e instrumentos agrícolas que mais se adequassem às condições da terra e da necessidade do mercado. Contudo, nos anos iniciais os ensinamentos pátrios apareciam como indispensáveis. A figura de Getúlio Vargas era idolatrada, na década de 1940, como é possível ver na foto a seguir. No centro a foto de Getúlio e a bandeira Nacional, os alunos todos dispostos ao seu redor, sustentando os dois símbolos nacionais.

Figura 01 – Fotografia dos primeiros alunos em Rio das Cobras.



Fonte: BRASIL. **Alunos em homenagem a Getúlio Vargas**. 1942. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

O propósito de fazer com que os indígenas se reconheçam como parte da nação sempre esteve presente no regimento do SPI, encontrado também no Decreto nº 10.652 de 16 de outubro de 1942. As práticas integracionistas tinham pontos básicos a serem seguidos, consistiam em atrair os povos sem assistência, exercer a tutela do Estado, de respeitar as organizações internas, independência, línguas e instituições, de criar um ambiente de respeito entre indígenas e

brancos, de punir os crimes cometidos, de demarcar, garantir e proteger suas terras, de manter as escolas para a educação formal, incentivar agricultura conforme a chamada evolução social. Destaco aqui alguns dos itens contidos no Art. 12 do Decreto presidencial nº 10.652, dando ênfase às instituições de práticas civilizatórias que estavam no cerne dos trabalhos:

- n) dar ao índio ensinamentos úteis, procurando despertar nele os sentimentos nobres, inculcar-lhe a idéia de que faz parte da nação brasileira e, ao mesmo tempo, prestigiar as suas próprias tradições e manter nele, bem vivo, o orgulho de sua raça e de sua tribo;
- o) prestar ao índio assistência sanitária, fazendo-o observar práticas higiênicas;
- p) conduzir o índio ao trabalho por meios persuasivos;
- q) combater o nomadismo e fixar as tribos, despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais e assegurando, pelo incremento das mesmas e da pecuária, uma base sólida à vida econômica do índio;
- r) manter trabalho e instituições de lavoura e pecuária em grau condizente com o nível do índio, aperfeiçoando a técnica, à medida que o índio for evoluindo socialmente;

Os dispositivos e estratégias buscavam, assim, a aplicação do poder tutelar. Entendido, como proposto por Antônio Carlos de Souza Lima²⁶⁸, na forma de um grande cerco de paz, de conquista e integração territorial e política. No boletim do SPI de nº 6 de 31 de julho de 1942, é possível ler as determinações para os funcionários que atuavam em campo. Falando sobre a possibilidade de negligência e as práticas ilícitas praticadas por Inspetores e Encarregados dos Postos. O documento determinava o seguinte:

[...] mais uma vez solicito a atenção dos Snrs. Chefes de Inspetorias para que esses subordinados se convençam que não são feitores de fazendas destinadas a explorar os índios, e sim mestres pacientes e paternais que enviamos aos selvícolas para dar-lhes ensinamentos, cuidados, auxílios em geral e hábitos de trabalho, por meio suasórios, e também para reeduca-los quando viciados no alcoolismo, prostituição e em outras desgraças devidas ao contato como civilizado. Nestas condições é preciso que o encarregado, embora enérgico e decidido, não se coloque diante do infeliz índio com uma autoridade violenta diante de um malfeitor qualquer, mas sim que o contenha, sempre paciente, inclusive em prisão dentro do Posto.²⁶⁹

Essas determinações não foram seguidas integralmente pelos funcionários fazendo com que em diversos casos houvesse exceção de controle sobre a população. Em meio a esse processo a ideia de vigiar figura como central para o desenvolvimento das práticas de conquista e colonização dos territórios, uma vez que é por excelência uma estratégia de intervir nos espaços, de controlar, delimitar e impor um lugar e uma função. Nesses meandros a imposição de uma territorialidade para os povos indígenas consistia em demarcar pequenas porções de

²⁶⁸ SOUZA LIMA, Op cit. 1995.

²⁶⁹ Boletim, nº 6, 31/07/1942. SEDOC, m.297, (f.638-639). Apud. Souza Lima (1995, p.292).

terra como espécies de campos de treinamento, em que o objetivo final era a transformação dos povos em pequenos agricultores, com famílias nucleares e sem necessidade de terras coletivas para a comunidade. As intervenções do Serviço de Proteção aos Índios criavam estratégias de dependências como forma de dominação, extraindo a subsistência, cerceando seus modos de vida e produção através da inserção de agricultores rurais não-indígenas ao entorno da terra demarcada, a inserção ao mercado regional e a implementação de programas agrícolas.

Muito se discute sobre o direito à posse e a demarcação das terras indígenas no Brasil. Nos anos de atuação do SPI, os procedimentos que se tomavam para que uma terra fosse considerada de posse indígena, e fosse demarcada, dependia de parâmetros básicos. Mas, o direito territorial está tanto nas Constituições Federais quanto no próprio regimento do SPI. O entendimento que se tinha sobre as posses em todas as legislações indigenistas até a Constituição Federal de 1988, é que a ocupação indígena das áreas deveria ser em caráter imemorial, isso significa que deveria ser provada a ocupação das terras por um longo período, caso contrário a demarcação não seria possível. Essa forma de demarcação acarreta diversos problemas, uma vez que muitos povos foram expulsos de seus territórios.

O direito à posse da terra está exposto nas Constituições de 1934, 1937 e 1946 e nos regimentos do SPI e no Decreto nº. 5484 de 27 de junho de 1928. Leandro Mendes Rocha²⁷⁰ afirma que embora houvesse vasta documentação em relação ao direito territorial, não existia um documento único que regulamentasse os procedimentos e o direito à terra.

Souza Lima evidencia algumas questões a serem levadas em consideração ao analisar o processo demarcatório do período. Destaca o decreto de criação do SPILTN, nº 9.214 de 15 de dezembro de 1911 como a uma das bases que os decretos posteriores tomaram como base:

Capítulo II diz respeito à sistemática de regularização das terras dos índios, a qual não diferia muito do processo de demarcação de terras em geral. Esta sistemática comportava a “medição e a demarcação de terrenos”, que supunha a implantação de *marcos* ou *padrões de pedra* nas divisas; depois a formulação de uma *planta* e de um *memorial*, e posteriormente a *concessão de títulos* (Capítulo III), supondo-se estarem os artigos formulados em ordem lógica. Este seria mais um indício de que não se pressupunha a necessidade de um levantamento de dados (à semelhanças de *identificação*) como condição para realizar uma demarcação, passando provavelmente a escolha da terra a ser destinada a um grupo por critérios que não envolviam em absoluto qualquer idéia relativa a um território tribal originário. A ênfase era, pois, na

²⁷⁰ MENDES ROCHA, Leandro. **O índio e a Questão Agrária no Brasil: Novas Leituras de Velhos Problemas**. In: SALOMON, Marlon. FERNANDES SILVA, Joana. MENDES ROCHA, Leandro. (orgs). *Processos de Territorialização: entre a História e a Antropologia*. Editora UCG. Goiânia. 2015.

demarcação e não nos procedimentos jurídicos que hoje poder-se-ia, grosso modo, identificar à *delimitação*²⁷¹.

Mesmo depois da retirada da pasta de Localização de Trabalhadores Nacionais o processo demarcatório continuou seguindo esses trâmites. Para melhor compreender esses procedimentos durante o SPI, e que influenciam diretamente a delimitação da Terra Indígena Rio das Cobras, recorro a um projeto de lei redigido por Darcy Ribeiro quando atuou junto ao SPI, na tentativa de juntar e regulamentar os preceitos básicos para uma demarcação. Conhecido por ser um dos grandes antropólogos brasileiros, ainda que pensasse em linhas integracionistas, tinha um posicionamento completamente favorável às demarcações de vastas extensões de terras para que os povos indígenas conseguissem sobreviver não apenas economicamente, mas também culturalmente.

A Lei proposta por Darcy Ribeiro regulava o artigo 216 da Constituição Federal de 1946, referente à posse de terras. Assim, eram consideradas terras de posse indígena:

- I – aquelas em que vivem atualmente e primariamente habitavam hordas, nações ou grupos indígenas;
- II – aquelas que tenham sido ou vinham a ser concedidas, doadas, cedidas ou reservadas em qualquer tempo, a qualquer título, tanto por particulares como por governos, para o estabelecimento de hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, desde que os índios, ou seus sucessores, se encontrem nessas terras;
- III – aquelas em que habitam hordas, tribos, nações ou grupos indígenas, embora tenham sido adquiridas por particulares, a qualquer título, contanto que a localização dos primitivos indígenas nas mesmas adicionadas, de maneira ininterrupta, à dos seus sucessores, atuais ocupantes das mesmas terras, tenham sido por tempo superior a vinte anos.²⁷²

Sendo considerados esses itens básicos, a medição e demarcação dessas terras eram feitas pelo SPI, devendo apresentar ao governo uma proposta devidamente justificada para serem reconhecidas as ocupações das terras, em caráter permanente. Tanto a medição quanto a demarcação deveriam ser acompanhadas pelo Governo do Estado. Após o reconhecimento era expedido um termo de posse, assinado pelo Diretor do SPI e pela Secretaria de Estado do governo estadual, só então era dada a entrada no registro de imóveis das respectivas comarcas. Em casos de terras invadidas ou com presença de não indígenas, o SPI deveria avaliar e

²⁷¹ SOUZA LIMA. A identificação como categoria histórica. IN: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.).

Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. p.179.

²⁷² BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Projeto de Lei, Regula o artigo 216 da Constituição Federal.** 22 de maio de 1951. Microfilme 1ª, Fotograma 000233. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

comprovar para o Governo do Estado a ocupação da área. Depois de comprovada, os trâmites para retiradas dos não indígenas com títulos de terras era feito judicialmente.

No processo de avaliação feito pelos funcionários do SPI em terras invadidas, primeiramente era considerada a ocupação das terras pelos indígenas por mais de 20 anos consecutivos, depois eram eleitas no mínimo três testemunhas, que segundo o documento em questão deveriam ser “[...] homens velhos, dos mais antigos moradores do sítio em questão, tidos e havidos por abonados, sem ligações de dependência com as partes, honestos e criteriosos e sem suspeitas de mentira ou de outros defeitos²⁷³”. As testemunhas serviriam à título de saber o domínio indígena sob determinada terra. É importante lembrar que nesse momento a demarcação era feita sem especificidades, não se levava em conta a concepção territorial dos povos indígenas para as demarcações.

As terras reservadas eram administradas exclusivamente pelo SPI. Depois de considerada a posse, era completamente ilegal que as terras fossem loteadas em propriedades particulares. Não poderiam passar para não indígenas, entretanto o SPI poderia realizar arrendamentos quando estes fossem em benefício da comunidade indígena da qual a terra pertence. Ainda segundo a Lei proposta por Darcy Ribeiro, todas as formas de invasões deveriam ser combatidas pelos integrantes do SPI:

Artº 21 Todo aquele que se estabelecer em terras de índio, derrubar ou queimar matas nelas existentes, invadí-las com plantações ou edificações e praticar quaisquer atos possessórios, ainda que provisoriamente, será compelido a despejo com perda das benfeitorias em favor do índio, e considerado invasor da terra de índio, incorrendo nas cominações do Artº 161 do Código Penal da República²⁷⁴.

Todos os inquéritos referentes à invasão das terras eram responsabilidade do servidor do SPI indicado pelo Chefe de Inspetoria Regional. O servidor designado, geralmente o Encarregado de Posto, tinha as mesmas atribuições das autoridades policiais do Estado, e poderia requerer auxílio policial quando necessário. Contudo, primeiramente os intrusos deveriam ser intimados pelo SPI a se retirar das terras, somente em caso de negligência as medidas judiciais deveriam ser tomadas. Muitos Encarregados de Posto se isentavam da responsabilidade de impedir invasões das áreas indígenas. Rio das Cobras, por exemplo, apresenta casos explícitos de omissão, ora pelos altos escalões do SPI, ora por seus Encarregados de Posto.

²⁷³ Idem. Fotograma 000241.

²⁷⁴ Idem. Fotograma 000242.

2.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PODER DO ESTADO: O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E A CRIAÇÃO DO POSTO INDÍGENA EM RIO DAS COBRAS

Ao longo dos anos de atuação do SPI em Rio das Cobras passaram pela administração do Posto diversos encarregados, destacarei a administração de alguns deles, os quais considero importantes para compreender a aplicação das práticas do SPI e as invasões das terras ao final dos anos 1960. A discussão também demonstra como a terra de Rio das Cobras começou a ser tratada pelo SPI, como iniciaram as invasões e como os indígenas começaram a reivindicar seus direitos à demarcação.

O primeiro encarregado de Posto em Rio das Cobras foi Francisco Krassuski. Assumiu o Posto no ano de 1942 instituindo os primeiros trabalhos do órgão junto aos povos Guarani e Kaingang²⁷⁵. O segundo encarregado foi Vidalvino Lourenço de Souza que assumiu no ano de 1945. Em 1947 assume Flavio Toczek e no ano de 1952 Raul de Souza Bueno, funcionário que ficou o maior tempo na administração do Posto Indígena de Rio das Cobras, cerca de 16 anos²⁷⁶. O recorte sobre esses encarregados foi feito por entender que a administração desses personagens é exemplo de como a demarcação das terras fora tratada pelo SPI e com quais estratégias o poder tutelar é mantido durante os anos de atuação do órgão.

Tabela 03 – Encarregados do SPI em Rio das Cobras

NOME	ANO DE ADMISSÃO
Francisco Krassuski	1942
Vidalvino Lourenço de Souza	1945
Flavio Toczek	1947
Raul de Souza Bueno	1952

Fonte: Relatório de Encarregados de Posto em Rio das Cobras. Arqui do Museu da Índio.

O rol documental que apresento aqui possibilita uma análise de como a Terra Indígena Rio das Cobras foi inicialmente delimitada e como ao longo dos anos paulatinamente sua demarcação definitiva foi negligenciada permitindo a instauração de grilagem de terras e a

²⁷⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de cadastro no SPI**. Microfilme 063. Fotograma 0761-0762. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

²⁷⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação do Pessoal Assalariado do Posto Indígena Rio das Cobras**. Microfilme 063. Fotograma 0719. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

exploração dos povos indígenas através das práticas de violência aplicadas pelos funcionários do SPI. Mas, além disso, não perco de vista a ideia de que paralelamente ao poder e ao controle estão postas táticas de luta pelos povos indígenas, que vão das reivindicações formais junto aos representantes do Estado até conflitos físicos. Mas, primeiramente, faz-se necessário entender como foi instituído o Posto Indígena em Rio das Cobras e também quais eram as extensões iniciais da terra reservada.

Um dos primeiros registros é de 11 de junho de 1937, quando foi apresentado um relatório pelo Inspetor do SPI no Estado do Paraná, Sertório da Rosa ao Inspetor Regional do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, Dr. Francisco Alexandre Roberto da Costa. O documento era referente a uma viagem feita para a inspeção de diferentes toldos²⁷⁷ indígenas nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Entre eles estava Rio das Cobras, onde o Inspetor teria feito apenas uma visita rápida, mas deixou informações muito importantes com relação à quantidade de pessoas e as extensões das terras.

A viagem de Sertório da Rosa durou trinta e sete dias. Por conta da falta de recursos financeiros, o Inspetor não conseguiu permanecer em Rio das Cobras para uma descrição mais detalhada. Segundo ele, a locomoção era muito cara na região e indispensável para os trabalhos, uma vez que o território habitado pelos indígenas era, em suas palavras, uma “[...] vasta zona que abrange um perímetro de mais de cinquenta léguas onde vive uma população silvícola seguramente estimada em 2.500 pessoas, sendo a maior concentração de índios existente nestes três Estados do Sul”²⁷⁸. Sertório se referia a dois toldos, o de Boa Vista e Rio das Cobras, embora próximos, tinham lideranças específicas para cada grupo, mantinham relações, mas tiveram destinos diferentes²⁷⁹.

O então Inspetor do SPI fez um pedido de recursos para a Inspeção Regional do Trabalho, mas recebeu ordens de regressar imediatamente à Curitiba. Como relata: “[...], tive de fazê-lo sem concluir a inspeção, sem poder ir além de Laranjeiras (antiga Colônia Mallet) povoação próxima dos Toldos de Rio das Cobras e Boa Vista [...]”. Segue destacando a extensão da terra especificamente de Rio das Cobras e sua população: “[...] na estrada que vae de Guarapuava a Foz do Iguaçu, dalli por diante, até a Serra dos Madeiros, existem muitos

²⁷⁷ A palavra toldo era largamente utilizada para designar um grupo de indígenas que estava ocupando determinada terra.

²⁷⁸ Sertório da Rosa. **Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios**, p.10. 1937. Microfilme 37-02334. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

²⁷⁹ O Posto Indígena de Boa Vista foi extinto no final dos anos 1940, foi um dos casos mais graves de espoliação territorial ocorrida no Paraná. A população indígena que estava sendo assistida pelo Posto e nas terras ao redor foi transferida para os Postos de Marrecas e Rio das Cobras. O caso de Boa Vista ainda carece de uma pesquisa que analise seus desdobramentos, é ainda hoje uma lacuna historiográfica.

aglomerados indígenas, beirando a referida estrada, destacando-se os de Jacutinga, Bormann e Ponte Grande”²⁸⁰.

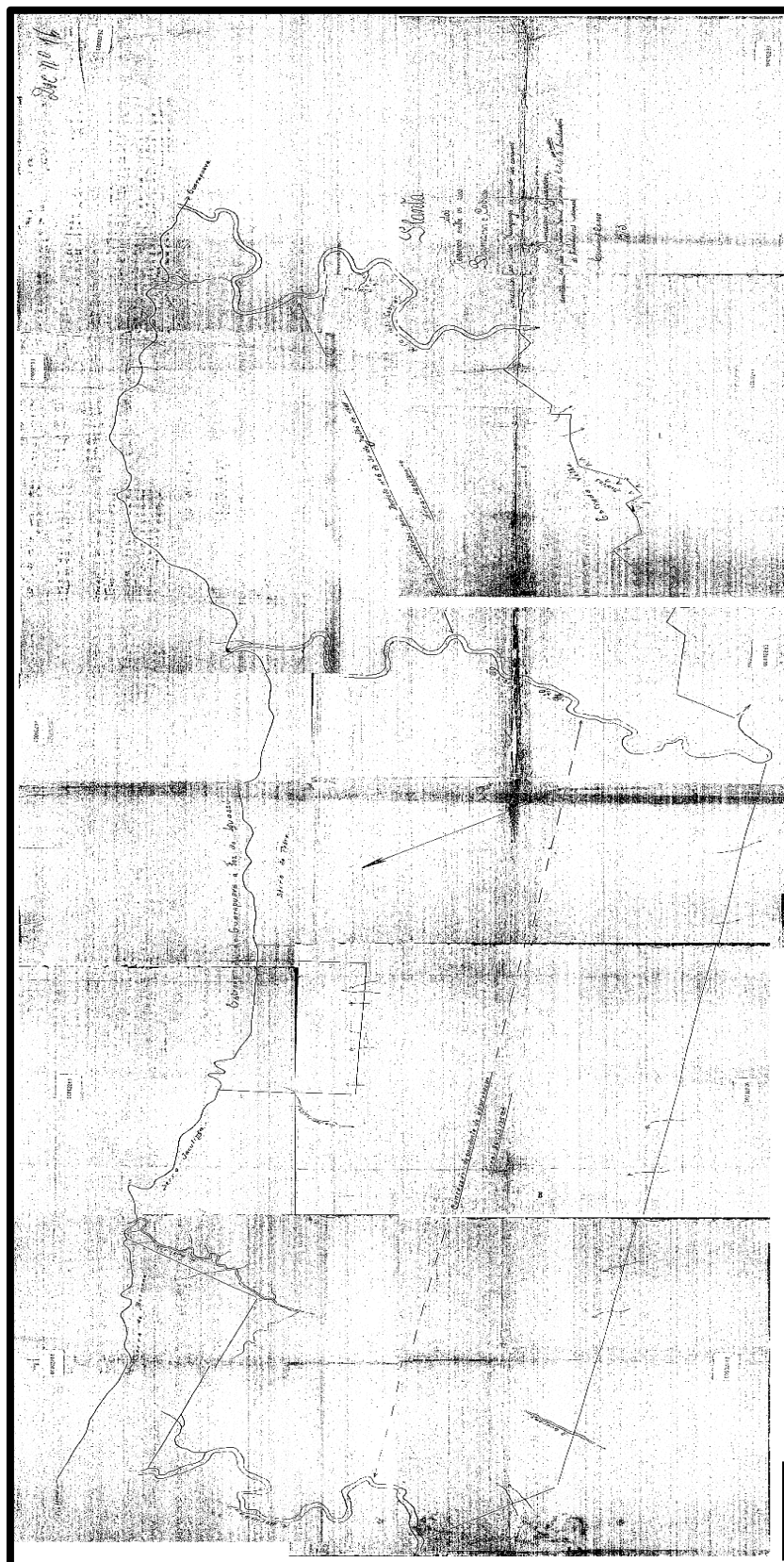
Chama a atenção especialmente os nomes dos rios, citados pelo Inspetor Sertório da Rosa, pois são os marcos naturais mais precisos dos limites das terras que foram delimitadas e da enorme presença indígena, principalmente nas extensões dos rios Jacutinga e Bormann. O Inspetor, baseado nas informações colhidas e nos seus trabalhos de campo, traz em seu relatório um mapa no qual constava a delimitação de mais uma porção de terra, adjacente à delimitada, em 1901. Como consta no documento: “[...] a planta das terras ocupadas por essa densa aglomeração silvícola, acusando uma área de 86.557.735 metros quadrados afim de que possa ser avaliada a verdadeira importância do problema indígena na referida região onde se faz urgente a organização de um importante sector do S.P.I., com pessoal e material suficientes ao atendimento de tão vasto perímetro.”²⁸¹.

O mapa foi anexado em seu relatório de inspeção, contudo, foi separado em 6 partes. Com a reconstrução cuidadosa das partes é possível observar a delimitação de duas áreas de terras, reservadas em períodos diferentes. Destaco também no mapa a área de terras entre os rios Guarani e Bormann que foi perdida ao longo dos processos de delimitação. Os limites atuais que foram anexados posteriormente:

²⁸⁰ Sertório da Rosa. **Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios**, p.11. 1937. Microfilme 37-02335. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

²⁸¹ Sertório da Rosa. **Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios**, p.10. 1937. Microfilme 37-02334. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Mapa 11 – Mapa da delimitação em 1913



Fonte: Sertório da Rosa. **Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios**, p.10. 1937. Microfilme 37-02334. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

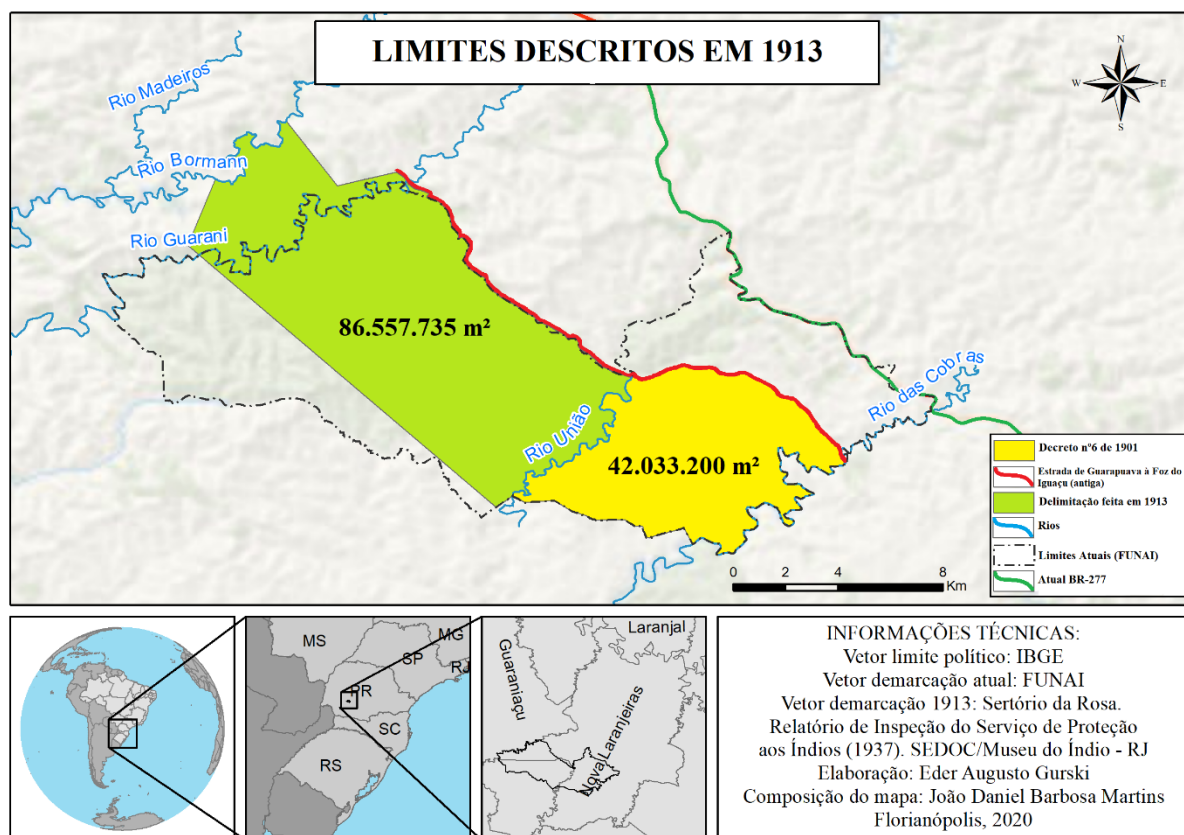
As descrições do mapa trazem informações importantes. Logo na parte inferior direita está escrito o seguinte “Planta dos terrenos entre os rios Bormann e Cobras. Concedidos aos índios Kaingans ao mando dos caciques Jambrê e João Pereira. Município de Guarapuava. Demarcados pela Inspeção Federal do Serviço de Proteção aos índios e localização de trabalhadores nacionais.”. Nas marcações do mapa encontramos duas áreas de terras onde o Rio União é o divisor das duas áreas. Ao lado direito estava a terra que foi registrada pelo Decreto nº6 de 1901, com uma extensão de 42.033.200 m², ou seja, 4.203 hectares. O lado esquerdo ilustrava uma demarcação feita no ano de 1913, a extensão prevista, por sua vez, era de 86.557.735 m², ou 8.655 hectares. A área total descrita por Sertório da Rosa era de cerca de 12.858 hectares, já no início das atuações do SPILTN.

O mapa que Sertório apresenta em seu relatório coloca alguns questionamentos com relação aos limites estabelecidos pelo Decreto nº6 de 1901 apontando para uma possível estrada antes da BR-277. Essa estrada levava de Guarapuava à Foz do Iguaçu, passava por onde hoje é a aldeia Sede pelos locais denominados Serra da Febre, Serra Jacutinga, atravessava o Rio Guarani, passava pela Serra do Bormann e Serra do Madeiros, próximos aos rios de mesmo nome. Essa estrada teria sido aberta pelos próprios Kaingang. Em troca do trabalho prestado na abertura da estrada foram concedidos títulos de terra em nome dos caciques que lideraram as empreitadas. Mesmo que não se tenha certeza de onde são os limites do primeiro decreto de terras, ao conversar com os mais velhos Kaingang alguns indícios aparecem. Residente no Jacutinga, Seu Vadico²⁸² me contou que a muito tempo a terra foi concedida através do trabalho dos Kaingang na abertura da estrada. Na época, a terra entre o Rio União e o Rio das Cobras teria sido concedida para o cacique Jambrê por comandar a primeira empreitada. Ele conta ainda que houve uma segunda empreitada com a liderança do cacique João Pereira, trabalho que resultou no aumento da dimensão da terra. Além disso, Seu Vadico contou que a garantia das terras só foi possível porque as lideranças Kaingang foram até Curitiba para reivindicar. Na época, levaram cerca de três meses caminhando até chegar lá. Segundo Seu Vadico, a alimentação era feita quase que exclusivamente de pinhão, por ainda existir muitas araucárias por todo o caminho.

O mapa a seguir é um desenho dos possíveis limites descritos no mapa de Sertório da Rosa. Embora não sejam totalmente exatos, por não se saber por onde exatamente a estrada passava, esses limites nos dão certa localização e dimensão:

²⁸² VADICO. *Conversa [18 de março de 2022]* Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (55:59 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Jacutinga. Acervo do autor.

Mapa 12 – Representação da delimitação de terra de 1913



Fonte: Sertório da Rosa. **Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios**, p.10. 1937. Microfilme 37-02334. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Essa estrada passava no meio dos territórios Kaingang e a concessão da terra era uma tentativa de aldear todos dentro da área delimitada. Por conta disso, vão ser vários os esforços de criação de um Posto do SPI para concentrá-los dentro dos limites estabelecidos. Sendo terras extremamente produtivas e levando em consideração a quantidade de indígenas, as reivindicações eram de que fossem tomadas providências de emergência por parte do órgão de assistência.²⁸³

Ainda que o SPI não tivesse instalado um Posto em Rio das Cobras até então, existia um ex-encarregado do órgão que prestava auxílio a algum tempo, chamava-se Antônio Silvério de Araújo. Sertório da Rosa conta que não conseguiu encontrá-lo, porque no período em que esteve em Laranjeiras o ex-encarregado estava viajando para Foz do Iguaçu. Buscou, então, com políticos de Laranjeiras e com a polícia, “[...] informes de que carecia com referência à

²⁸³ NOVAK, Éder da Silva. Op Cit. 2019.

luta existente entre os índios do Rio das Cobras e diversos moradores e proprietários vizinhos das terras da comunhão selvícola, cujas terras, parece, estão sendo invadidas pelos índios.”²⁸⁴

Segundo as informações prestadas ao inspetor pelas autoridades políticas da cidade de Laranjeiras, quem estava invadindo as terras dos colonos eram os indígenas. Sertório da Rosa não conseguiu ir ao local ver a situação, mas informou o seguinte: “Trata-se, a meu ver, de um caso que demanda providências imediatas da parte do S.P.I., antes que aconteça qualquer ocorrência lamentável, pois que o ambiente é de hostilidade recíprocas, estando as autoridades seriamente aprehensivas com as consequências que poderão resultar”²⁸⁵. Os possíveis conflitos são a justificativa básica dos argumentos para a demarcação das terras e a construção de um Posto Indígena, no entanto, não houve um posicionamento efetivo do SPI nesse momento. O cenário começa a mudar apenas na década de 1940 quando os interesses em se ter um representante do Estado em cada área de conflito indígena passa a ser essencial para os planos de colonização dos territórios.

As terras descritas por Sertório da Rosa, que haviam sido reservadas em 1913, ao lado esquerdo do rio União, não tiveram seus limites definitivamente titulados. Mas é possível encontrar mais elementos a respeito dessa segunda área de terras no ofício nº 29 de 05 de novembro de 1941, expedido pelo escrivão do Estado Cildo Meireles, e destinado ao Interventor Federal no Paraná, Manoel Ribas. Conforme consta:

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex^a que, no ano de 1913, atendendo à conveniência da localização dos índios caingangues residentes na região do rio das cobras, município de Guarapuava deste Estado, ficou acordado entre esta Inspeção e a Secretaria de Obras Públicas e Colonização, que fosse concedida aos mencionados índios, uma área de terras adjacentes à que já lhes tinha sido reservada pelo Decreto Estadual nº 6 de 31 de julho de 1901; tendo em consideração não só a necessidade de expansão desses índios como também a que os mesmos, já de há muito tempo vinham efetivamente, ocupando essas terras. Conforme o entendimento então havido entre esta Inspeção e a citada Secretaria de Estado de Obras Públicas e Colonização, fixaram-se os limites dessa nova área, que ficaria adjacente à divisa natural do rio União da mencionada reserva já feita pelo Decreto nº 6 de 31 de julho de 1901 e alcançaria, a Oeste, o rio Guarany; em área aproximadamente dupla da primitiva reserva, avaliada pelo levantamento então feito, em cerca de 40.000.000 m²; devendo a medição ser feita por esta Inspeção²⁸⁶.

²⁸⁴ Sertório da Rosa. Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, p.11. 1937. Microfilme 37-02335. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

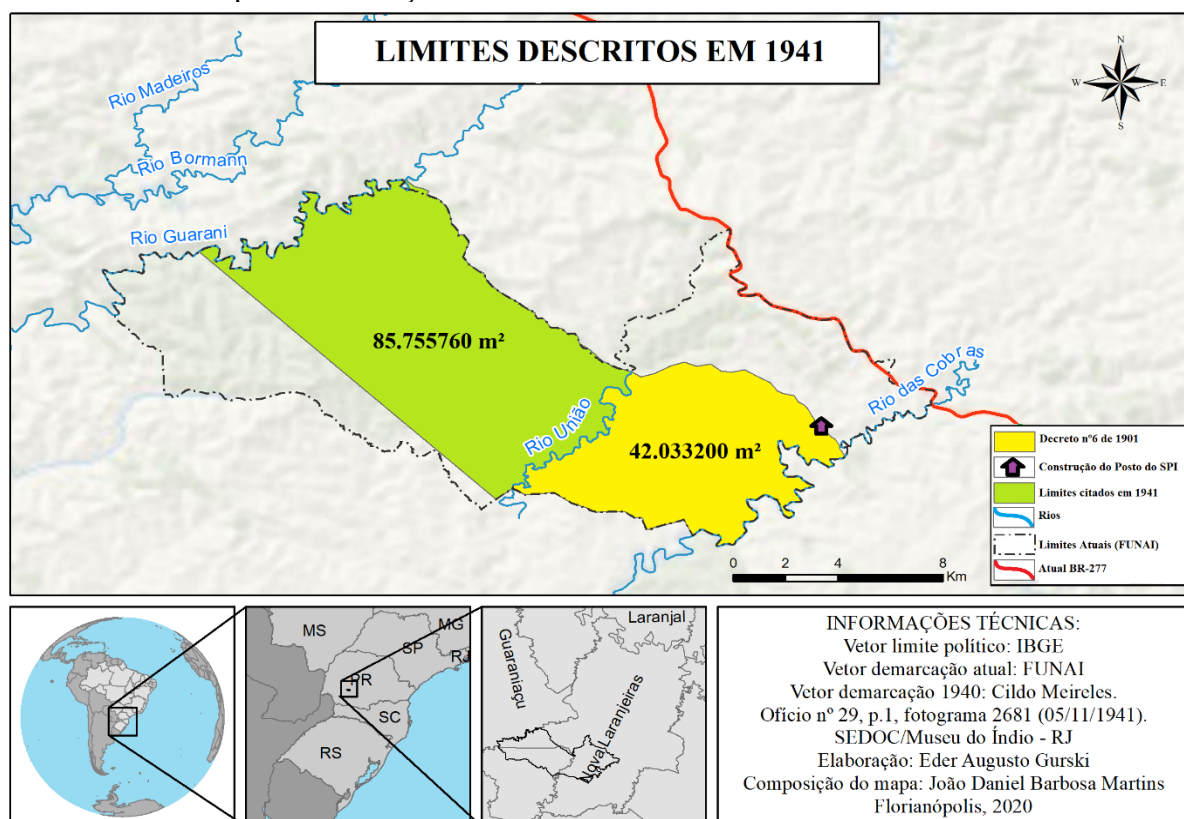
²⁸⁵ Sertório da Rosa. Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios, p.11. 1937. Microfilme 37-02335. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

²⁸⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 29, encaminhado ao Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas**. 5 de novembro de 1941, p.1. Fotografia 2681. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 2 pasta 1.

O ofício reforça a posse e a necessidade da expansão da demarcação feita em 1901, toma como base a delimitação já feita em 1913²⁸⁷ e destaca o uso e a presença indígenas por todo terreno. Os limites aqui são muito próximos aos destacados no mapa de Sertório da Rosa. Contudo, nas suas descrições, a área reservada ia até o Rio Bormann e como consta no documento apresentado por Cildo Meireles, os novos limites eram considerados apenas até o Rio Guarani, demonstrando uma pequena redução ou desconhecimento dos alcances iniciais, de 86.557.735 para 85.755.760 m². Conforme mapa criado com as informações prestadas por Cildo Meireles visualiza-se a perda de uma parte das terras já delimitadas em 1913.

Entretanto, esses são apenas os possíveis limites da área, uma vez que não se tem certeza da extensão exata que tinha a delimitação feita pelo decreto nº 6 de 1901. Mesmo assim, mantenho os limites descritos no mapa de 1913 trazido por Sertório da Rosa, como uma hipótese possível. Nesses termos, a delimitação da área entre o Rio das Cobras e o Rio União permanece com pouco mais de 4.000 hectares.

Mapa 13 – Redução das terras entre os Rios Bormann e Guarani



Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 29, encaminhado ao Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas**. 5 de novembro de 1941, p.1. Fotograma 2681. CEDOC/Museu do Índio-RJ.

²⁸⁷ Foi dada entrada em 14 de setembro de 1914 na Secretaria de Estado de Obras Públicas e Colonização.

A redução de área entre o Rio Bormann e o Rio Guarani demonstra que não se tinha um consenso da delimitação e que naquele lugar já havia intrusos não indígenas. Como será possível observar nos próximos documentos que trarei neste capítulo, a presença indígena até o Rio Bormann era grande e foi evidenciada principalmente pelo primeiro funcionário do Posto Indígena em Rio das Cobras. Tudo indica que a parte acima da antiga estrada de Guarapuava à Foz do Iguaçu foi adicionada posteriormente. Essa parte da Terra Indígena sempre foi destacada nos relatórios dos Inspetores e Encarregados SPI com grande presença dos Kaingang. Uma vez que as estradas passavam através dos territórios a delimitação de terra se fazia irrisória diante da dimensão dos limites tradicionais.

O ofício enviado ao Interventor Manoel Ribas pelo então escriturário Cildo Meireles ainda destaca que todas as partes envolvidas naquele processo de medição e demarcação ficaram cientes dos limites sem que ocorresse nenhum tipo de incidente ou reclamação.

Os povos indígenas em Rio das Cobras não deixaram de fazer uso do território, sabiam dos limites, mas, também sabiam que a não demarcação das terras os colocava como alvos para possíveis intrusos em busca de terras sem título. Cildo Meireles, no já citado ofício de nº 29, fala sobre o embargo no processo de demarcação e de sua legalidade:

Nessa Repartição, prosseguiu dito processado os seus transmites legais, sem que ocorresse qualquer incidente ou reclamação por parte de interessados no feito, até o ponto de ser aprovada dita medição e demarcação por sentença do governo do Estado; situação essa em que ditos autos ainda se encontram, apesar de nos anos subsequentes, até 1930, ter a mencionada Inspeção reclamado, pro diversas vezes, a ultimação desse processado; e sendo que durante todo esses tempo, de 27 anos, até a presente data, ininterruptamente tem sido a dita área efetivamente ocupada pelos mencionados índios, com as suas moradas, culturas e criação, e sempre respeitada como de exclusiva propriedade dos referidos índios.²⁸⁸

Como consta no documento, embora o processo tenha sido feito e os limites fixados, o Governo do Estado do Paraná não terminou a demarcação. Ao longo de 27 anos as terras que foram delimitadas pelo SPI em 1913 não tiveram seus limites registrados, ficando praticamente esquecidos. Foram consideradas como terras devolutas ao longo dos anos 1940, quando então é instituído um Posto Indígena do SPI. Esse imbróglio administrativo parecia interminável, e os indígenas demonstravam que não recuavam às investidas sobre seus territórios.

²⁸⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 29, encaminhado ao Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas**. 5 de novembro de 1941 p.2. Fotograma 2682. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

O cenário era tenso, a procura por terras nos interiores dos Estados do Sul se intensificava, a população indígena era muito grande e o embate entre as duas partes era inevitável. Ainda com base no ofício de nº 29, fica evidente o ímpeto em se construir um Posto do SPI:

Afim de regularizar essa situação, e devendo esta Inspetoria em breve ali estabelecer um Posto de Assistencia, destinado a atender os mencionados índios, mantendo uma escola e desenvolvendo a agricultura e pecuária da região, solicito a V. Ex^a. se digne ordenar as necessárias providências, a fim de que seja ultimado o referido processo de medição e demarcação dessas terras e expedido a respectivo título para os mencionados índios.²⁸⁹

Assim, as preocupações em demarcar as terras tinham como objetivo central o controle da população e a prevenção de conflitos. O documento traz em evidência as estratégias integracionistas para tal, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, além da construção e manutenção de uma escola. Entre esses pressupostos básicos do SPI, a escola era uma das ferramentas centrais do processo integracionista, tanto na tentativa de ensinar símbolos cívicos e o culto à pátria, quanto fazendo com que as crianças aprendessem desde cedo as práticas agrícolas.

O SPI, após o ano de 1942, intensificou suas atividades criando diversos Postos Indígenas por todo Brasil. No caso de Rio das Cobras, a questão preocupou também o então Interventor do Paraná Manoel Ribas, fazendo-o ordenar a criação imediata do Posto. Como as terras estavam sob ameaça, as negociações com o Estado foram um dos caminhos estratégicos para que as lideranças indígenas tentassem garantir seus direitos à terra e a proteção de seu povo. Em Rio das Cobras o líder Kaingang João Pereira aparece como referência nas reivindicações.

O jornal Diário da Tarde em uma terça-feira, dia 23 de julho de 1940, publicou uma matéria com o título Rumo ao Oeste, se referia a viagem do Interventor Manoel Ribas para Foz do Iguaçu, fazendo um relato da sua passagem pelo oeste paranaense. Um dos itens da narrativa é intitulado ÍNDIOS, e mencionava a passagem do Interventor por Rio das Cobras e sua conversa com o então líder Kaingang:

No rio das Cobras, pario de Laranjeiras, um toldo de índios Coroados. O sr. Interventor ali se deteve para conversar com o seu chefe, o Capitão Pereira e ainda para distribuir roupas a gente do toldo.

²⁸⁹ Idem.

O capitão Pereira é um velho simpático. Não fala bom português, mas o bastante para se fazer compreender. Pediu uma escola. E ele terá porque o Interventor autorizou já a sua construção.²⁹⁰

As negociações com o Interventor marcam, além da autorização da construção de uma escola, o início dos planos de atuação do SPI no local. Por ordens suas o Posto Indígena foi criado no ano de 1942. Recorrendo aos Boletins Internos do SPI é possível encontrar mais informações sobre os primeiros passos para a sua criação. No Boletim de maio de 1960, é publicada a mudança de nomes de alguns Posto Indígenas da 7ª Inspeção Regional, entre eles Rio das Cobras, que passou a se chamar no ano de 1958, por sugestão do Inspetor Deocleciano de Souza Nenê, Posto Indígena Interventor Manoel Ribas. Essa referência é uma homenagem explícita do SPI ao Interventor como fundador do Posto. Segundo o documento: [...] deve-se ao finado Sr. Manoel Ribas, de saudosa memória, que, como Interventor e Governador deste Estado, muito beneficiou, e foi ele quem fêz ser o P.I. RIO DAS COBRAS, criar-se prematuramente para nossa Inspeção [...] ²⁹¹.

Depois de sua passagem por Rio das Cobras e sua conversa com a liderança Kaingang João Pereira, Manoel Ribas telefonou para o então Chefe da IR7 Paulino de Almeida, e chamando-o até o palácio ordenou a construção de um Posto Indígena, não importando as condições financeiras para isso. No entanto, as motivações não partiam do Interventor e sim da comunidade e de suas lideranças. Assim como consta “[...] o Sr. Ribas queria saber porque não fundava um Pôsto, ou pelo menos uma escola na aldeia de Rio das Cobras, reclamação que lhe haviam feito os índios dali, por seu cacique índio João Pereira.” [...]. A construção já estava nos planos do SPI, mas, não tinha ainda sido autorizada por Paulino de Almeida por conta da falta de recursos financeiros pelo qual estava passando o Serviço. Diante dessa justificativa, Manoel Ribas liberou recursos para a construção de uma casa e uma Escola, repassando a informação à IR7 somente depois do término dos serviços. Nos argumentos de Deocleciano de Souza Nenê: [...] Obrigou-nos a fundar o Pôsto mesmo sem contar com suprimento financeiro da Diretoria, [...] ²⁹².

Deocleciano da Souza Nenê, destacava a figura do Interventor Manoel Ribas quase como quem teria obrigado a construção. As reivindicações da liderança Kaingang João Pereira,

²⁹⁰ Diário da Tarde, Curitiba, terça-feira, 23 de julho de 1940. Edição 13.669, p.1. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

²⁹¹ Boletim Interno do SPI nº40, maio de 1960, p.p.28-29. Armazém da Memória, Centro de Referência Virtual, documento indígenas, Pasta: 1941-1966- Boletim Interno do SPI.

²⁹² Boletim Interno do SPI nº40, maio de 1960, p.p.28-29. Armazém da Memória, Centro de Referência Virtual, documento indígenas, Pasta: 1941-1966- Boletim Interno do SPI.

destacada por Deocleciano da Souza Nenê, por sua vez, eram a representação da luta pela demarcação das suas terras, visto que sabiam a muito tempo que estavam nos interesses não-índigenas. Nesse momento João Pereira precisou negociar com o Estado. Esse movimento era arriscado, mas estavam ficando sem alternativas de como garantir a posse de seus territórios.

No ano de 1942 foi institucionalizado o Posto Indígena Rio das Cobras, e foram admitidos os primeiros funcionários²⁹³. Seus nomes, Francisco Krassuski e Maria Hanyz Krassuski, um casal jovem da cidade de Guarapuava. Tinham o perfil necessário para estabelecer uma administração duradoura²⁹⁴.

Foram assim feitas as primeiras construções:

Figura 02 – Imagem do Posto Indígena e da Escola.



BRASIL. SPI. **Imagem panorâmica do Posto Indígena de Rio das Cobras.** 1942. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. CEDOC/Museu do Índio-RJ.

²⁹³ Antes da admissão de Francisco Krassuski encontrei um ofício de 23 de fevereiro de 1942 (BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 14.** Curitiba, 23 de fevereiro de 1942. Microfilme 062. Fotograma 0803. SEDOC/Museu do Índio-RJ.) destinado ao chefe da 1ª Seção do SPI, José Maria de Paula, traz como informação a admissão dos que seriam então os primeiros funcionários do SPI destinados a trabalhar nas terras de Rio das Cobras. Os encarregados eram Pedro Moacyr Gasparello para a chefia do posto e para auxiliar de ensino sua esposa Ângela Icotti Gasparello. Constam ainda na folha de pagamento Manoel Pedro e José dos Santos na categoria de trabalhador e Pedro Ferreira e Antônio Silva como aprendiz (BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de Pagamento.** 1 de julho de 1942. Microfilme 062. Fotograma 0801. SEDOC/Museu do Índio-RJ.). Entretanto, não foi possível encontrar relatórios mensais realizados por Pedro Moacyr Gasparello, os relatórios do SPI começam a aparecer somente em 1942, o que significa que o casal Gasparello acabou não assumindo a construção e manutenção do Posto.

²⁹⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de cadastro no SPI.** Microfilme 063. Fotograma 0761-0762. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Na foto em questão consta uma visão panorâmica das primeiras construções feitas no que seria a sede do poder institucional do SPI em Rio das Cobras. As construções dizem respeito à Escola, o Posto e o depósito. É importante observar que a intenção da foto sugeria que fossem mostradas a amplitude dos campos e a boa localização das benfeitorias. O registro das construções e do desenvolvimento dos Postos Indígenas era uma prática comum, feita com o objetivo de prestar informações sobre o suposto desenvolvimento. As fotografias geralmente destacavam as produções agrícolas feitas através do trabalho indígena.

As primeiras construções foram feitas, assim como em grande parte das terras indígenas no sul, para assistir as populações Kaingang, mas, como demonstrarei adiante, já nos primeiros anos de atuação do primeiro encarregado, os Guarani se fizeram presentes em suas reivindicações e lutas, cobrando e defendendo suas demandas frente ao Estado e aos invasores de suas terras. É desde o início uma demanda que envolve os dois povos.

Uma pergunta parece ficar, por que essa extensão territorial delimitada no início do século XX não foi definitivamente demarcada e titulada, chegando ao final da administração do SPI, nos anos 1960, com seus limites muito menores e com um contexto de controle, opressão e conflitos? Busco através das informações prestadas pelos Encarregados de Posto compreender essa situação.

2.3 TERRAS EM DISPUTAS: OS PRIMEIROS RELATOS DOS ENCARREGADOS DO SPI FRENTE A INVASÃO DA TERRA DE RIO DAS COBRAS

O primeiro a assumir a administração do Posto Indígena Rio das Cobras, Francisco Krassuski, é o que mais detalhou os trabalhos realizados em seus relatórios, em meio à documentação encontrada nos arquivos do Museu do Índio os relatórios mensais e anuais com maior número de informações são de sua autoria.

Francisco Krassuski era filho de imigrantes poloneses, seu pai Antônio Krassuski e sua mãe Magdalena Krassuski. Tinha alguns conhecimentos de enfermagem, mas, nenhuma formação específica. Concluiu apenas o primário, o que já era avançado para a época. Assumiu o Posto decidido em levar o progresso para as terras em Rio das Cobras, mudou-se com seus filhos e sua companheira Maria Hanyz Krassuski que assumiu como auxiliar de ensino. Maria Hanyz Krassuski era nascida em 28 de agosto de 1912, também na cidade de Guarapuava.

Tinham dois filhos na época que assumiram o Posto: Luiz Krassuski e Francisco Leopoldo Krassuski. Luiz nascido em 6 de abril de 1930 e Francisco três anos mais tarde, no dia 8 de junho de 1933, ambos em Guarapuava. Foram para Rio das Cobras com seus filhos ainda pequenos, um com 13 e outro com 9 anos de idade.

Com o objetivo e com a vontade de desenvolver os primeiros trabalhos do SPI em Rio das Cobras e certo de sua missão, Francisco Krassuski era ortodoxo nas suas ações, demonstrava nos seus relatórios que era crente dos supostos benefícios que poderia trazer para a população. Mesmo diante das diversas dificuldades que estavam sendo apresentadas²⁹⁵, fazia questão de reafirmar seu controle sobre todas as situações. Exemplo de como o SPI iniciou seus trabalhos nas terras indígenas do Paraná, os documentos produzidos por Francisco Krassuski demonstram como o poder tutelar transita através das pessoas que acreditavam fielmente nas estratégias integracionistas.

No primeiro dia do mês de agosto de 1942 foi expedido por ele o primeiro relatório do Posto. O controle sobre os espaços começa nas primeiras aplicações, visando o desenvolvimento econômico. No segundo item do relatório, o encarregado fala sobre a demarcação de 5 alqueires para iniciar a plantação agrícola: “Foram demarcados (5) cinco alqueires de capoeiras à serem roçadas, que se destina a cultura de milho e feijão, serviço este de roçada, estará terminada dia 15 do mês corrente”²⁹⁶. Além disso, entre os primeiros trabalhos está a instalação de uma máquina para serrar e beneficiar madeira. A máquina por sua vez não seria de propriedade dos indígenas e também não seria propriedade do SPI, o acordo foi feito com o dono de uma serraria da região. O mesmo dono da serraria era proprietário de uma casa comercial e de um moinho de trigo, que ficaria responsável por beneficiar a produção do posto. Facilitando assim os trabalhos e os acordos.

²⁹⁵ Em relação a saúde das pessoas assistidas pelo posto indígena, Francisco Krassuski já havia relatado alguns casos de gripe que ocorreram um mês depois de sua chegada em Rio das Cobras. Vinha, também, relatando casos de coqueluche ou, assim como ele se refere às vezes, *tosse comprida*, entre os Kaingang. Entretanto, os casos continuam piorando, já no primeiro relatório do ano de 1943 o encarregado do posto relata o seguinte: “No mês de janeiro p/p diversos índios pequenos e adultos foram atacados de fortes disenterias acompanhadas geralmente com febre, até parecendo Paratifo, mas foram todos atendidos em tempo com os medicamentos existentes neste Posto. Forneceu este posto para os enfermos necessitados, arroz, galinhas, açúcar e batatinha, batatinha já é produção deste Posto. Diariamente visitei os enfermos, fornecendo-lhes medicamentos, ensinando-lhes o regime de alimentação. Felizmente encontram-se todos restabelecidos, só muito fracos. Foram tratados 14 índios adultos e 20 menores, infelizmente faleceram 4 crianças 2 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, atacadas desse mal e mais devido estar muito adiantada a moléstia”. (BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº1, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de fevereiro de 1943. Microfilme 062, Fotograma, 8060. SEDOC/Museu do Índio-RJ.)

²⁹⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº1, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de agosto de 1942. Microfilme 062. SEDOC/Museu do Índio-RJ. (Página 783 da pasta 5.)

Além desses trabalhos, a escola também figurava como fundamental para o processo de aplicação das práticas integracionistas. Foram matriculados inicialmente 40 alunos, todos Kaingang. Francisco Krassuski e sua esposa trabalhavam as noções básicas das primeiras letras e das funções agrícolas, mas davam muito mais ênfase ao civismo na escola, sendo os ensinamentos pátrios obrigatórios em sua administração²⁹⁷. No relatório anual de seu primeiro ano de atuação fica evidente o esforço para ensinar os símbolos nacionais, como é o caso da figura do Presidente da República. No Item “Ensino” Francisco Krassuski destaca o seguinte acerca dos alunos matriculados: “Geralmente não falavam em português, agora já estão compreendendo e desenvolvendo, todos conhecem a fotografia do Chefe da Nação, Dr. Getúlio Vargas, e pronunciam claramente o seu nome”²⁹⁸.

No relatório número 4, o cercamento dos espaços já se faz presente em forma de arames farpados. Segundo ele “Ficou terminado o fecho da invernada que tem 85 alqueires mais ou menos, a cerca foi feita com 4 fios de arame farpado e tem a extensão de 1.580 metros (...)”²⁹⁹. A lavoura do posto também estava crescendo, e segundo Francisco os trabalhos continuavam: “Foram roçados 15 alqueires de capoeiras e plantados 18 alqueires de milho de diversas qualidades, branco, cunha, amarelo, cabo roxo e etc., 10 litros de feijão preto manteiguinha, 5 litros feijão branco e 4 litros de feijão olho de pomba, todo este serviço foi feito com os índios.”³⁰⁰.

²⁹⁷ Já no primeiro ano de atuação do SPI foi construída com os recursos que tinham à mão, quase que as pressas. As práticas patrióticas estavam incrustadas nas atividades da escola. No mês de abril de 1943 os alunos foram expostos a uma infecção por sarampo, deixando a maioria muito doente e impossibilitados de frequentarem as aulas, como descrito no relatório mensal de 1 de abril de 1943. Contudo mesmo em recuperação Encarregado do Posto era fundamental que participassem dos atos cívicos. No mês seguinte, o encarregado e a auxiliar de ensino promoveram uma homenagem a data do aniversário de Getúlio Vargas, deixando explícita tamanha força empregada ao ensino pátrio e a adoração da figura do presidente. Como consta no relatório, a frequência dos alunos tinha aumentado, mas estavam “[...] frequentando as aulas, ainda um tanto adoentados [...]”. Continua narrando o ato promovido pela auxiliar de ensino que segundo ela era “[...] em homenagem a data do aniversário natalício do Exmo. Snr. Dr. GETULIO VARGAS, nosso Grande Presidente [...]” Quando os alunos foram todos reunidos no pátio em frente à escola foi hasteada a bandeira nacional no mastro em frente à escola, onde frequentemente era colocada, enquanto era entoado o hino nacional. A fase de recuperação do surto de sarampo não foi desculpa para que as homenagens ao presidente parassem: “[...] depois fez a senhora auxiliar de ensino, com todos os indiozinhos alunos da escola, uma pequena excursão de 2 mil metros distantes deste posto, saíram deste posto e voltaram cantando diversos cantos patrióticos [...]”. (BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal nº4, encaminhado para o Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Teixeira Fonseca Vasconcelos**. 2 de maio de 1943. Microfilme 062. Fotograma: 0873 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.)

²⁹⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942, encaminhado para o Chefe da IR7**. 15 de dezembro de 1942. p. 4. Microfilme 062. Fotograma 0788.

²⁹⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº5, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de dezembro de 1942. Microfilme 062. p.3. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 795 da pasta 5.

³⁰⁰ Idem.

Francisco demonstra no relatório anual as suas projeções de produção para os anos seguintes, no item 8ª Produção dos Índios, segundo ele foram plantados 6.860 litros de milho, 419 de feijão, 16 de arroz, 8 de abóbora. Para Francisco: “As plantações este ano foram feitas já no final do mês de novembro, pois existia muitos ratos e estavam causando prejuízos para as plantações feitas nos meses de setembro e outubro, mas felizmente estão desaparecendo.” Com o problema da infestação de ratos resolvido o encarregado projetava 1.234.800 litros de milho, 8.400 de feijão, 600 de arroz e 30 “carradas³⁰¹” de abóbora. Ou seja, ele esperava mais que dobrar todas as produções já no próximo ano.

Todavia, mesmo cercando e começando a lavrar a terra, a área que pertencia aos indígenas ainda era uma incógnita para o jovem encarregado. No dia 28 de setembro de 1942, Francisco Krassuski, envia uma carta para Paulino de Almeida, na época Diretor da IR7, dizendo o seguinte: “Solicito a V. Exa. digneis ordenar para que me seja fornecido uma planta ou mapa das terras pertencentes aos índios daqui do Rio das Cobras, tenho necessidade deste documento, para resolver diversos assuntos.”³⁰² Pressionado pelos indígenas que estavam à frente das reivindicações e através do ímpeto de cumprir com seu cargo, nos seus relatórios, cartas e ofícios, faz diversos relatos acerca das invasões, repassando a denúncia para seus superiores.

No segundo semestre de 1942, Francisco Krassuski traz informações sobre a quantidade e onde se encontravam as pessoas que estavam sendo assistidas pelo Posto. No item “Recenseamento dos índios” consta a seguinte: “[...] da tribo corados, aqui domiciliados; existem de 16 anos a mais 158 do sexo masculino e 149 do sexo feminino, de 8 à 16 anos, 45 do sexo masculino e 29 do sexo feminino e até a idade de 7 anos 58 do sexo masculino e 76 do sexo feminino, total 515 (...)”³⁰³. Nesse recenseamento, o encarregado destaca que mais de 300 pessoas estavam distantes do Posto. As palavras de Francisco corroboram com o mapa construído por Sertório da Rosa quando passou pelo local em 1937, segundo ele:

[...] existem 366 índios adultos e menores, foram incluídos no mesmo recenseamento, por obedecerem o cacique e a polícia indígena deste Posto do Rio das Cobras, os índios domiciliados no lugar denominado Guarani, lugar este distante deste Posto 22 quilômetros, estes índios estão aldeados entre o rio União distantes deste posto 8 quilômetros e o rio Guarani, os domiciliados em Borman, distantes deste posto 28

³⁰¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942, encaminhado para o Chefe da IR7**. 15 de dezembro de 1942. Microfilme 062. p. 8. Fotograma 0792.

³⁰² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício de nº 26, encaminhado para o Chefe da IR7**. 28 de setembro de 1942. Microfilme 062. Fotograma 0822. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁰³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº3, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de outubro de 1942. Microfilme 062. p.2. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 790 da pasta 5.

quilômetros. Entre o rio União e rio Guarani existem 70 índios coroados e no Borman existem 79 índios coroados, adultos e menores.³⁰⁴

Nas informações deixadas por Francisco Krassuski, o que chama a atenção de início é a forma com que os indígenas são incluídos no recenseamento, pois foram contados os indivíduos que estavam sob comando do cacique e da polícia indígena do Posto. Ou seja, nesse momento apenas as famílias Kaingang sob a administração do SPI foram levadas em consideração. A localização das pessoas aqui também é importante, pois atesta a grande presença nas proximidades dos rios União, Guarani e Bormann, já descritas por Sertório da Rosa reafirmando que aquelas terras eram de uso e de fluxo dos povos indígenas ainda sem intervenção de não indígenas.

No décimo item do relatório anual de 1942, intitulado “Reserva existentes à pedir para os índios”, Francisco Krassuski já demonstra que seu desconhecimento inicial foi logo solucionado pelos próprios indígenas, que com o documento de posse em mãos reivindicavam a segurança e o aumento da demarcação. Sabiam da sua posse legal e faziam questão de reafirmar seu direito frente ao encarregado.

Segundo o relatório de Francisco “Os índios deste posto, tem um documento de terras doadas pelo Exmo. Sr. Presidente deste Estado do Paraná, em data de 31 de julho do ano de 1.901, que diz os limites seguintes:”³⁰⁵. Os pontos de referência são descritos assim como no documento nº6 de 1901. A posse desse documento pelas lideranças Kaingang faz-se presente como elemento de luta contra o Estado. Francisco Krassuski volta a destacar a presença indígena para além dos limites demarcados em 1901:

Mas existem índios residindo à margem direita da referida estrada, Guarapuava-Foz do Iguaçu, 8 quilômetros acima da ponte do rio das Cobras, e também domiciliados nas matas acima da estrada de frente ao Posto, conforme croquis anexo, estas terras são de 1ª e pertencem ao Estado, moram nestes matas 38 famílias indígenas. Os índios que estão domiciliados entre o rio União e o rio Guarani não tem terras demarcadas, são terras de 1ª, matas virgens, estes índios estão ocupando terras de ambos os lados da estrada já citada, Guarapuava-Foz do Iguaçu, e são em média 70 adultos e menores. Onde estão domiciliados os índios no Borman são terras do Estado, e estão aldeados 4 quilômetros rio acima do rio Borman e 4 quilômetros abaixo da estrada lado esquerdo da referida estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu, nestas terras encontram-se 79 índios adultos e menores. Entre o rio Borman e União tem 12 famílias de civilizados³⁰⁶.

³⁰⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942, encaminhado para o Chefe da IR7**. 15 de dezembro de 1942. Microfilme 062. p. 2. Página 798 da pasta 5. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁰⁵ Idem. Microfilme 062. p. 10.

³⁰⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942, encaminhado para o Chefe da IR7**. 15 de dezembro de 1942. Microfilme 062. p. 10. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 806 da pasta 5.

O encarregado do Posto entendia que a terra era do Estado, “terras de 1ª, matas virgens”, como as descreve. Aqui, ao se referir a presença Kaingang 8 quilômetros acima da ponte do Rio das Cobras, está falando da área em direção a aldeia Trevo. Essa parte que foi descrita pelo Inspetor do SPI Sertório da Rosa como estando fora dos limites do decreto nº6 de 1901, sempre foi destacada pelo Encarregados de Posto e Inspetores do SPI como fundamental para o povo Kaingang.

O entendimento de que as terras eram do Estado, ou devolutas, era comum entre os funcionários do SPI, uma vez que entendiam a posse territorial apenas através do título de terras, e que viam os locais de mata preservada como espaços improdutivos. Parte do despreparo que envolvia a profissão e da falta de recursos e informações, o que acabou por não considerar multiplicidades de territorialidades distintas da do Estado Nacional. Francisco apenas reproduzia aquilo que fora designado a fazer.

Ressalta ainda, a presença de 12 famílias não indígenas, e que apenas uma delas tinha título de terras, área que ficava à esquerda do rio Borman, ou seja, fora dos limites iniciais delimitados pelo SPI em 1913. Segundo ele:

Com a pequena demonstração aludida, existem muitas terras, reservas, para pedir para os índios e por hora sem prejudicar civilizados, pois com informações que obtive, só 1 destas famílias de civilizados é que tem uma pequena área titulada e demarcada, terreno este que está a margem esquerda do rio Borman³⁰⁷.

Como o processo de demarcação não foi finalizado, facilitou a invasão de não indígenas principalmente depois dos anos 1940. Francisco Krassuski dá indícios de que o SPI continuava ciente de que todas as terras descritas estavam sob posse indígena, mas já evidenciava o início de embates por terra. No relatório nº 2 de primeiro de março de 1944, endereçado ao então Diretor do SPI o Coronel Vicente de Paulo Teixeira Fonseca Vasconcelos, trazia informações sobre as invasões de terras. O Item é intitulado Civilizados Invadindo Terras Pertencentes aos Índios: “No relatório do mês de janeiro p.p do corrente relatei que quase diariamente tenho embargado aos civilizados trabalharem sob a jurisdição deste P.I e estes civilizados estão continuando a abusar e para conhecimento da digníssima Diretoria [...]”³⁰⁸. O

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº2, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de março de 1944. Microfilme 062. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1034 da pasta 5.

encarregado ainda cita os limites destacados na Lei de nº6 de 31 de julho de 1901 que garantia a terras ao cacique Jambré.

Francisco já sabia das delimitações feitas pelo SPI em 1913, informações que conseguiu através da liderança Kaingang João Pereira, quando entregou a ele uma carta com as promessas de titulação territorial feitas pelo Chefe da Inspetoria Regional no final dos anos 1920. A carta que João Pereira recebeu de José Maria de Paula, em 16 de dezembro de 1929, dizia o seguinte:

Amigo Capitão Pereira e a todos os índios do Rio das Cobras, conforme foi feita ahi a tempos pelo snr. José Joaquim Correia; da estrada para baixo, a esquerda, até a picada velha do xagú à Foz do Iguassu e nessas estradas dos passos dos Rios das Cobras e Borman, acha-se prompta na Secretaria de Agricultura do governo deste estado, só esperando ser concluído o respectivo processo para que estou providenciando afim de que dentro em breve tempo, fique tudo prompto. O meu amigo Capitão Pereira tenha confiança e esteja descansado, que aqui estou cuidando dessas terras de modo que fiquem sem duvida nenhuma e os índios fiquem satisfeitos. Aceite recomendações e abraços do seu velho amigo (a) José Maria de Paula, Inspetor³⁰⁹.

As obrigações das quais se responsabilizou José Maria de Paula, evidentemente não foram cumpridas até a data que Francisco Krassuski tomou conhecimento. Citava a carta questionando a não demarcação depois de tantos anos. Importante ver que as reivindicações que vinham da liderança Kaingang João Pereira³¹⁰, estavam postas como estratégias de resistência ao que estava sendo instituído. Os Kaingang compreendiam que precisavam da demarcação para garantir o seu território, por conta disso as negociações com o SPI, se faziam importantes como táticas de sobrevivência.

O relato de Francisco Krassuski continua a reforçar a demarcação das duas áreas reservadas, em 1901 através do cacique Jambré e em 1929 através do cacique João Pereira:

Mas, em 1901 e em 1929 que o Dr. José Maria providenciou a reserva das ditas terras, os índios estavam morando do outro lado da estrada, isto é lado direito e muitos deles residem ainda nas cabeceiras dos rios das Cobras, União, e Guarani e Borman, quasi no divisor com o rio Piquiri e moram também rio abaixo dos rios das Cobras, União, Guarani e Borman, este posto está construído 2 quilometros de distância de rio das Cobras, e do lado esquerdo da estrada que vai a Foz do Iguaçu. No lugar denominado Jacutinga, consta que um civilizado tem terras legalizadas, mas residem neste lugar diversas familias de civilizados os índios moram distantes 5 quilometros e se quadram

³⁰⁹ Idem. Microfilme 062. p. 3.

³¹⁰ João Pereira foi a última liderança escolhida através da política Kaingang, morreu em setembro no ano de 1949 por conta de sua idade avançada. Depois dele os aprendizes e capitães eram escolhidos pelo Encarregado de Posto do SPI. (BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta particular do Encarregado de Flávio Toczek ao Inspetor Deocleciano de Souza Nenê**. 30 de setembro de 1949. Fotografia: 1562 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.)

bem com os civilizados, até a presente data não veio queixas, nem de índios e nem de civilizados. No lugar denominado Borman, distante deste Posto residem também civilizados e tive conhecimento que um só destes é que tem terras legalizadas, mas os outros estão fazendo requerimentos e não sube os resultados destes requerimentos, em todas as oportunidades tenho dito a eles que essas terras pertencem aos índios. De acordo com o artigo 154 da Constituição de 10 de novembro de 1937 e o Decreto de 16 de outubro de 1942 de nº 10.6522, mas continuam a requerer, e de acordo com as divisas do Território Iguazu os índios que residem do outro lado do rio Guarani estão no referido Território, assim também os índios que residem no lugar denominado Borman.³¹¹

Destacando as titulações e invasões de terras por não indígenas, o encarregado mostra que a entrada acontecia principalmente nos lugares mais distantes do Posto, chamados Borman, Guarani e Jacutinga, o que dificultava o trabalho de vigilância. Além disso, a criação do território Federal do Iguazu vai ser um dos pontos fundamentais para o aumento de não indígenas, uma vez que a porção de terras que ficava entre o rio Guarani e o Rio Bormann passavam a ficar dentro do Território do Iguazu, o que influenciou a chegada de muitos não indígenas para a colonização do local³¹². A divisa é a causa da perda da porção de terra que ficava entre o Rio Guarani e o Rio Borman.

Mesmo assim, segundo o encarregado, estava fazendo todo o possível para tentar impedir o roubo, seguindo as denúncias que chegavam cada vez com mais frequência. Ainda continua a relatar as incursões, indo pessoalmente comunicar aos invasores. Seguindo suas denúncias, se exemplifica cada vez mais os principais focos dos problemas:

Sob esse assunto dos civilizados residirem e estarem requerendo terras nos referidos lugares, Jacutinga, Guarani e Borman, solicito ao Dignissimo Diretor e ao Dignissimo Chefe da nossa Inspeção instruções necessárias, pois na invasão de civilizados em terras dos índios, terras estas nas cabeceiras dos rios das Cobras, União e Pereira, tomei as necessárias providências, comuniquei ao Dignissimo Chefe da Inspeção o qual recebi do sr. Chefe telegramas ordenando-me que mantesse o embargo feito

³¹¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 2, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de março de 1944. Microfilme 062. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1034 da pasta 5.

³¹² O Território Federal do Iguazu foi criado no Governo Getúlio Vargas para dar conta das disputas nas fronteiras do país. Teve pouco tempo de existência, criado através do Decreto nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 e extinto em 18 de setembro de 1946. Muitas foram as pessoas que se mudaram para o território depois de sua formação com a esperança de conseguir terras para lavrar e morar. Era uma política de proteção de Fronteiras colocada em prática pela Segurança Nacional de Getúlio Vargas. As condições seguiam os planos de desenvolvimento também, vinculados a chamada “Marcha para Oeste”, uma ideia de explorar o território, levar a colonização e proteger as fronteiras que lembrava a Marcha para Oeste no Estados Unidos, que na tentativa de expandir as fronteiras coloniais massacrou povos indígenas e espoliou seus territórios. LOPES, Sérgio. **O Território do Iguazu no Contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002. Segundo Mussoi, para a formação do novo território o Paraná cedeu 51.452 km² e Santa Catarina 14.402 km². O Território Federal do Iguazu ficou com uma extensão de 55.854 km². Importante também notar que a capital foi escolhida como Laranjeiras do Sul, antiga vila do Xagu. A escolha da capital foi feita pelo então governador do Estado do Paraná João Garcez do Nascimento. O motivo também foi porque fazia parte da rota em que a BR 277 seria construída. MUSSOI, Arno Bento. **Território Federal do Iguazu: Perspectivas para o desenvolvimento regional**. Editora Cantu: Laranjeiras do Sul: 2015.

pelo encarregado deste P.I. Os embargos fiz pessoalmente e por escrito aos senhores seguintes³¹³.

Fica explícito que mesmo sabendo que as terras no Jacutinga, Bormann e Guarani eram reservadas para os povos indígenas, não tinha total certeza de como proceder, suas ações se restringiam em avisar que aquelas terras eram reservadas e denunciar aos seus superiores o que estava acontecendo, devido a não demarcação definitiva, a distância para percorrer e os poucos recursos financeiros e humanos.

Francisco Krassuski cita o nome dos 12 civilizados que estariam dentro dos limites reservados. Além dos nomes, o encarregado do posto transcreve o aviso que deixou para cada um, em mãos segundo ele, com as determinações jurídicas. As recomendações eram para, “[...] não invadir roçando ou fazendo qualquer benfeitorias em terras pertencentes aos índios que estão localizados permanente neste Posto Indígena sob minha administração. E para Va. As. Não alegar ignorância transcrevo o Artigo 154 do Decreto Federal de 10 de novembro de 1937³¹⁴”.

Continua seu relatório reafirmando as denúncias junto aos seus superiores. No dia 24 de fevereiro de 1944 mandou um ofício ao Inspetor de Terras em Guarapuava, Sady Silva, pedindo que as licenças de terras que estavam sendo expedidas para que os não indígenas fizessem suas roças fossem suspendidas pela Guarda Florestal. Como consta no documento:

Pelo presente venho solicitar a Va. Exa. Dignar-se ordenar ao Guarda Florestal, snr. Haroldo Mendes, com sede na vila Xagu, suspender licenças aos civilizados fazerem suas roças, em terras pertencentes aos índios que estão localizados permanente neste Posto Indígena. Terras essas nas cabeceiras dos rios das Cobras, Pereira e União. Os índios ficaram indignados dos civilizados entrarem nas ditas terras, mas felizmente acalmei-os, eles esperam Justiça das nossas Autoridades Pessoalmente e por escrito, embarguei as roçadas dos civilizados, tudo de acordo com as nossas Leis [...].³¹⁵

Nesse jogo de negociações o encarregado tentava se colocar na função de apaziguador dos conflitos, extremamente pressionado pelas demandas territoriais dos próprios povos indígenas, que se faziam presentes no conflito com os invasores, nas denúncias e nas reivindicações de suas lideranças. Francisco Krassuski estava seguindo as regras do Serviço com relação às invasões, mas existiam muitos interesses alheios que vinham das elites políticas.

³¹³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 2, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de março de 1944. Microfilme 062. p. 4. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1035 da pasta 5.

³¹⁴ Idem. Microfilme 062. p. 4.

³¹⁵ Idem.

Em 6 de março de 1944, ele volta a falar sobre suas ações para impedir que fossem feitas roças por não indígenas, como consta em mais um dos seus relatos ao Chefe da IR7: “Sob a invasão de civilizados em terras dos índios, tomei todas as providências necessárias, e os civilizados pararam com as roçadas, por enquanto, amanhã dia 07 isto é, ainda esta semana, irei até os cabeceiras dos rios das cobras, Pereira e União, fazer uma vistoria.”³¹⁶

Na tentativa de aplicação da tutela, Francisco Krassuski nunca foi soberano. Presenciou resistências discretas, que ao invés de confrontá-lo, se calavam, omitiam e desertavam. Seu fracasso foi visível ao tentar implementar o chamado Conselho Indígena, que tinha por finalidade formar um grupo de líderes que ficaria responsável por auxiliar nos trabalhos do SPI junto à comunidade. Foi composto inicialmente por 9 pessoas, 7 homens e 2 mulheres. Em seus relatórios o encarregado comenta que utilizava as reuniões para dar conselhos e palestras, pois em diversos momentos os indígenas não queriam falar. Com o passar dos meses as pessoas vão deixando de ir para as reuniões por uma série de desculpas, levando Francisco a desistir do Conselho Indígena por suposta falta de interesse³¹⁷.

No entanto, as pessoas do povo Kaingang que estavam em Rio das Cobras não eram as únicas que estavam enfrentando a grave situação das invasões das terras, a presença do povo Guarani se faz presente também na luta pela demarcação e manutenção de seu território. Os relatórios apresentados pelo primeiro encarregado ajudam a entender o processo pelo qual as terras Guarani e sua população passaram depois da instituição do Posto Indígena, demonstrando que os dois povos estavam frente às reivindicações de suas terras.

2.3.1 As terras Guarani no Mato-Queimado

Francisco Krassuski começa a dar atenção às demandas do povo Guarani no final de 1943 quando alguns deles vão procurar por remédios no Posto. As doenças que estavam atacando os Kaingang, começam a fazer vítimas também entre a população Guarani³¹⁸. Após a

³¹⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta encaminhada ao Chefe da IR7**. 6 de março de 1944 p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1059. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Pdf fora das pastas 143_690_28_fl.

³¹⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal nº4, encaminhado para o Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Teixeira Fonseca Vasconcelos**. 2 de maio de 1943. Microfilme 062. Fotograma: 0873 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.)

³¹⁸ No relatório número 6 de agosto de 1943, consta os primeiros pedidos de auxílio dos Guarani em relação as doenças: “[...] os índios guaranis, que estão domiciliados no lugar denominado Mato-Queimado, distante deste posto indígena, 48 quilômetros, também procuraram medicamentos para índios menores, que estavam com sarampo e Tosse Comprida, também conhecida por coqueluche.”. Mais à frente no relatório de número 7 o encarregado volta a comentar sobre os Guarani, segundo ele “[...] todos eles uzaram medicamentos emdicado e estão bem melhores, esses índios estão sendo atendidos pelo encarregado deste posto indígena de Rio das Cobras, por autorização do snr. Paulino de Almeida, nosso dignissimo Chefe.” (BRASIL. Ministério

autorização de Paulino de Almeida, o encarregado vai até o local chamado de Mato-Queimado, próximo ao Rio Guarani e Rio Bormann, com o objetivo de verificar a condição da população Guarani. No segundo relatório de 11 de março de 1943, Francisco comenta sobre sua ida e descreve a presença de muitas famílias por toda a área:

Por determinação do snr. Paulino de Almeida, Chefe da 7ª. Inspetoria Regional, fui até o logar denominado Mato-Queimado, neste mesmo distrito de Laranjeiras, distante deste Posto 48 quilometros, fiz esta viagem em companhia de 2 índios domiciliados neste Posto de Rio das Cobras, lá fui fazer o recenseamento dos índios Guarani. Andei em diversos pontos no terreno onde estão os referidos índios. Demorei 8 dias, fiz um croquis das terras isto é diviza quase natural, à serem pedidas para os mesmos índios. O recenseamento é o seguinte: 80 índios Guarani no total, sendo 19 índios adultos, pertencentes ao sexo masculino. 25 índias adultas (feminino) 21 menores, pertencentes ao sexo masculino e 15 pertencentes ao sexo feminino Resumo; 40 do sexo masc. E 40 do sexo fem.³¹⁹

As famílias descritas por Francisco Krassuski provavelmente não eram o total de pessoas que estavam naquelas terras, uma vez que a extensão era muito grande para cobrir em apenas uma viagem, mesmo com a ajuda de outros indígenas. Para além disso, a mobilidade dos Guarani, também dificultava uma contagem precisa das pessoas. Exemplo disso é que ao final de sua administração o recenseamento demonstra um crescimento expressivo do número de pessoas consideradas como assistidas pelo Posto.

Nos dias atuais, as terras que fazem parte do chamado Mato Queimado não são habitadas por nenhuma aldeia Guarani, pois foram retirados do local na década de 1960 e nunca mais retornaram. Mas, na lembrança dos mais antigos o local é preservado³²⁰. Seu Alcides Karaí Potã Veríssimo, 65 anos, nasceu no Mato Queimado, sua família foi transferida de lá quando era ainda muito novo, assim como conta: “[...] Eu nasci no Mato Queimado [...] e depois, nós viemos quando cresci um pouco, com quatro anos. Meu pai largo da minha mãe, então separaram, aí me deixaram na mão de outra pessoa. Então me criei assim. [...]”³²¹. Seu Alcides recorda que existiam muitas pessoas habitando o espaço: “[...] Naquela época nos éramos bastante, bastante mesmo [...]”³²². A referência é sempre feita a uma grande quantidade de

da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº6, encaminhado ao Chefe da IR7. 13 de agosto de 1943.** Microfilme 062. Fotogramas 0881-0882-0883. SEDOC/Museu do Índio-RJ).

³¹⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº2, encaminhado ao Chefe da IR7.** 11 de março de 1943, p.5. Microfilme 062, Fotograma 0867. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 893 da pasta 5.

³²⁰ Alguns dos interlocutores que fazem parte desta tese contaram algumas lembranças acerca do Mato Queimado. Em nossas conversas, o assunto sempre era tratado por eles com um tom de saudosismo.

³²¹ VERÍSSIMO. Alcides Karaí Potã. **Entrevista concedida a Eder Augusto Gurski.** 15 de março de 2020. Aldeia Lebre-TI Rio das Cobras. Acervo do autor.

³²² Idem.

peessoas que faziam parte da comunidade. Atualmente existe um movimento para reconstruir o *Tekoa* Mato Queimado, sua importância é muito grande para os Guarani em Rio das Cobras.

Nesse sentido, é importante a memória de Xamoi³²³ Marcolino Veríssimo. Também nascido no Mato Queimado, recorda como era grande a quantidade de pessoas, ao mesmo tempo em que demonstra seu saudosismo e incompreensão da transferência. Segundo ele, eram:

[...] Mais de 60 famílias. Aquele tempo eu era menino de doze, doze, treze anos, daí então eu não tinha muita experiência. Não sei o que foi que aconteceu. Depois de um tempo o chefe do Posto que é o diretor do posto dos indígena, fizeram não o que lá, eu não podia sabe bem certo até o dia de hoje porque que tiraram nós de lá. Ou é por sabedoria deles, que fizeram, assim, pra ter a área. Só o lugar, por que a área é da União. Então assim falaram, eu escutei, aquele tempo, aí viemos embora pra essa aldeia aqui [...]³²⁴

Retratando a lembrança também deixa evidente seu sentimento de saudade do lugar onde nasceu. Seu interesse em saber o porquê da transferência demonstra que foram tirados de sua terra contra sua vontade. Além disso, evidencia a existência de muitas famílias Guarani habitando as terras próximas aos Rios Guarani e Bormann. O senhor Natalício Karaí Papa Veríssimo, relembando o que seu pai e sua mãe contavam, seu Natalício relata que toda sua família vivia no Mato Queimado:

[...] O pai conta a história pra mim que morava aqui no Mato Queimado, meu vô, bisavô tudo, era o lugar deles lá. Só que lá eu vi só pela história, o pai e a mãe contava que a gente veio aqui pro Pinhal, eu nasci ali na outra aldeia. Depois vim embora pra cá, com três meizinhos de vida. Aqui fundamos a aldeia Lebre. O pai Morreu aqui, a minha mãe. Mas graças a deus nós estamos aqui, até agora, nós estamos com minha família. A maioria das família que nós temos aqui dos Veríssimo. Quando nós entremos aqui foi ano 66, entremos aqui com família, sete família [...]³²⁵

Assim, a memória Guarani retoma os caminhos de suas lembranças de onde nasceram e revelam a legitimidade de suas terras que por gerações foram habitadas e faziam parte de seu território. Mas não só isso, o saudosismo colocado em suas palavras, é revelador do processo de espoliação territorial pelo qual passaram. A perda da habitação do espaço onde nasceram permanece viva na memória Guarani como se tivessem sido arrancados à força das proximidades do Mato Queimado.

³²³ O termo Xamoi é utilizado pelo povo Guarani Mbya para se referir ao seus mais velhos e sábios. São aqueles que tem a consideração e o respeito da comunidade por seu conhecimento e vivência.

³²⁴ VERÍSSIMO. Marcolino. **Entrevista concedida a Eder Augusto Gurski**. 16 de março de 2020. Aldeia Lebre-TI Rio das Cobras. Acervo do autor.

³²⁵ VERÍSSIMO. Natalício Karaí Papa. **Entrevista concedida a Eder Augusto Gurski**. 17 de março de 2020. Aldeia Lebre-TI Rio das Cobras. Acervo do autor.

Se levar em conta que todos os interlocutores eram muito novos no momento da transferência de local, ocorrida na década de 1960, é de considerar que fora sim de certa forma levados à força. Primeiro, pelo fato de as condições estarem cada vez mais precárias e os adultos estarem vendo a possibilidade de contato com o Posto como forma de sobrevivência. Em segundo lugar, como eram muito novos tinham que seguir seus pais e suas famílias. Por conta disso, nas suas memórias o motivo parece adentrar em um terreno de incerteza e desconhecimento. Os mais velhos também contam que a terra iria ser vendida por isso foram transferidos, dizem também que outro motivo foi a falta de lideranças espirituais. A comunidade estava sem *Xamoi* e passando por dificuldades quando foram transferidos.

Ainda que não seja possível remontar a composição das famílias e nem o número real de pessoas do povo Guarani, existe a possibilidade de notar quais eram as pessoas que estabeleceram contato com o SPI na década de 1940. Nos relatórios de Francisco Krassuski consta as pessoas que ele registrou no Mato Queimado, assim, coletando as informações prestadas por Francisco Krassuski e com a ajuda dos dados de campo, foi possível montar um mapa das famílias descritas pelo Encarregado do Posto.

As famílias se concentram em torno da liderança Veríssimo Karáí Vitorino Cordeiro, as pessoas registradas pelo Encarregado de Posto, muito embora fossem uma pequena parte dos Guarani que habitavam o território, conseguem estabelecer a visualização de alguns núcleos familiares. Assim, a intenção da representação elaborada a seguir é de lançar luz às pessoas que faziam parte da comunidade e que reivindicavam a demarcação de suas terras.

Tabela 04 – Pessoas que foram registradas na localidade do Mato Queimado

(continua)

Nº	Nome em brasileiro	Nome indígena	Idade	Sexo	Estado civil
1	Viríssimo Vitorino Cordeiro	Karáí	65 anos	Masc.	Cas.
2	Araci Vitorino Cordeiro	Kre-chu	35 anos	Fem.	Cas.
3	Maria Silva	Diera	38 anos	Fem.	Cas.
4	Catarina Rodrigues	Ará	25 anos	Fem.	Cas.
5	Vitalina Vitorino Cordeiro	Tarta-xim	11 anos	Fem.	----
6	Laura Vitorino Cordeiro	Êvá	6 anos	Fem.	----
7	Vergílio Vitorino Cordeiro	Karáí	2 e ½	Masc.	----
8	Getúlio Vitorino Cordeiro	Pará	1 ano	Masc.	----
9	Manoel Vitorino Cordeiro	Karáí	42 anos	Masc.	Solt.
10	Julia Vitorino Cordeiro	Pará	30 anos	Fem.	Cas.
11	Joana Vitorino Cordeiro	Kará	14 anos	Fem.	Solt.

Tabela 04 – Pessoas que foram registradas na localidade do Mato Queimado

(continuação)

Nº	Nome em brasileiro	Nome indígena	Idade	Sexo	Estado civil
12	Antonio Vitorino Cordeiro	Karaí-Chiju	5 anos	Masc.	Solt.
13	Luiza Vitorino Cordeiro	Paraí	38 anos	Fem.	Viuva
14	Artur Vitorino Cordeiro	Karaí	22 anos	Masc.	Cas.
15	Cecilia Vitorino Cordeiro	Pará	22 anos	Fem.	Cas.
16	Ozorio Vitorino Cordeiro	Karaí	29 anos	Masc.	Cas.
17	Joaquina Vitorino Cordeiro	Tarta-xim	39 anos	Fem.	Cas.
18	Jose Vitorino Cordeiro	Karaê	8 anos	Masc.	----
19	Izidoro Vitorino Cordeiro	Tarta-xim	6 anos	Masc.	----
20	Sebastião Vitorino Cordeiro	Tarta-xim	3 anos	Masc.	----
21	Brasilina Vitorino Cordeiro	Nien-duá	5 anos	Fem.	----
22	Manoel Vicente Vitorino Cordeiro	-----	12 anos	Masc.	----
23	José Pacheco Vitorino Cordeiro	Tarta-xim	19 anos	Masc.	Cas.
24	Henriqueta Pacheco	Djachu-ka	17 anos	Fem.	Cas.
25	João Pacheco	Taitar-dan	41 anos	Masc.	Cas.
26	Martina Pacheco	Kre-chu	39 anos	Fem.	Cas.
27	Euzébia Pacheco	Dierá	12 anos	Fem.	----
28	Acacio Gonçalves	Tartan-duí	22 anos	Masc.	Cas.
29	Alice Gonçalves	Diera	19 anos	Fem.	Cas.
30	Inácio Gonçalves	Karaí	2 anos e ½	Masc.	----
31	Francisco Alves	Pápá	38 anos	Masc.	Cas.
32	Joaquina Silva	Pará	21 anos	Fem.	Cas.
33	Mariasinha Alves	Djachu-ka	3 anos	Fem.	----
34	João Alves	Karaí-Chiju	4 anos	Masc.	----
35	Alcebiades Alves	-----	5 meses	Masc.	----
36	Narcizo Rodrigues	Karaí	29 anos	Masc.	Cas.
37	Carolina Rodrigues	Diera	19 anos	Fem.	Cas.
38	Ocalina Rodrigues	Ará	5 anos e ½	Fem.	----
39	Cezarina Rodrigues	Kre-chu	2 anos e ½	Fem.	----
40	Sebastião Rodrigues	Karaí-pápá	1 ano e ½	Masc.	----
41	Euzébio Rodrigues	Karaí-chiju	25 anos	Masc.	Cas.
42	Francisca Rodrigues	Tarta-xim	19 anos	Fem.	Cas.
43	Alcindo Rodrigues	Tarataí-Anduí	6 anos	Masc.	----
44	Natalia Rodrigues	Tarta-xim	5 anos	Fem.	----
45	Joana Rodrigues	Djachu-ka	4 anos	Fem.	----

Tabela 04 – Pessoas que foram registradas na localidade do Mato Queimado
(conclusão)

Nº	Nome em brasileiro	Nome indígena	Idade	Sexo	Estado civil
46	Josefa Rodrigues	-----	8 meses	Fem.	----
47	Alzemiro Gonçalves	Karaí-chu	18 anos	Masc.	Cas.
48	Justina Gonçalves	Eu-vua	39 anos	Fem.	Cas.
49	Manoel Gonçalves	Karaí	18 anos	Masc.	Sol.
50	Alcilio Rodrigues	Verá	23 anos	Masc.	Cas.
51	Otilia Rodrigues	Kre-chu	19 anos	Fem.	Cas.
52	Paulina Silva	Kará	38 anos	Fem.	Viuva
53	Rofina Gonçalves	Kará	40 anos	Fem.	Viuva
54	Rosa Rodrigues	Djachuca	50 anos	Fem.	Viuva
55	João Vitorino	Karaí-mirim	18 anos	Masc.	Cas.
56	Euzebia Rita	Ará	15 anos	Fem.	Cas.
57	Maria Rodrigues	Diera	24 anos	Fem.	Viuva
58	Pedro Rodrigues	Karaí	7 anos	Masc.	----
59	Irineu Rodrigues	Tarta-duí	4 anos	Masc.	----
60	José Rufino	Tarta-xim	40 anos	Masc.	Cas.
61	Rosa Domingos	E-vua	34	Fem.	Cas.
62	Alzimiro Domingos	-----	5 meses	Masc.	----
63	Ana Domingos	E-vua	7 anos	Fem.	----
64	Alice Domingos	Kre-chu	12 anos	Fem.	----
65	Emilia Gonçalves	Djachu-ka	10 anos	Fem.	----
66	Maria Lídia do Nascimento	Karaí	70 anos	Fem.	Viuva
67	Vitorino do Nascimento	Karaí-chiju	34 anos	Masc.	Cas.
68	Zeferina Nascimento da Luz	Kre-chu	25 anos	Fem.	Cas.
69	Tereza Nascimento	Ará	10 anos	Fem.	----
70	Maria Juventina do Nascimento	Tarta-xim	6 anos	Fem.	----
71	João Francisco do Nascimento	Cuaral	3 anos	Masc.	----
72	Paulino Gonçalves	Verá	44 anos	Masc.	Cas.
73	Maria Gonçalves	Dierá	38 anos e ½	Fem.	Cas.
74	José Gonçalves	Tarta-xim-pápá	5 anos	Masc.	----
75	Luiz Gonçalves	Karaí-pápá	7 anos	Masc.	----
76	Sebastiana Gonçalves	Diá-chuka	10 anos	Fem.	----
77	Alzimiro Gonçalves	-----	8 anos	Masc.	----
78	Gabriel Cordeiro	Tartaim-duf	18 anos	Masc.	Cas.
79	Evangelina Gonçalves	Ierá	15 anos	Fem.	Cas.
80	Antonio Gonçalves	Vasra-uf	19 anos	Masc.	Solt.

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recenseamento dos índios domiciliados em Mato Queimado**. Microfilme 062, Fotograma 0926-0928. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Diagramas de Parentesco Elaborados a partir das informações do Recenseamento feito pelo encarregado Francisco Krassuski.

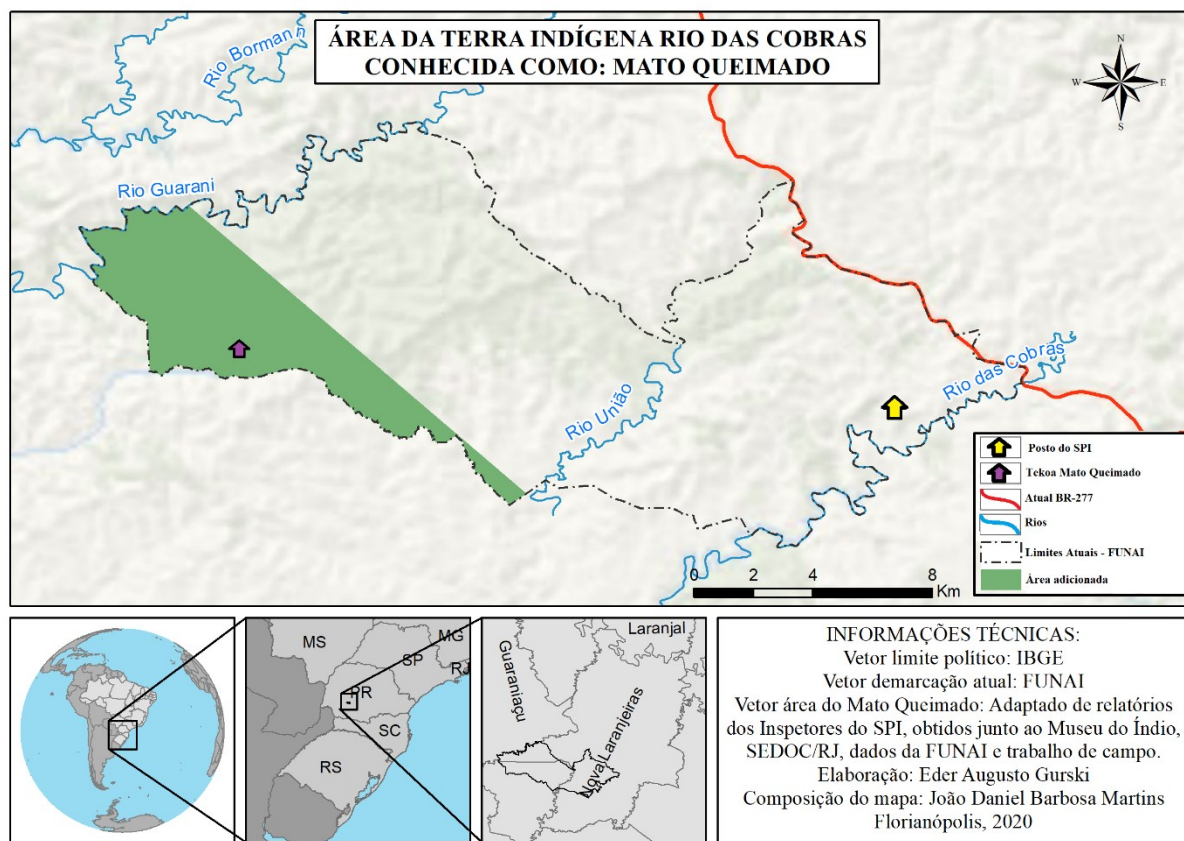
A tabela, além de informar quem eram, fornece um mapa visual da comunidade. Não é possível saber ao certo as relações que eram estabelecidas entre as famílias, mas é interessante notar que os núcleos familiares são grandes se considerarmos as famílias nomeadas como Virríssimo Vitorino Cordeiro, Gonçalves, Rodrigues, Alves, Domingos e Nascimento. Ao todo foram registradas por Francisco Krassuski cerca de 80 pessoas. A família de Veríssimo Vitorino Cordeiro, era uma das maiores famílias. Veríssimo Karáí Vitorino Cordeiro, liderança da comunidade, figura no esquema genealógico no centro da organização, e tinha uma grande quantidade de parentes. Com base na quantidade de pessoas e nas demandas, o encarregado de Posto, em medida de urgência, pede à inspetoria a liberação para a demarcação de um terreno destinado aos Guarani. No relatório de nº 7 de 1943, consta o seguinte:

Outrossim, solicito a DD. Diretoria, ordenar a demarcação das terras para os índios Guaranis, índios esses domiciliados em Mato-Queimado, distrito de Laranjeiras, município de Guarapuava, conforme autorização do snr. Paulino de Almeida, Chefe da 7ª Inspetoria Regional, visitei esses índios Guaranis, percorri diversos pontos onde estão eles, procedi recenseamento, e fiz uma diviza provisória para que ele respeitem outros terrenos, que alias, pertencem ao Estado, também remeti a Inspetoria um croquis referente a terras a serem pedidas para, digo pedidas aos índios Guaranis, até a presente data essas terras pertencem ao Estado, mas os civilizados estão se achegando para bem perto desses índios. Essas terras são de primeira (sertão) próprias para qualquer cultura [...].³²⁶

A urgência em delimitar as terras para os Guarani traz a seriedade da situação de invasão que estavam presenciando. O cerceamento estava se intensificando e medidas paliativas não conseguiam mais barrar a investida das frentes de colonização. Apenas a demarcação definitiva das terras resolveria o problema. No mapa atual da demarcação feita pela FUNAI em 1986, parte do lugar denominado Mato Queimado foi adicionado aos limites descritos nas fontes anteriormente. Com as descrições feitas por Francisco Krassuski, levando em consideração os limites da demarcação atual, e as conversas durante o trabalho de campo possibilitaram localizar este lugar como próximo aos Rio Guarani e Bormann, seguindo a estrada velha nos limites sul da Terra Indígena. Conforme neste mapa, que foi elaborado com as informações citadas.

³²⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº7, encaminhado ao Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Teixeira Fonseca Vasconcelos**. 13 de agosto de 1944. p.2. Microfilme 062, Microfilme 0885. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Mapa 14 – Localização do Mato Queimado



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas fontes de pesquisa e trabalho de campo.

As indicações de Francisco Krassuski assim como as conversas com os Guarani apontam para a localização que consta no mapa e que foi utilizada pela FUNAI na década de 1980 para a demarcação final dos limites da T.I. A população Guarani habitava todo o espaço também entre os Rio Bormann e Rio Guarani, como lembra o senhor Alcides Karáí Potã Verrissimo ao relatar a existência de muitas famílias no Rio Bormann por volta de 1940: “[...] tinha, morava, até meu pai morava lá [...] Ele contava, é porque ali quase era só nós, então, naquela época não tinha problema nenhum. Que nenhum intruso não entrava ainda aquela época [...]”³²⁷. Assim como relatado, os limites apresentados pelos órgãos indigenistas do Estado são apenas uma parcela do território que era habitado pelos Guarani. As extensões de terras entre os Rios Guarani e Bormann estavam sendo utilizadas pelos povos indígenas por muitas gerações, isso sem que tivessem alguma interferência de intrusos que os obrigassem a sair daquelas terras, ao menos até a década de 1940.

³²⁷ VERÍSSIMO, Alcides Karáí Potã. Op. cit. 2020.

Os Guarani se defendiam da ocupação não indígena nos seus territórios, e as reivindicações tinham como estratégia recorrer ao auxílio do Posto e à demarcação como forma de prevenir a integridade física e o futuro do povo. Na época a voz da liderança Guarani, Veríssimo Karáí Vitorino Cordeiro ressoava a luta de toda a comunidade para a manutenção dos seus espaços de vida, de seu *Tekoa*³²⁸. Nunca ficaram omissos a entrada dos não indígenas em seu território.

No relatório de nº 2 do dia primeiro de março de 1944, enviado para o então Diretor do SPI no Rio de Janeiro, Coronel Vicente de Paulo Teixeira Fonseca Vasconcelos, Francisco Krassuski traz as seguintes informações sobre os Guarani:

No mês de janeiro, estive aqui neste posto o índio guarani, cacique, de nome Virissimo Vitorino Cordeiro, que veio pedir remédios para os seus índios, forneci a ele os remédios que necessitava, e aproveitei a oportunidade de mandar ele com os demais índios guaranis, que moram no lugar denominado Mato-Queimado, roçarem as estradas que vão ao toldo, prometeu-me que mandaria os índios fazerem o trabalho, e ontem recebi uma carta do dito índio Capitão Virissimo, dizendo que já terminaram a roçada, trabalho grande pois roçaram a estrada de ambos os lados numa extensão de 6 quilômetros mais ou menos, pois ainda não me foi possível medir a dita estrada futuramente medirei e terei o prazer de comunicar a digníssima Diretoria. Os índios guaranis e os caingans residentes neste posto e Mato-Queimado, estão colhendo feijão [...].³²⁹

Procurar a proteção do Posto Indígena era uma das práticas de proteção da comunidade, não negociariam com o SPI se não fosse necessário. A tutela e a delimitação reduzida dos seus espaços figuram, em contextos conflituivos, como sobrevivência. As demandas do povo Guarani voltam a surgir nas pautas do SPI, em 1944. Como a invasão das terras mais distantes do Posto Indígena facilitava o desconhecimento dos abusos, além de não serem demarcadas, os ataques às terras que estavam sendo habitadas pelos Guarani viraram o alvo principal da entrada de não indígenas:

Dos índios guaranis, que residem no lugar denominado Mato-Queimado, tenho recebido todos os meses, cartas, informando-me que civilizados estão procurando invadir as terras deles, que de acordo com a autorização do Snr. Paulino de Almeida, digníssimo Chefe, fiz demarcação das terras à serem pedidas a estes índios guaranis, plantei diversos marcos com as letras SPI para os índios saberem até onde é a divisa e trabalharem para dentro da ditas terras, e para conhecimento dos civilizados vizinhos dos índios, quando tenho informação de invasão por parte de civilizados, tenho sempre imediatamente oficiado aos civilizados indicados que respeitem os ditas

³²⁸ O termo *Tekoa* é utilizado pelo povo Guarani para se referir ao local em que vivem, o espaço em que se estabelecem. O território é composto por diversos *Tekoa*. SOARES, André Luis. **GUARANI: Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 134.

³²⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº2, encaminhado ao Chefe da IR7**. 1 de março de 1944. p.2. Microfilme 062, Fotograma 0980. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

terras, mas aparece de vez em quando um teimoso, mas tenho resolvido de acordo com as instruções recebidas de nosso Chefe. Snr. Paulino de Almeida.³³⁰

Como não se tinha certeza da demarcação definitiva, mesmo com a delimitação provisória feita com a autorização da chefia da IR7, e a luta da comunidade e das lideranças, as invasões não pararam. Chama a atenção às reivindicações feitas pelos Guarani através de cartas para o Encarregado. A frequência das cartas era mensal, o que mostra que as denúncias nunca pararam. Essa tática vai ser utilizada em diferentes momentos pelos Guarani do Mato Queimado, destacando-se como uma das principais táticas de luta e resistência utilizadas por eles na tentativa de garantir a posse da terra e a sobrevivência do povo.

As incursões dos não indígenas, a extensão do terreno e a presença dos dois povos, sobrecarregaram os trabalhos do encarregado que não conseguiu mais dar conta das demandas. Como a situação das invasões das terras estava se tornando descontrolada, principalmente pela instituição do Território Federal do Iguaçu, que trouxe diversas famílias não indígenas em busca de terras cultiváveis, era preciso contratar mais empregados para dar conta dos serviços.

Em 14 de novembro de 1944 Francisco Krassuski envia um ofício para Paulino de Almeida pedindo a contratação de mais funcionários para o Posto de Rio das Cobras. No 2º item do ofício consta o seguinte:

2º um auxiliar de sertão; pois com a passagem dos distritos Cataduvás e Laranjeiras para o Território Iguaçu, tem entrado muitas famílias de civilizados para as terras vizinhas do Patrimônio Indígena e terras ocupadas pelos índios que estão sob minha jurisdição, e muitas dessas famílias de civilizados tem procurado evadir as ditas terras ocupadas pelos nossos índios, como já é de conhecimento de V. As. Que fizemos e continuaremos embargando tais casos, e com mais um auxiliar para esse nosso Posto evitaremos casos desagradáveis e embrulhos futuros.³³¹

O pedido de contratação não foi aceito. Francisco Krassuski deixou o cargo de Encarregado no ano de 1945. Ao final de sua administração, apesar das inúmeras denúncias, a terra não foi demarcada definitivamente. Ao contrário, o contexto político era desfavorável às demarcações e a presença de não indígenas já trazia a recorrência de conflitos. No seu relatório final o recenseamento das pessoas assistidas pelo Posto demonstra a flexibilidade em relação ao seu primeiro relatório, não apenas na presença das duas etnias, mas, do aumento do número de indivíduos ao longo dos anos.

³³⁰ Idem. p.4. Microfilme 062, Fotograma 0982.

³³¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPL. **Ofício encaminhado ao Chefe da IR7**. 14 de novembro de 1944. Microfilme 062. Fotograma 1099. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1185 da pasta 5.

Ao todo, fora contabilizado, no relatório anual de 1944, o total de 668 pessoas: “Índios kaingangues domiciliados em Rio das Cobras, rio Bormann e rio Guarani 543, menores, adultos e de ambos os sexos. Índios guaranis domiciliados no lugar denominado “Mato-queimado” 125, menores, adultos e de ambos os sexos.”³³². Essa forma de contabilizar Guarani e Kaingang de maneira separada vai ser das poucas vezes que serão consideradas as etnias. Os encarregados que sucederam a Francisco Krassuski comumente faziam uma contagem geral na qual colocavam todos na categoria índios.

Não se referir às etnias especificamente não era um sinal de desconhecimento dos Encarregados de Posto, mas sim uma das formas pelas quais o SPI condicionou um lugar a essas pessoas. Eram colocadas nessas categorias genéricas pela diferenciação, o lugar do outro que não é branco, que é considerado em grau evolutivo primário. É nessa categoria integracionistas do Estado Brasileiro, e que se estende através das práticas dos funcionários do SPI, que os diferentes povos vão sofrer a tentativa de homogeneização, também é nessa categoria que irão se reconhecer enquanto coletividade e lutar por seus direitos territoriais nas décadas de 1970 e 1980.

Depois de conversas acerca do Mato Queimado com lideranças dos *tekoa* Lebre e Pinhal existe o início de um movimento para voltar ao Mato Queimado e refazer o *tekoa*. O movimento ainda está no início sendo discutidas ideias e possibilidades de voltar, contudo já demonstrava uma questão importante de reterritorialização do espaço que foram transferidos. O território no Mato Queimado continua vivo na memória da comunidade.

As informações sobre os esbulhos de terras também começam a ficar cada vez mais escassas nos relatórios dos encarregados do SPI. O cenário de invasões que era caótico nos relatórios de Francisco Krassuski parece não ser um problema na administração de Vidalvino Lourenço de Souza e Flávio Toczek, são pouquíssimas as informações prestadas pelos encarregados em relação à entrada de não indígenas. Com exceção das reivindicações do povo Guarani, na administração de Flávio Toczek, o problema de terras parecia estar solucionado, ou, talvez, silenciado.

³³² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal encaminhado ao Chefe da IR7**. 6 de novembro de 1944. p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1012. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1065 da pasta 5.

2.3.2 Que tenham paciência³³³: A breve passagem de Vidalvino Lourenço de Souza e Flávio Toczek

O relatório de número 8, de 01 de setembro de 1945 é o primeiro relatório de Vidalvino Lourenço de Souza, auxiliar de sertão que assume a responsabilidade do posto após a saída de Francisco Krassuski. O novo encarregado rebate os trabalhos realizados e descritos por seu antecessor: “Trabalhei logo de início com muita dificuldade, devido ter recebido do Snr. Francisco Krassuski, todas as criações doentes, e além de tudo a invernação é insignificante [...]”.³³⁴ Era comum que os encarregados fizessem críticas aos trabalhos de seus colegas na tentativa de valorizar o seu trabalho, a intenção era sempre demonstrar que seus serviços eram melhores ou mais difíceis.

O seu primeiro relatório é um dos poucos que destaca o número das pessoas Guarani, demonstrando que houve uma baixa populacional da contagem feita por Francisco Krassuski, contabilizando a presença de 99 pessoas. Desde sua primeira contagem feita no relatório de nº 10 de 01 de novembro de 1945 esse número permanece praticamente estagnado. Isso informa que o encarregado não acompanhou diretamente a população, pois desaparecem da contagem a partir do relatório nº 4 de 01 de maio de 1946³³⁵.

Seus trabalhos foram todos voltados a intensificar a produção agrícola do Posto. As propostas de ensino agrícola figuravam mais importantes que o civismo na administração de Vidalvino Lourenço de Souza. O último relatório encontrado do ano de 1946, descrevia a relação de trabalhos realizados na escola, demonstrando que a principal prática do ensino era o trabalho direto na terra. No item “Trabalhos realizados pelos alunos”, foram deixados em evidência os esforços feitos para que os alunos aprendessem a trabalhar na terra: “Pelos indiozinhos deste posto foram lavrados, à pá cortadeira, 625 metros quadrados de terra³³⁶”.

Com menos de dois anos de atuação, Vidalvino Lourenço de Souza é demitido do cargo, sua curta passagem por Rio das Cobras deixou um silêncio no que diz respeito às questões territoriais. No seu lugar foi contratado o encarregado Flávio Toczek.

³³³ O encarregado Flávio Toczek, em um dos seus relatos acerca dos conflitos pede para os Guarani tenham paciência até a chegada dos Inspectores do SPI.

³³⁴ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº8, encaminhado ao Diretor do SPI, José Maria de Paula**. 1 de setembro de 1945. p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1133. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1221 da pasta 5.

³³⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 4, encaminhado ao Diretor do SPI, José Maria de Paula**. 1 de maio de 1946. p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1280. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1410 da pasta 5.

³³⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal (outubro), encaminhado para o Diretor do SPI José Maria de Paula**. 1 de novembro de 1946. Microfilme 062. p. 2. Página 1433 da pasta 5.

Na folha de pagamento dos meses de janeiro à abril do ano de 1947 já era evidente o momento de transição³³⁷. Vidalvino Lourenço de Souza ainda assinava como encarregado, mas o nome de Flávio Toczek já aparecia na folha de pagamento como auxiliar de sertão. Como auxiliar de ensino já estava sua esposa Lídia Oliveira Souza. Pedro Rozario era quem trabalhava como aprendiz no Posto, também figurando como a liderança escolhida pelo Encarregado. A partir do mês de maio Flávio Toczek assume como encarregado definitivo do posto. Como trabalhadores a partir do mês de junho são contratados os irmãos de Flávio, Luiz Toczek e Lauro Toczek. Como aprendiz assume a liderança Kaingang Joaquim Fernandes, demonstrando uma mudança na representação da liderança Kaingang junto ao Posto. Joaquim Fernandes foi quem permaneceu mais tempo trabalhando junto ao Posto.

Através de ofício de nº 42 em 18 de maio de 1947, destinado ao chefe da IR7, Flávio Toczek informava que assumia o posto, mas, que estava precisando com urgência de instruções para proceder nos trabalhos, deixando explícito seu despreparo para a função:

Comunico-vos que recebi o Posto de ‘Rio das Cobras’, do snr. Vidalvino Lourenço de Souza, e peço que mande com urgência um Inspetor especializado, para organizar tudo o que seja necessario aqui neste Posto. Caso não venha, um Inspetor nestes dias aqui para organizar e me dar algumas instruções para que eu possa dirigir os destinos deste Posto, de ora em diante, não poderei funcionar aqui, e abandonarei o Posto com um prazo de 15 dias. Outrossim, não mandei os documentos necessarios por que não tenho dinheiro para adquirir. Peço desculpar a minha ouzadia, mas faço o que é preciso.³³⁸

Flávio Toczek era parente do então Inspetor da IR7 Deocleciano da Souza Nenê, enviando cartas para ele iniciando sempre com “prezado amigo e parente Nenê”. Por conta disso teria conseguido o cargo em Rio das Cobras, no qual trabalhou por alguns anos, deixando indícios de como se posicionava frente às incursões de colonos em terras indígenas.

As invasões não figuravam como um problema nas descrições de Flávio Toczek, para ele as pessoas dos povos Kaingang e Guarani estavam vivendo em harmonia com os confrontantes das terras, mantendo relações de “[...] amizade não só entre eles, como também com a vizinhança, e tem o maior amor ao trabalho, e procuram andar mais ou menos arrumados³³⁹”. Seu posicionamento mostra que se em outros anos a situação era de conflitos

³³⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de Pagamento do Pessoal em Serviço, janeiro e abril de 1947**. Microfilme 062, Fotograma 1410. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 10 pasta 4.

³³⁸ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 42/I encaminhado ao Chefe da IR7**. 18 de maio de 1947. Microfilme 062. Fotograma 1420. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 21 pasta 4.

³³⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual referente a 1949, encaminhado ao Diretor do SPI Modesto Donatini Dias da Cruz**. 31 de dezembro de 1949. P. 3. Microfilme 062, Fotograma 1571. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 188 pasta 4.

iminentes, na sua administração esses problemas não existiam. Entretanto, é possível encontrar indícios em meio aos seus relatos de que as investidas contra as terras indígenas não haviam acabado. Mesmo que Flávio Toczek não as visse como um grande problema a ser resolvido, as lideranças, principalmente as Guarani, continuavam pressionando-o.

Diante dos problemas, apenas se manifesta quando chegam até ele denúncias feitas contra a população Guarani e Kaingang através da Guarda Florestal de Iguazu. Posicionando-se contrário às investidas indígenas contra os colonos, no ofício de nº43 de julho de 1947, o encarregado apresentava o seguinte para o Chefe da IR7:

Comunico-vos que, recebi um Ofício No. 13/47, datado de 15 de julho de 1947, procedente da Guarda Florestal de Iguazu, 7ª Inspeção de Terras, comunicando-me que os Índios desta zona estão ultrapassando dos limites das terras que são concedidas a eles e estão assim dessa maneira prejudicando os ocupantes das terras do Estado, peço-vos mandar instruções como deverei fazer porque os Índios vem também com essas queixas, dizendo que os portugueses estão ocupando certas áreas pertencentes a eles.³⁴⁰

Ou seja, sua manifestação é feita apenas quando as denúncias partem contra a população indígena. Mas, sua preocupação não era com relação as reivindicações dos Guarani e Kaingang, o próprio termo utilizado por ele deixa evidente como se posicionava, entendendo que os povos indígenas estavam “[...] prejudicando os ocupantes das terras do Estado[...]”. Os embates territoriais não haviam terminado, pelo contrário, o número de invasores tinha aumentado e estavam se tornando cada vez mais comuns, mesmo em meio ao silenciamento feito pelos Encarregados do Posto.

Ainda no ofício enviado por Flávio Toczek, aparecem as marcas da paulatina retirada dos Guarani de suas terras. As reivindicações vinham novamente da liderança Guarani Verissimo Cordeiro, como consta no documento:

Outro: Recebi também uma carta do Capitão Verissimo v. Cordeiro (Guarani), pedindo-me que eu desse providencia porque diz ele que os portugueses estão apurando ele cada vez mais, e até estão desapropriando eles, eu de minha parte aconselhei que tivessem paciência até a chegada dos Inspectores até aqui que dai com certeza a inspetoria dará alguma solução sobre esses assuntos.³⁴¹

Convém salientar que uma das principais táticas de luta e resistência dos Guarani do Mato Queimado era através de cartas que eram enviadas diretamente ao encarregado do Posto

³⁴⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 43/2 encaminhado ao Chefe da IR7**. 18 de julho de 1947. Microfilme 062. Fotograma 1421. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 22 pasta 4.

³⁴¹ Idem.

ou ao chefe da IR7. Isso mostra que os Guarani, assim como os Kaingang, entendiam do processo de demarcação e com quem deveriam negociar as suas condições de demarcação e proteção. Mas quem escrevia as cartas? Era provável que alguém estava dando suporte para que as demandas dos Guarani fossem escritas em cartas e entregues aos representantes do SPI, uma vez que o domínio do português escrito era muito raro em meio às populações indígenas nesse período. São essas diversas táticas que possibilitam as formas de resistir às invasões.

A solução do Encarregado do Posto Flávio Toczek apresentada aos Guarani, frente ao cenário de enfrentamentos físicos, é que tivessem paciência. Deixa exposta a sua incapacidade de tomar alguma providência e explicita novamente sua inexperiência e despreparo. Se isentando da responsabilidade, seu relato é marcado pelo silêncio das disputas territoriais. Ao fim de sua administração as terras ainda não haviam sido demarcadas definitivamente. Deixou o Posto de Rio das Cobras no ano de 1952.

No dia 31 de dezembro de 1950 em ofício para o chefe da IR7, aparecem no quadro de funcionários, como estagiários, o casal Raul de Souza Bueno e Maria Leonor de Souza³⁴². Assumem como encarregado e auxiliar de ensino o Posto no ano de 1952³⁴³. Raul de Souza Bueno, diferente de Flávio Toczek, não era um encarregado inexperiente, pelo contrário, já havia trabalhado em outros Postos Indígenas, como em Marrecas, onde administrava uma grande quantidade de terras arrendadas. Maria Leonor de Souza Bueno assume o cargo de auxiliar de ensino dando continuidade aos trabalhos agrícolas na escola³⁴⁴.

³⁴² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 19 encaminhado ao Chefe da IR7**. 31 de dezembro de 1950. Microfilme 062. Fotograma 1686. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 328 pasta 4.

³⁴³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de Pagamento do Posto Indígena de “Rio das Cobras”, julho a dezembro de 1952**. Microfilme 062, Fotograma 1917. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 601 pasta 4.

³⁴⁴ Já nos anos 1960, sob administração de Raul de Souza Bueno, embora as aplicações fundamentais fossem as agrícolas, além dos ensinamentos pátrios, já eram evidenciadas algumas noções básicas de disciplinas escolares. Os relatórios feitos por Maria Leonor de Souza Bueno, auxiliar de ensino do SPI, seguiam as determinações do chamado Programa Educacional Indígena, desenvolvido especificamente para cada Posto. As informações referentes ao primeiro semestre de 1960 trazem a institucionalização dos Clubes Agrícolas como principal instrumento de formação dos alunos. O que fosse produzido pelos alunos era revertido para a merenda escolar, podendo, se houvesse excedente, ser comercializado. Maria Leonor de Souza Bueno e Raul de Souza Bueno, destacam o trabalho que os alunos realizavam na horta da escola e nos aprendizados agrícolas e de fruticultura, como previa o programa. A auxiliar de ensino descreve a ênfase na formação agrícola dos alunos, a qual, segundo ela, estava tomando todo o tempo gasto na escola: “[...] o tempo todo tem sido gasto com os trabalhos da horta, de um lado e de outro, com o ensino das matérias do programa”. As disciplinas aplicadas, segundo a auxiliar de ensino eram “Aritmética, português, noções elementares de Ciências e de Geografia e de História do Brasil.”. Seguindo as informações, os ensinamentos pátrios ainda figuravam como os objetivos do ensino: “Os escolares conhecem e respeitam a Bandeira Nacional e o Hino Pátrio. BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório das atividades da Escola do Posto Indígena “INTERVENTOR MANOEL RIBAS”**. 1º semestre de 1960. Fotograma 2737. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 7 pasta 1.)

Com as terras ainda não demarcadas a invasão era inevitável, mesmo todas as instâncias do SPI tendo conhecimento, nenhuma providência efetivamente foi tomada. O contexto político paranaense não se mostrava nada promissor para que a demarcação fosse concluída, e teria no final dos anos 1940 um marco das investidas contra as terras Guarani e Kaingang com o chamado Acordo Lupion.

2.4 O ÍNDIO REPRESENTA O TRISTE PAPEL DE MARISCO NA LUTA ENTRE O MAR E O ROCHEDO³⁴⁵: O ACORDO LUPION E A INTENSIFICAÇÃO DAS INVASÕES NAS TERRAS DE RIO DAS COBRAS

Uma das tentativas de desterritorialização colocadas em práticas pelo Estado do Paraná é conhecida como Acordo Lupion. No dia 12 do mês de maio de 1949 a União e o Estado do Paraná assinaram um termo que tinha como objetivo regularizar as áreas indígenas no Estado. O documento foi publicado no Diário Oficial no dia 18 de maio de 1949. A justificativa para a aprovação desse termo segundo o Ministro da Agricultura Daniel Serapião de Carvalho e o Governador do Estado do Paraná Moyses Lupion era “[...] considerando a situação irregular em que se encontram as terras devolutas reservadas pelo Estado, em diversas épocas, para o estabelecimento de tribos ou agrupamentos indígenas, [...]”³⁴⁶. A localização e demarcação das áreas ficaria à critério do SPI assim como consta no documento: “O Serviço de Proteção aos Índios determinará e localizará as áreas, compreendidas nas terras reservadas aos Índios pelo Govêrno do Estado do Paraná, a partir de 1900 [...]”³⁴⁷.

Com relação às normas de delimitação das áreas, a cláusula terceira do documento estabelece um padrão específico para calcular a extensão territorial a ser demarcada. A conta deveria ser feita com relação à população indígena em cada local. Assim, o tamanho da área seria estabelecido dependendo do número de famílias. As terras que entraram na proposta de redemarcação do Acordo Lupion foram: Apucarana, Queimadas, Ivaí, Faxinal, Rio das Cobras e Mangueirinha. Como consta no documento a delimitação ficaria da seguinte forma: “[...] como critério básico para respectivas extensões, a área de 100 (cem) hectares por família indígena de 5 (cinco) pessoas e mais 500 (quinhentos) hectares para a localização do Posto

³⁴⁵ Frase dita pelo então diretor Geral do SPI, José Maria Malcher em relação às disputas territoriais no Paraná, após o Acordo Lupion. BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta ao Ministro da Agricultura enviada por José Maria Malcher**. Microfilme 1ª, Fotograma 000227 - 000232, 22 de maio de 1951. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁴⁶ BRASIL. **Acordo de acordo entre o Estado do Paraná e a União**. In: Relatório Figueiredo. Vol. 18 página 4444.

³⁴⁷ Idem.

Indígena e suas dependências”³⁴⁸. Após fazer o cálculo, assim como consta no documento, as terras excedentes eram consideradas do Estado e deveriam servir para “[...] fins de colonização e localização de imigrantes.”³⁴⁹. A colonização e loteamento das áreas seria feita por uma empresa particular a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI).

É importante ressaltar, assim como já destacado por Novak³⁵⁰, que essas seis áreas indígenas foram demarcadas por decretos estaduais no início dos anos 1900, assinados pelo então governador do Estado do Paraná Francisco Xavier da Silva. Através do decreto nº 13.722 de 19 de janeiro de 1951 o Governo do Estado do Paraná revogou todos os decretos de posse de terras. Dentro dos termos do Acordo Lupion, as áreas perderiam a maioria da sua extensão. No caso de Rio das Cobras, por exemplo, a área passaria a ter apenas 3,870 hectares, o que representa uma enorme redução. A contagem da população também é duvidosa e poderia seguir padrões que excluíssem muitos indivíduos que estavam distantes do Posto. Em Rio das Cobras o número de pessoas consideradas era de 605 pessoas. As reduções propostas para as áreas ficaram assim estabelecidas:

Tabela 05 – Recortes de terras indígenas proposto pelo Acordo Lupion

Terras referentes aos P.I.	Decretos início de séc. XX	Acordo Lupion
Apucarana	68.536 hectares	6.300 hectares
Queimadas	22. 632 hectares	1.700 hectares
Ivaí	67.247 hectares	7.200 hectares
Mangueirinha	17.810 hectares	5.560 hectares
Faxinal	19.205 hectares	2.000 hectares
Rio das Cobras	12.858 hectares ³⁵¹	3.870 hectares

Fonte: Adaptado de NOVAK. Éder da Silva. MOTA, Lucio Tadeu. **A política Indigenista e os Territórios Indígenas no Paraná (1900-1950)**. Fronteira: Revista de História, Dourados-Ms, v.18, p. 76-97, jul./Dez. 2016. p. 90.

Assim, é possível perceber que as áreas sofreram enormes perdas, representando um ataque direto aos territórios e ao direito originário pela demarcação da terra. Além disso, na maioria dos casos, um número muito maior do que eram relatados pelos funcionários. Além da

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ Idem. p. 4445.

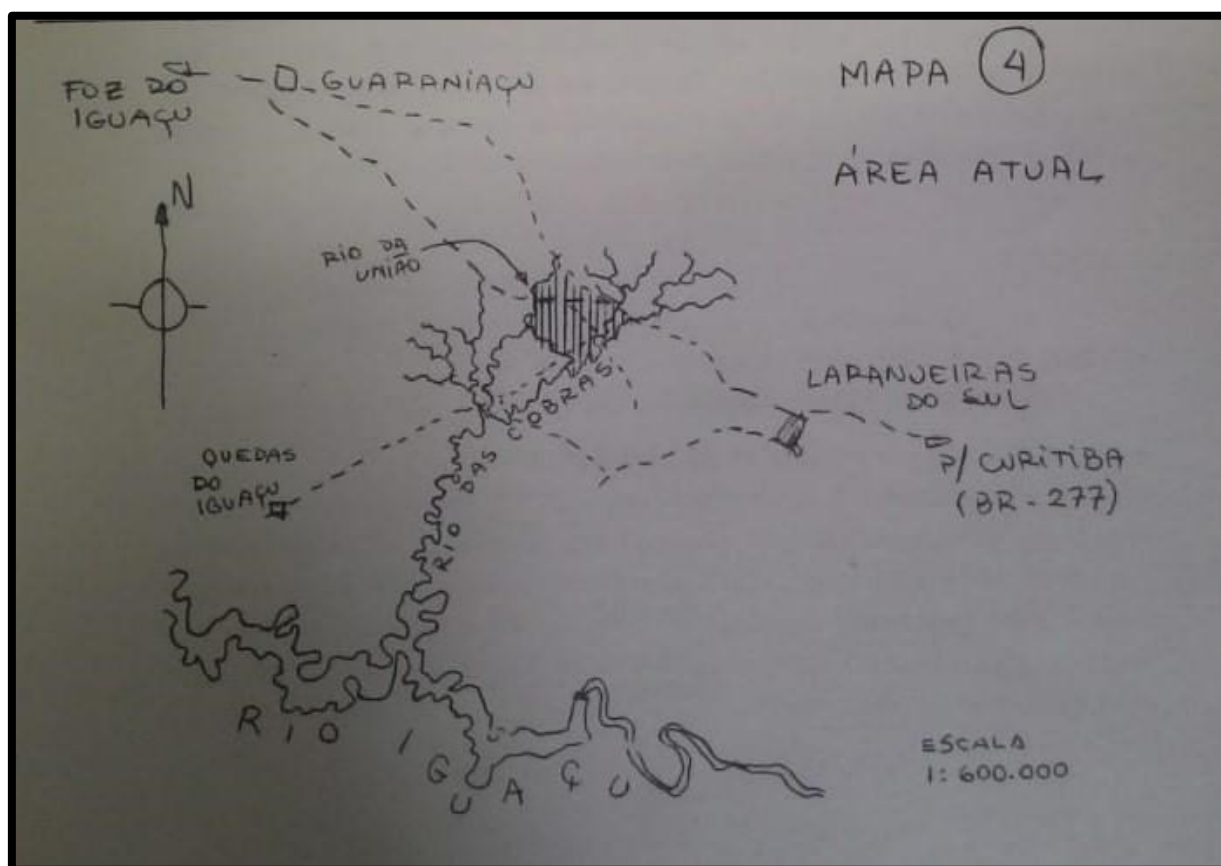
³⁵⁰ NOVAK. Éder da Silva. Os Kaingang e a Reestruturação do Território Indígena Apucarana (PR) no Século XX. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan-jul., 2018.

³⁵¹ Total calculado a partir do mapa apresentado por Sertório da Rosa. Neste número estão contabilizadas duas áreas, uma reservada através do Decreto de número 6 de 1901, que foi concedido pelo governador do Estado do Paraná, e outra realizada em 1913 através do SPI.

forte presença Guarani ser negligenciada por todos os anos de atuação do SPI em Rio das Cobras a população levada em conta era somente a que estava em contato com o Posto Indígena. Além disso, levando em consideração todos os documentos que foram apresentados aqui, a necessidade sempre foi de ampliação das terras, as reduções nas proporções propostas pelo Acordo Lupion fariam com que a maior parte da população Guarani e Kaingang, em Rio das Cobras fosse desterritorializada.

Segundo um mapa construído pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), é possível perceber que os limites descritos por Sertório da Rosa e destacados no início deste capítulo não foram respeitados. As terras que estavam acima dos limites do decreto nº 6 sempre foram de posse indígena, como descrita em grande parte da documentação dos Encarregados de Posto. Conforme representado no mapa desenhado por integrantes do CIMI-Sul:

Mapa 15 – Limites Propostos pelo Acordo Lupion 1949



Fonte: Conselho Indigenista Missionário. **Luta pela terra**. Pasta: BR.PR.00.4b. Arquivo CIMI. Brasília-DF

Convém salientar a diferença entre os limites. No mapa os limites abrangem apenas parte do que teria sido reservado pelo Decreto nº 6 de 1901. O recorte pretendido para a terra de Rio das Cobras não revogava apenas esse primeiro Decreto, mas não levava em consideração

a maior parte das terras delimitadas após os anos de 1913. O Acordo Lupion trazia uma série de irregularidades jurídicas para a sua aplicação, sendo considerada a Constituição Federal de 1946, e a garantia da posse inalienável das terras reservadas. A FPCI não realizou o loteamento em Rio das Cobras, as terras ficaram sob um limbo administrativo esperando a autorização dos trabalhos. Com a não aplicação dos recortes do Acordo Lupion em Rio das Cobras as terras ainda continuaram a ser consideradas como reservadas à população indígena, mas não demarcadas. Mais tarde levou a um loteamento feito por outra empresa, gerando duas colônias: Adelaide e Guarani. Volto a falar sobre o número de titulados e invasores no próximo capítulo. Essas tramas administrativas fomentaram a invisibilidade da entrada de não indígenas. Foram diversos os colonos vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul que se aventuraram em busca de melhores condições sob a névoa criada pelos planos políticos de colonização, que ocultavam as possíveis irregularidades cometidas.

As questões de terras indígenas no Estado do Paraná eram consideradas pelas elites políticas como um problema à exploração das terras e da colonização, principalmente à Oeste do Estado onde estava a maior concentração de terras consideradas devolutas, mas eram territórios tradicionais dos povos indígenas. No ano de 1951 o Diretor do SPI José Maria da Gama Malcher, enviou um documento ao Ministro da Agricultura referente ao repúdio do órgão frente às medidas que estavam sendo tomadas em projeto de Lei nº 245 de 1950. O projeto dispunha sobre a medição e registro das terras ocupadas pelos povos indígenas. Contudo os termos permitiriam o loteamento das terras, em uma tentativa de dar prosseguimento aos ditames do Acordo Lupion.

José Maria da Gama era favorável às ideias de Darcy Ribeiro quanto à manutenção das terras e das culturas indígenas, ainda afirma que o problema: “É a posse das terras, como já dissemos, que se processa no Estado do Paraná entre dois grupos, podemos dizer político-financeiros, no qual o índio representa o triste papel de marisco na luta entre o mar e o rochedo.”³⁵². É preciso destacar que existiam inúmeras divergências em pensamento e ações entre os funcionários do SPI, demonstrando que o órgão, como qualquer outra instituição, não é hegemônico, ou organizado de maneira estrutural condicionando as ações de todos os indivíduos.

Através do Parecer nº 582 a Consultoria Geral do Estado do Paraná no dia 7 de novembro de 1955, o advogado geral do Estado Newton de Souza e Silva, relata a situação do

³⁵² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta ao Ministro da Agricultura enviada por José Maria Malcher**. Microfilme 1ª, Fotograma 000227 - 000232, 22 de maio de 1951. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

acordo. Deixa no documento, também, o posicionamento do Estado e seus interesses sobre as terras de posse dos povos indígenas. Segundo o Advogado Geral do Estado do Paraná:

[...] devido ao nomadismo, os selvícolas são elementos negativos ao desenvolvimento da prosperidade material do Estado. Ceder-lhes mais terras, é contribuir para a devastação maior de nossas matas, subtraindo áreas úteis à lavoura racional, para converte-las em desertos improdutivos. Parece que o Governo já demonstrou solidariedade humana aos Aborígenes, cedendo-lhes espaços razoável para as suas exigências de conservação e crescimento, em atenção aos fatores psicológicos e históricos que informam o problema. Preservada a tradição de respeito às origens da nacionalidade, cumpre agora orientar a política agrária, no sentido de proteger o esforço pioneiro e estimular sua energia criadora de riquezas e esperanças no futuro promissor da terra paranaense.³⁵³

O posicionamento do governo do Estado do Paraná frente às terras indígenas era de redução máxima das áreas. Representados como prejudiciais para o desenvolvimento do Estado, suas terras eram consideradas desertos improdutivos em que dever-se-ia a todo custo inserir a agricultura e combater o trânsito das pessoas, fixando-os em pequenas propriedades. O estímulo à colonização proposto pelo Acordo Lupion vai ter influências diretas na demarcação das terras em Rio das Cobras, uma vez que deixou em suspenso a redução da área, assim como a demarcação total, não incorporando os limites até o rio Rio Bormann.

2.5 ENTRE GRILAGENS E INVASÕES: A ADMINISTRAÇÃO DE RAUL DE SOUZA BUENO

Como os planos do governo paranaense eram de que as áreas reservadas no início do século XX fossem revistas e reduzidas, as terras de Rio das Cobras foram colocadas em disputas. Nela estavam políticos, empresários, fazendeiros, madeireiros, grileiros, posseiros e os Guarani e Kaingang. O Governo do Estado do Paraná, ao destinar as terras para a colonização fez com que uma massa de agricultores pobres buscasse melhores condições de vida. Essa migração de pessoas para as terras dos povos indígenas em Rio das Cobras acirrou as disputas por espaço, cerceando a população indígena cada vez mais.

Neste cenário, colocado pelo Governo do Estado do Paraná, o SPI atuou sob a autorização de estimular a colonização das áreas, mesmo com a não aplicação definitiva dos limites territoriais dos termos do Acordo Lupion. Em Rio das Cobras, no ano de 1952, Raul de

³⁵³ BRASIL. **Acordo de acordo entre o Estado do Paraná e a União, Cláusula sétima.** Relatório Figueiredo. Pasta 18 página 4454.

Souza Bueno assumiu o Posto Indígena no qual permaneceu por 16 anos. Ele dá indícios de como as terras continuaram a ser invadidas sob o imbróglgio entre a redução ou demarcação das áreas reservadas no início do século XX.

Raul de Souza Bueno nasceu em 26 de janeiro de 1905 na cidade de Guarapuava-Paraná. Filho de Ernesto de Souza Bueno e Ana Marques de Medeiros. Raul era casado com Maria Leonor de Souza treze anos mais nova, nascida em 6 de abril de 1918. Leonor também nasceu em Guarapuava, filha de Serzelino de Souza e Silva e Maria de Oliveira Souza. No Natal de 1937, nasceu o filho do casal, Vivaldino de Souza Bueno. Raul de Souza Bueno tinha dois irmãos mais novos que considerava como seus braços direitos e confidentes. O irmão do meio, Lauro de Souza Bueno, nascido em 17 de novembro de 1917, e o caçula David de Souza Bueno, nascido em 14 de novembro de 1920. Raul além de ser o Encarregado do Posto, era o mais velho e exercia um papel de líder entre os irmãos.

No ano de 1955 especificamente no dia 18 de outubro, Raul de Souza Bueno mandou para o então chefe da Inspetoria regional, Dival José de Souza o ofício de nº 9/4. No ofício, o encarregado relata a ocorrência de medições de terras dentro da área reservada. Segundo ele, os envolvidos eram comerciantes nas proximidades do Rio Guarani, um deles também era vereador. Como consta no documento: [...] os Srs, que mandarão medir é o Snr. José Vieira, e Pedro Alves, comerciantes no Rio Guarani, é Vereador pelo partido do P.S.D. [...]” Sabendo das medições irregulares, através de uma denúncia de rádio, o encarregado afirma que foi até o local com o regimento do SPI em mãos. Nas suas palavras: “[...] mandei ler o art, 12 a letra f) o agrimensor acho que eu tinha razão, e que não continuava a medir, ia falar com o Dr. Leão, que fosse intender-se com a Inspetoria de terra de Índios”³⁵⁴.

A população não indígena estava crescendo, os projetos de colonização empregados nos três Estados do Sul fizeram com que muitos indígenas aceitassem sair de suas terras e buscar proteção nas proximidades dos Postos o que aumentou a contagem de pessoas assistidas. Como exemplo, a população indígena de Rio das Cobras teve um aumento nos registros de Raul de Souza Bueno. No relatório anual de 1955 ele registra 794 pessoas, sendo 583 Kaingang e 211 Guarani³⁵⁵. Geralmente não separa a contagem pela etnia, com exceção de alguns relatórios anuais. No censo feito por Raul no ano de 1959 representava uma população de 570 Kaingang, contando com adultos e crianças, e 232 Guarani, somando um total de 802 pessoas assistidas

³⁵⁴BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 9/4, encaminhado ao Chefe da IR7**. 18 de outubro de 1955. Fotograma 0233. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁵⁵BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Resumo do relatório Geral do P.I.N. de Rio das Cobras**. 30 de dezembro de 1955. Microfilme 063. Fotograma 0237. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

pelo Posto³⁵⁶. A população indígena ainda vai ter um aumento em suas contagens ao final de sua administração, chegando a 870 pessoas.

Em Rio das Cobras o arrendamento de terras era proibido, como acontecia em outros Postos Indígenas, já destacado por Clovis Antonio Brighenti³⁵⁷ no Posto Indígena de Xapecó e Éder da Silva Novak³⁵⁸ no Posto de Apucarana. Por conta disso, eram diversas as denúncias feitas de arrendamentos e vendas ilegais de terras. Com a demarcação sob suspensão os arrendamentos não poderiam ser feitos e segundo a legislação do SPI deveriam ser combatidos pelo Encarregado do Posto.

Em 1957, Raul de Souza Bueno volta a relatar para ao Chefe da IR7 a venda ilegal de títulos de terra. No dia 17 de junho de 1957 manda um ofício falando das questões referentes às acusações de arrendamentos feitos, inclusive com a ajuda do prefeito de Laranjeiras do Sul e o Deputado Estadual Natél de Camargo. Raul se isenta da culpa novamente afirmando que:

[...] quanto a arrendamento de terra aqui não existe, falei com os Fausto, e espiqueei a carta que tinha chegado a essa chefia, ai eles me derão uma declaração por escrita, que vai junto, é mais um documento para nos, foi o Deputado Alcindo Natél de Camargo, e o Prefeito de Laranjeiras do Sul, o Snr. Arival Natél de Camargo, que fiserão requerimento para o Snr. Euclides Fausto, e outros irmãos, de mesmo, isto tudo a margem esquerda do rio União, informando para essas pessoas que ali não ficaria para índios³⁵⁹.

Os ditos irmãos Fausto tinham conseguido um documento que atestaria a autorização para as terras serem ocupadas e lavradas, protocolo que foi concedido através da família de políticos Natél de Camargo, o caso é representativo de como as elites locais estavam fazendo a venda das terras indígenas e titulando-as ilegalmente. Os requerimentos de terras que estavam sendo vendidos pelos políticos estavam na margem direita do Rio União, por conta disso atestavam que aquela área não ficaria para os povos indígenas, uma vez que estavam sob os cortes propostos no Acordo Lupion.

No entanto, não só as terras que estavam no lado direito do Rio União foram objeto de grilagem, as áreas que estavam do lado esquerdo também foram alvo. Ainda segundo o ofício apresentado, teria o arrendatário Antonio Thiel, conseguido com Arival Natél de Camargo, [...]

³⁵⁶ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Censo Indígena, Rio das Cobras**. 8 de janeiro de 1959. Microfilme 063. Fotograma 0718. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁵⁷ BRIGHENTI, Clovis Antonio. Op cit, 2012.

³⁵⁸ NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do Apucarana, o órgão indigenista e a usina hidroelétrica do Apucarantina**. Tese de Doutorado. Dourados, MS: UFGD, 2017.

³⁵⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 6, encaminhado ao Chefe da IR7**. 17 de junho de 1957. Fotograma 0486. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 4 pasta 2.

100 Ectares de terra na margem direita do rio das Cobras, dentro da área dos índios [...] esses homen é que cria esses casos, para dificultar a marcha do nosso serviço e o bom funcionamento.”³⁶⁰

O caso de Euclides Fausto e Alberto Fausto, a que se refere Raul de Souza Bueno, fica mais fácil de ser compreendido se acessarmos as informações que os irmãos Fausto teriam prestado, através de carta, ao Chefe da IR7. Nas declarações prestadas, com data de 14 de junho de 1957, é possível, também, ler algumas pistas sobre o controle que o Encarregado do Posto tinha sobre as atividades que ocorriam nas terras de Rio das Cobras. Segundo consta na documentação:

[...] Fomos convidado pelo Snr. Raul de Souza Bueno, Encarregado do Posto Indígena Rio das Cobras, situado neste Município de Laranjeira do Sul, Estado do Paraná, para que nos desse uma chegada na sede deste Posto, as 2 Horas do dia 14 do corrente mês ano, chegamos no referido Posto, ai o Snr. Raul de Souza Bueno, passou se nos contar que tinha recebido comonicações por intermedio da estação de radio da I.R.7 do S.P.I. do Snr. Chefe, que tinha recebido do Snr. Babinóte, uma carta cuja carta entregue pelo Snr. Alcindo Natél de Camargo, dizendo que os fausto, tinham a renda do 30 alqueires da terra para fazer roças na margem esquerda do rio União; Defato, temos ali, 20 alqueires mais ou menos, mas não arrendemos de ninguem, fisemos porque temos requerimentos, ali naquela localidade, foi feito requerimento por intermedio do Snr. Alcindo Natél de Camargo, e pelo Snr. Arivel Natél de Camargo, o qual temos o protocolo em nosso poder, fomos informado pelos mesmos que fiserão os requerimento que ali naquele locar, não ficava para índios, mas isso não importa, caso de fechem a área de terra dos índio e ai ficar para eles, nos não pomos duvida, so aproveitamos a roça e se a retiramos, acrecento ainda que moramos a margem direita do rio União, a mais de 10 anos, e sempre trabalhamos com os índios despois que entrou o Snr. Raul de Souza Bueno, é fiscalizado os trabalhos dos índios, assim como o pagamento é feito na presença do Snr. Raul, não tendo mas o que informar damos por inserrada esta nossa entrevista, que vai por nos assinada.³⁶¹

Na declaração dos irmãos fica evidente que não se tinha certeza da posse daquelas terras. Não tinham títulos, apenas requerimentos vendidos por políticos locais que viam nas brechas jurídicas a possibilidade de lucrar. Se dispuseram a sair da área por que haviam chegado recentemente, há cerca de 10 anos, e moravam à margem direita do referido Rio União, em área reservada. Tinham pleno conhecimento de que as terras eram habitadas a muito tempo. Com a instalação de suas roças os indígenas começaram a trabalhar para os colonos como possibilidade de sobreviver, além dos inúmeros conflitos essas relações vão ser estabelecidas de maneiras diversas, que tanto rendem embates físicos como compadrios e amizades.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Declarações de Alberto Fausto e Euclides Fausto, encaminhado ao Chefe da IR7.** 14 de junho de 1957. Fotografia 0487. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 5 pasta 2.

Alguns anos mais tarde, o assunto de supostos arrendamentos voltam a aparecer nos documentos do SPI. No dia 09 outubro de 1962 foi publicado um memorando, circular de nº 80, pela diretoria do SPI e foi enviado para todos os postos indígenas jurisdicionados pela IR7. O objetivo do circular era fazer um levantamento dos arrendamentos feitos dentro das áreas delimitadas para os indígenas. Este documento foi enviado para Raul de Souza Bueno com o objetivo de que prestasse informações sobre os arrendamentos, devido a série de denúncias que a IR7 estava recebendo das lideranças indígenas. Desse modo, o encarregado deveria responder com urgência sobre todos os dados contendo número de arrendatários, o preço e quantidade das áreas arrendadas.

Na sua resposta argumenta que não existiam arrendamentos, mas afirma que tinha conhecimento de que existiam roças feitas por não indígenas dentro da área reservada, assim como relatado no caso dos irmãos Fausto. Raul de Souza Bueno, responde ao Inspetor da IR7 Fernando Campelo Duarte no dia 19 de outubro de 1962:

Acuso o recebimento do Memorando Circular nº 80, de 9/10/1962 o qual pede informações quais áreas arrendadas deste Posto, informo que neste Pôsto Interventor Manoel Ribas, situado no Município de Laranjeiras do Sul, Distrito Vila nova Laranjeiras, não existe área arrendada a ninguém, existe pessoas que trabalham na área reservada para os índios, mais não pagam renda, por motivo da não ser terreno legalizado para os índios.³⁶²

O envio do documento foi relatado posteriormente ao Chefe da IR7 no dia 27 de outubro de 1962³⁶³, quando Fernando Campelo Chefe, substituto da Inspetoria 5-F, enviou um telegrama e em anexo as respostas de Raul de Souza Bueno. Em ofício de Fernando Campelo Duarte para o Chefe da IR7, o inspetor relata que as dificuldades na administração de Raul de Souza Bueno eram devido à grande quantidade de indígenas que estavam com suas terras sem serem regularizadas. Repassando as informações prestadas pelo encarregado, afirma que a população total entre Guarani e Kaingang teve um considerável aumento nas contagens, o número era de “[...] 870 (oitocentos e setenta) índios, sem a terra legalizada e onde ainda agora os elementos lá intrusados, ao que se presume com o apoio velado de políticos inescrupulosos, vêm causando grande mal estar à população indígena [...]”³⁶⁴. Pensando que o processo de

³⁶² BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 5/62, encaminhado ao Chefe da IR7 pelo Inspetor Fernando Campelo Duarte**. 19 de outubro de 1962. Microfilme 062, Fotograma: 2663. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁶³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 627/62, encaminhado ao Chefe da IR7 pelo Inspetor Fernando Campelo Duarte**. 27 de outubro de 1962. Fotograma 2662. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

³⁶⁴ Idem. Página 11.

redução das terras seria instaurado e que os indígenas perderiam a posse daquele espaço, as elites locais e colonos se apossaram dos terrenos sem receio de irregularidades.

As terras dos referidos 870 Guarani e Kaingang estavam dentro dos antigos limites revogados pelo Governo Lupion. Assim, a proposta do Governo do Estado do Paraná tem efeitos diretos nas práticas exercidas por Raul de Souza Bueno, que em vários momentos se isenta da culpa da entrada de não indígenas afirmando não fazerem parte das terras reservadas. A presença de não indígenas foi também incentivada após o Acordo Lupion, despertando o interesse das elites locais, políticos e empresários, que buscavam jogar posseiros contra indígenas como uma estratégia de colonização e exploração dos recursos naturais. Assim, os únicos limites que estavam sendo minimamente assegurados eram aqueles que estavam nas imediações do Posto Indígena.

No dia 10 de novembro, pouco menos de um mês depois, mais uma vez Raul de Souza Bueno envia ofício para o então chefe da IR7 onde relatava ter ciência de casos de grilagem dentro dos limites reservados:

Respondendo telegrama nº 157-7-11-62. Teve ocasião de Snr. Ivo Badott, me falar que ia até ai essa Chefia afim de ver se conseguia corte de pinheiros dentro da área reservada para os índios, eu falei a ele que era muito difícil, e me falou que o Snr. Parailio Robeiro, morador em Ponta Grossa, avia ofertado um titulo de terra para ele, que vem querendo localizar na área reservada para os índios, justamente onde existe pinheiros, o Snr. Junival Iogblod, vendeu uma posse de terra para o Dr. Ermes, adeogado em Laranjeiras do Sul, por preço de Cr\$ 600.000,00 disendo que tem grande números de pinheiros, e na verdade não tem nada, confronta com área dos índios, ele vendeu com intenções de entrar no terreno dos índios. No momento é só que tem em meu conhecimento³⁶⁵.

Os imbróglis deixados pelo Acordo Lupion fizeram com que o processo de demarcação das terras fosse negligenciado. Assim, as delimitações dos mais de 12 mil hectares de terra no início dos trabalhos do SPI, ficaria esquecido pelo Estado e por seus encarregados após meados dos anos 1940. Em meio a todas essas incertezas, instabilidades e grilagens os confrontos físicos começam a tomar proporções maiores.

Raul de Souza Bueno também foi o responsável por transferir os Guarani do Mato Queimado para a aldeia Pinhal, dentro dos limites da demarcação para os Kaingang em 1913, onde anos depois os Guarani também sofreriam com as investidas das invasões. A lembrança dos mais velhos Guarani, nascidos no Mato Queimado, revelam que a transferência foi feita por

³⁶⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 7, encaminhado ao Chefe da IR7, Inspetor Fernando Campelo Duarte**. 10 de novembro de 1962. Fotograma 2336. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

conta de uma série de problemas de saúde, de alimentação, de invasão e da morte de seus *Xamoi*, mas dizem não ter certeza do motivo real pelo qual foram retirados.

Quando perguntado quem os transferiu, o Xamoi Marcolino Pires de Lima relembra: “[...] foi o Raul de Souza Bueno [...]”³⁶⁶. Assim, foram transferidos pelo então encarregado de Posto sem justificativa aparente. Nas entrevistas com os Guarani, eles são unânimes em desconfiar que a retirada de suas famílias do Mato Queimado era devido à escassez de assistência, mas, principalmente pela possibilidade de as terras serem vendidas para particulares. Assim, o mais provável é que pelos possíveis conflitos e entrada de intrusos, foram então transferidos para terras mais próximas ao Posto, onde fundaram a aldeia conhecida até hoje como Pinhal.

Ao final do ano de 1962, através do ofício de nº 343 de 22 de dezembro, o então chefe da IR7 Dival José de Souza, deixa explícito seu conhecimento dos conflitos que as invasões das terras estavam proporcionando. O serviço de rádio do posto não estava funcionando, e as informações eram trocadas ou via telegramas ou pessoalmente, por isso, no dia 21 de dezembro David de Souza Bueno foi até Curitiba para levar a informação de um conflito entre indígenas e posseiros, no qual pessoas haviam sido seriamente feridas.

Ao ter conhecimento dos conflitos o Chefe da IR7, disse o seguinte:

Comunico-vos que esta Chefia tomou conhecimento, em data de 21 do corrente, do conflito que se deu na área indígena dêsse Pôsto, entre índios e civilizados, conforme consta no vosso telegrama nº 14, de 20/12/62.

Na mesma data do recebimento do supracitado telegrama, ou seja a noite, fui procurado pelo funcionário Sr. David de Souza Bueno, com exercício nesse Pôsto, que veio incumbido por essa Administração de narrar pessoalmente os lamentáveis fatos que aí ocorreram, ficando, assim bem a par dos acontecimentos.

Nestas condições, tenho absoluta certeza de que, em vossa condição de funcionário antigo e cumpridor de vossos deveres, estais capacitado de levar a bom termo a elucidação dessas ocorrências, o que deveis fazer em ação conjunta com as autoridades locais.

Ficais autorizado a contratar advogado, caso verifiqueis maior necessidade, com o objetivo de acompanhar processo criminal, por ventura a ser instaurado contra algum índio.

Outrossim, deveis envidar todos os esforço junto aos nossos tutelados índios, afim de que venha reinar tranquilidade, tanto no seio da comunidade dos mesmos, como no meio civilizado.

Quanto aos índios que estão feridos, recomendo-vos serem internados em Hospital da região. [...]”³⁶⁷.

³⁶⁶ PIRES DE LIMA. Marcolino. Op. cit. 2020.

³⁶⁷ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 343, Do Chefe da IR7 ao Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas**. 22 de dezembro de 1962. Microfilme 062, Fotograma 2353. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

O conflito teve consequências graves, tanto indígenas quanto posseiros ficaram feridos a ponto de serem internados. O que se apresenta aqui é um contexto de extrema instabilidade, as vítimas são resultado do longo processo colonial pelo qual passaram, que em uma situação de extremo controle e pressão territorial faziam frente aos posseiros. No documento ainda as declarações de Dival José de Souza creditam calma e confiança no trabalho de Raul de Souza Bueno, deixando todas as responsabilidades nas suas mãos.

O caso relatado pelo chefe da IR7 no final do ano de 1962 teve repercussões na imprensa, deixando indícios do contexto em que o embate teria ocorrido. Entretanto, diferente de Dival José de Souza, que colocou toda sua confiança nas decisões do encarregado de Rio das Cobras, o jornal destaca a sua figura como o principal causador dos conflitos e das grilagens de terra que o próprio Encarregado relatava.

No dia 08 de janeiro de 1963 o jornal Última Hora, publica uma notícia, com o título “Índios Insuflados por Grileiros levam o Panico aos posseiros de laranjeiras”. Segundo o jornal, o principal responsável era o encarregado de posto Raul de Souza Bueno. Na introdução da notícia consta o seguinte: “Graves denúncias foram formuladas por colonos de Laranjeiras do Sul contra Raul de Souza Bueno, chefe do Posto dos Índios do Rio das Cobras, que estaria incitando os índios a invasões contra suas propriedades, com o objetivo de criar um clima de pavor na população rural para poder tirar proveito com grilagens.”³⁶⁸

As informações do periódico desconsideram a atuação dos próprios indígenas e responsabiliza o encarregado pelos ataques contra os posseiros:

Este homem é conhecido como martirizador de índios com tronco, explorando-os fortemente. Para defender-se dessa situação, os colonos de Jacutinga e de toda Colonia Adelaide reuniram-se para prevenir novos ataques, podendo agravar-se a situação, com a chacina dos índios, incrementada por interessados em conflitos que venham a possibilitar a grilagem de terras da região³⁶⁹.

[...] Como resultado das incursões dos silvícolas, varias famílias de posseiros demandaram as matas em busca de segurança. Os indígenas, insuflados por terceiros, diziam estar procurando Augusto Josefi, que estaria ocupando as terras que lhes pertencem: Igualmente fizeram acusações a Junival Iunguelload, Donato Lima de Farias, cujas famílias se internaram no mato para fugir à iminente agressão.³⁷⁰

Mas, por que o periódico se referiu a Raul de Souza Bueno como martirizador e explorador de indígenas? E por que o Chefe da IR7 Dival José de Souza se omitia nos casos de

³⁶⁸ JORNAL ÚLTIMA HORA. **Terça feira, 08 de janeiro de 1963**. Acervo digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 12/07/2018.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Idem.

conflito? Durante as pesquisas para tentar compreender melhor a administração de Raul de Souza Bueno, ao longo de 16 anos em Rio das Cobras, conta várias denúncias que merecem ser destacadas aqui. Nas páginas do chamado Relatório Figueiredo o caso em questão figura como um dos mais sérios. Para discutir o próximo tópico e tentar responder essa pergunta, utilizo as denúncias contidas no Relatório Figueiredo e que envolvem a administração de Raul de Souza Bueno.

A não regularização das terras já reservadas nos documentos de 1901 e 1913, devido aos interesses políticos, abriu precedentes para que aos poucos as áreas fossem sendo tomadas por posseiros e pelas elites locais. O contexto de agravamento das invasões toma proporções maiores com os planos de redução e colonização das terras, proposto pelo Acordo Lupion, juntamente com a omissão do Estado através do SPI e seus funcionários. Diante deste cenário, a justificativa de Raul de Souza Bueno sempre foi de que não havia ilegalidades, pois as terras, segundo ele, só estavam reservadas e não regularizadas, o que o isentaria da responsabilidade de zelar por elas até que o processo de registro fosse terminado.

Mas, para além de perceber como a demarcação definitiva das terras foi negligenciada através da aplicação dos planos de colonização do Estado do Paraná e dos funcionários do SPI, é preciso destacar alguns pontos fundamentais para compreender as tentativas de domínio das pessoas e do território. Por isso, lanço mão do Relatório Figueiredo para discutir alguns aspectos do controle exercido pelo SPI sobre os corpos e as terras.

2.6 CONTROLE E PUNIÇÃO: O RELATÓRIO FIGUEIREDO E AS VIOLÊNCIAS SOBRE A VIDA HUMANA

De acordo com Rubens Valente³⁷¹ o contexto gerado pela administração do SPI era de várias denúncias de crimes cometidos contra os povos indígenas. Tais crimes envolviam uma rede de pessoas que ia do mais alto ao mais baixo escalão de hierarquia do órgão. As denúncias, feitas em peso pela imprensa internacional e nacional, levaram à extinção do órgão em 1967 e sua substituição pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1969 conforme destacado por Antônio Carlos de Souza Lima³⁷².

³⁷¹ VALENTE, Op cit. 2017.

³⁷² LIMA, A. C. Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: Considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. *In*: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo; EdUFRJ/Marco Zero, 1987.

No ano de 1967, por conta do cenário causado pelas denúncias e pela extinção do órgão, além da criação da FUNAI, foi aberta uma Comissão de Inquérito pelo Ministro do Interior Gal. Albuquerque Lima, do qual o SPI fazia parte em seus últimos anos. Presidindo a comissão estava o procurador Jáder Figueiredo Correia. Passando por diferentes Postos Indígenas e coletando documentos oficiais e relatos orais dos funcionários e indígenas, a equipe da Comissão de Inquérito juntou um rol de fontes que possibilitaram demonstrar não só as disputas de poder, mas também os crimes cometidos por funcionários do SPI. A lista é extensa, esbulho de terra, trabalho escravo, grilagem, facilitação de arrendamentos, cárcere privado, torturas, venda ilegal de madeira, extermínio em massa, as atrocidades não paravam de surgir. Muitos povos foram completamente dizimados em frentes de colonização lideradas por funcionários do SPI.

Como afirma Elena Guimarães³⁷³, por ser um inquérito administrativo, o relatório, em resumo, servia para apurar os crimes cometidos apenas pelos funcionários ligados ao órgão oficial, o que deixou muitos outros indivíduos sem serem responsabilizados. Antes disso, segundo Rubens Valente³⁷⁴, entre os anos de 1956 e 1963 foram abertos cerca de 21 inquéritos para apurar diversos crimes cometidos nos Postos Indígenas, entre eles os que faziam parte da IR7. Essas denúncias e inquéritos foram retomadas pela equipe do Relatório Figueiredo, trazendo crimes que estavam ainda fora dos ditames da Ditadura Militar iniciada em 1964. Entre eles está o caso da Família Souza Bueno.

O relatório gerado em 1968 foi arquivado e esquecido, até ser descoberto pelo pesquisador Marcelo Zelic, no ano de 2012, nas pesquisas que culminaram na formação da Comissão da Verdade. O conjunto total do documento teve vinte e nove volumes recuperados com 6.869 páginas de extensão. Ao que se refere ao conteúdo dos volumes, do 1º ao 4º são compostos por documento de uma CPI implementada nos anos 1963 que traz diversas informações acerca de casos que ocorreram ainda antes da Ditadura Militar brasileira. O conteúdo dos volumes do 5º ao 20º são os termos de inquirição e outros documentos que foram produzidos durante os trabalhos realizados pela Comissão de Inquérito que levou ao relatório final. Especificamente no vigésimo volume está o relatório final que foi redigido pelo procurador Jader Figueiredo, por isso então a denominação³⁷⁵. A relação das pessoas

³⁷³ GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias**. 2015. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

³⁷⁴ VALENTE, Op cit. 2017.

³⁷⁵ GUIMARÃES, Op cit, p.27.

consideradas infratores, assim como os crimes por elas cometidos, foi encaminhada via relatório ao Ministro do Interior, com o objetivo de que essas pessoas fossem, então, indiciadas. Tendo em consideração os anos em que o relatório teria desaparecido, queimado como se pensava, posso considerar que os interesses da Ditadura Militar eram, evidentemente, contrários à divulgação dos processos que foram instaurados contra os funcionários do SPI.

2.6.1 Das acusações e depoimentos

O processo reuniu vários depoimentos para averiguar os casos, a sua maioria de funcionários do SPI. No caso envolvendo Rio das Cobras os depoentes são Samuel Brasil, Candido Lemes dos Santos e Vivaldino Lourenço de Souza.

Samuel Brasil havia trabalhado como enfermeiro em Rio das Cobras, na administração de Vivaldino Lourenço de Souza, teve com o Encarregado de Posto um conflito de interesses e foi transferido. Voltou a trabalhar em Rio das Cobras como Encarregado de Posto depois da administração de Raul de Souza Bueno. Candido Lemes dos Santos era também funcionário de SPI e assumiu por curto período como Encarregado depois da administração de Raul de Souza Bueno. Foi também um dos indiciados exonerados do SPI após o Relatório Figueiredo. Por fim, foi também acusado Vivaldino Lourenço de Souza, que era funcionário de confiança de Dival José de Souza. Dessa maneira, com um rol variado de depoentes, impressiona a repetição das acusações feitas contra a administração de Raul de Souza Bueno.

Era acusado de tortura junto com seus irmãos David de Souza Bueno, Lauro de Souza Bueno e seu filho Vivaldino de Souza Bueno. Além disso, como consta no inquérito, mantinha sob sua subordinação direta a professora Maria Leonor Bueno, sua esposa. Consta também que Raul exercia relações de trabalho escravo através de trocas de serviços com Victor Minas Tolher Carneiro e João Garcia de Lima, além de cárcere privado e enriquecimento ilícito. As mesmas denúncias se estendiam para seus irmãos e seu filho.³⁷⁶

Segundo o depoimento de Samuel Brasil para a Comissão de Inquérito:

[...] na Administração de DIVAL era Chefe do Posto MANOEL RIBAS o funcionário RAUL DE SOUZA BUENO, péssimo elemento, torturador de índios; que o depoente ao substituir RAUL BUENO na chefia soube das torturas e horrores praticados pelo mesmo contra as pessoas dos índios; que essas atrocidades eram praticadas, também, por familiares dele, funcionários que eram ou são ainda do SPI; que tais celerados são os indivíduos o ENFERMEIRO DAVID DE SOUZA BUENO, O TRABALHADOR LAURO DE SOUZA BUENO, o TRABALHADOR VIVALDINO DE SOUZA

³⁷⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 20 página 4952.

BUENO; e além desses parentes, RAUL BUENO mantinha irregularmente sob sua subordinação direta sua esposa, a professora LEONOR BUENO. [...]

Com toda família sendo acusada, destaca-se também a figura de Maria Leonor de Souza Bueno que é entendida como uma subordinada direta de Raul. A professora é representada como submissa às ordens e comandos do encarregado. As denúncias também relacionavam os crimes ao Chefe da IR7, Dival José de Souza, assim como consta no item 3 do inquérito: “Tinha ciência das torturas dos índios, infligidas pelos irmãos Bueno e nunca tomou providência, mesmo tendo sido feito apelo pelos índios”³⁷⁷.

As ligações políticas dentro do órgão de assistência conduziam às práticas nos Postos, formando grupos por proximidade e confiança. A hegemonia na condução do órgão tornou-se objeto de disputa. A existência desses grupos que disputavam o poder na condução da chefia da Inspetoria Regional e dos Postos Indígenas, foi fundamental para a manutenção de Raul de Souza Bueno em Rio das Cobras. Como muitas das grades de funcionários eram preenchidas através de indicações feitas por níveis de proximidade, consanguinidade e/ou confiança, isso facilitou a formação de alianças dentro do SPI. Entre elas, estava a liderada por Dival José de Souza, da qual Raul de Souza Bueno teria feito parte. Essas ligações foram demonstradas também na pesquisa do historiador Felipe de Oliveira Uba³⁷⁸. Suas análises mostram grupos de alianças envolvidos em caso de corrupção e roubos.

Samuel Brasil, ouvido no dia 4 de novembro de 1967, afirmava:

[...] que a mais de 15 anos é servidor do SPI; que durante este período de tempo chefiou os Postos de Barão de Antonina, Telemaco Borba, Manoel Ribas, Nonoai, e Chefiou, em Substituição, a IR7, durante um período de um mês e dias; que, de modo geral, existe na 7ª Inspeção, digo, Inspetoria um conluio da maioria dos funcionários com fins excusos chefiado por DIVAL JOSE DE SOUZA e SEBASTIÃO LUCENA; que DIVAL é o mentor intelectual e o líder incontestável dessa “sociedade” porém governa os chefes de postos com requintes de malícia a ponto de ter códigos secretos diferente para cada um, impedido, portanto, que todos saibam das negociatas feitas por DIVAL e um determinado chefe de PÓSTO; que julga possuir em sua casa um desses códigos e promete, digo, oferece à Comissão para instituir o presente inquérito; que aconselha à Comissão inquirir sobre o assunto o radio-telagrafista da Inspetoria e VIVALDINO DE SOUZA, além dos outros funcionários; [...]

³⁷⁷ Idem. Vol. 20, página 4932.

³⁷⁸ UBA, Felipe de Oliveira. **RELAÇÕES POLÍTICAS E CORRUPÇÃO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS AO RAIAR DO REGIME MILITAR (1963-1967)**. dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Essa chamada “sociedade”, chefiada por Dival José de Souza, converge com as outras testemunhas. As denúncias colocam o então Chefe da IR7 como o líder intelectual de um grupo criminoso, que tinha total conhecimento do que ocorria nos Postos Indígenas e orquestrava uma série de práticas ilícitas. Tinha uma estrutura que partia de um líder e suas ordens eram distribuídas por mensagens secretas para seus imediatos de confiança: os Encarregados de Postos. Esses, por sua vez, tinham seus subordinados que faziam o controle da população.

A descrição chama a atenção para uma organização e comunicação através de códigos secretos, diferentes para cada Encarregado de Posto. Teriam estabelecido uma série de chaves específicas para cada um, com o objetivo de fazer a comunicação interna e velada. Dival José de Souza era acusado no Relatório Figueiredo de criar tais códigos para tratar das questões financeiras principalmente em relação ao corte e venda de pinheiros e ao arrendamento de terras. Vivaldino de Souza confessou em seu depoimento [...] que elaborou dois códigos com DIVAL JOSÉ DE SOUZA, sendo um para o POSTO CACIQUE CAPANEMA e outro que não recorda no momento; que as mensagens cifradas eram elaboradas no gabinete da Chefia e transmitidas diretamente aos chefes de posto pela fonia³⁷⁹. Vivaldino de Souza descreve para a Comissão de Inquérito um exemplo de como seria a codificação feita por Dival José de Souza³⁸⁰ e como eram criadas chaves específicas para cada Encarregado de Posto.

Mesmo tendo vários números aleatórios nos telegramas enviados por Raul de Souza Bueno para o Chefe da IR7, o trabalho de decodificar essas fontes atualmente é impossível sem ter em mãos as chaves. O que é possível inferir é que existia uma comunicação entre Raul de Souza Bueno e Dival José de Souza, dada a grande quantidade de telegramas trocados, que Dival sabia das práticas de Raul, que eram parentes e amigos, que se correspondiam por cartas pessoais e que faziam parte do mesmo grupo, agindo em conjunto, tendo ciência e consonância nas suas práticas.

Após a instauração do Inquérito e da intimação dos acusados, foram apresentadas as defesas pelos advogados. Ao final do processo foram demitidos aqueles que foram julgados culpados pelos crimes. Muitos dos processos não foram levados à frente ou apurados, deixando muitas pessoas impunes.

Em publicação do Diário Oficial, na terça-feira, dia 10 de setembro de 1968, foram demitidos os integrantes da família Souza Bueno. Não encontrei indício de que os processos criminais contra os Souza Bueno tenham sido levados à frente. No próximo tópico analiso

³⁷⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 9 página 1729.

³⁸⁰ Idem. p. 1910.

pontos centrais para compreender as atuações de Raul de Souza Bueno em um dos momentos mais cruciais das incursões de não indígenas em Rio das Cobras. O Relatório Figueiredo e os relatórios dos encarregados de Posto nos servem de fontes para compreender as denúncias feitas à administração de Raul de Souza Bueno.

2.6.2 O controle do espaço: os trabalhos para o Posto

As relações de poder entre o Encarregado de Posto e a comunidade indígena eram exercidas através de meios coercitivos, entre eles a vigilância figurava como fundamental. É nas inspeções minuciosas que se pretende controlar e disciplinar os corpos e controlar os espaços, é no controle do trabalho e no seu uso como mão de obra.

As práticas da imposição do controle do espaço e das pessoas, o uso da mão de obra indígena já vinha sendo destacada em todos os relatórios de Encarregados de Posto em Rio das Cobras. Contudo, as denúncias que figuram sobre Raul de Souza Bueno dizem respeito ao uso da mão de obra indígena como trabalho escravo, mantido através de um sistema de coerção e punição. Todos os depoentes destacaram uma série de irregularidades cometidas por Raul de Souza Bueno com essas características.

Retomando um relatório do ano de 1942 escrito por Francisco Krassuski é possível ver que as práticas de trabalho antes da instalação do Posto do SPI eram desenvolvidas principalmente através do trabalho coletivo. No relatório de número 5 de primeiro de dezembro, intitulado "Hábitos e costumes", deixa registrado sua representação das relações sociais estabelecidas pelas pessoas em Rio das Cobras. Nas suas palavras:

Geralmente os índios costumam fazerem suas roças por meio de mutirões (ajuntório como dizem eles), para depois à noite dansarem em frente de suas casas, no terreiro, debaixo de ramagem empovizada (empalizardó) mas sempre se divertem em bôa camaradagem e harmonia, a musica é violas e gaitas de 8 baixos, se chega ao dito baile um índio ou civilizado e quer dansar e não tem par, logo vem um índio trazendo-lhe o par para dansarem, passam a noite toda dansando normalmente. [...] Do milho fazem fubá farinha, quirera e cangica, para alimento, tudo fazem em monjolos de pé ou movido à agua. Em casa moram 3 à 5 familias, casinhas pequenas e baixas e sem divisão interna, não costumam fazer cercas em redor das casas, dormem em tabôas lascadas sem foro algum. Plantam milho, feijão, arroz, mandioca e batata doce, criam suínos e equinos.³⁸¹

³⁸¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942, encaminhado para o Chefe da IR7.** 15 de dezembro de 1942. Microfilme 062. p. 8. Página 800 da pasta 5.

A forma de trabalho descrita é comunitária, esses mutirões muito comuns pelos interiores do Brasil, se caracterizam pela forma que uma coletividade se organiza com base em um trabalho de reciprocidade. Esse sistema de trabalho coletivo é conhecido por vários nomes, utilizo aqui o termo ajuntório por ser esse o uso empregado pelos Kaingang de Rio das Cobras. Os bailes no final do dia de trabalho ajudavam a minimizar o cansaço. O principal era que todos se sentissem bem depois da jornada nos roçados. Francisco Krassuski descreve ainda uma variedade de alimentos que eram produzidos, utilizados para subsistência e para o comércio local como milho feijão, arroz, mandioca e batata doce, além de criarem suínos.

O ajuntório passa a ser utilizado pelos Encarregados de Posto para a produção do patrimônio indígena. Em muitos casos a mão de obra foi utilizada através de regimes de escravização, como no chamado Panelão analisado por Sandor Fernando Bringmann³⁸², no Posto Indígena de Nonoai e Xapecó, em que o trabalho coletivo dos indígenas era utilizado para as produções do Posto, o pagamento feito unicamente através de comida, servida em um enorme panelão. O pesquisador mostra ainda que essas relações coletivas foram sendo, paulatinamente, trocadas pelo trabalho assalariado e/ou forçado, principalmente através da necessidade econômica e da dependência instaurada pelo SPI, e a tentativa de transformação dos Postos da IR7 em núcleos independentes economicamente.

Para o controle da população e do trabalho, o combate ao nomadismo figurava, também, como um dos pressupostos básicos das atuações do SPI pelo Brasil. Era prática comum em todos os anos de atuação, principalmente no final dos anos 1940 em Rio das Cobras. A administração de Flávio Toczec é exemplo da forte repressão colocada ao trânsito das pessoas:

O quanto ao nomadismo ainda existe um pouco com tudo ser exigido de cada índio ao menos um alqueire de roça, proibindo aos mesmos irem a cidade sem permissão do Encarregado, com auxílio das autoridades, as quaes já a tempos estão cientes e nos prontificarem-se para combater taes costumes foi combinado na seguinte forma: Cada Índio deverá ser portador de uma permissão do Agente do Posto, para ir em logar determinado, com data de regresso, sob a pena de serem presos. Finalmente estamos fazendo tudo possível para completa extinção deste costumes.³⁸³

A obrigatoriedade para que a população Guarani e Kaingang acabasse com suas mobilidades e que se dedicasse à agricultura era mantida através de medidas de punição, e vigiadas através de um sistema de autorização que apenas o Encarregado de Posto poderia dar.

³⁸² BRINGMANN, Op cit.

³⁸³ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual referente a 1949, encaminhado ao Diretor do SPI Modesto Donatini Dias da Cruz**. 31 de dezembro de 1949. P. 3. Microfilme 062, Fotograma 1571. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 188 pasta 4.

Ao longo dos anos essas formas de controle permitiram alguns excessos. Recorrendo novamente ao Relatório Figueiredo é possível analisar um pouco do contexto de controle que teria sido instaurado em Rio das Cobras na década de 1960.

Em depoimento após sua demissão do SPI, também por irregularidades cometidas contra a patrimônio indígena, Candido Lemes dos Santos destacava que estava conformado com sua demissão do Serviço, mas que gostaria de citar o caso de Rio das Cobras, penúltimo Posto Indígena que teria passado como Encarregado:

Estou conformado com a minha demissão de serviço público federal, mas peço que, tudo seja para benefício do próprio índio que até então têm sido as maiores vítimas em benefício de servidores corruptos e massacradores de índios. Quero citar o que ocorreu no penúltimo Posto que fui encarregado no Rio das Cobras, este é, o Posto Indígena “INTERVENTOR MANOEL RIBAS”, situado no município de LARANJEIRAS DO SUL-Pr (neste Est.). Ali durante um período de dezesseis anos apoiados pelos chefes regionais que acabam de deixar recentemente a chefia desta Regional do Pr., permaneceu os irmãos e filhos da família de Souza Bueno, tendo como encarregado Raul de Souza Bueno, (Encarregado do dito Posto) todos conjunto armados de Revolver no cinto para aterrorizar os índios e deles tirarem proveito como aconteceu. Raul de Souza Bueno, ali chegou pobre e está hoje rico com a desgraça dos índios que ali estão morrendo TUBERCULOSOS alguns outros inválidos de judiaria.³⁸⁴

Candido Lemes dos Santos descreve a administração de Raul Souza Bueno como um regime ditatorial, com uso de violências para manter o controle. O cenário ilustrado no depoimento é de um espaço extremamente vigiado, onde ao longo de 16 anos foi instituído um regime de poder centralizado em Raul de Souza Bueno e distribuído entre os membros de sua família. O uso de “[...] Revólver no cinto para aterrorizar os índios [...]”³⁸⁵ soa como um alerta do que poderia acontecer com aqueles que desobedecessem. A coerção tinha por objetivo manter a autoridade sobre as pessoas, facilitar a gerência do espaço e, conseqüentemente, abrir a possibilidade de fazer uso do trabalho indígena.

No Relatório Figueiredo, os indícios dos trabalhos realizados por indígenas à mando de Raul de Souza Bueno aparecem nos autos em todos os depoentes. Contudo, antes disso, no inquérito consta um documento de denúncias feitas ao Sistema Nacional de Informação (SNI), por Parailho Ribeiro de Paula e Reneau Real. Essas informações podem ser encontradas em um telegrama, enviado no dia 10 de novembro de 1967 para a Chefia da IR7:

Para conhecimento dessa diretoria informo indivíduos Parailho Ribeiro de Paula et Reneau Real, residentes Rua Rio de Janeiro oito seis zero telefone um dois oito três

³⁸⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 18 página 4439.

³⁸⁵ Idem. Vol. 18 página 4439.

ponta grossa neste estado, apresentam denúncias contra o agente Raul de Souza Bueno e seu irmão de nome Janguito ao Serviço Nacional de Informações nesta capital onde afirmam mesmos servidores SPI estariam alugando índios para mão de obra desmatando e cortando pinheiros que estariam sendo vendidos a serraria Badotti localizada lugar denominado Rio das Cobras bem como grilagens da terra e transporte de índios para outro local procurando com isso apropriação indébita pinheiros pertencentes terra indígenas.³⁸⁶

Como reflexo da entrada cada vez maior de indústrias madeireiras nas terras indígenas de Rio das Cobras, as denúncias prestadas ao SNI evidenciam, também, a grilagem de terras e o corte e venda ilegal de pinheiros, prática facilitada pelo SPI através da transferência de indígenas para outros locais com fins de explorar a terra. Além do controle do espaço e do roubo das matas, as denúncias corroboram para pensar que o uso do trabalho indígena se dava em um sistema com elementos escravagistas.

A defesa apresentada pelo advogado dos integrantes da família Souza Bueno alegou que os trabalhos realizados para os não-indígenas já vinham sendo feitos por muitos anos e que Raul de Souza Bueno teria feito foi fiscalizar os trabalhos. O argumento apresentado pelo advogado, atesta o seguinte sobre as denúncias de trabalho escravo:

Sabido é que os índios, muitas vezes concordam em desempenharem funções fora de seus núcleos e o fazem mediante remuneração que lhes é paga, diretamente pelo contratante. Na região de Laranjeiras do Sul, muitos são os exemplos de índios que trabalham para terceiros, em derrubados de roças, sendo que os agentes dos postos, simplesmente, concedem permissões para tais tarefas, e o salário é estipulado de acordo com o observado na região. Isto não configura trabalho escravo dos índios. Esclareça-se que os índios já fizeram um selecionamento natural dos bons e maus patrões; daqueles que oferecem todas as condições em detrimento daqueles que não oferecem a devida atenção, pois o índio é extremamente sensível no retribuir a hospitalidade que lhe dispensam³⁸⁷.

O argumento de que os próprios indígenas já haviam feito uma seleção dos bons e maus patrões não se sustenta em um ambiente de relações de poder extremamente desfavoráveis para a população Guarani e Kaingang. É evidente que é preciso considerar que as relações sociais nesses ambientes de interação são feitas não apenas de forma conflitiva entre indígenas e não indígenas, elas se estendem para uma rede muito mais complexa que envolvia compadrio, casamentos e negociações. O fato de os indígenas estarem precisando trabalhar para os agricultores vizinhos, escancarava a situação de falta de terras e condições para que fossem feitas as suas roças para subsistência e suas formas de trabalho coletivo.

³⁸⁶ Idem. Vol. 18, p. 4438.

³⁸⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 22 página 5296.

O advogado da família Souza Bueno atesta sempre a falta de provas dos crimes cometidos, dizendo ainda que as denúncias feitas por Samuel Brasil, Vivaldino de Souza, Candido Lemes dos Santos, Parailho Ribeiro de Paula e Reneau Real eram apenas indícios e de que não havia nada material que comprovasse os crimes cometidos. Como consta nos autos do processo, segundo o advogado “[...] são meros indícios, sem prova, por mais frágil que seja, venha confirmar que o mesmo houvesse praticado qualquer dos atos que lhe são imputados.”³⁸⁸.

Contudo, as denúncias evidenciam que Raul de Souza Bueno regulava e lucrava com o trabalho indígena. Encontrei indícios do controle de pagamento feito em sua presença em apenas um dos seus relatórios, informação que ajuda a pensar como eram estabelecidas as relações de trabalho. Relembrando o caso dos irmãos Fausto, falando sobre arrendamento de terras, dão provas da fiscalização imposta pelo Encarregado do Posto, como declarado: “[...] depois que entrou o Snr. Raul de Souza Bueno, é fiscalizado os trabalhos dos índios, assim como o pagamento é feito na presença do Snr. Raul[...]”.

A fiscalização do trabalho e do pagamento, foram registradas em apenas um de seus relatórios anuais. Mas por que em apenas um dos relatórios? E por que justamente no ano em que os Fausto haviam falado, em carta para a IR7, sobre a fiscalização dos trabalhos? Infelizmente, não é possível ter certeza. Mas, no resumo do relatório geral, de 30 de dezembro de 1955, Raul de Souza Bueno, ao passar as informações das produções do Posto, cita a quantidade de dinheiro que foi arrecadado com o trabalho indígena. Esses são dados que não foram descritos por outros funcionários em Rio das Cobras. Não que essa não fosse uma prática realizada pelos encarregados anteriores, mas, Raul de Souza Bueno, ao colocar em relatório oficial, institucionaliza a prática de prestação de serviços como mão-de-obra aos agricultores regionais.

Na descrição dele os números parecem um tanto confusos, como consta em seu relatório: “TRABALHO DOS INDIOS COM PORTUGUES FISCALIZADO POR ESTA ADMINISTRAÇÃO NO DECORRER DESTE ANO DE 1.955 de vários INDIOS, 1.200 DIAS DE SERVIÇO A Cr\$ 50,00 POR DIA.....CR\$ 60.000,00³⁸⁹”. Os números não são precisos e representam mais uma média geral do que uma relação dos trabalhos. O Encarregado fala em dias de serviço, mas, como foram contabilizadas as 1200 diárias? Um número desconhecido de pessoas, recebendo Cr\$ 50,00 por dia gerou um valor de CR\$ 60.000,00.

³⁸⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. n° 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 22 página 5294.

³⁸⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPL. **Resumo do Relatório Geral do P.I.N. de Rio das Cobras**. 30 dezembro de 1955. p.2. Microfilme 063, Fotograma 0238. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 243 pasta 6.

Quantas pessoas trabalharam? Essas informações nada precisas, prestadas pelo encarregado, dizem mais sobre o destino do dinheiro e do descaso com as condições que essas pessoas trabalhavam, do que, propriamente, da fiscalização.

O incentivo e o uso da mão de obra indígena por agricultores regionais figuravam como ferramenta integracionista e de esbulho territorial. Sem as terras asseguradas ou demarcadas e com o incentivo à colonização, o objetivo era que trabalhassem como diaristas para sobreviver.

O que anteriormente era feito através dos chamados ajuntórios, de trocas de trabalhos entre as pessoas da comunidade, com uma forte conexão através da reciprocidade, é transformado em trabalho capitalizado, exploratório e mal remunerado.

2.6.2 Valdomiro Pires de Lima “Um índio fazedor de Confusão”: A punição àqueles que desobedeciam

Mas, para além desses elementos de cerceamento e proibições, os corpos indígenas também teriam sofrido fisicamente as violências legitimadas através do Posto Indígena. As punições eram empregadas como formas disciplinares àqueles indígenas que não seguissem as determinações do Encarregado do Posto. A punição serve sempre na justificativa de corrigir, reeducar aqueles que são considerados infratores na imposição do poder.

Em Rio das Cobras, o Relatório Figueiredo revela práticas de punição exercidas pelo Encarregado de Posto, principalmente em relação a castigos no tronco e as prisões. Nas palavras de Candido Lemes dos Santos: “[...] Como prova cito o caso do índio Sebastião Lauriano, invalido completamente mandado castigar por Raul então encarregado que mandava pôr os índios no ‘TRONCO’ e os deixava presos por trinta dias fazendo os trabalharem para o Posto, mas a renda era para o seu bolso que saiu cheio. [...]”³⁹⁰.

As punições contra os povos indígenas, foram uma das ferramentas de controle aplicadas por onde o SPI passou. Para que fossem aplicados os planos de colonização das terras indígenas, o controle deveria ser sobre todos os aspectos da vida das pessoas. As punições serviam como formas de silenciar aqueles que se colocassem contra. O conceito de punição foi instaurado junto com a instalação dos Postos Indígenas por todo o Brasil. Segundo Ricardo Cid

³⁹⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. n° 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 18 página 4439.

Fernandes³⁹¹, utilizando o caso da comunidade Kaingang em Palmas-PR, o tronco era um instrumento temido pelas pessoas, permanecendo na memória do povo por gerações. A origem dessa forma de tortura é incerta, alguns autores, como Loureiro Fernandes, Kimmyie Tommasino, Ligia Simonian, Ricardo Cid Fernandes, afirmam que essa seria uma influência dos castigos aplicados sobre os escravizados no Brasil.

O tempo em que se ficava no tronco dependia da gravidade do crime, podia durar horas ou dias. O nível de gravidade era estabelecido conforme ordens do Encarregado do Posto. Em Xapecó, como discute Carina Santos de Almeida³⁹², as práticas de punição também eram aplicadas sempre à mando do Encarregado do Posto ou de seus subordinados, na maioria das vezes pela polícia indígena. Bringmann³⁹³ também destacou as punições em Nonoai como formas disciplinares de controle social e territorial. A crueldade na aplicação do poder do SPI estava expressa nos níveis de comprometimento com o possível auxílio que poderia ser prestado, o que fez que alguns casos relatados no inquérito comprovassem o extermínio de comunidades inteiras.

Como em toda região Sul do Brasil, os núcleos de poder formados pelos Encarregados de Posto no Paraná foram destaque no Relatório Figueiredo, justamente pela forma com que punia aqueles que desobedeciam. Com relação ao tronco, Jader Figueiredo diz que “[...] era, todavia, o mais enconstrado de todos os castigos, imperando na 7ª Inspeção. [...]”. Descrevendo o instrumento evidencia o seguinte: “[...] Consistia na trituração do tornozelo da vítima, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente [...]”. A narrativa de Jader Figueiredo expõe o instrumento de tortura e sua funcionalidade ao mesmo tempo que deixa explícita a forma ditatorial e desumana com que encaravam as práticas aplicadas pelos Encarregados de Posto. Conforme ele “[...] não se respeitava o indígena como pessoa humana, servindo homens e mulheres, como animais de carga, cujo trabalho deve reverter ao funcionário”.³⁹⁴

As denúncias de punições continuam, Samuel Brasil também descreve as formas de tortura. Narra que:

³⁹¹ FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná**. Dissertação de mestrado em antropologia. UFSC. 1998.

³⁹² ALMEIDA, Op cit.

³⁹³ BRINGMANN, Op cit.

³⁹⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Pasta 20, p. 4913.

[...] ao assumir o Posto, encontrou índios alejados por torturas no “TRONCO”, aparelho utilizado ao tempo da escravatura do Brasil e revivido no SPI; que o “TRONCO” consiste em duas estacas enterradas em ângulo agudo no mesmo buraco com o vértice para baixo; que existe em cada uma delas um pequeno entalhe de altura correspondente; que a tortura consiste em colocar o tornozelo do índio entre as duas estacas à altura daqueles entalhes, insuficientes para caber uma perna humana, e paulatinamente fechar o ângulo aproximando as duas pontas superiores das estacas com o auxílio de uma corda; que isso é um processo muito doloroso e se levado a extremo poderá provocar a fratura do osso, como aconteceu no caso, muitas vezes; que a Comissão poderá encontrar ainda naquele Posto MANOEL RIBAS índios alejados por essa tortura; que o depoente desarmou e banuiu aparelho de tamanha atrocidade, que DIVAL JOSE DE SOUZA tinha perfeita ciência do fato, mas nunca tomou nenhuma providência para coibir, talvez por ser parente e protetor dos criminosos [...] ³⁹⁵

As informações prestadas por Samuel Brasil montam um cenário em que pessoas tinham seus membros amarrados e comprimidos a ponto de o fêmur ser fraturado com a pressão. Tamanha crueldade com título de disciplina também foi comentada por Vivaldino de Souza. Em ambos as acusações e os acusados se repetem.

Em seu depoimento para a Comissão de Inquérito comenta:

[...] que um Jornal de Ponta Grossa publicou reportagem fotográfica de um índio no “tronco” no Pôsto MANOEL RIBAS, Município de Laranjeiras do Sul; que sabe haver índios alejados por esfacelamento do fêmur pelo suplício do “tronco”; que esses crimes eram praticados juntamente com seu filho, VIVALDINO DE SOUZA BUENO, e seus irmãos, LAURO DE SOUZA BUENO e DAVID DE SOUZA BUENO, todos funcionários do SPI; ³⁹⁶

Esses dados continuam também no depoimento de Candido Lemes dos Santos. Para ele não havia dúvidas quanto ao contexto de corrupção e de um regime de exceção instaurado em terras paranaenses, ao justificar sua demissão da seguinte forma:

Acho eu que, o motivo da minha exoneração do serviço público, foi por ter sido eu transferido do norte de Goiás, e vindo para o Paraná, onde estava o maior número de funcionários gatunos do SPI, tendo como chefes regionais os antigos ditadores, inclusive velhos caducos já aposentados do SPI. ³⁹⁷

No que diz respeito a defesa apresentada pelo advogado da família, as punições eram praticadas pelos próprios indígenas e tinham justificativas coerentes para serem aplicadas. Eram baseadas em critérios de boa ou má conduta. Segundo consta no documento de defesa:

³⁹⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 9 página 1719-1720-1721.

³⁹⁶ Idem. p. 1731.

³⁹⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 18 página 4439.

Um esclarecimento se faz sentir: os índios organizam, em seus núcleos, unidades de policiamento, havendo o major, o capitão, os soldados. A finalidade dessas milícias é zelar e pela ordem no toldo, e quando um índio se embriaga, briga no núcleo, a polícia o prende, deixando o detido, com a finalidade de ministrar um pequeno corretivo. Há, por tanto, uma justa causa. Naturalmente, esse é o crime que se pretende atribuir ao indiciado³⁹⁸

A “justa causa” da qual comenta o advogado, coloca as punições como uma característica comum e tradicional entre os Guarani e Kaingang. No entanto, a memória Kaingang reverbera para remontar o que ocorria em Rio das Cobras. Argemiro Fernandes é filho de Joaquim Fernandes, que por sua vez assinava como aprendiz na folha de pagamento do SPI, mas, também fazia o papel de capitão e liderança junto ao Posto. Argemiro viu de perto as torturas realizadas à mando de Raul de Souza Bueno. Sua memória é elucidativa quando conta que: “[...] Ele não gostava de pinga de jeito nenhum, e a turma bebia de mais, né. E era muita gente, aí ele inventou, o troco [...] ele que construiu.³⁹⁹”. Na fala do antigo cacique, as infrações são evidenciadas como justificativa para que Raul de Souza Bueno construísse o tronco, como forma de manter o controle.

Seu Miro, como é carinhosamente chamado, conta de forma detalhada como era o instrumento de tortura, corroborando com o que tinham dito as testemunhas do Relatório Figueiredo:

Até ele botava, polícia da nossa turma também com ele [...] ou se não os filhos dele, né. [...] era pau dessa grossura mais ou menos. Fincado junto. Desse porte assim curto, aí amarrava, botava a perna dentro e amarrava por cima até encosta no outro [...] eu saía de perto, eu não queria ver. Eu penso a dor né? [...] tem gente que ficou descontado da perna. [...] Eu tinha um primo meu que era danado, sabe? Metido. E cada passo eles prendiam ele. Eu não podia falar, né. Senão eu ia também. [...] tinha hora que ele ficava, assim, só gemendo [...]⁴⁰⁰

A dor pela qual passava o acusado era tão grande que nas palavras de Seu Miro ficou expressa a angústia e o sofrimento. Não conseguia ver tamanha atrocidade, como contou. Vendo de perto seus parentes serem torturados não podia se opor, ao preço de também ser punido. O poder exercido sobre os corpos indígenas criou um ambiente de insegurança e medo. Perguntado sobre quem colocava as pessoas no tronco, Seu Miro destaca que as punições eram aplicadas ou pelo Encarregado do Posto ou a seu mando.

³⁹⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**. Vol. 22 página 5298.

³⁹⁹ FERNANDES, Argemiro. **Entrevista concedida a Eder Augusto Gurski**. 18 de janeiro de 2020. Aldeia Sede – TI Rio das Cobras/PR.

⁴⁰⁰ Idem.

Argemiro Fernandes evidencia também o controle aplicado pela polícia indígena, escolhida por Raul de Souza Bueno. A formação de uma polícia indígena, da qual o advogado e Seu Miro falam, é uma organização consolidada nos primeiros contatos com as frentes de colonização e utilizada também pelo SPI. Foram criadas patentes militares desde os primeiros contatos com os povos indígenas, uma maneira de tentar o controle através de membros da própria comunidade. Orientados para seguir as determinações do Encarregado, auxiliavam nas práticas administrativas do Posto. Dessa forma, utiliza-se de um poder interno para instituir o controle em todas as esferas da vida das pessoas, desarticulando as possíveis resistências que poderiam surgir.

A população Guarani também foi submetida a torturas e controle do Encarregado do Posto. Deste modo, não apenas os Kaingang teriam sofrido e presenciado o sofrimento de seus parentes, mas, também as memórias dos mais velhos Guarani estão marcadas com a representação de um momento de extremo controle e punição. Como lembra Xamoi Marcolino Veríssimo:

[...] Eu sei que aquele tempo era bem judiado. Bom, afinal, de primeiro o indígena era muito atrasadinho, não tem estudo, não entende. O que o Chefe do Posto diz ser é o que eles vão seguindo. Se disse que vão bater lá no seu companheiro, vão surra vão prende, vão mesmo. Então assim aconteceu isso, que eles trabalhavam. Naquela época ele tinha dado ordem pra fazer um tronco pra castiga os indígenas. Então, male mal me lembro disso, que era judiação. E aí então eles faziam uma vara desse porte assim, e lá ponha os dois. Aí depois se faz algum erro ou alguma coisa, alguma desordem já levam lá e prendem lá. Mandam coloca o pé, pra apertar. E amarrava, aí enquanto não grita, não para de ir apertando. Assim aconteceu isso⁴⁰¹

Com relação a essas práticas que tinham motivações levianas e com tons de crueldade, o senhor Alcides Karaí Potã Verríssimo também conta que as viu de perto: “Eu vi, mas pelo menos eu não fui, pelo menos não cheguei, né. [...] Perguntado do porquê eram castigados, seu Alcides Karaí Potã Verríssimo afirma: “[...] Castigava por ruim mesmo [...]”⁴⁰². As formas de controle eram então exercidas através de um medo instaurado pela possibilidade de serem castigados fisicamente caso desobedecessem às ordens do Encarregado.

Sobre esse assunto, Xamoi Joaquim Pires de Lima também conta que Raul de Souza Bueno era rígido quando se tratava de corrigir algum erro cometido pelos indígenas:

Eu me criei com esse louco. Ela me ensino não sei se certo ou errado, mas me criei com ele, desde que meu pai era vivo. Me criei com o Raul Souza Bueno, ele e a mulher

⁴⁰¹ VERÍSSIMO, Marcolino. Op. cit., 2020.

⁴⁰² VERÍSSIMO, Alcides Karaí Potã. Op. cit., 2020.

dele que era a Leonor, minha madrinha. Só que, na verdade, ele nunca presto pra ninguém. Ele me criou. Por isso que eu sou meio loco (risos).⁴⁰³

Continuando seu relato, Xamoi Joaquim Pires de Lima ainda reafirma que viu de perto as torturas. Nas suas palavras “Eu cheguei a ver no meu olho tudo. Era judeu puro. Por qualquer coisa, o índio que toma um copinho de cachaça é trinta dias na cadeia [...]”⁴⁰⁴. A maneira de controle era mantida principalmente como aviso do que poderia ocorrer com os que se revoltassem ou mesmo que cometessem um pequeno delito. O tronco agia tanto para Kaingang quanto para a população Guarani como ferramenta de tortura e de coesão disciplinar, se fazendo exposto como instrumento de violência e medo.

As punições não eram feitas perto do Posto Indígena, o tronco foi construído onde hoje se encontra uma encruzilhada. Como recorda Seu Miro: “[...] O tronco ficava aqui na encruzilhada. Fora do Posto, pra turma não vê, decerto, né. [...]”⁴⁰⁵. Embora distante do Posto, esse local era ao lado de uma das estradas de trânsito contínuo dos indígenas. É provável que fora construído nesse lugar como forma de esconder as práticas de pessoas que viessem visitar o Posto ou fazer vistorias, ao mesmo tempo que ficava em ponto estratégico, como forma de servir de exemplo e aviso para a comunidade.

Seu Miro narra como eles conseguiram, aos poucos, acabar com essa forma de punição: “[...] Mas não me esqueço. Ainda não me esqueço. Aí o pai converso, converso. Foi indo, foi indo. Até que resolvemos de acabar. É nós que acabamos. Se não ia quebrar toda a nossa turma, né [...]”. Lembra ainda que esse era um dos castigos mais pesados aplicados pelo SPI, mas indica que antes de Raul os castigos eram apenas aplicação através do cárcere: “[...] castigo que foi feroz foi esse. De primeira era fechado, né. [...]”⁴⁰⁶.

É importante destacar que as lutas também estavam postas neste contexto de extremo controle dos corpos e dos espaços. É preciso considerar que elas também estão presentes nas relações cotidianas mais veladas, nos atos mais corriqueiros, e não somente em enfrentamentos e revoluções armadas. A declaração de seu Miro revela que as táticas para a extinção do tronco foram feitas de maneira minuciosa. Subjugados e com medo de serem punidos, as maneiras de resistir consistiam em convencer o Encarregado de maneira sutil.

⁴⁰³ PIRES DE LIMA, Joaquim. **Entrevista concedida a Eder Augusto Gurski**. 14 de março de 2020. Aldeia Pinhal-TI Rio das Cobras. Acervo do autor.

⁴⁰⁴ PIRES DE LIMA, Joaquim. Op cit., 2020.

⁴⁰⁵ FERNANDES, Argemiro. Op. cit., 2020.

⁴⁰⁶ Idem.

James Scott⁴⁰⁷ oferece contribuições para pensar as formas cotidianas de resistência, não como uma luta contra algo, mas como enfrentamentos de mudanças, de desprendimento de relações que tem por base a subordinação. As formas são variadas, através de mentiras, dissimulação, ironia, de falar com os parentes apenas na língua materna, fingir ignorância, sabotagem e evasão. São muitas e variadas as formas de se lutar cotidianamente contra a colonialidade.

Além das torturas no tronco, outra forma de punição era o cárcere, como comentado por Seu Miro. A prisão era decretada àqueles que desobedeciam às regras do Encarregado. Foi um dos castigos mais utilizados pelos funcionários do SPI, em muitos casos o local da prisão era minúsculo, Bringmann⁴⁰⁸ destacou a utilização do chamado “boi preto”, uma prisão com espaço tão pequeno que o preso não podia sequer se mexer. Ficavam ali por dias dependendo da gravidade do crime, sempre estabelecida pelo Encarregado. A prisão era muito utilizada para conter aqueles que se rebelassem contra a administração do Posto. A transferência de indígenas para outros postos era também uma prática realizada pelos funcionários como maneira de desestabilizar a organização de revoltas.

Um caso chama a atenção no que se refere às imposições de controle e prisão exercidas por Raul de Souza Bueno e denunciadas no Relatório Figueiredo. No dia 09 de dezembro de 1955, Raul de Souza Bueno mandou um ofício para o Chefe da Inspeção Dival José de Souza, comentando um caso de alguns índios revoltosos, como os chama, e pedindo para que estes fossem transferidos. O caso era sério segundo o Encarregado do Posto:

Assunto: como já deve de ser de vosso conhecimento as ocorrências deste Posto, por intermédio da estação de radio do colega Victor Tonilier, mas o caso é sério, 8 índios revoltoso, estigado por elemento muito ordinário, os índios estão detido aqui no Posto, até a liberação dessa chefia, não mais é possível continuar estes índios neste Posto, fis tudo, para ver se encaminhava eles mas não foi possível, estes são aqueles que vossa senhoria tem conhecimento, em 10 de Outubro de 1954, eu fui pegar eles em Catanduvas, que estavam foragido, deste Posto, porterem cometido vários erros e dilito, agora foram no dr. Juiz, afin de fazer denuncias falças de min, mas não deixei falar com o Juiz, eles dizem que si eu sortar eles tornão ir falar com o Dr., Juiz, isso não é interessante comessa a criar caso⁴⁰⁹

Os 8 índios revoltosos estavam presos no Posto esperando a decisão do Chefe da IR7, foram dias na cadeia, acusados de fazer denúncias falsas contra Raul de Souza Bueno. Não

⁴⁰⁷ SCOTT, James C. **Los dominados e el arte de la resistência: discursos ocultos**. 1ª reimp. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.

⁴⁰⁸ BRINGMANN, Op cit., 2015. p. 246.

⁴⁰⁹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício enviado ao Diretor do SPI Dival José de Souza**. 09 de dezembro de 1955. Microfilme 063. Fotograma: 0235. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

eram desconhecidos da chefia da IR7, tinham como prática viajar para denunciar as ações do Encarregado do Posto, o que o preocupava a ponto de caçá-los antes que chegassem ao Juiz. Mesmo estando presos por vários dias, segundo o encarregado, afirmavam que quando fossem soltos iriam voltar a falar com o Juiz. A persistência era muito grande para ser uma pauta de 8 indivíduos infelizes com a administração de Raul. Além disso, existia uma figura que os inspirava, da qual o Encarregado fala demonstrando certa hostilidade, descreve-o como um “elemento muito ordinário”.

Mas quem era o líder dos 8 revoltosos? Anos mais tarde seu nome é revelado. Em meados do ano de 1959 o Encarregado de Posto de Rio das Cobras relatava em tom de revolta a indisciplina de um Guarani: “O Índio Valdomiro Pires de Lima, é um índio fazedor de confusão [...] é muito mintiroso”, narrava ele, em carta para a chefia da 7ª Inspetoria Regional. Karai Tupã, como era conhecido entre os Guarani, havia ido à Curitiba para denunciar a entrada de colonos nas suas terras. Foi a Curitiba com a justificativa de que o Encarregado de Posto do SPI, não tomava nenhuma providência e parecia estar a favor das invasões.

Segundo consta no documento:

Índio Valdomiro Pereira Lima (Akaraitapan) irmão do (Anibal Capitão) veio nós avisar que o safrista Snr. Sebastião Mathias atropelou os índios da costa do rio Guarani, nas imediações do arroio do Tamanduá, onde os índios tinham suas plantações, pois, é terreno dentro das divisas e dali foram atropelados sendo que o velhinho índio Domingos perdeu as plantas de milho e Batatal, pois, esse tal de Sebastião Mathias soltou os porcos nas plantações de proposito para prejudica-lo. Tambem outro intruso Emilio Machado está fazendo roça grande na frente da casa do Capitão Anibal, a titulo de provocar, porque o ano passado já fes roças ali e foi embargada, mas mesmo assim colheu as roças sem que houvesse qualquer interferencia. Os índios informam que não adianta nada se queixar ao Posto Indigena, pois, o Inspetor digo Delegado daqui não toma providencia, parecendo até apoiar tais indivíduos, e os índios não se conformam com isto e não querem protestar a segunda ves ao Raul, apesar de se acharem perseguidos, mais estão dispostos a reagir. Pedem ao Snr. Castorino falar na Inspetoria do SPI para ver se resolve esta situação⁴¹⁰.

Deocleciano da Souza Nenê, destaca as reivindicações de Valdomiro Karai Tupã Pires de Lima como uma forma de combater as entradas de não indígenas, que recorrentemente vinham acontecendo sem que o Encarregado do Posto avisasse a IR7. Valdomiro afirmava que mesmo perseguidos pelo Encarregado do Posto estavam dispostos a reagir. É preciso notar que as táticas de luta que estavam sendo postas vinham na esteira da necessidade imediata da demarcação. As viagens até Curitiba demonstram o conhecimento da estrutura hierárquica do

⁴¹⁰ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Cópia da Correspondência vinda da região do P.I. Rio das Cobras**. Microfilme 062. Fotograma: 0766. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

SPI, não havendo respostas do Encarregado do Posto, sabiam exatamente onde ir para pressionar o Estado.

Raul de Souza Bueno, em resposta às acusações da liderança Guarani, se defende na tentativa de deslegitimar sua autoridade e representatividade:

O Índio Valdomiro Pires de Lima, é um índio fasedor de confusão, por ele ser assim não se da nem com Capitão, que é irmão dele, Anibal Soares de Lima, esse é o mesmo índio que quando o Dival, veio aqui encontrou, perto de Guarapuava, que estava indo para Curitiba, o Dival, feis ele vortar, essa queixa que ele feis para o Snr. Casturino, é inuter, esse caso de diser que o Snr. Cornelio Machado, ista fasedor no terreno deles, este velho quando eu vim para ca ele já morava ali, e éra mesmo respeitado, nesse lugar como dos índios, mas veio a medição e essa parte ficou para fora, e esse Homem ista fasedor roça, com eles mesmo, donde ele Valdomiro, trabalhou de camarada ganhando 80,00 por dia livre, quanto ele dizer que foram atropelado por alguém e perderão batatar, eu não tenho conhecimento, hoje mesmo estiveram uns Guaranis, dali daqueles tordo, eu perguntei para eles não sabem de nada, esse índio Valdomiro Pires de Lima, é muito mintiroso, o Snr. Casturino, começou a converçar com o índio e este feis estas mentira para ele, o índio é mesmo que nem criança, quando ajente começa dar uma cordinha eles vão converçando bobaje, até mesmo fasedor mentira⁴¹¹.

As marcas do poder tutelar exercido pelo SPI se fazem presentes nas expressões do Encarregado. Ao infantilizar, diminuir e deslegitimar a luta indígena, Raul de Souza Bueno está reproduzindo o poder que perpassa por seu cargo, fazendo uso de um lugar de subalternidade relegado às populações indígenas como tentativa de provar sua integridade e responsabilidade. Ainda referente a resposta do Encarregado, fica evidente as inúmeras tentativas de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima em proteger seu povo, era um indivíduo conhecido na chefia da IR7 pela sua persistência em lutar. Dival José de Souza já havia feito ele voltar para Rio das Cobras, quando ele foi à Curitiba reivindicar a proteção das terras. Não era a primeira nem a última vez que ele viajaria para denunciar a invasão das terras. Mesmo virando alvo do poder do SPI não recuou.

A contenda entre esses dois personagens é resultado de um longo processo baseado em dois eixos centrais, um é a invasão das terras, os planos de colonização e a omissão do Estado, outro se refere às práticas integracionistas e o controle aplicado pelo SPI, sob as terras e a população. São esses dois eixos que fizeram com que Rio das Cobras chegasse aos anos 1960 com as terras invadidas e em um cenário de conflitos físicos iminentes.

Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima e Argemiro Fernandes estavam em posições diferentes em relação à institucionalização do SPI. Enquanto o primeiro fazia frente às

⁴¹¹ BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama de Raul de Souza Bueno ao Inspetor Deocleciano de Souza Nenê**. 20 de julho de 1959. Microfilme 062. Fotograma: 0720 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

expansões sobre suas terras, vigiado e considerado um “índio fazedor de confusão e mintiroso”, Argemiro Fernandes era filho da liderança que permaneceu mais tempo trabalhando junto ao Posto, vivenciou e viu de perto as torturas, as prisões. Sem poder falar nada, sofreu as ações colonialistas através do medo da repressão. Tiveram experiências diferentes nas práticas integracionistas e opressoras dos funcionários. Embora em lado aparentemente opostos nesse momento, encontraram um no outro o aliado para liderarem a expulsão dos posseiros no ano de 1978, a primeira ocorrida no sul do país. Essas duas lideranças vão figurar como um marco na historiografia em relação à luta por demarcação de terras no Brasil.

Após a extinção do SPI e a criação da FUNAI, as terras ainda não haviam sido demarcadas a população em Rio das Cobras adentram nos anos 1970 com um cenário extremamente conflituoso e sem expectativas de resolução, como destacou a imprensa. O jornal *Correio da Manhã*⁴¹², do Rio de Janeiro, publicou no dia 18 de agosto de 1971, uma quarta-feira, a seguinte notícia na página 3: “Invadidas as terras dos índios do Rio das Cobras”. Embora desconheça a antiguidade das invasões e as omissões anteriores do SPI relata o seguinte:

Mais de 600 índios paranaenses, que vivem na Reserva Rio das Cobras, estão tendo suas terras invadidas por jagunços e desordeiros e a FUNAI já encaminhou ofício à Delegacia Regional da Polícia Federal pedindo a expulsão dos invasores, que estão promovendo todo o tipo de desordens e inflingindo maus tratos aos índios que oferecem resistência [...] Os 629 índios da Reserva de Rio das Cobras nunca tiveram nenhum problema desse tipo e sempre viveram em completa segurança, com os limites de suas terras respeitados pelo população local. No entanto, na última semana, dezenas de elementos têm ultrapassado os limites da Reserva, ocupando áreas imensas e cercando-as como se fossem seus proprietários. Os índios que vão pedir explicações são maltratados e expulsos à força e são obrigados a procurar outras terras para morar.⁴¹³

É no final dessa década que os povos indígenas em Rio das Cobras retomaram sua terra e restabeleceram a posse de seus territórios, cansados da omissão do Estado. Mas para que as retomadas fossem possíveis existiu um movimento que reuniu não apenas indígenas, mas,

⁴¹² Segundo Chammas, o jornal *Correio da Manhã* foi um dos periódicos que esteve a favor da derrubada de João Goulart. Depois do golpe, principalmente depois da primeiro Ato Institucional (AI) foi um dos jornais que virou uma das referências para as demandas da oposição. Mesmo assim, segundo o historiador, o *Correio da Manhã* nunca se pronunciou ou reviu seu posicionamento, pelo contrário negava que existisse uma ditadura militar. Era um dos jornais mais importantes do Rio de Janeiro. De caráter matutino, foi criado no ano de 1901 por Edmundo Bittencourt. Com posicionamento liberal era um jornal combativo com relação ao governo da República. O posicionamento contrário ao governo levou o jornal a ter um grande apelo popular de início. CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a grande imprensa: Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Universidade de São Paulo-USP. Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2012.

⁴¹³ *Jornal Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, quarta-feira, 18 de agosto de 1971. Acervo digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 12/07/2018.

também, apoiadores que foram fundamentais, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foi um deles. No próximo capítulo, em meio ao contexto de criação da FUNAI e da Ditadura Militar, destaco a atuação do CIMI-sul na retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, as informações por eles prestadas e suas formas de auxiliar na organização. Também trago como pano de fundo as práticas militares de investigação. As investigações geraram muitas fontes e colocaram os membros do Conselho Indigenista Missionário como suspeitos de incitar as retomadas de terras que ocorreram em 1978. Informações que até então eram apenas especulativas em meio às demandas historiográficas paranaenses.

3.0 EM TEMPOS DE DITADURA: O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO E A TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS

O caso que envolveu Raul de Souza Bueno e as comunidades Guarani e Kaingang em Rio das Cobras foi exemplo de como são exercidos poderes e construções de domínios dentro da instituição indigenista do Estado, e de como essas ações levam ao controle, a violência e a tentativa de esbulho territorial.

Com a pressão da imprensa nacional e internacional nas diversas denúncias que pesavam sobre as práticas do SPI, o órgão foi extinto na esperança de conseguir salvar a imagem do governo brasileiro frente às suas práticas indigenistas consideradas genocidas. Aliás, esse era um conceito que assombrou os governos militares ao longo dos anos. Foi, então, criada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), através da Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967. Junto com a nova instituição, o Ditadura Militar também assegurou que o controle das terras e das populações fosse feito de maneira mais intensa, para isso a repressão funcionava como forma de barrar as articulações contrárias ao andamento do projeto de governo dos militares.

Projeto que nasceu dentro da Ditadura Militar e permanece até hoje, a institucionalização da FUNAI continuou representando o poder colonial empregado pelo Estado. Manteve o posicionamento integracionista que vinha sendo desenvolvido pela política indigenista do SPI. Assim, acreditavam em uma “aculturação espontânea” dos povos à sociedade nacional, como consta na Lei de criação do órgão: “d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas.”⁴¹⁴

Já em relação às questões de terras, previa no Art. 1: “b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes;”⁴¹⁵. Seguiu, assim, as determinações Constitucionais de 1967. Nos primeiros anos de atuação da FUNAI, as demarcações de terras acabaram sendo feitas ainda conforme as diretrizes aplicadas nos anos anteriores pelo SPI, até que seja aprovada uma diretriz específica com a Lei 6001, conhecida como Estatuto do Índio em 1973.

Com a criação da FUNAI outros órgãos do governo ligados às questões indígenas foram extintos, além do SPI o Conselho de Proteção aos índios (CNPI) e o Parque Nacional do Xingu (PNX). Os acervos foram integrados aos arquivos da FUNAI, assim como parte do corpo

⁴¹⁴ BRASIL. Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967. Dispõem sobre a criação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI.

⁴¹⁵ Idem.

de funcionários. Com as novas mudanças, os acordos e demarcações poderiam ser revistos e modificados, o que abria precedentes para revisitar os processos anteriores feitos pelo SPI.

Como seu antecessor, a FUNAI mantinha vigilância constante sobre as terras indígenas e suas populações através das Delegacias Regionais e dos Chefes de Posto dentro das Terras Indígenas. Foi também um instrumento para manter o controle e a tutela sob o poder colonial do Estado⁴¹⁶. Os Chefes de Posto estavam novamente, assim como nos tempos do SPI, como principais envolvidos nos casos de roubo e violência relatados⁴¹⁷.

Os anos entre 1964 e 1985 foi um período em que o Brasil esteve sob uma ditadura militar, imposta através de um Golpe de Estado orquestrado contra o então presidente João Goulart. Período de autoritarismo que foi sentido por toda a sociedade brasileira, para as populações indígenas foi um período de muita luta e resistência. Além das questões envolvendo a censura e a repressão, o governo investiu fortemente em aparatos de controle e dominação que chegassem aos interiores do Brasil. As questões que envolveram as terras indígenas do Paraná foram motivo dessas investigações. A possibilidade de conflitos armados e de retomadas de terras era uma preocupação do Estado naquele momento, na medida em que desestabilizava os planos de controle do território.

Os tempos de Ditadura Militar gerou diversos documentos através de seus órgãos de investigação e espionagem tentando compreender e solucionar as questões que se desenrolaram em Rio das Cobras. Uma vez que o local já havia sido palco de inúmeros conflitos, era importante para o Estado assegurar que não tivessem mais problemas com relação às terras. Por conta disso, e temendo a revolta indígena, faz um trabalho de espionagem buscando as principais informações e os envolvidos nos atritos que vinham ocorrendo. Esses documentos, além de trazer diversas informações acerca do contexto geral que se apresentava, apontam para alguns personagens que, de alguma forma, estiveram envolvidos no movimento de retomada que ocorreu em Rio das Cobras entre dezembro de 1977 e fevereiro de 1978. Os órgãos de informação conduziram as investigações para pessoas específicas. Colocaram como culpados de incitar os Guarani e Kaingang os membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), especificamente aqueles ligados à Regional Sul.

⁴¹⁶ Muitos foram os casos de violência relatados durante os anos de Ditadura Militar, a Comissão Nacional da Verdade de 2014 apontou uma quantidade de crimes expressivos que passaram despercebidos aos olhos da FUNAI. A esse respeito também se destaca o livro de Rubens Valente, *Os Fuzis e as Flechas: História de Sangue e Resistência indígena na Ditadura*, trazendo documentos inéditos que mostram invasões de terras e assassinatos contra lideranças e comunidades indígenas. VALENTE, Rubens. **Os Fuzis e as Flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura** - 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁴¹⁷ Idem.

Os integrantes do CIMI vinham trabalhando junto aos povos indígenas desde a década de 1960. Em suas incursões e práticas deixaram registros que possibilitam vislumbrar suas ações, além disso, ajudam a perceber como se constituem as relações de luta e resistência em um momento de censura e repressão. Participar das bases de construção do Movimento Indígena é também ser parte integrante da luta por retomadas de terras. Alguns deles foram perseguidos tanto pela Ditadura Militar quanto por jagunços, posseiros e grileiros.

Os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) gerados por conta da retirada dos posseiros, auxiliam a pensar como e quem foram as pessoas envolvidas, desvenda também, informações importantes sobre a posição do Estado e a malha repressiva posta no momento. Além dessas informações, os relatórios gerados pelo SNI possibilitam perceber o contexto de invasão que o território havia chegado, fazendo um levantamento do número de posseiros. Tendo isso em vista, algumas perguntas cabem para guiar inicialmente esse capítulo: Qual o contexto político e de invasão que levou as investigações do SNI acerca de Rio das Cobras? Qual o motivo dos integrantes do CIMI serem perseguidos? Houve atuação do CIMI em Rio das Cobras? Se houve, quais foram e quem foi? Como o CIMI contribuiu para a retomada da Terra Indígena Rio das Cobras? Como as lideranças de Rio das Cobras se articularam com os integrantes do CIMI?

3.1 A MALHA REPRESSIVA: A DITADURA MILITAR E A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Durante o período de Ditadura Militar o Governo, segundo Carlos Fico⁴¹⁸, mais que a tortura e confronto armados, criou outros e complexos aparatos de repressão e controle social, como é o caso do serviço de espionagem e informação. O Sistema Nacional de Informações (SNI) foi criado no dia 13 de junho de 1964 dentro dos parâmetros do Plano de Segurança Nacional da Ditadura Militar. O órgão figurou como um instrumento central durante a Ditadura Militar para a produção de informações e o combate a possíveis ameaças à hegemonia nacional. Antes de adentrar nas fontes produzidas pelo SNI, sobre Rio das Cobras, é necessário compreender sua formação e as práticas de espionagem e produção dos documentos aqui analisados.

⁴¹⁸ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001. p.93.

O SNI foi institucionalizado, as características iniciais se assemelhavam ao antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio. Segundo Carlos Fico⁴¹⁹ o projeto foi criação do general Golbery do Couto e Silva, que havia demonstrado interesse desde os anos 1950 em criar um aparato de espionagem e investigação. Segundo o historiador Paulo Cezar Gomes⁴²⁰ entre os anos de 1968 e 1970 o SNI sofreu críticas dos setores mais duros do Governo, nesse sentido por iniciativa do General Jayme Portella foi reformulado o Conselho de Segurança Nacional ocasionando implicações diretas na forma com que eram conduzidos os trabalhos do SNI. Com as mudanças o órgão de espionagem ganhou mais amplitude e recursos.

Outras mudanças importantes ocorreram quando Carlos Alberto da Fontoura assumiu o cargo de presidente do órgão. Em seu entendimento era preciso que o SNI contasse com uma equipe de agentes treinados especificamente em investigação e espionagem. Foram então criados os cargos de analistas. Com o objetivo de copiar outros sistemas foram enviados oficiais brasileiros para outros países, principalmente para os Estados Unidos. Depois de formados, os oficiais assumiram posições de instrutores especializados na Escola Nacional de Informações (EsNI). A EsNI foi instituída no ano de 1971 assinada pelo general Ênio dos Santos Pinheiro. O ingresso na escola era permitido não apenas para militares, mas civis também podiam formar-se. Com o tempo o número de civis acabou superando o de militares, de 120 pessoas formadas em cada ano cerca de 90 não eram militares⁴²¹.

Segundo o historiador Fico, o SNI era um projeto construído tendo como base a estrutura da CIA, agência de inteligência dos Estados Unidos, por conta disso o país foi um dos principais lugares de formação dos primeiros oficiais. Para além disso, o contexto de Guerra Fria fez com que os Estados Unidos agissem internacionalmente investindo em aparatos de espionagem e investigação contra o comunismo. O historiador ainda chama a atenção para o nome que foi atribuído para a rede de espionagem, conhecida como “comunidade de informações”⁴²². Estavam presentes em diferentes espaços dentro do governo, segundo Fico: “[...]os ministérios integravam o Sistema Nacional de Informações (SNI) através das

⁴¹⁹ Idem.

⁴²⁰ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**. E-book. 2013.

⁴²¹ Segundo Paulo César Gomes, os cursos da Escola Nacional de Informação eram divididos em três níveis de formação profissional. O curso A voltado para as chefias; o curso B voltadas aos analistas de informações; já o curso C era voltado aos agentes. GOMES, Paulo César. Op cit. 2013.

⁴²² Expressão utilizada por Carlos Fico e outros historiadores e que recebeu um carácter pejorativo, mas era utilizada oficialmente para designar os agentes envolvidos no sistema de informações e espionagem. FICO, Carlos. Op cit. p. 93, 2001.

respectivas DSI, cujas atividades competia ao SNI superintender e coordenar, visando à produção de ‘Informações Nacionais’⁴²³.

As informações produzidas nas investigações eram sempre de caráter confidencial. Eram construídos relatórios analíticos e sistemáticos contendo as informações de cada investigação. Os relatórios eram produzidos pelos analistas e seguiam uma lógica cronológica dos fatos, sempre datados e descritos de maneira objetiva. Nos relatórios constam diversos documentos como decretos institucionais, telegramas trocados tanto entre as agências quanto enviados por civis, cartas, mapas, recibos cartorários, processos judiciais, em resumo, era utilizado tudo que julgassem pertinente. Todos eram apensados no processo de investigação, gerando relatórios específicos para cada caso com muitos documentos. Essas produções feitas pelos agentes do SNI formaram uma malha de informações e contrainformações por todo território nacional.

Segundo Paulo César Gomes⁴²⁴ a prática exercida pelos analistas do SNI consistia principalmente em criar inimigos dentro de uma lógica de combate anticomunista. Nessa direção, Fico afirma que o SNI era “[...] um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção.”⁴²⁵. Em muitos casos as pessoas eram investigadas por indícios mínimos de atuação ou ligação com movimentos sociais.

Conforme Fico, foi criada a ideia de uma utopia autoritária concentrada em duas vertentes, uma de cunho pedagógico e outra de cunho saneador. O objetivo era a eliminação do comunismo e da corrupção moral. Faziam uso da polícia política, das práticas de espionagem e da censura à imprensa. Esses ideais formavam as bases do pensamento que dominava o ambiente não só do SNI como de todo o projeto de segurança nacional. Como afirma Carlos Fico:

[...] a “doutrina” supunha que o Brasil integrava-se ao contexto internacional da Guerra Fria considerando (a) sua grande população e extensão territorial; (b) seu posicionamento geopolítico, que lhe conferia importância estratégica no âmbito das relações políticas internacionais e (c) sua vulnerabilidade ao comunismo, à luz de supostas fragilidades internas (populações “despreparadas” e políticos “corruptíveis”). Desse diagnóstico, decorreria que (a) o Brasil tinha condições de se tornar uma das grandes potências mundiais e (b) era necessário precaver-se contra a “ameaça comunista”.⁴²⁶

⁴²³ Idem, p. 79. 2001.

⁴²⁴ GOMES, Paulo César. Op. cit. p.253. 2013.

⁴²⁵ FICO, Carlos. Op cit. p. 100, 2001.

⁴²⁶ Idem, p. 42, 2001.

O principal objetivo do SNI era fornecer ao Presidente da República o que entendiam como “informações necessárias”. Produzidas periodicamente figuravam como uma resenha semanal dos assuntos que ocorriam. Tinham temáticas diversas, podendo ser relacionadas a economia, subversão, assuntos políticos, psicossociais e de informações externas. Era uma tentativa de controle de todas as questões que oferecessem algum risco à hegemonia nacional. O contexto militar gerou na opinião pública um corporativismo com as práticas de investigação, segundo Fico, eram muitas as pessoas que adquiriram “comprometimento com a causa”⁴²⁷, essas pessoas formavam o que era chamado de Comunidades Complementares de Informações.

As investigações eram vinculadas aos Sistemas Setoriais de Informações dentro dos Ministérios Civis que compunham o governo. Segundo Fico⁴²⁸, a central dentro dos ministérios era a Divisão de Segurança e Informações (DSI). Os órgãos do Estado que faziam parte dos ministérios continham uma Assessoria Especial de Segurança (ASI) que era subordinada a DSI. Eram chamadas também de Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI). Nesses termos, a estrutura de produção de informações consistia em várias ASI subordinadas a uma DSI dentro de cada um dos Ministérios Civis.

A ASI instalada dentro da FUNAI era uma das principais fontes de informações que envolviam os projetos de Segurança Nacional. A função dessa ASI era produzir material para o Plano Setorial de Informações do Ministério do Interior (PSI/MINTER). É desta ASI instaurada dentro da FUNAI que foram produzidas investigações sobre as questões territoriais de Rio das Cobras. As investigações geraram culpados que permaneceram sob a espionagem do SNI e sob ameaças da FUNAI e da sociedade não indígena. Nesse momento, lançou mão dos relatórios produzidos pelo SNI e utilizou as informações geradas como fontes para analisar o contexto envolvendo as invasões da terra, os elementos do movimento de retomada e as pessoas investigadas.

3.2 AS INVASÕES DE TERRA EM RIO DAS COBRAS SOB AS INVESTIGAÇÕES DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Nos anos 1970 as terras indígenas no Paraná ainda continuavam com os processos de demarcações sob os embargos e recortes feitos pelo Acordo Lupion. As invasões estavam sendo

⁴²⁷ Idem, p. 94, 2001.

⁴²⁸ Idem.

feitas cada vez mais intensamente, chegaram nos primeiros anos de atuação da FUNAI com uma grande especulação imobiliária. Algumas delas como Rio das Cobras e Mangueirinha sofreram enormes devastações em suas florestas de pinheiros (*araucária angustifolia*) neste momento de transição.

Com a chegada da administração da FUNAI, o Posto Indígena de Rio das Cobras ganhou outro tipo de notoriedade. O Decreto Lupion não havia loteado as terras, mas, abriu precedentes para invasões ainda mais agudas após a criação da FUNAI. Com a transição fez com que os processos de demarcação fossem revistos, as terras que haviam sido medidas durante a administração do SPI, e estavam sob planos de redução, foram colocadas frente a um embargo administrativo que perdurou até a demarcação definitiva, feita em meados dos anos 1980. Durante esse tempo, a quantidade de intrusos em Rio das Cobras aumentou muito, chegando ao final do ano de 1977 quase toda tomada por colonos e madeireiras.

A bandeira da Ditadura Militar levantada contra as irregularidades cometidas em anos anteriores levou diversos setores a instaurar inquéritos de investigação. No ano de 1968 decorrente das várias denúncias de grilagem nas terras indígenas no Paraná, o assunto foi objeto de investigação detalhada do SNI a pedido da Presidência da República. Os relatórios gerados foram de que a maioria das Terras Indígenas no Paraná, teriam passado por um processo de espoliação nos governos anteriores. “A manobra foi iniciada no 1º Governo LUPION e terminada no 2º Governo do mesmo cidadão. Foi possibilitada pela corrupção e tráfico de influência política e a conivência do ex-SPI.”⁴²⁹. Para O SNI não havia dúvidas de que as ações e conivências dos funcionários do SPI e o Acordo Lupion eram os motivos iniciais dos problemas de invasões que se apresentavam nas Terras Indígenas no Paraná.

Muitos dos títulos de posse que foram expedidos sobre a Terra Indígena de Rio das Cobras foram feitos durante a administração do SPI. Com as brechas e com a atuação política, foram feitas diversas manobras para que as terras fossem ocupadas, principalmente a partir da atuação de políticos locais e estaduais, como é o caso da família de políticos Natél de Camargo. Por intermédio desses existiram algumas titulações de terras, grilagens e arrendamentos, que não pararam com a chegada da FUNAI. Embora os representantes da Ditadura Militar tivessem cientes em suas investigações de que as invasões foram facilitadas por intermédio de agentes do Estado, nesse momento nenhuma providência foi tomada.

⁴²⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Serviço Nacional de Informações. Agência de Curitiba. **Informação nº480/SNI/ACT/1968. Grilagem de Terra no Paraná** – Terras dos Índios. 17 de julho de 1968.

Sobre as terras Guarani e Kaingang de Rio das Cobras foram feitos levantamentos acerca das invasões também em 1968, através de um Grupo de Trabalho (GT) criado pelo decreto nº 62.699 de 14 de maio de 1968, presidido pelo Presidente do Ministério do Interior.

Por força do critério fixado pelo Acordo de 1949, haviam os representantes do SPI e o do Governo Estadual estabelecido, inicialmente, a área de 12.600 há para os índios Kaingang e 4.200 há para os índios Guarani, do Posto Indígena Rio das Cobras, perfazendo um total de 16.800 há. Em face disso, a Autorização nº 19/56, de 27.04.56, do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná, determinou à Sociedade Técnica de Engenharia Anhangá Ltda a execução dos trabalhos de medição e demarcação da área, trabalhos que viriam a ser renovados e executados pela firma Ludorico Axel Surjus. Terminada a demarcação da área de 19.107 há, e não 16.800 há como anteriormente calculado⁴³⁰

Nas análises do GT a maior parte das áreas indígenas estava tomada de invasores. Dessa forma, como avaliação decretaram que os títulos fossem todos anulados e que as terras indígenas fossem registradas com prazo de 90 à 120 dias no Patrimônio da União.

A decisão do GT feita em 26 de junho de 1969 não foi considerada e só viriam a ser tomadas novas diretrizes após o Estatuto do Índio em 1973. Como resultado de regulamentar a posse indígena, proibir os arrendamentos e estabelecer o prazo de que todas as demarcações fossem feitas até o ano de 1978, o Estatuto possibilitou também que o processo de demarcação de Rio das Cobras fosse retomado.

Em abril de 1975 o Chefe da Agência do SNI em Curitiba enviou um ofício para o Delegado da FUNAI da 4ª regional, Francisco Brasileiro, pedindo informações em relação às devastações da cobertura vegetal ocorridas em duas áreas, Rio das Cobras, chamada de colônia Xagú e Mangueirinha. Essas áreas segundo o Chefe do SNI, Coronel Waldir Eduardo Martins, estavam em grande parte já devastadas “[...] vítimas das deficiências da FUNAI e da cupidez de firmas madeireiras que, aproveitando-se do litígio existente quanto aos limites dessas colônias estão agindo com total desenvoltura, sob a cobertura de elementos poderosos, inclusive autoridades.”⁴³¹. O Delegado Regional Francisco Brasileiro enviou um documento confidencial em resposta ao chefe do SNI em Curitiba, como dizia no documento:

⁴³⁰ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Divisão de Segurança e Informações DSI. **Informação nº 22/0395-C/78. Atrito entre índios e Possseiros – Rio das Cobras/PR.** 13 de março de 1978. Anexo. p.5. Fotograma 006. Acervo do Arquivo Nacional.

⁴³¹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Central. Pedido de Busca nº 135/17/AC/75, Confidencial. **Devastação da Cobertura Vegetal no Estado do Paraná.** Abril de 1975. Acervo do Arquivo Nacional.

O imóvel Rio das Cobras, compreendido entre os Rio das Cobras, Despedida e Guarani, uma estrada antiga e outros acidentes geográficos se compõem de mais de 19.000 hectares de terras e é de posse imemorial dos silvícolas das nações Kaingang (coroado) e Guarani. [...] desprezados os trabalhos topográficos executados pela Sociedade Técnica de Engenharia Anhangá, renovados recentemente por Ludovico Axel Surjus, a administração estadual criou, superpondo-os à área indígena, os loteamentos denominados COLÔNIA ADELAIDE e COLÔNIA GUARANI, cuja maior parte abrangeu terras cobertas de pinheiros, alienando a particulares os respectivos lotes, cuja superfície total se estima em mais de 10.000 hectares. Daí os constantes choques entre os beneficiários desses loteamentos e seus “jagunços” e os grupos tribais [...] ⁴³²

O Estado do Paraná mesmo já tendo iniciado o processo de anulação dos títulos não deu sequência ao processo de reintegração. No documento, o Delegado Regional da FUNAI concorda ser o Acordo Lupion e a administração do SPI os causadores das aberturas de títulos e grilagem dos hectares que deveriam ser demarcados e garantidos sob posse inalienável. Ainda assim, os governos locais juntamente com a Sociedade Técnica de Engenharia Anhangá o processo foi revogado e outra delimitação foi realizada pela empresa Ludovico Axel Surjus. A administração estadual não reconhecendo a delimitação da área indígena estabeleceu o loteamento de duas colônias, Adelaide e Guarani, em terras indígenas, as quais foram tituladas por interesses econômicos sobre áreas de grandes quantidades de pinheiros. Áreas que não por acaso ficaram sob posse de grandes proprietários e madeireiros. Era comum que os títulos fossem passados nas mãos de diversas pessoas em um curto espaço de tempo até chegar na posse de latifundiários, essa era uma estratégia de colonização aplicada para forjar a legitimidade dos títulos. Como os aparatos jurídicos não estavam dando prosseguimento na demarcação definitiva da área, as terras dos Guarani e Kaingang foram rapidamente dilaceradas por intrusos sem título.

No mês de agosto do ano de 1975 é aberto outro GT para fazer um levantamento dos intrusos nas terras de Rio das Cobras. O grupo era integrado por membros do Governo Estadual, da FUNAI e do INCRA, instituições que estavam diretamente responsáveis pelos grupos envolvidos. Foi apresentado relatório final do GT no dia 30 de dezembro de 1975, onde ficava explícita a imensa quantidade de intrusos. Em conclusão:

Esse levantamento acusou que parte Substancial das terras indígenas, em especial as agriculturáveis, se encontrava ocupada por arrendatários: portadores de títulos de domínio; intrusos, prejudicando a implantação ou o desenvolvimento de projetos agrícola e, por outro lado, dando ensejo à violenta depredação florestal. No caso em foco, PI Rio das Cobras, o GT cadastrou 19 titulados e 249 intrusos, ocupando uma

⁴³² MINISTÉRIO DO INTERIOR. Ofício nº 007/75-Gab/4ª DR-CONFIDENCIAL, do Delegado da 4ª Delegacia Regional da FUNAI para o Chefe do SNI em Curitiba. 20.06.75. Acervo do Arquivo Nacional.

área total de cerca de 18.000 há, ou seja, 94 % da área indígena. [...] Face a esses critérios, no PI Rio das Cobras, 218 famílias seriam assentadas e 50 famílias não teriam direito ao assentamento.⁴³³

Com mais de 90% das terras tomadas os títulos de terra eram poucos em comparação ao número de intrusos, além disso o levantamento mostra a separação das famílias que teriam direito a serem assentadas e aqueles que perderiam tudo.

Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras

(continua)

Nº	NOME DO PROPRIETÁRIO	IDADE	GÊNERO	Nº DE DEPENDENTES	FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA EM HÁ
1	Adair Remos	22	M	2	INTRUSO	12,10
2	Adalto Luiz dos Santos	25	M	2	INTRUSO	12, 10
3	Adão Dutra Vieira	28	M	6	INTRUSO	19,36
4	Afonso Cordeiro de Lima	41	M	8	INTRUSO	24,00
5	Agenor Pereira	53	M	6	INTRUSO	12,00
6	Agnelo Antonio Pereira	25	M	3	INTRUSO	580,00
7	Aguinelo Irineu dos Santos	67	M	7	INTRUSO	19,00
8	Alaor dos Santos	21	M	1	INTRUSO	19,78
9	Alcebiades Falquembach	59	M	4	INTRUSO	96,80
11	Alcides Boretti dos Santos	21	M	3	INTRUSO	-
10	Alcides de Oliveira Cruz	33	M	4	INTRUSO	48,40
12	Alcindo Lima de Farias	49	M	10	INTRUSO	60,50
13	Aldoino Cavanhal	50	M	4	INTRUSO	16,00
14	Alfredo Roque Rezende	40	M	8	INTRUSO	96,80
15	Alvino Anacleto	41	M	10	INTRUSO	24,20
16	Amadeu Cruz da Silva	49	M	6	INTRUSO	121,00
17	Amadeu Rodrigues	32	M	2	INTRUSO	10,00
18	Amantinho Carlos Stefanos	65	M	2	INTRUSO	24,20
19	Amélia Alves dos Santos	68	F	2	INTRUSO	6,00
20	Adriano Garcia Fernandes	36	M	9	INTRUSO	60,50
21	Anibal Francisco de Souza	40	M	9	INTRUSO	7,26
22	Anibal Lusco	42	M	9	INTRUSO	48,00
23	Antenor Gonçalves de Ramos	23	M	2	INTRUSO	12,15
24	Antonio Adálico Sinsen dos Santos	26	M	5	INTRUSO	-
25	Antonio Antuneg- Gairla	24	M	4	INTRUSO	48,40
26	Antonio Antunes de Camargo	36	M	10	INTRUSO	9,68
27	Antonio Antunes de Oliveira	49	M	9	INTRUSO	16,94
28	Antonio Batista de Farias	25	M	5	INTRUSO	49,00

⁴³³ MINISTÉRIO DO INTERIOR. Divisão de Segurança e Informações DSI. **Informação nº 22/0395-C/78. Atrito entre índios e Possseiros – Rio das Cobras/PR.** 13 de março de 1978. Anexo. p.5. Fotograma 010. Acervo do Arquivo Nacional.

Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras

(continuação)

Nº	NOME DO PROPRIETÁRIO	IDADE	GÊNERO	Nº DE DEPENDENTES	FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA EM HÁ
29	Antonio Benite	78	M	6	INTRUSO	14,50
30	Antonio Besquis	29	M	5	INTRUSO	96,80
31	Antonio Castro Neto	29	M	7	INTRUSO	72,00
32	Antonio Elias dos Santos	29	M	4	INTRUSO	14,52
33	Antonio Gervásio de Carvalho	40	M	9	INTRUSO	242,00
34	Antonio Lits	30	M	6	INTRUSO	48,00
35	Anibal Mariano Machado	36	M	7	INTRUSO	169,00
36	Andre Piloti Filho	51	M	7	INTRUSO	24,00
37	Antonio Negreli	54	M	12	INTRUSO	294,40
38	Antonio dos Santos Siqueira	31	M	1	INTRUSO	72,60
39	Antonio Silveira Gomes	28	M	7	TITULADO	33,88
40	Argemird Olenich	27	M	3	INTRUSO	145,00
41	AriCaetano de Assis	24	M	3	INTRUSO	-
42	Ari Ferreira de Oliveira	24	M	4	INTRUSO	14,52
43	Ari Gonçalves	24	M	4	INTRUSO	4,00
44	Ari Ortiz Falkambak	47	M	12	INTRUSO	145,20
45	Ari Rosa de Oliveira	46	M	7	INTRUSO	21,78
46	Aristides Nunes Figueiredo	55	M	6	INTRUSO	82,00
47	Arlindo Anacleto	47	M	7	INTRUSO	12,10
48	Armando Gonçalves da Silva	38	M	12	INTRUSO	145,00
49	Artur Carlos Stefanés	54	M	4	INTRUSO	121,00
50	Artur Cordeiro de Cristo	40	M	8	INTRUSO	7,26
51	Arvino Schadek	43	M	11	INTRUSO	287,98
52	Arzelino Francisco Major	33	M	8	INTRUSO	24,20
53	Atilio Vieira	45	M	11	INTRUSO	193,00
54	Augusto Joser	67	M	5	INTRUSO	121,00
55	Aurelino Fernandes Pessoa	44	M	9	INTRUSO	10,00
56	Balduino Lorenço ToMenzi—	48	M	6	TITULADO	24,20
57	Basilio da Costa	20	M	6	INTRUSO	12,10
58	Batista Vicente de Paula	55	M	5	INTRUSO	60,00
59	Belmiro Gomes	55	M	-	INTRUSO	100,00
60	Braz Ferreira de Freitas	52	M	7	TITULADO	96,80
61	Cândido Vieira de Souza	38	M	3	INTRUSO	7,00
62	Carlos Tamacheski Wincz	42	M	9	INTRUSO	242,00
63	Castelino Alves dos Santcs	37	M	4	INTRUSO	8,00
64	Cicero Pedro de Andrade	28	M	5	INTRUSO	12,50
65	Clarindo Gomes	47	M	7	INTRUSO	25,00
66	Claudio Jamelli	28	M	3	INTRUSO	48,00
67	Claudio Freitas dos Santos	20	M	-	INTRUSO	19,36
68	Constante Ferreira de Freitas	25	M	3	INTRUSO	12,10

Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras

(continuação)

Nº	NOME DO PROPRIETÁRIO	IDADE	GÊNERO	Nº DE DEPENDENTES	FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA EM HÁ
69	Daniel J. de Souza	26	M	4	INTRUSO	12,00
70	Denival Gonçalves	26	M	2	INTRUSO	36,00
71	Dercilio Moraes Gomes	23	M	3	INTRUSO	24,20
72	Divino Gomes da Silva	26	M	1	INTRUSO	8,00
73	Domingos Andreta	36	M	9	INTRUSO	9,68
74	Domingos Muncio Campaglani	25	M	4	INTRUSO	12,00
75	Domingos Nunes Farias	38	M	-	INTRUSO	24,20
76	Domngos de Souza	28	M	-	INTRUSO	5,00
77	Dontilio Ribeiro	39	M	8	INTRUSO	121,00
78	Donato Cordeiro de Lima	49	M	14	TITULADO	107,42
79	Dorival Ganasoli Schisler	22	M	2	INTRUSO	36,00
80	Derivai Rodrigues	29	M	4	INTRUSO	12,00
81	Tarao Takade	35	M	-	INTRUSO	830,00
82	Eloides Schadeck	22	M	4	INTRUSO	36,30
83	Emilio Augusto Sampaio	41	M	9	INTRUSO	72,60
84	Emilio Ribeiro	47	M	2	INTRUSO	3,60
85	Emilio Suldowski	40	M	9	INTRUSO	200,00
86	Eraldo Fernando Medina	44	M	5	INTRUSO	12,00
87	Erlindo Cardoso dos Santos	30	M	3	INTRUSO	16,00
88	Etuino Fallini	54	M	8	INTRUSO	60,50
89	Eugenio Jankoski	28	M	3	INTRUSO	169,00
90	Eugenio Kojonski	26	M	1	INTRUSO	12,50
91	Faustino Antunes dosSantcs	34	M	4	INTRUSO	4,00
92	Felix Jose Ribeiro	72	M	2	INTRUSO	11,10
93	Francisco Alves	28	M	3	TITULADO	430,00
94	Francisco Américo	22	M	-	INTRUSO	96,80
95	Francisco de Assis	25	M	2	INTRUSO	72,00
96	Francisco Camargo Rodrigues	50	M	6	INTRUSO	24,20
97	Francisco Miguel Pereira	51	M	4	INTRUSO	24,00
98	Francisco P. de Farias	50	M	8	INTRUSO	12,00
99	Francisco P.dos Santos	23	M	-	INTRUSO	72,00
100	Francisco R. Lusco	35	M	5	INTRUSO	36,00
101	Francisco Stachelski	44	M	10	INTRUSO	145,00
102	Francisco V.de Paula	57	M	7	INTRUSO	72,50
103	Fidelis Martinazzo	38	M	4	INTRUSO	286,90
104	Gabriel Galolio	34	M	10	INTRUSO	242,00
105	Generoso Cordeiro de Lima	47	M	9	INTRUSO	12,00
106	Genesio Lodim	38	M	7	INTRUSO	42,00
107	Geronimo Augusto dos Santos	73	M	1	INTRUSO	9,68
108	Guardiano Rodrigues	38	M	8	INTRUSO	8,00
109	Harmiro N.Companhoni	45	M	6	INTRUSO	36,30
110	Hermogeno C. da Silva	70	M	1	INTRUSO	12,00

Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras

(continuação)

Nº	NOME DO PROPRIETÁRIO	IDADE	GÊNERO	Nº DE DEPENDENTES	FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA EM HÁ
111	Idazima Rosa	56	F	3	INTRUSO	5,00
112	Idulino Piacentini	47	M	30	TITULADO	686,00
113	Ilvio Rosa de Oliveira	31	M	6	INTRUSO	20,00
114	Ismael Manoel Machado	49	M	18	TITULADO	203,28
115	Ivo Menegati	23	M	1	INTRUSO	48,00
116	Jairo Correia	37	M	9	INTRUSO	48,40
117	Jamira Vilarino de Meira	27	F	1	INTRUSO	12,00
118	João Antonio Pereira	27	M	5	INTRUSO	12,00
119	João Antunes da Silva	31	M	5	INTRUSO	4,00
120	João Carneiro de Oliveira	32	M	6	INTRUSO	2,00
121	João Castro	45	M	2	INTRUSO	11,68
122	João Cruz da Silva	20	M	1	INTRUSO	12,10
123	João Elias de Jesus	70	M	8	INTRUSO	9,68
124	João Frizzo	69	M	4	INTRUSO	20,00
125	Juão Jose Rodrigues	42	M	7	INTRUSO	90,00
126	João Konjonski	26	M	4	INTRUSO	75,00
127	João Maria Alves	43	M	6	INTRUSO	24,20
128	João Maria do Amaral	27	M	2	INTRUSO	-
129	João Maria Borges	35	M	3	INTRUSO	12,00
130	João Maria de França	25	M	-	INTRUSO	36,00
131	João Maria Morais.	20	M	4	INTRUSO	7,26
132	João Maria Nis Sobrinho	36	M	6	INTRUSO	19,26
133	João Maria Pedrosa Ribeiro	46	M	5	TITULADO	36,30
134	João Maria Rodrigues	36	M	3	INTRUSO	60,00
135	João Pedro da Silva	31	M	5	INTRUSO	5,00
136	João Ribeiro de Souza	35	M	3	INTRUSO	24,20
137	João Silveira	34	M	8	INTRUSO	14,00
138	João Souza Bueno	60	M	5	INTRUSO	193,00
139	João Alban	44	M	7	INTRUSO	72,60
141	Joaquim Aluino Kelamowski	40	M	2	TITULADO	36,30
142	Joaquim Cruz de Souza	33	M	4	INTRUSO	242,00
143	Joaquim Germano da Silva	33	M	-	INTRUSO	12,00
144	Jornival Freitas dos Santos	22	M	-	INTRUSO	19,36
145	Jorge Alves Pereira	43	M	2	INTRUSO	100,00
146	Jorge Ferreira dos Santos	52	M	5	INTRUSO	26,62
147	Jorge Leoterto F. Faccini	30	M	2	INTRUSO	179,00
148	Jorge Moraes	21	M	1	INTRUSO	5,00
149	Jose Albino Klamowski	32	M	-	TITULADO	36,60
150	Jose Amanso de Oliveira	62	M	8	INTRUSO	48,00
151	Jose Antunes dos Santos	38	M	11	INTRUSO	12,00
152	Jose Augusto dos Santos	38	M	10	INTRUSO	37,50
153	Jose Borges da Fonseca Filho	25	M	1	INTRUSO	24,00
154	Jose Czuczman	41	M	1	INTRUSO	84,00
155	Jose Desentenik	34	M	8	INTRUSO	4,80
156	Jose Edemir Quadros	24	M	3	INTRUSO	48,40
157	Jose Ferreira de Freitas	23	M	4	INTRUSO	36,00

Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras

(continuação)

Nº	NOME DO PROPRIETÁRIO	IDADE	GÊNERO	Nº DE DEPENDENTES	FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA EM HÁ
158	Jose Gaulik	25	M	7	INTRUSO	40,00
159	Jose Gomes	23	M	1	INTRUSO	15,00
160	Jose Marcowski Josefi	40	M	7	INTRUSO	121,00
161	Jose Mariano de França	47	M	5	INTRUSO	37,50
162	Jose Merquardt Costa	36	M	3	INTRUSO	36,00
163	Jose Mendes dos Santos	24	M	2	INTRUSO	20,00
164	Jose Moreira dos Santos	43	M	6	INTRUSO	65,34
165	Jose Negrelli	34	M	6	INTRUSO	290,00
166	Jose Nelson da Costa	25	M	-	INTRUSO	10,00
167	Jose Paulino Zoin.a	25	M	-	INTRUSO	12,00
168	Jose Pedro Antonio Dias	30	M	4	INTRUSO	24,00
169	Jose Pereira dos Santos	36	M	9	TITULADO	242,00
170	Jose Ribeiro dos Santos	36	M	6	INTRUSO	12,00
171	Jose da Silva Sobrinho	25	M	5	INTRUSO	242,00
172	Jose Sobrinho da Silva	36	M	3	INTRUSO	121,00
173	Jose Veloso do Amaral	60	M	3	INTRUSO	12,00
174	Juares Correia	28	M	-	INTRUSO	96,00
175	Jucival Ribeiro Lusco	32	M	6	INTRUSO	12,00
176	Juvenal Damasio de Lima	24	M	7	INTRUSO	28,40
177	Juvite Alves de Oliveira	30	M	-	INTRUSO	9,00
178	Lamartin Rodriw es	46	M	5	INTRUSO	1,20
179	Leopoldo Zukovski	39	M	3	INTRUSO	24,20
180	Licio Gonçalves	38	M	9	INTRUSO	24,00
181	Leonardo Mascoski Josefi	23	M	2	INTRUSO	72,60
182	Lorenço Soares	32	M	9	INTRUSO	24,20
183	Loucevel da Silva Azevedo	33	M	4	INTRUSO	12,00
184	Lourival Alves de Azevedo	31	M	3	INTRUSO	12,00
185	Luiz Correia Waschingnton	26	M	3	INTRUSO	242,00
186	Luiz Rodrigues	50	M	1	INTRUSO	24,00
187	Luiz Sentara	33	M	5	INTRUSO	12,10
188	Marcionilio José de Souza	27	M	5	INTRUSO	14,00
189	Manoel Felix dos Santos	36	M	10	TITULADO	93,41
190	Marta das Neves Azevedo	27	F	4	INTRUSO	382,00
191	Murilo Sandri	46	M	5	INTRUSO	183,00
192	Miguel Cordeiro de Farias	32	M	4	INTRUSO	12,10
193	Manoeline Fonseca dos Santos	44	F	6	INTRUSO	12,00
194	Manoel Americo Lima Santos	34	M	8	INTRUSO	24,20
195	Manoel Prado da Fonseca	40	M	8	INTRUSO	40,00
196	Manoel Lemes Rodrigues	32	M	3	INTRUSO	24,00

Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras

(continuação)

Nº	NOME DO PROPRIETÁRIO	IDADE	GÊNERO	Nº DE DEPENDENTES	FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA EM HÁ
197	Manoel Ziquiel do Nascimento	63	M	2	INTRUSO	121,00
198	Marcimiano Rodrigues	44	M	6	INTRUSO	12,10
199	Marcie de Jesus Rodrigues	43	F	3	INTRUSO	4,00
200	Mariano Freitas dos Santos	68	M	4	INTRUSO	19,36
201	Mario José Estefanes	30	M	5	INTRUSO	338,80
202	Marino De Azevedo	26	M	1	INTRUSO	19,00
203	Natalidio Silveira	31	M	2	INTRUSO	6,05
204	Nazareno Simões Valário	48	M	14	INTRUSO	121,00
205	Nelson Nunes Figueredo	30	M	5	INTRUSO	79,00
206	Nelson Valmini	33	M	23	TITULADO	235,95
207	Nereu Antunes Ferreira	27	M	3	INTRUSO	193,00
208	Noé Martins	29	M	1	INTRUSO	12,10
209	Odair Antunes Borba	29	M	6	INTRUSO	121,00
210	Odarmo Lima de Farias	55	M	7	INTRUSO	250,00
211	Odalzan Pereira Meirelles	47	M	6	INTRUSO	24,00
212	Olicio Arcamgero Veronez	32	M	4	INTRUSO	41,00
213	Oracides Antunes Borba	22	M	3	INTRUSO	50,00
214	Oralino Cavanhol.	31	M	5	INTRUSO	36,00
215	Ordalino Divino Farias	37	M	3	INTRUSO	14,00
216	Orlando Rodrigues	66	M	1	INTRUSO	24,20
217	Orvina Pedrosa dos Santos	50	F	2	INTRUSO	12,10
218	Oscar Osvaldo Kirst	57	M	1	TITULADO	145,00
219	Otenil José de Souza	24	M	6	INTRUSO	24,00
220	Paulo Lusco	47	M	7	INTRUSO	12,10
221	Pedro Antonio Sampaio	47	M	6	INTRUSO	48,00
222	Pedro Antonio dos Saltos	66	M	4	INTRUSO	36,00
223	Pedro Bordela	25	M	3	INTRUSO	121,00
224	Pedro Carvalho	22	M	2	INTRUSO	14,52
225	Pedro Castro	23	M	4	INTRUSO	94,80
226	Pedro Chaves	27	M	4	INTRUSO	12,10
227	Pedro Gonçalves Prbencio	37	M	9	INTRUSO	12,50
228	Pedro Nunes	47	M	-	INTRUSO	17,30
229	Pedro Ramos	51	M	9	INTRUSO	16,94
230	Pedro Ribeiro lusco	25	M	2	INTRUSO	96,80
231	Pedro Rodrigues dos Santos	55	M	10	INTRUSO	96,80
232	Pedro dos Santos	55	M	6	INTRUSO	12,50
233	Polan Sivslowski	25	M	-	INTRUSO	145,20
234	Pedro Viana	35	M	-	INTRUSO	10,00
235	Rafael Burda	21	M	-	INTRUSO	24,20
236	Reinaldd Senvenhu	63	M	9	INTRUSO	45,00
237	Roberto Fernandes de Lima	61	M	1	INTRUSO	24,00
238	Rosalina Maria Ribeiro	70	F	1	INTRUSO	7,00
239	Slustriano B. Gonçalves	41	M	5	INTRUSO	36,00

Tabela 06 – Invasores e titulados dentro da Terra Indígena Rio das Cobras.

(conclusão)

Nº	NOME DO PROPRIETÁRIO	IDADE	GÊNERO	Nº DE DEPENDENTES	FORMA DE OCUPAÇÃO	ÁREA OCUPADA EM HÁ
240	Samoel Rodrigues	35	M	6	INTRUSO	242,00
241	Sebastião Alves Ferreira	30	M	5	INTRUSO	108,00
242	Sebastião A. Gonçalves Ramos	35	M	3	INTRUSO	14,50
243	Sebastião Antunes de Oliveira	40	M	2	INTRUSO	6,05
244	Sebastião E. dos Santos	67	M	6	INTRUSO	12,00
245	Sebastião José Carvalho	67	M	9	INTRUSO	121,00
246	Sebastião P. dos Santos	26	M	4	INTRUSO	12,00
247	Sebastião S. de Moraes	59	M	3	INTRUSO	11,10
248	Sebastião Soares	38	M	8	INTRUSO	24,00
249	Silvio R. Camargo	22	M	8	INTRUSO	48,00
250	Teofilo Kaminski	46	M	5	INTRUSO	14,52
251	Urbano José da Silva	28	M	3	INTRUSO	12,10
252	Valdelino A. dos Santos	27	M	4	INTRUSO	4,00
253	Valdemar Moraes Gomes	20	M	4	INTRUSO	24,20
254	Valdemar Nunes Figueiredo	32	M	5	INTRUSO	79,00
255	Valdivino Ribeiro	24	M	3	INTRUSO	11,10
256	Valdivino R. dos Santos	35	M	8	INTRUSO	10,00
257	Valdomiro Buda	24	M	6	INTRUSO	15,00
258	Valfridio Herkrich	36	M	6	INTRUSO	169,40
259	Venceslau X. de Oliveira	53	M	3	INTRUSO	12,10
260	Virgilio Lima dos Sa-itos	45	M	4	INTRUSO	36,00
261	Virgilio Markovski Josefi	27	M	3	INTRUSO	121,10
262	Vicente Klaitik Braga Cristo	33	M	6	INTRUSO	193,60
263	Vitorino Castro	54	M	3	INTRUSO	24,00
264	Vivaldino Moraes	38	M	5	INTRUSO	12,10
265	Waldir Moreira de Quadros	52	M	6	INTRUSO	84,00
266	Waldomiro Markovski Josefi	52	M	1	INTRUSO	145,20
267	Waldomiro Martinazzo	35	M	1	TITULADO	181,50
268	Waldomiro P. dos Santos	22	M	2	INTRUSO	24,20

Fonte: MINISTÉRIO DO INTERIOR. Divisão de Segurança e Informações DSI. **Informação nº 22/0395-C/78. Atrito entre índios e Possesiros – Rio das Cobras/PR.** 13 de março de 1978. Anexo. p.5. Fotograma 010. Acervo do Arquivo Nacional

O INCRA e a FUNAI depois do levantamento não tomaram mais providência, novamente presos na omissão do Estado. O resultado foi a especulação ainda maior sob as terras, pois corria a notícia de que não seriam demarcadas como posse indígena, o que confinou a população Kaingang e Guarani em pequenos pedaços. Segundo documento do SNI, a explosão da entrada dos invasores foi uma estratégia movida pelos titulados, que eram grandes proprietários ligados a políticos locais. Como consta no relatório: “Outrossim, prevalecendo-se

da situação criada pelo estado, numerosas famílias introduzidas, como preposto, pelos portadores de títulos de aquisição de tais lotes, transformaram-se em intrusos, a elas se reunindo invasores “industriais da posse” e, até foragidos da justiça.”⁴³⁴

O relatório ainda aponta para a presença de diversas madeiras, entre elas a Laminadora Canta Galo, que tinha sede no município de Canta Galo-PR. Madeira De Carli Ltda de Laranjeiras do Sul, Grande Albertoni Ltda – também de Laranjeiras do Sul, Gildo Regnol de Nova Laranjeiras, mas principalmente a empresa Madeira Marochi e o latifundiário Idolino Piassentini. Segundo relatório do SNI essas empresas foram responsáveis por derrubar e comercializar cerca de 246 pinheiros entre setembro e dezembro de 1977⁴³⁵.

Nas informações prestadas pelo SNI, o processo de retirada dos intrusos e demarcação da área não foi concluído por conta de interferências políticas no ano de 1976, sendo paralisadas todas as ações naquele ano eleitoral. Depois que foram concluídas as eleições, foram retomados os trabalhos da FUNAI de notificação e retiradas dos intrusos que não tinham direito ao assentamento. Contudo, embargos políticos desconhecidos que ocorreram entre o ano de 1975 e 1977 travaram novamente os trabalhos e possibilitaram que mais intrusos e arrendatários adentrassem na área. O que consta no relatório de informações prestadas pelo SNI, é que o agente facilitador das vendas de terras era o Chefe do Posto Indígena da FUNAI em Rio das Cobras, Leonardo Aparecido Machado, que assumiu o Posto entre 1975 e 1977. Entre esses anos o número de invasores tinha subido de pouco mais de 250, segundo levantamento da FUNAI e do INCRA para 1.500. Depois de algumas denúncias feitas para a Delegacia da FUNAI contra ele, decretaram sua transferência. Esse funcionário teria agido, segundo as informações do SNI, junto com grandes proprietários de terras em grilagens e arrendamentos.

Quando então estoura a retomada das terras em Rio das Cobras entre dezembro de 1977 e janeiro de 1978, a FUNAI estava ciente de que as invasões de terras foram feitas através de negligências do próprio Estado e de seu funcionário. A comissão designada pelo Delegado Regional da FUNAI José Carlos Alves, em 13 de janeiro de 1978, para averiguar os crimes cometidos pelo Chefe de Posto, constatou que os Guarani estariam fazendo um movimento para realizar a retirada forçada dos invasores. Dando indícios das táticas apresentadas pelo povo Guarani em Rio das Cobras a comissão ressaltava que liderados pelo cacique Valdomiro Pires de Lima já teriam iniciado as notificações e investido contra alguns posseiros:

⁴³⁴ Idem. Anexo. p.2. Fotograma 007.

⁴³⁵ Idem. Fotograma 012.

[...] os Guaranis –cerca de 60 homens – trataram de imediatamente notificar vários outros posseiros a, em prazos que variam entre 15 e 30 dias, desocuparem suas terras. Trataram mais de, organizados em equipes, policiar as entradas da área e dizer a todos da sua pretensão de a qualquer custo, reaver suas terras⁴³⁶.

Os Guaraní, segundo a comissão da FUNAI que esteve em Rio das Cobras, estariam fazendo de maneira orquestrada a pressão e vigilância das terras, cansados da omissão dos órgãos públicos teriam feito por seus próprios meios as notificações e a tentativa de retirada dos posseiros. Entretanto, para a comunidade de informação era preciso achar os culpados pelas incitações feitas contra os posseiros e a articulação dos Guaraní e Kaingang, para isso foram acusados os integrantes do CIMI-Sul.

A FUNAI se colocava como quem terminou os conflitos e instaurou a paz em Rio das Cobras, tomava como sua a decisão de retirar os invasores com estratégias militares. Dizia o relatório: “A decisão da FUNAI, da retirada dos intrusos, contando com o apoio de Órgãos federais e estaduais, cortou o mal pela raiz, abortando os seus planos maquiavélicos de agitação”⁴³⁷. Foi montada uma operação para a retirada dos posseiros chamada Operação Laranjeiras, envolveu forças da Polícia Federal e do Exército para acompanhar as famílias que iam se retirando das terras indígenas. Essa operação, que contou com a presença do presidente da FUNAI, Ismarth de Oliveira Araújo, foi a justificativa criada para colocar as ações do Estado como protagonistas e apaziguadoras dos conflitos criados pelo CIMI.

O presidente da FUNAI ao escrever sua avaliação sobre o caso fala sobre a interferência subversiva. Na avaliação do presidente que consta no relatório do SNI diz o seguinte: “No dia 20 de Fev. o presidente da FUNAI manteve contato, em CASCAVEL, com o Gen Cmt do Gpt Frnt, que confirmou a existência de subversão na área. [...]”⁴³⁸. A subversão estava ligada a influência que teriam tido os indígenas por agentes externos, nas palavras de Ismarth de Oliveira Araújo: “[...] sobre os incidentes em RIO DAS COBRAS, focalizei que as agitações iriam aumentar em áreas indígenas, face à atuação da ala progressista do Conselho Indigenista Missionário-CIMI [...]”⁴³⁹. A avaliação do presidente ainda termina afirmando que todas as medidas estavam sendo tomadas para proibir e impedir os membros do CIMI: “A

⁴³⁶ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Superintendência regional do Paraná. Problemas de terras no Posto Indígena do Rio das Cobras Laranjeiras/PR e Quedas do Iguçu/Pr.** 01 de fevereiro de 1978. Acervo do Arquivo Nacional. Fls.02. Fotograma 024.

⁴³⁷ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Central. Informação nº 0205. **Incidente entre Posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR.** p. 10. 07 de março de 1978.

⁴³⁸ Idem. p. 3. 1978.

⁴³⁹ FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório do presidente da FUNAI Ismarth de Oliveira Araújo sobre os acontecimentos do Posto Indígena Rio das Cobras.** Brasília, 20 de março de 1978. Pasta: Incidente entre Posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR Acervo do Arquivo Nacional-SIAN.

FUNAI está estudando uma fórmula para evitar agitação no Sul, frustrando mais uma vez as intenções do CIMI.”⁴⁴⁰.

De um lado a FUNAI e o Estado dizendo que foram eles os responsáveis por restituir a paz e colocar em prática a retirada pacífica dos invasores, de outro o protagonismo dos próprios povos indígenas e o CIMI. Os representantes da Ditadura Militar estavam dispostos a encontrar os responsáveis pelo ambiente de conflito, desconsiderando a atuação e o protagonismo dos povos indígenas na tentativa de um movimento pacífico. A FUNAI e os órgãos de investigação creditaram totalmente aos membros da CIMI e seus apoiadores as ações conflitivas que ocorreram em Rio das Cobras. Cabe aqui fazer um retorno para compreender quem é o CIMI e como atuava no Sul.

3.3 O CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO: POSICIONAMENTOS E PRÁTICAS INDIGENISTAS

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) é uma instituição da Igreja Católica ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Surgiu como um dos meios de articulação e fortalecimento dos povos durante a ditadura militar. Ao compreender suas ações é possível analisar as diferentes formas de atuação que ocorriam nas bases das retomadas das terras indígenas durante o final dos anos 1970 e 1980 nos estados do Sul do Brasil.

Assim como aponta Danielle Bastos Lopes⁴⁴¹ o CIMI foi quem promoveu as primeiras Assembleias de Lideranças e Representantes Indígenas, iniciadas em 1974. Essas reuniões foram fundamentais na formação do que viria a ser conhecido como Movimento Indígena de caráter nacional. Como já destacado também por Bicalho⁴⁴², as Assembleias de Lideranças Indígenas serviram como espaço de diálogo e instrumentalização política, onde as demandas eram não apenas colocadas em pauta, mas discutidas em termos práticos de ações a serem tomadas, tanto recorrendo a esferas jurídico/políticas quanto fazendo as retomadas e expulsando os invasores. Entre 1974 e 1984 foram realizadas cerca de 57 Assembleias com o apoio do CIMI. Nelas as lideranças e representantes indígenas de diferentes povos e estados

⁴⁴⁰ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Agência Central. Informação nº 0205. **Incidente entre Posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR**. de 07 de março de 1978. p.4.

⁴⁴¹ LOPES, Danielle Bastos. **O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2011.

⁴⁴² BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, 2010.

compartilhavam suas demandas como forma de se unir para lutar por seus direitos. As duas principais temáticas discutidas giravam em torno da demarcação das terras e da organização do movimento para pressionar o Estado. Questão que abordo com mais detalhes à frente.

A criação do CIMI, por sua vez, decorre principalmente da Teologia da Libertação. Com base no historiador Clovis Antonio Brighenti⁴⁴³, nas décadas de 1960 e 1970, após o Concílio Vaticano II, alguns setores da Igreja começaram a repensar as suas ações, diretamente ligadas ao contexto social, político e econômico. Cenário marcado pela miséria das populações carentes e pelos regimes de exceção, além da forte influência da guerra fria, que acabou por dividir as posições políticas em uma dicotomia perigosa.

A Teologia da Libertação surge do desenvolvimento de um pensamento religioso que estivesse atuando diretamente nas bases junto às populações mais pobres em suas lutas por liberdade de opressão. Foram fundamentais os encontros episcopais de 1968, em Medellín na Colômbia e em Puebla no México no ano de 1979. Formulada por teólogos como Gustavo Gutierrez e Leonardo Boff, segundo Lowy “[...] vemos o surgimento de um pensamento religioso que usa conceitos marxistas e que serve de inspiração para todas as lutas de libertação”⁴⁴⁴. Assim, libertar significava, como lembra também Benedito Preziosi⁴⁴⁵ reverter a situação de opressão, de pobreza física e simbólica. Esse era o cerne dos pensamentos que foram discutidos em Medellín e em Puebla.

Segundo Leonardo Boff, um dos fundadores da Teologia da Libertação, a vertente consistia em um pensamento de liberdade dos meios de opressão que historicamente foram instituídos na sociedade latino-americana. Boff afirma que: “Não se trata apenas de uma libertação do pecado, mas de uma libertação que também possui dimensões históricas”⁴⁴⁶. Contudo, tais características marxistas levariam os missionários e padres, como destacado por Rubens Valente⁴⁴⁷, a serem perseguidos.

Além disso, as missões religiosas da Igreja Católica estavam sendo alvo de críticas por antropólogos e cientistas sociais, no Simpósio sobre Fricção Interétnica na América do Sul em Barbados, ilha do Caribe, que ocorreu entre os dias 25 e 30 de janeiro de 1971, foi lançada a Declaração de Barbados I: pela Liberdade dos Indígenas, onde condenavam as práticas evangelizadoras que vinham sendo desenvolvidas pela Igreja. De certa forma pressionados e

⁴⁴³ BRIGHENTI, Clovis Antonio. Op Cit. 2012.

⁴⁴⁴ LÔWY, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. p.12

⁴⁴⁵ PREZIO, Benedito. **Caminhando na luta e na esperança**. São Paulo: Loyola, 2003.

⁴⁴⁶ BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. 3ed. Petrópolis: Vozes, p.24 1982.

⁴⁴⁷ VALENTE, Rubens. Op cit. 2017.

observando que deveriam tomar outras medidas frente às atuações junto aos povos indígenas, alguns representantes do clero começaram a desenvolver linhas de pensamento que conseguissem dar conta de agir com base no evangelho, mas sem, com isso, evangelizar.

Segundo Paulo Suess⁴⁴⁸, as linhas principais do CIMI foram sendo pensadas após sacerdotes como Egydio Schwade, Iasi Júnior, Adalberto Holanda Pereira, Dom Luciano Mendes de Almeida, Tomás Balduino, padre José Vicente César, Casimiro Beksta, Ir. Silvia Wewering e Ângelo Jayme Venturelli, começarem a questionar as práticas que a Igreja Católica vinha desenvolvendo com as populações indígenas.

Egydio Schwaden lembra o início dos trabalhos e destaca os primeiros trabalhos feitos pela Operação Anchieta (OPAN) criada por ele como alternativa à falta de apoio da Igreja Católica aos seus ideais de ação indigenista, contrários aos que a Igreja vinha desenvolvendo:

Então a gente aí começou a enfrentar. Quando então depois continuamos os estudos de teologia em São Leopoldo no Rio Grande do Sul, e lá mal cheguei já comecei a escrever cartas para os superiores das missões de Diamantino de que a gente tem que mudar tudo, radicalmente, no sentido assim de que tem que voltar a conhecer em primeiro lugar os povos indígenas, tinham vários povos arredios ainda ... E aí começamos, mas ninguém dava bola, e assim de mudança não entrava na cabeça do pessoal. Foi aí que diante disso eu criei a OPAN no sul, e um colega meu Tomaz Lisboa foi nomeado diretor de um internato em Diamantino e acabou com o internato. Ia ser diretor e acabou com o internato e dizia que quem quer trabalhar com os indígenas vai trabalhar na aldeia, lá pra exatamente fortalecer por lá as bases. E foi aí que eu criei a OPAN, a hoje Operação Amazônia Nativa, na época chamava-se de Operação Anchieta, e que ela começou a prepara voluntários, leigos e leigas dispostos a trabalhar nas missões inicialmente, mas era assim sem fronteiras, era um dos objetivos, sem fronteiras simplesmente, sobre fronteiras políticas e sobre fronteiras eclesiais e aí já também no início de 69, em 70 já seguiu a primeira turma de 10, uma parte para o noroeste de Mato Grosso, essa região que eu já conhecia bastante e mais o restante que eu indiquei para o campo de Guajará Mirim Rondônia e aí começou a cada ano aumentava uma leva, ia uma leva entre 10 e 20 em geral e pegavam nessas áreas onde não tinha nenhum trabalho indigenista nem da FUNAI e nem da Igreja [...] ⁴⁴⁹

As práticas exercidas pela Igreja até então estavam condicionadas à conversão dos povos, com as bases da Teologia da Libertação, começaram a pregar uma conduta que deveria ser desenvolvida através da cultura e das formas de pensar das diferentes etnias. Egydio Schwaden conta como foram criadas as primeiras linhas de atuação:

Eles tinham como ponto integrar-se até o ponto de ser aceito como um deles, iam trabalhar sem salário, o que a gente recebia era em conjunto. De fato, durante 20 anos

⁴⁴⁸ SUESS, Paulo. **A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989**. Petrópolis: Vozes, (Col. Teologia Orgânica. 21), 1989.

⁴⁴⁹ SCHADEN, Egydio. **Entrevista** [23 de maio de 2021]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Google Meet, Florianópolis, 2021. Acervo do autor.

a Organização mandou pessoal assim como voluntários, para poderem exatamente se inserir na causa. Em cima disso, os religiosos também perceberam que tem que mudar os esquemas deles e foi aí que nasceu o CIMI, inclusive até coordenei a reunião em Brasília em que nasceu o CIMI Nacional, o primeiro conselho foi eleito. E esse conselho formado, durante um ano e meio ficou assim totalmente parado, não produziu nada praticamente, ou produziu um ante projeto do Estatuto do Índio, na época ele estava em discussão, o Estatuto dos militares não é!? Tinham dado três anos para poderem colocar em discussão em 71 tinha sido publicado, mas só seria aprovado em 73 e nesse meio tempo então nasceu o CIMI. Aí houve muita reclamação, que não foi feito nada e então o presidente da CNBB achou que deveria criar um secretariado como no CNBB. Aí de fato criou-se o secretariado e me indicaram como secretário executivo, e eu então logo respaldei que a maior força era a Opan, Operação Anchieta, no caso na época, que ia ceder os primeiros voluntários, e a gente começou a organizar, Tomaz Lisboa e eu organizamos então o primeiro programa, que tinha duas vertentes, era: Assembleias Indígenas e Assembleias ou encontros de pastoral indígena, que nós falávamos com os indigenistas que na região atuavam com os povos indígenas, junto com lideranças indígenas eram feitos⁴⁵⁰.

As linhas gerais do Conselho Indigenista Missionário foram oficializadas, assim, na ocasião do III Encontro sobre a Pastoral Indígena, em 23 de abril de 1972. Formava-se uma nova frente de combate às investidas anti-indígenas da Ditadura Militar.

Um dos documentos mais importante publicados depois da fundação do CIMI chama-se Y-juca-Pirama. O Índio: aquele deve morrer. Documento de urgência de Bispos e Missionários, de 25 de dezembro de 1973, mas vindo a público somente em maio de 1974, foi assinado por bispos e padres. Foi um documento denunciando diversos crimes e omissões do Estado, ao mesmo tempo que colocava a caminhada da Igreja em favor dos povos indígenas, na discriminação e na espoliação de seus territórios, principalmente na Amazônia. Segundo Clovis Antonio Brighenti⁴⁵¹, esse documento teve uma grande repercussão entre as diversas vertentes do clero, mesmo sem levar a assinatura institucional do CIMI, o documento marcou a tomada de decisão oficial da Igreja e da CNBB de que as ações de conversão e de negligência seriam seriamente revistas.

É importante destacar também, que para o fortalecimento das ações ligadas ao CIMI o papel fundamental das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que possibilitaram a descentralização do poder da Igreja, fazendo com que leigos também fizessem parte das construções e tomadas de decisões das práticas religiosas em meio à sociedade. Portanto, o CIMI que primeiramente contava com apenas membros ligados ao clero, tem na participação de leigos vinculados as CEBs, e a movimentos políticos e sociais, a integração cada vez maior de temas e discussões democratizadas em favor das lutas populares. Para Lowy, [...] elas

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ BRIGHENTI. Op cit. 2012.

possibilitaram um enraizamento na vida cotidiana das camadas populares e suas preocupações humildes e concretas, um encorajamento à auto-organização de base, uma desconfiança face à manipulação política, a tagarelice eleitoral, ao paternalismo do Estado.⁴⁵²”

Esses ideais revolucionários somavam-se a outros movimentos sociais que eclodiram no Brasil neste momento. O quadro político da década de 1970 e 1980 foi palco de levantes de diversos grupos sociais, coletivos que estavam contra as ideias e interesses impostos pela ditadura militar brasileira. Além disso, a Teologia da Libertação possibilitou ligações da Igreja com vários desses movimentos, como o Movimento Sem Terra (MST), o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e muitos outros movimentos de luta social da cidade e do campo⁴⁵³.

Uma das principais linhas de luta do CIMI era em relação à demarcação das terras indígenas. Atacando a grande acumulação, posicionavam-se em favor da manutenção dos territórios e dos modos de vida das comunidades. A concepção que se tinha era de que só com a manutenção e a garantia do direito à posse territorial é que os povos indígenas poderiam sobreviver física e culturalmente. A preocupação principal era com relação à transformação dos territórios indígenas em mercadorias: “A terra já não é um meio de trabalho, mas apenas uma mercadoria. Essa concepção é uma agressão ao universo cultural do índio. Os índios tem uma relação com a terra baseada na satisfação das necessidades da vida da comunidade, e não na busca do lucro.”⁴⁵⁴

Mas, não era só os indígenas que estavam na preocupação dos representantes do CIMI, os posseiros pobres também estavam nas principais ações ao que se refere a desintrusão das Terras Indígenas em todos os Estados. O Estado e a FUNAI estavam no centro das críticas como principais causadores das invasões das terras. Para o CIMI, os posseiros que estavam adentrando nas terras indígenas se configuravam como uma massa pobre de pessoas que estavam apenas buscando melhores condições de vida. Estariam sendo utilizados tanto pelos grandes proprietários quanto pelo Estado em uma estratégia de colonização. Conforme se manifestam em documento publicado no ano de 1975, os membros do CIMI afirmavam:

Agrava-se ainda mais o problema pelo fato de que as mesmas empresas capitalistas que invadem as terras dos Índios estão igualmente expulsando posseiros e pequenos

⁴⁵² LÖWY, Michel. Op cit., p. 47, 1991.

⁴⁵³ FERREIRA DA SILVA. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

⁴⁵⁴ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Declaração do CIMI**. Goiânia, 25 de julho de 1976. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2. p-p. 32-33. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

lavradores. Por esse motivo, algumas vezes, posseiros e trabalhadores rurais, esbulhados de seu meio de trabalho, são compelidos a ocupar áreas indígenas. É fácil perceber, todavia, que, por trás de eventuais invasões de pequenos lavradores contra as áreas indígenas, está a agressão do latifúndio capitalista – que, em última análise, é o responsável direto e indireto pelo esbulho da terra dos índios. Aliás, queremos denunciar a cortina de fumaça que a FUNAI e alguns setores ligados aos grandes proprietários de terra estão lançando sobre a opinião pública, mostrando a invasão de área indígena como obra de posseiros.”⁴⁵⁵

O posicionamento contrário à FUNAI deixava evidente que o Estado tentava obter o monopólio exclusivo das práticas indigenistas, para o CIMI isso representava uma distração às omissões e abusos que ocorriam pelos interiores do Brasil. Para conseguir colocar em prática seus planos de auxiliar nas lutas, exigiu-se que os missionários adotassem ações de campo mais concretas de inserção em meio aos povos. Assim, para que tivessem suas demandas ouvidas era essencial que as pessoas ligadas ao CIMI tivessem uma forma de atuar que possibilitasse o acesso de forma menos impositiva possível.

Na tentativa de pensar de maneira diferente o conceito de aculturação praticada pelo Estado, o CIMI pensava a aplicação do evangelho através do que chamavam de Inculturação. Conceito que foi pensado pelo padre Paulo Suess, foi uma das linhas de pensamento para que conseguissem se fazer presentes na vida das populações indígenas sem evangelizar como antes faziam, mas ser evangelizado, se incorporar para compreender a realidade vivida. Guiados por esse pensamento e tendo em vista a incorporação das práticas e culturas indígenas, agiam em conformidade com as organizações sociais de cada povo, era assim, no reconhecimento do outro que se entendiam na atuação indigenista⁴⁵⁶. Para o CIMI era essencial que a prática estivesse ligada a uma atuação dos religiosos junto às populações. Em sua declaração afirmava que:

Há pouco mais de um ano, neste mesmo local, a primeira Assembleia Indigenista Missionária promovida pelo CIMI afirmava a necessidade de “os missionários, como pessoas e como Igreja, optarem por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas suas consequências.”⁴⁵⁷

Nesse processo, em contextos de conflito e de invasões se colocavam em favor dos indígenas e na tentativa de instrumentalizá-los em relação aos seus direitos políticos de acesso à posse territorial, para isso o estudo do Estatuto do Índio era uma das práticas mais utilizadas.

⁴⁵⁵ Idem. pp. 32-33.

⁴⁵⁶ SUESS, Paulo. **Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros. Ensaio de missiologia**. São Paulo: Paulus, 1995.

⁴⁵⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Declaração do CIMI**. Goiânia, 25 de julho de 1976. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2. p.p. 32-33. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

As vertentes da Teologia da Libertação e dos conceitos pensados sobre as linhas de desenvolvimento e política social, o fez também ser um instrumento de revolução. Por conta disso, as consequências que a luta trazia para esses missionários quase sempre eram de formas violentas por aqueles que viam na tentativa de demarcação das terras um empecilho para o desenvolvimento e o lucro. Mas, sobretudo, o que movia esses integrantes do CIMI foi uma vontade mútua de conseguir compreender as demandas dos povos indígenas.

3.4 O CIMI REGIONAL SUL

Objetivando ampliar a atuação indigenista por todo território brasileiro, o secretário executivo do CIMI Egydio Schwaden, no ano de 1974, colocou em prática as ideias de construir regionais. Os marcos das decisões foram as reuniões realizadas nas cidades de Meruri no Mato grosso, São Gabriel da Cachoeira no Amazonas, Miracema do Norte em Tocantins e Palmas no estado do Paraná⁴⁵⁸.

Até aquele momento as ações indigenistas ligadas ao CIMI eram feitas separadamente, não tinham um conjunto e não eram coordenadas em uma única linha de pensamento e prática. A regional Sul do CIMI foi criada após o Encontro Regional de Missionários, realizado em Palmas no Paraná, entre os dias 15 e 17 de outubro do ano de 1974. Foram definidas as linhas de atuação envolvendo os três estados do Sul e o estado de São Paulo. Com base nas informações trazidas por Brighenti⁴⁵⁹, no ano de 1975 Egydio Schwaden convidou Egon Dionísio Heck para assumir a coordenação da Regional Sul. Os dois já se conheciam pois atuavam juntos na Operação Anchieta (OPAN). Foi então formada em Xanxerê no estado de Santa Catarina o CIMI-Sul.

⁴⁵⁸ BRIGHENTI, Op cit, 2012.

⁴⁵⁹ Idem. A análise possibilita vislumbrar o papel fundamental que a Diocese de Chapecó, tendo à frete o bispo Dom José Gomes, teve no fortalecimento dos mecanismos de resistência e territorialização do povo Kaingang nas Terras Indígenas Xapecó e Toldo Chimbangue. Dom José Gomes, por sua vez, segundo Brighenti (2012), fora quem delineou as bases para a atuação do CIMI-SUL e consolidou as práticas indigenistas na Diocese de Chapecó. Através de seu engajamento alcançou a presidência do órgão, onde permaneceu entre os anos de 1979 a 1983. Segundo Clovis Antonio Brighenti, Dom José Gomes tinha duas vertentes principais de atuação uma em favor dos agricultores pobres e outra com relações as populações indígenas. Como antes não havia qualquer ligação da Diocese de Chapecó/SC com os indígenas da região, foi depois da chegada de Dom José Gomes e seu contato com Egydio Schwaden, Egon Dionísio Heck e Lothário Thiel, que começam os trabalhos a serem feitos regionalmente. Ainda segundo o historiador, com essas influências e com seu trabalho em campo, Dom José Gomes teria sido “convertido” pelos povos indígenas. Seu trabalho foi fundamental, lutou politicamente em favor da causa dos Kaingang e foi um representante ativo nas denúncias e nas pressões feitas contra as explorações de terras e conflitos agrários.

Além de Egidio Schwaden e Egon Dionísio Heck, também faziam parte do CIMI-Sul os bispos Dom José Gomes (SC), Dom Bruno Maldaner de Frederico Westphalen (RS), Dom Agostinho Sartori de Palmas (PR), Natalício Jose Weschenfelder (PR) e Lothário Thiel. Primeiramente seu funcionamento era com representantes em cada um dos Estados, o que logo foi revisto devida a necessidade de centralizar as demandas. Egon Dionísio e Heck e Lothário Thiel eram recém ordenados padres, foram designados por Egidio Schwaden para coordenar a regional Sul em um primeiro momento. Posteriormente o CIMI-Sul contou com a participação de leigos ligados aos movimentos sociais de base, como exemplo destaca-se Juracilda Veiga e Wilmar da Rocha D' Angelis, ambos entraram no conselho depois dos anos 1976.

Após a reunião realizada em Palmas no ano de 1975, Egon Dionísio Heck e Egidio Schwaden partiram em viagem para visitar o maior número de Terras Indígenas possíveis entre o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo era coletar informações e ver a situação das comunidades, além disso, produziram materiais de denúncias aos casos de violência e invasão de terras. No ano de 1975 os esforços estiveram em fortalecer as primeiras ligações da rede de luta dentro da Igreja, começando nas Dioceses, mantendo contato direto com os vigários. Já existia uma atuação de alguns religiosos junto aos povos indígenas, contudo eram casos isolados e sem apoio coletivo. Nesse início, mesmo com uma equipe reduzida, as redes de contato começaram a se fortalecer rapidamente.

Para os trabalhos de campo que envolviam as viagens para visitas às dioceses e as comunidades indígenas foi criada a Equipe Volante. Segundo consta em uma publicação do Luta Indígena: “A Equipe Volante surgiu da necessidade de se concretizar uma pastoral específica junto aos Índios em todas as paróquias em que haja comunidade indígena aos vigários e equipes de pastoral locais”⁴⁶⁰. Segundo Brighenti a equipe teria sido composta inicialmente por Wilmar da Rocha D'Angelis e Egon Dionísio Heck, que faziam as visitas de campo, e Lothário Thiel, que ficava mais na sede.

A ideia era criar uma rede de solidariedade dentro da igreja fortalecendo as ideias e aumentando o número de apoiadores. Inúmeras paróquias receberam a visita dos integrantes da Equipe Volante, muitas não obtiveram resultado positivo, em outras criaram fortes ligações. Como lembra Wilmar da Rocha D'Angelis, que integrou a Equipe Volante depois de 1976 junto com Egon Dionísio Heck:

⁴⁶⁰ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Notícias Curtas**. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2. P. 14. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

Então é essa relação, a ideia de articular a regional sul do CIMI, que o trabalho do CIMI nacional passou pro Egon, e depois eu entrei como parte dessa equipe, a ideia era essa, não fizeram só no sul fizeram em outros lugares. A ideia era criar uma rede de apoio aos povos indígenas, apoiados nas paróquias e o envolvimento da igreja local, onde possível, onde não possível, e onde a igreja local não desse ouvido aos indígenas, de longe, na medida do possível a gente faria isso, a chamada equipe Volante. Eventualmente a gente ia lá também pra suprir a falta de um apoio local para as comunidades⁴⁶¹.

Nesses termos, a construção da rede de apoio fazia das visitas da Equipe Volante uma prática importante nos trabalhos de coleta de informações e de conscientização das paróquias e dioceses. Nos locais onde não existia atuação da Igreja, a equipe fazia um trabalho de assistência remota, com visitas temporárias. Foi através da imersão dos missionários em meio às comunidades indígenas, com o propósito de compreender um pouco da realidade dos povos, oferecendo auxílio nas suas demandas.

O documento intitulado “Reflexão sobre a atividade missionária indigenista no sul do Brasil”, traz informações acerca do posicionamento defendido pelo CIMI-Sul. Afirmando ser o principal objetivo: “[...] ajudar a despertar para o reavivamento de sua cultura e de sua memória histórica, procurando ler a sua história a partir do seu ponto de vista (de massacrados, explorados, dominados) e não mais do ponto de vista da sociedade que os reduziu a esta situação.”⁴⁶². Assim, compreendiam que suas práticas eram fundamentadas na vivência do evangelho, valorizando a cultura e a memória dos povos indígenas.

A principal atividade para fortalecer as ligações e instrumentalizar os missionários era a realização de encontros, cursos e assembleias, tanto de cunho regional quanto internacional. Eram desenvolvidas inicialmente apenas para as discussões internas do CIMI, principalmente envolvendo a prática indigenista. Posteriormente a ideia se estendeu para auxiliar as lideranças indígenas a se encontrarem em assembleias. Como prática posterior a todas as reuniões e encontros o CIMI produzia documentos sobre as deliberações, esses documentos eram enviados para a imprensa, publicados nos informativos das regionais do CIMI e distribuído nas paróquias.

No próximo tópico destaco as primeiras Assembleias realizadas no Sul até o ano de 1977. Lançando mão das falas dos próprios indígenas nas reuniões e do posicionamento dos

⁴⁶¹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista** [20 de maio de 2020]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020. Acervo do autor.

⁴⁶² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. Luta Indígena nº05 de abril de 1978, pp. 12-19. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO.

missionários do CIMI é possível perceber como o movimento foi sendo construído e sob quais demandas repousava suas ideias de luta.

3.4.1 “Como diz o ditado, né? Uma andorinha só não faz verão sozinha”⁴⁶³: As Primeiras Assembleias no Sul

Antes que ocorresse a retomada da Terra indígena Rio das Cobras os planos de ações já vinham sendo discutidos nas Assembleias e reuniões tanto de lideranças indígenas quanto dos integrantes do CIMI e seus apoiadores. Com o auxílio da Regional-Sul as reuniões entre lideranças indígenas começaram a ser desenvolvidas no Sul na segunda metade dos anos 1970. Embora nenhuma liderança de Rio das Cobras tenha participado dessa primeiras Assembleias, elas são fundamentais de serem destacadas pela importância em criar as bases para o movimento. Além disso, lideranças como Nelson Xangrê de Nonoai, que sempre estiveram presentes nas reuniões, também estiveram em Rio das Cobras no momento de sua retomada.

Na primeira reunião, realizada no ano de 1975, estavam presentes, além dos representantes Kaingang e Guarani dos três estados do Sul, um Bororo e um Xavante. A presença indígena nas reuniões e Assembleias eram importantes, pois era o espaço em que faziam suas trocas. Durante as reuniões os representantes indígenas conversavam entre si, sem interferência dos integrantes do CIMI. Com pautas geralmente voltadas ao direito territorial a organização dos povos se fortalecia.

A presença dos Bororo e Xavante demonstra a troca de comunicação e a ampliação das redes do movimento. Uma das primeiras falas é do Bororo Egídio, expressa a importância de que sejam discutidas as questões de cada povo e que sejam fortalecidas as alianças em direção de um mesmo objetivo:

A viagem é pro bem de nosso patrícios. A gente chega prá dá uma colaboração pros patrício. Eles quer sair do nível que estão prá melhorá a situação deles. De ano em ano melhora. Mas o único problema prá melhorá a situação tem que ter união. Tanto prá trabalho como prá defesa de suas terras. Tanto os Xavantes como nós trabalho unid, e com reunião. **Só uma andorinha não faz verão.**

A FUNAI aqui ajuda até oprimir o indígena, os patrícios daqui do sul. Lá eles até ajuda. Eu ví os patrícios mesmo conta da situação. Eu falei que parece que estão em campo de concentração.

⁴⁶³ Fala da liderança Guarani durante a VIII Assembleias de Chefes e Representantes Indígenas ocorrida em Ijuí rio Grande do Sul no ano de 1977. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **VIII Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas**. In: Informativo Luta Indígena. Junho de 1977, ed. n° 3, p. 16. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

Os Xavante e Bororo presentes falaram de sua experiência em defender suas terras, inclusive expulsando os intrusos à força. As táticas eram de vigia e com utilização de armas de fogo. Além disso, o ataque às criações era uma forma de alimentar as famílias e também de amedrontar os fazendeiros. Como conta Eduardo:

Nós estamos lutando esforçando prá expulsar os intruso. Não é o Padre nem o presidente da FUNAI. Nós estudo a história do Brasil é dominada somente pelos índios. Os brancos intrusam em pouco tempo. Os velhos com a expricação fica furioso de raiva prá vinga nosso avô. Em 1964 começamos a luta pela nossa reserva. Estamos lutando com bravura e delicadeza. Ainda bem que estamos resolvendo. A gora só tem 29 fazendero. Mas o presidente FUNAI vai lá tirá em outubro. Nós matamos dois porcos dos fazendeiro que estava perto da nossa casa e comemos. Em 1972 uma vez fomo na casa do intruso mandamo os materiais dele prá fora da casa ele chegou e reuniu empregados dele pra ataca nós. Os índios quase não parava em casa. Todo dia vigiando a reserva. Então eles viam pessoal reunido com armas. Nós mesmo limpamo, engraxamo rifle e vigiamo a noite inteira até manhecer. Com medo que eles tem voltaram atrpas. Então fazndero arrumou metralhadora. Nós fomo a Cuiabá avisamos delegado. Então a polícia cercou a fazenda e tirou tudo. Não aconteceu briga e eles saíram. Prá defesa de nossa área deve ser unido. Unido resolve mais fácil

Os Kaingang também se pronunciaram contando suas experiências de opressão e de invasão das suas terras. As pessoas que se pronunciaram tiveram seus nomes registrados em português no relatório da reunião. Foram eles: Egídio, José, Eduardo, Antônio Nascimento, Nico Nascimento, Nelson Xangrê, João Miguel e Marcolino Mineiro.

Após o encontro fora decidido formar uma comissão para ir à Brasília, a fim de reivindicar junto ao presidente da FUNAI a legalidade da posse das terras. Em dezembro daquele ano a comissão chega a Brasília. Formada por 10 pessoas representando os povos Guarani, Kaingang, Laklãnô/Xockleng e Xetá⁴⁶⁴.

Trazendo para análise o documento entregue ao presidente da Funai, percebe-se que é invocada, primeiramente, a representatividade dos diferentes povos: “Nós em nome dos 6.000 índios da nação CAINGANGUE, dos 700 XOKLENG e dos 1.500 índios da nação GUARANI, lembrando a luta e o sofrimento dos nossos antepassados que morreram e derramaram seu sangue, para que nosso povo Indígena sobrevivesse [...]”⁴⁶⁵.

Em um primeiro momento o termo “índio”, utilizado pelo Estado, foi tomado como forma de compreender-se como parte de um coletivo, mas, as reais demandas eram de que a multiplicidade de povos e culturas fosse respeitada, reconhecida e, sobretudo, ouvida. Segundo

⁴⁶⁴ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Luta Indígena n° 01 de maço de 1976**. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Brasília-DF. p. 9.

⁴⁶⁵ Idem. p.8.

as lideranças, era fundamental que a diversidade de povos fosse marcada desde o início⁴⁶⁶. Além disso é importante destacar que no documento entregue ao presidente da FUNAI constavam os nomes indígenas dos participantes e não em português. Eram eles Kãreig, Kanheró, Kãgdete, Defei, Jakãg, Xãngrê, Tolé, Fongrê, Fokei, Klintõn.

Um dos documentos que foram redigidos após a primeira assembleia de lideranças no Sul, foi publicado no periódico da regional Sul do CIMI. Como consta: “A nossa luta já começô, precisamos se uni pra defende juntos as nossas terra e os nossos direito. Nois temo que pisá firme e não arredá mais senão o branco pega os últimos pedacinho de terra que ainda temo. E os nossos filhos onde vão vive?”⁴⁶⁷.

No texto frisavam a importância de se valer dos direitos que estavam colocados no Estatuto: “Nóis estamo defendendo nossa terra e tudo que é nosso conforme nossa lei o Estatuto do Índio: Cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras e o direito ao usufruto exclusivo de todas as utilidades naquelas terras existentes (Art. 22)”⁴⁶⁸. O Estatuto do Índio foi um dos documentos principais para as primeiras lutas em direção a reconquistas ocorridas no final dos anos 1977 e ao longo dos anos 1980, mesmo quando isso significou se unir a partir da homogeneidade imposta pelo Estado. Ao final do documento os representantes indígenas do Sul agradecem a presença dos parentes Xavante e Bororo, assim como o apoio prestado a sua luta: “Também sentimos unido para lutar para viver e melhorar o nosso povo e todas as nações de índio do Brasil, principalmente os Xavante e Bororo que vieram nos visitar e ajuda leva pra frente nosso plano. Unidos vamos vencê”⁴⁶⁹.

A construção de fronteiras do nós e do outro se faz sob o risco da sobrevivência das futuras gerações. O que está em jogo perpassa as questões de categoria, mas é no risco à vida que ela se revela. A delimitação do que é ser indígena é, nesse sentido, a construção de fronteiras que são fundamentadas também nas demandas políticas para garantir prosperidade para o povo: “Nossos irmão continuam sendo pisado e surrado pelos intruso”⁴⁷⁰. A identidade aqui busca a unidade, busca a hegemonia do nós, daqueles que comungam das mesmas demandas sem com isso apagar a identidade de cada povo. O documento ressalta o pedido de

⁴⁶⁶ O termo “índio” era utilizado apenas como forma de reconhecimento aos olhos das políticas de Estado naquele momento, o termo é considerado pejorativo e símbolo de colonialismo.

⁴⁶⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Jornal luta indígena, março de 1976**. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – DF. p.2

⁴⁶⁸ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Luta Indígena, nº 1. março de 1976**. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Brasília-DF, p. 3.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Jornal luta indígena, março de 1976**. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Brasília-DF.

união mesmo àqueles que não estão nas terras indígenas. Afirmam que é “[...] pra se uni, fazê reunião pra como agir, luta unido. E também aqueles do nosso povo que tão fora das área nois fazemo o pedido pra eles volta se juntá com nois nas nossas terra pra garanti o futuro pras nossas famílias pros nossos filhos.”⁴⁷¹.

Após esse primeiro encontro entre as lideranças o CIMI publicou um documento para ser entregue ao presidente da FUNAI. Intitulado “Documento que os Bispos do Sul escreveram e deram pra nois entrega para o Presidente da FUNAI: em defesa do índio do Sul”. Datado do dia 22 de outubro de 1975 contava com a assinatura de três representantes, dom Bruno Maldaner, bispo de Frederico Westphalen, Dom José Gomes, bispo de Chapecó, Dom Agostinho e José Sartori, bispo de Palmas. Como consta no documento:

Nós, Bispos, Missionários das Dioceses de Frederico Wesphlen, Chapecó e Palmas, reunidos com representantes dos povos indígenas Kaingang, Terena, xavante e Bororo com a finalidade de pensar uma Pastoral Indígena especial para os Estados do Sul, tomamos conhecimento mais uma vez, dos graves problemas que atingem os índios, dessa área. Constatamos que a causa fundamental da situação difícil em que os diferentes grupos se encontram, está na terra, porque sem esta, nenhum desses povos indígenas poderá sobreviver física e culturalmente.

Cristãos que somos, solidários, portanto com todos os que sofrem, assumimos nesse encontro o compromisso de lutar para que seja respeitado e cumprido o Estatuto do Índio [...] ⁴⁷²

Justificavam sua luta e indignação com a negligência de demarcação das terras com base nos direitos garantidos pelo Estatuto do Índio em seu Art. 18, no qual consta a seguinte determinação: “As terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas”. Os direitos à posse territorial contidos no Estatuto do Índio eram, nesse momento, as principais armas jurídicas utilizadas tanto por missionários quanto por lideranças indígenas na tentativa de garantir a demarcação das terras. Durante as reuniões e cursos do CIMI, assim como nas Assembleias de Lideranças Indígenas, eram feitos estudos do Estatuto do Índio com o objetivo de conhecer e aprofundar o conhecimento acerca dos direitos ali contidos.

O segundo encontro que ocorreu na região Sul foi no ano de 1976, realizado entre os dias 5 e 8 do mês de abril. O local escolhido foi a cidade de Curitiba. O evento foi intitulado “II Assembleia da Regional Sul do CIMI”. Durante a Assembleia participaram dois Kaingang

⁴⁷¹ Idem, p. 3.

⁴⁷² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Em defesa dos Índios do Sul**. In: Informativo Luta Indígena. Março de 1976, ed. nº 1, p. 10. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

do Paraná, dois de Santa Catarina e dois do Rio grande do Sul. Nas palavras do Kaingang Klinton, de Mangueirinha, representavam a influência que as trocas de ideias proporcionadas pelas assembleias de lideranças haviam tido. Em uma das suas falas durante a segunda assembleia do CIMI Klintôn afirma o seguinte: [...] “aqueles Bororo, Xavante, que nos abriram os olhos. [...] Antes éramos sufocados pelos chefes, tínhamos que morrer sem gemer, quietos. Mas agora estamos agindo pois estamos com coragem de falar e discutir.”⁴⁷³ Os exemplos de outros povos proporcionaram não um despertar aos povos no Sul, mas um sentimento de que a luta estava angariando aliados.

Houve também um encontro entre os Kaingang de Nonoai e da T.I. Xaçecó no dia 3 de maio de 1976. Nele estiveram presentes as pessoas que foram até Brasília no ano anterior levar ao presidente da FUNAI as demandas discutidas na primeira reunião regional ocorrida no ano de 1975. A reunião contou com a presença de 20 indígenas. Entre as pessoas que se manifestaram estavam Peny, Kimag, Nhimãg, Jakãg, Fongrê. A reunião teve como principal questão a invasão das terras e o descaso do Estado. O pronunciamento da liderança Kaingang Jakãg de Nonoai chama a atenção para as formações das redes de resistência entre todas as comunidades indígenas.

Nós temo que cria união. Todos nós é união, porque nós temo numa boca braba. Vocês podem bem verem que nós tamo numa boca braba. Quer dizer que tudo que é posto, tudo que é cacique tem que entrá em assunto, em acordo porque eu justamente sou lá de Nonoai, sou major então estou mais ou menos a par disso. Agora eu quero união de todos os postos, de cada cacique será unido ao pessoal dele. Onde um índio caí vamo todos nós caí. Eu também sou deles que se de Chapecózinho manda podí 100 homens lá de Nonoai eu venho com cem homens. De guarita a mesma coisa. Se é persiso vim cem homens de Guarita quero que o cacique também esteja de acordo defende o que é nosso. Nem que nós MORREMO tudo, mas pelo menos fica as crianças por que justamente tê a terra deles sagrada, que a terra deles fica pra eles em final.

Embora essa tenha sido uma reunião regional ocorrida entre os representantes desses dois lugares, ela é importante na medida em que demonstra as primeiras discussões em direção à proteção da terra. Além disso, a retomada de Rio das Cobras, como veremos, foi bem-sucedida também por essas reuniões que deram base ao movimento.

Depois do encontro os missionários do CIMI também publicaram um documento no qual manifestavam apoio novamente às lutas indígenas responsabilizando o INCRA e a FUNAI pela omissão dos casos. Além do bispo Dom José Gomes de Chapecó também assinaram o

⁴⁷³ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Boletim do CIMI*, nº28/ maio de 1976, Arquivo CIMI-Brasília. p 14.

documento o padre Natalício Jose Weschenfelder do Paraná, Egon Dionísio Heck, padre Geraldo Eugênio de São Paulo e padre Hélio Welter do Rio Grande do Sul. Representando as pastorais indígenas dos estados do Sul reivindicavam:

Voltamos a apelar às autoridades do INCRA e da FUNAI, no sentido de cumprir imediatamente as suas promessas aos colonos e índios que vivem angustiados e desejosos de sair dessa situação. Aos colonos, no sentido de reassentamento definitivo em outras áreas. Aos índios, no sentido de reintegração e de posse plena das terras que, tradicionalmente, lhes pertencem.⁴⁷⁴

A terceira assembleia realizada na região sul foi de cunho nacional, representava a VIII Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas. Foi realizada entre os dias 16 à 18 de abril do ano de 1977, em Ijuí no Estado do Rio Grande do Sul. A Assembleia contou com a presença de 26 lideranças indígenas de 8 povos diferentes, representantes dos povos Bororo, Pareci, Xavante, Apiaká, Terena e Kayabi do Mato Grosso, Kaingang e Guarani da região sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio grande do Sul). Essa reunião foi a primeira declarada nacionalmente pelas lideranças e representantes indígenas e foi a primeira que contou com a participação de uma mulher.

A dinâmica da Assembléia constituiu em 4 partes:

- 1) auto-apresentação dos participantes e depoimentos sobre suas situações atuais.
- 2) discussão e aprofundamento dos problemas apresentados.
- 3) busca de soluções a partir deles mesmos e através de um estudo comum do Estatuto do Índio.
- 4) elaboração de documentos para a Imprensa e a Presidência da Funai.⁴⁷⁵

Segundo o relatório da Assembleia, as discussões foram feitas em plenário e não teve nenhuma intervenção de brancos. Os missionários embora participassem das reuniões dos indígenas faziam suas próprias reuniões, além dos cursos e encontros internos do CIMI. A elaboração dos documentos da Assembleia foi feita por Onizokay Pareci, que foi escolhido em plenário. Todos os documentos foram relidos ao grupo e só então aprovados para publicação e envio para o Presidente da FUNAI.

⁴⁷⁴ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **CIMI Denuncia violências e Espancamentos de Índios do Sul.** In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. n° 2, p. 4. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁴⁷⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **VIII Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas.** In: Informativo Luta Indígena. Junho de 1977, ed. n° 3, p. 21. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

Txibae Ewororo Bororo inicia a Assembleia reafirmando suas intenções, segundo ele a organização e as discussões não têm interferência da FUNAI ou do CIMI, fazendo parte de um movimento que é gestado pelos próprios povos indígenas:

Essa é uma reunião totalmente nossa, organizada por nós mesmos. Procuramos fazer esta reunião por ocasião do Dia do Índio, por que a gente vê que em todo lugar as Índios estão sofrendo. Cada um vai expor seus problemas, e ao mesmo tempo, dar uma proposta prá ver uma solução de como sair desta miséria! Vamos ficar bem organizados, bem unidos prá trabalhar tudo junto.

Na nossa aldeia Bororo, não é os missionários nem a FUNAI que mandam, é nós que, mandamos.⁴⁷⁶

Todos os participantes expressaram suas opiniões, a maioria delas estava concentrada nos problemas das invasões de seus territórios. O Kofá Kaingang Fagnhotê em seu depoimento deixa explícito que os problemas fundiários iniciaram no Sul principalmente depois do ano de 1941 com a instalação dos postos do SPI:

Antes do SPI entrar – foi em 1941 que ele entrou – então nós cuidava nossa terra, nossa riqueza, nós Índios não deixava ninguém botar a mão. Medição, corte de madeira, nós cansamos de embargar. A gente não aceitava, então nós tinha mais força. Depois que entrou o SPI foi um fracasso – começou a fazer propaganda pro Índio e ali começou. E nós acreditamos, sabe como é. Então entraram já cortando a madeira. Depois veio a Funai sempre sempre com aquelas promessas pro Índio, tiravam proveito hoje da minha área. Então com isso nós tamos enfraquecendo. Nós vamos piorando, piorando e bem profim os brancos quer tomar conta de nossa terra. O que vamos fazer?⁴⁷⁷

Na mesma direção Meiê Kaingang dá seu depoimento ressaltando a situação fundiária na sua Terra Indígena:

A nossa preocupação é que nossa área tão completamente intrusada pelos brancos. O Índio é sacrificado. O aperto que está com todos terminou as riquezas, e o Índio está sendo cada vez mais acercado. Nossa área está completamente desvalorizada. Os brancos entram como dono. E o Índio está como agragado. Sendo que ele é o dono da terra. Mato que existia de 10 a 12 anos atrás, hoje está virado em lavoura. Além que eles aproveitam a terra, ainda eles tem capacidade de roubar as madeiras de lei. E existe intrusos que já ganhou terras e venderam o que ganharam para entrar na área. Esses não precisam de terra, querem só vender.⁴⁷⁸

A única mulher na Assembleia, Xod Fei do povo Kaingang, deu seu depoimento contando a dura situação pela qual passava com sua família. Denunciava as ações autoritárias

⁴⁷⁶ Idem. p. 23.

⁴⁷⁷ Idem. p. 24.

⁴⁷⁸ Idem. p. 24.

e violentas praticadas pelo Chefe do Posto da FUNAI e o coloca como sendo o principal culpado pelos arrendamentos e facilitações de plantio para os brancos:

[...] Eu to com 25 anos, em 10 anos não to vendo nada. Tô vendo só o sofrimento da minha gente. O Chefe (do Posto) é o mais pior; que mais apoio pro branco. [...] Faz três meses que eu me juntei com o Xangu, ficamos 15 dias fora da aldeia. Antes eu era mulher de um branco de lá, e quando nós chegamos ponhara nós na cadeia. E judiaram de nós que nós fosse bandidos, pela ordem do Chefe de Posto, o Lincoln da Silva.

Entrou mais 4 famílias de imigrantes lá e vai chegar mais família, por que venderam as terra lá no Irani. O cacique tá enxergando, o Chefe tá enxergando e podiam resolver esse negócio. Quando é no fim nós ficamo sem a terra, eu não quero que aconteça isso. Então, vamos dizer, os brancos lá tão terminando com Índio. E tem mais ainda que vendeu a terra que entraram na áreas. Vai lá um velho pedir um pedaço de madeira pra vender pra dá de comer os filhos, não tem permissão. Vai o branco lá pder e ele dá madeira prá ele se fazer. [...] ⁴⁷⁹

No segundo dia de Assembleia, dia 18 de abril de 1977 a liderança Guarani Tupã-Y deu seu depoimento. Tupã-Y sempre foi muito sábio com as palavras, seu discurso destaca a importância da união das forças e da necessidade da representatividade indígena na política indigenista. Tupã-Y faz questão de afirmar sua posição contrária às determinações da FUNAI que não compreende as especificidades dos povos. Em suas palavras:

Primeiramente eu agradeço pela feliz oportunidade de proporcionar a mim esta viagem, esta estadia aqui para conhecer outros irmãos das nossas tribos. Nós que já convivemos anos e anos de contato coma civilização do branco, já sabemos com sobeja razão, já chegamos à conclusão de que quem tem interesse na vida do Índio, na pessoa do Índio, é o próprio Índio. Chegamos ao fim da piada, ao fim da estrada: ou nós avançamos ou nos entregamos ao branco. [...] Vivemos em terras invadidas, intrusadas. Nossas leis são feitas por pessoas lá de cima, que dizem que nós temos direitos. Nós temos direito no papel, mas onde está a realidade?

Tenho um cicatriz na minha vida, no meu coração, que nem o tempo nem os séculos vão apagar. Que eu estou preocupado com meu povo. Eu estava querendo fazer verão sozinho. Como diz o ditado, né? Uma andorinha só não faz verão sozinho. Chegou a hora que nós sozinho não conseguiremos nada. Precisamos nos unir braço a braço, e levantar alto a voz dos nosso antepassados que foram massacrados. Chegamos a um ponto que nós os Índios devemos tomar a rédea do governo Indígena, e esse é o caminho certo: a assembleia, reunir, ouvir todos. ⁴⁸⁰

Entre as principais pessoas que se manifestavam e estavam presentes durante as Assembleias estava Nelson Xangrê, jovem cacique de Nonoai que vai ser fundamental para a retomada da Terra Indígenas de Nonoai. É interessante notar que as lideranças que estavam presentes nas assembleias foram as que encabeçaram as retomadas de terras em suas regiões.

⁴⁷⁹ Idem. p. 27.

⁴⁸⁰ Idem. p. 36.

Ao concluir a Assembleia ficou acordado algumas medidas a serem tomadas com soluções dos problemas apresentados.

A regional Sul do CIMI mantinha suas reuniões internas com periodicidade e logo após a Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas realizou um encontro da coordenação do Regional Sul. Entre os dias 25 e 26 de maio de 1977 os representantes da Regional Sul do CIMI, se reuniram em Guararapes São Paulo, onde discutiram questões envolvendo suas ações e principalmente a repressão e as proibições que estavam sofrendo ao tentarem entrar em terras indígenas. Após a reunião produziram um documento com suas reivindicações de apoio à causa indígena, denunciando as ameaças sofridas e se posicionando contrários às proibições de adentrar em Terras Indígenas e de terem contato com as lideranças. O documento chamado de Documento de Guararapes foi assinado por Egon Dionísio Heck (SC); Pe Geraldo Eugênio Saleme (SP); Pe Helio Welter (RS); Pe Egydio Schwade (DF) e Wilmar D'Angelis.

Como rememora Wilmar da Rocha D'Angelis, as assembleias, tanto as de lideranças quanto as feitas apenas aos missionários do CIMI, tinham por objetivo inicial alimentar dentro da própria Igreja o desejo de luta em favor das terras indígenas. Lembra que depois de seu ingresso no CIMI-Sul participou da maioria das assembleias, afirmando a importância das articulações para o desenvolvimento de linhas de frente e um trabalho organizado. Nas suas palavras:

Então eu não estive na Assembleia de 75. Mas estive na segunda assembleia nacional que foi em 77 eu acho. Dali pra frente tivemos, ela também, 79 depois 81 e mais uma ou duas, que foram as Assembleias Nacionais, e as regionais aconteciam normalmente ali em Curitiba. Mas tivemos uma em Chapecó. Nas assembleias regionais era uma tentativa de trazer, os padres e bispos pra dialogarem pra se comprometerem mais na questão indígena, uma tentativa de criar um espaço público, você tinha assembleia, você podia falar pra imprensa. E trazia indígenas, convidava indígenas, a gente convidava alguns, conseguiam trazer, mas era um momento de repressão, eles tinha que sair escondido, eles viviam sob campos de concentração da FUNAI. Mas, enfim, as assembleias tinham esse papel de refletir o andamento das coisas, tentar alimentar nessa Igreja e nos padres, que podia comparecer e iam lá, alimentar uma ideia de um compromisso com a vida dos povos indígenas. Era uma linha de Teologia da Libertação que a gente tentava que fosse assumida por mais gente dentro da Igreja Católica, pra se comprometer efetivamente com a sobrevivência das comunidades, valorizar suas culturas, apoiar suas lutas pelas terras.⁴⁸¹

Nessa direção as assembleias, as reuniões e os diversos cursos de formação que eram realizados pelo CIMI tinham como objetivo instrumentalizar e fortalecer a rede de apoiadores, começando no seio da própria igreja. Os integrantes do CIMI com quem conversei sempre

⁴⁸¹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Op cit. 2020.

frisaram a separação nos espaços de contribuição, os missionários não interferiam na reunião das lideranças e representantes indígenas, tinham seus espaços de reunião para entre eles fazer suas discussões. Ainda é importante dar atenção para o que D'Angelis fala sobre a FUNAI e sua prática de cerceamento e vigia, proibindo saídas de lideranças e pessoas da Terra Indígena sem a autorização do Chefe de Posto. Ou seja, em função de desestabilizar a articulação do CIMI, os militares tentaram proibir a atuação dos missionários junto aos povos indígenas. Mesmo com todos esses empecilhos os missionários e as lideranças indígenas conseguiam fazer suas organizações, em muitos casos tinham que sair escondidos dos Chefes de Posto, caso fossem pegos iriam direto ao cárcere do Posto.

Wilmar da Rocha D'Angelis ainda conta que foi por intermédio das Assembleias Regionais que teve seu caminho iniciado dentro do conselho indigenista. Antes de fazer parte da equipe, já tinha ciência das questões envolvendo os povos indígenas no Sul, assim como já acompanhava as ações indigenistas do CIMI. Sendo assim, interessado na questão, procurou a direção do CIMI a fim de ver a possibilidade de participar. Sua preocupação inicial era em torno dos problemas que a repressão e a investigação do SNI poderiam trazer, então busca a Cúria Metropolitana de Curitiba para pedir autorização para participar da assembleia. Nesse movimento acaba conhecendo Egydio Schwaden que lhe faz um convite para fazer um dos cursos do CIMI. Como conta:

As Assembleias Regionais eram praticamente anuais. Eu participei da primeira na verdade quando eu soube. Estava acompanhando os fóruns do CIMI, já sabia da questão indígena. E sabia que a igreja tinha essa linha. Então tinha ficado sabendo, a história pra mim era recente. Soube que ia ter Assembleia. O jornal católico anunciou que ia ter assembleia do CIMI. E eu fui à Curia pra pedir pra participar, porque já imaginava esse contexto, já sabia desse contexto de repressão já imaginava que as pessoas tomavam cuidado pra não deixar entrar qualquer um. Coincidiu que na própria Curia de Curitiba eu conheci o Egydio Schwaden, cruzei com ele na escada, reconheci, porque tinha saído uma foto dele no jornal A Crítica uns anos antes. E aí, enfim, conversamos, ele me convidou eu fui lá fotografei a Assembleia. Inclusive a pedido dele, me deu a máquina dele. “Faça umas fotos pra gente”. Aí ele convidou pra participar de um primeiro curso do CIMI. Ele sabia que eu fazia jornalismo. Aí começou minha história no CIMI. Naquele mesmo ano eu fiz o curso do CIMI que era 76. Em 77, janeiro, me engajei.⁴⁸²

Era evidente o interesse de Egydio Schwaden por incorporar pessoas com conhecimentos jornalísticos para fazer parte da equipe, uma vez que as práticas de denúncias e de construção de materiais de divulgação eram vistas como imprescindíveis pelo secretário. Incorporar um estudante de jornalismo envolvido à causa era fazer com que o campo de atuação

⁴⁸² Idem.

e de possibilidades de construção, articulação e disseminação de informação fosse enriquecido. Assim, Wilmar da Rocha D'Angelis começa a fazer parte do CIMI-Sul e é designado para trabalhar com Egon Dionísio Heck em Xanxerê-SC. Com a organização da Equipe Volante Wilmar e Egon tornam-se os principais agentes de campo. Além disso, juntamente com Juracilda Veiga assume o editorial do boletim informativo da regional.

Os missionários criaram formas, táticas de resistência e de luta que iam além das visitas em campo e das reuniões, cursos e assembléias. A criação de uma imprensa específica foi um dos meios pelos quais o CIMI conseguiu fortalecer os laços e expandir as denúncias. Batizado de Luta Indígena, o boletim do CIMI-Sul figurou como um veículo de informação e tática de luta real. Seus editores e fundadores foram perseguidos e o informativo foi considerado uma ferramenta persuasiva pelo SNI.

3.4.2 Armas de Combate: O Boletim Luta Indígena como instrumento de luta, organização e comunicação

Além da forte influência do CIMI, as lutas em apoio aos povos indígenas também contaram com a atuação da imprensa dos missionários⁴⁸³. Considero a imprensa como um porta-voz autorizado⁴⁸⁴ e fundamental para criar as bases e fortalecer as disputas territoriais que se desenrolavam. Neste momento, destaco como fundamental a criação da imprensa interna do CIMI-Sul, voltado para a luta política e para a criação de malhas de informação e articulação.

A imprensa do CIMI se destaca como um dos fortes elementos de comunicação entre missionários, lideranças e outros setores pró-movimento indígena. Posteriormente centralizadas no jornal Porantim⁴⁸⁵, as ações do Conselho Indigenista Missionário eram publicadas em periódicos específicos, quase sempre vinculados às suas regionais. Entre eles está o Luta

⁴⁸³ Entre os jornais que mais publicaram notícias das questões indígenas das décadas de 1980 e 1970 estão: O Estado de São Paulo - SP; Folha de São Paulo - SP; Folha da Manhã - RS; Correio brasiliense - DF; Correio do Povo - RS; Em Tempo; Zero Hora - RS; Folha da Tarde; Suplemento Rural; Diário de Notícias; Folhetim; Gazeta do Povo-PR; Jornal de Santa Catarina - SC; O Estado - SC; Folha de Londrina - PR; O Estado do Paraná - PR.

⁴⁸⁴ Segundo Bourdieu, as disputas travadas dentro de cada campo são condicionadas pelo poder performativo que cada sujeito tem. Sendo assim, o discurso sempre é proferido por uma autoridade reconhecida, tornando-se um porta-voz autorizado.

⁴⁸⁵ O Jornal Porantim é um periódico criado pelo Conselho Indigenista Missionário Regional Norte. Tinha características parecidas com o Luta Indígena no seu início, sendo criado na década de 1970, mas criando força depois dos anos 1980 quando são centralizadas as demandas nacionais e as suas reponsabilidades informativas. Com a abrangência nacional o Porantim ganhou moldes mais industriais, o que era feito inicialmente nas máquinas de datilografar e mimeógrafos tomou características muito mais comerciais. O Porantim é até os dias atuais um dos meios de informações construídos pelo CIMI em favor da luta dos povos indígenas.

Indígena, um informativo interno produzido pela Regional Sul do CIMI, caracteriza-se como uma forma de imprensa alternativa.

O papel de Egydio Schwaden é central na criação dos boletins do CIMI. Logo após tornar-se secretário executivo do conselho trouxe para a instituição a ideia de criar um boletim informativo que fizesse a comunicação nas bases, a exemplo do boletim feito pela OPAN, chamado de Macaxeira, o primeiro voltado à temática indígena. Essas formas de imprensa se espalharam para as regionais fazendo com que a rede de comunicação se expandisse. Em suas palavras:

[...] Nessa primeira etapa eu fazia questão de não ter um órgão oficial de imprensa, nós tínhamos o boletim do CIMI e era voltado para as aldeias e para quem trabalhava lá nas aldeias principalmente. Aí semelhantemente a esse formaram no país, nos regionais do CIMI, em toda parte praticamente pequenos boletins como o Luta Indígena no Sul, tinha o Mensageiro que até hoje ainda existe, no Pará. Depois tinha o Porantim aqui em Manaus, tinha no Acre não me lembro mais como era o nome daquele lá do Acre. Assim, em toda parte e todos eles voltados para causa, mais direto⁴⁸⁶.

Egydio Schwaden lembra que foi indispensável o papel dessa imprensa interna e coloca sua posição com relação a criação de um órgão de imprensa único e de caráter empresarial, como foi feito na centralização das demandas para o Porantim. Para Egydio a principal função desses periódicos internos era de servir as bases, a comunicação, a organização e ao acesso à informação rápida e sem custo. Como conta Egydio sua preocupação maior era que as regionais continuassem com suas formas de boletins para que fosse possível chegar ao maior número de lideranças indígenas possíveis:

Aí quando entrou o Paulo Suess, depois, meu substituto no CIMI, ele achou que era o momento e importante de o próprio CIMI ter o seu órgão de imprensa. Eu junto com o Iasi, nós assim, eu pessoalmente, principalmente contestava, não está muito de acordo. Como até hoje eu acho que foi uma estratégia não boa, por quê? Porque a gente acabava deixando a notícia esfriar para publicá-la em primeira mão no final do mês no Porantim, porque o Porantim o Paulo Suess que criou e ele quando entrou no secretariado ele substituiu o boletim do CIMI por esse Porantim já como órgão de imprensa mesmo. O Porantim então no meu entender, ele visava um indigenista tipo você, vamos dizer mais consciente que em geral vão comprar, isso no mundo inteiro, então eles vão comprar, mas ele ficou, como às vezes eles não podiam pagar. No caso do boletim do CIMI, ele não tinha preço, ele era um boletim, mas ele falava mais pra própria comunidade e com isso criou um interesse direto, e ele era conhecido, por exemplo ia vários exemplares para os Kuicuro ou para o interior do Acre o que o Porantim praticamente não consegue, porque eles precisam que até um missionário de lá pague alguma coisa às vezes. Então a gente se voltou muito para o recurso financeiro, o que também tira no meu entender um pouco a agilidade. Não parece, mas tira a agilidade do órgão⁴⁸⁷.

⁴⁸⁶ SCHADEN, Egydio. **Entrevista** [23 de maio de 2021]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Google Meet, Florianópolis, 2021. Acervo do autor.

⁴⁸⁷ Idem.

A chamada imprensa alternativa, ou nanica, segundo Marcos Napolitano⁴⁸⁸ foi um contraponto à grande imprensa liberal que tinha interesses comerciais, entre 1964 e 1980 surgiram mais de 150 periódicos. Eram boletins, folhetos, fanzines, jornais que tinham sua construção muitas vezes manual e de pequena circulação. Surgiram como tática de enfrentamento contra as censuras aos grandes meios, construindo as próprias ferramentas de comunicação e denúncia.

O CIMI fazia a comunicação de várias formas, mas, encontrava na circulação de boletins e informativos a tentativa de manter e estender as malhas de circulação de informações. Compreendo essa forma de imprensa como uma tática de oposição à política militar para além da imprensa liberal da época, este informativo tem um caráter específico de luta em favor dos povos indígenas e de articulação de um movimento de resistência contra a exploração e a invasão das terras.

O Luta Indígena foi o motivo pelo qual seus editores foram investigados pelo SNI. Importante para compreender as disputas que estavam em jogo, demonstrando não só a preocupação com relação aos agentes, mas, também, com seus instrumentos de denúncias, consta na ficha do DOPS de padre Egon Dionísio Heck um alerta sobre o informativo interno da Regional Sul, pedia-se a investigação do “[...] Informativo “Luta Indígena”, eivado de críticas negativas e ataques à FUNAI e fomentando a luta dos índios pela posse de suas terras.”⁴⁸⁹

A preocupação com o Luta Indígena se configurava por ele representar uma forma de resistência, de comunicação e organização que envolvia não apenas os padres e missionários ligados ao CIMI-Sul, mas, também as lideranças indígenas e outros tantos apoiadores. Figura, assim, como um instrumento de denúncia e de espaço de fala, características que faziam do Luta Indígena um perigo aos planos integracionistas do Estado.

A perseguição aos meios de comunicação era uma das estratégias do Estado. Nesse momento de censura, os boletins e informativos impressos e que circulavam em malhas de apoiadores de maneira interna, tornaram-se um dos principais veículos de troca de conhecimentos. Para o serviço de espionagem era a justificativa perfeita de que havia um plano dessas pessoas contra a Segurança Nacional. A esse exemplo, destaca-se Dom Pedro

⁴⁸⁸ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

⁴⁸⁹ FUNDO DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Fichas individuais. Arquivo Público do Paraná.

Casaldáliga que editava um boletim chamado Alvorada, alvo da comunidade de informações era caracterizado pelo regime como um veículo doutrinário. Segundo Paulo César Gomes⁴⁹⁰, tinha uma escrita objetiva e de fácil entendimento, tendo como finalidade alcançar os leitores mais humildes, características que também marcam o Luta Indígena. Ainda segundo o autor, o que incomodava era quando os periódicos tratavam de temas ligados à política. “Fosse qual fosse o assunto abordado, para a comunidade de informações, o intuito era sempre a manipulação de pessoas ‘ignorantes’ e ‘vulneráveis’ às influências do ‘clero comunista’⁴⁹¹.”

O Luta Indígena foi criado por Egon Dionísio Heck depois de assumir as atividades na regional Sul do CIMI. Segundo Wilmar da Rocha D’Angelis, o objetivo era fazer com que as informações e denúncias ganhassem espaço na opinião pública e que, além disso, possibilitassem uma comunicação entre os membros e apoiadores. Como lembra D’Angelis, Egon ao assumir a regional Sul do CIMI: “[...] começa com essa ideia de criar um boletim, que ele fez circular entre as comunidades indígenas, ele queria que uma notícia que estava acontecendo numa comunidade chegasse para outra, então ele criou esse boletim para os missionários e para os vigários [...]”⁴⁹². Nas palavras de seu criador, o informativo teve um papel fundamental de luta e organização de uma solidariedade para as lutas indígenas, como recorda Egon Dionísio Heck: “Ele tinha esse objetivo de fazer circular informação para criar a solidariedade com a sociedade e entre os povos indígenas [...] Então ele tinha a intencionalidade de atingir mais regionalmente, informar sobre a realidade das lutas.”⁴⁹³ Ao agir mais regionalmente o boletim conseguia publicar as informações que estavam ocorrendo nas terras indígenas ao calor dos fatos, juntando materiais colhidos em campo pela Equipe Volante, nas reuniões e assembleias, em cartas, e em uma rede de apoiadores.

Wilmar da Rocha D’Angelis rememora que antes de fazer parte da equipe o boletim não tinha tanto espaço de divulgação, depois de duas edições, quando ele e Juracilda Veiga assumem o editorial, a partir do ano de 1977, os principais esforços eram em direção ao alargamento da circulação do informativo, para Instituições, intelectuais e jornalistas. Além disso Wilmar evidencia a importância como um registro histórico, de denúncia “ao calor dos fatos”:

⁴⁹⁰ GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**. 2013.

⁴⁹¹ Idem. p. 253. 2013.

⁴⁹² D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Op cit. 2020.

⁴⁹³ HECK, Egon Dionísio. D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista** [11 de julho de 2019]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Luziânia-GO, 2019. Acervo do autor.

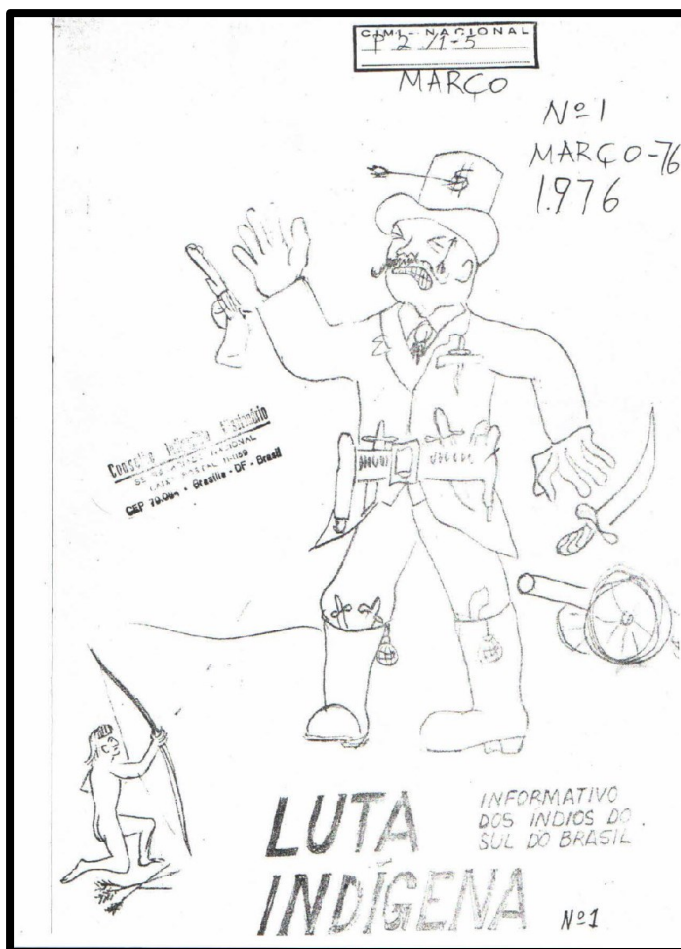
[...] E aí eu fui pra lá no começo de 77, aí eu assumi a redação do Boletim a partir de 77, com a Juracilda junto, mas aí a gente ampliou a área de distribuição, a agente começou a encaminhar pra mais jornalistas, para Museus, para Universidades. O Museu Paranaense deve ter a coleção inteira lá. Um grande parceiro, um grande interlocutor nosso era o professor Lodemar Blazi, ele valorizava muito o Boletim porque ele entendia que aquilo ali era um registro da história acontecendo, indígena. Então o Boletim foi ganhando essa forma, com essa função de se torna um registro ao calor dos fatos, e de denúncia entre indígenas e não indígenas⁴⁹⁴.

O boletim informativo era publicado mensalmente, às vezes com duas edições no mesmo mês. Todas as edições publicadas têm uma construção manual. As matérias e artigos eram feitas através de textos que recebiam, coletavam ou republicavam. Era composto de reflexões acerca das situações de abusos contra as populações indígenas e concentrava seus temas geralmente nas questões territoriais, demanda principal da luta. Trazia também como forma de linguagem muitas charges e colagens de outros jornais. Tinha uma linguagem de fácil entendimento e em alguns momentos escreviam de maneira coloquial, mais comum nas primeiras edições.

A capa que marca a primeira edição de março de 1976 era bem sugestiva ao objetivo que se buscava. Com um desenho feito à mão representavam o grande capital e os interesses econômicos do Estado em uma figura gigante que agrupa características de fazendeiros, interesses econômicos do estado, jagunços e os militares. Contra essa gigante luta um indígena, minúsculo em comparação ao seu oponente, representa a resistência indígena. De maneira certa as flechas indígenas acertam a cabeça do inimigo desarmando-o:

⁴⁹⁴ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista** [09 de abril de 2020]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020. Acervo do autor.

Figura 03 – Capa da Primeira Edição do Informativo Luta Indígena



Fonte: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena**. Março de 1976, ed. nº 1, p. 1. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

A representação da vitória indígena sobre o gigante mostra a articulação e resistência do movimento de luta pelos direitos dos povos indígenas contra um inimigo que se apresenta como muito mais poderoso. Com esse objetivo o Luta Indígena nasce como um dos elementos de fortalecimento do movimento. Pretende ser, então, assim como no desenho de sua capa de lançamento, uma das flechas lançadas contra o gigante.

Sua primeira publicação foi no mês de março de 1976, se intitulava o Informativo dos índios do sul do Brasil. Já nas suas primeiras páginas deixava explícito que seu objetivo era de dar espaço para as palavras dos próprios povos indígenas na luta por suas demandas. Com o título “Mensagem a todos os nossos patrícios índios do Sul Brasil”, dizia: “A nossa luta já começo, precisamos se uni pra defende juntos as nossas terra e os nossos direito. Nois temo que

pisá firme e não arredá mais senão o branco pega os últimos pedacinho de terra que ainda temo. E os nossos filhos onde vão vive?⁴⁹⁵”.

O texto publicado nas primeiras linhas do periódico foi escrito pela comissão de lideranças indígenas que foi até Brasília, como resultado da primeira reunião de lideranças do Sul. Esse movimento foi articulado por Egon Dionísio Heck após a Assembleia do Regional Sul. Embora com uma pequena circulação na época, foi fundamental para compor os cenários de pressões e apoio. Era esse o ponto central de sua equipe, trazer para o Luta Indígena as demandas dos povos e proporcionar uma forma de auxiliar na comunicação.

Considerando que o periódico do CIMI-Sul trazia como objetivo a união das demandas dos povos indígenas, que suas redes de contato constituíam seus companheiros de luta e faziam isso estimulando as reuniões e trocas de informações, cabe o questionamento de quem eram seus leitores. O Luta Indígena era voltado principalmente para uma circulação interna, era desenhado para ser um meio de comunicação entre os aliados.

Para compreender quem eram as bases de aliados nesse momento é fundamental saber quem recebia o Luta Indígena, uma vez que ele figurava como a tática principal de fortalecimento do movimento, manutenção e disseminação de denúncias e informações. Recorrendo aos arquivos do CIMI-Sul em Luziânia-GO, encontrei as fichas contendo todas as pessoas e instituições que receberam o Luta Indígena no ano de 1978, das edições que retrataram temas ligados às terras de Rio das Cobras⁴⁹⁶. Essa rede de instituições e pessoas, ligadas às ações do CIMI-Sul, foram a base de um movimento de articulação nacional e internacional, majoritariamente latino-americana.

É interessante notar as redes de comunicação que mantinham através de sua imprensa. Além da imprensa nacional, especificamente voltada às causas indígenas, como o Porantim, o Tupari, o Macaxeira, o Mensageiro, produções de outras regionais do CIMI, existiam parcerias internacionais, como é o caso das trocas de informações com o jornal intitulado Indígena, publicado em Berkley, nos Estados Unidos e o Unidad Indígena, de Cuaca na Colômbia. Essas trocas e parcerias revelam não apenas com quem dialogavam, mas, sobretudo, a dimensão e os propósitos de unificação das demandas e das ações indigenistas em todo o Continente Americano.

⁴⁹⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena**. Março de 1976, ed. n° 1, p. 1. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁴⁹⁶ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Arquivo Luziânia-GO. Caixa de correspondências enviadas no ano de 1978.

O Luta Indígena era enviado para uma variedade de destinatários, entre eles estavam lideranças indígenas, antropólogos, jornalistas, missionários, padres, instituições nacionais e internacionais, Museus e Universidades. Entre as instituições estavam a ANAI de Porto Alegre e de Ijuí no Rio Grande do Sul, a Asociación Indigenista Paraguaya de Assuncion no Paraguai; CADAL – Centro Antropológico de Documentação de América Latina – México; SHUAR em Sucua no Equador. Trocavam informações com os jornais Contestado de Florianópolis, Versus de São Paulo, O São Paulo –SP, Nova Geração de Toledo-PR, O Estado do Paraná de Curitiba-PR, Tribuna do Paraná. Também entre os jornais estava o Chicham no Equador, IXIM da Guatemala, Vaupés al Dia Mitu Vaupés da Colômbia. Também enviavam para Centros Acadêmicos como o Poedeira DCE de Londrina e o Gol a Gol DCE da UFMG de Belo Horizonte –MG. Com destaque para as antropólogas Carmen Junqueira de São Paulo, Carmen Braoli UFPR de Curitiba, Cecília Vieira Helm também da UFPR e Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro⁴⁹⁷. Além desses, eram enviadas edições para as paróquias e lideranças indígenas, destacam-se os envios para a liderança Guarani de Rio das Cobras Valdomiro Pires de Lima e o padre Francisco Zossi de Nova Laranjeiras.

Em 15 de maio de 1976 o periódico Indígena News From Indian America, publicado em Berkeley, na Califórnia-EUA, enviou uma carta para a equipe do Luta Indígena manifestando o apoio. “Devemos unir nossas vozes e nossas lutas. Devemos saber o que anda acontecendo com nosso povo, não somente nas comunidades isoladas de cada país, mas também sobre todo este continente.⁴⁹⁸” O periódico Indígena tinha como objetivo a publicação de questões referentes aos povos indígenas em todo o continente americano, o contato com o CIMI-Sul representa uma ligação importante para a divulgação e troca de conteúdo. Esse diálogo abria a possibilidade de que a luta ganhasse maior visibilidade, na carta, a equipe do jornal norte americano salienta: “Queremos oferecer nosso jornal como meio de comunicação com o resto da nossa raça indígena do Continente. Precisamos saber das nossas lutas comuns e aprender de nossas experiências. Daqui enviamos um abraço sincero no espírito da luta indígena”⁴⁹⁹.

No editorial do Luta Indígena o contato com o periódico norte americano representava mais que um espaço de divulgação, mas também um lugar de representatividade, motivando a

⁴⁹⁷ Com destaque para o texto da antropóloga Carmen Nicolussi Broli sobre política indigenista publicado no Luta Indígena nº4 de dezembro de 1977, onde traçava críticas severas as atuações da FUNAI. Página 4.

⁴⁹⁸ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Carta do Jornal Indígena: News From Indian America, Califórnia-USA**. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2, p. 27. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁴⁹⁹ Idem, p. 27. 1976.

construção de jornais inteiramente feitos pelos povos indígenas. “Até já tem jornal nosso, só de índio que é feito nos Estados Unidos pra fala e conta a luta de todos os nossos patrícios e irmãos. O nome do jornal é ‘Indígena’. Vamos colocar o endereço pra quem quisé escrevê.”⁵⁰⁰.

Com a entrada de Juracilda Veiga e Wilmar da Rocha D’Angelis depois, a partir da 3ª edição, ele ganha uma roupagem mais formal pela experiência jornalística dos dois. Os conflitos territoriais que ocorreram durante o final de 1970 até meados de 1980 foram, de alguma forma documentados pelo periódico, assim como as Assembleias Nacionais e Regionais tiveram destaque. Os principais conflitos como o de Rio das Cobras, Mangueirinha e Nonoai tiveram edições especiais para tratar do tema no ano de 1978 e 1979. As edições publicadas com as notícias de Rio das Cobras, das quais tratarei com mais detalhe nos próximos tópicos da tese, tiveram uma média de 250 cópias mimeografadas e enviadas. Esses números só foram possíveis de serem levantados através das informações que consegui ao pesquisar nos arquivos de recebidos e enviados contidos no acervo do CIMI-Sul em Luziânia-GO.

Figura 4 – Edição nº 5 com destaque para o caso de luta pela terra em Rio das Cobras



Fonte: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena**. Abril de 1978, ed. nº 5, p. 3. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁵⁰⁰ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Editorial**. In: **Informativo Luta Indígena**. Maio de 1976, ed. nº 2. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

A equipe do Luta Indígena fazia questão de reafirmar o objetivo central de dar espaço de discussão e divulgação aos povos indígenas, mas, sempre mantendo o diálogo com os missionários ligados ao CIMI-Sul, na tentativa de abrir o protagonismo das demandas de publicação para as questões que estavam afetando diretamente as populações na região sul. Como consta no Luta Indígena de nº5 de 1978: “O LUTA INDÍGENA continua procurando ser a voz dos índios e Missionários do Sul do Brasil. Enviem-nos cartas contando suas impressões, suas atividades, a vida de suas comunidades. O LUTA INDÍGENA é de todos nós.”⁵⁰¹

O boletim também era utilizado como forma de circular textos para preparar previamente os missionários e participantes das assembleias e cursos realizados pelo CIMI-Sul. Com base nas conclusões da II Assembleia Nacional do CIMI, expunham: “Continuando nesse esforço é que realizamos a IVª Assembleia do Regional Sul do CIMI, para qual incluímos neste número alguns textos como preparação”⁵⁰². Os textos antropológicos e históricos eram geralmente incorporados aos estudos como forma de melhorar as práticas indigenistas.

As publicações do periódico Luta Indígena acabam em dezembro de 1984, as demandas de imprensa do CIMI são centralizadas no jornal Porantim que ganha a tarefa de cobrir os acontecimentos de maneira nacional. Era uma forma de concentrar as ações e cortar os gastos. O Luta Indígena foi um dos principais instrumentos de luta utilizados. Nas palavras de Egon Dionísio Heck: “Acho que ele cumpriu sua missão enquanto ferramenta de apoio, de visualizar e informar sobre a luta dos povos. Ele foi sem dúvidas o registro melhor que se fez com relação a essa recuperação das terras”⁵⁰³.

Assim, era concebido como uma das formas pelas quais o CIMI conseguia tecer e fortalecer sua malha de apoio. A retomada de Rio das Cobras divulgada no boletim, teve grande repercussão por conta de suas publicações, fazendo pressão ao governo em tomar uma decisão com relação aos casos de invasão.

3.5 NA MIRA DA ESPIONAGEM E DA REPRESSÃO: A PERSEGUIÇÃO AOS MISSIONÁRIOS ACUSADOS DE ARTICULAÇÃO DO MOVIMENTO DE RIO DAS COBRAS

⁵⁰¹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena**. Abril de 1978, ed. nº 5, p. 3. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁵⁰² Idem. p. 2, 1978.

⁵⁰³ HECK, Egon Dionísio. Op cit., 2019.

Muitos membros da Igreja Católica de diferentes vertentes foram perseguidos pela Ditadura Militar e proibidos de atuar. No início do Governo dos Militares a Igreja Católica e a própria CNBB tentaram uma aproximação, já que foram um dos apoiadores do Golpe Militar de 1964. Contudo, logo alguns membros do clero começaram a sentir a pressão da repressão. O autoritarismo empregado descartava a possibilidade de que setores considerados progressistas influenciassem nas tomadas de decisão do novo Governo. Como as questões indígenas estavam em um momento delicado com vários conflitos e escândalos de corrupção e assassinato o Estado preferiu afastar todas as formas de prática indigenista que não fossem a da própria FUNAI.

A esse exemplo Dom Aloísio Lorscheiter, presidente da CNBB, e Dom Ivo Lorscheiter foram acusados de estarem relacionados às invasões de terras. Os dois bispos marcaram uma reunião com a FUNAI no ano de 1972 ao se reunirem com o presidente do órgão. Ele deslegitimou a reunião com a justificativa de que os sacerdotes tinham interesse nas questões indígenas sem apresentarem nenhum conhecimento e preparo para falar ou agir junto aos povos. Além disso, a justificativa do presidente da FUNAI tinha preocupações diretas com a possibilidade de revoltas que esses religiosos poderiam gerar junto às populações agrárias.

Egydio Schwaden comenta que participou de uma reunião com o Presidente da FUNAI sobre a possibilidade de diálogo no ano de 1974. Segundo ele após a entrada do presidente Ismarth de Araújo Oliveira foi tentada uma aproximação:

Interessante, a partir de 1974, acho que foi que entrou o Geisel, aí o Geisel mudou o Presidente da FUNAI, colocou um General lá, que era considerado de diálogo, o Ismarth de Araújo Oliveira, esse de fato como nós já estávamos em uma briga acirrada, assustou até a anunciatura apostólica pedindo calma, o governo e a Igreja tem que trabalhar junto. E a gente continuando, tem que ver a situação do índio, o diálogo começa lá e não nas comunas ali em cima. A diplomacia sempre foi má para os povos, para os pequenos de fato, eu dizia. Pois é, mas aí então esse Ismarth convocou uma reunião, o presidente do CIMI, eu o padre Iasi, não sei se você ouviu falar dele, ele era companheiro meu no secretariado. [...] Aí ele nos chamou, inclusive para ir lá né, que ele ia dar uma autorização total para nós entrarmos em todas as áreas indígenas. E de fato a gente foi e ele deu a autorização⁵⁰⁴.

Nesse primeiro momento as tentativas de aproximar as ações parecia ter surtido efeito. Contudo, não demorou muito tempo para que recebessem a notícia de que a autorização tinha sido suspensa e que a presença deles em todas as terras indígenas do país tinha sido decretada proibida. Egydio Schwaden e os integrantes do CIMI tornaram-se alvos do regime, mesmo assim continuaram seus trabalhos, nas suas palavras foi um período de muita luta e que mesmo

⁵⁰⁴ SCHADEN, Egydio. Op Cit. 2021.

sob todos os perigos e com a morte de companheiros teve um efeito muito grande em favor dos povos indígenas:

Ele acabou suspendendo a autorização e proibindo nossa entrada e inclusive das missões católicas. Eu acho que essa foi uma importante atitude para nosso trabalho. Em um período de 10 anos eu fiquei proibido de entrar em qualquer área indígena do país. Nunca na minha vida eu visitei tantas áreas e com tanta agilidade por aí, do que nesse período, isso porque não tinha nenhum motivo para avisar, a gente não tinha nenhum problema de consciência de ficar lá. Além disso, o Estado não estava, como até hoje não está praticamente nas populações mais vulneráveis, ele nem está presente, então era nossa defesa, e a gente, tanto Iasi como eu, como os leigos, o grupo de leigos da OPAN que apoiava a agente na época, continuaram o trabalho, aí no Sul o Egon com a Equipe dele, e a gente foi avançando sem mais se preocupa com autorização. Vários companheiros foram mortos e tudo, mas acredito que de qualquer forma, a causa andou como nunca. Nesse período as Assembleias Indígenas continuaram. [...] a gente continuou o trabalho das Assembleias mesmo com as repressões. [...]

Segundo Paulo César Gomes⁵⁰⁵, uma das características mais comuns nos interesses das comunidades de informações é que o clero sempre era enxergado como o agente manipulador das populações indígenas e rurais. Essas populações eram consideradas incapazes e com as ações da ala progressista da Igreja seriam influenciados contra a política indigenista do Estado. Como afirma o historiador: “Para a espionagem, esses grupos jamais seriam capazes desses atos de contestação sem interferência de ‘agitadores’, entre os quais sobressaíam os religiosos.⁵⁰⁶” Seriam eles os culpados de encorajar as populações agrárias a ocupar as propriedades tidas como privadas.

Segundo Rubens Valente⁵⁰⁷, as perseguições envolvendo as pessoas que estavam ligadas ao CIMI começaram a se tornar corriqueiras, principalmente em seus encontros. Em uma reunião realizada em Palmas no Paraná, segundo Egydio Schwaden, a polícia cercou o local, os documentos redigidos na reunião só não foram pegos pelos militares porque, enquanto dois bispos os distraíam, os papéis foram queimados. Sobraram apenas as anotações pessoais de Egydio Schwaden⁵⁰⁸. Assim como conta:

Foi um encontro de pastoral indígena, foi aí em Palmas no Paraná. Aí começou a repressão quando eles viram [...] Fomos cercados pela polícia federal e Dom Tomais e os bispos lá discutindo, mantiveram o pessoal discutindo, enquanto nós lá no fundo do quintal queimando todos os papéis às pressas até não sobrar um, tive que fazer o relatório a base das minhas anotações, rascunhos que tinha feito.

⁵⁰⁵ Idem.

⁵⁰⁶ Idem. p. 250. 2013.

⁵⁰⁷ VALENTE, Rubens. Op cit., 2017.

⁵⁰⁸ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. Boletim do CIMI. nº 16 de novembro d 1974. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário –Luziânia-GO.

As proibições da entrada dos missionários em terras indígenas também se tornaram um empecilho para as atuações⁵⁰⁹. Nos dias 25 e 26 de maio de 1977, a Coordenação Regional Sul do CIMI se reuniu em Guararapes São Paulo. As questões discutidas na reunião eram referentes aos conflitos que estavam ocorrendo na região, mas destacou também a coerção que estavam sofrendo, principalmente através das proibições dos missionários entrarem nas terras indígenas. Em documento assinado por Egon Dionísio Heck (SC), Pe Geraldo Eugênio Saleme (SP), Pe. Helio Welter (RS), Pe Egydio Schwaden (DF) e Wilmar D'Angelis (PR), afirmavam que a pouco tempo as proibições eram voltadas apenas aos diretores do CIMI, mas que começava a se estender para todos os membros a partir do ano de 1977. Segundo ainda o documento, a FUNAI enviou a todos os Postos Indígenas ordens de que se houvesse a insistência deveria se chamar a Polícia Federal.

As estratégias de contenção iam além das proibições de entrarem nas terras indígenas, se estendia para o controle de informações e dados históricos, que ficaram estritamente proibidos de acessar. Segundo os missionários essa decisão foi tomada após ter sido instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito⁵¹⁰ para apurar as acusações com relação às invasões. Afirmavam que era evidente a tentativa de barrar as denúncias:

A discriminação não se manifesta, apenas, com relação à atuação junto às áreas indígenas, mas, até mesmo o acesso a informações, dados ou documentos históricos, aos cuidados deste órgão público, é vetado aos missionários católicos. Sendo que estas atitudes estranhas acontecem no momento em que se instala em Brasília a C.P.I. (Comissão Parlamentar de Inquérito) que analisa a situação indígena, cabe igualmente, aos srs. Deputados, averiguar tais situações e analisá-las.⁵¹¹

Mesmo assim, o CIMI-Sul não parou suas atividades e se posicionava sempre contrário às determinações da política indigenista da FUNAI. Em meio às proibições demonstravam seu posicionamento, enfatizando que “[...] o maior perigo para as populações indígenas é a política definida pelo Governo Brasileiro com relação a eles. Esta política etnocida transforma as invasões das áreas indígenas em ‘não-problemas’ [...]”⁵¹². As restrições aos membros do CIMI e as intenções da FUNAI foram destacadas também no boletim da Regional Sul. As intenções

⁵⁰⁹ VALENTE, Rubens. Op cit., 2017.

⁵¹⁰ Sobre acusações e denúncias contra a atuação da FUNAI fizeram com que fosse aberta no mês de março de 1976 uma Comissão de Inquérito para averiguar diversos crime. A mesma comissão apurou alguns dos crimes, mas acabou por não dar continuidade e foi arquivada.

⁵¹¹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Documento de Guararapes: Reunião da Coordenação do Regional Sul do CIMI**. Guararapes, 25 e 26 de maio de 1977. In: Informativo Luta Indígena. Junho de 1977, ed. n° 3. p.p. 18-19. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁵¹² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena**, n° 06 de 1978, p. 55. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO

de isolar os povos indígenas e deixá-los sob os mandos do órgão indigenista oficial era vista como uma medida autoritária pelos bispos e missionários:

Havia também, as proibições específicas, como é o caso das formuladas contra o padre Egidio Schwaden e o Pe. Antonio Iasi, ambos do Secretariado CIMI.

A Funai deixava clara sua intenção de manter isolados os indígenas, para melhor dominá-los, através de suas atitudes: de um lado proibir os indígenas de sair das reservas para visitar outras áreas e, especialmente, para participar de encontros ou reuniões: de outro lado, proibir os missionários de entrar nas reservas e por-se em contato com os índios⁵¹³.

Com base no livro de Rubens Valente⁵¹⁴, é possível observar que os secretários do CIMI, Pe. Egidio Schwaden e o Pe. Antônio Iasi, não só foram proibidos como também foram alvo da repressão da Ditadura Militar, estavam expostos por estarem à frente do conselho como secretários, sempre apareciam em entrevistas a jornais locais e nacionais posicionando-se contrários ao autoritarismo.

Ficava evidente que a presença de membros do Conselho Indigenista Missionário nas Terras Indígenas representava uma ameaça para o controle do Estado. Em relação ao que ocorria no Paraná, em documentação confidencial do SNI revela-se a tentativa de proibição e controle de missionários e indígenas de Rio das Cobras. Como consta no documento:

Foi reiterado, pela Presidência da FUNAI, a determinação de proibição de ingresso em área indígena de qualquer membro do CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI, e que os índios oriundos do PI RIO DAS COBRAS sejam vigiados e, se for o caso, que os mesmos retornem à sua área.⁵¹⁵

O CIMI-Sul e a ANAI, foram representados pela comunidade de informações como os mentores de um movimento revolucionário, pensado e estratégico. Preocupava a FUNAI as práticas desenvolvidas por esses apoiadores na medida em que as entendiam como formas de persuasão e orientação dos povos indígenas contra sua administração e as invasões dos seus territórios:

A ANAI e o CIMI estão trabalhando unidos, fazendo constantes incursões em áreas indígenas, apesar de proibidos, procurando conscientizar os índios a usarem de violência na luta pela retomada da terra. Estão sempre fazendo reuniões com os índios em locais desconhecidos e sem autorização da FUNAI, mantendo nas aldeias um ou

⁵¹³ Idem, p. 41, 1978.

⁵¹⁴ VALENTE, Rubens. Op cit., 2017.

⁵¹⁵ SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior. **Atrito entre Índio e posseiros – Rio das Cobras/PR**. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. 13/03/1978, p. 4. Fotograma 005. Acervo do Arquivo Nacional.

dois índios, totalmente trabalhados por eles, que servem como precursores nos seus objetivos.⁵¹⁶

Ao falar em “índios totalmente trabalhado por eles”, a acusação leva em conta que mesmo que alguns deles estivessem se organizando, o perigo maior era o da presença dos missionários, por acreditarem que eles tinham um caráter subversivo e que os indígenas eram incapazes de se organizar sozinhos. A Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), núcleo de Ijuí, no Rio Grande do Sul foi acusada apenas por mandar uma nota em favor da luta dos povos indígenas em Rio das Cobras, com a publicação de um documento com o título Solidariedade aos índios de Rio das Cobras. Era o jogo perfeito para as comunidades de informações aplicarem a utopia autoritária, qualquer indício eram motivos válidos para a espionagem.

Assim, o órgão de espionagem da Ditadura Militar agia sobre as pessoas que eram consideradas subversivas. Suas vidas foram colocadas em risco, colocadas sob investigação minuciosa e em sigilo, uma vez que as investigações eram de caráter confidencial. Em muitos casos as pessoas que eram investigadas nem mesmo tinham ciência de que estavam sendo vigiadas. Em outros casos, no entanto, pessoas foram sequestradas, interrogadas, torturadas e assassinadas.

Com relação ao caso envolvendo Rio das Cobras foram colocadas sob investigação leigos e padres. Os nomes citados no relatório do SNI sobre os atritos que estavam ocorrendo em Rio das Cobras eram o do Padre Francisco Sozzi de Nova Laranjeiras, Pe. Egon Dionísio Heck, Pe. Gabriel Domingos Wisncewsky, Wagner Rocha D’Angelis, Wilmar da Rocha D’Angelis de Chapecó e o Pe. Natalício José Weschemselter de Palmas. No relatório do SNI conta o seguinte:

Esses elementos, atuaram tanto junto aos posseiros, como junto aos Índios, jogando-os uns contra os outros, procurando criar uma situação de conflito, o que conseguiram. Com a presença de observadores do Exército e de tropa da Polícia Militar, sumiram da área, concentrando-se em Xaçupé.⁵¹⁷

As ações aplicadas pelo CIMI-Sul colocavam em risco os planos de colonização e criavam uma instabilidade política, o que acabava colocando em descrédito a gestão dos militares. O contexto deixado depois do golpe sobre João Goulart acirrou a ideia de luta contra o comunismo no Brasil. Influenciados por ideias vindas dos Estados Unidos, os planos de

⁵¹⁶ Idem, p. 11. 1978.

⁵¹⁷ Idem, p.10. Fotograma 015, 1978.

Segurança Nacional do governo se voltaram a desestabilizar qualquer tipo de organização com características revolucionárias. Os movimentos de luta por direitos acabaram sendo vinculados a movimentos subversivos, uma vez que, estavam reivindicando mudanças e reformas, como é o caso da luta por demarcação das Terra Indígenas. Dessa forma, como os integrantes do CIMI assumiram um posicionamento em favor das lutas indígenas pela expulsão dos posseiros, acabaram sendo focalizados como os principais suspeitos de fomentar conflitos entre indígenas e os posseiros. Foram considerados elementos que precisavam ser contidos.

O jogo de espionagem criado pelo SNI fazia com que as investigações seguissem os objetivos do Governo, que eram localizar e neutralizar possíveis ameaças. Era comum os agentes do órgão de espionagem colocar os investigados dentro de categorias como marxista/leninista, comunista, esquerdista. Essas questões podem ser observadas ao consultar os documentos do DOPS.

Entre as fichas de investigação contidas no Arquivo Público do Paraná, encontrei algumas das pessoas que foram citadas no relatório do SNI acerca dos possíveis conflitos em Rio das Cobras. Um deles é o padre Natalício Weschenfelder, em sua ficha consta que a investigação foi realizada entre 19 de agosto de 1976 e 31 de outubro de 1979. O motivo de ser fichado era por conta de sua participação na Pastoral Indígena no Paraná, também por ser relacionado ao CIMI-Sul e por sua participação na Pastoral Rural. As informações contidas em sua ficha demonstram que havia uma preocupação com relação às suas ações. No dia 09 de setembro de 1977 o descreveram como “[...] um esquerdista atuante e perigoso.”⁵¹⁸. Naquele momento ser um esquerdista perigoso era ser considerado um inimigo.

Outro padre que foi fichado pelo DOPS e aparece nas investigações do SNI sobre Rio das Cobras é o Padre Gabriel Domingos Wisniewski. Em sua ficha consta que estava sendo investigado desde o dia 06 de setembro de 1977. Consta como um de suas acusações o seguinte “[...] o fichado pertence a Igreja Progressista no Paraná. Vem fazendo incursões pelo progressismo. É de caráter dúbio e provavelmente logo estará totalmente envolvido por essa corrente política da Igreja.”⁵¹⁹. Qualquer que fosse a ligação entre as pessoas e os movimentos de luta pela terra era motivo para ser investigado pelos órgãos de espionagem e repressão da Ditadura Militar.

⁵¹⁸ FUNDO DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Fichas individuais**. Arquivo Público do Paraná.

⁵¹⁹ Idem.

Seus nomes foram citados nas investigações do SNI, mas o padre Natalício Weschenfelder e o padre Gabriel Domingos Wisniewski, não tiveram atuação direta em Rio das Cobras. Foram fichados e acusados por conta das ligações que tinham, e por suas ações em favor das lutas sociais, como atuavam na mesma região foram considerados parte de um esquema montado pela espionagem.

A Diocese de Chapecó também foi alvo de investigações principalmente sobre o bispo Dom José Gomes. O bispo era uma das figuras mais combatentes politicamente em favor da demarcação das terras indígenas, estava sempre denunciando na imprensa. Egon Dionísio Heck, foi também alvo do SNI. As investigações começaram em 13 de setembro de 1977, principalmente por sua atuação como CIMI-Sul. Nos documentos de investigação produzidos pelo SNI constam as determinações do presidente da FUNAI em perseguir Egon Dionísio Heck onde quer que estivesse. Como consta no documento: “[...] foi determinado, pela Presidente da FUNAI, aos Postos Indígenas do Estado do Pará, que fosse localizado o Pe. EGON DIONÍSIO HECK, com a finalidade de impedir o contato daquele Sacerdote com os indígenas do Estado do Pará.”⁵²⁰ Egon sabia do que estava ocorrendo, mas sempre se deslocou com muita cautela nas Terras Indígenas. Mesmo com as proibições continuava sua ação, quase silenciosa aos ouvidos do SNI. As visitas tinham como objetivo levar informações, instruir os padres e vigários nas paróquias e aprender mais junto aos povos indígenas.

Sobre Egon Dionísio Heck, outro documento do SNI trazia informações importantes, rastreando suas ações e sua passagem por Rio das Cobras como uma possibilidade de articulação revolucionária. Esse documento, assim como os outros, era confidencial, enviado em 21 de março de 1978 para a chefia da FUNAI, dizia o seguinte:

Atualmente o nominado é o pároco de Xanxerê/SC e representante do CIMI/SUL naquela área. Vem mantendo uma atuação de liderança na ação do clero progressista junto aos indigenistas procurando com seu trabalho desgastar e desmoralizar as atividades da Funai na condução da política indigenista na área de Xanxerê/SC e Chapecó/SC, aumentando os problemas entre índios e aquela Fundação. Também seus sermões e através de artigos tendenciosos publicados na imprensa escrita vem tecendo severas críticas à atuação da Funai desenvolvendo uma ação psicológica negativa na orientação da opinião pública em geral. Recentemente compareceu ao Posto Indígena de Rio das Cobras, Laranjeiras do Sul/PR, com a finalidade de realizar um levantamento dos problemas de disputas de terras que estariam ocorrendo naquele Posto entre os índios Guarani e Kaingang com famílias de posseiros⁵²¹.

⁵²⁰ SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior. **Atrito entre Índio e posseiros – Rio das Cobras/PR**. Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. 13/03/1978, p. 8. Fotograma 015, Acervo do Arquivo Nacional.

⁵²¹ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Telex SNI sobre Padre Egon Dionísio Heck. 21 de março de 1978.in: Incidentes entre posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR. Acervo do Arquivo Nacional.

Ao ser perguntado sobre o período, relembra o contexto de pressão psicológica em que estavam inseridos. Fala de como no momento a questão estava tão polarizada que todas as pessoas que estivessem envolvidas em meio às questões indígenas viravam óbices para a Ditadura Militar. No ano de 1979, ao voltar da Prelazia de Tefé, quando morava no porão da casa paroquial em Xanxerê, teve uma surpresa de um dos grupos paramilitares envolvidos em ameaças e sequestro de pessoas acusadas de comunismo, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Como conta:

Como a questão estava muito polarizada, fanatizada, até pelos políticos interesseiros, então todo aquele que estivesse ao lado dos índios, com certeza, estavam sendo pressionados de alguma maneira, ameaçados. Eu também me lembro, em 79 quando eu saí fui pra Prelazia de Tefé. Aí quando eu voltei, em dezembro, no final do ano. A gente morava em um porão lá na casa paroquial de Xanxerê. Aí eu cheguei lá de manhã, e vi uma cartinha lá, daí eu fui abrir e tal, e era um recado do CCC, que era o Comando de Caça aos Comunistas e aí dizia, “esperamos que você tenha um péssimo natal.”⁵²²



Esse era um recado que comumente o CCC enviava para aqueles que eram considerados alvos e inimigos da Ditadura Militar, essa pressão psicológica funcionava como forma de coerção e aviso. O Comando atuava como uma forma clandestina de repressão do Estado.

Dois outros investigados são os leigos Wagner da Rocha D’Angelis e Wilmar da Rocha D’Angelis, citados nos relatórios de informações do SNI sobre Rio das Cobras. Investigados pelo DOPS, foram acusados de participarem na organização do movimento de retomada⁵²³. Um documento do SNI com data do dia 17 de fevereiro de 1978 tinha como título: “Movimento Indígena em Rio das Cobras”. Como consta no documento:

⁵²² HECK, Egon Dionísio. Op cit. 2019.

⁵²³ FUNDO DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. Fichas individuais. Arquivo Público do Paraná.

Figura 05 – Documento Confidencial do Serviço Nacional de Informações.

CONFIDENCIAL		17
		S. N. I. AGÊNCIA CENTRAL 003710 23.2.78 PROTOCOLO
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES		
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE		
I N F O R M E Nº 008 / 119 / APA / 78		
D A T A	:	17 FEV 78.
ASSUNTO	:	MOVIMENTO INDÍGENA NA RESERVA DE RIO DAS COBRAS - PARANÁ.
ORIGEM	:	APA/SNI.
AVALIAÇÃO	:	B-2
DIFUSÃO	:	AC/SNI - ACT/SNI.
		
		110604

Fonte: SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Divisão de Segurança e Informação do Ministério do Interior. **Atrito entre Índio e posseiros – Rio das Cobras/PR.** Arquivo Nacional. Fundo Serviço Nacional de Informação. 17/02/1978. Fotograma 110604, Acervo do Arquivo Nacional.

Um ponto importante a ser elencado é com relação ao grau de confiabilidade dessa informação, avaliada em B2⁵²⁴, nota considerada alta. A informação foi enviada da agência de Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, seu conteúdo chamava a atenção para os contatos e alianças formadas entre Wilmar da Rocha D'Angelis, o Cacique Xangrê de Nonoai e o Padre Francisco Sozzi de Laranjeiras do Sul:

“1. Wilmar, da REGIONAL da OPERAÇÃO ANCHIETA – OPAN em XANXERÊ/SC, atualmente morando junto com o povo indígena KAINGANG [...] Em RIO DAS COBRAS, o povo GUARANI, liderado pelo Pe. CHICO, está em pé de guerra contra a MADEIREIRA MAROCHI e outros grileiros, os quais já ameaçaram eliminar o PE. CHICO; NELSON (XANGRÊ) e ARMANDO, índios de NONOAI/RS, que se encontravam em XANXERÊ/SC, deslocaram-se para RIO DAS COBRAS, com a finalidade de apoiarem seus irmãos, contra os invasores de seus terras.”⁵²⁵

⁵²⁴ As informações, por sua vez, eram hierarquizadas pelos membros das comunidades de informações e recebiam classificações baseadas em seu grau de fidelidade que ia de A a Z. Já o conteúdo era classificado por numerais de 1 a 6. A mais alta nota de veracidade e importância de uma informação era classificada como A1.

⁵²⁵ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência de Porto Alegre. **Movimento indígena em Rio das Cobras-Paraná.** B-2. 17 de fevereiro de 1978.

Afirmavam que os integrantes do CIMI estavam instrumentalizando as lideranças indígenas para se organizarem contra os posseiros. Citava o auxílio para que as lideranças de Nonoai fossem para Rio das Cobras. Com essa justificativa Wilmar da Rocha D'Angelis e Padre Francisco Sozzi foram investigados como possíveis articuladores das ligações entre os movimentos de Rio das Cobras e Nonoai. No relatório de investigação do SNI ficava evidente que a preocupação que começava a tomar conta do caso era de que os movimentos de retirada dos posseiros viessem a se alastrar por outras Terras Indígenas. Por conta disso, a desarticulação dos intercâmbios entre lideranças de outras terras para Rio das Cobras era um dos pontos centrais da investigação. No relatório do SNI consta uma avaliação do caso feita pelo então presidente da FUNAI Ismarth de Oliveira Araújo. Em suas considerações demonstra preocupação com as reuniões entre as lideranças, deixando explícito o anseio de barrar o mais rápido possível as ações do CIMI. Para o presidente da FUNAI a instituição católica usava os indígenas para seus próprios objetivos:

O CIMI, usando o índio como instrumento, está planejando uma reunião de todos os líderes indígenas do BRASIL, em SÃO MARCOS, no dia 15.05.78. Oficialmente, o CIMI não aparece. É um dos próprios líderes indígenas que assina o convite, já distribuído desde fevereiro. Ao que parece, não está descartada a possibilidade de, nessa reunião, ser tentada a criação da Federação Indígena, um dos objetivos do CIMI.⁵²⁶

Consta em sua avaliação a crença de um perigo real da atuação do CIMI junto aos povos indígenas. Cita como um dos objetivos da instituição a criação de uma Federação Indígena, o que é uma tentativa evidente de vincular as ações do CIMI às ameaças de Segurança Nacional. As investigações conduziam a um inimigo criado pelo jogo de espionagem do SNI, uma vez que não havia provas suficientes das acusações feitas.

Nessa direção, a principal ação desenvolvida contra a tentativa de articulação dos povos era a tentativa de barrar a comunicação entre Rio das Cobras e outras lideranças indígenas. Um dos casos que merece destaque é a proibição da visita do Deputado Federal e liderança indígena Mário Juruna que estava com uma viagem marcada para Rio das Cobras. Nas investigações do SNI constam detalhes da comunicação feitas pelos agentes na tentativa

⁵²⁶ FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório do presidente da FUNAI Ismarth de Oliveira Araújo sobre os acontecimentos do Posto Indígena Rio das Cobras**. Brasília, 20 de março de 1978. Pasta: Incidente entre Posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR Acervo do Arquivo Nacional-SIAN.p.1.

de interceptar Mário Juruna, antes que ele chegasse à Rio das Cobras. Dizia o presidente da FUNAI em sua avaliação no relatório:

Ainda foi espelhada a tentativa de envolvimento de outros grupos indígenas, nos problemas do Sul do País, com o convite feito pelo Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARFELINI ao Índio Xavante MÁRIO JURUNA (com passagens e estada pagas) para deslocar-se para o Estado do PARANÁ. A FUNAI conseguiu convencer o índio – que estava em BRASÍLIA – para não comparecer ao encontro [...] O Índio MÁRIO JURUNA saiu de sua Aldeia e deslocou-se para CURITIBA. Mais uma vez a FUNAI conseguiu breçar a sua penetração, tendo o mesmo já retornado à sua Aldeia.⁵²⁷

Mário Juruna foi coagido para não visitar Rio das Cobras, é de extrema importância notar o interesse de Juruna em estar junto com as lideranças de Rio das Cobras em um momento de retomada. Isso demonstra que o movimento havia tomado proporções nacionais e que colocava em pauta no Congresso a urgência em retirar os posseiros das terras indígenas no Sul.

Um dos personagens importantes para os trajetos dessa tese é o padre Francisco Sozzi, mais conhecido entre os membros do CIMI como Padre Chico. De nacionalidade Italiana, era sacerdote da Igreja Católica vinculado à ordem dos Xaverianos, e estava como vigário na paróquia de Nova Laranjeiras durante o movimento de organização e expulsão dos posseiros. Trabalhava junto aos povos indígenas e mantinha ligação com a regional Sul do CIMI. Tinha ciência das invasões e teve participação em algumas das ações de organização para a retomada. Por conta de seu posicionamento em favor da população indígena, também se tornou um dos alvos. O fato de ser de nacionalidade Italiana pode ter aumentado a preocupação do SNI intensificando a espionagem sobre ele, uma vez que considerava a presença de estrangeiros em movimentos de luta social como sinal de alerta para possíveis interferências internacionais.

A rede de espionagem desenvolvida pelo SNI atuava nos mais diferentes espaços e vigiavam os passos de padre Chico. Nos lugares em que estava presente havia sempre alguém ouvindo suas palavras e repassando aos investigadores. Em uma de suas falas, quando participou de uma reunião do CIMI realizada no Estado de Santa Catarina, na cidade de Chapecó, o padre teria relatado questões envolvendo a disputa de terras e suas ações contra a invasão dos posseiros em Rio das Cobras. Infiltrado na reunião estava um agente do SNI. Ao registrar o depoimento do padre, afirmou que ele tinha influência direta na organização indígena contra os posseiros. Imediatamente repassou as informações para a Agência Central.

Era quase impossível identificar os agentes infiltrados do SNI, tamanha era a rede de investigação que qualquer pessoa poderia estar fazendo o papel de espião. As informações

⁵²⁷ Idem. p. 2. 1978.

constam em um TELEX enviado para a agência Central com data de 24 de fevereiro de 1978, remetido de Cascavel no Estado do Paraná, cidade próxima a Nova Laranjeira e a T.I Rio das Cobras. O documento dizia o seguinte sobre as condições do movimento de retomada em Rio das Cobras: “Situação reserva permanece calma. Padre ativista Francisco Sozzi, Paróquia São João Batista, Nova Laranjeira, que compareceu reunião Chapecó, retornou área. Referido padre afirma ter grande influência General Ismarth. [...] Assinado: Dr. Ricardo.”⁵²⁸.

O telex enviado por Dr. Ricardo representa como as investigações eram feitas, vindas das agências espalhadas pelo Brasil e se enraizavam em meio a sociedade através de informantes. Assim, as informações vinham de diferentes lugares e podiam ser de pessoas comuns ou de agentes especializados, não importava. Outro ponto que merece atenção é a ligação direta entre o informante e o presidente da FUNAI, uma vez que o referido telex estava endereçado diretamente ao General Ismarth de Oliveira Araújo.

Para além desses, é importante destacar o caso ligado a Juracilda Veiga como um dos mais graves envolvendo as ações anticomunistas que a Ditadura Militar fomentou. Nesse período, Juracilda Veiga fazia parte dos movimentos sociais de base que ocorriam em Curitiba, tanto da Igreja Católica quanto estudantil. Nascida no interior do estado do Paraná e se mudando para a capital em busca de uma carreira de jornalista, acreditava na justiça social feita através do engajamento político. Com sonho em seguir carreira de jornalista, acreditando no poder e na importância da função, fez estágios em alguns jornais, mas foi no jornal O Estado do Paraná que sua trajetória mudaria, colocando-a em destaque por publicações em que trazia questões referentes a demandas sociais.

Neste período, por intermédio de Wilmar da Rocha D’Angelis, conhecido já do tempo de Universidade quando foram colegas no curso de jornalismo, entrou em contato com o cacique Guarani Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima, em uma das idas da liderança à Delegacia Regional de FUNAI em Curitiba fazer denúncia contra o Chefe do Posto Leonardo Machado. Como lembra Juracilda:

Então assim eu comecei a trazer pra dentro do jornal o movimento popular, o movimento indígena, o movimento sem-terra, que dizer, todas essas questões populares e consegui, como era então uma novidade, eu consegui muitas matérias de capa nos três meses que eu fiquei no Estado do Paraná, e uma delas foi essa do movimento de Rio das Cobras. Foi porque o Wilmar me conhecia e fizemos um bem bolado para conseguir fazer a matéria, inusitado, era novidade e o jornal publicou.

⁵²⁸ SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Telex SNI a respeito da Situação da reserva Indígena de Rio das Cobras**. Cascavel-PR. In: Incidentes entre posseiros e índios em Rio das Cobras/PR. Acervo do Arquivo Nacional.

Mas aí justamente o que fez o meu trabalho fez o meu trabalho tão importante foi também o motivo pelo qual eu fui a escolhida pela repressão para ser a vítima.⁵²⁹

A memória de Juracilda Veiga revela o peso da repressão sofrida enquanto mulher jornalista em anos de extrema vigilância. As articulações que desenvolvia em torno dos movimentos populares, e a atuação que estava fazendo junto ao jornal, foram os principais motivos que a levaram a ser alvo das investigações. Entretanto, seu caso é muito mais delicado, levando em conta que as investigações causaram seu sequestro, orquestrado e realizado em março de 1978, pelo CCC. Foi sequestrada por três indivíduos encapuzados em frente a uma das escolas que trabalhava e mantida presa sob intenso interrogatório, ameaças e torturas físicas por cerca de dois dias. No momento do seu sequestro pegaram seu caderno de contatos, todas as pessoas que estavam na lista foram motivo de perguntas relacionadas a filiação em partidos políticos e movimentos sociais.

A memória de Juracilda Veiga também revela que as mesmas pessoas envolvidas em seu sequestro eram funcionários do governo. Concluiu isso por notar que o carro que a buscou para o depoimento na Polícia Federal era o mesmo carro que fez seu sequestro. Como conta:

Pra mim foi a polícia federal que me buscou. Aí eu fui solta, e como sequestrada eu era obrigada a depor na polícia que eu tinha sido sequestrada. O carro que foi me pegar pra fazer o depoimento na Polícia Federal foi o mesmo carro que eu tinha sido sequestrada, no DOPS. Eles não tiveram assim... nem pra camufla, nem pra desvia, era acintoso assim sabe⁵³⁰.

O trabalho de José dos Santos de Abreu⁵³¹ revela que o sequestro realizado pelos membros do CCC teve pessoas do DOI-CODI⁵³² envolvidas. Segundo o autor as intenções reais dos sequestradores era saber sobre as atuações políticas em duas pré-escolas chamadas Oficina e Oca, o objetivo final era a incriminação de pessoas ligadas às escolas e às organizações políticas contrárias ao Governo. Logo após o rapto de Juracilda Veiga, foram presas 11 pessoas

⁵²⁹ VEIGA, Juracilda. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista** [20 de maio de 2020]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020. Acervo do autor.

⁵³⁰ Idem.

⁵³¹ ABREU, José dos Santos de. **Operação Pequeno Príncipe: a ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e OCA**. UFPR. Curitiba, 2015 (dissertação de mestrado)

⁵³² Segundo Carlos Fico, o DOI-CODI, criado em 1970, era o aparato de execução da polícia política. Seu projeto foi inspirado na Operação Bandeirantes (OBAN) uma articulação civil/militar criada em São Paulo no ano de 1969 apoiada pelo Estado. Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), planejava e coordenava, segundo Paulo César Gomes, as defesas internas, era dirigido pelo chefe do Estado Maior do Exército da área. Os Destacamentos de Operações Internas (DOI) era responsável pela execução das medidas, eram de escalões mais baixos do Exército, e subordinados do CODI. Ainda segundo o historiador, o DOI foi responsável pelas ações mais violentas dentro da Ditadura Militar, sequestros e torturas estavam entre as ações mais comuns nas práticas desses órgãos. GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira**. 2013.

ligadas às escolas e aos movimentos de base. A justificativa dada pela Polícia Federal foi de que as escolas estavam sob denúncias de ensinarem princípios marxistas nas dependências do colégio infantil, que atendia crianças de um a seis anos.

Seu sequestro gerou uma grande comoção no movimento estudantil e principalmente nos setores progressistas da Igreja Católica. É nesse momento que é criada a Comissão Justiça e Paz de Curitiba com a finalidade de pedir a libertação do cárcere e garantir a segurança física da jornalista. Depois de sua soltura e de prestar depoimento, Juracilda ainda foi chamada para reconhecer pessoas até meados dos anos 1980. Depois de muitos anos ela e a família ganharam um processo contra o Estado, referente aos crimes de tortura cometidos na Ditadura Militar militar. Juracilda Veiga lembra de quando soube o porquê e quando sua vida começou a ser investigada e fichada pelo DOPS e o SNI.

E também assim eles me fizeram um grande favor de contar desde quando eles me seguiam. Nós sabemos tudo sobre sua vida. Não adianta esconder nada porque nós temos registro e tal. E a primeira vez quando eu fui fichada, fui em uma assembleia do CIMI que o Wilmar me convidou como jornalista, uma assembleia regional do CIMI Sul então a partir dali que eles passaram a me seguir.⁵³³

Desse modo, foi a partir de sua presença na assembleia do CIMI que se iniciou seu processo de investigação pelo SNI. Ora, mas, era preciso que estivessem sendo vigiados internamente para que soubessem da sua participação na assembleia, uma vez que ainda não fazia parte do CIMI nesse momento. Sobre esse assunto Wilmar da Rocha D'Angelis afirma que existia um cuidado com a repressão na realização das assembleias regionais, conta como a investigação ligada ao governo fazia para infiltrar as reuniões do CIMI, inclusive com credenciais da imprensa paranaense. Segundo Wilmar:

Quando a gente fazia assembleias regionais do CIMI, a gente fez várias em Curitiba, a primeira que eu participei como membro do CIMI. Antes eu fui em uma pra assistir, teve todo um cuidado, o pessoal justamente cuidava com a repressão, mas cuidava mais ou menos. Aí quando a gente fez a primeira. Aquela primeira que eu participei deve ter sido março, abril de 77. E ela então foi como convidada como jornalista e tal e o que acontecia era, e pode escrever isso com todas as letras, ia um cara com uma credencial da Gazeta do Povo e fotografava toda a plateia, era um serviço pra repressão pro DOPS, com credencial da imprensa do Paraná da Gazeta do Povo. Aí ficavam de identificar quem estava lá, deveria ser tudo gente da oposição.⁵³⁴

⁵³³ VEIGA, Juracilda. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha., 2020.

⁵³⁴ Idem.

Os infiltrados eram ligados à imprensa paranaense *Gazeta do Povo* e prestavam informações diretas às agências do SNI. As fotografias tiradas serviam de artifício de prova da presença dos acusados, assim, qualquer pessoa que estivesse nos encontros poderia ser fichada e investigada. O caso de Juracilda Veiga ganhou maiores proporções por ser jornalista e ligada a diversos movimentos de base, tanto da Igreja Católica quanto universitário.

O seu trabalho enquanto jornalista foi de extrema importância para que as ações dos movimentos sociais em que estava envolvida ganhassem voz. Sua ligação com o CIMI, suas atuações políticas e as publicações no jornal, incluindo a matéria sobre a viagem da ida de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima para conversar com o Delegado da FUNAI em dezembro de 1978, trouxeram notoriedade para sua atuação, mas, infelizmente, também para perseguição do regime.

É importante destacar também que não eram apenas os órgãos oficiais do governo que atuavam contra as pessoas envolvidas nas lutas em favor das Terra Indígenas. O contexto de caça aos comunistas se espalhava por toda a sociedade civil e tinha apoio de uma considerável parcela. Os interesses econômicos sobre as terras também levavam muitos fazendeiros e políticos a contratarem jagunços para atacarem os apoiadores dos movimentos indígenas. Os integrantes do CIMI sofriam ameaças de morte vindas de fazendeiros, políticos e jagunços. Nos anos 1980, Clovis Antonio Bighenti⁵³⁵, no toldo Chimbanguê/RS o bispo Dom José Gomes sofreu uma emboscada e quase foi morto. Na mesma região, Juracilda Veiga e Wilmar da Rocha D'Angelis também sofreram uma tentativa de assassinato. Com relação a esse cenário Wilmar da Rocha D'Angelis evidencia o seguinte:

Não era só essa parte, tinha a parte da ditadura e tinha a parte dos inimigos dos índios locais [...] nós lá no Chimbanguê anos depois sofremos um atentado e esse atentado de certo modo foi respaldado pela polícia local e pela Funai, a gente sabe disso. O então delegado da Funai teve reunião com os colonos, com o chefe regional da delegacia de polícia, e liberou os caras, “ó, vocês façam, livrem-se desses caras aí, é um favor que vocês fazem pra gente”. E eles fizeram um atentado contra nós, enfim. Então era um momento, todo esse período da ditadura, a gente sabia que tudo que fazia tinha esse tipo de olhar. A gente tomava o cuidado possível.⁵³⁶

Ou seja, existia um contexto favorecido também pela FUNAI, com a presença de grupos de milícias e de jagunços contratados por fazendeiros. Como destacado por Rubens

⁵³⁵ BRIGHENTI, Clovis Antonio. Op cit., 2012.

⁵³⁶ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Entrevista* [20 de maio de 2020]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020

Valente⁵³⁷, em 1976 foi morto pela polícia do Mato Grosso o Padre João Bosco Penido Burnier, um jesuíta que era missionário entre os Bacairi, também coordenava a Regional do CIMI no norte do estado em Prelazia de Diamantino. O padre teria ido à delegacia de Ribeirão para tentar um diálogo com a polícia acerca das denúncias de torturas que estava recebendo dos povos indígenas. A polícia, então, reagiu com agressões físicas e verbais, segundo documento do CIMI “O Padre recebeu de um soldado um soco e uma coronhada no rosto, e um tiro de bala explosiva no parietal direito que a tingiu o cérebro”⁵³⁸. O sacerdote ainda chegou a ser socorrido, mas morreu dias depois no hospital.

Padre Chico também teria sido perseguido e ameaçado de morte como foi noticiado informativo Luta Indígena do CIMI-Sul no mês de dezembro de 1977: “O padre Francisco Sozzi, da paróquia de Nova Laranjeiras, sempre defensor dos indígenas, foi tocado, depois de receber diversas ameaças de morte, e quase foi morto por jagunços⁵³⁹”. A perseguição e a espionagem perpassavam os gabinetes políticos e se estendiam para ações populares, gerando violência e intolerância sobre o trabalho desenvolvido por lideranças indígenas e os integrantes do CIMI.

Os militares tinham o objetivo de desmembrar os movimentos pelas recuperações de terras indígenas. As demarcações eram vistas como prejudiciais ao desenvolvimento nacional, assim, todas as tentativas de auxiliar na resistência e na luta pela expulsão dos posseiros e a demarcação das terras foram colocadas como práticas subversivas e contra o Estado Nacional. Como os missionários ligados ao CIMI estavam diretamente apoiando as bases de articulação e fortalecimento dos movimentos indígenas foram considerados perigosos para a segurança nacional. Dessa forma, a espionagem e a perseguição figuravam como práticas de guerra, uma guerra criada por ideais nacionalistas e autoritários, fundamentados em um plano nacional de segurança preocupado com possíveis insurreições internas.

O caso de Rio das Cobras ganhou notoriedade no governo pelas possibilidades de ocorrer uma reação em cadeia das retomadas de terras no Sul do Brasil. Com isso, a FUNAI determinou a proibição da entrada e saída de qualquer pessoa na Terra Indígena Rio das Cobras. Além disso, assim como ocorreu com os missionários do CIMI, foi proibido que as pessoas de Rio das Cobras entrassem em qualquer outra Terra Indígena. A informação foi repassada para

⁵³⁷ VALENTE, Rubens. Op cit., p. 246, 2017.

⁵³⁸ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Missionário Assassinado pela Polícia do Mato Grosso**. Goiânia, 12 de outubro de 1976. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2. p. 50. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁵³⁹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **O que aconteceu com Chefe de Posto Corrupto**. Luta Indígena, nº4, dezembro de 1977. p. 18. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO.

todos os Chefes de posto no Sul. Era evidente nas ações da FUNAI que existia uma preocupação real de que as ideias e informações do movimento se espalhassem para outros lugares.

Wilmar da Rocha D'Angelis comenta que sabia que estavam sendo vigiados pela ASI da FUNAI, mas que mesmo com todos os aparatos da repressão e das investigações, eles mantinham os trabalhos utilizando de diferentes formas. Entre elas estava a coragem no enfrentamento das determinações e proibições dos Chefes de Postos. Comenta um caso que ficou conhecido entre os integrantes do CIMI, a história chama atenção pela forma astuciosa que Antônio Iasi agiu. Como conta D'Angelis:

Toda ação que você fizesse você tinha um grau de temeridade, você sabia que era algo que tinha que se cuidar, porque você estava sendo vigiado, você estava sendo olhado. Então a gente, eventualmente entrava em comunidades indígenas buscando os caminhos que não passassem tão abertamente, outra vez desafiava o poder local porque era importante para os índios, para comunidade indígena. Tem um episódio famoso, assim que ficou entre nós [...] Então uma vez, na área de Apucarantina no Norte do Paraná o Antônio Iasi entrou lá e estava falando com os índios e o chefe de posto foi lá. “Quem é o senhor? Aí ele falou o nome. “Antonio Iasi, padre, sou jesuíta”. “o Senhor está proibido de entrar na terra indígena”. “Não, mas quem vai me proibir. Estou aqui, falei com o cacique, falando com os índios” “Não, mas nós vamos chamar a polícia federal” “O senhor pode chamar”. Dali a Londrina, é 60 km, mais ou menos, 50 km. “Não, pode chamar”. O cara foi embora pra Londrina. Não sei se ele voltou a tempo, mas o Iasi fez a visita que queria. Às vezes tinha essa coisa de desafiar o próprio Chefe de Posto, que se achavam grandes propósitos.⁵⁴⁰

Por muitas vezes era no enfrentamento, mesmo receosos e temendo por suas vidas, que seguiam com suas práticas. Trazer à tona essas memórias e documentações possibilita enxergar algumas das ações indigenistas desenvolvidas em meio a Ditadura Militar. A participação dos integrantes do CIMI junto às lideranças indígenas revela como os porta-vozes autorizados no campo indigenista conseguiram estabelecer um jogo de negociações e auxiliar nas bases de luta real pela reconquista das terras. Mas quais as informações e atuações que os integrantes do CIMI prestaram em relação a Rio das Cobras? Cabe, nos próximos tópicos, perceber as ligações e denúncias que foram feitas e movidas pelos integrantes do CIMI, acusados de serem os principais suspeitos do que ocorria em Rio das Cobras.

3.6 PALAVRAS DE LUTA: VALDOMIRO PIRES DE LIMA E A ARTICULAÇÃO COM O CIMI-SUL

⁵⁴⁰ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Op cit., 2020.

Antes da criação do Conselho, em 1972, já havia trabalhos sendo feitos em Rio das Cobras. No ano de 1969 Egydio Schwaden, que desde então, segundo Clovis Antonio Brighenti⁵⁴¹, já questionava as ações tradicionais da Igreja em trabalhar com os povos indígenas, visitou cerca de 10 Posto Indígenas no Paraná. Com o objetivo de fazer um levantamento tanto das questões referentes à exploração das terras como também em relação à atuação da Igreja Católica junto aos Guarani e Kaingang. Buscando fortalecer as linhas de atuação da Igreja, iniciou então o trabalho de alimentar as práticas indigenistas nas paróquias e dioceses. Em sua viagem de visita fez um relatório da situação em que se encontravam as demarcações.

O relatório gerado é o primeiro do CIMI que contém informações acerca do contexto de Rio das Cobras. As informações foram enviadas para a Conferência Nacional dos Bispos, Regional Sul II, e distribuídas para todos os bispos do Paraná. Foi colocada também à disposição da opinião pública, ao ser enviada para a imprensa. Segundo Egydio Schwaden até o momento não existia uma atenção da igreja local em relação aos indígenas em Rio das Cobras isso o preocupava na medida em que descobria a situação de vulnerabilidade que estavam expostas as pessoas:

O Pe. Vigário desta localidade não sabia da existência de índios em sua paróquia. Eu havia recebido informações certas da FNI, com respeito à presença de índios naquela paróquia. Afinal, pôs-me a procurar sozinho, informando-me aqui e ali, e, em realidade, encontrei o posto dos índios. Existem em torno de 1.000 na área, sendo o maior dos postos do Paraná. Todos, exceto duas famílias de índios, são católicos. Não se lembravam quando tiveram a última visita do padre⁵⁴².

Egydio Schwaden, vai até o Posto indígena em busca de informações, na época quem estava à frente da administração era o Sr. Tte Aquiles Penteado, contudo, não conseguiu encontrá-lo e colheu as informações de que precisava com o ajudante de chefia Roberti Rosena. Com uma população de cerca de 1000 pessoas, os povos indígenas em Rio das Cobras marcavam a resistência frente às explorações que vinham ocorrendo. As invasões e grilagens eram os problemas mais preocupantes segundo o padre, que se intensificam nos anos 1969, mostrando, também, a repressão sofrida pelos indígenas na voz da liderança Kaingang Joaquim Fernandes:

⁵⁴¹ BRIGHENTI, Clovis Antonio. Op cit., 2012.

⁵⁴² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Situação dos Indígenas em dez Postos da Fundação Nacional do Índio no Paraná.** Apresentado por Pe. Egidio Schwaden. 1969. Arquivo do CIMI, Secretariado, Pasta: Luta pela terra. BR.PR.00.4b. Brasília-DF. p. 21.

Problemas mais sérios a solucionar: Invasão da área: Toda a população indígena da área encontra-se alvoroçada, juntamente com os responsáveis, devido à invasão que a área vem sofrendo por parte de “portugueses” ou intrusos mal-intencionados.

Obs: “Portugueses”, chamam os índios, indiscriminadamente todas as pessoas não pertencentes a alguma tribo indígena, sejam elas de que raça forem.

Contam os índios que os brancos vêm caindo sobre suas terras como um enxame de gafanhotos, querendo cada qual ser dono da melhor parte. Os locais onde os índios costumavam fazer suas roças já foram ocupados por serem as melhores terras. “Onde é que os índios vão fazer roça este ano?” – perguntava tristemente um índio. “Não posso brigar por causa da minha terra – dizia-me laconicamente o chefe dos índios, Major Joaquim Fernandes – pois não permitem a minha gente arma de fogo. Assim sou obrigado a deixar que nos tirem tudo”.

Os brancos medem a todo vapor as terras dos índios. E enxotando os índios das terras que ocupam, tem a esperança de tirar-lhes o direito e a garantia que a Constituição lhes concede, de possuir as mesmas.⁵⁴³

Nas invasões denunciadas por Egydio Schwaden, os chamados portugueses e as pressões políticas deixaram os povos indígenas em Rio das Cobras quase sem esperanças. Como fica expressa na fala da liderança Joaquim Fernandes, que via na luta armada uma possibilidade de conseguir proteger a terra. Enquanto conversava com os Kaingang das proximidades do Posto, Egydio Schwaden ainda não fazia ideia do que estava ocorrendo com a população Guarani. Transferidos do Mato Queimado por Raul de Souza Bueno, os Guarani haviam criado o *tekoa* Pinhal, mas, seus pedidos de demarcação e proteção da área em que habitavam foram sempre negligenciadas, e por esse motivo não ficaram ilesos das invasões dos posseiros. Nas informações de Egydio Schwaden, ele toma conhecimento da situação porque em determinado momento de sua visita na sede de Rio das Cobras um Guarani do *tekoa* Pinhal o procura para denunciar as invasões. Como consta no seu documento:

Há invasões por todos os lados e sempre são escolhidas as melhores terras. Enquanto os índios Kaingangues da proximidade da sede deste posto prestavam estas informações, apareceu um senhor da secção dos Guaranis que fica mais para o interior da área, longe do posto (sede).

A área dos Guaranis ocupada por eles está incluída nas divisas descritas na página anterior e sempre foi considerada área dos índios. É um ano para cá que os “portugueses” vêm entrando na área indígena, dizendo-se donos da mesma. E entram com o propósito de alvoroçar, aborrecer e incomodar o índio, para que este, retirando-se de suas terras, perca o direito as mesmas. Os Guaranis localizaram a sua aldeia em duas colinas que cercam uma área baixa e plana, muito fértil de aproximadamente dez dias, um grupo de “portugueses”, para cúmulo da provocação, vieram com 350 porcos invadir a porção dos Guaranis e tocaram para a roça dos índios os seus porcos. Assim, todas as roças destes foram devastadas. Havia nelas muito milho, melancias, amendoim e batata doce. Tudo foi colhido pelos porcos dos invasores.⁵⁴⁴

⁵⁴³ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Situação dos Indígenas em dez Postos da Fundação Nacional do Índio no Paraná.** Apresentado por Pe. Egidio Schwaden. 1969. Arquivo do CIMI, Secretariado, Pasta: Luta pela terra. BR.PR.00.4b. Brasília-DF. p. 4.

⁵⁴⁴ Idem. p. 5. 1969.

As ameaças fizeram com que muitos indígenas deixassem suas casas e fossem para outras localidades. Outros Guarani, por sua vez, mesmo pressionados pelos intrusos acabaram se revoltando contra a destruição dos seus roçados e, segundo conta o padre “[...] De fome e de raiva os Guaranis mataram realmente uns 20 a 30 porcos dos invasores de suas terras. [...]” continua relatando que a 4ª Delegacia da FUNAI, em Curitiba, foi avisada sobre a situação, mas que não houve resposta. Nas palavras de Egydio Schwaden o conselho indigenista, através da chefia do Posto, dizia: “[...] Para animar os índios a perseverança no local a chefia lhes diz que os “portugueses” apenas irão engordar os porcos e depois irão embora. Entretanto, os índios já não acreditam no estratagema, pois, os “portugueses” já vêm preparando roças para o ano vindouro⁵⁴⁵.” Além das invasões também já era destacada a grande devastação florestal que estava sendo feita, muitos pinheiros já haviam sido derrubados e vendidos, o corte acontecia de maneira despreocupada pelos invasores, como conta: “Já há os que ostensivamente, em pleno dia, iniciaram a derrubada de árvores.”⁵⁴⁶

Denunciando esses problemas Egydio Schwaden tinha o objetivo de criar uma forma de atuação que conseguisse dar conta das demandas indígenas por terra. Contudo a região sul só teria uma atividade mais intensa do CIMI após criação de uma regional no ano 1975. Dos anos 1969 até o início dos anos 1978, as terras dos Guarani e Kaingang em Rio das Cobras tiveram um substancial aumento da entrada de não indígenas, chegando a ficar com mais de 90% da sua extensão territorial invadida, como consta no levantamento feito pela FUNAI e o INCRA no ano de 1975, já citado no início deste capítulo.

Principalmente depois da criação do Regional Sul, as questões de Rio das Cobras ganham maior notoriedade nas atuações do CIMI e na paróquia de Laranjeiras do Sul. No ano de 1976 foi realizada uma reunião importante para definir alguns posicionamentos frente a invasão das terras, essa reunião, realizada dentro da Terra Indígena Rio das Cobras, teve a presença de religiosos, antropólogos e indígenas, esses últimos fizeram-se serem ouvidos. A reunião intitulada REUNIÃO JÊ - SUL, com o objetivo inicial de discutir assuntos acadêmicos de formação, terminou por concluir pela maior participação dos povos indígenas nas tomadas de decisões e das maneiras de agir frente a política indigenista oficial. Isso se deu por conta da intervenção indígena em alguns momentos da reunião, demonstrando o incômodo e a vontade de tomar as decisões por suas vidas:

⁵⁴⁵ Idem. p. 5. 1969.

⁵⁴⁶ Idem.

Em meados de junho de 76, realizou-se um encontro –primeiro n o gênero – de estudiosos e de missionários de diversas denominações que atuam no Sul do Brasil: IECLB, Novas Tribos, Crstianismo Decidido e um representante do CIMI. O encontro realizou-se no Posto Indígena Rio das Cobras, PR, onde um ano e meio depois se daria a revolta indígena para expulsão dos invasores de suas terras, e que precedeu o movimento dos Kaingang de Nonoai.

Embora com o objetivo inicial de “expor e debater estudos e teses”, o encontro terminou por debater realmente problemas concretos e urgentes dos indígenas da região sul. A presença de alguns indígenas, em alguns momentos do encontro, nos quais os mesmos falaram se sua situação e das dificuldades que a invasão de suas terras (Rio das Cobras) lhes trazia, teve o mérito de levar os missionários e estudiosos reunidos a concluir pela necessidade de contar com a presença dos indígenas em seus encontros e reuniões. Isso por considerar que os indígenas são os que estão em melhores condições para falar de sua situação, por mais próximo a eles que esteja o missionário. Também porque prescindir dos indígenas nos encontros em que justamente se trata deles e de seus problemas, seria tomar a mesma atitude oficial de considerar o indígena como menor e incapacitado. Na reunião Jê-Sul os participantes disseram ter constatado novamente a calamidade o desastre que estão sendo os projetos do DGPI para os índios do Sul. É a exploração mais vergonhosa que o índio já conheceu dentro da política protecionista”. Concluíram também da importância e necessidade dos missionários contarem com as Universidades e a assessoria de antropólogos e etnólogos, para que seu trabalho tenha seguras bases científicas⁵⁴⁷.

Antecedendo a retomada das terras de Nonoai, segundo o CIMI, os povos indígenas em Rio das Cobras já vinham se organizando e pensando maneiras de agir contra os intrusos. As discussões entre indígenas, estudiosos e missionários feitas nessa reunião possibilitaram a abertura para um diálogo mais amplo e objetivo, envolvendo não apenas a participação direta dos indígenas, mas, de antropólogos e etnólogos com o objetivo de instrumentalizar os missionários na prática indigenista. Entretanto, como chama a atenção o documento, foi por conta das intervenções feitas que foi tomada a consciência de se deixar que tivessem o protagonismo das ações. A publicação do Luta Indígena mostra que o CIMI-Sul ainda que não tivesse efetivos trabalhos em Rio das Cobras estava sempre atento ao que ocorria desde o início das atuações.

No ano de 1975 as notícias de jornais também já traziam um pouco do que ocorria em Rio das Cobras. Novamente o assunto era o Chefe de Posto que estaria facilitando a entrada de não indígenas. Dessa vez o acusado era Lensidio Fermol, que a menos de 2 anos havia assumido o Posto e já continuava o trabalho de venda de madeiras e grilagem de terras como seus antecessores. O jornal O Globo no dia 24 de março de 1975 publicou uma notícia com o título Tribos se unem no Paraná para expulsar invasores. Reportagem dos enviados especiais Renato Lombardi (repórter) e Antonio Carlos Piccino (fotógrafo) do jornal O Globo. Nesta edição

⁵⁴⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Luta Indígena**. Agosto de 1978, ed. nº 6. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO. p. 51

conta a fala de Argemiro Fernandes (seu Miro) também conhecido pelo seu nome Kaingang, grafado no jornal como *Rekayg*:

- Além de expulsar nossa gente, roubavam e roubam os pinheiros que nós plantamos. No começo, conseguimos fazer muitos deles saírem. Mas, agora, somos nós que corremos, porque eles usam revólveres e atiram na gente.
- Já estávamos revoltados com a morte do meu cunhado Cainté e eles quiseram nos expulsar, dando tiros. Nós os expulsamos, queimamos a casa de um dos invasores e matamos galinhas e porcos. Tivemos a preocupação de não ferir ninguém, pois não queremos fazer mal, só queremos as nossas terras.
- Dias depois, os pistoleiros voltaram e pegaram um índio velho, o chefe do grupo que eu tinha deixado na região do rio Guarani, para tomar conta de algumas famílias. Eles o surraram, cortaram seu corpo a facão e queimaram partes do seu corpo, pés, mãos e rosto. Depois o abandonaram, pensando que ele estivesse morto.
- [...] – Agora não nos pegam como antes. Vamos rebater os ataques com os meios que temos, mas vamos defender nossa terra de qualquer forma.
- Queremos que alguém nos defenda. Alguma autoridade precisa vir aqui e ver nossa situação. Estamos sendo expulsos de nossa terra e a Funai nada faz. Há pouco tempo, o delegado da Funai em Curitiba mandou madeira que veio de Guarapuava, foi vendido pelos funcionários da Funai e nós continuamos a morar em palhoças, nas quais, quando chove, todos ficamos molhados”⁵⁴⁸

Argemiro Fernandes fazia questão de afirmar que não estavam interessados em conflitos, mas que não recuariam mais aos ataques dos não indígenas, alertava “vamos rebater”. A liderança Guarani Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima também deu depoimento para os repórteres com o objetivo de denunciar as práticas do Encarregado Lensidio Fermol. Segundo Karaí-Tupã, como é seu nome em Guarani, não havia mais tempo para esperar e deviam ser tomadas medidas urgentes. Nas suas palavras:

- Eu nunca falei, mas agora vou explicar direito a situação. Essas terras foram medidas e entregues a nós. Agora, os invasores querem nos expulsar. Muitos de meu povo fugiram, mas os que restaram, eu e mais duzentas famílias, enfrentarão os invasores, junto com os caincangues.
- Karaí Tunpá, que é cacique dos guaranis desde 1960, diz que também está cansado das promessas não cumpridas pela Funai: Digo com franqueza que a Funai não está fazendo nada. Nós é que temos de fazer alguma coisa. As queixas feitas ao delegado de Curitiba são esquecidas e estamos numa situação em que vamos ter de matar para defender nossos direitos.⁵⁴⁹

O ano de 1975 foi assim o início dos depoimentos públicos de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima e Argemiro Fernandes, pela pressão que as lideranças fizeram Lensidio Fermol foi transferido, quem assumiu o Posto foi Leonardo Aparecido machado. Não demorou muito tempo para que descobrissem que como os outros funcionários Leonardo não só continuaria

⁵⁴⁸ O GLOBO. **Tribos se unem no Paraná para expulsar invasores**. 24 de março de 1975. Hemeroteca Digital Brasileira, Biblioteca Nacional.

⁵⁴⁹ Idem.

com a exploração das terras como as ampliaria, chegando no final dos anos 1970 com uma situação muito pior.

Wilmar da Rocha D'Angelis esteve em Rio das Cobras para averiguar a situação logo quando começaram as tentativas de retirada dos posseiros. Com data de 8 de dezembro de 1977 encaminha um relato da situação para o Delegado Regional da FUNAI, José Carlos Alves. Em seu relato denunciava e pedia providências, ao mesmo tempo que se colocava à disposição para ajudar no que fosse preciso: “Espero que esta contribuição seja útil ao trabalho desta Delegacia de atender sempre melhor os Índios sob sua jurisdição. Me coloco, pois, à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos.”⁵⁵⁰. Em sua viagem coletou informações com moradores locais e com os Guarani e Kaingang. As denúncias eram unânimes contra o Chefe de posto da FUNAI Leonardo Aparecido Machado, acusando-o de ser o principal motivador das invasões e grilagem de terras. Além disso, destaca a atuação de grandes fazendeiros e madeireiras:

Quanto à invasão da área, fato de que mais se queixam os índios (Kaingang e Guarani), estes informaram que “ultimamente estão entrando fazendeiros de Cascavel. Um deles é o Piassentim. Os outros são novos...”. Informaram também que o Leonardo sabe de tudo, pois eles estão combinado”. Outros depoimentos sobre a questão em foco: “os portugueses (brancos) estão cercado de roça, com ordem do Chefe do Posto”. (de fato, na aldeia Guarani, me indicaram as roças dos “portugueses” que os estão deixando no meio de um apertado círculo). Outros índios com quem conversamos, informaram que sr. Morochi intrusa 400 alqueires dentro da área indígena, tendo afirmado um daqueles informantes, desiludido; “acho que não sai mais”. Na aldeia Guarani, contaram o seguinte fato recente, envolvendo este senhor: “semana passada o Chefe veio aqui com o Marochi para falar com o cacique para tirar esses pinheiros que estão caído. Queriam 50 pinheiros em troca de construir uma capela e 7 casinhas de 7 x 4 pros índios. Ele veio com o Marochi, que o chefe sempre está com ele”⁵⁵¹.

Esses pinheiros, segundo as informações prestadas por Wilmar da Rocha D'angelis dariam 200m², suficiente para a construção de uma Vila e não apenas 7 casinhas. Como consta ainda em seu relato, o cacique Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima não aceitou a oferta feita por Leonardo Aparecido Machado e pela empresa Marochi, pedindo para se retirarem. Entre as pessoas da comunidade local de Nova Laranjeiras fez algumas perguntas em relação ao Chefe de Posto, de quem teve a seguinte informação: “Esse Chefe que está aí muito bonzinho, muito bonzinho: Só que ele precisa de uma mão, de uma ajudinha. Se você bater um papo, tomar uma

⁵⁵⁰ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Relatório de viagem feita para Rio das Cobras. 08 de dezembro de 1977.** Arquivo do CIMI Luziânia-GO.

⁵⁵¹ Idem.

cervejinha com ele, ele deixa você fazer um roçado lá; só dar um dinheirinho prá ele, porque ele precisa, né?⁵⁵²”

Os 50 pinheiros eram apenas algumas das árvores que estavam nos interesses das empresas madeireiras, as florestas já vinham sendo derrubadas ao longo dos anos. A empresa Marochi e os latifundiários Deolindo Piassentini e Hilmar Hadans, três dos maiores proprietários de terras invadidas em Rio das Cobras, estão no centro das denúncias feitas pelo CIMI-Sul. Wilmar da Rocha D’Angelis destaca a presença de pistoleiros ligados à madeireira e que a atuação deles estava ligada a ameaças e expulsão de indígenas. Ao terminar sua descrição enfatiza o impacto direto sofrido pelas famílias indígenas e a vida das próximas gerações: “Talvez, a melhor forma de encerrar este relato do que vi e ouvi no Posto Rio das Cobras e na região, seja com as palavras tristes de um Guarani: ‘Nossas famílias estão crescendo. Terra nós temos bastante, mas tá quase tudo tomado’.⁵⁵³”

Adotando os cuidados com as comunidades de informações e a repressão da Ditadura Militar, faz uma nota em que explica para o Delegado da FUNAI suas motivações e interesses com aquele material. Tentando desviar qualquer atuação direta e se colocando como imparcial, finaliza:

Como se constata, evitamos qualquer julgamento ou opinião, por ser impossível e incorreto fazê-lo somente a partir destes dados. No entanto, a gravidade dos fatos narrados e das denúncias feitas nos leva a concluir que, de fato, algo não está correto no Posto Indígena Rio das Cobras e que é necessário que a Delegacia regional tome as devidas providências para que se elucidem as questões envolvendo aquele Posto. Se redigimos este relato, foi com o único intuito de contribuir para melhor atuação em favor dos Índios. Não pretendemos atacar o Chefe de Posto do P.I. Rio das Cobras, ao qual não conhecemos, muito menos prejudicá-lo em seu trabalho. Antes, pretendemos contribuir para que não parem dúvidas sobre a atuação do mesmo, de modo a que, não tendo culpa, prossiga seu trabalho com maior eficiência. Caso contrário, sejam aplicadas as sanções previstas e a FUNAI, com isso, melhore sua atuação em favor daqueles indígenas⁵⁵⁴.

Em junho daquele ano de 1977 foram retirados da área novamente uma grande quantidade de pinheiros, os Guarani por sua vez mostravam que não recuariam. Em uma publicação do boletim do CIMI, intitulada “Rio das Cobras: A terra Reconquistada”, os cortes são evidenciados, mas para além disso, dava indícios de que os Guarani dariam a vida por seu território, embora já se encontrassem ilhados planejavam a retomada das terras:

⁵⁵² Idem.

⁵⁵³ Idem.

⁵⁵⁴ Idem.

O processo de invasão e de espoliação dessa área indígena já vem se fazendo há muitos anos. Porém, a partir do início de 1977, esse processo se acentuou. Em julho de 77, dia e noite se retirava madeira da área, estimando-se um montante de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões) de venda de madeira. Num levantamento superficial, feito na área, foram encontrados uns trezentos tocos de pinheiro. Só se salvaram aqueles próximos à aldeia dos Guarani, porque eles “*viviam abraçados aos pinheiros*”. No mês de julho, a aldeia dos Guarani se encontrava totalmente rodeada de invasores. Nesta ocasião, os índios no desespero estavam decididos a ir à Brasília denunciar a situação. “*Nós vamos defender o que é nosso, custe o que custar*”. Depois de várias discussões sobre a validade desta atitude, e a conselho do Pe. Francisco, terminaram por decidir-se em buscar outra forma de solução para o problema⁵⁵⁵.

A resistência⁵⁵⁶ Guarani, assim como as formas de luta pensadas por Carlos Walter Porto Gonçalves, frente às investidas de diversos agentes colonizadores permaneciam forte, o seu ímpeto de luta estava no relato do missionário, “os Guarani viviam abraçados aos pinheiros”, expressão que deixa marcada a imposição de vida frente a exploração das terras e da floresta de araucárias. Demonstravam a vontade de fazer valer a garantia de sua posse territorial e, segundo o CIMI, dialogavam com o Padre Chico para montar e planejar as viagens. As atuações do Chefe de Posto são novamente destaque, agora falando que nas proximidades do Jacutinga ele era conhecido como Tenente Leonardo, em uma menção ao poder que teria adquirido junto aos grandes proprietários:

Este funcionário do órgão oficial recebia dinheiro das famílias que intrusavam. Na Jacutinga (fundos da área), os intrusos falavam de “tenente” Leonardo, que churrasqueava com os grandes. Leonardo pegava o dinheiro dos pequenos intrusos. Depois vinham os grande oferecendo alguma coisa pela posse. Caso não quisessem entregar, passavam o trator por cima. O Piassentin, com apoio de Leonardo queria abrir uma estrada, de Jacutinga ao Rio da Despedida. Essa estrada passaria por cima da própria casa do Cacique Valdomiro. Os índios conseguiram impedir a realização da mesma. Neste mesmo ano, porém, a firma Marochi abriu uma estrada para tirar o milho que havia plantado na área. O Leonardo fazia os índios trabalhar numa roça, cujos resultados ele manobrava a seu bel prazer e geralmente em seu benefício.⁵⁵⁷

As práticas do Chefe de Posto eram evidentemente para ameaçar Valdomiro Karai Tupã Pires de Lima, assim como as ordens de que trabalhasse nos roçados era para controlar suas ações. Com essa atitude, o cacique Guarani viu-se obrigado a tomar providências

⁵⁵⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Rio das Cobras: A terra Reconquistada**. Boletim informativo do CIMI-Sul. 28 de fevereiro de 1978. p.18.

⁵⁵⁶ Acredito no conceito de r-existência como pensado por Carlos Walter Porto-Gonçalves, onde se luta “por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar”. Nessa concepção o Estado se configura como um projeto de homogeneização e dominação contra o qual os povos indígenas resistem e tentam não apenas sobreviver e prosperar. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazonas**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 130.

⁵⁵⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Rio das Cobras: A terra Reconquistada**. Boletim informativo do CIMI-Sul. 28 de fevereiro de 1978. p.18.

imediatas, se colocando novamente contra o Chefe de Posto decide terminar com a situação de repressão e sujeição que estavam sendo colocados. Segundo consta no boletim do CIMI:

Neste mesmo ano o Cacique Valdomiro e seus Companheiros Guarani resolveram desobedecer a esse funcionário, não considerando mais como autoridade no local: *“Olha, Leonardo, você pode botar na prisão eu e minha gente, mas nós não vamos mais trabalhar nessa roça, que é para você ficar com o resultado depois”* (Cacique Valdomiro). E continuavam mostrando sua repulsa contra a atitude deste funcionário, que defendia os interesses dos intrusos, na espoliação dos índios – *“O Leonardo levou toda a madeira dos índio, mas nossa aqui ele não leva”* (Cacique Valdomiro, referindo-se à madeira roubada pelo Leonardo dos índios Kaingang).⁵⁵⁸

Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima, além disso, tomaria outras medidas, viajando para Curitiba a fim de denunciar as investidas contra as terras. A liderança Guarani fez duas viagens em que teve contato com os integrantes do CIMI-Sul, uma no dia 7 de dezembro e outra no dia 15 de dezembro de 1977. As andanças de Valdomiro até os representantes regionais do órgão indigenista já datavam da administração do SPI, quando se dirigiu até Curitiba para denunciar as invasões de terras ocorridas sob o controle de Raul de Souza Bueno. Figurava já nos anos 1960 como um índio “fazedor de confusão” aos olhos dos funcionários do Estado. Aqui, novamente, o cacique Guarani recorre às viagens para reivindicar junto ao Delegado da FUNAI a posse das terras de seu povo.

A resistência do povo Guarani e a liderança de Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima em um contexto de repressão, e de pressões sofridas sobre seu território e suas vidas, dão mostras do rearranjo da luta e da tomada de posição, fortalecendo os laços, políticos e étnicos para conseguir garantir sua sobrevivência e das próximas gerações. Por conta disso, o cacique via nas possibilidades de contato com os integrantes do CIMI e com o Padre Chico as maneiras pelas quais somariam forças a suas demandas.

Depois da volta de Wilmar da Rocha D’Angelis de Rio das Cobras a edição do Luta Indígena nº4 de dezembro de 1977 já demonstrava os resultados das informações que tinha coletado em campo. As denúncias que havia feito em seu relatório para o Delegado da FUNAI também foram utilizadas para publicar uma matéria no Boletim Luta Indígena, o que daria maior visibilidade aos abusos e esbulhos territoriais que vinham sofrendo em Rio das Cobras. O título da reportagem era “O que Aconteceu com um Chefe de Posto da Funai Corrupto?”. Em destaque estavam as denúncias feitas contra o então chefe de Posto Leonardo Aparecido Machado:

⁵⁵⁸ Idem. p. 19, 1978.

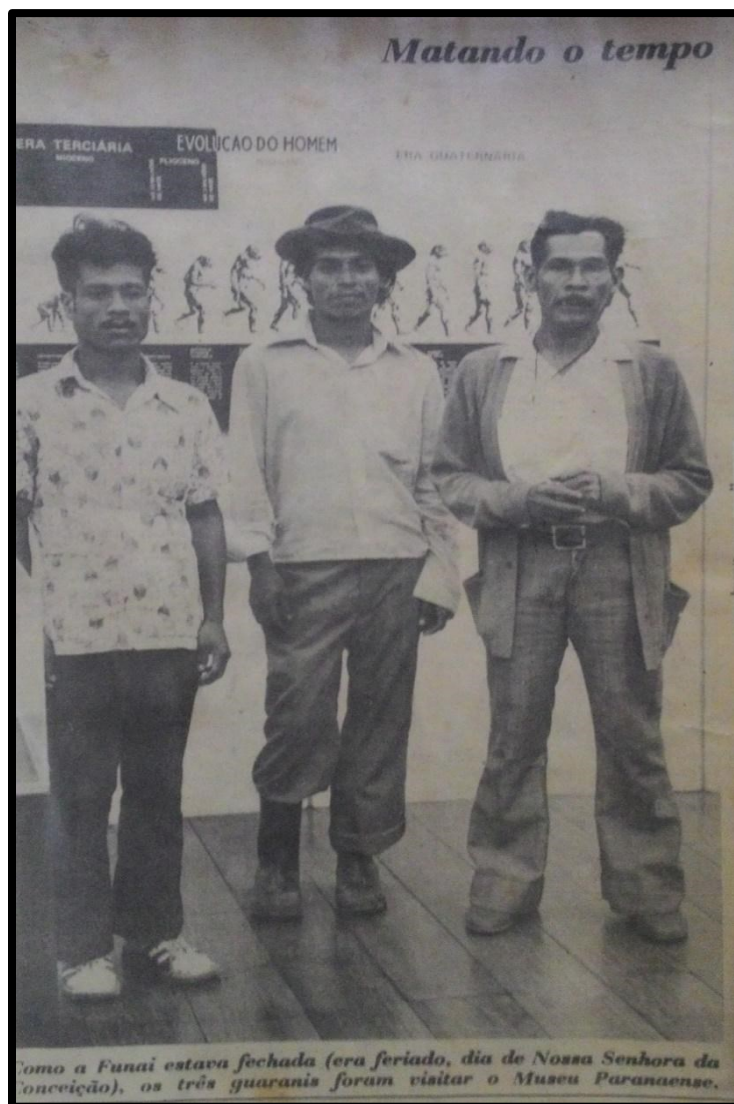
O cacique Guarani e mais dois companheiros, relataram ao Delegado Regional, José Carlos Alves, as irregularidades havidas naquele posto devido à atuação do Chefe, principalmente no que se refere ao problema da invasão das terras da Reserva. Denunciaram que Leonardo Machado favoreceu a entrada de fazendeiros e outras pessoas de posses dentro da área indígena, inclusive provocando a saída de alguns intrusos paupérrimos para, em seu lugar, colocar aqueles. Contaram também o caso de Idolino Piassentini que, intruso na área e devendo um empréstimo no Banco, mediu parte da área (onde intrusava) para saldar aquela dívida, e com o auxílio do Chefe do Posto. Por fim, os Guarani ainda denunciaram a Madeireira Marochi, que continua explorando a madeira da área⁵⁵⁹.

Segundo a publicação, a ida de Valdomiro Karai Tupã Pires de Lima à Curitiba teria conseguido movimentar a administração da FUNAI, porém, nesse primeiro momento não é tomada nenhuma decisão imediata. A viagem dos Guarani foi retratada por alguns jornais da época como O Estado do Paraná, através da integrante do CIMI-Sul Juracilda Veiga, e a Tribuna do Paraná, com o título “Índios vieram denunciar invasão de suas terras”.

Essas publicações posteriormente acabariam pressionando a FUNAI a tomar providências. Na foto publicada no jornal O Estado do Paraná com o título “Matando o Tempo”, Valdomiro Karay Tupã Pires de Lima e seus companheiros apareciam visitando o Museu Nacional, pois na data em que chegaram à Curitiba era feriado e não foram recebidos pelo Delegado da FUNAI:

⁵⁵⁹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **O que aconteceu com Chefe de Posto Corrupto.** Boletim Informativo Luta Indígena, nº4, dezembro de 1977. p.18. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO.

Figura 06 – Foto das lideranças Mbyá em Curitiba



Fonte: Jornal O Estado do Paraná. 10 de dezembro de 1977. **Índios vem à Curitiba denunciar invasão de terras.** Reportagem de Juracilda Veiga. Arquivo do CIMI-SUL. Luziânia-Go. Pasta: Recortes de Jornais

O relatório escrito por Wilmar da Rocha D’angelis foi entregue por Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima, e seus companheiros, de nome José Alves e Alcindo, para o Delegado da FUNAI, como consta na publicação do jornal O Estado do Paraná de 10 de dezembro de 1977. “O Relatório apresentado pelos índios ao Delegado (foi escrito por um missionário da Diocese de Chapecó (SC) que está estudando o grupo Guarani e que os acompanhou até a capital), confirma a denúncia feita verbalmente pelos índios”⁵⁶⁰. Sobre a matéria realizada no O Estado do Paraná, Juracilda Veiga, rememora e afirma a importância que teve a publicação para que a luta dos Guarani tivesse maior repercussão:

⁵⁶⁰ Jornal O Estado do Paraná. 10 de dezembro de 1977. **Índios vem à Curitiba denunciar invasão de terras.** Reportagem de Juracilda Veiga. Arquivo do CIMI-SUL. Luziânia-Go. Pasta: Recortes de Jornais.

Tem uma coisa que a gente aprendeu durante as lutas indígenas e ensinou os indígenas, que o que não está escrito não existe. Então não adianta você, vim falar com o delegado ali, fazer sua reclamação se ninguém viu. Se ninguém viu, não aconteceu. Então foi bem importante essa possibilidade de fazer repercutir essa luta e ela foi muito importante, pra outras lutas do Sul⁵⁶¹.

A publicação do jornal evidenciava as denúncias já apresentadas e trazia a foto do cacique Guarani e de seus companheiros para confirmar sua presença na Delegacia Regional. Assim, de maneira articulada, após sua viagem, Wilmar da Rocha D'Angelis, Juracilda Veiga e Padre Chico, conseguiram organizar uma forma de que a ida dos Guarani fosse documentada, como lembra D'Angelis falando de sua ida à Rio das Cobras:

Depois junto com o padre Chico articulamos a ida do pessoal pra ir fazer a denúncia a FUNAI em Curitiba. Mas só fazer a denúncia não adiantava, então a gente colocou eles em contato, a Juracilda estava no Estado do Paraná, no jornal, então tinha que sair na imprensa, aquilo precisava se tornar público, não bastava eles irem lá na FUNAI e ficar tudo entre quatro paredes. Então a FUNAI tinha que sentir um pouco pressionada pela publicação do fato. Então foi aí que o cacique lá em dezembro, ele volta e é perseguido⁵⁶².

Quando voltam de Curitiba, os Guarani foram perseguidos por Leonardo Aparecido Machado. O Chefe do Posto sabia que eles tinham ido até a Delegacia da FUNAI, então, como forma de contrapor a liderança de Karaí Tupã, o retira do cargo de cacique através de uma eleição forjada, levando pessoas de outros lugares para a votação. Segundo as informações do CIMI, após terminada a eleição, Valdomiro teria perdido por apenas 7 votos, isso mostrava sua força em meio à comunidade e sua influência, uma vez que teriam participado da reunião apenas 5 pessoas da comunidade em um total de 39 pessoas. Com o novo cacique assumindo o cargo, Karaí Tupã teve sua prisão decretada.

Depois disso o Leonardo lotou duas kombis com índios (não muito bem identificados) mandou chamar os Guarani para uma reunião, para dar “bons conselhos”. Mas os Guarani não queriam mais saber dos “conselhos do Leonardo”. Por isso só apareceram uns 4 ou 5 Guarani da aldeia. Aí o Leonardo fez a votação para o novo cacique. Então o Veríssimo (trazido pelo Leonardo) venceu de 23 votos contra 16 que Valdomiro recebeu. O Leonardo ficou bastante surpreso com o inesperado número de votos que o Valdomiro conseguiu, apesar de ter perdido a eleição. Logo o “eleito” deu voz de prisão ao Valdomiro e seus dois companheiros que haviam ido a Curitiba.

⁵⁶¹ VEIGA, Juracilda. **Entrevista** [09 de abril de 2020]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020. Acervo do autor.

⁵⁶² D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Op cit. 2020.

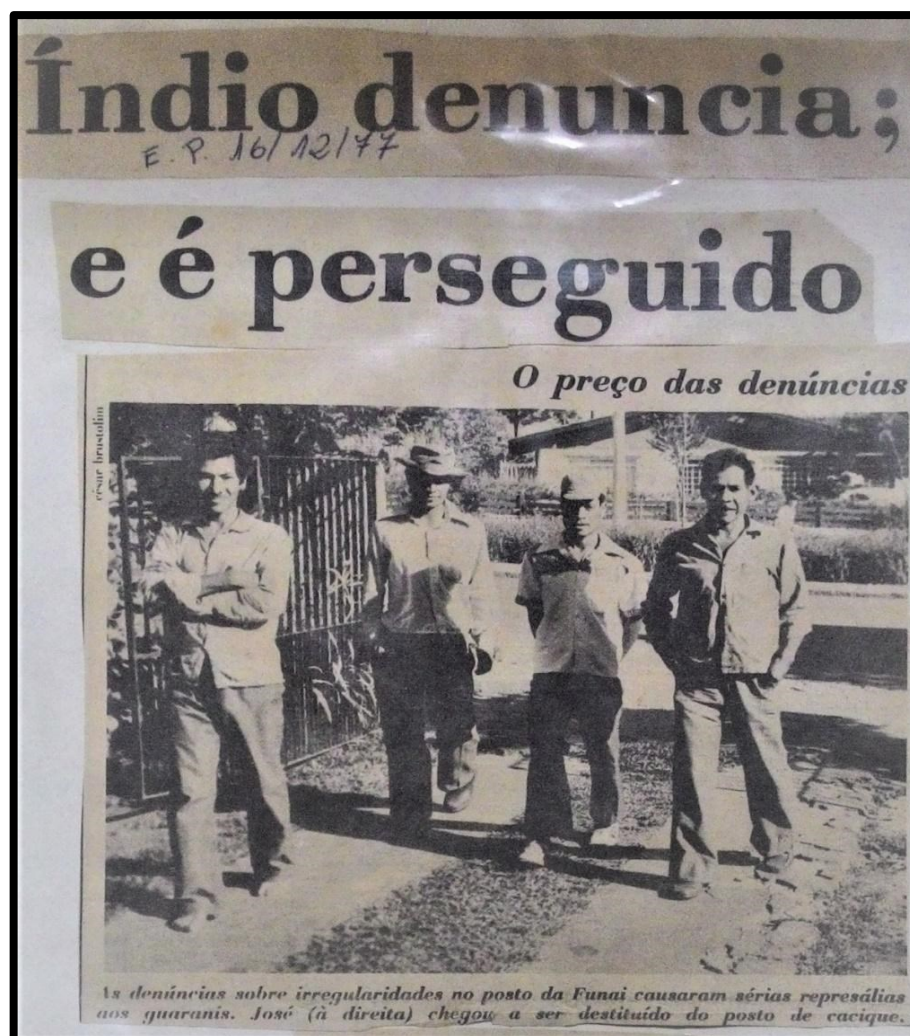
Desarmaram Valdomiro, pois “*havia desobedecido a autoridade e saíra sem licença da área*”⁵⁶³.

Todavia, conseguem em uma manobra perspicaz escapar e voltar à Curitiba: “Diante disso, Valdomiro e os dois Guarani que o acompanharam pediram 4 dias para terminar a sua rocinha, tendo depois conseguido fugir da mãos de seus captores.⁵⁶⁴” Os Guarani voltam à Curitiba no dia 15 de dezembro e novamente denunciam o Chefe de Posto. Com o título “Índio denúncia; e é perseguido: O preço da denúncia”, Juracilda Veiga também publicou a segunda ida dos Guarani pelo jornal O Estado do Paraná, destacando a perseguição que estavam sofrendo e a destituição de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima pela eleição forjada. Coincidência ou não, Ismarth de Oliveira Araújo estava em Curitiba no dia em que foram pela segunda vez fazer as denúncias, o que acabou surtindo efeito, foi então aberta uma sindicância para apurar os crimes. Leonardo Aparecido Machado foi afastado e, posteriormente, transferido para a Amazônia. Na foto publicada no jornal estavam as lideranças Guarani:

⁵⁶³CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Rio das Cobras: A terra Reconquistada**. Boletim informativo do CIMI-Sul. 28 de fevereiro de 1978. p.20. Arquivo do CIMI-Sul, Luziânia-GO.

⁵⁶⁴ Idem. 1978, p.20.

Figura 07 – Foto da volta das lideranças para denunciar a perseguição e invasão de suas terras



Fonte: O Estado do Paraná. 16 de dezembro de 1977. **Índio denuncia e é Perseguido**. Reportagem de Juracilda Veiga. Arquivo do CIMI-SUL. Luziânia-Go. Pasta: Recortes de Jornais

Na sequência, Karáí Tupã deu um depoimento ao jornal Movimento sobre o caso dizendo o seguinte “Fiquei com dó da minha gente porque perdi a eleição, porque a maioria não estava avisada; mais de 30 ficaram sem votar. E, esses, o chefe do posto considerou que nem fossem brancos, eles índios, têm direito de votar.⁵⁶⁵”. Com essas palavras a liderança Guarani deixa posta sua indignação com a autoridade do Chefe de Posto, uma vez que os seus não votaram no processo. A liderança colocada por Leonardo Aparecido Machado no Lugar de Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima não ficou muito tempo na ocupação do cargo, de um lado por não ter representatividade junto à comunidade, e por outro porque resistiram à imposição.

⁵⁶⁵MOVIMENTO. São Paulo, nº 130, 26 de dezembro de 1977. Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

Segundo as publicações do CIMI, depois da tomada de posição dos Guarani, o chefe do Posto teve uma surpresa com a notícia de que seria transferido: “Com tudo isso o Leonardo começou a se apavorar: “Quem foi que orientou os Guarani? Índio não se mexe...Deve ter sido o missionário desconhecido de Chapecó que esteve fazendo levantamento”. Mas depois concluiu: “Foi o Pe. Chico. Pe. Chico me traiu”⁵⁶⁶. Tendo sido afastado e transferido, jurou se vingar daqueles que o denunciaram.

A figura e a atuação do Padre Chico são evidenciadas por Juracilda Veiga. Segundo ela, a ligação que tinham com o padre, que estava na base do movimento, foi fundamental para que conseguissem dar maior visibilidade para o que ocorria. Teria sido ele quem fez o trabalho de base para que os Guarani tomassem a iniciativa de ir até Curitiba e de expulsar os posseiros. Caracterizado como um dos tentáculos do CIMI em Rio das Cobras.

Então eu acho que há mesmo que marcar o papel importante do padre Francisco Sozzi, que estava na base, que diz, era ele que via o sofrimento dos índios, ele foi ameaçado, atentaram contra a vida dele. Os jagunços dessa fazenda Piassentini e Marochi, alguém, não sei de quem era, mas enfim, jagunços atentaram contra a vida dele, então acho que foi bem importante o papel dele como articulador dos Guarani no sentido de ouvi-los e apoiá-los. Vocês tem direito e tal, porque era uma coisa muito, os índios não sabiam dos direitos que tinham garantido na Constituição. [...] Então o Padre Chico e depois o CIMI, teve esse papel importante de mostrar aos índios o que era a lei. Como a lei deveria ser aplicada, que eles tinham direito e que tinha que ir atrás dos seus direitos⁵⁶⁷.

Essas informações e denúncias prestadas pelo CIMI-Sul oferecem uma grande quantidade de dados sobre os antecedentes do processo de retomadas e alguns de seus envolvidos. Com relação as pessoas que participaram *in loco* durante o agravamento do contexto em Rio das Cobras, a figura do Padre Francisco Sozzi foi destacada inúmeras vezes como um dos principais articuladores do movimento e das denúncias. Devido a sua atuação teria sido perseguido e jurado de morte por posseiros, madeireiras e jagunços. Cabe destacar seus relatos sobre o que estava ocorrendo. A partir de cartas trocadas entre ele e os representantes do CIMI-Sul é possível perceber algumas nuances do movimento e de sua participação, além visualizar a comunicação entre os apoiadores.

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ VEIGA, Juracilda. Op cit., 09/04/2020.

3.6.1 Corre a voz de que o diabo que não deixa fazer bons negócios, é o Padre Chico:⁵⁶⁸ As correspondências como formas de articulação

Havia uma lacuna em relação à atuação do CIMI-Sul em Rio das Cobras. As atuações de membros do CIMI nas retomadas das terras indígenas no Paraná ainda não foram exploradas devidamente ou destacadas na historiografia paranaense, em Rio das Cobras, até então, não se tinham informações das atuações através de seus missionários. É possível que depois da viagem de Egydio Schwaden à Rio das Cobras em 1975, ele tenha articulado meios de construir as bases de atuação através do vigário da paróquia de Nova Laranjeiras. Uma vez que relatou a inexistência de alguém na diocese de Laranjeiras do Sul que prestasse assistência aos Guarani e Kaingang.

No arquivo do CIMI em Luziânia-GO encontrei cartas trocadas entre o Padre Francisco Sozzi e os principais integrantes da regional Sul do CIMI. As informações prestadas pelo missionário auxiliam a compreender as relações conflitivas e as tensões que estavam postas em Rio das Cobras. É possível observar na série de cartas que as denúncias e matérias sobre os antecedentes da retomada que saíram na imprensa e nas investigações do SNI, partiram de padre Chico e sua articulação com o CIMI-Sul.

O Padre Francisco Sozzi começa a ter maior contato com o CIMI depois de 1975 e teve influência direta nas informações e em algumas das ações ocorridas em Rio das Cobras. Mesmo com os trabalhos precários e ainda limitados, atuava em conformidade com as linhas de pensamento e práticas indigenistas do Conselho Indigenista Missionário. A comunicação entre o padre Francisco Sozzi era feita diretamente com Egon Dionísio Heck e Wilmar da Rocha D'Angelis. Os dois missionários, que formavam a Equipe Volante, sabiam da importância de se manter em contato com as pessoas que estavam na base das articulações para organizar as ações da equipe de campo. Nesse tempo, lembra Wilmar:

As cartas, a correspondência foi o recurso para a gente dialogar, para buscar apoio, quando não era possível a gente se encontrar, mas quando as cartas mostravam a necessidade de uma ida pessoal, principalmente a gente se movia em direção, seja nas comunidades onde acontecia alguma notícia ou em direção de quem estava lá. Palmas, Mangueirinha, Rio das Cobras, foi onde a gente foi muitas vezes, Nonoai.⁵⁶⁹

⁵⁶⁸ Essa é uma das frases escrita por padre Chico em uma de suas cartas endereçadas para Egon Dionísio Heck relatando a situação de tensão e ameaças que estava passando.

⁵⁶⁹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Op cit., 20/05/2020.

As atuações dos missionários em Rio das Cobras não eram recentes à retomada, as cartas se iniciam no ano de 1975, ou seja, configuravam um contato direto no mínimo três anos antes das denúncias feitas contra Leonardo Aparecido Machado. Os laços criados através da luta em favor da causa indígena e da fé, os unia de certa forma que fica evidente nas cartas o tom de amizade entre os correspondentes. Talvez, o que caracteriza com maior força as trocas de informações entre esses personagens seja a perseverança na união e a esperança na luta indígena.

As cartas são fontes riquíssimas para perceber os olhares e relatos, do contexto, dos trajetos pessoais, institucionais e de coletividades através da malha de comunicação que é formada pela correspondência. Escrever uma carta é construir uma narrativa, uma versão dos acontecimentos, dos sentimentos e vivências pelas quais o autor está passando, mas, também é um jogo interpretativo de quem as recebe. Assim como afirma Ângela de Castro Gomes⁵⁷⁰ a carta “implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê — sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo”. Essa trama de enviar/receber, escrever/ler é parte de um processo de construção de personagens e de cenários, imagens do cotidiano transcritas nas folhas de papel, perfilhadas de simbologias, significados e até mesmo de códigos que somente os correspondentes podem decifrar. Seja para o amor ou para a luta, as cartas são uma poderosa artimanha.

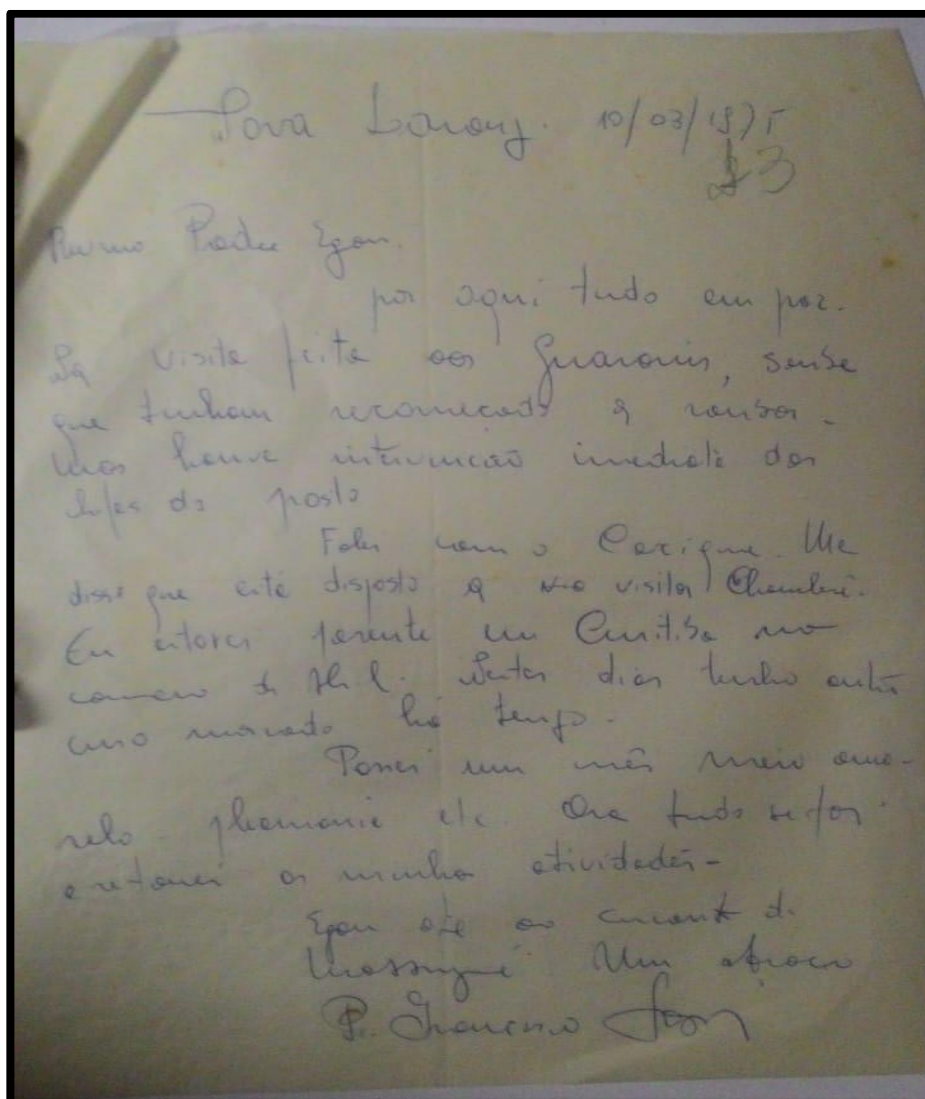
No caso das cartas trocadas entre os integrantes do CIMI-Sul o que se tem é uma comunicação de caráter privado feita em torno de uma pauta de luta social, de organização. Embora soubessem que estavam sendo vigiados pelo SNI, as cartas tinham um papel fundamental na composição da malha de informações que se formava. Mesmo estando ligados por vertentes institucionais as correspondências tratam de assuntos individuais e de cunho afetivo, revelando, também, uma construção autobiográfica, uma escrita de si, como a entende Gomes⁵⁷¹. A prática que envolve as correspondências está ligada à construção narrativa em que ambos, remetente e destinatário exercem. No entanto, isso não significa que as missivas são invenções da imaginação do autor, assim como também não são uma realidade absoluta dos fatos. Por isso, a análise não é na busca por verdades, mas, nos traços da construção de si e na narrativa dos acontecimentos que a escrita epistolar proporciona indícios, sinais que possibilitam desvendar os contextos, os personagens e os sentimentos envolvidos.

⁵⁷⁰ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 19

⁵⁷¹ Idem.

Algumas das missivas trocadas entre o Padre Francisco Sozzi, Wilmar da Rocha D'Angelis e Egon Heck eram datilografadas, outras, no entanto, foram escritas a próprio punho, como por exemplo a primeira delas. No dia 10 de março de 1975 padre Francisco Sozzi, ou padre Chico como o passarei a chamar, enviou uma correspondência destinada a Egon Dionísio Heck, nela dava as primeiras informações acerca da situação em que estava a administração das terras:

Figura 8 – Carta de padre Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck



Fonte: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 10 de março de 1975. Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1975.

No conteúdo da carta padre Chico se mostrava ciente do contexto exploratório e que os intrusos haviam voltado a fazer os cortes dos pinheiros:

Nova Laranj. 10/03/1975

Exmo. Padre Egon,

por aqui tudo em paz. Na visita aos Guaranis, soube que tinham recomeçado os roubos. Mas houve intervenção imediata dos chefes de posto.

Falei com o cacique. Me disse que está disposto a visitar Chancherê.⁵⁷²

Os roubos teriam sido impedidos pelo Chefe de Posto em uma tentativa em vão de frear o corte de pinheiros. Padre Chico conta também que falou com o cacique Guarani e que ele demonstrou interesse em ir para Xanxerê na sede do CIMI-Sul. Nas descrições do padre as atuações junto especificamente aos Guarani vão figurar como predominantes nas reivindicações.

O contato entre ele e Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima foi fundamental para fortalecer as ações da liderança Guarani. Importante também notar que em nenhum momento ele utiliza o nome da liderança, certamente, temeroso de expor sua identidade. Em suas cartas, Padre Chico oferece indícios das táticas construídas em conjunto para a retomada e demarcação. No dia 13 de janeiro de 1976, relata a Egon Heck o seguinte:

Estimado Padre Egon,

Eis algumas notícias do mundo de Rio das Cobras. No fim de novembro me encontrei com o Cacique dos Índios Guaranis e com ele tinha combinado a ida a Brasília. Ele deveria aguardar uma minha visita para melhores detalhes e receber o necessário para se deslocar até Palmas. O entusiasmo do Cacique era grande. No dia 2 de dezembro tentei entrar, mas as fortes chuvas e a cheia dos Rios, me impediram de alcançar o centro dos Guaranis. E assim tive a tristeza de ver fracassada uma esperança⁵⁷³.

Articulando junto a Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima uma viagem até Brasília ele dava mostras concretas de que estava envolvido nas táticas junto das lideranças. Padre Chico ainda continua em sua carta dando informação de que o contexto era de calma, mas, instável entre invasores e indígenas. Como em 1975 a FUNAI havia autorizado um levantamento da quantidade de intrusos que estavam dentro das terras indígenas, essa atividade fez surgir um certo pavor nos posseiros. O medo do despejo pairava entre os intrusos, o que acirrou ainda mais as relações conflitivas de todos que estavam envolvidos. Imediatamente Padre Chico foi colocado como um dos principais motivadores das denúncias. Assim como narra:

[...] Em todo caso, de positivo até agora é que os brancos não tiraram mais madeiras. Eu fiquei amoitado por quase três meses devido ao ferve-ferve surgido entre os brancos que dizem ser eu o culpado se eles terão que deixar a terra. Amoitado, mas

⁵⁷² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 10 de março de 1975.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1975.

⁵⁷³ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 13 de janeiro de 1976.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1976.

sempre atento. Alguns posseiros tentaram vender sua “posse” a terceiros e a preço irrisório. Egon, corre a voz de que o diabo que não deixa fazer bons negócios, é o Padre Chico. [...] Egon, a única consolação que tenho é chingar os brancos. Neste trabalho me sinto sozinho. Somente vocês me trazem apoio. Para mim os índios estão sendo grandes mestres, mestres de valor autenticamente cristãos⁵⁷⁴.

Nesse momento narrado, o Chefe do Posto era João Bavaresco, que havia embargado os cortes ilegais de pinheiros denunciados, mas por sua atitude, foi transferido sem justificativa pela Delegacia Regional da FUNAI. Segundo as informações do Padre Chico, foi uma prática para fazer com que as explorações continuassem. Assumia então Leonardo Aparecido Machado que de início já se demonstrava, aos olhos do vigário, ser suspeito. Usando de certo sarcasmo, conclui sua carta dizendo que: “[...] O novo chefe do posto parece bonzão. Foi feita uma nova enfermaria para os índios. É tão grande que cabe numa caixa de fósforos.”

O contexto que se instalava em Rio das Cobras colocava o Padre Chico na mira dos interesses não indígenas, sua vida estava correndo risco e as ameaças ficavam cada vez mais comuns. No dia 17 de dezembro de 1976, ele volta a relatar o perigo que estava presenciando. Em mais uma carta de papel extremamente fino e frágil, dizia:

Pe. Egon,
Estou ainda vivo. Nestes últimos meses estive muito ausente da paróquia. Ao voltar visitei o cacique Kaingang. Os coisos estão calmos. O novo chefe é bom e quer bem aos Índios. Quando cheguei vi toras lá no pátio, um grileiro tinha vendido 100 a uma serraria de Guarapuava. Mar... entrou pelos canos. Volta e meia o exército da uma voltinha e faz parar a vontade dos invasores. Como você pode ver o trabalho deu algum fruto. Segunda visitarei os Guarani⁵⁷⁵.

O levantamento feito pela FUNAI em 1975, através das denúncias feitas por Egydio Schwaden, acalmaram momentaneamente as invasões e ameaças. Se referindo aos intrusos como “coisos”, demonstrava saber de que poderiam ser interceptados pelos órgãos da ditadura militar. Assim como a omissão do nome da liderança Guarani, as cartas são repletas de sarcasmo e certos códigos. Por exemplo, quando escreve: “Mar... entrou pelos canos”, possivelmente estava se referindo à empresa madeireira Marochi, que com o levantamento feito havia sido notificada sobre a ilegalidade de seus títulos de posse. Precisavam criar formas de se esquivar das acusações caso caísse em outras mãos. Como conta Wilmar da Rocha D’Angelis ele e Padre Chico tinham esse cuidado quando se correspondiam:

⁵⁷⁴ Idem.

⁵⁷⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 17 de dezembro de 1976.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1976.

Eventualmente você não escrevia explicitamente, por essa coisa de imaginar que podia, qualquer carta ou qualquer correspondência, podia cair em outras mãos, então se tentava criar uma, nada nos ia inocentar, a gente sabia que todos éramos visados de alguma maneira os caras sabiam quem era, mas você tentava não dar sorte pro azar, da repressão, mas assumir o risco, todo mundo assumiu quem esteve naquele período todo⁵⁷⁶.

As denúncias e reivindicações feitas por Valdomiro Karai Tupã Pires de Lima e pelo CIMI estavam fazendo efeito nas políticas de defesa das terras. É importante notar que o padre estava auxiliando nas viagens de representantes indígenas de Rio das Cobras nos encontros do CIMI. O objetivo era fazer com que discutissem suas realidades e organizassem as retomadas das terras, fortalecendo suas ligações com outras lideranças de outros povos e outros apoiadores e indigenistas. Como consta em sua carta de 17 de dezembro de 1976:

No encontro de Palmas, tinha mandado dois índios, foram até Pato Branco e de lá voltaram para traz. Em Mangueirinha irão em 2 outros. Quanto as minhas presenças no Rio fonde como em outros lugares, não será possível este ano por que no fim de janeiro viajarei para a Europa, ficando ausente por 5 meses. O Bispo de Guarapuava queria me nomear para a pastoral indígena, não aceitei! Os motivos: não gosto de assumir um encargo só por assumir, deve haver mais tempo para visitar os postos e permanecer perto dos índios ao menos [...] Continuarei a visitar individualmente aos meus índios. O índio me foi e continua sendo o meu melhor professor e amigo. Vale a pena dar tudo para ver o índio feliz. Preciso de tempo, mais tempo para respirar o ar puro do índio⁵⁷⁷.

As linhas de ações do CIMI conduzem as práticas do Padre Chico, tem em suas ações a ideia de que os povos indígenas devem tomar a frente de suas lutas. Também mostrava a convicção de que deveria estar cada vez mais em contato e inserido no meio dos povos indígenas para aprender com eles. Colocando-os como mestres e professores, como ele os chama, oferece todos seus serviços em prol da luta indígena e em favor da garantia de seus territórios.

Chama a atenção as características dessa carta. Assim como a primeira correspondência, ela foi escrita em um material muito frágil. Essa missiva estava exposta a sofrer as intempéries do tempo ou do caminho que percorreu até chegar ao seu destino, considerando a censura e a interceptação pelo SNI. A sua preservação também se destaca,

⁵⁷⁶ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista** [20 de maio de 2020]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020.

⁵⁷⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck**. 17 de dezembro de 1976. Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1976.

mantida intacta nos arquivos do CIMI-Sul. Uma foto da carta demonstra as características citadas:

Figura 9 – Carta de Padre Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck

13

Sova Bonaujeiros 17-12-76

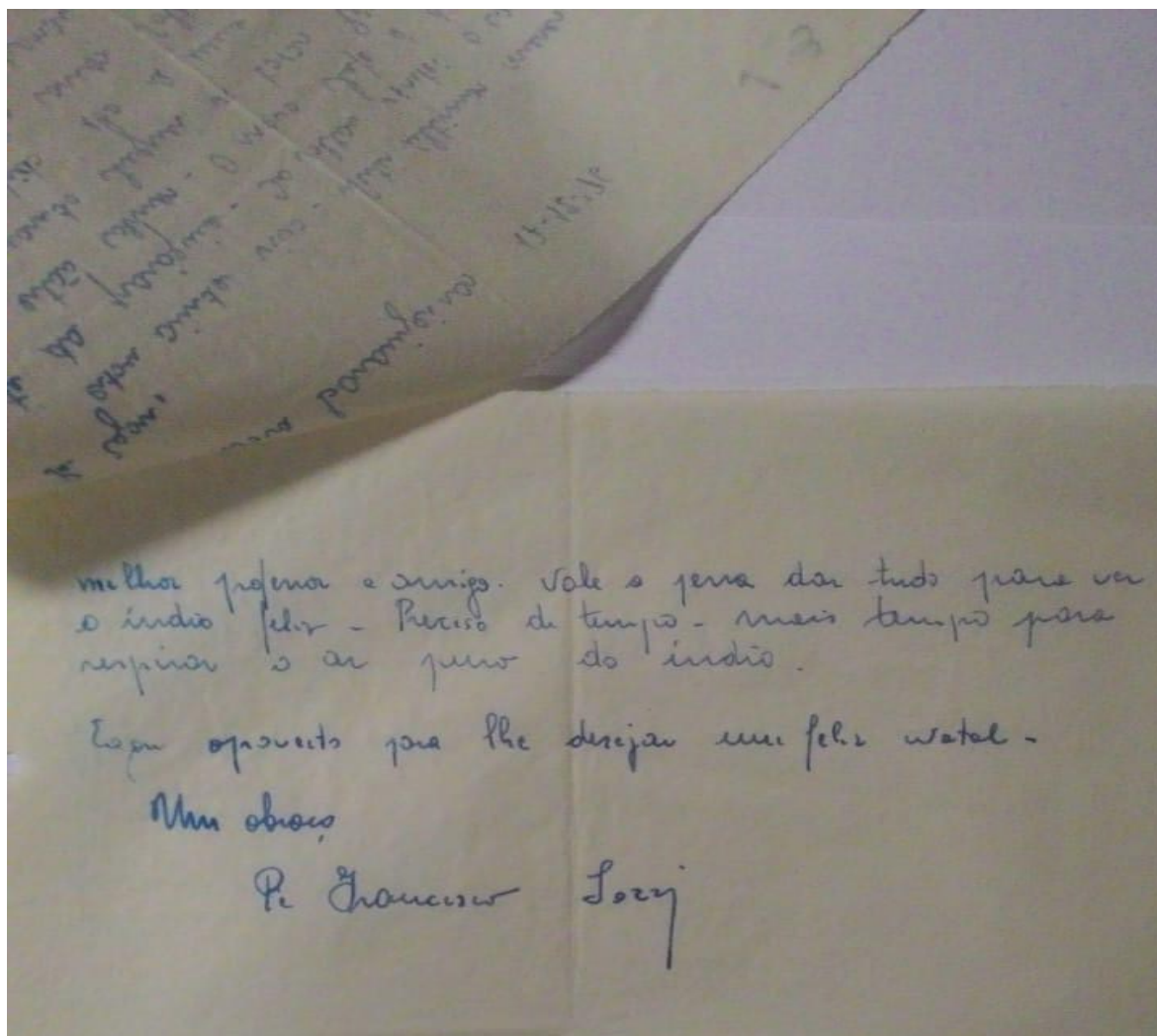
Pe. Egon,

estou ainda vivo - dentro últimos meses estive muito ausente da paróquia - ao voltar visitei o cacique dos Tangy. As coisas estão calmas - O novo chefe é bom e quer bem aos Índios - Quando cheguei vi toras lá no péto: um fr. - levou tudo vendido 150 \$ e uma serraria de Guaporuba. Mas... então pela manhã volta e mais o exército dá uma volta e foi prender a unidade dos invasores - Como você pode ver, o trabalho deu algum fruto. Segue-se resumo os fatos -

No encontro de Palmos, tinha mandado dois índios, foram até Pato Branco e de lá voltaram para trás - um Mangomba irã em 2 dias -

Quanto às melhores parcerias, no Rio Grande como em outros lugares, não há prometido este erro porque no fim de janeiro viajarei para a Europa, ficando ausente por 5 meses.

O Bispo de Guaporuba queria me nomear para o pastoral indígena - não aceitar! Os motivos são: não gosto de assumir um cargo só para assumir. Deve haver mais tempo para visitar os povos e permanecer perto por um dia ou mais - dificuldade econômica - não acho certo fazer o dia dos missionários e depois enviar o dinheiro os centos e sendo um obrigado a recorrer aos meus parentes para me ajudar na manutenção dos índios. Continuarei a visitar individualmente os meus índios daqui - O índio me foi e continua sendo o meu



Fonte: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 17 de dezembro de 1976. Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1976.

A construção material da correspondência feita entre esses personagens revela, assim, as manobras, os caminhos, os percursos, os contextos de sua produção. Não só as letras e as informações nos falam sobre as violências e o autoritarismo sofrido, mas o papel fino, quase com aspecto de bilhete, as resistências de seu percurso, seu armazenamento e as palavras inacabadas. Aspectos que formam um conjunto representativo, no qual destacam-se os planos de organização contra as invasões de terras, informações de cunho pessoal, mas, sobretudo, a resistência e as denúncias contra as violações do direito indígena.

Outro ponto que caracteriza essa carta é o sentimento de medo que paira nas palavras de Padre Chico, uma vez que sua vida estava em risco. As ameaças que estava recebendo o fizeram pensar em deixar a região por um período. Na sua carta anuncia sua ida para a Europa por 5 meses, sua viagem tinha fins de formação e servia para sair da visibilidade dos conflitos.

No dia 21 de junho de 1977, Wilmar da Rocha D'Angelis respondeu, que seu conteúdo tratava das articulações de encontros e reuniões feitos pelos missionários do CIMI. Como as principais táticas de organização vinham através de cursos de formação, Padre Chico se fazia presente por vezes foi um dos escolhidos pela Regional Sul para ser representante. Um deles, em específico, dizia respeito a um curso de formação com o povo Guarani. O objetivo geral era sempre fazer com que os missionários tivessem uma formação específica nos povos com que trabalhavam, Padre Chico foi chamado não apenas para participar, mas, também para compartilhar seus conhecimentos. Na carta, Wilmar da Rocha D'Angelis comenta:

Caro Francisco,
na incerteza de saber se Egon lhe enviou o convite para reunião da pastoral Indígena junto a Índios Guarani, a ser realizada em Itanhaem no mês que vêm, estou lhe fazendo agora. [...]
A reunião foi programada por nós, do Regional Sul, juntamente com pessoas que trabalham junto a Índios Guarani no Paraguai. A ideia é que essas pessoas que têm experiência e conhecimento profundo do Povo Guarani (no Paraguai e na Argentina) possam nos ajudar orientando nossa atuação, de maneira a melhor servirmos a esses nossos irmãos.
Por esse motivo, a sua presença seria muito importante, para que pudesse relatar suas experiências e o que sabe do grupo com o qual trabalha, e conosco trocar ideias sobre a forma mais correta da presença junto a esses grupos.
Por outro lado, no dia 28, haverá uma reunião da pastoral Indígena do Estado de São Paulo. Um encontro de revisão e planejamento conjunto. Para esses encontros eles estão convidando 2 missionários do Sul (isto é, dos três outros estados do Regional Sul CIMI), além da Equipe Volante (Egon e eu). Pensamos, pois, que talvez você pudesse ser um desses. A ideia é também promover a troca de experiências. Dessa forma, os missionários dos três estados do Sul poderiam acompanhar a caminhada da Pastoral Indígena no Estado de São Paulo.
[...] Era isso, Francisco. Espero que seu trabalho aí estejam indo bem. Abraços
Wilmar da Rocha D'Angelis⁵⁷⁸,

Como já havia avisado em sua correspondência anterior, Padre Chico viajou para a Europa onde passou alguns meses, por esse motivo não conseguiu participar da reunião. Mesmo assim, não deixou de manter contato com as atividades indigenistas, quando voltou de sua viagem da Europa retornou à Rio das Cobras para continuar seus trabalhos. Sua volta foi anunciada em carta por Wilmar da Rocha D'Angelis no dia 3 de setembro de 1977, onde relata o seguinte:

[...] Fomos informados de seu retorno da Europa, e estamos lhe enviando o relatório sobre a reunião dos elementos que atuam junto a grupos Guarani, realizada em julho último, em Itanhaem, e para a qual havíamos enviado convites a você.
Aproveitamos para solucionar que nos envie, quando for possível, um breve relato sobre os Guarani aí do P.I. rio das Cobras e de sua atuação junto a eles. De qualquer

⁵⁷⁸ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 21 de junho de 1977.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1977.

forma, esperamos passar aí, como Equipe Volante do CIMI-SUL, em outubro ou novembro, data que ficamos de confirmar.

Estamos também lhe enviando um pequeno questionário que visa recolher subsídios para o debate do tema: evangelização das Populações Indígenas, na próxima Assembleia Nacional do Conselho Indigenista Missionário, em novembro próximo. [...] Esperando que esteja bem e com ânimo para retomar suas atividades, agradecemos sua colaboração antecipadamente.⁵⁷⁹”

Como a equipe da Regional Sul era pequena, existia uma grande preocupação de Egon e Wilmar em continuar mantendo um contato direto com o padre. Além das reuniões, encontros e cursos de formação, a Equipe Volante foi até Rio das Cobras para melhor entender a situação. A correspondência revela esse momento em que os trabalhos figuravam como uma tentativa de organização e padronização das ações.

As ligações de Padre Chico com a imprensa eram de extrema importância para dar visibilidade às reivindicações, disseminar informações, denunciar os crimes cometidos contra os povos indígenas e assegurar sua segurança. Através da imprensa liberal, e do *Luta Indígena*, ficava sabendo das proporções tomadas pelas ameaças de retomada. No dia 22 de dezembro de 1977, Wilmar da Rocha D'Angelis envia uma carta para o padre na qual comenta acerca dos últimos acontecimentos em Rio das Cobras e da repercussão que eles tiveram na imprensa. Nesse momento, Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima já havia ido para Curitiba e as denúncias já vinham surtindo efeito contra Leonardo Aparecido Machado:

Caro Chico,
aí vão as matérias que saíram na imprensa paranaense sobre Rio das Cobras. Tenho certeza absoluta que a repercussão na imprensa determinou a atitude da FUNAI (é claro que tudo isso, graças à coragem dos Índios e tua mão a eles).⁵⁸⁰ [...]

Na continuação de sua carta cita a troca de Chefe de Posto pelo substituto Sadi Olivio Biavatti, conhecido por seu trabalho no Posto de Cacique Doble, no Rio Grande do Sul. Não conheciam ainda as formas de atuar do novo encarregado de Posto, embora já tivessem o encontrado em uma de suas visitas ao Posto, mas desconfiavam de suas ações. Dedicavam esperança na troca, mas, destacavam que o problema dos roubos de terra não terminava com a saída de Leonardo Aparecido Machado:

[...]Sobre o próximo Chefe de Posto aí, será o Sadi, do Posto Indígena Cacique Doble (RS), sendo que, anteriormente, trabalhou na Rondônia (posto Lage). Não

⁵⁷⁹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 03 de setembro de 1977.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1977.

⁵⁸⁰ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 22 de dezembro de 1977.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1977.

conhecemos bem o Sadi. Quando estivemos no Cacique Doble, em setembro, recebemos muito bem e não pôs dificuldades maior a nossa presença na área (hospedou-nos inclusive, e talvez para controlar-nos melhor). Em todo caso, tudo me faz crer que, em relação ao Leonardo, será muito melhor. Por outro lado, é claro que a saída do Leonardo não resolveu o problema da reserva aí. E aí nós temos que cobrar da FUNAI a solução, esclarecendo os índios para a necessidade de ficar “em cima”, até que a FUNAI resolva mesmo a questão. [...]”⁵⁸¹

Era preciso que os próprios indígenas tomassem a frente, mas existia sempre o perigo de que as ações acabassem em conflitos armados. As tentativas de impedir que o roubo das terras acontecesse deveria ser feito sem esquecer de proteger a população e a vida do Padre Chico. Nesse momento de tensão, as redes de aliados na imprensa figuravam como alternativas de proteção e denúncia do que ocorria. Wilmar da Rocha D’Angelis o aconselhava em sua carta a recorrer à Juracilda Veiga quando precisasse, além disso confirmava sua ida para ter maior conhecimento do que ocorria em Rio das Cobras:

[...] Pe Chico, se houver qualquer coisa aí que queira denunciar, que precise de imprensa, ou mesmo, que precise de ajuda em Curitiba, pode telefonar direto para a JURACILDA, no jornal O ESTADO DO PARANÁ, fone 33-8811. É uma cristã. De absoluta confiança nossa, engajada na causa da libertação dos marginalizados. Foi ela que estive com os índios e fez todas as matérias do Estado sobre o Rio das Cobras. Por fim, confirmo que na semana, ou melhor, a partir de 10 de fevereiro estaremos aí em Nova Laranjeiras, Egon e eu. Espero sua confirmação, conforme combinamos. Antes do dia 10 não é possível, mas depois desta data podemos remanejar, conforme sua disponibilidade, certo?
Sem mais, abraços do amigo e irmão em Cristo,
Wilmar D’Angelis”⁵⁸²

Juracilda Veiga figurava, então, como a possibilidade de que as denúncias chegassem a um público maior. Padre Chico se preocupava com as relações de denúncia à imprensa, suas informações eram feitas tanto diretamente ao CIMI, para autoridades locais, como para representantes de outros veículos de informação como o Jornal da Tarde e O Estado de São Paulo.

O padre responde a carta de Wilmar da Rocha D’Angelis no dia 02 de janeiro de 1978, relatando os últimos acontecimentos, traz em evidência o clima tenso instaurado entre indígenas, posseiros e os representantes da FUNAI. Comenta o caso da eleição forjada feita por Leonardo Aparecido Machado, evidenciando que com a saída do Chefe de Posto, Valdomiro

⁵⁸¹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D’Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 21 de junho de 1977.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1977.

⁵⁸² Idem.

Karaí Tupã Pires de Lima havia voltado ao posto de cacique. Como consta na carta, os Guarani estavam obtendo sucesso nas suas investidas:

Nova Laranjeiras 02 de janeiro de 1978
 Caro Wilmar,
 Venho com algumas notícias daqui. Em primeiro lugar, espero que tenha começado bem o novo ano e sempre com grande desejo de trabalhar pela causa indígena. Quanto a mim, tenho que tomar cuidado pois parece que a situação dos grandes grileiros está ficando ruim. Amigos meus e dos Índios me avisaram de não facilitar aos menos por dois meses. Muitos intrusos já perderam suas roças que passaram a pertencer a Comunidade Indígena. Os Guarani com grande alegria passaram a ocupar uma grande roça “que o Leonardo tinha combinado com um português”. A eleição provocada de modo fraudulento por Leonardo foi anulada e Karay tu Pan (Valdomiro) continua Cacique. Os grileiros de madeira sumiram que nem ratos (e esperamos para sempre). Além do novo chefe que veio de Cacique Doble, encontra-se no Posto Isaque Bavaresco e outro funcionário da FUNAI. Estão fazendo o levantamento de todos os furtos feitos por Leonardo. Os furtos são tantos que corre a voz que o Leonardo teve que fugir.⁵⁸³

Depois que as denúncias foram feitas por Karaí Tupã ao Delegado da FUNAI, a situação começou a ficar cada vez mais perigosa. O Padre Chico tinha ciência dos perigos que estava correndo e não podia se descuidar nem mesmo quando estava dentro de sua casa. A sensação ao ler a carta é um ambiente de vigia dia e noite. Nos seus relatos fica expressa a preocupação com possíveis ataques. Como forma de se defender, armado com um porrete, o padre teria ficado esperando os jagunços por três dias atrás da porta:

Logo que estourou a coisa, o Leonardo andou dizendo que eu pagaria caro por ter orientado os Guarani a irem a Curitiba falar com o delegado. Andou falando que viria em minha casa para pedir satisfação. Eu fiquei esperando por três dias, mas não apareceu. Aguardei com um porrete atrás da porta. Soube que um dos Marochi andou procurando descobrir quem tinha orientado os Índios. A rádio Educadora de Laranjeiras do Sul, deo todas as notícias que saíram no jornal. O povo de Nova Laranjeiras está feliz com as providências que estão sendo tomadas, menos, naturalmente, aqueles que perderam suas roças. [...] ⁵⁸⁴

Na continuação, relata que a situação de grilagem continuava. Mesmo depois da saída de Leonardo as grandes empresas madeireiras e os políticos regionais tinham interesse direto na exploração da área. Os roubos estavam sendo investigados pela FUNAI, mas o padre já apontava quem era o responsável por ter grilado as terras e roubado os pinheiros, fazendo financiamentos grandiosos com bancos locais e nacionais. Evidência ligações ilegais entre

⁵⁸³ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Wilmar da Rocha D'Angelis. 02 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

⁵⁸⁴ Idem.

políticos e grandes proprietários dando indícios de que os títulos de terra tinham o envolvimento também de pessoas ligadas ao INCRA:

Com grande alegria soube que os funcionários da FUNAI estão procurando descobrir os donos das firmas que levaram madeira. Todo mundo afirma que saíram muitos caminhões de madeira, mas os caminhões eram sem placa. São muitos os tocos de pinheiro que foram grilados. [...] O povo me fala, mas em surdina, por que ninguém quer se comprometer. Há duas semanas fui ver a terra que o Piacentini grilou. O Banco sul Brasileiro (parece este o nome) tomou uma parte da posse do Piacentini por não ter pago o financiamento. Mas o tal Idolino Piacentini é tão velhaco que vendeu por duas vezes a posse tomada pelo banco e quem comprou, não sabe. Além do Piacentini, tem um grileiro de Umuarama e mais dois de Cascavel. A quanto parece, estando aquilo que o povo diz, os dois de Cascavel (um deve ser Juiz) são cunhados do Piacentini e funcionários do INCRA em Cascavel. Talvez seja este o caminho para descobrir de onde vem os títulos de propriedade. Acho que já enchi sua paciência. Quanto a mim, espero que nada aconteça. Mas se acontecer, seria plenamente feliz se a minha vida servisse a causa indígena. Receba o meu muito obrigado, o meu abraço e meus votos de feliz Ano Novo. Um abraço ao EGON.⁵⁸⁵

Em tom de despedida, Padre Chico termina sua carta com a incerteza da garantia de sua vida. Com os interesses se acirrando sobre a terra dos Guarani e Kaingang, e com as especulações de que ele era o responsável pelas denúncias, não era possível afirmar que estava seguro. O cenário era de pavor, pois não se sabia mais em quem confiar.

No dia 16 de janeiro de 1978, Wilmar e Egon o respondem comentando o ambiente de perigo descrito por ele. A carta é representativa de como as ações e as condições que envolviam a luta em favor da causa indígena e que traziam consequências graves, eram encaradas pelos missionários do CIMI. Na carta, mesmo que Egon e Wilmar se preocupem com a vida de Padre Chico, deixavam explícito que isso fazia parte das suas missões:

Padre Chico,
Recebemos sua carta de 02/01 e ficamos contentes ao saber das providencias que estão sendo tomadas aí em favor dos nossos irmãos Índios. Agradecemos por nos manter informados.
Ao apoiar esses irmãos, você assumiu grandes riscos, aos quais se refere novamente em sua carta. Embora a gente fique apreensivo com isso, sabemos que isso são consequências do seguir a Cristo, que nos advertiu de que seríamos perseguidos. Isso, para nós, são sinais de uma Igreja viva que perdura sob toda a pesada estrutura de uma Igreja institucional que procura evitar o compromisso com os que sofrem, com os marginalizados.
Conte conosco sempre que precisar.
Abraços,
Wilmar e Egon⁵⁸⁶

⁵⁸⁵ Idem.

⁵⁸⁶ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 16 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

Depois desta carta, os conflitos se intensificaram muito, não encontrei mais respostas de Padre Chico para a regional Sul. Contudo, a imprensa noticiou largamente a retirada efetiva dos posseiros. Com o silêncio do padre sobre os acontecimentos a equipe da Regional Sul ficavam sabendo através dos jornais. No dia 21 de janeiro de 1978, Egon Dionísio Heck envia mais uma carta para o Padre Chico, na tentativa de saber como estava e o que ocorria entre os povos indígenas e os posseiros:

Prezado companheiro Pe. Chico
 Estou acompanhando pela imprensa os acontecimentos do P.I. Rio das Cobras. Sei que o que se fica sabendo através desses meios é apenas parte do que deve estar ocorrendo aí. Porém, de qualquer forma, é muito importante e significativa essa atitude dos índios e a luta que sustentam. A paciência deve ter se esgotado. Devem ter cansado de promessas enganosas do órgão oficial. Quem pode resolver mesmo são eles mesmos, e só da maneira como iniciaram. Transmite aos índios a nossa solidariedade e que continuem lutando pelos seus direitos, pela sua terra. É uma questão de justiça, na qual tem todo o nosso apoio e ajuda no que for possível. Na segunda quinzena do próximo mês estaremos aí para podermos conversar bastante sobre toda essa realidade e a que é possível se fazer a nível de igreja missionária. É uma urgência muito grande que sempre mais gente com bastante tempo, coragem e conhecimento se engagem nesse trabalho missionário no sul. Continuamos esperando que possas te liberar para esse trabalho.⁵⁸⁷

Na carta Egon Dionísio Heck manifestava seu apoio para o Padre Chico confirmando sua ida em Rio das Cobras, na tentativa de fortalecer o movimento de retomada e de produção de informações. A preocupação era grande e a malha de auxílio se estendiam para outras pessoas, em carta no dia 24 de janeiro de 1978, Wilmar da Rocha D'Angelis também se manifesta em apoio às ações tomadas, destacado a atuação de seu irmão e advogado no Tribunal de Justiça do Paraná, Wagner da Rocha D'Angelis:

Caro Padre Chico,
 A paz do Senhor!
 Conversei hoje, por telefone, com meu irmão Wagner, de Curitiba. Ele me contou dos contatos que teve com você e do que estão fazendo no sentido de apoiá-lo e ajudar nossos irmãos Índios de Rio das Cobras. Eu havia comunicado a ele dos fatos no domingo, comunicando, inclusive, da carta enviada pelo Regional do CIMI à Comissão Justiça e Paz do Paraná, da qual ele faz parte. Nós estamos com você e com os Índios para que o que der e vier Chico. Infelizmente não há ninguém aqui em casa⁵⁸⁸[...]

Comenta ainda sobre o fortalecimento do movimento indígena em Rio das Cobras através do contato com outras lideranças do Sul. Como é possível ler na carta de Wilmar da

⁵⁸⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Egon Dionísio Heck para Pe. Francisco Sozzi. 21 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

⁵⁸⁸ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 24 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

Rocha D'Angelis entregue em mãos para o Padre Chico pela liderança Kaingang de Nonoai, Nelson Xangrê. D' Angelis fala da importância de estabelecer um diálogo entre as lideranças, trazia isso como fundamental para o sucesso das retomadas, entendia que era preciso unir as demandas na concepção, por isso destacava que:

Mesmo assim, estive no fim de semana em Nonoai mantendo contato com os Kaingang, tendo em vista as comemorações de São Sepé, no início do mês. Quando os informei do que ocorria em Rio das Cobras, eles se interessaram e desejaram estar com seus irmãos. Assim, quem porta esta carta é o Cacique de Nonoai (escolhido livremente pelos índios) e um companheiro, ou seja, Nelson (Xangrê) e Armando, respectivamente. São dois elementos ótimos, e pediria que lhes orientasse para se encontrarem com seus irmãos índios daí. Creio que será algo muito importante para a união e tomada de consciência dos índios do Sul do Brasil.

Quanto a mim, irei visita-lo neste fim de semana, se nada ocorrer. O mais certo é sábado ou domingo.

Sem mais, espero que esteja bem e conte com todo o apoio nosso e, agora, dos amigos de Curitiba.⁵⁸⁹

Essa carta merece mais atenção, Wilmar da Rocha D'Angelis lembra que a viagem de Xangrê para Rio das Cobras foi articulada por ele, considerando que Rio das Cobras era um ótimo exemplo para a situação de invasões e roubos de madeiras que ocorria em Nonoai a muitos anos, e que só depois da eleição do jovem Nelson Xangrê toma flego para se voltar contra a situação de opressão. Como lembra Wilmar da Rocha D'Angelis a ida da liderança Kaingang de Nonoai foi orquestrada com cautela diante dos perigos. Mesmo com poucos recursos e se expondo conseguem fazer com que chegasse em Rio das Cobras:

Mas aí em janeiro eles vão dar avanço no movimento de ocupar a terra, então quando começa esse movimento a gente ficou sabendo pelo padre Sozzi, que ele avisou antes que a coisa tinha começado [...] A gente falo, “bom Rio das Cobras aí é um bom modelo, o que ta acontecendo lá é a hora das comunidades verem que elas tem que tomar, que podem tomar iniciativas. Então eu fui a Nonoai, tinha um estagiário lá no CIMI, um rapaz de minas gerais, fui com ele fomos de ônibus, da cidade de Nonoai pra aldeia fomos a pé, primeiro que é perto mas também nós não tinha que aparecer, tivemos até que se esconder um trator lá. Levamos que tinha reunido assim, trocadinho, pra comprar um passagem de ida e volta pra Rio das Cobras com um companheiro, esse é uma outra coisa com os Kaingang sempre vai um companheiro. Então ele pegou um companheiro e foi.⁵⁹⁰

A carta levada e entregue para o Padre Chico foi escrita como se não tivesse influenciado a ida, Wilmar conta que essa era uma das formas de dissimulação feita para que não fossem acusados pelas possíveis retomadas que poderiam acontecer em Nonoai:

⁵⁸⁹ Idem.

⁵⁹⁰ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Op cit. 2020.

Nesse meio tempo é que eu escrevi pro Chico Sozzi. Mas aí, em vez de dizer pra ele “Fui lá em Nonoai e falei pro pessoal ir aí ver como é que é”, até porque depois podia acontecer, como de fato aconteceu, Nonoai depois estourou, então poderia ser dito que “você que estão instigando”, era o que se dizia na época, “A os índios são bonzinho é pessoal do CIMI que instiga os índios a fazer essas coisa. Daí eu escrevi pra ele “eu fui lá em Nonoai levar um negócio, aí os índios me perguntaram e então eles estão indo aí. Era um pouco uma dissimulaçãozinha⁵⁹¹.”

Os investigadores do SNI sabiam da presença de Nelson Xangrê em Rio das Cobras no dia 25 de janeiro de 1978, um dos informantes estava infiltrado na Terra Indígena e vigiava os movimentos das lideranças. Assim como consta em documento confidencial do órgão de informação e espionagem, em 01 de fevereiro:

Constatei, ainda, que no dia 25 à noite, compareceu, no PI, o cacique Caingang do PI/NONOAI-RS, o qual a pretexto de visitar o PI, visivelmente procurava se inteirar do “modos operandi” dos Guaranis, a fim de provavelmente aplica-lo em sua área, com fito de desalojar posseiros ali instalados. Desapareceu da área a 26 e, ao que consta, é também ligado ao CIMI⁵⁹².

Desta forma, mesmo que o SNI já soubesse da ligação entre Xangrê e Wilmar da Rocha D’Angelis, como já descrito anteriormente nos documentos das investigações, era imprescindível que se tomassem certos cuidados, por isso a dissimulação e os códigos. Assim, mesmo que caíssem nas mãos dos analistas essas informações gerariam dúvidas para a investigação. Além disso, o evidente protagonismo das lideranças indígenas confundia a espionagem que corria atrás de um inimigo interno, não compreendendo direito as formas de articulação dos próprios povos.

A pressão sobre o Padre Chico era grande, as ameaças dos posseiros, dos donos de madeiras e da Ditadura Militar, fizeram com que tivesse que se afastar de Rio das Cobras. Com a retomada das terras sendo feita pelos Guaranis e Kaingang restava proteger-se, e fez isso com cautela, não deixando indícios de seu paradeiro. Antes de deixar as atividades da paróquia participou da Reunião Província Sul Brasileira dos Xaverianos que ocorreu no dia 27 de janeiro de 1978. Na reunião onde participaram mais de 45 padres, fez um relato de aproximadamente 2 horas falando das questões que estavam ocorrendo. Os padres então decidiram fazer uma carta em apoio ao CIMI e se responsabilizaram com o trabalho missionário em Rio das Cobras.

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² SERVIÇO DE INFORMAÇÃO. Departamento de Polícia Federal, Superintendência regional do Paraná. **Problemas de Terras no Posto Indígena do Rio das Cobras-Laranjeiras/Pr e Quedas do Iguaçu/Pr. 01 de fevereiro de 1978.** CRP/SR/PR. Arquivo do Museu Nacional-SIAN.

No relato, Padre Chico traz as denúncias que já vinha relatando em cartas para a Regional Sul do CIMI, mas, também fornece mais algumas outras informações que ajudam a entender como estava o contexto. Sua argumentação foi transcrita durante a reunião e enviada para a Regional Sul do CIMI. Relatou que:

Houve tentativa de homicídio contra o chefe do Posto Sadi (caminhão contra seu chevetê. Ia ele e um Polícia Federal). Ameaças ao Sadi, Pe. Chico e Issac Bavaresco. Um feixe de rifles e fuzis, e dois sacos de revólveres apreendido dos brancos pela polícia Militar, Exército e Polícia Federal.

Piacentini: ganhou de 3 a 4 milhões com roubo de pinheiros e negócio ilegal de terras na área indígena. Agora sumiu em Cascavel.

Os intrusos começaram a fugir quando souberam das atitudes dos índios. Estavam apavorados e até hoje vivem em terror dos índios.

A um intruso, os índios amarraram numa árvore e deram uma surra. Outro, que dizia que não sairia, foi amarrado em uma árvore, enquanto os índios matavam e churrasqueavam sua junta de bois. Os Guarani pintaram-se e com bordunas batiam nas árvores e gritavam,

O tiroteio que houve foi perante a resistência armada de um invasor. Este está agora no Hospital, com o queixo quebrado.

Os índios estão felizes, apoderando-se das roças e criações que os intrusos, apavorados, deixaram para trás. E dizem que não pararão enquanto não tiveram feito o serviço completo de desintrusão da área.

A prefeitura de Laranjeiras do Sul confirmou os conflitos na área indígena mas – por ser o prefeito parente do Marochi da Madeireira – negou que aquela madeireira estivesse envolvida no caso.

Leonardo Machado, Ex-Chefe do Posto Rio das Cobras, que prometeu acertar contas com o Pe. Chico, continua escondido em Laranjeiras do Sul.

Vários grileiros de Laranjeiras do Sul juraram matar Pe. Chico⁵⁹³.

As ameaças de morte e o perigo de que ocorresse algum tipo de atentado sempre são colocadas em evidência remontando um cenário de luta armada. O então chefe de Posto, senhor Sadi Olivio Biavatti, quase foi morto em um atentado automobilístico. Como conta padre Chico, os intrusos estavam sendo intimidados de alguma forma com a organização dos indígenas, dispostos a retomar a terra. Fica evidente que embora a FUNAI tenha divulgado que as ações de retirada dos posseiros tenham ocorrido de maneira pacífica sob sua guarda e proteção, as tensões e conflitos estavam postos para os envolvidos em campo. As ações de protagonismo indígena são relatadas como uma ação de revolta sem uma articulação definida. Contudo, como será possível analisar melhor no capítulo 4, as ações foram articuladas de maneira meticulosa entre as lideranças indígenas.

Padre Chico, continua relatando a situação apresentada, agora reafirmando as acusações sobre o Chefe de Posto Leonardo Aparecido Machado, quanto a sua atuação junto

⁵⁹³ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatado pelo Francisco Sozzi (Pe. Chico) a Wilmar da Rocha D'Angelis e Antônio de Toledo**. Nova Laranjeiras, Munic. de Laranjeiras do Sul, PR, 28/01/78. Datilografado por Eliane Tonello em 19/10/82. Arquivo CIMI-Sul, Luziânia-GO.

aos posseiros e grandes proprietários. Segundo o padre, não havia mais como negar que as atuações do Chefe de Posto eram as principais causas da invasão das terras e que sua presença na área era um sinal de que os conflitos não iriam parar. No seu relato demonstra para todos os presentes na reunião os feitos do então Chefe:

Um senhor emprestou 6.000 cruzeiros “para Leonardo terminar uma casa que estava fazendo em São Paulo”. Em troca, Leonardo lhe deu cedro e ele, de fato, puxou uma carga de cedro da reserva. Quando deu o rolo, Leonardo o procurou e disse que ele devia dizer que não havia tirado nada da área. Ele, no entanto, não aceitou e assinou uma declaração dando conta da verdade.

Um dia antes dos acontecimentos críticos recentes, como o pe. Chico rondasse a área indígena e procurasse descobrir quem e quanto plantava na área, o Leonardo o encontrou em uma lanchonete e disse: “pois é padre, está difícil a situação. O pessoal está plantando é para o progresso do País...” e o Chico disse: “O país ou o teu bolso, Leonardo?”

Veio verba para compra de 100 bolsas de semente para os índios. Leonardo deu 1 bolsa aos Guarani; 2 aos Kaingang e o resto plantou em sua roça.⁵⁹⁴

Para Leonardo Aparecido Machado o interesse maior era em acabar com as ações desenvolvidas pelo padre porque acreditava que as denúncias feitas por Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima foram orquestradas por ele. Todavia, as ações do Chefe de Posto desencadearam o início de uma articulação que colocou em contato diversas lideranças indígenas do Sul do país. Segundo os relatos de padre Chico, as lideranças que já estavam envolvidas nas discussões e articulações dos três estados do Sul têm participações importantes em Rio das Cobras. Reafirma os indícios da presença das lideranças de Mangueirinha-PR e de Nonoai-RS, mas destaca também a participação de Lino Nuncforo liderança do povo Laklãnõ/Xokleng de Ibirama-SC. Esses teriam estado junto aos Guarani em Rio das Cobras e direta ou indiretamente teriam influenciado na saída de parte dos invasores. É importante notar que os relatos concentram sempre a atenção na atuação dos próprios indígenas, como consta:

O Lino Nuncforo (chefe do Posto Ibirama, SC) está aí na área. O cacique Kaingang de Mangueirinha passou uns dias ali. O cacique e outro índio de Nonoai estiveram ali. Quando surgiu em Curitiba, na 4ª DR, um ônibus de Xoklengs, correu a notícia de que eles vinham ajudar os índios de Rio das Cobras (mas eles vinham à FUNAI) e isso apavorou mais ainda os brancos invasores. Correu também o boato de que 300 índios de Mangueirinha teriam vindo a rio das Cobras.

Para os que alegam ter título das terras (que a FUNAI parecia disposta a atender especialmente) os índios dizem que os mesmo não vale nada.

Quando perguntado pelo repórter do Jornal do Brasil, se a reserva de Rio das Cobras não era terra demais prá sua gente, o cacique Guarani Valdomiro disse: “Não. O governador, que é um só, tem 4 mil alqueires de terra, no norte do Paraná. Nós aqui somos mais de mil, não é muita terra.”⁵⁹⁵

⁵⁹⁴ Idem.

⁵⁹⁵ Idem.

As palavras sábias de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima relatadas por Padre Chico são as últimas informações prestadas por ele, certamente por conta das inúmeras ameaças de morte acabou se afastando de Rio das Cobras. Para Wilmar e Egon que esperaram suas respostas acerca dos conflitos e das retomadas ficou a esperança de que os trabalhos continuassem a ser feitos em Rio das Cobras. No dia 2 de junho de 1979, os representantes do CIMI-Sul enviam uma carta para a paróquia de Nova Laranjeiras, na tentativa de estabelecer um contato com o vigário que havia assumido os trabalhos depois da saída de Padre Chico:

Desde a saída do Padre Francisco da paróquia de Nova Laranjeiras não tivemos ainda oportunidade de voltar a contatar sua paróquia em função do trabalho junto às comunidades indígena que desenvolvemos. Anunciamos, pois, que pretendemos estabelecer este contato tão logo nossas programações o permitam, provavelmente a partir do mês de agosto.

Estamos lhe enviando as Conclusões de nossa última regional, encerrada há dois dias apenas, que são as linhas de ação que os vigários, missionários e amigos da causa indígena, reunidos em Chapecó, estabeleceram e aprovaram para o trabalho junto aos indígenas em nossa região.

Enviamos também, o último número do nosso informativo LUTA INDÍGENA, que traz notícias de muito interesse para a área indígena que se situa em sua paróquia; trata-se de uma redução drástica de 6 áreas indígenas do Paraná, inclusive de Rio das Cobras, em função de um acordo ilegal assinado há 30 anos entre Governo Estadual e a União. Essa denúncia nós a levamos à Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná e à Comissão Pastoral da Terra, em 12 de Maio último.

Sem mais, esperamos receber notícias suas e nos encontrar brevemente.

Eternamente em Cristo⁵⁹⁶.

A carta assinada por Wilmar da Rocha D'Angelis tinha o objetivo de religar os contatos da paróquia de Nova Laranjeiras com o CIMI, enviaram-lhe edições do Luta Indígena e destacaram a importância de se manter unidos na luta pela proteção dos povos indígenas de Rio das Cobras. Embora houvesse esforço, depois da saída de Padre Chico não houve mais atuações juntos aos Guarani e Kaingang por parte do conselho indigenista da Igreja Católica, assim como a carta de Wilmar não foi respondida pelo vigário. O paradeiro de Padre Chico, por sua vez, foi descoberto algum tempo depois. Havia sido transferido para a paróquia de Verê no Estado do Paraná. Quando fica sabendo onde estava Wilmar envia a ele uma carta, datada de 20 de janeiro de 1979, dizendo o seguinte:

Prezado Padre Francisco,

Há pouco tempo soube do seu destino. Sabia que havia saído de Laranjeiras mas ainda não sabia para onde havia ido. Fiquei contente de poder entrar em contato novamente consigo.

Pe. Chico, esta carta segue junto com o último número do Luta Indígena para explicar-lhe o convite que também segue junto. Trata-se de um convite do CIMI para o curso

⁵⁹⁶ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para o Vigário da Paróquia de Nova Laranjeiras. 02 de junho de 1979.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1979.

que vamos realizar em Alcobaça, na Bahia, no mês de Março. Agora no fim de Janeiro e começo de Fevereiro estaremos tendo um curso em Dourados (MS). Sei que talvez a dificuldade seja “abandonar” a paróquia, mas, se pudesse conseguir isso e participar daquele curso acho que gostaria muito. Eu mesmo já participei de dois cursos do CIMI (ambos de 15 dias) e achei-os excelentes. Como para este curso da Bahia nós do Regional Sul recebemos 2 convites, imediatamente pensei em você. Quanto a Rio das Cobras a gente não teve condições de voltar lá ainda. Pretendo, após voltar de Dourados (pelo dia 10 de Fevereiro) e após por as coisas em dia, visitar então os nossos amigos Guarani de Rio das Cobras.

Padre Chico, no momento era isso. Esperamos continuar em contato. Ia esquecendo, Pe. Egon está passando um tempo na Prelazia de Tefé, AM, auxiliando a Pastoral Indígena de Lá; é certo que ele vai dar um bom tempo de trabalho lá.

Um grande abraço.

Wilmar da Rocha D’Angelis⁵⁹⁷,”

A carta também não foi respondida por Padre Chico, e não obtive mais informações sobre suas ações indigenistas. As perseguições que sofreu em Rio das Cobras o fizeram sair do foco de atenção. Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima, no entanto, continuou sua luta pela demarcação das terras, articulando seu povo e assegurando que ficariam livres de invasores por um longo período.

Ações que ainda são pouco exploradas, mas as cartas aqui apresentadas, assim como a investigação do SNI, provam que o Padre Chico tinha uma ligação com as ações do CIMI, agia em conformidade com as linhas de pensamento e tinha proximidade com a equipe do conselho. Os trabalhos realizados pelo padre podem ser considerados um dos tentáculos do CIMI-Sul, mas ainda era algo solitário. Conclui-se que auxiliou nos conselhos para que Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima fizesse suas reivindicações e assim liderassem a retomada, assim como nas denúncias e disseminação de informações. As ligações entre Wilmar da Rocha D’Angelis, Juracilda Veiga, Padre Chico e Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima são exemplos de como a malha do CIMI funcionava, e de como as lideranças indígenas viam nos integrantes do conselho missionário a possibilidade de alianças para o fortalecimento da luta. Aparentemente sutil, essa trama auxiliou na construção da primeira retomada de terras com características de um Movimento Indígena, articulado com vários agentes e em diferentes esferas.

É interessante notar que, colocando em paralelo as informações dos documentos do SNI e do DOPS e as produções e comunicações dos integrantes do CIMI, é possível considerar que o jogo de investigação e espionagem da comunidade de informações seguiu essas pessoas e suas articulações de perto. Foi um trabalho complexo e envolveu muitos agentes que fizeram

⁵⁹⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D’Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 20 de janeiro de 1979.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1979.

um papel meticuloso de rastreamento e vigilância, se infiltrando nas reuniões, interceptando a comunicação de cartas, viagens, cursos e visitas.

A comissão da FUNAI que esteve em Rio das Cobras no final do mês de fevereiro já dava indícios de que a organização partia dos próprios indígenas. Destacava a liderança de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima, além disso, colocava mais duas lideranças Guarani com forte influência no movimento de retomada:

Foram muito provavelmente conscientizados do esbulho que sofriam e orientados no seu procedimento pelos índios MANOEL LIMA e JOAQUIM LIMA, também Guaranis e moradores, há cerca de seis meses, na área onde nasceram. Estes, sobrinhos do cacique WALDOMIRO, são totalmente aculturados, inteligentes e de linguagem fluente, tendo vivido cerca de nove anos em SÃO PAULO/SP, onde inclusive prestaram serviço militar⁵⁹⁸.

Manoel Pires de Lima, hoje morando em São Paulo, e Joaquim Pires de Lima, conhecido como Xamoi Joaquim, ainda morando em Rio das Cobras, foram duas lideranças importantes no movimento de retomada. Os dois irmãos participaram ativamente, Xamoi Joaquim é um dos interlocutores desta tese e conta como foi o processo de articulação entre outros *Tekoa*. As lideranças Guarani foram consideradas nas informações da comissão da FUNAI, foram descritos como sendo aculturados, inteligentes e com passagem pelo Exército. Essas características criadas levaram os integrantes do SNI a considerar que os Guarani estavam se organizando através de influências de fora. Terminou por concluir que estavam condicionadas às interferências do CIMI.

Assim, o Estado buscava de maneira incansável um inimigo interno na figura dos missionários e de alguns indígenas que consideram como aculturados. Em Rio das Cobras, como demonstrado através dos documentos aqui arrolados, esses personagens estiveram presentes seja através das ações diretas juntos aos indígenas, ou através de suas táticas de luta, como é o informativo Luta Indígena, suas visitas, cursos, reuniões e assembleias. Contudo, mesmo que tenham sido parte importante na articulação e nas vitórias do movimento, não se pode tirar a resistência e luta dos povos indígenas que colocaram em risco suas vidas, de suas famílias e do futuro do seu povo, para lutarem na retirada dos intrusos em seus territórios.

Para lançar as considerações do próximo capítulo que compõem esta tese, nos vale a fala de Xamoi Joaquim Pires de Lima:

⁵⁹⁸SERVIÇO DE INFORMAÇÕES. **Superintendência regional do Paraná. Problemas de terras no Posto Indígena do Rio das Cobras Laranjeiras/PR e Quedas do Iguaçu/Pr.** 01 de fevereiro de 1978. Acervo do Arquivo Nacional. Fls.04. Fotograma 026.

Isso foi o próprio índio que fez, porque já o próprio responsável pelo índio, que era a FUNAI e o SPI, já não fez nada, então, nós mesmos se reunimos. Depois é verdade que, tudo quando é coisa feia ninguém pode colocar o colher no meio, então depois de tudo que o CIMI fez de conta que luto, né, mas, nada. Depois de tudo, eu sei que qualquer pode chega e diz que ta ajudando, mas na hora da pega mesmo, ninguém, só mesmo o índio luto⁵⁹⁹.

Resta analisar mais a fundo a retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, trazendo outras fontes e memórias para elucidar melhor quem eram essas pessoas e quais foram suas práticas de resistência e expulsão dos invasores.

Partindo do cenário representado pelo CIMI, discuto no próximo capítulo como a retirada dos posseiros ocorreu, assim como os seus desdobramentos. Irei desvendar melhor e aprofundar alguns pontos sobre como os Guarani e Kaingang se organizaram para a retomada, e como os Guarani lideraram as formas iniciais de combate, um processo que foi organizado em diferentes frentes e envolveu diversos personagens que ajudaram a analisar o acontecimento.

⁵⁹⁹ LIMA, Joaquim Pires. **Entrevista** [13 de março de 2020]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Pinhal, 2020. Acervo do autor.

4.0 ENTRE CORAÇÕES, FLECHAS E ARMAS DE FOGO: A RETOMADA DA TERRA INDÍGENA RIO DAS COBRAS E SEUS DESDOBRAMENTOS

As acusações e perseguições que a Ditadura Militar fez sobre os membros do CIMI os colocou como culpados do que ocorria em Rio das Cobras. Esse devaneio da caça comunista acabou por minar as possibilidades de diálogo com os órgãos federais, que viam a organização e reivindicação da Terra Indígena Rio das Cobras como um plano de cunho marxista vinculado à Igreja Católica. Em um primeiro momento se notou que as condições que se apresentavam nas cúpulas militares só possibilitavam esse tipo de visão e tratamento com relação aos povos indígenas, contudo, não se descarta a ideia de que para muitos isso era apenas uma espécie de distração, uma cortina de fumaça para desviar a responsabilidade sobre as invasões.

Como demonstrado no capítulo 3, as informações prestadas pelo CIMI são de extrema importância e seu papel foi fundamental para que a retomada das terras e o movimento indígena tomasse força. O papel de Karáí Tupã Pires de Lima como articulador das alianças com os representantes do Conselho Indigenista Missionário também figurou como uma das principais estratégias das lideranças para dar prosseguimento aos seus planos. Ao final do capítulo anterior, *Xamoi* Joaquim Pires de Lima chamou a atenção para a importância de se considerar a resistência, a organização e retomada das terras como ações pensadas e efetuadas pelos próprios indígenas.

A retomada da Terra Indígena Rio das Cobras teve muita repercussão na época, e teve destaque em muitos jornais de abrangência nacional, principalmente no mês de fevereiro, quando foi iniciada a operação de retirada dos posseiros. A repercussão na imprensa trouxe a ideia de um conflito armado entre indígenas e brancos, instigando a curiosidade e a criatividade de repórteres, embora em muitos casos não estivessem interessados propriamente nas demandas indígenas, mas na repercussão que poderia ter o conflito. Evidenciavam o uso de flechas e arcos como as principais armas de combate, juntamente com facões e armas de fogo.

Neste capítulo, que encerra a tese, o objetivo é tratar das questões que envolveram as ações indígenas na retomada da Terra Indígena Rio das Cobras e sua repercussão. Se necessitei avançar alguns dados no capítulo anterior para analisar o contexto político e os apoiadores, agora proponho refletir como algumas dessas táticas foram feitas e pensadas pelas lideranças indígenas. Recorro primeiramente às memórias e às falas das lideranças Kaingang e Guarani que participaram de todo o processo de planejamento e execução do movimento. E, em um segundo momento, ainda focando nas táticas indígenas, lanço mão de uma série de publicações

de jornais que possibilitam perceber como algumas dessas táticas foram feitas e a repercussão que o movimento teve nas publicações.

4.1 RESISTÊNCIA, PLANEJAMENTO E LUTA: A ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS PARA O MOVIMENTO DE RETOMADA

Ao longo dos anos de contato com as ações do Estado, primeiramente via SPI e depois com a FUNAI, os povos indígenas em Rio das Cobras foram colocados em meio a uma política de colonização que os deixou ilhados em suas próprias terras. Da década de 1940 até 1978, quando aconteceu o movimento final de retomada, eram dois mil posseiros dentro da Terra Indígena Rio das Cobras. Com o auxílio dos funcionários do órgão indigenista e de políticos locais, as áreas foram sendo invadidas ao ponto de não sobrarem mais espaços para seus roçados. Lutando pelo futuro de suas famílias e seus povos, os Guarani e Kaingang se colocaram frente ao processo de colonização do Estado, e organizaram um movimento de união sem precedentes, sendo a primeira de outras retomadas que ocorreram no Sul do Brasil no final dos anos 1970 e durante os anos 1980. Nas memórias de algumas das pessoas que participaram diretamente da retomada é possível perceber um pouco do processo.

A liderança Kaingang Argemiro Fernandes teve papel importante na retomada da terra e na condução da política indígena, principalmente porque foi a ponte de diálogo entre o movimento feito pelos Guarani, os Kaingang e o Estado, esteve desde o começo das articulações até o final da retirada dos intrusos. Havia recebido a liderança de seu pai, Joaquim Fernandes, do qual seguiu os passos. Passou 25 anos no cargo de cacique, um tempo no qual quase perdeu a vida na luta pela terra, assim como conta:

Até eu tomei uns tiros de revólver e tudo. A turma começaram a ficar brabo né. Então ele provocava eles pra se cobrar né. Me deram cinco tiro tudo pego de raspão. Eu tenho tudo sinal nas costas, na barriga, no pescoço. E foi indo, foi indo. Quando fiquei, eu já sabia mais ou menos como que o pai fazia né. Então comecei seguir. Era uma ideia boa né, então comecei seguir e tal, aí eu queria sair a turma não deixava, não queria e fazia reunião e não queria. E fui indo, fui indo. No primeiro ano eu finquei 15 anos. Aí entreguei pra outro. Entreguei pro vice. O vice era muito bom. Aí faleceu né. Daí pediram pra mim entrar. Digo, sabe de uma coisa, vou ajudar vocês de novo. Daí fiquei mais 10 anos. Aí fiz 15 anos e pedi pra mim sair. Era muito 25 anos, né.⁶⁰⁰

Como conta, a comunidade foi quem decidiu por sua permanência e posterior volta. Ao longo dos 25 anos teve que enfrentar diversas dificuldades, colocando sua vida em perigo.

⁶⁰⁰ FERNANDES, Argemiro. Op. cit. 2020.

Em 1977 e 1978 Miro Fernandes foi um dos líderes que pensaram o movimento de retirada dos posseiros. Mas, além de Seu Valdomiro Pires de Lima e Argemiro Fernandes, existiram outras pessoas que estiveram diretamente envolvidas em todo o processo, que também tiveram uma vida de lutas, e que contam suas trajetórias de conquistas destacando a resistência que mantiveram em um contexto de invasão e exploração.

Em conversa com *Xamoi* Joaquim Pires de Lima ele contou que tudo que foi conseguido depois da administração da FUNAI foi feito através do esforço da própria comunidade. Cita um caso de exploração de pinheiros feito ilegalmente pelo órgão indigenista. Esse corte de madeira, já citado nas denúncias feitas pelo CIMI, representou uma devastação na floresta de araucária em Rio das Cobras, tamanha era a quantidade de pinheiros abatidos que, como conta *Xamoi* Joaquim, apenas com as sobras deixadas foi possível a construção de 43 casas para a comunidade e posteriormente a instalação de luz elétrica. Como lembra a liderança Guarani, foi grande a dificuldade pela qual passaram mesmo depois da demissão do Chefe de Posto Leonardo Aparecido Machado, pois com as ações indígenas em direção da retomada da terra, tanto o governo Estadual quanto o Municipal se colocavam contrários a prestarem auxílio para a comunidade, uma vez que continuavam tratando os povos Guarani e Kaingang como os intrusos. Nas palavras de *Xamoi* Joaquim fica expresso o longo processo e a complexidade dos caminhos administrativos que tiveram que percorrer:

[...] Olha depois entrou a FUNAI né, que judio bastante também. Só desse pedaço aqui foi tirado 16 mil cúbicos de pinheiro, de araucária, 16 mil cúbico. E deixou as ponteiras, por tudo lugar pendurado, na água, no rio e nas cachoeiras tudo. Daí o que nós fizemos, a FUNAI tirou tudo as primeiras madeiras e as ponteiras ficou tudo. Daí o que nós fizemos, fomos pra Curitiba na delegacia da FUNAI, pedimos autorização, além de ser nosso, eles tiraram tudo sem autorização e nós pra poder construir teve que andar muito até em Brasília pra poder tirar autorização pra poder comercializar essas ponteiras das madeiras. Daí essas ponteiras nós negociamos com Giacomete, que era o dono de uma serraria. Essas ponteiras nós trocamos por madeira pronta pra poder construir as casinhas pra comunidade, foi construído 43 casas na época. E dessa ponteira sobrou 230 cruzeirinho, desse 230 cruzeirinho, que sobrou de dinheiro, colocamos luz elétrica aqui, que aquela época nem a FUNAI e nem a prefeitura não ajudava. Por nós tirar todos os posseiros não tinha ajuda nenhuma. E nós tinha que pagar. Essa ponteira de madeira serviu pra fazer instalação de rede elétrica até 4 quilômetros. Tá acabou o dinheiro, daí nós procuremos a FUNAI, fomos até a delegacia, aquela época a 4ª DR da FUNAI, conversamos, não conseguimos nada. Fomos pro Mato Grosso, conseguimos com LBA, ele ajudou pra nós construir a fonte de água, o poço artesianos que hoje faz 46 anos já de construído. Conseguimos a Escola essas coisas com o Estado, com o município não. Aqui perto ninguém ajudava nós.⁶⁰¹

⁶⁰¹ PIRES DE LIMA, Joaquim. Op. cit. 2020.

A falta de ajuda local, segundo ele, era devido ao interesse que os fazendeiros e o próprio prefeito da cidade tinham na exploração da área. Com as ameaças da retirada dos posseiros as populações Guarani e Kaingang figuravam como inimigos para o governo local. Em sua trajetória em diferentes terras indígenas, *Xamoi* Joaquim Pires de Lima vivenciou as diferenças entre os direitos indígenas e a facilitação de terras para os brancos, lembra com exatidão todas as conquistas que tiveram para a comunidade Guarani em Rio das Cobras. Faz questão de enfatizar que em meio às condições adversas e contrárias à sobrevivência do povo, não recuaram nem um instante, pois era na certeza da posse territorial que repousava a vontade da luta, da esperança da demarcação e da prosperidade das gerações futuras.

Apontado como um dos principais articuladores, *Xamoi* Joaquim Pires de Lima esteve na linha de frente da retomada e da organização do movimento. Foi citado nos relatórios do SNI como sendo um dos principais articuladores dos conflitos que estavam ocorrendo, mas, *Xamoi* Joaquim Pires de Lima estava longe de ser uma pessoa que não sabia o que estava fazendo ou que agia sem motivo algum. As ações que foram destacadas pelo SNI eram parte de uma estratégia de luta minuciosamente pensada. Com a omissão do Estado, as lideranças Guarani articularam um movimento que vinha de diversas formas de atuação. As viagens feitas à Curitiba e à Brasília demonstram as pressões feitas nas instâncias superiores da FUNAI ao mesmo tempo que a organização acontece dentro da Terra Indígena, nos enfrentamentos contra os intrusos. Assim como conta *Xamoi* Joaquim:

Então nós chegamos de lutar pra se a gente conseguia nosso direito, então a gente ando muito. No caso eu, meu irmão e mais meus tios nós entramos em contato com outras aldeias aqui do litoral. Então, os Kaingang mesmo nunca ajudou, ele nunca deram lado pra que a gente conseguisse alguma coisa com eles. Então o que nós fizemos, nós andamos muito, nós tivemos conhecimento com o cacique da aldeia de Peruíbe, que é Bananal e o cacique de Mato Grosso, que é Dourados. Com esse que nós se reunimos e eles indicaram como que a gente pode fazer, brigar pra poder conseguir. Então nós entremos em contato, não com Kaingang. Então foi a luta e foi longa caminha pra poder chegar até esse ponto. Então nós devemos muita obrigação para outras aldeia do que próprio.⁶⁰²

Xamoi Joaquim Pires de Lima relembra o longo caminho que os levou para conseguir conquistar novamente o seu direito à terra já reservada. Seus conhecimentos da política indigenista são muito acurados, muito devido a sua criação junto ao Posto Indígena, desde criança observou de perto as práticas do Estado, a repressão e a conduta das práticas implementadas. Também prestou serviço militar, onde ganhou mais experiência de hierarquias e comandos. Morou em outros *Tekoa*, principalmente em São Paulo. Todas essas experiências

⁶⁰² Idem.

proporcionaram que se tornasse não só um conhecedor da política dos *jurua*, mas que pudesse aplicar seu conhecimento em favor da luta pela expulsão dos posseiros. Na sua fala, evidencia a participação de seus irmãos e seus tios na tarefa de organizar um movimento que não ficasse restrito aos Guarani de Rio das Cobras. Pensando em diferentes aspectos, perceberam que as pressões feitas na Delegacia da FUNAI em Curitiba e a ida à Brasília por mais que tivessem movimentado algumas ações, necessitavam de um impacto mais abrangente. É nesse sentido que as viagens e a resistência dentro da TI se juntam com a articulação dos povos e lideranças de outras terras indígenas no Brasil. Os problemas enfrentados eram muito similares, encontrando-se principalmente na questão de demarcação.

Assim, os contatos com outras lideranças foram fundamentais para conseguir construir as táticas que seriam utilizadas. *Xamoi* Joaquim Pires de Lima evidência o contato com lideranças Mbya Guarani do litoral do Rio de Janeiro e com os Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Quando se refere à liderança Guarani de Dourados está falando de Marçal de Souza, conhecido também como Tupã'y, liderança que teve representatividade nacional na luta pelos direitos indígenas. A malha de organização do movimento não via limites geográficos e a participação de lideranças com representatividade nacional nos debates, como Marçal de Souza, demonstra como esses laços de pensar as retomadas estavam vinculados a discussões com grande abrangência. Citado por *Xamoi* Joaquim, Marçal de Souza foi um dos conselheiros de como poderiam organizar um movimento de retomada com embasamento jurídico da política indigenista. Ao enfatizar as andanças como ponto principal do fortalecimento do movimento, chama a atenção para mais duas lideranças, Oio Patté do povo Laklãnõ/Xokleng de Ibirama/SC e dos Kaingang representados por Ângelo Kretã de Mangueirinha:

Primeiro quando nós lutemos pro litoral, nós se encontremos com alguns caciques que se interessavam por nossa luta. No caso Mato grosso do Sul, que é um dos Guarani Kaiowá que ajudou nós e um do Rio da janeiro que é do Bracuí, e São Paulo que era do litoral também, da aldeia Bananal, que era o cacique Bento, ele luto muito por nós também. De Santa Catarina que era o Oio Paté e do Paraná que era o Ângelo Kretã. Depois as lideranças mesmo entrou em contato com outras lideranças. Então foi uma luta que foi uma troca de ideias, essas coisas, pra pode nós chegar até esse ponto. Nós armemos e planejamos pra que seja bem feita, por isso que não aconteceu nada de coisa estranha. Foi a luta pra poder recuperar mesmo o que foi tomados pelas pessoas de fora, né [...] Foi mais ou menos uns três, quatro anos de conversa pra poder fazer a coisa direitinho.⁶⁰³

Segundo *Xamoi* Joaquim Pires de Lima, foram anos de planejamento para que fossem tomadas as decisões. Foi importante esse movimento de troca de ideias e de compartilhamento

⁶⁰³ Idem.

de luta para que os planos fossem bem orquestrados. Durante cerca de quatro anos foram pensadas formas de retirar os invasores sem que pessoas ficassem feridas e que estivessem amparados juridicamente com a garantia da posse definitiva da área. A teia se estendia pelos estados de Mato Grosso do Sul, litoral do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Era uma troca de informações e uma malha de apoiadores complexa e estratégica. Ou seja, as lideranças indígenas em Rio das Cobras estavam formulando alianças em diferentes frentes, em conversas com o CIMI, através do pároco local Francisco Sozzi, com lideranças de outras terras indígenas e com a imprensa.

Já citado no capítulo anterior como sendo uma das lideranças que esteve presente em Rio das Cobras, por intermédio de suas ligações com o CIMI-Sul, Nelson Xangrê juntou-se a luta e deu apoio aos Kaingang e Guarani, além de levar as ideias de retomada para Nonoai. Além de Xangrê e seu companheiro Kagrê, também vieram pessoas do povo Guarani. *Xamoi* Joaquim fala da presença do Guarani Antônio, que por meses esteve junto a eles na luta. “[...] De Nonoai que vinha também um Guarani que ajudou por uns cinco, seis meses foi o Antônio... me esqueço o sobrenome dele, eu sei que é Antônio o nome dele, ele era o cacique dos Guarani de Nonoai, só ele que luto com nós por seis meses [...]”⁶⁰⁴. Assim, lideranças Guarani e Kaingang de Nonoai participaram ativamente na organização do movimento, eram meses e anos de resistência e reflexões até começarem as ações práticas.

Afirma ainda que das pessoas que lutaram em 1978 pela retomada da Terra Indígena Rio das Cobras restam poucos em vida: “[...] Dessas pessoas que luto que sobrou até hoje somos em três, quatro só que estamos vivos ainda. Eu, o irmão dele, o Marcolino, que é o principal desde o início até o fim e meu irmão também que mora em São Paulo. São dois ou três que sobramos. [...]”⁶⁰⁵. Além dos Guarani evidencia a luta de dois Kaingang, que segundo ele estiveram junto até o final da luta: “[...] o que ajudou até o fim é o Miro Fernandes, o Legário, que é daqui mesmo deste Posto e o Ângelo Kretã e o Paté de Ibirama. Esses lutaram do primeiro até o final [...]”⁶⁰⁶.

Também citado como um dos principais líderes da retirada dos posseiros, *Xamoi* Marcolino Veríssimo conta como foi alguns dos passos que tiveram que dar para que a retomada desse certo, principalmente reafirmando os contatos com lideranças de outros lugares. Além disso, *Xamoi* Marcolino também destaca a presença de Ângelo Kretã como uma das figuras

⁶⁰⁴ Idem.

⁶⁰⁵ Idem.

⁶⁰⁶ Idem.

centrais para o início de suas articulações. Segundo ele foi através dos contatos com a liderança de Manguierinha que foi possível fortalecer os laços e organizar a retirada dos posseiros:

Então é assim, o cacique Kretã, que é lá de Manguierinha, acho que você se lembra. [...] até ontem conversei com o filho dele. Ângelo Kretã que eles diziam, era um baixinho assim, igual eu. Aí então ele veio e passou por aqui, há muito tempo. Ele era bem inteligente e estudado. Viu que essa área já estava sendo tomada de não indígena.⁶⁰⁷

Nas suas lembranças Ângelo Kretã se apresentava como uma figura de destaque e habituado com a política não-indígena. O contato que tiveram com Kretã foi fundamental para que o movimento ganhasse força, era um representante estratégico com voz ativa na política, principalmente por ser vereador na época. Foi possível, então, através da aliança firmada entre as lideranças de Rio das Cobras e outras lideranças indígenas, muitas com destaque nas discussões Nacionais, concentrar as demandas territoriais e estabelecer as bases necessárias para as retomadas.

Com relação à atuação de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima, *Xamoi* Marcolino evidencia que ele e Valdomiro eram fiscais do *tekoa* naquele tempo, e que sendo assim tinham como responsabilidade a averiguação dos problemas que ocorriam na comunidade Guarani. Com a responsabilidade que tinham diante do seu povo buscaram da melhor forma abrir o diálogo com outras lideranças, na tentativa de fortalecer a luta em favor da retomada:

[...] Foi ele e eu que era fiscal aquele tempo, era fiscal de tudo. Aí nos se combinamos com o Kretã e viemos, se não nós vamos ficar sem terra. Já que foi tomado, na verdade no Brasil inteiro foi tomado de nós e tudo, tomaram nossas terras agora nós não podemos entregar esse pedacinho que foi reservado. Fizeram a união, tudo certinho e conseguimos. Daí que nós ficamos um pouco mais livre assim.⁶⁰⁸

Nas palavras de *Xamoi* Marcolino está expressa a importância da união entre as demandas de recuperação das terras reservadas, e com relação ao contato dele e Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima com Ângelo Kretã. Sabiam da importância em pressionar o Estado através das reivindicações junto aos órgãos responsáveis, principalmente na Delegacia Regional da FUNAI onde, historicamente, se dirigiam buscando solucionar seus problemas. Além disso, a representação de Ângelo Kretã como vereador e militante ativo em favor das causas indígenas fez com que as articulações para a retirada dos posseiros fossem sendo pensadas em conjunto entre as terras indígenas no Sul do país e de diversos apoiadores, principalmente através da

⁶⁰⁷ VERÍSSIMO, Marcolino. Op cit. 2020.

⁶⁰⁸ Idem.

imprensa liberal, que no final dos anos 1970 dedicou interesse exclusivo em direção às retomadas que estavam prestes a eclodir no Sul do país.

Parte da dissertação de mestrado de Paulo Afonso de Souza Castro⁶⁰⁹, fala brevemente da retirada dos posseiros em Rio das Cobras. Seu trabalho traz a discussão em torno de Ângelo Kretã e sua trajetória como líder Kaingang de Mangueirinha. Castro notou que muitas retomadas que ocorreram nos três Estados do Sul do Brasil foram auxiliadas de alguma forma por Ângelo Kretã. Informação que foram colhidas pelo autor em seu trabalho de campo da Terra Indígena Mangueirinha-PR, os quais contam que participaram da retirada dos posseiros que aconteceu em Rio das Cobras. Além disso, os interlocutores do Paulo Afonso de Souza Castro afirmam que foi a primeira retomada de terras que ocorreu no país com características do que poderia ser chamar de Movimento Indígena.

Tudo começou a partir das reuniões e assembleias feitas entre as lideranças indígenas. Com o ajuda do CIMI foi possível organizar uma estrutura inicial de apoio entre os povos indígenas. Na dissertação em questão⁶¹⁰, a afirmação sobre a liderança de Ângelo Kretã na retirada dos posseiros das Terras Indígenas do Sul é destaque, colocando-o como o líder geral dos enfrentamentos. Contudo, é preciso observar mais atentamente para o que estava ocorrendo na época. O papel de Ângelo Kretã foi muito importante para o movimento indígena, mas sua atuação tinha um papel específico com relação às outras terras indígenas. Como era vereador, detinha um capital simbólico que o possibilitava falar e ter certa representatividade no meio político, essas características fizeram com que fosse ouvido, dando visibilidade para as reivindicações de demarcação das demandas indígenas. Visibilidade que lhe custou a vida anos mais tarde.

Segundo publicações do CIMI os povos indígenas em Rio das Cobras teriam tomado a iniciativa de expulsar os posseiros por conta própria e uniram-se para enfrentar juntos as invasões:

A partir daí os ânimos indígenas eram incontroláveis. Pintados para a guerra, os Guarani iniciaram a luta pela retomada de suas terras, expulsando delas todos os invasores. Os Kaingang participaram também ativamente desta luta iniciada pelos Guarani. Assim, Kaingang e Guarani juntos assustaram, antes de tudo, a própria FUNAI que nunca esperou que esta seria a consequência de sua omissão consciente por tantos anos⁶¹¹.

⁶⁰⁹ SOUZA CASTRO, Paulo Afonso. **Ângelo Kretã e a Retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil**. Curitiba: UFPR, 2011. (Dissertação de Mestrado)

⁶¹⁰ Idem.

⁶¹¹ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Rio das Cobras**. Informativo Luta Indígena. Abril de 1978, ed. nº 5, p. 9. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

Segundo o que o CIMI-Sul publicou na época, a retomada teria reunido em um só movimento as populações Guarani e Kaingang pela retirada dos posseiros. A ação foi representada como sendo um marco na luta indígena, desenvolvida através da união e do protagonismo: “Os índios de Rio das Cobras deram um exemplo de luta para os demais grupos indígenas do Sul e do Brasil. Certamente sua vitória marcará a história da Luta Indígena no país.⁶¹²” [...]. As publicações do CIMI corroboram com a participação e atuação de povos indígenas de outros lugares, evidenciando que Rio das Cobras era um movimento muito mais amplo de luta por terras:

No dia 21 de Janeiro, o cacique Kaingang de Mangueirinha, Angelo Kretã, esteve em Rio das Cobras. No dia 25 de Janeiro estiveram lá dois Kaingang de Nonoai: o cacique Xangrê e um auxiliar, Kakrê. A presença desses Kaingang de Nonoai em Rio das Cobras, durante a luta dos indígenas de lá para reconquistar suas terras, foi de grande importância para os fatos que ocorreriam em Nonoai, pouco tempo depois. Não se pode negar que o episódio de rio das Cobras encorajou os indígenas das outras Reservas do Sul, e deu mostras de que os índios podem fazer valer seus direitos, se estiverem unidos e organizados.⁶¹³

Assim, seguindo as informações, a presença de Xangrê em Rio das Cobras foi fundamental para as retomadas em Nonoai nos próximos meses do ano de 1978. A presença de Ângelo Kretã é um indício de que o movimento tomava parâmetros políticos mais consistentes, sendo Kretã uma liderança importante no cenário político. O CIMI afirmava que os povos indígenas haviam feito um movimento ainda inédito na luta por terras indígenas no Sul. Além disso, frisavam: “Para justificar ou iludir a opinião pública. A FUNAI surgiu com o apoio de divisões militares e policiais, procurando “resolver” a situação de Rio das Cobras. O fato é que não somente não resolveu a situação das invasões – pois esta foi decidida pelos índios – [...]”⁶¹⁴.”

Por ser um porta-voz autorizado tanto pelos povos indígenas quanto na política não-indígena, Ângelo Kretã frequentemente falava com jornais de alcance nacional. Como exemplo está seu depoimento ao Jornal Nacional no ano de 1978. Em uma de suas entrevistas falou sobre a sua ida para Rio das Cobras com o objetivo de auxiliar seus parentes.

[...] Hoje eu viajo para Rio das Cobras para ajudar meus irmãos lá, para que vençam esta batalha perigosa, cheia de ameaças. Tudo cheia de homens brancos armados de revólver, Winchester, tem até metralhadora. Então eu viajo para lá hoje. Nós somos

⁶¹² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **No Ano dos Mártires o início das vitórias na luta pela recuperação das terras indígenas: Rio das Cobras.** In: Informativo Luta Indígena. Agosto de 1978, ed. n° 6, pp. 85-86. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

⁶¹³ Idem. pp. 85-86. 1978.

⁶¹⁴ Idem.

bastante gente, se for preciso eu tenho oitenta homens, tudo pronto para os combates, eu acredito na minha gente [...]”⁶¹⁵

Era evidente que Kretã sabia dos perigos que estavam o esperando em Rio das Cobras, pois em Mangueirinha a situação de invasões era semelhante, tinha consciência de que a possibilidade de um conflito era grande, sobretudo por conta das armas de fogo que os posseiros portavam. A confiança da liderança Kaingang em uma vitória era baseada na organização coletiva que vinham desenvolvendo ao longo dos anos de reuniões. Tinham a certeza da união e organização que estavam formando.

Em seu trabalho, Paulo Afonso de Souza Castro afirma a importância de Kretã como articulador político, mas além dele, o autor evidenciou a participação de outras pessoas, como por exemplo o antigo cacique de Mangueirinha Ambrósio Luís dos Santos. Em entrevista concedida a Castro, o antigo cacique conta como que ao chegarem em Rio das Cobras buscaram se reunir tanto com os Kaingang quanto com os Guarani, para se inteirar da situação e se organizar.

Quando nós chegamos primeiro lá era só posseiro que tinha, daí foi feita uma reunião com as lideranças Kaingang de lá, era o cacique Imbira na época. Daí os Kaingang “rifaram”, eles tinham medo porque eram muitos brancos que tinha, eram muitos posseiros. Daí fomos na aldeia Guarani, conversamos com eles e os Guarani concordaram, daí começou o trabalho avisando o pessoal que era para eles saírem e ir retirando as coisas. Aí na época a FUNAI era contra também, era contra a atitude que nós índios tinha tomado. Quando eles viram que nós índios íamos ganhar, aí eles entraram junto também. Mas no começo eles não pensavam assim.⁶¹⁶

Nas palavras de Ambrósio, nota-se que a quantidade de posseiros nas terras de Rio das Cobras era vista como uma situação quase que sem esperanças, mas que a partir das conversas foi sendo possível unir as demandas. Destacado também por Ambrósio é o fato de que de início a FUNAI não tinha interesse na retirada dos intrusos e só tomou providências após ver que a situação estava sendo resolvida através das próprias lideranças indígenas.

Outra informação que foi coletada por Castro acerca do movimento de retomada que ocorria em Rio das Cobras é do indigenista Adivio Batisteli, que na época era coordenador dos projetos agrícolas da FUNAI em toda região sul. Nas palavras de Adivio Batisteli fica mais evidente que as lideranças locais eram superiores na tomada de decisões e organização tática do movimento. Conforme conta o indigenista, as ações foram orquestradas em diferentes

⁶¹⁵ SOUZA CASTRO, Paulo Afonso. Op cit. 2011. p. 106.

⁶¹⁶ Idem. p.107.

lugares ao mesmo tempo. Ações que foram planejadas através de Argemiro Fernandes e Valdomiro Karai Tupã Pires de Lima:

O Cretã liderava os índios, mas seguia o cacique de Rio das Cobras e o grupo dos outros índios. Quem na verdade atacou a parte de criações de animais lá nos Guarani foi o Valdomiro Pires de Lima, com o grupo dele. E quem atacou por exemplo na Serra da Jacutinga, numa propriedade de Jairo Correia, foi então o grupo dos Kaingang. Isto aconteceu ao mesmo tempo e debelou a operação, e era um regime militar no país, mas hoje jamais seria feito daquela forma. Foi usado um regime de força, as pessoas despejadas, vieram para lá equipes da FUNAI de todas as partes do sul, da jurisdição deste delegado. Vieram índios de outras comunidades, até uns seis Xokleng de Ibirama-SC para trabalhar lá, mas os índios de Rio das Cobras eram a maior população na época no estado do Paraná. O papel do Cretã foi detonar a operação, liderar esta iniciativa por parte indígena de desocupação, Rio das Cobras foi a primeira desocupação do país[...].⁶¹⁷

As ações foram tomadas em grupos diferentes, segundo Adivio Batisteli, de um lado da área Kaingang e de outro Guarani. Os ataques simultâneos, foram feitos de maneira articulada nas extremidades sul e norte da área, como trarei com mais detalhes à frente. Dessa forma, o movimento teve diversas ligações que possibilitaram a retirada dos intrusos. Como conta o indigenista, o movimento foi planejado primeiramente pelos líderes Kaingang e Guarani de Rio das Cobras, articulados com outros apoiadores e lideranças indígenas.

A participação das lideranças de Rio das Cobras foi decisiva, além disso a ligação entre Valdomiro Pires de Lima e Argemiro Fernandes foi fundamental para o sucesso da retomada. Na conversa com *Xamoi* Marcolino Veríssimo ele lembra da presença de Argemiro Fernandes e seu irmão junto aos planejamentos do movimento Guarani. Segundo *Xamoi* Marcolino foi preciso a tomada de frente das lideranças Guarani e Kaingang para que as outras pessoas os seguissem:

Na verdade, todo mundo, mas, quem ajudou mais ali foi o compadre Miro Fernandes, acho que você conhece ele? [...] O Miro Fernandes, os irmãos deles o Nhonhó e o Legário. Então esse aí que era mais os companheiro dos passos eram eles. Todas as coisas, tendo cabeça então o resto vai, então aí acompanharam eles, todos os povos acompanharam eles. E nós aqui também se reunimos, todo mundo junto, todo mesmo, pra poder combater isso. [...].⁶¹⁸

Argemiro Fernandes e seu irmão conhecido como Nhonhó são os dois Kaingang mais citados pelos Guarani quando falam das pessoas que participaram junto com eles desde o começo do movimento. A forma com que Argemiro Fernandes e Valdomiro Pires de Lima

⁶¹⁷ Idem. p. 108.

⁶¹⁸ Idem.

planejaram a retirada dos intrusos demonstra uma relação de amizade e confiança. Assim, as duas lideranças foram as principais responsáveis pela organização e gestão da retomada. No próximo tópico destaca-se alguns pontos que ajudam a compreender como eram pensadas suas ações de organização e união.

4.2 CONVERSAS E ORGANIZAÇÃO: UM MOVIMENTO PENSADO POR ARGEMIRO FERNANDES E VALDOMIRO PIRES DE LIMA

Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima sempre reunia suas lideranças para discutir como poderiam lutar por sua terra. Seu Natalício Veríssimo conta que um dia antes de começarem o movimento final de retomada, Valdomiro organizou um baile. A festividade tinha o objetivo de juntar a comunidade e conquistar a confiança de alguns vizinhos:

Foi de dia. Primeiro dis que fizeram bailinho né. Pra conquista as pessoas. Aí os vizinhos que moravam mais perto chegavam com uma gaita e tocava ali e foi indo, foi indo até que amanheceu ali, o pessoal da FUNAI e da Polícia Federal já também chegaram. Aí eles começaram ali da divisa que tem os vizinhos deles. Então pegaram dois bois, de quase mil quilo, de arado. Então ali começaram. [...] Tipo bailinho né. Só que já antes tinha organização, que nem o Joaquim contou, que antes já tinha organização. Então já marcaram hora e dia também pra chegar. Então, faz um bailinho lá e se vir pessoal de fora, que é não índio, que estão morando dentro da área da reserva pode chegar pra gente conquistar. Então foi assim, quando amanhecer, daí os policiais já chegaram, já chegaram tudo. Daí hoje, entrega ou não se entrega.⁶¹⁹

Embora Seu Natalício não tenha participado do dia da retomada, porque era muito novo na época, acompanhou a preparação e organização do movimento. A ideia de fazer um baile como preparativo chama a atenção, não apenas pela função festiva e de juntar a comunidade, mas principalmente por sua característica de preparação para o enfrentamento. Como lembra Seu Natalício, o baile procurava também conquistar a confiança dos vizinhos não indígena para uma saída pacífica. Embalados pela música feita de gaita e cantorias, juntaram-se à espera do amanhecer do dia, quando a Polícia Federal e os representantes da FUNAI chegaram. As primeiras ações no amanhecer foram nas divisas mais próximas, onde foi abatida uma junta de bois de um dos fazendeiros. Segundo Seu Natalício Veríssimo, além do baile que precedeu a retomada, as reuniões entre a comunidade, as lideranças indígenas, os planejamentos anteriores, foram muito importantes.

No que se refere à figura de Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima, sua luta em favor da demarcação e expulsão dos posseiros era constante, já registrada como subversiva pelo SPI

⁶¹⁹ VERÍSSIMO. Natalício Karaí Papa. Op cit. 2020.

desde a década de 1960. Tinha muito poder em suas palavras, uma grande capacidade de juntar as pessoas e organizar o coletivo. Suas principais estratégias eram as reuniões e discussões entre as lideranças, viagens para falar com os representantes da FUNAI, entrevistas à imprensa, mas sobretudo, seu vínculo com o povo Guarani em Rio das Cobras. Era ali, no seio da sua comunidade, que a organização e a luta nasceram e se fortaleceram.

As reuniões em que Valdomiro falava entre os Guarani, aconteciam dentro do local sagrado, a *opy'i*. É neste espaço que os Guarani dialogavam e deliberavam as decisões comunitárias. Todas as pessoas expunham suas ideias. Sendo assim, os planos de organização das retomadas foram sendo construídos com a participação direta da comunidade, Valdomiro não dispensava o espaço da *Opy* para pensar nas táticas de resistência e luta. Seu Alcides lembra de quando ele reuniu a comunidade na *Opy* para falar de suas viagens para Curitiba e posteriormente para Brasília. Teria pedido para que tivessem coragem e que orassem para que sua viagem ocorresse de maneira tranquila. Lembra do peso do discurso ao falar do ato de soltar a palavra naquele momento e naquele espaço: “Aí o tio Valdomiro falo, uma noite, chamou todo mundo, nós tivemos na casa de reza e tudo, chamou. E soltou a palavra. Alguma coisa que diz, pra nós ter coragem, ele vai caminhar pra Curitiba. Então vocês fica orando por mim, pra nós ter a força pra ter a terra pra nós.⁶²⁰”. As ações da liderança tinham o respaldo da comunidade, eram representativas da vontade de todas as famílias Guarani. Era a partir de suas discussões internas a luta foi tomando forma.

Nesse momento é de extrema importância chamar a atenção para algumas questões envolvendo a *opy*. Quando Valdomiro Pires de Lima viaja até Curitiba para denunciar Leonardo Aparecido Machado ele não esteve sozinho. Assim como analisado no capítulo anterior, na primeira viagem que foi documentada pelos integrantes do CIMI-Sul, e a liderança Guarani estava acompanhada de José Alves e Alcindo. A companhia dos dois não era uma escolha aleatória. É nesse momento que a proximidade com os Guarani de Rio das Cobras proporciona uma percepção mais aprofundada do que estava ocorrendo ali.

No caso de Alcindo Pires de Lima era o filho mais velho de Valdomiro. Mas, gostaria de chamar a atenção nesse momento para a presença de José Alves, que nas fotos dos jornais sempre aparece ao lado de Valdomiro. Esteve ao lado de Valdomiro na maioria das viagens que fez, tanto a Curitiba quanto a Brasília. Foi preso junto com Valdomiro por uma dessas viagens, ocasião em que fugiram e retornaram a Curitiba para denunciar as ações do chefe de Posto. O

⁶²⁰ KARAÍ POTÃ VERÍSSIMO. Alcides. Op. cit. 2020.

principal motivo que levou José a acompanhar Valdomiro se deve ao fato dele ser o *Xamoi* da comunidade. Todas as questões passavam pela *opy'i* a luta pela terra começou a ser discutida ali, a organização como um todo foi fruto de diálogos e aconselhamentos feitos dentro da casa de rezas. Além disso, o único motivo de *Xamoi* José acompanhar Valdomiro era para proteger a liderança na sua luta e caminhada, como *Xamoi* essa era sua função. No olhar de nós *jurua* nunca seria possível conceber essa relação que é estritamente baseada nas formas Mbyá de compreensão do mundo e de organização⁶²¹.

Ele também cita a luta feita por Miro Fernandes e fala da origem da liderança Kaingang. É curioso notar que as lideranças Guarani com quem conversei atribui a origem de seu Miro aos Guarani. *Xamoi* José inclusive fala que a bisavó de Seu Miro era Guarani *guajaki*, atribuindo a liderança Kaingang uma identidade de luta Guarani. Assim, mesmo que buscada em origens distantes se faz um movimento de aproximação, de inclusão na ideia do nós Guarani que lutamos juntos pela terra. Seu Miro Fernandes sempre é lembrado pelos mais velhos como quem estavam à frente do movimento juntamente com Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima.

As viagens feitas por Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima para Curitiba, não seria a única e nem a mais importante das lutas travadas por ele nas instâncias superiores dos órgãos indigenistas. Antes disso, em 1975, fez uma viagem para Brasília indo falar diretamente com o presidente da FUNAI, na tentativa de fazê-lo cumprir suas promessas em encontros anteriores. Nessa viagem, a primeira feita de avião, teve a companhia de Seu Miro, com quem tinha um longo contato e amizade.

Seu Miro recorda detalhes da organização feita em conjunto com Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima. Para ele, a participação da liderança Guarani foi um dos pilares da retomada. Destaca em sua fala a comunicação e a amizade que tinha. Conta como aos poucos pensaram em um movimento que tivesse a participação da polícia e dos meios jurídicos, a fim de evitar qualquer incidente que desqualificasse o movimento que pensavam em fazer. Ao falar da organização dos grupos para a retomada, Seu Miro diz o seguinte:

Daí sim, tudo pronto, a turma dele também. Aí de repente eles começaram da contra nós. Daí nós chamava a polícia. Daí o polícia entrava. E foi indo, foi indo. Daí nós conversamos com todo mundo. O Valdomiro veio aqui, nós fizemos aqui. Ele trouxe a liderança dele tudo. Mas nós era contato certinho, juntinho. O que nós fazia estava bem feito. Ele não voltava atrás nada. Aí nós marcamos com o pessoal. Nós estamos

⁶²¹ JOSE, Alves. **Entrevista** [18 de março de 2022]. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 2 arquivos mp3 (37:07 min.) (1:25:18 min.). Terra indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Pinhal, 2022. Acervo do autor. A entrevista foi traduzida por Eliezer Wera em forma de conversa comentada. Conhecer *Xamoi* José foi uma honra muito grande. Quando chegamos ele disse que estava há três dias olhando para o horizonte nos esperando.

querendo fazer uma coisa dessas, ver se nós tirava os posseiros, pra nós fazer alguma coisa. Aí todo mundo grito, todo mundo grito. Olha, nós vamos ir pra Brasília, com o Valdomiro. E eu tinha falado lá em Curitiba com a FUNAI, então pra nós resolver isso. Daí eles pediram pra fazer reunião geral com o pessoal. Conversar. Daí nós fizemos. Mas, deu tudo certinho. Nós ficamos 14 dia lá em Brasília, e eu já conhecia o presidente.⁶²²

A conversa e a confiança estabelecida entre Seu Miro e Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima se transformaram em uma das frentes do movimento em Rio das Cobras. A memória de Seu Miro revela um cuidado com relação ao que estavam propondo. As reuniões ocorriam com bastante frequência, às vezes com a presença do Chefe de Posto, para que fossem feitas algumas cobranças, mas em sua maioria seguiam reuniões fechadas. O apoio da comunidade ao gritar em favor da ida das duas lideranças à Brasília representava o acordo de que as bases do movimento estavam organizadas, tanto na ida à Brasília quanto na resistência que fariam na Terra Indígena. Seu Miro afirma que o primeiro encontro deles com o presidente da FUNAI teria sido em uma reunião entre lideranças indígenas que ocorreu em Chapecó. Assim como recorda:

A primeira reunião com o presidente nós fizemos em Chapecó. Eu não tinha falado, só os cacique, né. Então foi falado com esse presidente. Foi falado com ele lá, eu e o Valdomiro, e ele concordou. Daí ele disse, vão lá então. Quando é pra vocês iram, vocês mandem uma carta pra mim, mande em Curitiba. Daí ele disse, mande pra mim. Tá bom, ficou combinado. Daí fui lá em Curitiba, fomos lá nós dois, fomos lá e conversamos bem com eles lá, com a turma da FUNAI. Todos chefes de Posto foram também né. Aí conversamos bem e deu tudo certo. Aí viemos pra cá e fizemos mais uma reunião, daí deu positivo. Aí arrumamos as roupas. Aquela época não tinha telefone aqui, então mandava rádio amador. Daí passemos pra Curitiba, pra passar pra Brasília pro Presidente.⁶²³

Os detalhes que lembra Seu Miro, fazem sua fala ser muito forte. Exprime em suas lembranças a confiança que tinham um no outro e na possibilidade de fazer com que o plano desse certo. A viagem que fez para Brasília é destacada por ele como um momento importante do movimento que teria possibilitado as condições necessárias para que dessem início a retirada. De maneira rápida e inesperada receberam a notícia de que iriam viajar, mesmo pegos de surpresa o sentimento sobre a notícia era de felicidade. Como conta:

Daí Curitiba aviso, disse. Está tudo pronto tudo combinado, então se você querem viajar amanhã, venham hoje posa aqui, pra nós fazer os papeis pra vocês levar. Daí eu fui lá no Valdomiro, peguei um carro do Posto e fomos lá no Valdomiro. Daí

⁶²² FERNANDES, Argemiro. **Entrevista [08 de novembro de 2019]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. 2019. Acervo do autor.

⁶²³ Idem.

chegamos lá e eu disse “Se apronte rapaz, que nós vamos viajar hoje à noite. Mas ele ficou alegre, e chamou a liderança dele. Daí já fez tudo como precisava. Daí de tarde ele chegou lá. Nós vamos sair de noite, amanhã nós vamos ficar em Curitiba. Vamos ver horas nós vão viajar para Brasília, mas está tudo pronto Valdomiro, você já trouxe a roupa? “Trouxe”, ele disse. Trouxe está aí na mala. Digo, opa então tá bom. Aí viajamos né. Viajamos pra Curitiba, passemos, aí no outro dia, ele diz, ó vocês vão de avião. E a gente nunca tinha viajado, eu e ele também. Daí tá bom então vamos. Vocês não vão ter medo. Não. Daí no outro dia cedo levaram nós, pra embarque.”⁶²⁴

Os 14 dias que ficaram em Brasília foram de difícil estadia, pois nunca tinham ficado tão longe de suas famílias, como descreve: “Mas a gente ficava triste, muito longe né. [...] E o Valdomiro às vezes pensava nas crianças, né, eu também pensava. Eu tinha três piá aquela época. Ficamos 14 dias lá.”. A saudade da família só foi superada pela consciência de luta que tinham em mente. As duas semanas em que permaneceram na capital brasileira embora descritas como difíceis por Seu Miro, foram fundamentais para que uma operação de retirada dos intrusos fosse montada e colocada em prática.

Em um cenário que se abria cada vez mais devido a luta que muitas lideranças estavam travando em Brasília. Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima e Argemiro Fernandes estiveram junto ao presidente da FUNAI colocando suas pautas e lembrando o acordo que teriam feito durante a reunião de lideranças que ocorreu em Chapecó. Saíram da reunião confiantes de que os intrusos seriam retirados da área:

Primeira coisa que conversei com presidente, eu disse “lembra aquela conversa que nós falemos lá em Chapecozinho, naquela reunião dos caciques?” Ah, da terra né? É, isso mesmo. Ah, me lembro ô, até escrevi aqui, ele falou. Digo, opa, vai dar certo. Uma parte, né, não terminei, eu vou fazer devagar, que vai ser um trabalho ali. Nós vamos expulsar os posseiros. Nós vamos tirar na marra. Vai três caminhões vazios, pra puxar as coisas deles, só pra puxar pra fora da área. Só não bate neles, não deixa bater. Tá, pode deixar, não vou deixa bater. Não vai acontecer nada. Mas quando ele falou isso eu fiquei contente já, no começo já fiquei contente. Diz, quantas casas tem? Daí eu disse, tem 48 casas, e tem 4 fazendeiros. Tem um que é advogado. Tem dois que é advogado, de Cascavel. Daí ele disse, olha, se eles não quiserem tirar o gado, mate e comam. Puta merda, agora sim (risos), agora pesou, agora pesou. Dei sinal pro Valdomiro.⁶²⁵

Como conta Seu Miro, havia 48 casas e 4 fazendeiros, o que dificultava a retiradas das pessoas que não queriam deixar suas construções e criações. O plano era fazer uma operação que retirasse de uma vez só as famílias sem que ninguém se machucasse. Nas memórias de seu Miro a primeira atitude foi de cobrar o acordo firmado pelo presidente FUNAI na reunião dos caciques em Chapecó, demonstrando interesse em resolver a situação, Ismarth de Oliveira

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Idem.

Araújo se responsabilizou em apoiar a transferência dos intrusos, assim como a anulação dos títulos que tinham sido ilegalmente emitidos a fazendeiros.

4.2.1 Ações e práticas contra a invasão

Depois das viagens e das conversas que tiveram com o presidente da FUNAI, receberam a garantia de que os posseiros seriam retirados e a terra demarcada. Contudo, as lideranças sabiam que não podiam confiar nas palavras do presidente, já haviam sido tantas vezes que não podiam deixar tudo a perder. Era preciso tomar uma iniciativa mais pesada, um aviso para que a FUNAI tomasse providências ou haveria consequências maiores. Tendo isso em vista, Valdomiro Pires de Lima teria iniciado a pressão aos invasores. Nas memórias de Seu Miro, os Guarani, ao contrário de ficarem amedrontados, de maneira aguerrida tomaram a frente da retomada:

Nós sabia, eu falava, “olha, depois que vai ficar perigoso”. Dito e feito. Eu disse, vai ficar ruim pra mim, muita gente conhecia a gente, né. Lá no Rio do Baile, lá onde o Valdomiro tinha a turma. Lá eles quase brigaram com uns branco, mataram uns bois. Os Guarani mataram uma junta de bois. Aí avisaram, eu fui lá. Quando cheguei eles estavam assando, uma junta boa, mas faze o que, eles já tinha matado. Ê, cheio, e tudo armado com flecha, rapaz. Aquele que eu acho bonito. Cada flecha grande, mas bem arrumado. Até vou arrumar uma, esses dias eu estava falando. Eu vou falar com o Jorge, me vender um. Tinha um de ferrinho, mas esse, Deus o livre. Estavam querendo se matar. Aí um branco matou um, irmão do Valdomiro, aí ferveu.⁶²⁶

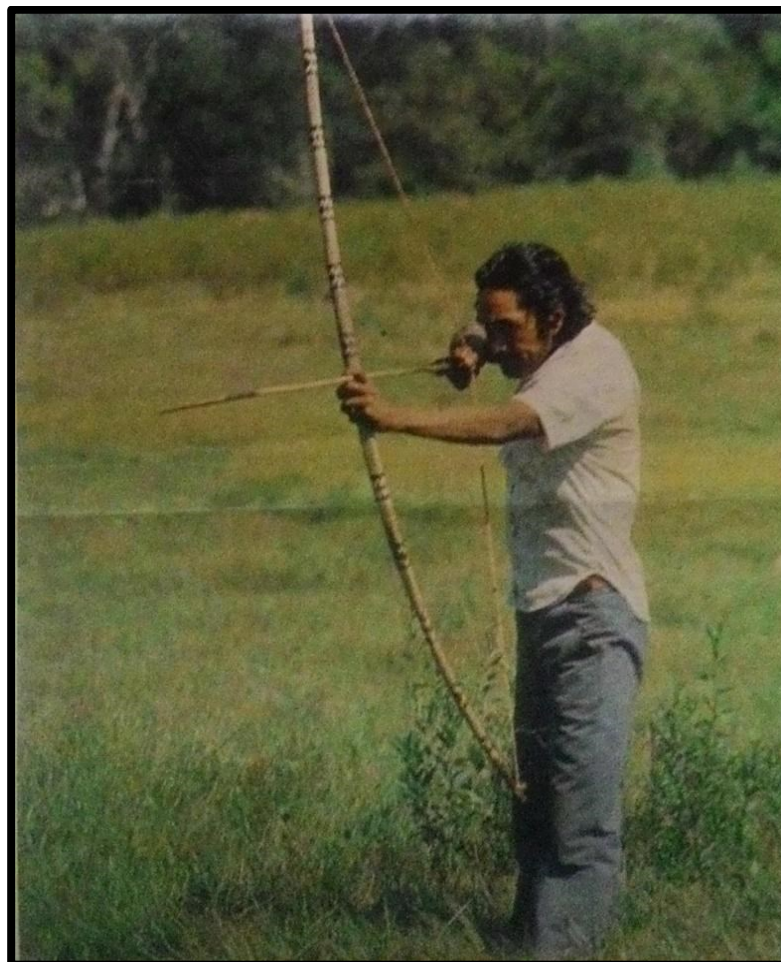
Os Guarani, liderados por Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima teriam agido em resposta a um ataque feito pelo fazendeiro. O abate da junta de bois, da qual comenta Seu Miro, representou um ato de controle da área em disputa, em resposta a isso houve um atentado no qual vitimou o irmão da liderança Guarani. Com a morte de seu irmão, Valdomiro organizou seus guerreiros para um possível enfrentamento armado.

Na lembrança de Seu Miro ficou gravada a cena dos arcos e flechas Guarani, os quais lhe causaram tremenda admiração. Feitos com extremo cuidado representavam mais que armas nas mãos daqueles guerreiros, figuravam como um elemento de afirmação étnica, de posicionamento e pertencimento frente ao Estado e aos intrusos. Seu Miro sabia da importância da representatividade que tinham essas armas, não por acaso destaca em sua lembrança os detalhes das flechas fabricadas pelos Guarani. Em uma edição da revista Manchete do mês de

⁶²⁶ Idem.

fevereiro de 1978, ele aparece portando um arco e flecha do qual se refere. Mirando e pronto para atirar, soava como um aviso:

Figura 10 – Foto de Seu Miro portando um Arco e Flecha



Fonte: MANCHETE. **Fevereiro de 1978**. p.62. Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO

Algumas estratégias utilizadas pelos grupos indígenas que participaram do movimento de retomada chama a atenção, principalmente em relação ao abate das criações dos intrusos. Utilizada como forma de aviso, mas também como maneira de estabelecer o domínio do local, as criações dos intrusos foram abatidas tanto pelos Guarani como pelos Kaingang. O ataque sobre as criações dos colonos foi utilizado como uma das principais estratégias, sendo uma forma de afugentar as pessoas sem usar de violência contra elas. As carnes dos animais abatidos foram utilizadas para a alimentação das pessoas que iriam participar da retomada. Para a retirada das famílias de posseiros e seus pertences foram enviados mais de 3 caminhões.

O objetivo principal era que fosse um movimento pacífico e de que não houvesse confronto armado. Infelizmente alguns dos intrusos não aceitaram a perda das terras, o que

gerou alguns conflitos, Seu Miro quase perdeu a vida em um desses embates: “Tinha um fazendeiro lá, aô tinha porcada e nossa turma acompanhava nós, bastante gente. E matava aqueles porcos e fazia churrasco que nossa. Sei que foi pesado né. Mas, ainda salvei. Mas, quase que fui.⁶²⁷”. Essas eram estratégias utilizadas pelos Xavante e Bororo também em suas terras, o que demonstra certa influência que tiveram depois de sua passagem por Rio das Cobras.

Seu Miro relata como se deu o movimento. Articulados e com o apoio da Polícia Federal estavam prontos para dar os primeiros passos. A operação começou ainda na madrugada, com as tropas militares chegando às 3 da manhã. Se referindo a quantidade de indígenas envolvidos nesse primeiro embate, relata:

Não, nós fomos em 72 homens, pra ajudar lá. [...] daí nós tinha que pegar a polícia, daí pegamos a polícia de Francisco Beltrão, Guaraniaçu, Foz do Iguaçu, Cascavel e Guarapuava. Ponta Grossa, e de Curitiba veio também. Diz, olha, amanhã de repente. Me chamaram, daí eles, amanhã de noite você não vai dormir, que a turma vão chegar. Digo ôcha, tá bom, então tem que mandar matar uns dois bois e fazer um charque, aí pendura pra eles, tudo né, temos que dar comida. Digo, tá bom, damos um jeito lá. Ah quando foi por ali 10 horas da noite chegou 4 ônibus só polícia, daí quando foi 3 horas da madrugada chegou a polícia federal, 2 ônibus. E daí chegaram, onde é que nós vamos mexer primeiro. Ali na entrada do trevo, pro lado de lá tinha um que já estava dentro. Até compadre meu, também foi na mesma noite. O compadre falecido Jairo Correia, aquele também entrou. Mataram os porcos dele, pegaram a mochilada dele carregaram no caminhão, ôcha.⁶²⁸

O caso de Jairo Correia citado por Seu Miro é um dos exemplos de que nem sempre as relações estabelecidas entre os intrusos e os povos indígenas é de conflito, mesmo que diante de um embate territorial. As relações de compadrio eram estabelecidas dentro de um contexto exploratório e de colonização da área, por isso sabendo de que ocupou a área ilegalmente Jairo Correia não reclamou das perdas. Essas relações demonstram que os contatos eram complexos, não só de conflito, mas de amizade, é preciso manter isso sempre em vista para não polarizar os ocorridos e nem reduzir o conflito a uma guerra entre indígenas, brancos e o Estado. O contentamento de Jairo Correia era exemplo de que havia um consenso de que as terras eram indígenas e que, portanto, era impossível alegar desconhecimento. Seu Miro lembra da reação de seu compadre:

Aí chegaram, chegaram. Ê, aquela farra. Pra eles era nada né. Daí tinha um ali no bosque, pra cima do erval, um morador. Aí foram lá, três caminhões grande, só pra puxar a mudança deles. E daí foram lá no Jairo Correria, lá no britador. Eu tinha que ir junto, aí fui lá. Fomos lá, carregamos todos as coisas dele, trouxeram na casa do pai dele, ali em frente ao recanto. A boiada dele tudo. Ele não falava nada. “Tá certo” ele

⁶²⁷ Idem.

⁶²⁸ Idem.

dizia. Ele via que não adiantava falar, né. Eles mandavam matar um boi e porco e tal.⁶²⁹

Esse processo que teve início já nas primeiras horas do dia foi desempenhado de maneira orquestrada por Seu Miro e Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima. Como sabiam todos os limites da área, estabeleceram um plano de lugares por onde deveriam começar. Os militares acompanharam a saída dos intrusos, mas as pressões e avisos já vinham sendo feitas através da organização das lideranças indígenas. Os Guarani e Kaingang entraram por lugares diferentes. Seu Miro conta como foram escolhidos os lugares para serem começadas as ações, privilegiando principalmente os lugares que estavam com maior concentração de invasores:

Aí clareou, clareou o dia, aí escalemos a turma. Uns entraram por Jacutinga e outros entraram lá no Guarani. Entraram lá no Borba. Entraram também, três turmas, e uns ficaram aqui. Aí aqui, com dois dias eles limparam aqui, tiraram tudo. Aí lá no Jacutinga que foi o pesado, naquele campinho lá. Naquele campinho era cheio, tinha uma bodega lá, mas í, cheio. Lá que prenderam, alguma arma. E foram carregando e foram carregando e foram. Parece que era uma brincadeira pra eles. Aí entraram lá por Sanga Funda, lá por Caçador, pra Saudade, Mato Queimado, êi, aquela turma.⁶³⁰

Os pontos descritos por Seu Miro são estratégicos quando se refere às táticas de retirada das pessoas, iniciando o processo pelo centro da terra indígena, no local com maior quantidade de intrusos, e em grupos separados para pressioná-los para fora das divisas da área. O movimento de aviso para que se retirasse e a resistência contra novos intrusos já vinha sendo feita a meses pelos Guarani e Kaingang, mas o movimento final de retirada dos posseiros envolvendo as tropas militares e o presidente da FUNAI ocorreu apenas na segunda semana de fevereiro. Dessa forma, os planos estruturados por Valdomiro e Seu Miro e as demais lideranças, foram colocados em prática. Os militares, prestaram apoio de acompanhamento para retirada das famílias e seus pertences, evitando também qualquer tipo de resposta dos intrusos. Contudo foram os grupos Kaingang e Guarani que se reuniram para as investidas contra aqueles que não queriam sair.

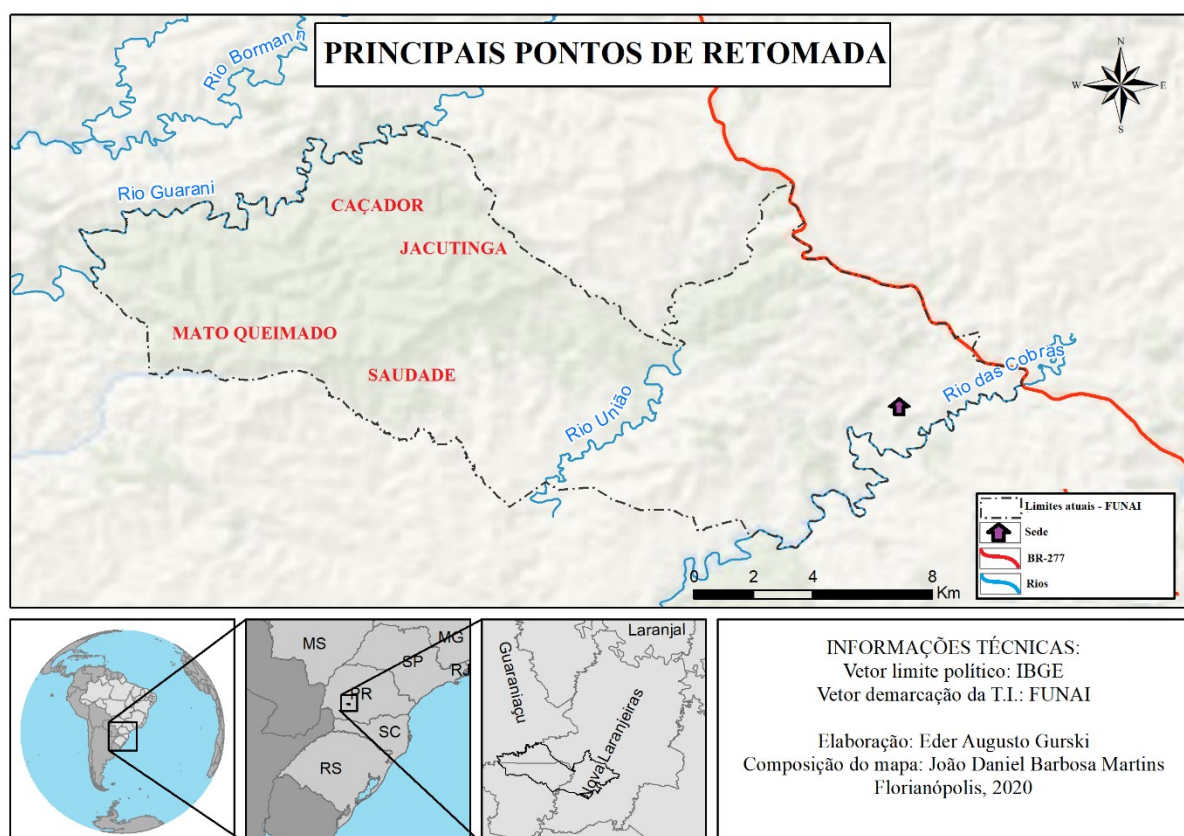
Os Guarani pressionaram as terras no sul da área, atacando produções e criações dos posseiros nos locais conhecidos como Rio Saudade, Pinhal e na antiga aldeia do Mato Queimado. Com o comando de Valdomiro Pires de Lima foram agrupados próximos às divisas de um dos fazendeiros, e passaram a noite discutindo os planos enquanto esperavam o amanhecer, quando a polícia chegaria. Seu Miro, por sua vez, esperou as forças militares e

⁶²⁹ Idem.

⁶³⁰ FERNANDES, Argemiro. Op cit. 2020.

organizou os caminhões que iam retirando as mudanças dos posseiros, a maioria dos militares ficou na sede do Posto, com saída para a BR 277. Esse era um esquema que tinha dois importantes fundamentos, de um lado barrava a interferência externa de quem chegava e de outro permitia vigilância das famílias que saiam, uma vez que aquela era a principal via de acesso na Terra Indígena. Os principais pontos da retomada podem ser observados no mapa:

Mapa 16 – Mapa dos Principais Pontos de Retomada



Fonte: Vetor Limite da Terra Indígena FUNAI. Elaboração do mapa feita pelo autor com base nas fontes orais e escritas.

Esse movimento feito de um lado por Kaingang e de outro por Guarani teve seu equilíbrio gestado pela união entre Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima e Argemiro Fernandes. Com exceção dessas duas lideranças, frequentemente quando perguntados sobre a interação dos dois povos no movimento de retirada, a resposta é negativa. Ou seja, foi um movimento que envolveu a força de diferentes povos e que foi pensado pelas lideranças em Rio das Cobras. Contudo, não quer dizer que todos os grupos estavam agindo em conformidade.

As estratégias que foram utilizadas por eles são descritas por *Xamoi* Marcolino Veríssimo, primeiramente como forma de aviso. O prazo dado às pessoas era de cerca de 24

horas, feito de maneira pacífica e educada, como conta *Xamoi* Marcolino. Contudo, o aviso não tolerava atrasos e que as ações pacíficas poderiam se tornar pesadas caso precisassem:

[...] Chegava e pedia pra sair, deixava um aviso de manhã até à tarde, até amanhã pode tirar tudo e assim foi e assim foi, e muitos, assim sabe que nessa luta é triste. Nós às vezes, vamos dizer, nós moramos aqui, nós dois, nós temos direito de estar aqui, mas contra a ordem a gente não pode resistir. Então por isso que ficamos, aí digo, é assim e assim, não podemos ir quebrando tudo também não, porque nós temos que ter um pouco de entendimento, de educação. E assim fomos, e os que não queriam sair, ou foi avisado ontem e está lá ainda trabalhando, aí sim, aí ia no pesado. É assim que acontecia naqueles tempos. [...] ⁶³¹

Xamoi Marcolino é enfático ao dizer que as primeiras investidas foram feitas de maneira contida, com educação como ele diz. É mais um indício da maneira como as lideranças encaram a retomada, não existia intenção real de atacar ou ferir alguém, apenas queriam a demarcação. Nas estratégias de luta, além das notificações verbais, havia vezes em que era necessário medidas mais práticas. Em sua fala no filme *Terra dos Índios de Zelito Viana*, Ângelo Kretã traz uma das ações em que esteve presente:

[...] Peguei 17 índios e fui lá e arrombei o Paiol com 50 sacos de milho dele, derrubei tudo e joguei sanga abaixo, e ali começou a briga. Pegamos os Guarani lá e tiramos mais uns quatro ou cinco, dos mais valentes, dos mais violentos, que brigavam e que matavam. A arma que nós tinha era facão e flecha, tiramos mais cinco famílias. Em duas semanas já tinham saído 170 intrusos. [...] ⁶³²

Como conta Kretã, as táticas de resistência tinham várias formas de serem exercidas. O ataque feito às produções dos posseiros servia de alerta, mas também tinham função de desestabilizar e amedrontar. As ações iniciadas pelos indígenas repercutiram entre os intrusos, fazendo com que muitos deles fugissem de medo ou se armassem. Os ataques às criações e às produções agrícolas eram práticas de enfrentamento mais utilizadas quando era preciso marcar presença e gerar medo nos invasores. Essa tática é de certa forma uma das possibilidades de conseguir impor um limite e chamar a atenção. É um alerta, mas servia também como elemento de conquista de espaço em um ambiente de disputa territorial.

Nas lembranças do senhor Alcebiades ⁶³³, os Kaingang, por sua vez, se deslocaram para a parte norte da terra, se encontraram por volta do meio-dia no lugar chamado Paiol Velho,

⁶³¹ VERÍSSIMO, Marcolino. Op cit. 2020.

⁶³² CASTRO, Paulo Afonso de Souza. Op cit. 2011. p. 109.

⁶³³ BERNARDO, Alcebiades. **Entrevista [17 de março de 2020]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (18:30 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. Acervo do autor. Esses diálogos foram traduzidos por Ailton Freitas. A história foi contada em Kaingang, traduzimos em forma de conversa comentada após as entrevistas.

depois de reunidos iniciaram a pressão sobre os posseiros no local chamado de Rio do Gato, Caçador e Jacutinga, para o lado do rio Bormann depois vindo em direção à Sede do Posto.

Antônio Barão⁶³⁴, mais conhecido como Barãozinho, participou do grupo Kaingang que agiu contra os posseiros. Nas suas recordações as terras das imediações do posto também estavam com a presença de muitos posseiros. Recorda que os conflitos já se prolongavam por muitos meses e que o estopim final foi motivado por um dos vizinhos *fóg* soltar suas criações de porcos nas roças Kaingang. Segundo lembra Barãozinho, os Kaingang da sede se deslocaram a cavalo em direção ao Jacutinga, para se encontrarem com seus parentes e então iniciar os ataques aos intrusos. Ainda segundo ele, só não houve enfrentamento entre eles e os posseiros porque a polícia federal chegou a tempo. Tanto Barãozinho quanto Alcebiades falam da presença de Zé Marreco, um sanfoneiro Kaingang, que tinha a função de tocar e animar o grupo.

Dona Valvina⁶³⁵, companheira de Barãozinho, lembra com detalhes do ocorrido e conta como foi organizado o movimento. Segundo ela, o grupo Kaingang que saiu da sede à cavalo foi parando ao longo do caminho e angariando mais parentes para se juntarem. Ela cita os mesmos lugares que seu Alcebiades e Barãozinho, se reuniram em 50 pessoas saindo do Rio União passaram pelos locais denominados Rio do Gato, Paiol Velho, Saudade, chegando próximo ao Jacutinga com cerca de 100 pessoas.

Quando perguntada sobre a participação feminina, ela conta sobre a trajetória de luta das mulheres de sua família. Dona Valvina destaca uma memória que tem de sua avó durante o processo de retiradas dos posseiros. Segundo ela, as mulheres preparavam os mantimentos e as comidas para os grupos Kaingang nos lugares de acampamento, em que se reuniam para se organizar e descansar. A avó de Valvina infelizmente faleceu durante o processo, nas suas recordações fala que sua avó estava voltando do movimento, onde havia cozinhado e ajudado os grupos Kaingang, quando faleceu. Ela diz que parece que sua avó já sabia que iria falecer, pois deixou o mapa da terra que tinha escondido na taquara com a sua mãe e a pediu para guardar com muito cuidado. Essa lembrança destacada por ela marcou sua memória com relação a retirada dos intrusos. Uma mulher que representa em sua trajetória a força das mulheres Kaingang que não só estiverem ao lado dos seus companheiros, mas também na linha de frente dos confrontos, entregando sua vida na luta pela garantia da terra.

⁶³⁴ BARÃO, Antônio. **Entrevista [18 de março de 2022]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (18:12 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. Acervo do autor. Esses diálogos foram traduzidos por Ailton Freitas. A história foi contada em Kaingang, traduzimos em forma de conversa comentada após as entrevistas.

⁶³⁵ BERNARDO, Valvina. Op cit. 2022.

A retomada deixou muitas marcas na comunidade indígena de Rio das Cobras, em um mês já haviam sido retirados todos os posseiros, as tensões dentro da Terra Indígena não acabaram, como assinala Seu Miro: “Eu sei que depois foi complicando, né. Depois que estava limpo. Com 30 dias não tinha mais ninguém. Aí acabou aquela folia. Só que morreu muito índios, né. [...] O que não morria com tiro, o caminhão, ou outro carro né, chegou matar 3, 4 em uma vez. Então aquele que foi duro, viu.⁶³⁶”

Os ataques foram feitos em lugares distantes do Posto da FUNAI, principalmente onde estavam instaladas as grandes propriedades. Nas divisas do Rio Guarani, no Mato Queimado e no Jacutinga foram vários os disparos realizados contra os indígenas. Em suas recordações seu Miro evidência: “Depois quando terminou, daí que deu aquela, não sei se você se lembra. Me deram 8 facadas. Eu tinha tomado 3 tiros né. [...] Quase que barrigada veio pra fora. [...] Olhe aqui onde charquearam eu⁶³⁷”. Fala ao mostrar as cicatrizes que tem na barriga e nas costas. Nos seus fortes relatos deixa explícita as violências que sofreu, a liderança Kaingang afirma que as condições que foram deixadas depois da expulsão dos posseiros foram de descaso, o que possibilitou alguns conflitos entre indígenas e fazendeiros que teimavam em não sair da terra.

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, Seu Miro conseguiu restabelecer a ordem na área e conseguiu manter os intrusos fora. A articulação feita para a retomada perpassava indígenas e não indígenas, formando uma extensa malha de apoiadores que deu base para o movimento. Era a primeira vez que se tinha notícia de uma retomada de terras indígenas com essas características de organização entre povos e lideranças de outras Terras Indígenas. O que ocorreu em Rio das Cobras estremeceu as cúpulas da FUNAI, que temiam o alastramento desses movimentos de retomada pelos estados do sul e pelo Brasil.

A proporção que o movimento tomou foi de interesse nacional. As especulações feitas pela imprensa deram cada vez maior destaque para as ameaças de conflito armado. As estratégias indígenas foram representadas pela imprensa como sendo uma guerra entre brancos e indígenas, comparadas àquelas dos filmes de faroeste norte americano.

As armas como os arcos e flechas utilizadas por eles tinham um papel específico que vai além de atacar/defender, tinha função, principalmente, de estabelecer um símbolo de luta, de identificação étnica frente ao Estado e as pessoas que estavam invadindo suas terras. Na imprensa isso gerou muitas matérias, aguçando o imaginário e a curiosidade dos jornais da

⁶³⁶ FERNANDES, Argemiro. Op cit. 2019.

⁶³⁷ FERNANDES, Argemiro. Op cit. 2020.

época. A disseminação de notícias desse tipo fez com que muitos posseiros fugissem muito antes que a operação de retirada tivesse início, no mês de fevereiro de 1978.

4.3 SÓ FALTOU O VELHO JOHN WAYNE: A AÇÃO INDÍGENA PARA RETOMADA E A REPERCUSSÃO NA IMPRENSA

A imprensa não perdeu tempo em cobrir extensivamente o que ocorria nas Terras Indígenas do Paraná. As notícias de que estavam prestes a ocorrerem conflitos armados entre indígenas e posseiros levou muitos veículos de comunicação a publicar o evento como uma das principais matérias. Em sua grande maioria as publicações foram feitas no mês de fevereiro de 1978. Algumas mudanças estavam ocorrendo nos meios de comunicação, e cada vez mais traziam pautas referentes ao movimento de luta social. Com a forte repressão do período, os jornais tinham problemas na publicação de certas matérias, a proibição levou a um movimento de contra-ataque por parte dos jornais. Muitos que apoiaram o golpe militar em 1964 começaram um movimento contrário à Ditadura Militar, outros por sua vez continuaram apoiando o governo até o final. As questões indígenas começaram a ganhar cada vez mais espaço nas publicações locais e nacionais ao passo que as notícias sobre o conflito se espalhavam.

A maioria dos jornais utilizados aqui são provenientes do arquivo do CIMI-Sul. O trabalho de coleta e arquivamento destes materiais é algo impressionante, dada a quantidade de documentos coletados pela equipe do CIMI na época. Contudo, grande parte são recortes de jornais, por conta disso não é possível ver em que páginas foi publicada ou mesmo qual o caderno fazia parte. Mesmo com essas limitações de análise, os jornais fazem-se fundamentais não apenas por nos mostrarem alguns dados dos acontecimentos, mas, também, pelo papel que desempenharam.

Para analisar os periódicos, além de levar em consideração o conteúdo com as informações da retirada dos intrusos de Rio das Cobras, considera-se o papel político que a imprensa desempenhou. Segundo Capelato⁶³⁸, embora os jornais de caráter informativo tenham como objetivo relatar o cotidiano, só o conseguem fazer de maneira parcial, por assim ser, o que é publicado é sempre escolhido em meio a outras tantas notícias. Como não se tem espaço para tudo e como cada pedaço do jornal é disputado, publica-se o que se tem maior interesse editorial, econômico e maior consumo do público leitor. São fontes com rico potencial de dados,

⁶³⁸ CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

narrativas dos acontecimentos e contextos sociais, mas é preciso considerar suas características de construção de enredos⁶³⁹.

Como afirma o historiador Nelson Werneck Sodré⁶⁴⁰ na última edição do célebre livro *A História da Imprensa no Brasil* publicado em 2011, depois dos anos 1970 os jornais diminuíram sua diversidade e são marcados por uma maneira uniforme na posição que tomavam frente as notícias. Ainda segundo Sodré, a grande imprensa do período era, em geral, caracterizada por seu posicionamento favorável a questões neoliberais.

Muitos jornais publicaram matérias focando em representar ou reforçar a representação de um movimento feito por indígenas armados de arco e flecha baseado em noções pejorativas dos povos indígenas, colocando-os nas categorias coloniais como perigosos e ferozes. Noções que remontam o tempo de Brasil Colônia, essas categorias generalizam os povos indígenas em um dualismo entre ferozes ou exóticos, essas imagens permeavam o imaginário social. A noção de representação faz-se importante aqui na medida em que proporciona identificar algumas características reforçadas pelos periódicos e questionar seus interesses e posicionamentos. Representação para Bourdieu⁶⁴¹, são imagens mentais, conceitos, categorias, valores, ideias construídas e permeadas por significados.

Também se considera as contribuições teóricas de Roger Chartier, no que diz respeito às formas de representação social na escrita. O processo que envolve a escrita e a leitura de uma notícia deve ser entendida como uma prática de criação de sentidos. Assim, como já destacado sobre a função que teve o Informativo Luta Indígena do CIMI-Sul, é importante ficar atento também para os detalhes publicados na grande imprensa. Considera-se que as representações: “[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) [...]”⁶⁴²

Baseado em construções teóricas de Bourdieu, como *habitus*, Chartier traz contribuições para pensar a representação contida nas fontes como formas de classificações, de perceber e retratar o mundo real. Ou seja, representação se constitui de uma categorização, uma construção discursiva que através de características específicas, elencadas por quem a produz,

⁶³⁹ LUCA, Tania Regina de. Op cit. 2005. p.112.

⁶⁴⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo/Porto Alegre: Intercom/EdiPUCRS, 2011.

⁶⁴¹ BOURDIEU, Pierre. Op cit. 2011. p. 112.

⁶⁴² CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p.17.

dá existência a uma classificação, ideia ou argumento. São imagens mentais. Segundo o autor, o ato de representar uma situação é também o ato de dar a existência a algo, de criar realidades para quem lê.

Nesse sentido, na prática de representar os acontecimentos do cotidiano, a imprensa também teve papel importante na composição do contexto formado ao redor de Rio das Cobras, devido ao poder simbólico que os periódicos tinham. As construções narrativas, assim como o número de notícias veiculadas acerca da retirada dos posseiros demonstra como a repercussão do movimento se deu nos jornais e algumas das formas de como foi representado.

Como exemplo, a revista O Cruzeiro publicou uma matéria sobre Rio das Cobras com um título que despertava curiosidade. O texto era de Osmann de Oliveira e as fotos eram do jornal Diário do Paraná:

Figura 11 – Matéria publicada na Revista O Cruzeiro

O CRUZEIRO
Paraná

INDÍO CONTRA BRANCO

NESTA BRIGA SÓ FALTOU O VELHO JOHN WAYNE

TEXTO: OSSMANN DE OLIVEIRA • FOTOS: DIÁRIO DO PARANÁ, PARA O CRUZEIRO

Há muito que os índios guaranis e carangueiros que habitam a Reserva Indígena de Laranjeiras do Sul vinham se mostrando preocupados com a persistente e regular invasão de suas terras por famílias de lavradores que chegavam, demarcavam a área que desejavam e se instalavam. Esta ocupação não foi pacífica. Ocorriam conflitos entre os invasores e os índios. Os donos da terra iam ao funcionário da Fundação Nacional de Índios, que supostamente devia zelar pela integridade deles e nada obtinham, a não ser evasivas.

A revolta dos índios crescia surdamente, ao longo dos anos. A dada altura verificaram que mais da metade das suas terras já haviam sido invadidas. E os brancos mostravam-se dispostos a tudo para manter a posse da terra roubada. Os índios se sentiram desamparados pela Justiça dos brancos.

Em outras áreas, da região também espocavam lutas entre proprietários de terras e posseiros, ávidos por se tornarem os aparcerários de um solo privilegiado; numa das zonas agrícolas mais férteis do país. Ela se estende de Cascavel até os confins da Foz do Iguaçu, fazendo fronteira com o Paraguai, nas bancadas do Rio Paraná.

O clima da crise latente que vinha crescendo há região ocor-

reu em meados de fevereiro. As primeiras informações que chegaram indicavam que os índios guaranis e carangueiros da Reserva de Laranjeiras do Sul estavam prontos para ir à guerra para expulsar os invasores de suas terras.

E o Brasil ficou conhecendo os antecedentes dessa crise. Esses informes dizem que os índios haviam atacado os invasores quando eles pretendiam iniciar a colheita da soja e do milho que haviam plantado em terras da Reserva Indígena. Em represália os invasores atacaram os índios, invadiram seu acampamento, saquearam suas palhoças e incendiaram as habitações. Está a guerra.

SURGEM OS JAGUÑOS

Instalado esse clima de conflito permanente nas terras dos índios, o chefe do Posto da Fundação Nacional de Índios em Rio das Cobras não conseguiu mais abafar os desmandos que se sucediam em sua jurisdição. O delegado regional da Funai, José Carlos Alves, anunciou que já havia tomado providências para restaurar a tranquilidade na Reserva Indígena. E surgiu um dado assombroso: mais de noventa famílias de lavradores brancos, estavam ocupando cerca de sessenta por cento das terras dos índios.

As providências anunciadas pelo representante da Funai no Paraná, entretanto, não surgiram. Jaguñoi contratados pelos invasores seqüestraram o cacique Jerônimo da Silva, e o torturaram barbaramente. Nessa altura, os índios já exigiam vingança. A Polícia Federal interveio, como sempre, para amarrar a verdade, só a verdade. E a tiraram do fundo dos fatos. Os policiais investigaram o caso e encaminharam um relatório à Delegacia Regional da Funai em Curitiba, indicando como cabeças dos ataques aos índios Sebastião Pereira, o **Sébastien Bagui**, e **Hilmar Adams**, dois pistoleiros profissionais, dois marginais infiltrados, seguramente por dinheiro, numa luta que não era a deles. Enquanto isso crescia a revolta dos índios, que já se pre-

O Grande Chefe Jerônimo foi seqüestrado e torturado por renegados caras-pálidas que invadiram as terras da sua gente. O ambiente na reserva indígena é de revolta. A tagarelice das mulheres serve de fundo para a expectativa silenciosa dos velhos e das crianças da tribo. Enquanto fabricam com agilidade novos arcos e flechas, e afiam os facões que comprarão no armazém da cidade, os guerreiros confabulam e fazem bravatas, embora com ar preocupado. A expectativa do próximo ataque a ser desfechado contra os renegados caras-pálidas os excita. O rancor dos brancos da tribo é dirigido particularmente contra um funcionário corrupto do governo federal que permitiu aos invasores virem chegando e se instalando, reduzindo as terras onde pescam, caçam e fazem suas roças. Só faltou John Wayne para esse relato parecer um roteiro de filme de índio versus brancos, no melhor estilo de Hollywood. No entanto, aconteceu em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, em fevereiro de 1978.

A pen vilões e reinar na reserva dos guaranis e carangueiros

Fonte: O CRUZEIRO. Só faltou o Velho John Wayne. Março de 1978. Acervo do CIMI-SUL. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional.

A publicação na revista *O Cruzeiro* demonstra que o movimento tinha ganhado grande abrangência entre a imprensa jornalística. Uma vez que a revista tinha circulação nacional e era conhecida por seu caráter cosmopolita e pela qualidade do material das tiragens. Outro fato que merece atenção é que por receio de ser extinta, depois dos anos 1979 a revista mantinha contato direto com os agentes do SNI⁶⁴³.

O título em letras garrafais logo chama a atenção do leitor de maneira impactante. Comparava os conflitos ocorridos no oeste paranaense aos dos faroestes saídos das produções cinematográficas de Hollywood. O personagem fictício a que se refere a revista *O Cruzeiro*, John Wayne, era uma figura que representava a famosa Marcha para o Oeste no Estados Unidos da América e as tentativas de colonização e invasão dos territórios indígenas. Figura, assim, como símbolo do poder do Estado, do protagonista branco, representando o progresso, que leva para o interior selvagem a colonização e a prosperidade. A referência ao cinema se deve porque a revista dava grande atenção às questões cinematográficas. O texto do jornalista Osmann de Oliveira montava o contexto da seguinte forma:

O Grande Chefe Jerônimo foi sequestrado e torturado por renegados caras-pálidas que invadiram as terras da sua gente. O ambiente na reserva indígena é de revolta. A tagarelice das mulheres serve de fundo para a expectativa silenciosa dos velhos e das crianças da tribo. Enquanto fabrica com agilidade novos arcos e flechas, e afiam os facões que compraram no armazém da cidade, os guerreiros confabulam e fazem bravatas, embora com ar preocupado. A expectativa do próximo ataque a ser desfechado contra os renegados caras-pálidas os excita. O rancor dos bravos da tribo é dirigido particularmente contra um funcionário corrupto do governo federal que permitiu aos invasores virem chegando e se instalando, reduzindo as terras onde pescam, caçam e fazem suas roças. Só faltou John Wayne para esse relato parecer um roteiro de filme de índio versus brancos, no melhor estilo de Hollywood. No entanto, aconteceu em Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, em fevereiro de 1978.⁶⁴⁴

Essa comparação feita pela revista *O Cruzeiro*, trazendo algumas semelhanças com as tentativas de colonização do Oeste paranaense, foca a narrativa em um conflito que envolvia sequestros e ataques armados. O texto publicado na revista afirmava que as lutas contra a invasão da terra foi uma solução frente ao descaso do Estado, não deslegitimava a ação indígena e tratava dos posseiros como “caras-pálidas” ou invasores. Como consta na matéria, a resistência se desenvolvia na medida em que as terras eram invadidas: “A revolta dos índios

⁶⁴³ VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. *O Cruzeiro*. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

⁶⁴⁴ O CRUZEIRO. **Só faltou o Velho John Wayne. Março de 1978**. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional.

crecia surdamente, ao longo dos anos. A dada altura, verificaram que mais da metade das suas terras já haviam sido invadidas. E os brancos mostravam-se dispostos a tudo para manter a posse da terra roubada. Os índios se sentiram desamparados pela justiça dos brancos”⁶⁴⁵. Ao que é possível notar na publicação, a culpa não é colocada sobre os povos indígenas, ao contrário é ressaltada a legitimidade de sua posse, mas, ao mesmo tempo, expõem de maneira caricaturada o movimento de retomada.

O Jornal da Tarde de 20 de janeiro de 1978, publicou uma matéria com o seguinte título “Duas tribos prontas para guerra”, no qual explicitava:

As armas: espingardas, facões e foices, além de arcos e flechas. Com elas, os índios Kaingang e Guarani do posto de rio das Cobras, em Nova Laranjeiras, a 400 quilômetros de Curitiba, ameaçam ir à guerra para expulsar as duas mil famílias de posseiros que invadiram suas terras nos últimos anos.

A notícia chegou ontem a Laranjeiras do Sul, município a que pertence o distrito de Nova Laranjeiras. São 300 índios armados, dizem. O padre Francisco, amigo dos índios, diversas vezes ameaçado de morte por defendê-los, telefonou ontem para a delegacia regional da Funai (Fundação Nacional do Índio), em Curitiba, para avisar que “a situação só não está pior devido à presença de quatro soldados do Exército, do Batalhão de Guarapuava, que estão na reserva desde terça-feira. Os soldados chegaram logo depois de um rápido incidente, com troca de tiros, envolvendo alguns índios e posseiros”. Segundo o padre Francisco, mais de 200 famílias de posseiros já deixaram a reserva por conta própria, com medo da briga com os índios.⁶⁴⁶

As informações prestadas por padre Chico eram sempre chamando a atenção para o perigo de violências contra os indígenas. As ações militares eram descritas como as principais ações de solução. A tendência liberal era criticar o Estado e exaltar os militares. O Jornal da Tarde, por sua vez, era um jornal editado na cidade de São Paulo que tinha uma grande circulação. É um exemplo dos periódicos que mudaram de lado ao longo da ditadura militar, ficando contra as determinações do governo nos anos 1980. Segundo a historiadora Márcia Gomes⁶⁴⁷ o Jornal da Tarde tinha ligações diretas com policiais do DOPS, como Sérgio Fleury. Por conta disso, ainda segundo a autora, o jornal principalmente ao longo da década de 1970 reproduziam primeiro o ponto de vista dos militares. O Jornal da Tarde também foi aliado de grupos paramilitares como, por exemplo, o chamado Esquadrão da Morte que atuava em São Paulo, acusado de ser responsável por cerca de 200 assassinatos. Os alvos eram pessoas que

⁶⁴⁵ Idem.

⁶⁴⁶ JORNAL DA TARDE. **Duas tribos prontas para guerra. 20 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

⁶⁴⁷ FERNANDES, Márcia Gomes. **O esquadrão da morte de São Paulo e a imprensa paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968-1978).** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo 2018. Tese de Doutorado.

julgavam perigosas ao governo. Depois, com o tempo, na esteira dos outros jornais, começou a publicar notícias que antes eram censuradas como, é o exemplo das notícias de Rio das Cobras com depoimento de Padre Chico.

Na mesma direção o jornal *Voz do Paraná* publicou no dia 29 de janeiro a 04 de fevereiro o Revisão com o título “Os índios do Paraná se preparam para a guerra”. A publicação também evidencia a atuação de jagunços contratados por fazendeiros com o objetivo de assassinar os indígenas. As acusações reafirmam a participação de Hilmar Adans, já citado também nas informações dos missionários do CIMI como um dos principais mandantes dos ataques contra os Guarani e Kaingang:

Dizimados, com suas populações a cada ano, os índios brasileiros continuam enfrentando problemas, violências, e desrespeito às terras reservadas para eles pelo governo, sofrendo frequentemente a ação de jagunços, a mandado de grileiros interessados em suas propriedades. A situação, desta vez, pode se complicar no Posto Indígena do Rio das Cobras, próximo a Laranjeiras do Sul.

Na segunda-feira, um grupo de jagunços, mandados pela Madeireira Marochi, conforme o Padre Francisco, responsável pela preservação indígena na região, invadiu terras e derrubou pinheiros dos índios. Além disso, o grileiro Hilmar Adans estaria percorrendo os limites das terras indígenas, efetuando disparos com intenção de amedrontar os moradores.⁶⁴⁸

O posicionamento do periódico na publicação é em favor a causa indígenas, ficando evidente nos termos em que trata os envolvidos, afirmando serem grileiros, invasores e evidenciar a presença de jagunços contratados pela madeireira Marochi. Os ataques eram feitos através de disparos de armas de fogo nos limites da área. As informações principais foram fornecidas novamente por Padre Chico. O padre era quem em sua grande maioria prestava depoimentos para a imprensa, prática que era comum entre as articulações do CIMI.

O jornal *Voz do Paraná* foi um dos periódicos que atuou em oposição à ditadura militar e estava frequentemente ligado a questões de cunho social, político e econômico. Teve sua circulação feita em todo o estado e funcionou de 1956 a 1986. Era um dos mais importantes jornais investigativos do Paraná. Foi primeiramente pensado para ser a imprensa oficial da Igreja Católica, o que explica em certa medida a posição contrária à ditadura durante os anos 1970. Segundo Diego Antonelli⁶⁴⁹ o jornal conseguiu driblar a censura e resistir frente às ameaças tornando-se um dos principais opositores do contexto político. As publicações feitas pela equipe do jornal sobre o movimento em Rio das Cobras figuraram como uma das principais

⁶⁴⁸ VOZ DO PARANÁ. **Os índios do Paraná se preparam para a guerra. 29/jan à 04/fev, 1978.** Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

⁶⁴⁹ ANTONELLI, Diego. **Jornal Voz do Paraná: uma história de resistência.** Curitiba, PR: Esplendor, 2019.

ferramentas de pressão ao Estado para a retirada dos posseiros, denunciando as violências que os Kaingang e Guarani vinham sofrendo.

No dia 29 de janeiro de 1978, o jornal Voz do Paraná traz elementos da resistência que os povos indígenas em Rio das Cobras faziam contra as investidas dos jagunços e fazendeiros, que custavam em sair da área. A organização feita com povos indígenas de outros lugares também aparece como um dos pontos centrais do movimento que estava sendo articulado para a retirada dos intrusos:

Os índios, contudo, não estão com medo, e se mostram dispostos a lutar, se for preciso, em defesa de seus direitos. Os Caingangues e Guaranis que ali habitam pintaram-se com as cores utilizadas em combates, e ficaram postados nos limites da terra, vigiando a ação dos jagunços. Outro fato mostra a insatisfação dos indígenas com a situação que vêm atravessando: Caingangues e Guaranis receberam o apoio de elevado número de Botocudos, da Reserva de Ibirama, Santa Catarina, e de outros índios que vieram do Rio Grande do Sul. Todos estão dispostos a permanecer nas terras onde o problema se verifica, até que as invasões sejam solucionadas.⁶⁵⁰

Fazendo referência a possibilidade de um combate e avisando que Guarani e Kaingang de Rio das Cobras se pintavam para guerra o jornal insuflava o interesse público no que estava acontecendo ao mesmo tempo que ajudava a criar um estado de pânico entre os posseiros. Momento no qual muitos deixaram a área com receio de serem atacados pelos indígenas, como os jornais começaram a publicar em massa. Em um contexto de pressão de todos os lados, os posseiros que se recusaram a sair começaram a investir cada vez mais intensamente em estratégias de combater o movimento indígena. Além dos ataques diretos por parte dos jagunços, queimando casas, paióis e disparando com armas de fogo contra os indígenas, executaram o sequestro de um Guarani. Jerônimo da Silva estava sozinho em um dos pontos de vigia da retomada, nos limites da terra indígena, quando foi sequestrado e levado para um local desconhecido. Os fazendeiros envolvidos avisavam que se não recuassem e deixassem que a colheita fosse feita, matariam Jerônimo.

O Estado de São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1978, publica uma matéria acerca do sequestro ocorrido em Rio das Cobras, com o título “Sequestro de índio provoca tensão no interior do PR”. Vinda da sucursal de Curitiba, a notícia do sequestro de Jerônimo da Silva movimentou diversas matérias nos jornais, em especial devido às informações prestadas pelo Padre Chico. As notícias traziam em detalhes a crueldade com que foi tratado pelos jagunços. Não bastassem o sequestro e as torturas pelas quais passou, Jerônimo foi solto do seu cárcere

⁶⁵⁰ VOZ DO PARANÁ. Op cit.

cerca de 140 km de distância da Terra Indígena Rio das Cobras. Caminho que percorreu a pé, como consta no jornal O Estado de São Paulo:

Jerônimo da Silva, o guarani sequestrado por posseiros no posto do Rio Das cobras – em Laranjeiras do Sul, a 400 quilômetros de Curitiba – está correndo risco de vida. Sequestrado na quinta-feira de carnaval. Neste período, os índios prenderam um posseiro e ameaçaram mata-lo se Jerônimo não fosse solto”
As informações só chegaram ontem à Curitiba, e foram abafadas pela delegacia da Funai, que acompanhou o caso desde o início e providenciou o exame de corpo de delito do índio na segunda-feira. Segundo os moradores da região, Jerônimo foi espancado por mais de doze horas seguidas e teve de caminhar, por três dias sem alimentação, os 140 quilômetros entre Laranjeiras do Sul e Cascavel.⁶⁵¹

No jornal o cenário era de guerra, afirmando que foram utilizadas de diversas estratégias para afugentar e quebrar a resistência dos Guarani. O sequestro de Jerônimo da Silva, teve repercussão em diversos veículos de informação, principalmente na imprensa paranaense. Com a pressão exercida, os Guarani em resposta ao sequestro de seu companheiro planejaram e efetuaram o sequestro do fazendeiro Alcebiades Fieckembach, exigindo a soltura imediata Jerônimo da Silva. Vendo que a situação poderia custar a vida do fazendeiro, o Guarani foi solto na cidade de Cascavel. Com ferimentos ocasionados pelas torturas que sofreu, teve que caminhar até a Terra Indígena de Rio das Cobras.

Segundo Maria Helena Capelato⁶⁵², o jornal O Estado de São Paulo, conhecido também como Estadão, foi um dos periódicos responsáveis por apoiar o golpe de 1964. Mesmo assim, segundo Rodrigo Patto Sá Motta⁶⁵³, não se pode dizer que o jornal O Estado de São Paulo esteve contra os militares.

⁶⁵¹ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sequestro de índio provoca tensão no interior do PR**, 10 de fevereiro de 1978. Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

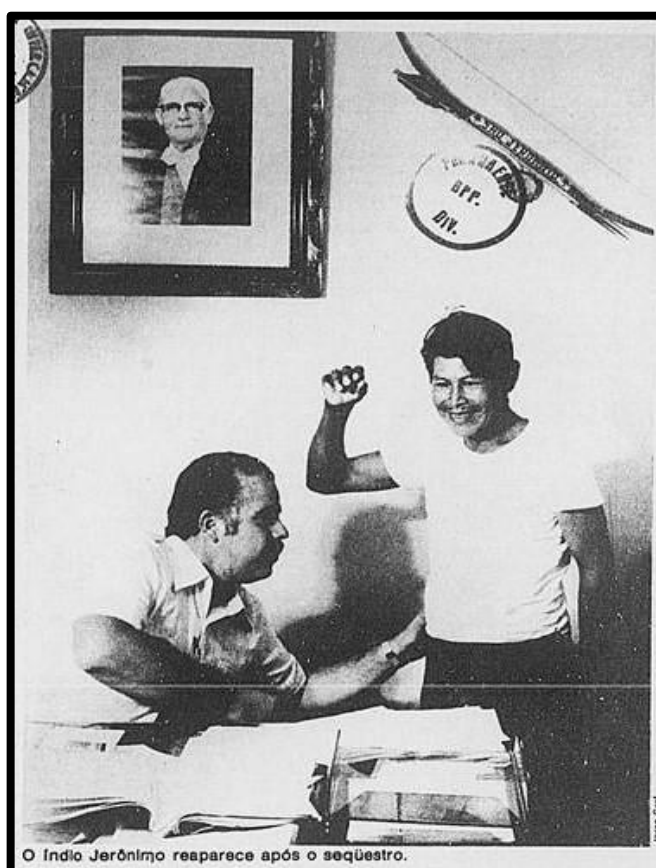
⁶⁵² É o jornal mais antigo da cidade de São Paulo, fundado ainda no Império em 1875. Favoráveis à deposição de João Goulart, foram aliados da Ditadura Militar nos seus anos iniciais. Aos poucos mudaram seus posicionamentos quando nos anos 1970 a censura começou a atuar fortemente na redação do jornal. CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

⁶⁵³ Teria sim conseguido driblar a censura em muitas das suas publicações, mas, segundo o historiador, auxiliou na permanência militar ao longo da ditadura e aderiu uma mudança somente nos anos finais. Além disso, seu posicionamento liberal regulava as maneiras com que relatavam as notícias e se posicionavam frente ao governo.

A forma com que tratam da questão de Rio das Cobras demonstra, de certa forma, uma tentativa de imparcialidade ao destacar o sequestro mútuo entre indígenas e posseiros. Contudo, já é possível ver alguma transição na forma de abordagem. Contrários à FUNAI, que teria abafado o caso, evidenciam o conflito denunciando as violências sofridas por Jerônimo. Nas informações, os Guarani apenas sequestraram os posseiros como resposta a investida dos invasores. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973)**. Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 2, pp. 367-379, 2017.

Depois da volta de Jerônimo da Silva para a Terra Indígena, o jornal Diário do Paraná publicou uma fotografia onde ele aparecia na Delegacia Regional da FUNAI, posando para a foto de braço erguido e de punho cerrado, representando talvez um sinal de resiliência, ou de boa saúde. Com outros olhares pode-se dizer que Jerônimo não estava ingênuo na situação. Seu punho cerrado pode ser entendido como um sinal também de luta. Um lugar que parece seguro, que parece defensor das causas indígenas, mas, ele sabia que não podia confiar. A foto feita por Jorge Greff também coloca o Delegado da FUNAI como uma figura salvadora, com vislumbre de tutela. Para dar a ideia de proteção e cuidado, ainda, ao fundo, exposta na parede, a fotografia do então presidente da república, o ditador Ernesto Geisel, ao lado de um arco e flecha, talvez na tentativa de representar a união e o comprometimento do governo federal com a causa indígena:

Figura 12 – Foto de Jerônimo da Silva com O delegado Regional da FUNAI



FONTE: DIÁRIO DO PARANÁ. **Índios prontos para guerra e Funai não controla a situação.** Arquivo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

A notícia no jornal Diário do Paraná demonstrava um posicionamento em favor dos Guarani e contrário ao sequestro. No título da publicação já consta a indicação da falta de controle por parte do órgão frente a um contexto de guerra.

O Diário do Paraná foi fundado em 1955 por Assis Chateaubriand e Adherbal Stresser e esteve em atividade até o ano de 1983. Tinha circulação diária. Era editado e distribuído na cidade de Curitiba no Paraná. Também sofreu com a censura de suas notícias. Publicou matérias das questões de Rio das Cobras posicionando-se contrário a condução da política indigenista e denunciava a presença de jagunços para amedrontar os Guarani e Kaingang.

A matéria escrita no jornal trazia a preocupação que havia dentro do gabinete do Delegado Regional da FUNAI José Carlos Alves. Segundo consta na publicação, o sequestro de Jerônimo da Silva foi tratado com muito cuidado pela instituição, alegavam inclusive que o mantinham em segurança e sigilo. Os acusados em ter efetuado o sequestro também já haviam sido identificados pela Polícia Federal, assim como as pessoas que os contrataram. O principal nome citado nas fontes é o jagunço conhecido como Sebastião Baguá ligado ao engenheiro agrônomo e fazendeiro Hilmar Adans:

Como o clima é de insegurança, até mesmo o índio Jerônimo da Silva, o Guarani sequestrado por posseiros no Posto do Rio das Cobras, e só solto na segunda-feira, de Carnaval, está sendo “guardado” com muito cuidado, em local mantido em segredo para evitar que volte a ser sequestrado, uma vez que ele pode identificar seus algozes. Por outro lado, a delegacia da Funai de Curitiba recebeu relatório da Polícia Federal, que investigou o caso, e no qual aponta como suspeitos um indivíduo de nome Sebastião Pereira, vulgo Sebastião Baguá – que teria entregue Jerônimo a um segundo sequestrador – e o engenheiro agrônomo Hilmar Adans.⁶⁵⁴

Hilmar Adans era um dos maiores proprietários de terra da região e era um dos invasores titulados em Rio das Cobras. As atuações de jagunços contratados por ele, como Sebastião Baguá, eram descritas na imprensa como as principais formas de ataques praticados a mando dos fazendeiros. Embora os pequenos proprietários tenham oferecido certa oposição, os maiores proprietários e principalmente os titulados foram quem efetuaram os principais ataques contra as comunidades Guarani e Kaingang. Em geral não se envolviam diretamente nas violências, mas pagavam pessoas para fazer por eles.

A soltura de Jerônimo não ocorreu por intermédio de uma ação das autoridades, assim como já destacado no jornal O Estado de São Paulo, e sim por uma tática organizada pelos próprios indígenas que em resposta sequestraram um fazendeiro, só soltando-o quando

⁶⁵⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. Op cit. 10 de fevereiro de 1978.

souberam da liberação do seu companheiro. Na edição do O Estado de São Paulo de 23 de fevereiro de 1978⁶⁵⁵ foi publicado o depoimento de Jerônimo da Silva, quando foi levado para a acareação dos suspeitos: “‘Acho que os homens que me sequestraram só pretendiam me assustar, senão eu já estaria morto’, disse ‘O que eles queriam eram informações sobre a movimentação dos índios para expulsar os posseiros da reserva’”⁶⁵⁶. Seu depoimento, embora possa ter sido mudado pela edição do jornal, traz à tona um esquema de sequestro que buscava informações sobre a organização do movimento, ou seja, o sequestro não foi arbitrário ou impensado, foi estratégico. Sequestrar servia, nesse contexto, como uma forma de afetar a confiança, gerar desordem e pavor, mas sobretudo colher informações.

A FUNAI, por sua vez, tentava minimizar as notícias que saíam na imprensa. Negando as torturas, o Delegado da FUNAI noticiava a imprensa que o estado de saúde de Jerônimo era bom e de que os acontecimentos em Rio das Cobras estavam sob controle. As informações prestadas por Padre Chico Sozzi ao jornal O Estado de São Paulo, diziam o contrário:

Ainda ontem à tarde, a delegacia da Funai em Curitiba negava a gravidade da saúde do índio, informando apenas que “ele está se recuperando e passa bem”. O padre Francisco Sossi, entretanto, classificou o sequestro de ‘mais uma provocação perigosa’, acrescentando que os 1.400 guaranis e kaingans do posto estão fortemente armados com facões, foices, espingardas e flechas envenenadas, para qualquer eventualidade

Foi na reserva do Rio das Cobras, há 20 dias, depois de vários atritos com os posseiros, que os índios iniciaram um processo de expulsão das famílias que ocupam mais de 60 por cento de suas terras. Até o início da semana, eles já haviam conseguido afastar 150 famílias, restando ainda cerca de 500 outras; segundo o padre da diocese da região, Francisco Sossi, à medida em que os posseiros iam sendo expulsos, suas casas foram imediatamente ocupadas por famílias indígenas. Muitas delas haviam se transferido para outras reservas do Paraná – por falta de terras para o cultivo, no rio das Cobras – e voltaram há pouco tempo para ajudar no trabalho iniciado pelas duas tribos do posto de Curitiba.⁶⁵⁷

As informações de padre Chico colocavam o sequestro de uma forma contrária à descrita pela FUNAI, afirmando que a situação de saúde de Jerônimo era grave. Nesse jogo de informações contrárias a FUNAI tentava se desviar das acusações de irresponsabilidade, publicando informações e fotos que comprovassem ou dessem crédito ao seu trabalho de conter os conflitos e manter a ordem.

⁶⁵⁵ CEDI. Povos Indígenas no Brasil. **O Estado de São Paulo. 23 de fevereiro de 1978**. Acervo do Instituto Sócio Ambiental. p.35 pdf.

⁶⁵⁶ Idem.

⁶⁵⁷ O ESTADO DE SÃO PAULO. Op cit, 10 de fevereiro de 1978.

Entre as práticas Guarani, segundo informações do jornal O Estado de São Paulo, quando os colonos foram retirados as casas foram ocupadas por famílias indígenas. Essa ocupação de espaço era fundamental, na medida em que garantia uma casa para a família indígena e evitava a possibilidade de que os posseiros voltassem.

O jornal O Globo⁶⁵⁸ de 17 de fevereiro de 1978 também abordava as características bélicas dos confrontos e a localização de um dos postos de vigia, colocado estrategicamente perto das divisas com um dos maiores fazendeiros e seus jagunços. Com o título “Paraná: índios atacam hoje se colonos não se retirarem”, trazia como ponto central a resistência que os Kaingang e Guarani colocavam frente aos jagunços:

Os índio têm armas de fogo, arco e flecha, taquaris, lanças e tacapes escondidos e continuam com 25 homens armados de facões e flechas envenenadas num posto de vigilância próximo a aldeia guarani, distante 30 quilômetros do posto da Funai e a poucos quilômetros da linha divisória dos 400 alqueires ocupados pelo agricultor Idolino Piacentini, que, segundo moradores de Laranjeiras do Sul, 130 quilômetros a leste, é quem paga as 50 jagunços dos posseiros, cujos chefes estão em sua fazenda, na terra dos índios⁶⁵⁹

O jornal ainda publica a fala de um dos Guarani envolvidos no movimento, entrevista que dava a impressão de que o movimento não tinha mais retorno e que estavam dispostos a perder suas vidas se preciso fosse para recuperar a sua terra. Depois de serem transferidos muitas vezes e sempre estarem pressionados, avisavam:

Nós já nos mudamos de Campo Novo para cá – afirmou um índio guarani. – Agora eles querem nos empurrar outra vez, mas nós vamos reagir: ou morremos ou matamos, porque não se perde o que não se tem. Se o índio morrer é pelo que é dele. Mas se o branco morrer, morreu de teimoso. Nós também queremos o que é nosso⁶⁶⁰.

As advertências eram dadas durante as entrevistas para os jornais, e traziam consigo uma esfera de condições e possibilidades de compreensões e representações adversas. Por um

⁶⁵⁸ É de extrema importância destacar que o jornal O Globo foi, também, assim como O Estado de São Paulo, um dos principais apoiadores do golpe de 1964. Segundo Edwaldo Costa o jornal teve forte influência na deposição de Jango e por muitos anos esteve junto aos interesses militares. O jornal manteve uma posição conservadora e liberal, além disso reforçava em suas publicações ideias de cunho anticomunista. De publicação vespertina, chegou a ser a principal referência dos jornais do Rio de Janeiro na década de 1970. Anos depois do fim do regime autoritário dos militares, O Globo, através de seu editorial, se retratou e pediu desculpas por ter apoiado a ditadura. COSTA, Edwaldo. **Meia Culpa – O Globo e a ditadura militar**. Editora: Insular. Florianópolis, 2015. COSTA, Edwaldo. **A ditadura brasileira no tempo: um estudo dos discursos do jornal O Globo em 1964/1985 e 2014**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014. Tese de Doutorado.

⁶⁵⁹ O GLOBO. **Paraná: índios atacam hoje se colonos não se retirarem, 17 de fevereiro de 1978**. Acervo do Instituto Sócio Ambiental- ISA.

⁶⁶⁰ Idem.

lado, auxiliavam à medida que representavam a força que tinham os Guarani e Kaingang, mas, em alguns momentos serviu para cristalizar a ideia de uma revolta violenta e desordenada. É interessante notar que a representação do conflito em diferentes momentos é de passar a ideia de um embate que envolvia a imagem caricaturada de indígenas contra os brancos invasores, o que, certamente, aguçava a curiosidade dos leitores. A exemplo disso, davam destaque ao uso de arcos e flechas além de facões, foices e armas de fogo. Mas, não raramente, incrementavam elementos na tentativa de dar maior evidência aos acontecimentos e diferenciar as notícias das publicações concorrentes.

Alguns jornais foram além e publicaram posteriormente as notícias incrementando ainda mais as informações acerca das tais flechas. A revista *ISTO É*, em março de 1978, falando que após o sequestro de Jerônimo: “[...] Os índios passaram a fabricar flechas e molhar suas pontas em veneno de cobra. ‘Bastava apenas um pequenino incidente’, explicou o cacique guarani Valdomiro de Lima. [...]”⁶⁶¹.

Ao ler as matérias de jornais fica notório uma forma crescente de republicar as informações com diferenças para chamar a atenção do leitor. As flechas envenenadas foram um dos pontos mais explorados pelos repórteres. Essa questão pode ter sido motivada também pelas lideranças indígenas, que viram na curiosidade e no olhar caricato dos repórteres a possibilidade de fazer o movimento ganhar notoriedade. Os discursos mudavam de tom dependendo de onde eram publicados, assim, as flechas presentes na memória de Seu Miro, permeavam o imaginário das pessoas, e pequenos detalhes como esses faziam com que as notícias tivessem mais apelo público.

Mesmo que muitos jornais estivessem contrários à ditadura e tecendo críticas às formas com que eram conduzidas as questões de política indigenista da FUNAI, não os isentou de abordar o movimento de maneira distorcida. Os jornalistas não tinham formação e nem conhecimento da temática indígena e geralmente caíam em generalização e ideias coloniais ao tratar da questão. A representação feita por alguns veículos de comunicação colocou o movimento como uma revolta violenta e sem organização. Talvez a intenção fosse pressionar o Estado ao gerar na opinião pública a ideia de descontrole, causado pelo descaso

⁶⁶¹ A publicação também se deve ao fato da revista *ISTO É* tomar uma posição contrária ao governo principalmente depois dos anos 1977. Era editada na cidade de São Paulo e no seu início tinha publicações mensais passando a ser semanal depois de 1977. Nesse período, deu ampla divulgação aos movimentos sociais e lutas pela terra e se colocou como um dos principais veículos de comunicação contrários a ditadura militar. *ISTO É. Índio x Possesiros. 01 de março de 1978*. Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

governamental. Outros jornais, no entanto, continuaram apoiando a Ditadura Militar e apenas publicaram com o intuito de vender a história, que ganhava cada vez mais notoriedade pública.

Dessa maneira, em alguns casos as notícias poderiam ter influência contrária à importância da luta pela terra travada por lideranças como Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima, e colocava as ações da polícia e do presidente da FUNAI como únicas soluções para o problema. Nessa direção, era na sabedoria das lideranças indígenas que repousava a confiança na luta, Karáí Tupã Pires de Lima sabia que seu papel era se manter firme e demonstrou isso nas oportunidades que teve em falar.

4.4 “ELES NÃO ME EMBOLAM, PORQUE EU SAIO POR BAIXO”⁶⁶²: A REPRESENTATIVIDADE DE VALDOMIRO KARÁÍ TUPÃ PIRES DE LIMA

Valdomiro Pires de Lima, o Karáí Tupã⁶⁶³, tinha um papel importante como porta-voz. Sabendo da importância da repercussão do movimento na imprensa, também temia a forma com que poderia ser representado pelos repórteres. Era um grande orador e conhecia os caminhos da política indígenas dos *jurua*, era muito sábio e escolhia com precisão suas palavras em português. Sempre que falava, buscava retirar as ideias de um movimento violento e trazer as demandas reais de seu povo. Em muitos momentos teve que lidar com perguntas tendenciosas e pessoas curiosas, buscando uma publicação de capa baseada em uma história de faroeste norte-americano. Nesse sentido, havia dois lados: a repercussão e divulgação era necessária para a segurança e desenvolvimento dos planos de retomada, mas, muitas vezes, produziam visões unilaterais do movimento.

Antes do movimento de retomada, ainda em meados do mês de janeiro, Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima deu entrevista para a imprensa na qual tentava demonstrar o motivo e as demandas do movimento. O jornal Diário do Paraná, de Curitiba, publicou no dia 23 de fevereiro de 1978 uma reportagem sobre Rio das Cobras onde destacava Karáí Tupã Pires de

⁶⁶² Frase dita por Valdomiro Pires de Lima ao jornal Correio de Notícias do Estado do Paraná. O jornal destacou a frase em uma de suas colunas, chamadas “Frase:” que consistia em publicar frase de destaque. CORREIO DE NOTÍCIAS. **As frases:** Domingo, 26 de fevereiro de 1978. Edição 00233. p. 13. Ano 1978. Biblioteca Nacional.

⁶⁶³ Karáí Tupã é seu verdadeiro nome Guarani, por conta disso na tese o chamo de Karáí Tupã ou Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima. Infelizmente não conheci Seu Valdomiro Pires de Lima, contudo, conheci sua família, conversei muito com sua esposa e seu filho Jorge. Mesmo não estando mais vivo, a presença de Valdomiro Pires de Lima permanece na memória, nas suas conquistas de luta e na sua representatividade de grande liderança que foi para seu povo. Karáí tupã continue presente. Os periódicos nos dão possibilidade de compreender um pouco das ideias de luta de Valdomiro Pires de Lima.

Lima como personagem fundamental para a retomada das terras e a expulsão dos posseiros.
Reportagem Intitulada: Os direitos segundo Karáí-Tupan:

Há esperanças de paz duradoura na reserva indígena de Rio das Cobras com a retirada dos posseiros. Enfim o líder dos Guaranis vê chegar o dia em que “tenha uma área prá gente, para caçar, pescar em algum riozinho, ter essa vida...” Ao que tudo indica o cacique Guarani, depois de duas décadas pode pronunciar novamente a palavra “avet” que para os nativos significa paz” Karáí-Tupan é o nome dado por seus pais ao hoje cacique que liderou o seu povo contra os invasores brancos. Esses mesmos brancos, na pia batismal lhe deram o nome de Waldomiro Pires de Lima, 45 anos, cor parda, estatura mediana e se expressa num português ruim. Veste-se como um colono qualquer. A única diferença à primeira vista é que conhece os mistérios da selva, desta mata que pouco resta em sua reserva e também dos poucos bichos que ainda sobrevivem.⁶⁶⁴

Waldomiro Karáí Tupã Pires de Lima deixava explícito em seus argumentos a resistência inabalável que os determinava a seguir lutando. Segundo ele não havia vontade dos Guarani em brigar com os invasores, apenas que eles deixassem suas terras: “- A gente não quer brigar. Mas também não quer perder as nossas terras. Por isso, podemos brigar no dia que for preciso, até que todos os intrusos forem embora”. A liderança Guarani tinha vasto conhecimento da política indigenista, uma vez que suas batalhas eram travadas ainda muito antes da FUNAI existir. Em alguns momentos o entrevistador o subestima, se enganando pelo jeito simples de como falava. Waldomiro Karáí Tupã Pires de Lima fala de como começou os conflitos:

Agora, ele fala novamente sobre os últimos episódios que se passaram em Rio das Cobras. É um depoimento prestado ao jornalista Gilberto Larsen, com seu linguajar peculiar e truncado.

- As terras aqui são suas?
- Aqui é nosso, tem índio aí prá trás.
- Que dia aconteceu o incidente do fogo?
- Foi aí pelo dia 12 de janeiro.
- Os senhores chegaram a se pintar para fazer guerra ao intruso?
- Não senhor. O negócio foi assim. Eles queimaram esse rancho que está aqui, tinham outras tábuas que o índio deixou para fazer rancho, dali eles levaram toda a madeira que tinha e botou fogo aqui, um lá de revendedor de máquina, tal de Manoel de Matos, trabalha ali na “Quedas do Iguaçu”, então este um que é chefe do Posto, Leonardo Machado, trouxe até aqui, tava um homem ali fazendo roça, daí veio com o chefe ali, então me tiraram meio a força e mandaram pagar sete milhão e meio por esta rocinha que tenho ali, para ele ficar ali.
- Chegou a haver algum tiro aqui?
- Aqui não. Mas lá pra cima houve uns tiros, sim.
- Quem deu os tiros?
- Foram os brancos que deram os tiros, daí os índios deram uns tiros também, mas ninguém saiu ferido.

⁶⁶⁴ DIÁRIO DO PARANÁ. **Os direitos segundo Karáí-Tupan. 23 de fevereiro de 1978.** p. 10 Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

- Mas atiraram diretamente nos índios?
- Atiraram e prá se defender os índios também atiraram.
- Com que arma atiraram?
- Espingarda
- E os índios revidaram?
- O negócio foi só por causa desta queima deste paiozinho que nós quase se revoltamos. Toda a sorte foi que veio a Polícia Federal e acalmou.⁶⁶⁵

As ações de Leonardo Aparecido Machado, como foi analisado no capítulo anterior, estavam sempre tentando desestabilizar a liderança de Valdomiro, umas das primeiras causas do começo dos conflitos foi o roubo de sua roça e a tentativa de venda para o posseiro de nome Manoel Matos. Com a resistência da liderança, a mando do funcionário da FUNAI, foi ateadado fogo em um dos paios dos Guarani. A entrevista ficou um tanto tendenciosa em alguns momentos, principalmente quanto a insistência do repórter em perguntar se houve conflito armado, se os Guarani haviam se pintado para guerra e se revidaram aos tiros. Fica evidente que as intenções das perguntas são feitas baseadas em uma ideia sensacionalista de uma guerra que pairava na imprensa local. Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima, por sua vez, conduz a entrevista e desvia as generalizações feitas nas perguntas para a seriedade e complexidade dos acontecimentos. Em diversos momentos ele rebate as perguntas com os seguintes termos “Não senhor. O negócio foi assim”. Sabendo das intenções e dos perigos que os cercavam, era preciso ser estratégico nas palavras. Valdomiro só dava as entrevistas porque sabia da importância que tinha tal repercussão, como segue na sua entrevista:

- O que é que vocês mais precisam no momento?
- Agora, no momento nós está precisando que limpassem a nossa área, só isso que nós queremos. Que nós aqui, o senhor já viu, que nós estamos cercados de intrusos então dessa parte, nós não podemos sair do outro lado, quando nós sai daqui, duzentos, trezentos metros, já tem intruso ali se mudar de lado a mesma coisa, então nós temos um pedacinho aqui.⁶⁶⁶

Explicando a situação das invasões Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima afirma não haver mais espaços onde não houvesse pessoas não indígenas. Seu apelo era para a imediata limpeza da área, não havia dúvidas de que para ele era preciso que o processo envolvesse as instituições responsáveis, tanto pelos indígenas quanto pelos posseiros, uma vez que só assim seria possível a demarcação definitiva das terras. De nada adiantava retirar os posseiros se os meios jurídicos políticos não estivessem dando respaldo pela manutenção da demarcação, não demoraria para que outras invasões fossem efetuadas. A liderança Guarani demonstra

⁶⁶⁵ Idem.

⁶⁶⁶ Idem.

conhecimento dos trâmites políticos que cercavam a demarcação da Terra Indígena Rio das Cobras ao citar o Acordo Lupion como o início da espoliação territorial. Relembra, ainda, o tempo em que foram transferidos do Mato Queimado e afirma que a primeira demarcação feita no local era de 6.000 alqueires. Como consta na entrevista:

- Como é que os índios mais antigos contam que era a terra aqui?
- O sogro do cacique atual que era cacique, primeiros cacique que teve, nesta área, um tal de capitão Veríssimo Cordeiro, ele tinha área de 6.000 alqueires, nós morávamos lá. Daí no tempo da Lupion, vendeu tudo lá, daí o SPI mandou medir a área, e nós tivemos que mudar prá cá.
- O Lupion foi bom pro índio?
- Não.⁶⁶⁷

Quando perguntado sobre a questão dos trabalhos desenvolvidos pela FUNAI, Karai Tupã faz questão de assinalar a quase inexistência de práticas ligadas ao órgão dentro da terra indígena. Para ele, a representação dos órgãos indigenistas oficiais era de funcionários corruptos que facilitavam as invasões com uma política de tutela autoritária. Ao se referir a demarcação da terra para os Guarani com 6.000 alqueires cita a área que foi delimitada no Mato Queimado, no tempo de Veríssimo Cordeiro, afirmando que depois do Acordo Lupion perderam a terra e foram transferidos. Esse tempo foi durante a administração de Raul de Souza Bueno, corroborando mais uma vez com as informações arroladas em toda a tese de que as invasões tiveram início na administração do SPI.

O líder Guarani também falou da sua ida até a Delegacia Regional da FUNAI como sendo uma ação pensada e executada por eles. O pedido de que a Polícia Federal interviesse foi feito pelas lideranças no objetivo de dar fim às tentativas de violência que poderiam ocorrer, uma vez que Valdomiro deixava sempre explícito que não recuariam frente aos invasores:

- E a Funai, faz alguma coisa para o índio?
- Aqui não tá aparecendo ainda, agora que estão fazendo alguma coisa. Vamos ver né...
- Vocês foram procurar eles em Curitiba, para vir aqui?
- Sim, hoje faz um mês e dois dias que estivemos lá.
- Falaram com o delegado da Funai?
- Sim, foi com ele mesmo.
- Foram por conta própria ou alguém levou vocês?
- Fomos por conta própria, ninguém levou nós, ninguém levou.
- Foi por isso que a Polícia Federal veio aqui?
- Foi pra esse fim mesmo, e se eles não viessem até hoje, nós estávamos brigando pra defender o que é nosso. Então eles vieram aí, sabe, e viram que o negócio não estava bom mesmo, então mandaram nos acalmar.
- Por que o senhor acha que o homem branco é tão ruim pro índio?
- Eles são ruins porque eles querem tomar a terra do índio.⁶⁶⁸

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ Idem.

Ele não conseguia ver os *jurua* de outra forma a não ser como indivíduos interessados em tomar as terras. Não sem motivos, todas as experiências que teve foram lutando contra a invasão e se posicionando contra as práticas dos funcionários do Estado. Para Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima só importava uma coisa, a garantia de uma terra que fosse possível seu povo prosperar. Suas palavras são saudosistas em um momento de incertezas:

- Vocês têm saudades da vida que tinham aqui?
- É por isso que nós estamos querendo esta área, porque daí a gente fica numa liberdade. Porque geralmente nós índios, nós gostamos de caçar, nós vivemos em casa, nós gostamos de pular na aldeia, de tirar um pau e chupar cana, né. Nós é aquilo. Mas neste tempo não dá pra sair e matar um passarinho, o caso é isso, que nós queremos que as autoridades tomassem providencias nesta parte, e só por isso que houve tudo isso, encrenquina, mas não houve morte nem nada.⁶⁶⁹

Pedindo providência a liderança suaviza a imagem do conflito, sabia que a repercussão negativa poderia prejudicar o movimento criado por eles, por isso trata de acalmar as questões chamando de “encrenquina”, e evidencia que não houve mortes. Nesse momento, o repórter faz, mais uma vez, uma pergunta tendenciosa em relação às ações armadas dos indígenas. Fica evidente a contínua tentativa de representar a retirada dos posseiros como um conflito armado. Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima, percebendo a estratégia, relata que a situação vivenciada por eles não deixa escolha em muitos momentos, por uma questão de defesa, mas, faz questão de afirmar em diversos momentos da entrevista que o objetivo do movimento é pacífico:

- Mas se atacarem o índio, vocês vão se defender?
- Nós temos que se defender, qual é o inocente que vai morrer sem dever nada ou fazer uma coisa que não precisa fazer, principalmente nós, lá por fora da área nós não vamos mexer com a coisa alheia, aqui nós sabemos que é nosso. Os da Funai, falam que é dos índios, mas lá no fundo os intrusos estão tomando conta dessa área.
- Qual é o apelo que o senhor faria ao “homem branco”?
- Queria que ajudassem pra limpar nossa área, é isso que nós queremos. Que tenha uma área pra gente caçar, pescar nalgum riozinho, ter essa vida, é isso que nós queremos⁶⁷⁰.

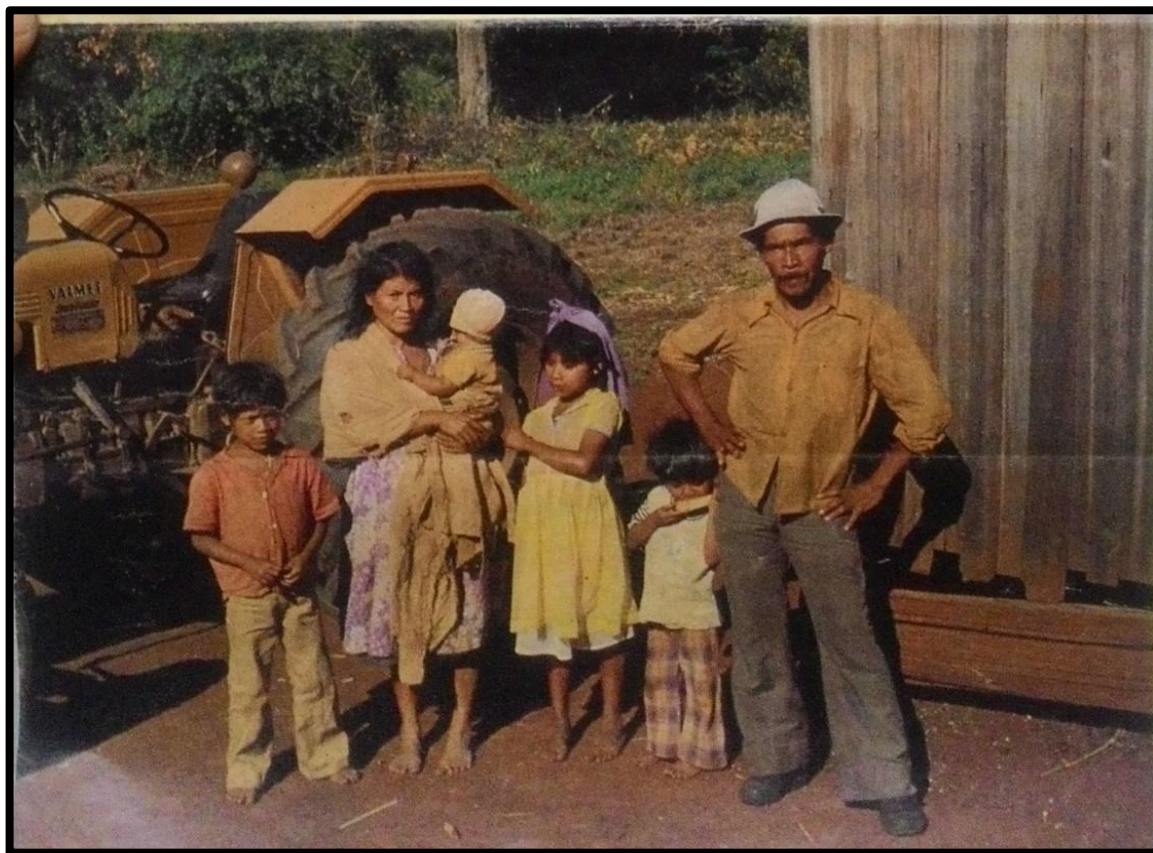
As respostas dadas por ele ao Jornal Diário do Paraná demonstram que tinha uma habilidade muito grande com as palavras e com o que era necessário ser dito. Mesmo diante de momentos em que o repórter fez pressão para que falasse sobre o conflito armado, Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima conseguiu controlar a entrevista e se concentrou em falar de questões

⁶⁶⁹ Idem.

⁶⁷⁰ Idem.

pontuais. Falou sobre a omissão da FUNAI, sobre urgência em que se tomassem providências em relação às invasões, e que defenderiam seu povo em caso de ataques violentos por parte dos intrusos. Projetando dias melhores, em diversos momentos coloca como objetivo de seu povo a garantia da terra para uma vida tranquila, longe da cobiça de exploração. Para além do que se dizia na imprensa, Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima demonstrou uma organização pensada e com uma causa muito forte, colocando acima de tudo a sobrevivência e prosperidade de Guarani e Kaingang após a demarcação definitiva das terras.

Figura 13 – Foto de Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima e Família



Fonte: MANCHETE. Fevereiro de 1978. p.62. Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

Ao lado da foto de Seu Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima estava uma descrição reafirmava a posição de destaque que ele e seu Miro tinham na organização do movimento: “O cacique caingangue Argemiro Fernandes manteve em prontidão cerca de cem homens em armas. Mas o grande articulador da revolta dos índios foi o cacique Valdomiro, dos guaranis (na foto com a família) que ordenou a expulsão de três posseiros e o sequestro de outro”⁶⁷¹.

⁶⁷¹ MANCHETE. Op. cit. fevereiro de 1978. p.62.

A abrangência da divulgação foi grande e se estendeu pelo Brasil, o jornal O Povo⁶⁷² do estado do Ceará publicou no dia 22 de janeiro de 1978 uma notícia com o seguinte título, “Karaipotan quer expulsão de brancos da reserva indígena”. Trazendo as palavras de reivindicação da liderança Guarani, as informações que foram veiculadas soavam como um o último alerta: “[...] Se em 30 dias não resolverem o problema, então eu vou meter a cara de novo e daí vou para arrebentar. Quer dizer, endireitar ou piorar tudo de vez [...]”⁶⁷³. As palavras de aviso estavam direcionadas à FUNAI, cansado das inúmeras promessas, afirmava que dessa vez seria diferente, insinuando o uso de força para a retirada dos intrusos. Esse aviso foi feito pouco antes de sua última viagem para Brasília, a qual fez em companhia de Seu Miro, dando o ultimato ao presidente Ismarth de Oliveira Araújo e conseguindo colocar em prática seus planos de retomada.

Como da vez que conseguiu escapar de sua prisão e ir até Curitiba denunciar por uma segunda vez Leonardo Aparecido Machado, a frase dita por Valdomiro ao jornal Correio de Notícias: “Eles não me Embolam porque eu saio por baixo”, trazia com ela a confiança que ele tinha em sua luta. Como se estivesse sempre um passo à frente, sair por baixo significava se esquivar das armadilhas, das perguntas tendenciosas, ser estrategista, escapar dos problemas e das emboscadas que poderiam lhe fazer. Sabia que era preciso ter cuidado para evitar não apenas ataques físicos, mas, também daqueles que pretendiam descaracterizar os verdadeiros ideais de suas reivindicações. Ser estrategista e saber bem seus passos, evitando cair em armadilhas são características que definem bem Valdomiro Pires de Lima.

A revista Manchete⁶⁷⁴ de fevereiro de 1978 falava em um movimento épico organizado pelos Guarani, onde pintados para guerra armavam-se contra os posseiros:

⁶⁷² O jornal O Povo foi o maior periódico do estado do Ceará durante a ditadura militar, tendo grande circulação durante as décadas de 1970 e 1980. Segundo João Batista Teófilo Silva o jornal não pode ser entendido como opositor ou resistente a ditadura. Segundo o historiador, as publicações no periódico tratavam dos ditadores Geisel e Figueiredo como democratas, em geral suas publicações de colunas e editoriais sempre se referiam a ditadura como período democrático ou democracia plena. SILVA, João Batista Teófilo. **Imprensa, ditadura e abertura política: Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses Correio da Semana e O Povo (1974-1985)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2015.

⁶⁷³ O POVO. **Karaipotan quer expulsão de brancos da reserva indígena, 22 de janeiro de 1978**. Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

⁶⁷⁴ A revista Manchete iniciou suas publicações no ano de 1952. Foi criada por Adolpho Bloch um empresário que apostou na criação de uma revista concorrente a, na época, gigante O Cruzeiro. A revista também tinha tiragens com ótimas qualidade em suas folhas. As fotos e imagens também tinham ótima qualidade e era colorida. Como exemplo estão as fotos de Seu Miro e da família de Valdomiro Pires de Lima. Segundo Ricardo Constante Martins a Manchete serviu quase como um veículo de comunicação da ditadura, uma vez que em muitas ocasiões faziam questão de publicar matérias vinculando as decisões dos militares com ideias de desenvolvimento e segurança. Ainda segundo Martins a representação dada na revista era de que não existia ditadura militar. Considerando a publicação feita sobre Rio das Cobras é possível notar novamente

Na realidade, a reação dos guaranis liderados pelo cacique Valdomiro Pires de Lima, o Karai Tupã, teve características épicas. Ameaçados por jagunços que estariam ligados aos maiores fazendeiros da reserva de Rio das Cobras, os guaranis fabricaram armas em grande quantidade. E como nos velhos tempo, dentro das melhores tradições de sua cultura, pintaram-se para guerra⁶⁷⁵

As ações deflagradas, tanto por indígenas quanto pela presença dos militares foram efetivas. Todavia, na imprensa e nas rádios o alerta da presença de milhares de indígenas prontos para retomar suas terras teve impacto significativo nos processos anteriores à retomada, fazendo muitas famílias de intrusos saírem para evitar qualquer tipo de confronto. As notícias falando de um exército de indígenas formado de diferentes povos, também começou a ser utilizado como uma das táticas utilizadas pelas lideranças, era uma forma de posicionar sua representatividade e poder, de afugentar os colonos e de mobilizar os poderes públicos.

A publicação do jornal O Povo do estado do Ceará, do dia 22 de janeiro de 1978, é exemplo dos avisos de que o movimento em Rio das Cobras contava com muitos apoiadores de outros povos e regiões do Brasil:

Para tanto, os guaranis de Rio das Cobras contam com o apoio dos 840 caingangues que também vivem na reserva. Hoje, o cacique Caingangue de Mangueirinha, posto indígena do sudoeste do Paraná, Angelo dos Santos de Souza (Kreta) anunciou em Rio das Cobras onde está fazendo uma visita, que dispõe de “pelo menos 86 homens para trazer de Mangueirinha para cá se for preciso uma luta”. O cacique botucudo do Posto Indígena de Ibirama (SC), que também está visitando a reserva, colocou seus homens à disposição dos Guaranis de Rio das Cobras. E “se a situação piorar” disse o cacique Kreta, “já recebemos um aviso dos Xavantes de que mandam um exército para cá.”⁶⁷⁶

Quando chegou o dia marcado para darem início às ações finais do movimento, o cenário montado em torno dos acontecimentos previa uma operação militar pacífica, mas não descartavam a possibilidade da ocorrência de um conflito. No próximo tópico discute-se como os jornais trataram a retirada dos colonos, gerando abalo na política indigenista brasileira, que

que as intenções não estavam em falar mal do Estado ou mesmo das ações militares, mas em criar uma história sensacionalista frente a um conflito agrário. Não questionavam a posse indígena sobre as terras, tratavam das questões como sendo um descaso de governos anteriores. A revista publicou uma edição especial sobre Rio das Cobras que tomou várias páginas como fotos do ocorrido. MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete Durante o Governo Médici**. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado. São Carlos-SP. 1999

⁶⁷⁵ MANCHETE. Op. cit. fevereiro de 1978. p.62.

⁶⁷⁶ O POVO. Op cit. 22 de fevereiro de 2020.

agora via-se diante do início de uma onda de retomadas de Terras Indígenas por todo o Sul do país.

4.5 SOB OS OLHOS VIGILANTES DE ISMARTH: A OPERAÇÃO LARANJEIRAS E A RETIRADA DOS POSSEIROS

O movimento final de retomada envolveu a polícia, o Exército e o presidente da FUNAI Ismarth de Oliveira Araújo. A operação montada para a retirada dos posseiros foi batizada de Operação Laranjeiras e foi apresentada como a solução aos supostos conflitos armados. As publicações dos jornais da época ajudam a perceber como ocorreu essa operação.

No dia 21 de fevereiro, o jornal O Globo torna a publicar uma reportagem sobre Rio das Cobras, desta vez o destaque era a ida do presidente da FUNAI General Ismarth de Oliveira Araújo, com título “Ismarth visita reserva dos índios do Paraná”. As notícias sobre a operação que estava sendo montada para a retirada dos posseiros vinham dos enviados especiais Roberto Pinto, Márcio Arruda e Carlos Schrann. Segundo os repórteres, a operação que começou no início da madrugada teve o acompanhamento do presidente da FUNAI e foi comandada pelo Coronel Anadir de Castro, por quem foi batizada de Operação Laranjeiras. Nas informações do jornal O Globo, a intervenção foi colocada como a solução para os supostos conflitos que estavam prestes a acontecer:

O Coronel Anadir de Castro, comandante da “Operação Laranjeiras”, afirmou que em 15 dias concluirá o trabalho. Após isso de acordo com o que foi acertado ontem, guardas florestais permanecerão na área para auxiliar os índios na proteção de suas terras. Até sábado último, cerca de 1.400 índios guaranis e kaiaçungues estavam preparados para um confronto armado com os posseiros. Cerca de 50 famílias serão levadas hoje pelos soldados da PM para fora dos limites da reserva de Rio das Cobras. Outras 400, expulsas nos últimos 60 dias pelos índios, ou intimidadas pela presença dos soldados da Polícia Militar paranaense nas últimas 48 horas, ficaram alojadas em fazendas vizinhas, sem terem para onde ir.⁶⁷⁷

Diferente do que foi visto com as acusações aos membros do CIMI feitas pela Ditadura Militar, a imprensa chamava a atenção para as ações indígenas, porém ainda mantendo a ideia de disputas bélicas. Dá indícios, ainda, de que o movimento feito pelos indígenas retirou a maior parte dos intrusos e teria começado a uns 60 dias antes da Operação Laranjeiras. Assim, presença do presidente da FUNAI só foi possível pela pressão feita por Valdomiro Karaí Tupã

⁶⁷⁷ O GLOBO. **Ismarth visita reserva dos índios do Paraná. 21 de fevereiro de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

Pires de Lima e Argemiro Fernandes, que o alertaram em seu encontro que não tolerariam mais nenhum dia sequer, estabeleceram data e hora para o início do processo.

Mediante tanta repercussão, temendo um conflito armado e sob pressão das lideranças indígenas, Ismarth de Oliveira Araújo se viu obrigado a dar prosseguimento à retirada dos colonos devolvendo a posse legítima para os indígenas. A Operação Laranjeiras por sua vez teve também o papel de tentar restaurar a imagem da FUNAI diante das diversas críticas e acusações de crimes contra o patrimônio indígena, principalmente no que se refere à facilitação de roubo de terras indígenas já delimitadas ou demarcadas. Dessa forma, o governo se viu enredado em meio a um caos de políticas territoriais, tendo que arcar também com a herança da administração do SPI e do Governo Lupion.

Nesse longo período de ocupação das terras indígenas, diversos posseiros conseguiram títulos ilegais das terras, segundo a publicação do jornal O Globo de 21 de fevereiro de 1978, as pessoas tituladas eram que tinham as maiores extensões de terras, acordos feitos ainda entre SPI e Moises Lupion já nos anos 1940. O presidente da FUNAI, Ismarth de Oliveira Araújo, reafirmava a posse indígena ao passo que se isentava da responsabilidade frente às famílias dos invasores. A matéria ainda destaca os nomes dos principais latifundiários, e afirmava que eles eram os responsáveis. Segundo denúncia dos próprios indígenas, os fazendeiros teriam contratado cerca de 50 jagunços, como consta:

As maiores áreas de ocupação em Rio das Cobras, porém, são as dos 19 posseiros titulados pelo Estado do Paraná, durante a gestão do ex-Governador Moisés Lupion, entre 1937 e 1942. – Eles terão que discutir com o Governo do Estado – disse o General Ismarth – se quiserem se ressarcir dos seus prejuízos. Nós temos que garantir a integridade das terras indígenas – acrescentou – e não podemos resolver o problema social dessas famílias. Eles sabiam que estavam ocupando terras indígenas. Esses 19 posseiros – entre os quais Idolino Piscentini, Argemiro Fieckembach, Ilmar Adams e a Madeireira Ibema – são acusados pelos índios de terem contratados 50 jagunços para atacá-los.⁶⁷⁸

As tentativas de manterem a posse sobre a terra eram feitas através de ataques diretos contra os Guarani e Kaingang, a contratação de jagunços passou a ser comum na forma com que praticavam os atentados. Embora a FUNAI e o Ministério da Justiça aceitassem a posse indígena sobre as terras que haviam sido tituladas, para os políticos locais a demarcação da terra e a expulsão dos posseiros era vista com desprezo, uma vez que acreditavam que o problema fosse a presença Guarani e Kaingang.

⁶⁷⁸ Idem.

Na ocasião da Operação Laranjeiras o então prefeito da cidade de Laranjeiras do Sul se fez presente e prestou um depoimento para o jornal O Globo, no qual expressava seu descontentamento com o que ocorria. Nas suas palavras: “Os mais prejudicados – disse ele – são os colonos que possuem propriedades legais numa das margens do rio Guarani. Os índios de Rio das Cobras já invadiram propriedades legais nessa faixa, saqueando tudo que encontravam, principalmente porcos e galinhas.”⁶⁷⁹ O posicionamento do prefeito de Laranjeiras do Sul refletia a sua ideia negativa e contrária aos povos indígenas entendendo-os como um problema, mas também externava os interesses das elites locais, que estavam interessadas na exploração da terra. O posicionamento do jornal O Globo em publicar a fala do prefeito, mesmo que na tentativa de manter certa imparcialidade e ouvir os dois lados, deu subsídio para as críticas contra a demarcação da Terra Indígena. Em resumo, o jornal não estava interessado no direito dos Guarani e Kaingang sobre seus territórios, apenas tinha interesse no conflito e em vender a matéria.

O Jornal de Brasília também no dia 21 de fevereiro de 1978, publica uma matéria acerca da Operação Laranjeiras e seus desdobramentos, evidenciando a presença dos representantes da FUNAI. Intitulada “Polícia despeja 50 famílias que ocupam área indígena no Paraná”, a reportagem é da enviada especial Memélia Moreira:

O presidente da Funai, general Ismarth de Araújo, acompanhado de três de seus principais assessores (diretores de departamentos e um membro da Assessoria Jurídica) e do delegado do órgão em Curitiba, José Carlos Alves, se encontram em Laranjeiras desde a tarde de ontem, tendo mantido entendimentos com os órgãos de segurança do Estado. O grande ausente foi o Incra, responsável pelo destino dos posseiros que estão sendo desalojados, alguns com mais de 10 anos morando na reserva.

De acordo com as informações do comandante Anadyr de Castro, na região encontram-se não apenas os posseiros, como também prepostos. O coronel Anadyr afirmou ainda que “a limpeza total da área só será encerrada dentro de 90 dias, quando forem colocados os novos limites da reserva.”⁶⁸⁰

A presença de Ismarth de Oliveira Araújo e a assessoria jurídica representavam a garantia de que o movimento teria respaldo do Estado. Os planos gestados por Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima e Argemiro Fernandes estavam sendo executados como combinado. A Operação Laranjeiras tinha assim o objetivo de resolver a situação com o prazo de 90 dias e só seria terminada quando os limites da área fossem restabelecidos. A operação não levou os três

⁶⁷⁹ Idem.

⁶⁸⁰ JORNAL DE BRASÍLIA. **Polícia despeja 50 famílias que ocupam área indígena no Paraná. 21 de fevereiro de 1978.** p.10 Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

meses de seu prazo e teve complicações com a tentativa de permanência de alguns intrusos. A preocupação em relação aos posseiros começou a aumentar quando eles também começaram a cobrar alguma atitude dos órgãos federais como o INCRA.

O jornal Diário do Paraná, de Curitiba, publicou no dia 23 de fevereiro de 1978 uma matéria que trazia informações sobre os acusados dos ataques contra os Guarani e a situação em que se encontravam as famílias dos intrusos que foram despejadas:

Por outro lado, durante ainda a “Operação Laranjeiras” os soldados da Polícia Militar estão tendo dificuldades para retirar algumas famílias que vieram a Curitiba, onde estão tentando evitar a expulsão. Em contrapartida o posseiro Aldair Borba, apontado como um dos chefes dos jagunços que queimaram cabanas indígenas e sequestraram o guarani Jerônimo da Silva, foi preso durante a mesma operação, nas proximidades de Cascavel.

Conforme o comandante da operação, coronel Anadir de Castro, Aldair deverá ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, devendo responder a todas as acusações dos guaranis. Como o posseiro denunciado outros queixam-se, agora, de sua atuação. As várias famílias retiradas pelos pelotões da PM continuam perambulando pelas estradas, esperando alguma solução para o caso. Já os índios de Rio das Cobras começam a se integrar na sua vida rotineira de anos atrás, aguardando, atualmente apenas a redemarcação de sua área.⁶⁸¹

Segundo o jornal, muitos dos posseiros não tiveram indenização por seus bens, o que gerou outro grave problema. A responsabilidade de fazer o realojamento das famílias era do INCRA, contudo, o órgão não tomou nenhuma posição efetiva, deixando escancarada a falta de diálogo, preparo e organização do governo em tratar das questões. Segundo o Diário do Paraná, a responsabilidade sobre as famílias começou a ser jogada de um lado para outro, caindo na burocracia e na demora de uma decisão efetiva por parte das instituições do Estado.

Uma chamada na capa do jornal Correio de Notícias do dia 24 de fevereiro de 1978 destacava “Funai já sabia da invasão”. Com o título “Reserva indígena: História da Invasão”, o jornal trazia um depoimento do Delegado Regional do INCRA Aroldo Moletta:

A Delegacia Regional do Incra, por sua vez, afirma não ter nada a ver com o problema “Índios x invasores”. “A reserva é problema único e exclusivo da Funai. [...]” afirmou Aroldo Moletta. [...] “nosso campo de ação não inclui reservas indígenas a menos que exista um decreto do presidente ou um acordo entre as cúpulas do Incra e Funai, mas não tenho conhecimento de nada a esse respeito e só assim agiremos em Laranjeiras do Sul”, afirmou, ainda, o delegado regional do Incra⁶⁸²

⁶⁸¹ DIÁRIO DO PARANÁ. 23 de fevereiro de 1978. p.10. Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

⁶⁸² CORREIO DE NOTÍCIAS. Reserva indígena: História da Invasão. 24 de fevereiro de 1978. p.3. Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

O jornal Correio de Notícias ainda traz outra informação importante acerca do período de entrada dos posseiros nas terras indígenas de Rio das Cobras. Quando foi realizado o estudo pelo INCRA e pela FUNAI em 1975, as invasões já se mostravam em grande parte da área. Estabelecidas, em sua maioria, durante os anos de atuação do Encarregado do Posto do SPI Raul de Souza Bueno e intensificando durante os anos de atuação dos funcionários da FUNAI Lensidio Fermol e Leonardo Aparecido Machado. As famílias de intrusos e os grandes latifundiários variavam no tempo em que estavam dentro da área, assim como consta na matéria do jornal:

Durante a elaboração do estudo 106 famílias de colonos invasores estavam lá estabelecidos há dois anos; 57 famílias entre 3 e 5 anos; 42 famílias entre 6 e 10 anos e sessenta famílias estavam estabelecidas em Rio das Cobras há mais de 10 anos, além de um número pequeno de famílias cujo período em que lá residem não foi determinado. Os indígenas, em minoria, esperavam há anos uma atitude da Funai.⁶⁸³

Segundo os dados apresentados pelo periódico, a invasão ocorreu em diferentes momentos, mas em sua grande maioria teria entrado nas terras a menos de 5 anos. Ou seja, a maior parte das famílias que vieram para Rio das Cobras se mudaram durante a atuação da FUNAI, especificamente na administração dos dois funcionários citados acima. Como já demonstrado na tese, as invasões ocorreram por todos os períodos de atuação do Estado, mas, de fato, os anos de atuação da FUNAI representaram um grande crescimento no número de invasores.

O Estado de São Paulo, no dia 25 de fevereiro de 1978, publicou uma notícia com o título “Mandado contra a Funai”. Se referia especificamente ao fazendeiro Hilmar Adams, que inconformado com a situação entrou na Justiça Federal com um mandado de segurança contra os funcionários da FUNAI. Os indígenas e a FUNAI foram acusados de terem expulsado os seus funcionários de dentro da fazenda:

Hilmar Adams, proprietário de 98 alqueires na reserva indígena do Rio das Cobras, entrou ontem na Justiça Federal com um mandado de segurança contra dois funcionários da Funai que, com a ajuda de índios, expulsaram seus empregados da fazenda, na “Operação Laranjeiras”, deflagrada pela Funai e policiais nesta semana para a expulsão de intrusos da reserva.

Com mandado de segurança, que será julgado na próxima segunda-feira, ele pretende obter liminar para efetuar a colheita na sua fazenda, comprada recentemente. Segundo Edson Carlos Sá, advogado de Adams, o prejuízo que seu cliente terá, sem a colheita dessa safra, será de três milhões de cruzeiros⁶⁸⁴.

⁶⁸³ Idem.

⁶⁸⁴ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Mandado contra a Funai. 25 de fevereiro de 1978.** Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

Assim, com o mandado de segurança contra a FUNAI, tinha o objetivo de fazer pressão e conseguir ao menos colher sua lavoura. Como havia comprado a fazenda a pouco tempo, parte feita com empréstimos e hipoteca da colheita, Hilmar Adams foi um dos principais opositores à demarcação da terra para os Guarani e Kaingang. A exemplo de outros latifundiários, como as duas grandes madeireiras Piassentini e Marochi, a inconformidade em sair era expressa em diferentes aspectos, principalmente nos ataques nas comunidades realizados por seus jagunços e juridicamente nos processos movidos contra a FUNAI.

Na imprensa as informações eram de que os intrusos pobres faziam apelo ao Estado e a possibilidade de algum tipo de indenização ou reassentamento. No dia 26 de fevereiro de 1978 o Jornal de Brasília, destacava a notícia ÍNDIOS X POSSEIROS. Com uma foto em que mostram as pessoas armadas de arcos e flechas a notícia inicia chamando a atenção para a abstenção do Estado frente a situação. Com o subtítulo “Posseiros expulsos querem saber o que o Governo irá fazer”, traziam o seguinte:

– O que o Governo vai fazer por nós? Essa era a pergunta que se repetia entre os posseiros que a “Operação Laranjeiras” provocou a retirada das últimas famílias que ainda insistiam em permanecer na região do Caçador, no Posto Indígena Rio das Cobras, próximo à cidade de Laranjeiras do Sul, no sudoeste do Paraná. Muitos deles encontravam-se nas terras indígenas há mais de vinte anos⁶⁸⁵

Junto com a matéria da ISTOÉ de 01 de março de 1978, a foto do despejo sendo feito em Rio das Cobras, ainda que não esteja em alta resolução é possível observar diversos caminhões, sobre eles várias pessoas vestindo uniformes, tudo indica que era do Exército. Algumas pessoas assistem apreensivas o que estava acontecendo, no que parece ser uma espécie de vila com diversas casas:

⁶⁸⁵ JORNAL DE BRASÍLIA. ÍNDIOS x POSSEIROS. 26 de fevereiro de 1978. Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

Figura 14 – Foto da Retirada dos Posseiros



Fonte: Foto de J. Nunzio. In: ISTO É. **Índio x Posseiros. 01 de março de 1978**. Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

Os caminhões eram para carregar os pertences pessoais e carregar os colonos, como já destacado por Seu Miro. A foto foi tirada por J. Nunzio, do jornal ISTOÉ.

A ‘Operação Laranjeiras’, como foi chamada pela Polícia Militar, foi realizada em pouco mais de 48 horas. ‘Ninguém resistiu’, afirmou entre categórico e satisfeito o capitão Vilmar Brasil. Os paupérrimos colonos, que haviam comprado aquelas terras com muito sacrifício – e que, em alguns casos, detinham a posse legal, assinada pelo notório ex-governador do Paraná, o corruptíssimo Moisés Lupion – abandonaram a área, deixando para trás suas roças e animais. Perambulam, hoje, pela BR-277, completamente desorientados e perguntando se poderão voltar, ao menos, para colher suas roças.⁶⁸⁶

O jornal ISTO É de primeiro de março, trazia a notícia com forte tendência crítica a atitude do Estado no que tange a ação tomada contra os posseiros. A cena descrita pelo jornal é de caos e desorientação. A repercussão da Operação Laranjeiras teve diversas versões nas edições dos periódicos, mas, o cenário descrito geralmente apoiava-se na condição caótica que

⁶⁸⁶ ISTO É. Op. cit. 01 de março de 1978.

se apresentava. Contudo, muitas reportagens importantes foram publicadas, com a participação de lideranças indígenas. A repórter do Jornal de Brasília Memélia Moreira, uma das principais repórteres sobre questões de luta social em tempos de ditadura militar, esteve presente durante a retirada dos intrusos e acompanhou de perto o movimento. A repórter foi juntamente com Ângelo Kretã até a região do Caçador, um dos principais pontos da ação, e contou o que viu e ouviu em uma das suas publicações. Voltando a edição do Jornal de Brasília, de 26 de fevereiro de 1978, com o título de “Uma viagem à terra do índio Ângelo Kretã”, é possível perceber alguns desses elementos construídos em torno da retomada:

Durante quatro dias a Funai desenvolveu ao longo da semana passada um importante operação no Paraná, que foi acompanhada pelo Jornal de Brasília com a repórter Memélia Moreira, que aqui narra sua experiência em Laranjeiras do Sul sudoeste do Paraná, depois de uma caminhada de 10 quilômetros até o posto indígena Rio das Cobras. E uma aventura brasileira moderna.

A caminhada de quase 10 quilômetros em plena região do Caçador, no Posto Indígena Rio das Cobras próximo à cidade de Laranjeiras do Sul, sudoeste do Paraná, foi feita em silêncio pela repórter e pelo índio Angelo Kretã. A região do Caçador dormia em silêncio, com os milharais secando ao sol, enquanto a “Operação Laranjeiras” se encerrava com a retirada das últimas 20 famílias que ainda insistiam em permanecer na reserva indígena⁶⁸⁷

A edição do jornal se referia à retirada dos intrusos como um “triste espetáculo”. Para a matéria era interessante vincular a ideia da retirada dos posseiros também como um fator de omissão do Estado. O fator de impacto ao leitor é trazido pela visão de Memélia Moreira que detalhadamente coloca uma questão a ser resolvida: “Para onde iriam os posseiros pobres?”. Nas suas afirmações, muitas famílias de invasores teriam ficado desamparadas depois de serem retiradas de Rio das Cobras:

O espetáculo da retirada dos posseiros era triste: criança correndo com olhares assustados, velhos com pequenas malas de couro e um saco nas costas à beirada estradas tentando uma nova vida, famílias inteiras transportando para caminhões da Funai seus porcos, galinhas, vacas, mobília da casa e filhos. Em todos, a incerteza, o desespero e a descrença. Ana Marcovsk mulher de um posseiro perguntando “e agora, que o governo vai fazer por nós? Esta pergunta se repetia em todos os posseiros. A grande maioria deles se encontrava nas terras indígenas há mais de 20 anos. Muitos foram iludidos pelos grileiros ou mesmo pelo antigo chefe do posto da Funai, Leonardo Machado, que chegou a vender muitos alqueires por 100 cruzeiros. Não recebeu mais pelo pedaço de terra, porque mais o posseiros não tinha. E os posseiros caminhavam silenciosos, muitos com o ódio estampado nos olhos, em busca de outras fazendas onde mais cedo ou mais tarde serão novamente expulsos. Operações como estas são comuns no Paraná, disse o capitão Wilma Brasil, que comandava a ação de despejo. E ele mesmo afirma que ‘é um triste espetáculo.

⁶⁸⁷ JORNAL DE BRASÍLIA. **Uma viagem à terra do índio Ângelo Kretã. 26 de fevereiro de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO. p.31.

[...] Eles saíram, muitos deixando suas criações, restos de comida em cima da mesa, roupa no varal. Assustados com as notícias de que “os índios atropelariam os posseiros”, informação veiculada por uma rádio de Cascavel, cidade para onde fugiram os posseiros, em sua grande maioria e onde moram quase todos os grileiros da região sudoeste.⁶⁸⁸

Os detalhes colocados em pauta pelo jornal mostram o ocorrido através da realidade dos posseiros que tiveram que sair da área. As pessoas que não haviam saído com antecedência e ficaram até o dia da Operação Laranjeiras tiveram seus bens carregados em caminhões e levados para os mais diversos lugares de Laranjeiras do Sul e região. A organização da Operação Laranjeiras não teve uma continuidade com o reassentamento das pessoas, o que fez com que muitas delas ficassem em situação de vulnerabilidade. A publicação da jornalista representa uma imagem em que as omissões do Estado são a causa da invasão da terra. A intenção de Memélia Moreira era de se manter neutra entre a causa indígena e a situação em que os posseiros pobres tinham ficado. As questões de ambos os lados, guardadas as devidas proporções dentro da legitimidade da posse indígena sobre seus territórios, eram de dirigir críticas ao governo.

Os invasores que tinham grandes extensões de terras, por sua vez, pareciam não demonstrar muita preocupação diante da perda das áreas invadidas por eles. Um dos proprietários da Madeireira Marochi, prestou depoimento para o Jornal de Brasília, se demonstrava tranquilo, jantando em um restaurante com sua esposa:

Dois dos titulados são madeireiros. Madeireira Ibema e Madeireira Marocchi. Esta última de propriedade da família Marocchi – pai e quatro filhos – cujos interesses se estendem até à Amazonia, onde a família explora madeira na cidade de Itaituba-PA. Para esses dois titulados a ação de despejo se passou de forma bastante simples, Geonel Marocchi, de 23 anos, mandaria um caminhão para transportar seus peões, enquanto luta na Justiça Federal para que se reconheça como legítimo o título adquirido a Paraího Ribeiro, ainda no governo de Moisés Lupion. Geonel, que em plena operação jantava tranquilo com sua esposa, concedendo em seguida entrevista coletiva no próprio restaurante, espera apenas que o Governo dê como ganha sua causa: grande área dentro da reserva, onde ainda não começou a beneficiar o pinheiro.⁶⁸⁹

A tranquilidade de Geonel Marocchi demonstrava o capital econômico que a família tinha, estendendo seus negócios madeireiros principalmente na Amazônia. O poder econômico que estava na mão dos Marocchi fazia com que se sentissem imunes aos efeitos da perda das terras, não porque não queriam mais as áreas, mas porque utilizariam outros métodos, indo muito além das tentativas jurídicas. A calma de almoçar em um restaurante no dia em que estava

⁶⁸⁸ Idem.

⁶⁸⁹ Idem.

acontecendo a retomada demonstrava que a perda das terras não o afetava tanto e o isentava de qualquer culpa em ocasião de conflitos e ataques contra os indígenas. Contudo, as denúncias contra sua família diziam o contrário.

As grandes madeiras envolvidas na maior parte das invasões de terra em Rio das Cobras também foram as que ocasionaram mais problemas para a segurança das famílias indígenas. Como consta na mesma edição do *Jornal de Brasília*, e em tantos outros recortes de jornais dos quais lançou-se mão para a análise, os proprietários tinham ligação direta com a contratação de jagunços que atacaram os Guarani.

A matéria escrita por Memélia Moreira no *Jornal de Brasília* fala da prisão de um dos pistoleiros contratados pelos Marochi e cita o nome de Adair Borba como o principal suspeito dos ataques. Existiam mais três pistoleiros envolvidos: Valério Adálio, Manoel Borba e Sebastião Baguá, esse último que ainda não havia sido encontrado. Geonel, o caçula da família Marochi com 23 anos de idade, justifica que a invasão e a exploração de terras no Sul é algo menos prejudicial que os da Amazônia e confirma a boa-fé de sua família na ocupação das terras, mesmo tendo consciência de que a fortuna de sua família começou com grilagem e exploração de madeira nativa.

Algumas ações dos intrusos surpreenderam o capitão Wilmar Brasil, encarregado pela Operação Laranjeiras, que esperava uma ação sem reação entre os posseiros. Enquanto alguns dos grandes proprietários não estivessem se mostrando tão preocupados, outros posseiros aproveitavam o que era abandonado. Na publicação do *Jornal de Brasília* foi dado destaque à prática como um ato de saque. As informações prestadas eram do coronel Anadyr Castro comandante do VI Batalhão de Cascavel:

Mas como em todo estado de guerra, não faltaram também os saques. O saque, desta vez, ficou por conta de um dos posseiros que ao invés de obedecer as ordens de retirada resolveu se aliar à Funai. É o caso do posseiro Dalmo Pacheco, que na opinião de muitas das famílias que estavam sendo despejadas, “é um desordeiro e só cria confusão”. Dalmo aproveitou-se do estado de tensão e ajudava as tropas militares a vasculhar a área, enquanto suas filhas colhiam roças de outros posseiros. Provavelmente muitos brancos ficarão. Além dos madeiros, que estão lutando com todas as armas para que se reconheça como legal sua permanência e exploração da madeira, o coronel Anadyr Castro, comandante do VI Batalhão de Cascavel, afirmou que até à colocação dos marcos limítrofes, haverá um destacamento militar dentro da área. Estes marcos serão protegidos por postos de vigia e a previsão de encerramento para esta demarcação é de 90 dias. Enquanto o destacamento permanece na área, será criada uma guarda florestal impedindo a presença de futuros invasores, “até que os índios aprendam a defender suas terras”, disse o Coronel Anadyr.⁶⁹⁰

⁶⁹⁰ Idem.

O desespero afetou os intrusos de tal forma que levaram alguns a cometer atos de saque na esperança de conseguir levar alguma coisa. A promessa do coronel Anadyr Castro era de proteção da área com a permanência de um destacamento da milícia dentro da Terra Indígena, criando uma espécie de patrulha para evitar a volta dos intrusos. Segundo as informações do coronel, as ações militares permaneceriam até que os Guarani e Kaingang aprendessem a defender suas terras. Sendo a operação inicialmente organizada pelos indígenas, Anadyr de Castro tentava desviar a atenção do movimento pacífico e estratégico das lideranças para o sucesso do planejamento militar feito para a Operação Laranjeiras. Não dariam o crédito da retirada para os Guarani e Kaingang, uma vez que podiam promover o sucesso das práticas militares. Era uma grande oportunidade para o governo exaltar suas ações de pacificação e segurança nacional.

No dia 28 de fevereiro de 1978 o jornal O Estado de Santa Catarina publicou uma notícia com o seguinte título RIO DAS COBRAS: ONDE A GRILAGEM SE FAZ COM A CONVIVÊNCIA OFICIAL. Trazia novamente o caso de sequestro de Jerônimo da Silva como um dos fatos principais para os conflitos, o jornal afirmava que em resposta os indígenas ameaçaram sequestrar 12 famílias de colonos, e matá-las caso não fosse libertado seu companheiro. Além disso afirmavam que a queimada dos ranchos Guarani foi o estopim dos conflitos. O jornal ainda cita que houve ação de desarmamento dos posseiros, realizada pela Polícia Federal. Segundo o periódico, havia muitos posseiros armados, principalmente na região do Jacutinga. Na publicação do O Estado, eram cerca de 80 colonos armados:

Naquele P.I., uma onda de violência eclodiu com o sequestro do guarani Jerônimo da Silva, no início deste mês, por um grupo não identificado. Em represália, os índios ameaçaram sequestrar 12 famílias de colonos que intrusam suas terras e matá-las posteriormente se Jerônimo fosse assassinado pelos sequestradores. Há 15 dias Jerônimo da Silva foi posto em liberdade com ferimentos em todo o corpo, evidenciando as sevícias sofridas em Cascavel, para onde foi levado. O incidente levou até o local numerosos agentes da Polícia Federal quem desenvolveu um trabalho de desarmamento que atingiu 80 posseiros. O clima de insegurança, entretanto, ainda não terminou e os posseiros continuam revoltados com a Fundação Nacional do Índio. A violência iniciou em 13 de janeiro último quando Manoel Henrique de Matos e seus empregados queimaram os ranchos dos índios guaranis fugindo em seguida⁶⁹¹

Segundo informações do jornal O Estado, o contexto e o clima de insegurança geraram tensões de ambos os lados, intensificadas nos meses de janeiro, fevereiro e março. Uma outra edição do O Estado de São Paulo, no dia 01 de março de 1978, da sucursal de Curitiba, publicou

⁶⁹¹ O ESTADO. RIO DAS COBRAS: ONDE A GRILAGEM SE FAZ COM A CONVIVÊNCIA OFICIAL. 28 de fevereiro de 1978. Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

uma notícia acerca do prejuízo que o Banco do Brasil e outros bancos iriam levar pela hipoteca das terras que os colonos fizeram em troca de empréstimos. O que ocorria era que o Banco do Brasil havia feito diversos empréstimos para os posseiros que adquiriram áreas dentro da Terra Indígena. Com a ação dos grileiros, dos Chefes de Posto e dos políticos locais, muitas pessoas colocaram suas produções ou títulos ilegais como hipoteca. A instituição Banco do Brasil foi um dos principais bancos a oferecerem empréstimos, deixando muitos posseiros endividados, alguns deles grandes proprietários, como o já citado engenheiro agrônomo Hilmar Adams. Intitulado “Saída de posseiros também afeta o BB” o jornal O Estado de São Paulo afirmava:

As agências do banco nos municípios de Laranjeiras do Sul, Cascavel e Guarapuava são as responsáveis pelos financiamentos concedidos aos posseiros e titulados. Na agência de Cascavel, apenas um dos titulados, o agrônomo Hilmar Adams, conseguiu obter um financiamento de 400 mil cruzeiros e dificilmente poderá pagá-lo, uma vez que as terras dadas como garantia pertencem à reserva indígena. Além deste empréstimo, o agrônomo, que ocupava 98 alqueires da reserva, obteve 700 mil cruzeiros do BRDE, também oferecendo a terra como garantia. Ontem o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal em Curitiba indeferiu o mandado de segurança impetrado pelo agrônomo que pretendia obter permissão para fazer a colheita de soja na gleba que ocupava. Todos os agricultores titulados com glebas dentro da reserva receberam financiamento para custeio de lavouras, através do Banco do Brasil, que, em alguns casos, passou a ser proprietário dentro das reservas, devido à falta de pagamento dos financiamentos obtidos por meio de hipoteca das terras indígenas⁶⁹².

Os 19 títulos ilegais teriam além da perda da produção e das benfeitorias uma dívida grande com o banco. O Banco do Brasil acabou por pegar algumas das terras tituladas como forma de pagamento, o que acarretou prejuízo financeiro, uma vez que todos os títulos eram ilegais e seria revogado para uma nova demarcação. Diante da situação muitos invasores que se sentiram lesados entraram na justiça como forma de garantir ao menos a colheita das plantações. Para o advogado de Hilmar Adams, Edson Sá, o que ocorria com os titulados era uma espécie de saque visto que os títulos foram feitos sem o conhecimento de que eram terras de posse indígena. Segundo o advogado, foram expedidos títulos de posse com a fiscalização dos funcionários do Banco do Brasil. Edson de Sá, ao prestar depoimento para o jornal Estado de São Paulo, afirmava:

[...] “constitui um verdadeiro saque, pois muitos perderam seus pertences, suas criações, tratores e implementos agrícolas”. Segundo ele, “a concessão dos empréstimos através do Banco do Brasil é a maior prova de que as terras não pertencem à reserva de Rio das Cobras, uma vez que o BB mantém fiscais para certificar-se de que as terras dadas em garantia podem efetivamente cobrir os financiamentos.”⁶⁹³

⁶⁹² O ESTADO DE SÃO PAULO. **Saída de posseiros também afeta o BB. 01 março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

⁶⁹³ Idem.

A visão do advogado refletia o que ia nas mentes das pessoas que tiveram que sair das terras indígenas. Contudo, não havia justificativa válida quanto aos limites da área demarcadas, uma vez que não apenas existiam croquis das demarcações anteriores, como era de conhecimento dos povos Guarani e Kaingang em Rio das Cobras. Por conta disso, o processo judicial que foi movido pelos posseiros não surtiu efeito, pois era provada a invasão da terra. A última tentativa de conciliação entre indígenas e posseiros foi mediada pela FUNAI. Como a retomada ocorreu próximo ao período de colheita das safras, a tentativa era de que fosse possível a colheita e divisão das produções.

No dia 02 de março de 1978 o jornal Diário da Paraná, publicou uma nota abordando o suposto conflito em Rio das Cobras. Intitulado “Terra de índio é aval de posseiro” a publicação destacava as tentativas feitas pelo advogado da FUNAI Kyossi Kanayama em conseguir dividir a colheita, sendo que cada parte ficaria com 50% da produção. Em um primeiro momento o acordo foi aceito pelas lideranças indígenas. Mas logo foi repensado pelas pessoas da comunidade, colocando em pauta a não divisão da colheita, visto que a ocupação e uso da terra eram ilegais⁶⁹⁴.

Acerca desta questão outra edição do jornal Diário do Paraná, no dia 08 de março de 1978, publicou uma notícia intitulada “Índios afirmam que não vão dividir a colheita”, na qual trazia como destaque o possível empecilho que a FUNAI encontraria para fazer com que a colheita fosse repartida:

A Funai deverá encontrar um problema bastante sério para cumprir o acordo formalizado com os posseiros retirados da reserva indígena de Rio das Cobras: é que as próprias famílias Guaranis e Caingangues daquela área estão afirmando que não dividirão a colheita da lavoura plantada pelos posseiros na reserva. Segundo depoimentos de autoridade de Laranjeiras do Sul, reforçada também por afirmações dos caciques indígenas, representantes da Funai que atuaram diretamente da área de Rio das Cobras permitiram que muitas famílias de agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina se apossassem da reserva dos índios. Entre os ‘bandoleiros’ e ‘exploradores’ estariam grandes comerciantes, acusados pela população indígena de cortar centenas de pinheiros da área alheia, plantando no lugar as lavouras da qual, hoje, exigem 50 por cento da colheita.⁶⁹⁵

⁶⁹⁴ DIÁRIO DO PARANÁ. **Terra de índio é aval de posseiro. 02 de março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais.

⁶⁹⁵ DIÁRIO DO PARANÁ. **Índios afirmam que não vão dividir a colheita. 03 de março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

A situação foi colocada em discussão na cúpula do Exército, que já cogitava uma ação militar para que o acordo fosse cumprido. A justificativa indígena com base na intrusão e na devastação da floresta de pinheiros ressoava como um direito legítimo aos territórios.

No dia 09 de março de 1978, o Jornal do Brasil, publicou uma nota acerca de um encontro entre o presidente da Funai e o General Fernando Bethlem, no gabinete do General Ministro do Exército. A conversa durou aproximadamente meia hora e, segundo o presidente da FUNAI, disse que foi somente um encontro de “cortesia” e reafirmou que a questão da divisão da colheita em Rio das Cobras seria feita em breve:

Em breve conversa com jornalistas, no *hall* do QG do Exército, o presidente da Funai reafirmou que, apesar da situação de crise entre posseiros e índios, a Polícia Militar deverá resolver o impasse, que se prolongará, possivelmente, até o mês de maio, época da colheita na região. O produto final da colheita, segundo o General, será dividido entre as duas partes conflitantes, por intermédio de uma operação local onde a Funai e a Justiça se encarregarão da supervisão da partilha. Na próxima terça-feira, um grupo da Funai viaja até Rio das Cobras, para começar as trabalhos de planejamento da colheita.⁶⁹⁶

A justificativa do INCRA era a falta de verba para reassentar os posseiros, o que seria a única alternativa minimamente responsável, como a imprensa colocava na época. As pressões feitas sobre as decisões políticas eram por conta das omissões e falta de políticas territoriais que dessem conta da diversidade que se apresentava. Nesse jogo, muitas famílias de não indígenas também ficaram desabrigadas e sem suas produções, o que gerava um enorme problema para o Estado. Nos meses seguintes as tentativas de fazer a partilha da colheita fracassaram, e as produções ficaram com a comunidade indígena. A grande maioria das famílias que estavam em Rio das Cobras tinham vindo do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Com o despejo, o não reassentamento e nenhum tipo de indenização, algumas voltaram, outras acabaram indo para as cidades vizinhas.

A Operação Laranjeiras embora para a FUNAI, os Militares e a Imprensa, tenha sido um movimento rápido e tranquilo, foi para muitos a perda da vida. A disputa não estava apenas com interesse nas terras, no solo, mas um interesse em prosperidade e justiça que afetava aqueles que estavam lá, invasores e indígenas em um espaço de interesses. Nesses cenários de irregularidades e espoliações territoriais, os povos indígenas fizeram valer o direito à posse e deram prosseguimento com o movimento de retomadas em outras Terras Indígenas pelo Sul do

⁶⁹⁶ JORNAL DO BRASIL. **Funai planeja intervir caso colheita não seja repartida. 09 de março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

Brasil. O Jornal de Brasília dava a notícia destacando que os membros da FUNAI estavam cientes de que a retomada seria apenas um dos capítulos do que estava por vir. Quem dava a notícia era Ângelo Kretã, e avisava que não tolerariam mais nenhum caso de invasão de terras:

“Embora a “Operação Laranjeiras” tenha sido um sucesso em todos os ângulos, tanto a Funai como as lideranças indígenas do sul temem conflitos em outras áreas, principalmente em Xanxerê-SC e Nonoai-RS. E até o final deste ano o problema de Laranjeiras do Sul terá sido apenas um capítulo a mais na história da luta de terras e não apenas um fato isolado. A explicação é simples. Para o general Ismarth de Araújo, os índios estão tomando consciência do valor da terra “cansados de exploração”. Para o caingangue Ângelo Kretã, “não é mais tempo de ter gente mandando em índio”, “tomando terra de índio”. Na verdade, tanto a conscientização dos índios, como a exploração de suas terras têm apenas um nome: espaço.⁶⁹⁷

Não havia nada de novo na consciência de luta dos povos indígenas, e o General Ismarth de Oliveira Araújo apenas estava se referindo ao que foi obrigado a ver. As pressões e exposições eram tão grandes que não havia mais como esconder os descasos territoriais. A FUNAI só tomou partido quando se viu sem alternativas, agindo de maneira paliativa diante das invasões e posterior retirada dos invasores. Como demonstrado através dos documentos e das entrevistas utilizadas na tese, é possível observar um movimento orquestrado através das lideranças indígenas, que formaram uma malha de apoiadores fortalecendo e dando visibilidade para as ações do movimento. As pressões fizeram com que as instâncias superiores do governo tomassem algumas medidas.

A imprensa utilizou de diferentes formas para tratar dos acontecimentos, criando diferentes características. Alguns criavam um ambiente de terror, outros de curiosidade, por vezes a intenção era criar um sentimento de pena, e alguns investiam no sentimento de revolta. Os periódicos transitam nessas representações que em alguns momentos descaracterizavam o movimento, mas pressionavam o governo. Além disso, muitos intrusos deixaram a terra de maneira pacífica por conta dos noticiários. Existem pontos importantes de ambos os lados. Nem sempre publicar uma matéria sobre o que estava acontecendo em Rio das Cobras significava estar a favor do movimento. Mas é importante frisar que os jornais analisados são unânimes em dizer que a posse da terra é legitimamente dos Guarani e Kaingang. Com relação ao tratamento dado aos posseiros, os conceitos mudam conforme o posicionamento do jornal. Variavam entre posseiros, intrusos, colonos, invasores e agricultores. Na grande imprensa foi também unânime a comoção com a situação das famílias de invasores pobres. Ao contrário do que foi retratado acerca dos grandes proprietários, que foram denunciados como envolvidos em práticas de

⁶⁹⁷ JORNAL DE BRASÍLIA. Op. cit. fev/26, 1978, p.31.

violências e da contratação de jagunços para atacar as famílias Guarani e Kaingang. Sempre que possível exaltavam as ações militares. No caso da Operação Laranjeira isso também ficou explícito, a ação desenvolvida pelos militares foi representada como a solução do caso. Nos periódicos só existiu um fim pacífico por conta da ação militar.

As intenções variam, em muitos casos os repórteres não pensavam da mesma forma que os editores, ou seja, a equipe também divergia sobre os assuntos. Em alguns jornais as matérias sobre a luta por terra só foram publicadas por conta do engajamento dos repórteres, como exemplo de Juracilda Veiga e Memélia Moreira. Dessa forma, existiam muitas divergências em meio às equipes e nem tudo o que era publicado era consenso de todos. É preciso considerar que existem particularidades em meio à construção de notícias e que redações jornalísticas não são terreno de hegemonia de pensamento e prática.

Com relação ao final do processo em Rio das Cobras, mesmo depois de serem todos os posseiros retirados e os títulos de terras anulados ainda demorou muito para que o processo de demarcação fosse terminado. No dia 20 de dezembro de 1984, através do Decreto nº 90.744, a área para demarcação de Rio das Cobras foi declarada de ocupação indígena. O decreto foi assinado pelo então presidente da república João Figueiredo.

Dois anos depois, no dia 23 de janeiro de 1986, seguindo o processo de demarcação, a área de Rio das Cobras foi medida e delimitada com dezoito mil, seiscentos e oitenta e um hectares, noventa e oito ares e seis centiares. O técnico de agrimensura responsável foi Mario dos Santos Alves. A área ficou destinada oficialmente para os dois povos, Guarani e Kaingang. Antes disso, a área aparece nas medições dos documentos da FUNAI com 19.000 hectares. Houve, então, uma redução da área delimitada.

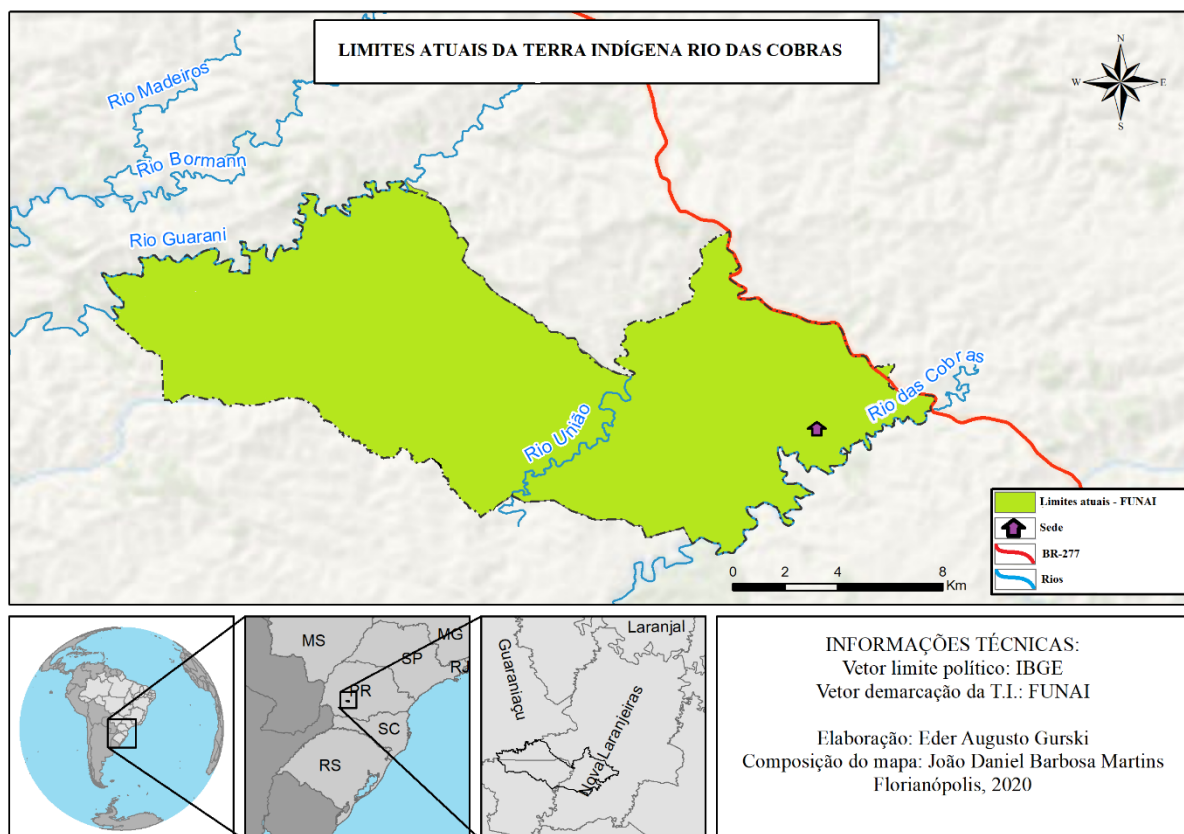
A Terra Indígena Rio das Cobras só teve seu processo finalizado no ano de 1991. A homologação se deu através do Decreto nº 290, de 29 de janeiro de 1991. Tendo em vista o artigo 84 da Constituição Federal de 1988 e o que está na lei 6.001, o Estatuto do Índio de 1973:

Fica homologada, para os efeitos do art. 231 da Constituição, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, da Área Indígena Rio das Cobras, localizada nos Municípios de Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná, com a superfície de 18.681,9806 há (dezoito mil, seiscentos e oitenta e um hectares, noventa e oito ares e seis centiares) e perímetro de 98.131,30 (noventa e oito mil, cento e trinta e um metros e trinta centímetros).

Assinado pelo então presidente da República Fernando Collor, colocava fim nos imbróglios da política indigenista quanto à demarcação definitiva de Rio das Cobras. Com mais de dezoito mil hectares representa a maior Terra Indígena homologada no Estado do Paraná até

o presente momento. Para fazer a medição foi levado em conta os limites estabelecidos conforme as diversas delimitações anteriores e o acompanhamento direto de representantes indígenas da comunidade. Os limites ficaram assim estabelecidos:

Mapa 17 – Homologação dos limites de Rio das Cobras



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nas fontes de pesquisa e trabalho de campo.

A homologação da terra de Rio das Cobras garantiu o direito territorial dos Guarani e Kaingang. A longa luta de Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima, de Argemiro Fernandes e de outras lideranças em Rio das Cobras se concretiza nos marcos de cimento colocados pela FUNAI, mas, sobretudo, representa a luta, a perseverança e a resistência indígena. Mas, para que a homologação fosse concluída, alguns momentos de luta foram importantes. Destaco mais dois elementos que possibilitaram a homologação da Terra Indígena Rio das Cobras e de outras terras: a sequência de retomadas de terras no Sul e a participação do Conselho Indígena de Guarapuava na Constituinte de 1987.

Resultado de um processo mais amplo de reivindicações territoriais, a década de 1980 foi palco de muitas retomadas de Terras Indígenas, as quais vinham na esteira das organizações

indígenas. Os Guarani e Kaingang em Rio das Cobras não pararam de lutar, e enquanto suas terras passavam pelo processo final de demarcação deram continuidade ao movimento de retomadas auxiliando também em outras terras. As malhas de informação e de apoiadores estavam se fortalecendo e se ampliando, dando base para as demandas serem ouvidas no campo da política indigenista do Estado, e possibilitando a sequência do movimento.

Quando a área de Rio das Cobras foi considerada livre de intrusos, o presidente da FUNAI e seus funcionários que presenciaram o ocorrido em Rio das Cobras compreendiam que aquele não era um movimento isolado de organização. Sabiam da presença de outras lideranças, principalmente de Mangueirinha e Nonoai. Dessa forma não havia dúvidas que aquela seria a primeira de uma série de retomadas de terras indígenas que estavam sob domínio de posseiros, fazendeiros e madeireiras. Como consta também na publicação do Jornal Isto é: “Funcionários da Funai e o próprio Ismarth de Oliveira Araújo acreditam que essa foi a primeira de uma série de expulsões. E, só na reserva indígena de Nonoai, no Rio Grande do Sul, existem mais de 10 mil famílias de colonos⁶⁹⁸”. Como correu nos próximos anos, a exemplo de Rio das Cobras, outras terras foram retomadas. No próximo tópico evidencio algumas das retomadas que ocorreram durante os anos 1980.

4.6 AS OUTRAS RETOMADAS DE TERRAS NO SUL DO BRASIL

Mesmo depois da retomada da Terra Indígena Rio das Cobras o ano de 1978 foi marcado, também, por mais uma tentativa de ataque contra os territórios indígenas, através do Decreto de Emancipação. O documento visava regular os artigos 9º, 10º, 11º, 27º e 29º do Estatuto do Índio de 1973. Como afirma Bicalho⁶⁹⁹ esse projeto tinha como objetivo a emancipação dos povos indígenas de seus direitos específicos e a implementação de projetos de desenvolvimento econômico dentro dos territórios. Era uma política de integração mais agressiva, retirando a autonomia dos povos sobre suas identidades e seus territórios. Os planos militares eram de explorar economicamente as terras a todo custo, tarefa que estava nas mãos do general Ernesto Geisel. É importante notar que o ano de 1978 marcava o prazo final, estipulado pelo Estatuto do Índio, para a demarcação de todas as Terras Indígenas em território

⁶⁹⁸ ISTO É. Op cit. mar/01, 1978.

⁶⁹⁹ BICALHO, Poliane. **Resistir era preciso: O decreto de Emancipação de 1978, os povos indígenas e a sociedade civil no Brasil**. Topoi, Rio de Janeiro, v 20, n.40. p. 136-156, jan./abr. 2019, p. 142.

brasileiro. Além desse prazo não ser cumprido, o Decreto de Emancipação figurava como uma resposta às reivindicações pró-demarcação.

O decreto sofreu duras críticas dos povos indígenas e seus apoiadores, levado a um fortalecimento da luta em favor da demarcação das terras que uniu além do CIMI, professores universitários, antropólogos, centros acadêmicos, a ANAI, a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP) que, inclusive, foi criada em decorrência desses embates no ano de 1978. Como afirma Bicalho⁷⁰⁰, esse momento foi um dos pontos fundamentais para a formação das bases do Movimento Indígena. Assim, os povos indígenas e seus apoiadores não recuaram, ao contrário, se fortaleceram e alastraram a luta e a organização.

Conforme já discutido, o CIMI já havia afirmado que a retomada da Terra Indígena Rio das Cobras não apenas foi a primeira das retomadas que ocorreram no Sul, mas também que foi um movimento que influenciou outras que aconteceram depois. Diante de um cenário de efervescência das lutas políticas no país, os anos 1980 foram palco de inúmeros conflitos por direitos, o que acabou resultando na retomada da democracia e, conseqüentemente, da promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, as retomadas de terras indígenas que estavam sob invasão de posseiros e grandes proprietários representaram um marco para as lutas indígenas no Brasil.

A organização e os laços estabelecidos entre as comunidades e as lideranças que participaram do movimento em Rio das Cobras mantiveram a aliança e as táticas de retomadas. Seu Miro ao mencionar a participação de Kretã na retomada da Terra Indígena Rio das Cobras, conta do apoio que prestaram e de como se organizaram para a sequência do movimento de retomadas:

Ele ajudou bastante, depois nós fomos ajudar lá em Mangueirinha também. Nonoai também. Tenente Portela, no Rio Grande nós fomos. [...] O mesmo plano daqui. Só arrumemos os ônibus pra nós ir. Daí marquemos o dia pra eles espera nós. Pra ficar negócio certo. Aí nós ficamos lá, enquanto não limpemos, nós não voltamos. Aqui em Mangueirinha que foi fera né. Ali tinha gente bom de tiro.⁷⁰¹

Após Rio das Cobras, foi a vez de Nonoai, onde Nelson Xangrê liderou a retirada dos posseiros. Nelson Xangrê nesse período em que esteve em Rio das Cobras já participava das reuniões e Assembleias de Lideranças realizadas pelo CIMI. Através de sua ligação com Egon Dionísio Heck e Wilmar da Rocha D'Angelis, construiu uma malha de alianças que

⁷⁰⁰ Idem.

⁷⁰¹ FERNANDES, Argemiro. Op. cit. 2019.

possibilitaram seu fortalecimento enquanto liderança Kaingang em meio ao campo da política indigenista. Mantinha diálogos com lideranças indígenas de todas as regiões do Brasil, talvez seja a liderança Kaingang que mais esteve presente nas Assembleias de Lideranças que ocorreram pelo país. Auxiliando na organização e vendo de perto a retomada das terras em Rio das Cobras, voltou a Nonoai decidido e em dar prosseguimento ao movimento que vinha organizando. Com o apoio de outros povos indígenas, entre eles Guarani e Kaingang de Rio das Cobras iniciaram as intimações aos posseiros. Angêlo Kretã também participou da retomada em Nonoai.

A retomada da Terra Indígena Rio das Cobras e toda a articulação de apoiadores, de cobertura da imprensa, geraram um cenário desconfortável para as políticas territoriais do Estado. Se antes era possível esconder os títulos e incentivar a agricultura em territórios indígenas, com a exposição ficariam obrigados a dar continuidade à retirada de posseiros de outras terras indígenas. Contudo, assim como em Rio das Cobras, o INCRA se isentou da responsabilidade sobre os invasores.

Segundo Souza⁷⁰², Nelson Xângre iniciou a retomada de Nonoai no dia 04 de maio de 1978, retirando cerca de 11.800 posseiros. O número de indígenas era muito menor ao de intrusos, um total de pouco mais de 3.000 pessoas, entre Kaingang e Guarani. As táticas utilizadas foram as mesmas do que em Rio das Cobras. Primeiramente foram formados grupos de Kaingang e Guarani, de cerca de 20 a 50 pessoas armadas, que de casa em casa iam dando o aviso para os colonos. Os arcos e flechas assim como em Rio das Cobras também figuravam como armas simbólicas para amedrontar os intrusos que não saíam e na demonstração de sua identidade. O prazo de 24 horas acabou no dia 04 de maio, um sábado pela manhã, quando dão início ao movimento, tomando algumas casas dos intrusos. Muitas famílias também fugiram da Terra Indígena em Nonoai pelas notícias dos ataques. Nesse primeiro momento a FUNAI não havia ainda decidido se daria continuidade à desocupação da área e a disputa continuou por um longo período até que fosse montada uma operação final.

Assim, o Exército e a FUNAI também agiram em Nonoai, mas como em Rio das Cobras só tomaram uma posição após o movimento desenvolvido pelos próprios indígenas. Entre as lideranças que participaram de Nonoai estavam Marcolino Kandetê, José Domingos, Amândio Kagrê, José Capanema, Zé Lopes, Vicente Fernandes Fokãe, Chico Luís, Ambrósio,

⁷⁰² SOUZA, Paulo Afonso. Op cit. 2011.

Aleixo, Salvador Capanema, Argemiro, Ari Paliano, Domingos Goitoto, Norberto Gabriel, Angelo Kretã e Nelson Xangrê⁷⁰³.

Logo depois de Nonoai, ainda no ano de 1978, A sequência de retomadas no ano de 1978 foi ocorrendo como um efeito dominó, passando no Rio Grande do Sul pelas Terras indígenas de Ligeiro, Cacique Doble, seguidas por Guarita, Monte Caseros, Serrinha, Votouro, Ventania, Iraí e Rio da Varzea e Palmas no Paraná e Xapecó em Santa Catarina. Assim como em Rio das Cobras e Nonoai as outras retomadas de terras tiveram características muito parecidas, principalmente na maneira como eram organizadas por suas lideranças.

As ações que ocorreram ao Nonoai foram detalhadamente documentadas pela Regional Sul do CIMI, que publicou uma edição especial no informativo Luta Indígena com mais de 50 páginas, no qual faziam um levantamento dos antecedentes e dos atuais acontecimentos de organização indígena em Nonoai⁷⁰⁴. A organização e a luta dos Guarani e Kaingang em Nonoai também foram estudadas brevemente por Paulo Afonso de Souza em sua dissertação, mas trazem informações importante de como foram desenvolvidas práticas vinculadas diretamente com a retomada de Rio das Cobras, as quais demonstravam as ligações das bases de luta que cresciam entre as lideranças e as demandas das comunidades. Clovis Antonio Brighenti também trabalhou com a construção dessas malhas trazendo o contexto de Santa Catarina principalmente na retomada da Terra Indígena Xapecó, reforçando nossas afirmações de que na década de 1970 foram formadas as bases de uma luta que se tornou nacional e internacional.

A retirada dos arrendatários e invasores da TI Xapecó foi no ano de 1979. Como demonstrado na tese de Brighenti, as retomadas das terras indígenas de Rio das Cobras e Nonoai foram imprescindíveis, pois deram base para que em Xapecó também fosse feita com sucesso. Além disso, também foi muito importante a participação ativa de representantes de Xapecó nas Assembleias de Lideranças e Representantes Indígenas criando e fortalecendo uma rede de luta. Existiam diferenças em relação aos intrusos, além de grandes latifundiários existiam muitos arrendatários. Apoiadores como Dom José Gomes, Egon Heck e Lotário Thiel do CIMI, tiveram

⁷⁰³ Idem.

⁷⁰⁴ O número de invasores também se intensifica com a administração do SPI em Nonoai. As terras foram griladas e arrendadas. As lideranças de Nonoai sempre estiveram presentes nas Assembleias de Lideranças e Representantes Indígenas. Tinham contato direto com os missionários do CIMI nacional e regional. O caso envolvendo as invasões e a retomadas das terras no Rio Grande do Sul embora se assemelhe com o movimento em Rio das Cobras não pode ser confundido e depende de uma análise pormenorizada para fazer jus as lutas dos Guarani e Kaingang. Nesse momento nos servem como exemplo dos desdobramentos e alianças feitas em um período de efervescência da luta dos povos indígenas por seus direitos de demarcação das terras. CIMI-SUL. **Luta Indígena. n°6, agosto de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Luziânia-GO.

sua participação, mas o protagonismo foi novamente dos indígenas, principalmente de figuras como Floriano Belino, José Domingues Paliano e Vicente Fernandes Fokãe.

Segundo Brighenti⁷⁰⁵ ao contrário de Rio das Cobras em que teve ação direta dos indígenas na retirada dos posseiros, em Xaçupé os arrendatários saíram antes que fosse deflagrada alguma ação de combate. Os rumores sobre os movimentos de retomadas colocaram medo nos invasores que estavam dentro das Terras Indígenas nesse período. Algumas ficaram nas esperanças que teriam sua posse validada, promessas feitas inclusive por políticos locais. Foram cerca de 700 intrusos retirados de Xaçupézinho em 1978. Outras conquistas territoriais continuaram acontecendo durante o passar dos anos na TI Xaçupé, pelo menos até 2001 quando foi conquistada a Aldeia Condá.

Na década de 1980 foi a vez de Manguairinha no Paraná, onde a maior concentração de terras estava com a madeireira F. Slaviero. A imensa floresta de araucária, herança do cultivo territorial dos Kaingang, havia se tornado objeto de disputa das grandes madeireiras.

Seu Pedro Cornélio Seg-Seg recorda que quando assumiu a Conselho Indígena de Guarapuava, uma das primeiras ações que participou foi na retomada das terras de Manguairinha. Ao falar de como se organizaram para o movimento, comenta que houve presença de indígenas de todas as localidades dos estados do Sul:

Porque eu defendi, porque já no primeiro ano, em oitenta e cinco, eu tive que ir pra Manguairinha defender a terra que os índios de lá questionavam. Uma firma chamada Slaviero, era o Slaviero e os irmãos Maia Neto, que eram Senador, Governador, Deputado, eles tinham ligação com os madeireiros. Aí me chamaram lá, porque o Ângelo Kretã que era o cacique lá no Manguairinha, queria tirar mas não conseguiu, ele acabou morrendo, daí eles me convidaram. Esse é teu papel, você vai ter que tirar esses posseiros de lá. Aí eu combinei com eles né, que nós ia tirar esses posseiros, aí fui o início da minha vida da minha carreira de luta foi ali. Aí eu fui pra Manguairinha, mas eu levei trezentos e cinquenta índio, de todas as aldeias me ajudaram. Daqui também, o Zé Líbio levou várias pessoas, umas cinquenta pessoas. Palmas levo, Chapecó também levo, vinha do Rio Grande, Xanxerê, Nonoai, Manoel Ribas, de todas as aldeias de várias as aldeias, acho que foi um trezentos e cinquenta índio pra tirar o Slaviero. [...] Aí começou minha luta mesmo, aí não parei mais. Aí fui lá, tiramos o Slaviero sem dar um tiro neles.⁷⁰⁶

Manguairinha, assim, figuraria como um dos últimos lugares de retomada, pouco tempo antes da Constituinte de 1987. Ângelo Kretã foi uma das lideranças indígenas mais importantes para as lutas indígenas. Era um representante ativo enquanto vereador no meio da política não indígena e estava sempre presente nas Assembleias de Líderes Indígenas. Por conta

⁷⁰⁵ BRIGHENTI, Clovis Antonio. Op. Cit. p. 363.

⁷⁰⁶ Idem.

disso teve sua vida colocada na mira de quem tinha interesse na exploração das terras indígenas. Lutou arduamente pela demarcação das terras indígenas no Sul e por um movimento indígena unido em torno das demandas que os povos compartilhavam. Participou da organização dos movimentos de retomada de Rio das Cobras e Nonoai. Infelizmente, não conseguindo ver a retomada das suas terras e faleceu de maneira precoce. Foi assassinado em um acidente automobilístico forjado. Ângelo Kretã tornou-se um símbolo de luta e de resistência e sua morte foi encomendada por lutar contra o roubo das terras indígenas. Os acusados nunca foram presos, e o caso foi arquivado como um acidente.

As lutas por terras que seguiram na década de 1980 fortaleceram os laços e as demandas dos povos indígenas em todo Brasil. Assim, foi o protagonismo indígena o elemento fundante de todo movimento desde as primeiras articulações por retomadas. Embora os apoiadores não-indígenas tivessem um papel dentro da luta principalmente no que se refere a denúncias e troca de informações, foram os povos indígenas representados nas vozes de suas lideranças quem organizaram e fizeram possíveis essas alianças de demandas.

Como foi possível observar no caso da retomada da Terra Indígena de Rio das Cobras, e como ocorreu posteriormente em todas as terras indígenas que estavam em posse de intrusos e foram retomadas, existe um planejamento que envolve diferentes etapas e vários personagens. Que têm na força das comunidades e de suas lideranças a representatividade nas disputas territoriais contra o Estado e a população não-indígena.

Nos anos 1980 as demandas dos povos indígenas do Sul tiveram uma tentativa de centralização em uma comissão formada pelas lideranças de cada povo. Essa comissão foi importante não apenas para que as reivindicações fossem centralizadas, mas, como espaço de diálogo e formação. Esse coletivo de lideranças marca também a trajetória do cacique Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima, que foi secretário do conselho selando uma trajetória de mais de 30 anos de luta contra a invasão da terra do seu povo.

4.7 O CONSELHO INDÍGENA DE GUARAPUAVA E A CONSTITUINTE DE 1987

Com as inúmeras retomadas o Governo Federal ficou pressionado em tomar alguma decisão. No ano de 1987 foi então aberto um processo Constituinte para ser aprovada uma nova Constituição Federal. A constituinte daquele ano marcou a luta dos povos indígenas pelos seus direitos. Resultando principalmente no Art. 231 da Constituição Federal de 1988, a participação indígena foi fundamental durante todo o processo. A união das demandas dos diferentes povos

fez com que fosse aprovado na Carta Constitucional a garantia de suas formas de vida, organização sociocultural e a demarcação das terras que ocupavam tradicionalmente. Nesse sentido, pode-se compreender a Constituinte como o desfecho das demandas que iniciaram nas lutas e retomadas de terras.

A Assembleia Nacional Constituinte foi feita através de uma emenda na Constituição em vigor, que deu poderes para que os deputados e senadores para elaborar uma nova Constituição. O presidente da Assembleia Nacional constituinte foi o Deputado Ulisses Guimarães. As discussões em plenário foram divididas em 9 comissões e 24 subcomissões. Os representantes dos povos indígenas falaram na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas deficientes e Minorias. Entre os expositores estavam: Pangran Uberkran-Grenn, Estevão Carlos Taukane, Nelson Sarkura, Gilberto Macuxi, Davi Yanomami, Kromare Metotire, Pedro Cornélio Seg Seg Kaingang, Valdomiro Terena, Hamilton Kauná, Antônio Apurinã, Nair Jane, Airton Jane, Airton Krenak, Afonso Pastore, José de Aquino Batista, Jorge Reis dos Santos, Maria Rita Freire Costa, Eduardo Viveiros de Castro, Abraham Luowenthal e Manoel Cesário.

Na Constituinte, assim como na condução da União das Nações Indígenas (UNI) e no Movimento Indígena que se formava, Danielle Bastos Lopes⁷⁰⁷, destaca a representatividade fundamental também de lideranças como Marcos Terena, Terêncio Luiz da Silva, Álvaro Tukano, Mario Juruna, Raoni Metuktire, Marçal de Souza e tantos outros porta-vozes. Líderes que são exemplos das reinvenções de seus povos para a luta política contra as imposições do poder do Estado.

A criação da UNI é tanto para Bicalho⁷⁰⁸ quanto para Lopes⁷⁰⁹ um dos marcos fundadores do que poderia ser entendido como Movimento Indígena com características nacionais. De acordo com Lopes a UNI surgiu decorrente do Seminário de estudos Indígenas de Mato Grosso do Sul, entre os dias 17 e 20 de abril de 1980. Teve a presença de 15 povos de regiões diferentes. Tinha como primeiro presidente Marcos Terena⁷¹⁰. Também eram

⁷⁰⁷ LOPES, Danielle Bastos. **O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988).**

Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2011.

⁷⁰⁸ LOPES, Danielle Bastos. Op cit. 2011.

⁷⁰⁹ Idem.

⁷¹⁰ Segundo Bicalho a entidade teria inicialmente surgido com o nome de UNID e era inicialmente um time de futebol de salão dos estudantes indígenas em Brasília. Ainda segundo a historiadora, esse era um espaço que enquanto treinavam, jogavam também trocavam ideias acerca dos problemas enfrentados nas comunidades e com relação as conduções da política indigenista. BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Op cit. 2010.

representantes Álvaro Tukano e Ailton Krenak. A pesquisa do historiador João Gabriel da Silva Ascenso⁷¹¹ também corrobora para pensar as bases de formação desse movimento.

Ailton Krenak foi uma das lideranças que mais atuou em viagens e conversas com outras lideranças indígenas pelo Brasil, também foi quem representou a entidade no discurso na Constituinte de 1987. O objetivo era de que as comunidades tivessem maior participação nas decisões governamentais. Embora a entidade representasse certa centralização, a ideia de um movimento indígena não pode ser entendida como uma instituição fechada. Acredita-se que é melhor pensar as organizações como movimentos indígenas do que em um movimento único e hegemônico.

Podemos compreender a ideia de Movimento Indígena a partir de Luciano Baniwa, que define o movimento como um “conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos coletivos”⁷¹². Nessa direção, o que pode ser entendido por um Movimento Indígena, formado por uma malha de pessoas e instituições, teve suas implicações decisivas na retomada da Terra Indígena Rio das Cobras. Talvez o que caracterize as lutas por terra nesse momento é a rede formada através de demandas em comum.

O famoso discurso de Ailton Krenak na Constituinte, vestido de terno branco e pintando o rosto com uma tintura de cor preta, é emocionante e ganhou muito destaque pelo impacto que causou. Como grande pensador e orador que é, Ailton Krenak foi cirúrgico nas palavras e posicionamentos, contrário à política indigenista demonstrou firmeza em defender os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas. Além dele, outras lideranças deram seus depoimentos trazendo as demandas de cada região e dos povos que representavam. A luta de Rio das Cobras e dos povos indígenas no Sul também estava sendo representada. Estavam lá vários representantes, entre eles o Conselho Indígena de Guarapuava, do qual Valdomiro Pires de Lima fez parte.

Desde o ano de 1975 as demandas dos povos indígenas no sul do Brasil vinham sendo colocadas em pautas nas reuniões entre lideranças realizadas com o auxílio do CIMI. Contudo, depois da onda de retomadas de terras que ocorreram a FUNAI resolveu criar diversos conselhos de lideranças indígenas, o objetivo era conseguir fazer uma ponte entre as lideranças

⁷¹¹ ASCENSO, João Gabriel da Silva. **“Como uma revoada de pássaros” : uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio de Janeiro. 2021.

⁷¹² LUCIANO BANIWA, Gersen José dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC/UNESCO: LACED, 2006. pp. 57-58.

e o Estado. Além disso, os Conselhos Indígenas, como eram chamados, serviriam para que as demandas fossem levadas à Constituinte de 1987. Os planos também poderiam ser interpretados como formas de controle, pois uma vez que institucionalizassem as reuniões das lideranças indígenas as conversas e planos estariam sempre sendo acompanhadas e controladas pela FUNAI.

Conselho Indígena de Guarapuava foi criado em 21 de agosto de 1986. Valdomiro Karaí Tupã Pires de Lima fez parte do Conselho como 3º secretário. Seus objetivos eram de continuar sua luta para que sua terra fosse garantida, visto que a homologação de Rio das Cobras ainda não tinha sido concluída, estando apenas delimitada. Além da liderança Guarani de Rio das Cobras, também fazia parte como vice-presidente José Olíbio, liderança Kaingang em Rio das Cobras. Como 1º secretário estava o cacique Kaingang de Mangueirinha Martins Luis dos Santos, o segundo secretário era o cacique Guarani João Maria Soares de Rio Da Areia de Inácio Martins. Faziam parte ainda do Conselho de Guarapuava Lili Conélio como secretário do Vice-presidente, Atanasildo Guilherme, cacique Kaingang de Queimadas, como auxiliar de 1º secretário, Domingos Crespim cacique Kaingang de Ivaí como auxiliar de 2º secretário, Aristides Gabriel, cacique Guarani de Mangueirinha, como auxiliar de 3º secretário, Juvêncio dos Santos cacique de Guarapuava e João Centurion de Ócoi como presidente de honra.

Na presidência estava Pedro Cornélio Seg Seg. Liderança Indígena de Guarapuava, Pedrinho Seg Seg como era conhecido, foi personagem central no que se refere à repercussão das demandas de terra na Constituinte de 1987. Foi escolhido para presidência por estar dentro das características de servir como elo de diálogo entre a FUNAI os povos indígenas na região.

Pedro Cornélio Seg Seg, filho de Sebastião Cornélio, nascido em Boa Vista Laranjeiras do Sul, foi uma das principais lideranças nas reconquistas das terras de Boa Vista, Mangueirinha e Rio das Cobras, além de ter sido um dos principais representantes frente ao governo federal. Foi funcionário da FUNAI, prestou serviço militar e sabia, por toda sua experiência, como funcionava a lei dos brancos. Nascido na região de Boa Vista, em uma localidade chamada Imbira Branca, de onde vinha toda sua família, ainda em sua infância mudaram-se para Passo Liso, localidade do município de Laranjeiras. Pedro Cornélio Seg Seg, conta com detalhes como foi o começo de sua luta, diz ele: “O início da minha luta foi assim, eu pensava naquele momento a terra, não os índios, que dizer, retornar eles de volta⁷¹³”. A trajetória de uma vida voltada à luta e reivindicação para seu povo é lembrada e contada por ele com detalhes. Sua

⁷¹³ CORNÉLIO SEG-SEG, Pedro. **Entrevista [15 de março de 2019]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Taquara. Acervo do autor.

atuação principalmente como presidente do Conselho Indígena de Guarapuava, foi um dos principais cargos que ocupou como representante indígena. Recorda como se tornou, de maneira inesperada, uma liderança:

Aí teve uma reunião em Curitiba, com as lideranças. Eles me convidaram. Eu não era cacique, não era autoridade. Eu era um professor bilíngue, eu dava aula, eu ensinava na língua. Eu tinha uma certa experiência de vida, porque eu nasci lá em Boa Vista, mas meu pai me entregou para um branco em Ponta Grossa, que é o que me criou, que terminou de me criar. E lá passei pelo quartel, passei pela sociedade branca e vi as coisas diferentes e comecei a ver as diferenças sociais, a diferença cultural das coisas. E foi bom porque eu aprendi muita coisa que eu não sabia, mas, aprendi. O próprio jogo do branco eu jogava pra eles próprios, pra poder vencer as lutas em defesa dos índios⁷¹⁴.

Fala em jogar o jogo dos brancos contra eles mesmo, essas inventividades fazem parte das táticas de resistência praticadas como formas de utilizar os benefícios sem com isso submeter-se ao sistema de pensamento branco. Por conhecer de perto e ter vivido junto com os não indígenas, inclusive prestando serviço militar, sabia exatamente os meios de como cobrar e reivindicar políticas públicas junto ao Estado. Seu entendimento de política o possibilitou passar de professor bilíngue para uma das principais lideranças Kaingang no Sul. Como conta:

Bom, passou aquele tempo, aí fizeram uma reunião dos caciques, isso foi em oitenta e cinco, no começo de oitenta e cinco. Aí disseram pra mim, Pedrinho, nós estamos discutindo aqui uma coisa que nós achamos importante, não sei o que você acha, eles me consultavam, eu não era cacique, mas eles me consultava. Disserto eles viam na gente que a gente tinha outra cabeça. Aí me disseram, Pedrinho nós estamos querendo ter um Conselho Indígena, criar um conselho indígena, e nós caciques, todos nós caciques escolhemos você. Então pra mim foi um orgulho na época. Aí me escolheram pra ser. Fiquei dezesseis anos no Conselho Indígena. Fizemos muita coisa né. Uma delas foi a educação indígena, que hoje tá aí nas escolas que foi conseguido contratação de índios, na época.

[...] Aí começou minha luta sobre defesa dos direitos indígenas, não só terra, mas tudo que envolvia a questão indígena, seja na área da educação, saúde, questão social, questão ambiental. Eu comecei a questionar por que eu participava de várias reuniões, municipal, estadual e federal. Eu estive várias vezes em Brasília, eu estive várias vezes no Rio de Janeiro, fui em São Paulo várias vezes, estive em vários lugares, pra defender as questões indígenas. Tive vários encontros com o pessoal da Justiça, estive com o pessoal da justiça estadual, federal e também o pessoal do município. E nós conseguimos, então, conquistar o direito dos índio sobre educação, nós construímos dezessete escolas em todo o Estado do Paraná com luta. Dezessete escolas e contratamos os índio pra lecionar junto com os brancos.⁷¹⁵

Ao falar das lutas pelas quais passou, Pedro Cornélio Seg-Seg, lembrou das vezes em que teve que enfrentar sozinho os representantes do governo Federal em Brasília, nem todas as

⁷¹⁴ Idem.

⁷¹⁵ Idem.

vezes de vitórias, acrescentando a importância da união em favor do mesmo objetivo “Uma andorinha só é depenada, e eu fui depenado”⁷¹⁶. Mas não ficou muito tempo sem alçar voo novamente, e alcançou céus mais altos, fazendo uma fala na Constituinte de 1987.

Com o objetivo de levar as pautas regionais para a Assembleia Nacional Constituinte que ocorreria em 1987, no dia 23 de agosto de 1986 o Conselho Indígena se reuniu em Guarapuava. O documento final que foi redigido depois da reunião foi intitulado “CARTA DE GUARAPUAVA”. A carta construída pelas lideranças indígenas que faziam parte do Conselho teve objetivos bem específicos, o principal deles era a demarcação das terras. Como consta:

Após dois dias de muito chimarrão e pouco sol em Guarapuava, Pr., elaborou-se o presente documento a ser levado ao conhecimento dos meios de comunicação, autoridades e a todos interessados na efetivação de direitos e sobrevivência do índio brasileiro.

A nossa primeira proposta à Constituinte é no sentido de execução real de pontos positivos já contidos na própria Constituição e que jamais foram respeitados na prática. Com é de conhecimento geral, um dos problemas que mais afetem o índio brasileiro é a questão da demarcação de terras. Estamos cansados de ver nossas áreas serem invadidas por colonos, por estradas e mesmo por determinações arbitrárias do Governo. E de sobra temos vasta extensão de áreas indígenas ainda não delimitadas legalmente.

[...]

Já ao final do Estatuto do Índio, o artigo 65 afirma textual “O poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”.

O poder Executivo leva, portanto, um atraso de quase oito anos desde o término do prazo.

Exigimos apenas que se cumpram disposições contidas nas próprias leis. Sob este aspecto, baseado no Estatuto do Índio, queremos reafirmar íntens dispostos na lei 6001, cujo acatamento até hoje é questionável.

Cobrando o não cumprimento das demarcações previstas em um prazo de cinco anos pelo Estatuto do Índio, o Conselho Indígena reafirma sua posição de que as terras deveriam ser imediatamente demarcadas em sua totalidade.

As pautas do Conselho foram defendidas na Constituinte de 1987 por Pedro Cornélho Seg Seg. No momento em que lança sua voz está representando milhares de pessoas dos povos Kaingang, Guarani, Xokleg/Laklano e Xetá. No momento em que lhe foi dada a palavra, iniciou:

- Comissão, índios presentes, irmãos presentes, toda a nação. Eu ouvi atentamente todo o pronunciamento do meu irmão, sei de toda a situação da terra e foi o que mais debateram. Parece até vergonhoso em uma nação que vive uma democracia, o índio hoje aparecer aqui falando em luta, lutas de guerra, me parece, porque está defendendo seu direito. Sinceramente emociona, e muito.

⁷¹⁶ Idem.

Eu sou monitor bilingüe; falo a língua caírés, leciono na língua e escrevo na minha língua. É uma das grandes preocupações do Sul hoje. Além disso, hoje eu exerço a função de Presidente do Conselho Regional de Guarapuava, Estado do Paraná, Sul do País. Eu represento 8 caciques da minha área, de aproximadamente 5 mil índios. Sou Kaingang. Esse conselho é representado por Kaingangs e Guaranis⁷¹⁷.

Após sua apresentação Pedrinho segue uma linha de discurso coerente em direção a união de todos os povos do país. Como representante da Comissão Regional de Guarapuava seu depoimento foi muito importante para que as demandas discutidas entre as lideranças do Sul fossem ouvidas nesse dia da Constituinte. Ao ouvir os discursos dos parentes e vendo as inúmeras similaridades entre as demandas, Pedrinho se colocava à disposição de criar uma unidade entre as ações, fomentando a participação e envolvimento coletivo em prol dos povos indígenas. Posicionando-se contrário aos planos governamentais, afirma:

Parece-me que está havendo uma falta de respeito à cultura indígena. Há o avanço da mineração, avanço das grandes serrarias, os grandes e poderosos fazendeiros violentam e afetam bastante a região Norte do País. Isso me preocupa. Eu quero deixar o Yanomani e o companheiro Cromare, o outro cacique também representando, quero dizer que o meu Conselho, da minha parte terá todo nosso apoio; só gostaria de conhecer melhor. O Nelson Saracura também me parece ter um documento com respeito a uma área em questão. Eu também gostaria de levar comigo e apresentar aos nossos caciques do Sul a questão da terra do Nelson Saracura. [...]
Interessante: me parece que o índio tem questionado, existem leis, existem legislações, existem termos de demarcação de terras, mas até hoje as leis não foram cumpridas. Temos hoje uma formulação, talvez, das leis do País. Eu sempre digo e sempre direi, eu ainda tenho minhas dúvidas. Nós, índios, pensamos de uma forma, mas a política, os interesses, a ganância pensam de outra forma. Isso é uma grande preocupação, hoje, minha, como Presidente do Conselho. [...] ⁷¹⁸

Continuando seu depoimento destaca o controle exercido pela FUNAI como negativo para o futuro e desenvolvimentos dos povos. Considerando a tutela como um dos principais meio de cerceamento das pessoas, Pedrinho Seg Seg alerta para os interesses divergentes que se apresentam no cenário nacional nas disputas das terras indígenas. Deixa explícita a preocupação com o futuro das crianças indígenas e a garantia de condições para que prosperem cada um em suas formas de organização social, cultural e política:

Sabemos que existe um órgão governamental que hoje é órgão tutelar do índio, a tutela tem que desaparecer. O serviço do órgão tutelar foi colocado por vias políticas, essas vias políticas têm me preocupado bastante, e muito. Porque ao índio não interessa uma questão político-social envolvente, porque ele já tem uma estrutura e existe uma política social do próprio índio. É preciso garantir o espaço do índio, é preciso dar espaço e condições a esse índio, o índio também é capaz. Se não fosse capaz não estaríamos aqui, assim como outros representantes não estariam aqui. É preciso se

⁷¹⁷ BRASIL. **Assembleia Nacional Constituinte. Comissão da Ordem Social.** Ata da 11ª reunião da Subcomissão do Negro, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. Brasília, 05 maio 1987, p. p. 147-148. Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte no dia 21 de maio de 1987.

⁷¹⁸ Idem.

conscientizar de que existem normas, existem leis, mas é preciso abertamente que o Governo Federal as cumpra, é preciso cumpri-las. Não adianta mudar as normas, não adianta mudar os homens, se não cumprimos com as diretrizes do País. Sabemos que o Brasil é o País que tem mais leis de todo o mundo, mas é o que menos cumpre. É preciso conscientizar toda política, é preciso conscientizar todo o Senado, toda a Câmara dos Deputados, é preciso lutar conscientemente em defesa do povo. Esse povo não pode ser reprimido, esse povo não pode ser espremido, esse povo não pode ser isolado, esse povo tem que ser atendido.⁷¹⁹

Em seu entendimento, o contexto legislativo que dá base para as ações da política indigenista do Estado não faz sentido, uma vez que estão em vigor e determinam a garantia dos direitos territoriais, mas, não cumpre com as determinações, postergando decisões, travando processos, e invadindo as Terras Indígenas. As demoras e entraves estavam diretamente ligados aos interesses do Governo em fomentar as atividades agrícolas em território indígena. Por conta disso, as dúvidas com relação ao cumprimento das leis ficavam sempre pairando nos pensamentos das lideranças. Afirmando ter extrema desconfiança nas ações do governo, Pedrinho Seg Seg novamente faz menção ao Estatuto do Índio, ressaltando o não cumprimento da demarcação de todas as terras indígenas no Brasil até o ano 1978. No seu ponto de vista as leis têm figurado mais como promessas do que como ações políticas efetivas:

O Estatuto do Índio deu um prazo para a demarcação das terras. Os Governos anteriores não cumpriram com a promessa. Será que vão cumprir? É uma pergunta que fica no ar. Chega de aceitarmos certas imposições. É preciso que o índio se organize e assuma os espaços, talvez dentro da sua própria organização chamada FUNAI. É preciso que o índio tenha maior intercâmbio, se conheça melhor uns aos outros, seja no Norte, Sul, Leste ou Oeste. É preciso que eu conheça melhor o Norte e que o Norte conheça melhor o Sul, e, assim, por diante. É pena que o índio continue sendo minoria aqui presente. É preciso que o índio amanhã seja maioria aqui.⁷²⁰

Clamando por uma tomada de posição em direção a maior participação indígenas nas decisões e construções de políticas indigenistas, Pedrinho deixa explícita sua vontade em fazer com que as vozes dos seus parentes fossem ouvidas. A representatividade nas decisões e conduções da própria vida destaca-se como o ponto central do seu argumento. Para ele é só com ocupação dos espaços e a atuação direta dos indígenas nos mais diferentes lugares e instituições que envolvem a política indigenista, que seria possível uma política em benefício dos próprios povos. A desconfiança no governo trazia a confiança nos parentes que de todo o Brasil que em suas falas demonstravam preocupações similares com relação ao governo. Eram as demandas, principalmente territorial, que os uniam na luta frente à construção de diretrizes políticas que

⁷¹⁹ Idem.

⁷²⁰ Idem.

os contemplassem em suas particularidades. Para isso, a organização entre os povos era vista como a chave para as conquistas. Em seu discurso, Pedrinho relata que:

É preciso que comecemos a nos organizar claro e fortemente, não com poder de briga, mas com poder de decidir nossos próprios destinos. É preciso criar espaços na área de educação, como eu já disse em documento enviado à Constituinte; demarcar imediatamente as áreas indígenas; dar espaços e condições de educação; melhorar a agricultura; preservar as matas e a cultura do índio; a língua; o artesanato, para valorizar mais o índio como pessoa; é preciso que se crie espaços para que ele se desenvolva por si próprio. Parece-me que até hoje, desde a criação do primeiro órgão, em 1910, o índio não teve condições de assumir a presidência ou a superintendência de sua própria delegacia. É preciso caminhar rapidamente, num esforço de todos os índios, entrelaçar os melhores conhecimentos entre todos nós, ser mais firmes, mais positivos, mais irmãos. O momento não é de ouvirmos essa ou aquela entidade; é preferível viver entre nós, porque é melhor. O índio precisa ser ouvido e adquirir espaço, mas não apenas ser ouvido e sim ver cumpridas as suas exigências.⁷²¹

Terminando sua fala, deixa como apelo a conscientização das autoridades governamentais para que tenham bom senso e que faça cumprir as leis e determinações das demarcações das terras, da garantia de uma educação de qualidade, da garantia de futuro próspero para seus povos. Elemento que os une em um só grito, o desrespeito às suas terras e culturas não deixa uma alternativa a não ser lutar e resistir contra os diversos ataques que sofreram e sofrem cotidianamente em seus territórios. Além de toda pressão do entorno, são também deixados de lado nas decisões jurídicas que deveriam garantir seus direitos. Por conta disso, a fala de Pedrinho Seg Seg traz o significado de uma luta que é vivida por todos os povos, mesmo com as especificidades que compõem a sua diversidade. Nessa direção, já ao final de sua fala, destaca o seguinte: “[...] De minha parte, agradeço por ter tido a oportunidade de estar aqui presente, em nome dos índios do Sul do País. É uma pena que não estejam todos. Sinto muito, mas fui avisado na última hora. Trouxe o que senti dos índios do Norte: o desespero! [...]”⁷²². Finaliza deixando falando do documento construído pelas lideranças do Conselho Indígena de Guarapuava.

Tenho certeza de que eles darão todo o apoio. Já falei ao Nelson Saracura para me dar a cópia para eu levar sobre a situação da área deles. A maior preocupação deles é a questão da terra, a questão social e política que envolve o índio na sociedade, atualmente. Vou deixar ao Presidente esse documento, o que se fez, mas me parece que tudo o que está escrito aqui já foi dito. É só mais um reforço, um apoio a tudo o que foi dito aos companheiros. [...] Eu ontem estive lendo e me parece que toda a documentação entregue pelos índios será reavaliada e será reestudada e dentro desta, eu espero, Sr Presidente, que queiram o melhor para o índio, porque da minha parte eu lhes entrego esta documentação. É mais um reforço ao que foi entregue pelos

⁷²¹ Idem.

⁷²² Idem.

demais índios de todo o País. Eu quero agradecer a vocês e o meu muito obrigado.
(Palmas)⁷²³

O documento foi entregue aos partidários, assim como de todos os outros representantes, para então ser elaborado e votado o texto final pelos Constituintes. As falas na Constituinte revelam as dimensões que a luta pela garantia de seus territórios tinha tomado. O maior exemplo disso é a diversidade de povos indígenas que foram até Brasília e acompanharam as discussões da Constituinte e votação para a Constituição de 1988. Nunca no Congresso Federal havia existido uma representatividade de tamanha diversidade de povos reivindicando suas demandas. Assim, as discussões que eram feitas no centro das comunidades, as demandas de cada povo, fizeram-se ouvidas através de seus representantes. Os representantes indígenas fizeram vigília no Congresso esperando as negociações do capítulo “Dos Índios”. Segundo Bicalho⁷²⁴, ficaram esperando em um auditório ao lado da sala em que estavam os partidários.

Fazendo pressão por dias e meses, segundo Bicalho⁷²⁵, os representantes indígenas embora não tivessem representantes entre os Constituintes partidários, faziam-se presentes através de suas falas, sua presença, seus rituais, seus cantos. Estiveram em Brasília cerca de 350 representantes dos povos indígenas. Segundo a historiadora, a presença indígena no Congresso sem dúvida foi fundamental para a votação do capítulo VIII “Dos Índios” que está contido na Constituição Federal de 1988. Com isso, conseguem firmar seus direitos à diversidade, identidade, ao respeito a suas culturas e especificidade de cada povo, assim como também o direito à demarcação das terras que tradicionalmente seus povos ocupavam ou ocupam.

Assim, bases de articulações que tomaram força com as retomadas ocorridas durante os anos 1970 e 1980, mostraram a organização de um movimento que se fortaleceu e tornou-se de abrangência nacional. Mesmo assim, novamente é importante frisar que a ideia de Movimento Indígena não pode ser tomada como um movimento único, partidário ou com uma hegemonia generalizadora. Diferente de muitos movimentos, o que mais caracteriza o movimento dos povos indígenas na luta por seus direitos é a diversidade de mundos e cosmologias que ele abriga. Os povos indígenas não apagam a multiplicidade na busca de pautas em comum, pelo contrário, são nutridos por ela. Ailton Krenak alerta que a solidariedade formada entre os povos é porque são sociedades de aliança em contextos de confronto, segundo ele a união está vinculada a uma expectativa e um entendimento com relação ao mundo que é

⁷²³ Idem.

⁷²⁴ BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Op cit. 2010.

⁷²⁵ Idem.

comum entre eles: “[...] mas que ela não supõem isso que modernamente chamam de solidariedade política. É diferente, é uma solidariedade que está vinculada muito mais a origem, a uma memória da origem do povo.⁷²⁶” Segundo Ailton Krenak os povos indígenas nunca deixaram de evidenciar as identidades e pertencimentos de cada povo para serem colocados em uma massa. Nas suas palavras: “A política moderna pensa esse negócio de solidariedade de todo mundo junto, às sociedades tribais pensam a solidariedade dentro das diferenças, dentro da identidade de cada uma”⁷²⁷. Esse talvez seja um dos grandes ensinamentos que o movimento dos povos indígenas tem dado a nós brancos.

A trajetória de luta de Valdomiro Pires de Lima também havia sido representada na Constituição Federal através das demandas aprovadas no Conselho Indígena de Guarapuava. A tenacidade em proteger a sua terra juntamente com as malhas de apoio formadas durante os anos de resistência, possibilitaram a Karaí Tupã que sua voz chegasse mais longe. Embora não tenha feito nenhuma fala na Constituinte, sua participação no Conselho Indígena de Guarapuava e suas ações para garantir a sua terra se fizeram representadas também pela voz de Pedro Cornélio Seg Seg. Com a homologação da Terra Indígena Rio das Cobras no ano de 1991, as lideranças Guarani e Kaingang viram o resultado de sua luta na garantia jurídica da demarcação.

⁷²⁶ COHN, Sérgio (org.). Ailton Krenak: **Encontros**. Rio de Janeiro: Azougue, 2015. p. 151.

⁷²⁷ Idem. p. 152

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de retomada que aconteceu na Terra Indígena Rio das Cobras não foi iniciado em dezembro de 1977 como se pensava antes. De fato, a retirada dos invasores de onde viria a ser demarcada a Terra Indígena foi feita entre o final de dezembro de 1977 e fevereiro de 1978. Contudo, essas datas só representam a deflagração da ação de retomada, o movimento de organização, resistência e luta é muito anterior a essa datação. Inicia-se com as primeiras reivindicações contra a invasões e arrendamentos em Rio das Cobras e termina com a homologação final. Ou seja, a retirada dos invasores é só um dos processos do movimento.

As condições e os contextos que levaram à sequência de retomadas dos territórios indígenas demonstram que as articulações se faziam de diferentes formas e envolvendo muitas pessoas. Rio das Cobras é um exemplo de como a resistência às frentes de expansão e à própria usurpação do seu território ocorreram. É também exemplo de como as redes de formação do movimento indígena se infiltraram Paraná à dentro, driblando as duras imposições do período e fortalecendo as bases de luta pela terra. Transitando em meio a diversos tipos de documentações deparei-me com diferentes personagens, alguns Guarani e Kaingang, outros apoiadores não indígenas. Acompanhando seus caminhos através das fontes, foi possível perceber as malhas formadas por eles em suas articulações de luta pela terra.

Constatou-se que as invasões de terras se intensificaram em Rio das Cobras principalmente depois da instalação do Posto Indígena do SPI, e que seus funcionários tiveram forte influência nos arrendamentos, grilagens e vendas ilegais de madeira. Depois do ano de 1942, quando foi construído o Posto Indígena em Rio das Cobras, a comunidade presenciou a imposição do controle e fiscalização do tempo e de suas vidas. Os diversos encarregados que passaram pelo Posto deixaram vestígios, como cartas, ofícios, relatórios mensais e anuais que demonstram seus trabalhos e ações, ao mesmo tempo que revelam abusos de poder e arrendamentos de terra. Violências que foram registradas no Relatório Figueiredo e que mostram como o poder do Estado, nas mãos dos Encarregados dos Postos, construiu campos de trabalho forçado e em condições de escravização.

O primeiro Encarregado em Rio das Cobras, Francisco Krassuski, acreditava nas ações do SPI como formas de mudança positivas para os Kaingang e Guarani. Dedicou-se fortemente em fazer com que os trabalhos prosperassem. Também se dedicou para dar assistência para os Guarani que estavam na antiga aldeia Mato Queimado, os quais passavam por enfermidades. Sempre tentou passar a impressão de que estava no controle da situação em seus relatórios e

ofícios, mesmo quando relatava questões negativas, as retratava como estando dentro do esperado. Ele e sua família representavam o estabelecimento do poder do Estado em Rio das Cobras. Após sua saída, outros funcionários assumiram o cargo, entre eles Vidalvino Lourenço de Souza e Flavio Toczek. Ambos ficaram pouco tempo à frente do Posto, contudo foi tempo suficiente para começarem um trabalho de arrendamentos de terra e obrigavam o trabalho forçado dos indígenas para o Posto.

O encarregado de Posto do SPI que permaneceu mais tempo em Rio das Cobras foi Raul de Souza Bueno. Raul ficou cerca de 16 anos como encarregado. Juntamente com a esposa, filhos e irmãos estabeleceram um poder repressivo que contava com torturas, prisões e trabalho forçado. Quando chegou em Rio das Cobras instalou um instrumento de tortura conhecido como tronco. Utilizava as lideranças e os próprios indígenas para manter o poder dentro da área através de ameaças. Além das torturas físicas Raul de Souza Bueno também facilitou a entrada de intrusos. Ganhava com o arrendamento de terra, venda de madeira e com o trabalho indígena. Diversas vezes ao conversar com os mais velhos Guarani e Kaingang em Rio das Cobras, eles afirmaram que Raul de Souza Bueno também criava centenas de cabeças de porcos e gado dentro da área indígena. Com todo esse poder sobre a vida das pessoas muitas foram as violências e arbitrariedades cometidas.

Em relação às delimitações de terra feita em Rio das Cobras foi possível notar diferentes delimitações com o passar do tempo. A primeira delimitação de terra feita pelo Estado em Rio das Cobras foi oficializada em 1901 em nome da liderança Kaingang Jambrê. Alguns anos mais tarde foi delimitada mais uma porção de terras para os Kaingang entre o Rio União e o Rio Bormann. Um mapa construído por Sertório da Rosa dá a ideia das possíveis dimensões da área no ano de 1913. Não é possível atestar com exatidão esses limites, contudo, o mapa apresentado pelo Inspetor do SPI lança novas questões acerca das primeiras delimitações.

Nos anos 1940 foi retirada da delimitação, a área entre os rios Guarani e Bormann, sendo adicionada uma porção de terra acima da antiga estrada para Foz do Iguaçu. É também durante as ações do SPI nos anos 1940 que os Guarani começaram a colocar suas demandas, principalmente com relação à delimitação de suas terras. A primeira vez que tiveram contato com o então Encarregado de Posto Francisco Krassuski estavam todos no antigo Tekoa Mato Queimado, próximo ao Rio Guarani e Bormann. Essa porção de terra chegou a ser delimitada por Francisco Krassuski com mais de 6.000 hectares, mas, não foi levada à frente pelo Estado. Os Guarani foram transferidos para mais próximo do Posto nos anos 1950, sendo criado então

o Tekoa Pinhal. Na década de 1970 a família Veríssimo saiu do Tekoa Pinhal e fundou o Tekoa Rio da Lebre.

A década de 1950, também, foi marcada pelo chamado Acordo Lupion, que representou a tentativa de redução das demarcações de terras indígenas no Paraná, posses estas que haviam sido conquistadas pelos povos indígenas na primeira década dos anos 1900. O Acordo Lupion afetou diretamente todas elas, algumas perderam mais de 80% de sua extensão. Entretanto, no caso de Rio das Cobras as delimitações anteriores feitas pelo SPI e a pressão indígena contra as invasões criaram um contexto de dificuldades para a aplicação do loteamento pretendido pelo Acordo Lupion. Por uma série de motivos políticos e de entraves administrativos, juntamente com a pressão indígena, o acordo não foi aplicado.

Contudo, o limbo administrativo entre a delimitação e demarcação parecia não ter fim. A falta de decisão fez com que muitas pessoas decidissem invadir a área, ou seja, mesmo não sendo colocado em prática na redução da demarcação, o imbróglio criado pelo Acordo Lupion afetou diretamente a condução das práticas dentro da área anteriormente delimitada, favorecendo o arrendamento ilegal, invasões e venda de madeira. Havia, entre as pessoas envolvidas nas invasões e roubo de madeira, a confiança de que a terra não seria mais demarcada para os indígenas. Essas informações eram passadas pelo próprio Encarregado de Posto e, principalmente, por políticos locais que insuflavam a entrada de invasores. Os políticos envolvidos faziam parte de famílias não indígenas que há anos tentavam estabelecer o poder na região. As ideias giravam em dominar a terra e integrar/expulsar os Guarani e Kaingang.

As resistências contra as ações do SPI eram reprimidas fortemente pelos Encarregados de Posto, mas isso não parou a luta dos Guarani e Kaingang. Principalmente através de denúncias, indo até Curitiba para falar com o Chefe da Inspeção Regional, para Brasília para falar com o presidente da FUNAI e em denúncias à imprensa. Eram diversas formas de estratégias utilizadas para romper com a dominação instituída pelo órgão indigenista do Estado. Iniciadas desde as primeiras tentativas de invasões foram fortalecendo suas lutas. Personagens surgem em meio a esse contexto de confronto e formam-se como guerreiro em busca da defesa de seu povo. A liderança Guarani Valdomiro Pires de Lima, Karaí Tupã, é um desses exemplos. Foi uma das pessoas mais ativas na luta pela terra em Rio das Cobras, estando à frente das reivindicações desde a administração de Raul de Souza Bueno. Foi chamado pelo Encarregado do Posto de “índio fazedor de confusão” e foi preso diversas vezes por denunciar as invasões. Mesmo assim, nunca recuou em suas caminhadas, enfrentou as repressões e colocou sua vida em risco pela garantia da demarcação e proteção da terra de seu povo.

Raul de Souza Bueno e seus familiares foram afastados do SPI, mas não se sabe se receberam punições jurídicas. A única pessoa que não foi colocada nos autos do processo do Relatório Figueiredo foi Maria Eleonor Bueno, esposa de Raul. Segundo consta no relatório, ela estaria apenas seguindo as ordens do marido nas práticas cometidas.

Mesmo com a extinção do SPI as demandas de demarcação não foram resolvidas em Rio das Cobras. Com a entrada da FUNAI, o cenário era de muitos intrusos, os Chefes de Postos da FUNAI continuaram facilitando os arrendamentos e as vendas de madeiras de forma ilegal, beneficiando-se com os lucros gerados. Entre os Chefes de Posto da FUNAI mais citados nos documentos e pelos Kaingang de Rio das Cobras como os principais responsáveis pelas práticas de venda ilegal de madeira, arrendamentos e facilitação de invasões estão Leodezio Fermol e Leonardo Aparecido Machado.

Segundo os Guarani e Kaingang com quem conversei, esses dois Chefes de Posto teriam enriquecido às custas do trabalho indígena, dos arrendamentos e da venda de madeira. Contudo, Leonardo Aparecido Machado é quem mais aparece nas denúncias. Foi quem decretou a prisão de Valdomiro Pires de Lima e do Xamoi José Alves por conta da viagem a Curitiba, feita por eles com o objetivo de denunciar as práticas ilícitas do Chefe de Posto. Em uma eleição forjada, tentou retirar Valdomiro Pires de Lima do cargo de cacique no Tekoa Pinhal. A liderança Guarani conseguiu escapar da prisão dizendo que precisava de mais alguns dias para colher sua roça e voltou à Curitiba para denunciá-lo novamente ao Delegado Regional da FUNAI.

Nessas duas ocasiões em que estive em Curitiba Valdomiro Pires de Lima teve contato com os integrantes do CIMI-Sul, Wilmar da Rocha D'Angelis e Juracilda Veiga. Juracilda nesse momento trabalhava como repórter no jornal Diário do Paraná. O contato concentrou-se em produzir reportagens falando das denúncias trazidas pelas lideranças Guarani. As matérias foram publicadas no jornal Diário do Paraná, por Juracilda Veiga. A articulação feita entre Padre Chico, Valdomiro Pires de Lima, Juracilda e Wilmar é interessante na medida em que revela relações não aparentes em um primeiro momento. Havia ali uma conexão construída para a luta real pela terra. Além disso, as lideranças Guarani sabiam da importância em publicar e divulgar suas demandas, Valdomiro Pires de Lima, sempre que tinha chance, procurava dar entrevistas para os jornais. Via nisso uma forma de fazer sua voz ser ouvida por mais pessoas, tendo noção de que se mais pessoas lessem seus problemas, maior seria o peso para a FUNAI tomar alguma providência.

As denúncias feitas e as publicações na imprensa fizeram com que a FUNAI abrisse uma investigação contra o Chefe de Posto, tendo sido afastado pela FUNAI, mas não teve nenhum processo criminal instaurado em seu nome. Leonardo Aparecido Machado juntou-se aos fazendeiros e jagunços nos ataques contra os indígenas. Os fazendeiros que tinham invadido grandes porções de terra e contrataram jagunços para atacar os indígenas eram, principalmente, Hilmar Adans e Diolino Piassentini.

O cenário de invasões se tornou insuportável para a comunidade que estava cada vez mais perdendo espaço. Os Guarani do Tekoa Pinhal e Tekoa Lebre estavam há muito tempo tendo dificuldades com suas lavouras por conta da entrada de não indígenas, o mesmo ocorria com os Kaingang próximos ao Jacutinga. No ano de 1977 eram mais de 2.000 invasores na área. Esse ambiente de pressão acirrou ainda mais a luta indígena pela retirada dos intrusos e para a demarcação definitiva. As reivindicações ganharam força com a entrada dos apoiadores na causa.

O CIMI teve papel central no início das Assembleia de Lideranças e Representantes Indígenas e com a atuação dos missionários dentro das terras indígenas, auxiliando principalmente na luta pela demarcação das terras. Em Rio das Cobras as malhas de organização incluíram os apoiadores do CIMI diretamente, sendo fundamentais principalmente para que a retirada tivesse repercussão na imprensa.

Através do Padre Francisco Sozzi, conhecido como padre Chico, as questões envolvendo as invasões em Rio das Cobras estavam sendo reportadas diretamente para o Conselho Indigenista Missionário-Sul. As cartas enviadas por ele para a regional Sul do CIMI revelaram as suas ligações com as atividades da instituição. Foram fontes fundamentais para compreender a dinâmica estabelecida entre os personagens. Encontrá-las foi um dos pontos mais satisfatórios da pesquisa, aquele momento em que o historiador, em meio às caixas de arquivos, se depara com fontes improváveis de ainda existirem e imprescindíveis para sua pesquisa. O conteúdo das cartas, assim como sua materialidade, enriqueceu a construção da pesquisa e a compreensão do contexto vivenciado em meio a luta pela terra.

É interessante notar que as práticas indigenistas desenvolvidas pelo CIMI se ramificaram pelo Brasil mesmo com todas as situações desfavoráveis que enfrentavam. As equipes eram pequenas e o orçamento era baixo, contudo, o que fez terem sucesso não foi a quantidade de recursos ou de pessoas e sim a forma com que faziam. Nas paróquias relativamente próximas às comunidades indígenas era feito um trabalho de comunicação com o pároco e os padres presentes. Nem sempre dava certo, mas, após estabelecida uma conexão,

se mantinham contatos periódicos através de cartas e envios de informativos e com convites para cursos e reuniões. A Equipe Volante do CIMI-Sul também era fundamental nesse trabalho de comunicação. Eventualmente viajavam para visitar comunidades indígenas e seus companheiros, com o objetivo principal de ver a realidade das comunidades e coletar informações sobre as demandas dos povos indígenas.

Considerando o contexto político da Ditadura Militar e as investigações realizadas pelo Serviço Nacional de Informações foi possível analisar o jogo de espionagem e repressão aplicado contra os integrantes do CIMI, acreditando serem eles os articuladores do movimento indígena de retomadas. O órgão de espionagem conhecido como SNI era composto por uma rede de investigação, tendo agentes espalhados por suas agências ao longo do Brasil, mas também dentro da sociedade civil. Eram profissionais treinados aos moldes da agência de investigação dos Estados Unidos, a CIA. Entre os agentes oficiais estavam civis e militares. Eram treinados para combater a ameaça comunista e contra a Segurança Nacional. O contexto repressivo estava incrustado também em parcelas da sociedade favoráveis à Ditadura Militar, entre elas estavam pessoas comuns, mas também veículos de imprensa. Havia também a atuação de grupos paramilitares como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Esquadrão da Morte, que inclusive tinha participação de policiais. O entorno formado na ideia de caça aos comunistas fazia com que os aparatos de repressão ultrapassassem os limites legais, terminando muitas vezes em prisões injustas, torturas e assassinatos.

A análise apresentada na tese demonstra como a investigação e espionagem agiam e quais foram os personagens acusados de serem motivadores da luta pela terra em Rio das Cobras. Muitas pessoas foram investigadas sem provas suficientes de ligações ou influências, quaisquer que fossem os indícios já eram suficientes para serem colocados como alvo do SNI. Padre Chico, assim como outros integrantes do CIMI, não foi só investigado, mas sofreu as consequências de seus posicionamentos, sendo jurado de morte e sofrendo atentados que quase ceifaram sua vida. Muitos outros companheiros e aliados da luta pela terra morreram, mas mesmo com as proibições, atentados de morte e investigações, não recuaram.

A malha de apoiadores que foi criada através das diversas formas de comunicação, incluindo cartas, boletins de circulação interna e reuniões, foram sendo tomadas enfrentando e driblando a espionagem do SNI. Essas ações em conjunto com as lideranças indígenas possibilitaram que o movimento desenvolvesse estratégias de luta para a retomada das áreas invadidas, entre o final de 1977 e o começo de 1978 se estendendo para outras terras indígenas no Sul.

Ao longo da análise da tese foi possível compreender também como as lideranças indígenas articularam o movimento de retomada com estratégias variadas, tendo certeza das condições necessárias para a seguridade da posse da terra. Assim, o movimento que foi identificado por parte da imprensa como uma luta entre brancos e indígenas armados de arcos e flechas, era na verdade uma articulação profunda e materializada em um plano de expulsão dos posseiros de maneira pacífica e com a garantia jurídica. Rio das Cobras foi a primeira retomada de terras que ocorreu no Sul do Brasil e que esteve vinculada a um movimento de retomadas organizado entre terras e povos de diferentes estados.

É de extrema importância destacar as ações de lideranças como a o líder Guarani Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima e a liderança Kaingang Argemiro Fernandes na retirada dos posseiros de Rio das Cobras. Foi através das lutas de Valdomiro Karáí Tupã Pires de Lima e de seus companheiros que as malhas de organização foram estabelecidas para a retomada. As atitudes foram tomadas com muita inteligência, pois o líder Guarani sabia que sem repercussão e respaldo político não conseguiria demarcar a sua terra. Lutava desde a administração do extinto SPI contra a invasão do território de seu povo, era parte fundante de um grito de resistência que ecoava nos corações dos Guarani. Vendo suas famílias serem ameaçadas e suas plantações serem destruídas, os Guarani se colocaram à frente de um processo de retirada dos intrusos. Sobre os tiros e roncões de tratores dos colonos, lutaram para ter o direito à sua terra.

O líder Kaingang Argemiro Fernandes teve papel central na composição do movimento. Vindo de uma família de lideranças conhecia desde criança as relações estabelecidas com os órgãos indigenistas do Estado. Seu conhecimento dos trâmites políticos foi fundamental para a organização junto com Valdomiro Pires de Lima. O contato e a amizade entre eles, os levou a lutarem juntos para a retirada dos posseiros. Argemiro Fernandes, conhecido também como Seu Miro, permaneceu como cacique em Rio das Cobras por cerca de 25 anos. Lidou com diversas dificuldades ao enfrentar as invasões da terra. Confrontou o poder do Estado instituído na Terra Indígena desde os primeiros trabalhos do SPI e se colocou contrário às práticas desenvolvidas pelo chefe de Posto da FUNAI Leonardo Aparecido Machado. Ter tido o prazer de conhecer e criar laços com Seu Miro foi uma das partes mais enriquecedoras da pesquisa. Suas lembranças revelam uma vida de luta e resistência, que em momentos quase lhe custou a vida.

Outras lideranças como Xamoi José Alves, Xamoi Joaquim Pires de Lima, Zé Olíbio, Marcolino Veríssimo, também tiveram papel central na organização e desenvolvimento da retomada. Xamoi José Alves, especificamente, sempre esteve ao lado de Valdomiro Pires de

Lima, como Xamoi exercia o papel de proteger e guiar a caminhada de Valdomiro nas denúncias que iam fazer em Curitiba e Brasília. Foi fundamental na organização da retomada com conselhos, ideias e com sua sabedoria ancestral. Além disso, é importante destacar que a luta pela terra se iniciou na *Opy*, foi ali o espaço de nascimento e construção do movimento. Foi na *Opy* que se reuniram antes de deflagrar a retirada dos posseiros com a presença da Polícia Federal.

Outras lideranças indígenas de outros lugares também participaram do movimento em Rio das Cobras, entre elas estavam Nelson Xangrê, liderança de Nonoai no Rio Grande do Sul e Ângelo Kretã, primeiro vereador indígena do Brasil e liderança na Terra Indígena Mangueirinha no Paraná. No caso de Nelson Xangrê, sua presença é indicativa das ligações que o movimento tinha com as ideias que vinham sendo construídas nas Assembleias de Lideranças e Representantes Indígenas. Xangrê sempre esteve presente nas assembleias e tinha ligação direta com o CIMI-Sul. Foram, inclusive, os membros da instituição que pagaram as despesas de sua viagem para Rio das Cobras. Em diferentes escalas a luta pela expulsão dos invasores das Terras Indígenas reuniu demandas em comum fazendo com que não fosse apenas uma luta isolada e sim um pensamento coletivo em nível nacional.

A grande quantidade de jornais publicados acerca do caso de Rio das Cobras movimentou o cenário político forçando a FUNAI a tomar alguma providência. O papel da imprensa também foi fundamental para que a luta pela terra ganhasse força e notoriedade. Contudo, mesmo reforçando a posse indígena sobre as áreas invadidas, muitos periódicos reforçavam estereótipos acerca da luta dos Guarani e Kaingang. Sua luta foi representada em alguns casos como um movimento violento por parte de indígenas munidos de bordunas, arcos e flechas. Essa imagem estereotipada dos povos indígenas e sua organização trazia consigo elementos negativos, mas também proporcionou visibilidade para o movimento. A imagem de indígenas contra brancos tomou a curiosidade dos jornais e do público leitor. Muitos invasores fugiram amedrontados com as notícias veiculadas antes do dia da retirada definitiva.

Entretanto, é preciso frisar que a grande maioria das publicações, mesmo evidenciando as características conflitivas, consideravam as ações desenvolvidas pelos indígenas como formas de defesa frente à invasão das terras e aos ataques de jagunços. Os jornais eram unânimes no que se refere ao direito à posse das terras pelos indígenas. Os invasores, por sua vez, também foram representados de formas diferentes na imprensa. Aqueles que tinham grandes quantidades de terra invadida dentro da área indígena não foram poupados pelas denúncias da imprensa, ao contrário daqueles que tinham pouca quantidade, os quais foram

colocados como vítimas do descaso do poder público e das ações de grileiros e políticos locais. Além disso, a imprensa liberal sempre fez questão de colocar as ações militares como a solução dos conflitos.

A luta pela demarcação da Terra Indígena Rio das Cobras envolveu diferentes personagens e está em meio a um emaranhado de relações entre pessoas, instituições e o Estado. Conclui-se, por fim, com base na trajetória de resistência dos povos e nas palavras das lideranças indígenas que fazem parte dessa tese, que a ideia de lutar pela terra significa defender a vida e garantir um futuro para as próximas gerações. Significa defender o território tradicional, a língua, a cultura, as tradições, as cosmologias, formas de pensar e viver o mundo. Não é apenas por um pedaço de terra, é pela existência e prosperidade dos seus povos.

Nessa mesma direção, o conceito de resistência figura como um dos pilares do movimento de luta pela terra. Quando se resiste, se resiste a algo, a uma pressão, a uma tentativa de ataque. Na luta pela terra, se resiste à colonialidade, ao domínio, às tentativas de desterritorialização colocadas em prática, seja pelo Estado, através dos órgãos indigenistas, seja pelas invasões feitas por posseiros, fazendeiros, pelo roubo de madeira ou pelo trabalho forçado para o Posto. Resistir a desterritorialização é um processo de reafirmar a territorialidade, de buscar no direito originário o direito à demarcação das terras.

É por esse motivo que os conceitos de território e territorialidade são tão importantes. Esses conceitos possibilitam pensar as relações estabelecidas entre os povos indígenas e os espaços em que vivem de uma forma que vai além da ideia de recursos naturais. É justamente nas relações entre eles que repousa a importância dos espaços e dos seres. Cada povo tem uma forma de interagir com os espaços que é fundamental para seus modos de vida. Por isso, considerar que território é algo formado através de significados, significantes, afetividades, pertencimentos e outras relações simbólicas, é elemento básico para compreender a demanda dos povos indígenas na luta por demarcação. A interação com os espaços é algo lapidado ao longo de milhares de anos, fundamentado no acúmulo de conhecimentos passados de geração em geração, ou seja, essas interações fazem parte de um processo histórico de longa duração.

Diferente do que é o território tradicional, o conceito de Terra Indígena é estritamente uma designação jurídica para uma forma de demarcação de terra dentro do sistema político brasileiro e representam uma fração dos territórios. Mesmo representando uma pequena parcela desses territórios tradicionais, a demarcação de Terras Indígenas é, ainda, a única forma de garantir a posse do que resta deles. Demarcar uma Terra Indígena representa a possibilidade de conseguir acesso aos direitos básicos. Garantir aos povos indígenas a posse territorial é

indiscutivelmente o ponto central de sobrevivência física e cultural desses povos. Demarcar é garantir a vida.

Contudo, mesmo depois de homologadas não é possível dizer que estão seguras das invasões, pois existem interesses e poderes paralelos que continuam promovendo a exploração das terras demarcadas. Interesses governamentais que sempre foram e permanecem escusos à causa indígena. A palavra e o conhecimento desses povos foram silenciados durante os processos de colonização. Foram apagados na historiografia, representados pelos não indígenas como coadjuvantes nos processos históricos. Deixados à margem da sociedade dita nacional e expostos a inúmeras tentativas de integração forçada, leia-se tentativas de eliminação. Lutar e resistir parece nunca ter sido uma escolha para os povos indígenas. Nesse sentido, estar diante de uma ameaça à vida produz condições para a formação de estratégias permanentes de confronto. Sempre foram protagonistas de suas lutas, sempre estiveram à frente de suas reivindicações. Muitos deram a vida para que as demarcações das terras e sua proteção fossem garantidas.

Resultado de anos de negligências na demarcação e de invasões que se intensificaram com a atuação do SPI, a luta em defesa da vida dos Guarani e Kaingang em Rio das Cobras representa a luta por direitos dos povos indígenas no Brasil. Mesmo com as diferenças entre os povos e seus contextos sociopolíticos, depois dos anos 1980, fortaleceram um pensamento de luta por direitos específicos dentro das políticas públicas de seus municípios e estados. Esse movimento de luta Pan Indígena tomou proporções nacionais e possibilitou o fortalecimento das demandas, culminando na representatividade indígena na Constituinte de 1987 e na aprovação de um capítulo específico na Constituição Federal de 1988.

Os Guarani e Kaingang, assim como outros povos indígena no Brasil, estiveram e estão em meio a um combate que vai além da presença de arrendatários e intrusos, mas está incrustado na composição do poder do Estado. Há um interesse contínuo em transformar as Terras Indígenas em locais de exploração para o agronegócio, extração madeireira ou de minérios, além de uso para caça ou pescas ilegais. São tentativas de domínio feitas através de interesses econômicos e políticos que culminam em conflitos.

As tentativas de ataque contra os povos indígenas e seus territórios sempre foram devolvidas com resistência e luta por direitos, entretanto, mesmo com algumas vitórias e direitos conquistados, os tempos ainda são de perigo iminente para os povos e seus territórios. Com os interesses de políticas de desenvolvimento econômico voltadas à exploração dos recursos naturais e ao agronegócio em larga escala, as demarcações de Terras Indígenas

paralisaram. Os projetos de conservação e manutenção dos territórios sofreram perdas de recursos e auxílio governamental. O atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, é declaradamente opositor às causas indígenas de demarcação. O presidente da república declarou que em seu mandato não demarcaria nenhum milímetro de terras indígenas⁷²⁸. E tem cumprido essa promessa.

Além das condições contrárias às demandas indígenas, em 2019 iniciamos um processo duríssimo de luta contra uma pandemia que assolou o mundo. Milhões de pessoas perderam suas vidas para a COVID-19. Em relação aos povos indígenas a pandemia representou um grande impacto, não apenas porque muitas pessoas foram contaminadas e, infelizmente, vieram a falecer, mas, também porque em meio a nuvem epidêmica políticos envolvidos com o agronegócio concentraram esforços em tentativas de aprovação de Projeto de Emenda Constitucional (PECs) e Projetos de Lei (PLs) que favorecessem a exploração dos territórios indígenas. Com as atenções voltadas para os milhares de infectados e mortos, os povos indígenas viram as políticas públicas acirrar os ataques contra a manutenção e preservação de suas terras.

Assim como as tentativas de aprovar a PEC/215 que tinha como objetivo passar para o legislativo a decisão final de demarcação das terras indígenas, determinação que é do executivo. Para lembrar outras, entre elas a PEC 343/2017 que tinha como objetivo permitir o arrendamento de pelo menos metade das áreas das terras indígenas demarcadas. A PEC 343 previa tornar desnecessária a autorização do governo no caso de exploração de madeira e minério nas terras indígenas. Na esteira dos ataques efetuados pela mineração, a Câmara dos Deputados votou e aprovou em março de 2022 o PL 191/2020, projeto que visa permitir as atividades exploratórias em territórios indígenas, como a mineração.

Em fevereiro de 2022 foram aprovados e publicados no Diário Oficial da União dois decretos presidenciais, 10.965 e 10.966. Os dois decretos têm como principal determinação o estímulo ao garimpo. O decreto 10.965 cria determinações para a facilitação da mineração através da Agência Nacional de Mineração. O decreto 10.966, por sua vez, cria o

⁷²⁸ Durante sua campanha e ao longo de seu governo Jair Bolsonaro declarou que em seu governo não demarcaria nenhuma terra indígena. Falava aos seus apoiadores vinculados principalmente ao agronegócio e a mineração. Nunca escondeu que sua posição é em favor de explorar economicamente os recursos das terras. A falta de responsabilidade e o total descaso por parte do Presidente da República, facilita e fortalece a invasão dos territórios indígenas, a violência e a morte de pessoas. Ver mais em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/02/08/nem-um-centimetro-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro/>; <https://averdade.org.br/2019/08/bolsonaro-manobra-contr-a-demarcacao-de-terras-indigenas/>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml>. Acesso em: 14/05/2022

Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mapa). O PL 490/2007 também figura como um dos principais ataques ao direito indígena na atualidade. Está em trâmite também o Projeto de Lei conhecido como Marco Temporal, ele tem por objetivo alterar as configurações do Estatuto do Índio no que diz respeito ao tempo de ocupação da área demarcada. Nesses termos, só poderiam ser demarcadas as terras que estivessem sendo utilizadas antes da Constituição Federal de 1988. Inconstitucionais, essas determinações fariam com que muitas demarcações fossem revistas, retirando o direito de muitos povos aos seus territórios tradicionais. É importante sempre lembrar que os povos indígenas foram expulsos de seus territórios. Por conta disso, a tese do marco temporal não faz sentido, representando um ataque direto aos territórios tradicionais. A relação dos povos com o espaço em que vivem e viveram seus antepassados, deve ser soberana na demarcação e garantia da terra.

Como resultado cresceram os arrendamentos, os desmatamentos, as plantações de soja, as criações de gado, a exploração imobiliária, a mineração e a contaminação dos rios. Segundo matéria escrita por Maria Fernanda Ribeiro, publicada no Instituto Sócio Ambiental (ISA), em um estudo feito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) houve um imenso aumento das explorações das terras indígenas, principalmente através do garimpo ilegal que cresceu 495% entre 2010 e 2020. Entre os mais afetados estão os territórios Kayapó (PA), Munduruku (PA) e Yanomami (RR). A atividade garimpeira na Amazônia consiste em cerca de 93% da atividade desenvolvida no país. São muitos rios sendo contaminados pela mineração, muitas pessoas morrendo também pelas violências e doenças que esses intrusos levam para seus territórios. Como o Estado tem apoiado o garimpo os povos indígenas estão se unindo e se fortalecendo para lutar contra a destruição de seus territórios⁷²⁹. No Mato Grosso do Sul as retomadas feitas pelos Guarani e Kaiowá estão sendo constantemente atacadas por jagunços contratados por fazendeiros. Crianças e adultos estão sendo assassinados a tiros.

Não são tempos de paz. As demandas indígenas devem ser escutadas e os próprios povos devem estar à frente das decisões tomadas em seus territórios. Devem ter a demarcação feita conforme seus lugares de memória, devem ter suas necessidades de saúde e educação atendidas. Para um avanço significativo destas questões, a representatividade indígena em meio a condução da política nacional é indispensável. Enquanto não entendermos que é necessário ouvir os conhecimentos dos povos indígenas e ter sua representatividade e atuação direta nas

⁷²⁹ Mais informações em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povos-indigenas-se-mobilizam-contr-o-pl-191-em-alianca-inedita-anti-garimpo-na-amazonia>. Acesso: 16 de abril de 2022.

decisões do Congresso Nacional, não vai ser possível que o respeito a vida impere sobre as arrobas e os commodities.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. **Cartas**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2002.
- ABREU, José dos Santos de. **Operação Pequeno Príncipe: a ação da polícia política no combate à doutrinação comunista nas pré-escolas Oficina e OCA**. UFPR. Curitiba, 2015.
- ALBERT, Bruce. **Territoriality, Ethnopolitics and Development: the Indian Movement in the Brazilian Amazon**. In Surrallés, Alexandre & Hierro, Pedro Garcia (Eds.) *The Land Within. Indigenous Territory and the Perception of the Environment*. Copenhagen, IWGIA, 2005.
- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALMEIDA, Carina Santos de. **Tempo, memória e narrativa Kaingang no oeste catarinense: a tradição Kaingang e a proteção tutelar no contexto da transformação da paisagem na Terra Indígena Xapecó**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. 2015.
- AMARAL, Argeu Míg. **Conhecimento E Uso De Plantas Pelos Kaingang Na Terra Indígena Guarita Rs**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.
- ANDERSON, Benedict. Introduction; **The Origins of National Consciousness; e Memory and Forgetting**. In *Imagined Communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso. 1989.
- ANTONELLI, Diego. **Jornal Voz do Paraná: uma história de resistência**. Curitiba, PR: Esplendor, 2019.
- ARRUDA, Gilmar. Heródoto. **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, 1986. p. 195-310. (Coleção Histórica. Coletânea).
- ASCENSO, João Gabriel da Silva. **“Como uma revoada de pássaros” : uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História. Rio da Janeiro. 2021.
- BALDUS, Herbert. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. Companhia Editora Nacional. Serie 5ª, Brasiliana, Vol.101, Biblioteca Pedagógica Brasileira. São Paulo-Rio de Janeiro-Recife. 1937, pp. 50-51).
- BALÉE, W. **The Research Program of Historical Ecology**. *Annual Review of Anthropology*, 35, 75–98.2006.
- BARBOSA, Antônio Ronaldo. **AGRICULTURA TRADICIONAL GUARANI**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP. 1998.

BENTO, Armandio Kankar. **Kujá e suas ervas medicinais**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

BIAZI, Adriana Aparecida Belino Padilha de. **Espiritualidade e conhecimentos da mata na formação dos especialistas de cura Kaingang da Terra Indígena Xapecó/SC**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2017. Dissertação de Mestrado.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, 2010.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural**. Trad. Celso de Castro. – 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BORBA, Telêmaco. **Actualidade indígena**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1908. p. 22.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja, católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Florianópolis: UFSC, 2012. (Tese de Doutorado)

BRINGMANN, Sandor Fernando. **"Entre os índios do Sul": uma análise da atuação indigenista do SPI e de suas propostas de desenvolvimento educacional e agropecuário nos postos indígenas Nonoai/RS e Xapecó/SC (1941-1967)**." Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. 2015. 452p.

BRUBAKER, Rogers e Frederick Cooper. **Beyond Identity**. *Theory and Society* 29:1-47, 2000.

CADOGAN, Leon. Ayvu rapyta: textos míticos de los Mbyá-Guarani del Guairá. **Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, n. 227**, São Paulo: Série Antropologia, n. 5, 1959.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980

CARNEIRO DE CUNHA, Manuela. 1987. **Etnicidade: da Cultura residual, mas irreduzível.** In Antropologia do Brasil. São Paulo, Brasiliense.

CARREIRA, Elaine de A. **O lugar da antropologia no campo multidisciplinar do laudo pericial.** In: LEITE, Ilka Boaventura (org.) Laudos periciais em debate. Florianópolis: CNPq/Fundação Ford. 2005.

CASSINO, Mariana Franco; Myrtle P. Shock; Laura Pereira Furquim; Daniela Dias Ortega; Juliana Salles Machado; Marco Madella & Charles R. Clement. **Archaeobotany of Brazilian Indigenous Peoples and their Food Plants.** In Jacob, Michelle, Albuquerque, Ulysses Paulino (Eds.). Local Food Plants of Brazil. Springer, 2021.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a grande imprensa: Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968.** Universidade de São Paulo-USP. Pós Graduação em História Social. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLAUDE, Reffestin. **Por uma Geografia do poder.** 1993. pp. 7-8.

COHN, Sérgio (org.). **Ailton Krenak: Encontros.** Rio de Janeiro: Azougue, 2015.

COSTA, Edwaldo. **A ditadura brasileira no tempo: um estudo dos discursos do jornal O Globo em 1964/1985 e 2014.** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014. Tese de Doutorado.

COSTA, Edwaldo. **Meia Culpa – O Globo e a ditadura militar.** Editora: Insular. Florianópolis, 2015.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direito e cidadania.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Legislação indigenista no século XIX: uma compilação: 1808-1889.** São Paulo: EDUSP: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do Índio – Ensaio e Documentos.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. **Habitação e Acampamentos Kaingang hoje e no passado.** CADERNOS DO CEOM Chapecó: Unochapecó/Argos, 2003, n. 18, p. 213-242. p.5.

DARELLA, Maria Dorothea Post. **Ore Roipota Yvy Porã. "Nós queremos terra boa": Territorialização Guarani no Litoral de Santa Catarina -Brasil.** Doutorado em Ciências

Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, São Paulo. 2004.

DELUEZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997.

DESCOLA, Philippe. Constructing natures: symbolic ecology and social practice. In: Descola, P. and Pálson, G. (Org.) **Nature and Society**. Anthropological Perspectives. London: Routledge, 1996, pp.82-102.

DIAS, Ana Schmidt; HOELTZ, Sirlei Elaine. **Indústrias Líticas em contexto: O problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira**. Sociedade de Arqueologia Brasileira. Revista de Arqueologia. Vol. 23, n. 2, dezembro, 2020. p.48.

DURAT, Cristiano Augusto. **Terras de Aldeamento em disputa: Francisco Gacom e “uma” história sobre os Kaingang do Paraná (Século XIX)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. **Sobre os conceitos e as relações entre história indígena e etnoistória**. Prosa Uniderpjun. 2003. v. 3, n. 1, p. 39-48.

FAUSTO, C., & Neves, E. G. **Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plantfamiliarisation and biodiversity in the Amazon**. *Antiquity*, 92(366), 1604-1618. 2018.

FERNANDES, Márcia Gomes. **O esquadrão da morte de São Paulo e a imprensa paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968-1978)**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo 2018. Tese de Doutorado.

FERNANDES, Ricardo Cid. **Autoridade política Kaingang: um estudo sobre a construção da legitimidade política entre os Kaingang de Palmas/Paraná**. Dissertação de mestrado em antropologia. UFSC. 1998.

FERREIRA DA SILVA. **Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja**. Niterói: UFF, 2006 (Dissertação de Mestrado).

FICO, Carlo. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FORTUNATO, Josué Candido. **Plantas Medicinais, Práticas De Autoatenção E Os Conflitos Com A Biomedicina Entre Os Kaingang Do Setor Da Bananeira, Terra Indígena Da Guarita, Rio Grande Do Sul**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

FREITAG, Liliane da Costa. **Extremo – Oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação**. Franca, 2007.

FREITAS, Adailton Fojin. **Ervas medicinais e a cultura Kaingang: um estudo sobre a presença da temática no currículo real da escola.** Universidade Federal da Fronteira Sul.- UFFS, Campus Laranjeiras do Sul. Monografia. 2019.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado.** Rio de Janeiro: campus, 2003.

GARLET, Ivori José. ASSIS, Valéria S. de. Desterritorialização e reterritorialização: A compreensão do território e da mobilidade Mbyá- Guarani através das fontes históricas. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 11, n. 19, p. 15-46, jan./jun. 2009.

GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: História e Significação.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado, 1997.

GARLET, Ivori José; SOARES, André Luis Ramos. **Cachimbos Mbya-Guarani: aportes etnográficos para uma arqueologia Guarani.** In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). *Cultura material e arqueologia histórica.* Campinas: Unicamp, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Paulo César. **Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira.** 2013.

GUIMARÃES, Elena. **Relatório Figueiredo: entre tempos, narrativas e memórias.** 2015. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. da; COSTA, P. C. da; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 165-205.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 169-190 1999, p. 185

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2004.

HIERRO, Pedro Garcia. **Indigenous Territories: Knocking the gates of Law.** In Surrallés, Alexandre & Hierro, Pedro Garcia (Eds.) *The Land Within. Indigenous Territory and the Perception of the Environment.* Copenhagen, IWGIA, 2005.

HOBSBAWN, Eric e Ranger, Terence (orgs.). **A Invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

KOPENAWA & ALBERT. **A queda do Céu: palavras de um Xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 391.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras. EDITORA SCHWARCZ S.A. São Paulo. 2012. p. 10.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz: território mbya à beira do oceano**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. Pesquisas Antropologia, n. 56, São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 2000.

LEITÃO-BARBOSA, Myruan; KAWÁ, Nicholas C; JUNQUEIRA, André B. OYUELA-CAYCEDO, Augusto. **Open air laboratories: Amazonian home gardens as sites of experimentation, collaboration, and negotiation across time**. Journal of Anthropological Archaeology, Volume 62, 2021, <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2021.101302>.

LEMONS, Renato. **Bem traçadas linhas. A história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. C. Souza. **Um grande cerco de paz**. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**: Brasília, 2002.

LOPES, Danielle Bastos. **O movimento indígena na Assembleia Nacional Constituinte (1984-1988)**. Dissertação de Mestrado. Universidade do estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2011.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

LÖWY, Michel. **A Guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LÖWY, Michel. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

LOZZA, Carmen. **Escritos sobre jornais e educação: olhares de longe e de perto**. São Paulo: Global, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005

LUCIANO BANIWA, Gersen José dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC/UNESCO: LACED, 2006.

MABILDE, Pierre F. A. B. **Apontamentos sobre os Indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da Província do Rio Grande do Sul.** São Paulo: IBRASA/Pró-memória/ INL, 1983.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon.** São Paulo: Educ; FAPESP. 1998.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Abril Cultural (Coleção: Os Pensadores), 1978.

MARTINS, Daniel Timóteo Kuaray. **MOÃ KA'AGUY REGUA - TEKOA MBIGUAÇU: As memórias das plantas medicinais.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

MARTINS, Ricardo Constante. **Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete Durante o Governo Médice.** Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Program de Pós-Graduação em ciências Sociais. Dissertação de Mestrado. São Carlos-SP. 1999.

MELIÀ, Bartomeu. & SAUL, M. V. A., & MURARO, V. F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica.** FUNDAMES, Centro de Cultura Missioneira, Santo Ângelo, RS, 1987.

MELIÀ, Bortomeu. **A Terra Sem Mal dos Guarani. Economia e Profecia.** Revista de Antropologia. 33 (33-46). Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

MELIÀ, Bortomeu. **El 'Modo de ser' Guarani en la primera documentación Jesuítica (1594-1639).** Revista de Antropologia. 24: 1-23. 1981.

MENDES ROCHA, Leandro. **O índio e a Questão Agrária no Brasil: Novas Leituras de Velhos Problemas.** In: SALOMON, Marlon. FERNANDES SILVA, Joana. MENDES ROCHA, Leandro. (orgs). **Processos de Territorialização: entre a História e a Antropologia.** Editora UCG. Goiânia. 2015.

MENDES, Ivania. **O Uso Das Ervas Mediciniais Na Atualidade Kaingang Da Terra Indígena Xapecó, Santa Catarina, Brasil.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

MINEIRO, Tamara. **Ervas Mediciniais Na Comunidade De Missão Indígena, Ti Guarita, Rio Grande Do Sul.** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

MONTEIRO, John Manuel (Org). **Guia de fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros: acervo das capitais.** São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo/ Fapesp, 1994a.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra – índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994b.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: LOPES DA SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1.º e 2.º Graus**. Brasília: MEC/ Mari/ Unesco, 1995. p. 221-228.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, Tapuias e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo**. Tese (Livre Docência). Campinas: Unicamp, 2001.

MOREIRA, Marcos. **VISÃO GUARANI SOBRE O TEKOA: Relato do pensamento dos anciões e líderes espirituais sobre o Território**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

MOTA, Lucio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos quatro ventos, 2000.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)** 2a. Edição Revisada e ampliada. MaringáPR. Eduem 2008.

MOTA, Lucio Tadeu. **Presença e Resistência Kaingang no Paraná**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1992. (Dissertação de Mestrado)

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de São Paulo e a ditadura (1969-1973)**. Estudos Ibero-Americanos, vol. 43, núm. 2, pp. 367-379, 2017.

MUSSOI, Arno Bento. **Território Federal do Iguaçu: Perspectivas para o desenvolvimento regional**. Editora Cantu: Laranjeiras do Sul: 2015

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NERUDA, Pablo. Poema VI. In: **Ainda- Cantos à terra Natal**. 3ª edição. José Olympio. 1978.

NIMUENDAJÚ, Curt. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocuva-Guarani**, São Paulo, Hucitec, 1987.

NOELLI, Francisco Silva. **Novas perspectivas para a cartografia arqueológica Jê no Brasil meridional**. Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências humanas, Belém, vol. 12. 1, pp. 57-84, jan-abr. 2017. p. 69

NOELLI, Francisco Silva. O Espaço dos Guarani: a construção do mapa arqueológico no Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. In: **Etnias, Espaços e Ideias: Estudos Multidisciplinares**. Curitiba: Instituto Memória, 2009.p. 68.

NOELLI, Francisco. **A ocupação humana na região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1872/2000**. Revista USP, 44 (2): 218-269. 1999/2000. p. 255

NOELLI, Francisco. **Sem tekoa não há Tekó: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do**

rio Jacuí, Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, Pontifia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1993.

NOVAK, Éder da Silva. **Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná da Primeira República – 1889 a 1930.** Dissertação de mestrado. UEM, Maringá. 2006

NOVAK, Éder da Silva. MOTA, Lucio Tadeu. **A política Indigenista e os Territórios Indígenas no Paraná (1900-1950).** *Fronteira: Revista de História, Dourados-Ms*, v.18, p. 76-97, jul./Dez. 2016. p. 90.

NOVAK, Éder da Silva. Os Kaingang e a Reestruturação do Território Indígena Apucarana (PR) no Século XX. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 11, n. 1, jan-jul., 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e Territorialização: Poderes, Rotinas e Saberes Coloniais no Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

OLIVEIRA, Mariza de Oliveira. **MA'ETY REGUÁ Agricultura e Sabedoria Mbya Guarani .** Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade. Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.** Editora Unesp: Paralelo 15, 2006.

PEREIRA CRUZ, A., Giehl, E. L. H., Levis, C., Machado, J. S., Bueno, L., & Peroni, N. **Pre-colonial Amerindian legacies in forest composition of southern Brazil.** *PLOS ONE*, 15(7), e0235819. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235819>. 2020.

PIRES, Maria Ligia Moura. (1975). **Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo de relações intertribais.** Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado.

PIRES, Maria Ligia Moura. (1975). **Guarani e Kaingang no Paraná: um estudo de relações intertribais.** Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazonas.** São Paulo: Contexto, 2001. p. 130.

PREZIA, Benedito. **Caminhando na luta e na esperança.** São Paulo: Loyola, 2003

QUIJANO, Aníbal. **“Colonialidade do poder e classificação social”.** In: MENESES, Maria Paula; SOUSA SANTOS, Boaventura de (orgs). *Epistemologias do Sul.* São Paulo: Cortez Editora, p. 84- 144, 2010.

RODRIGUES, Carmem Izabel Rodrigues. **Caboclos na Amazonia: a identidade na diferença/** *Novos cadernos NAEA.* V.9, n,1, p.119-130, 2006.

ROSA, Marcelo Caetano de Cernev. *Notas sobre a Presença Guarani no Estado do Paraná. Elementos de cosmologia e história.* **Mediações**, Londrina, V. 4, n. 1, p. 33-46, jan./jun. 1999.

SANTOS, Francisco Vieira. 1949, p. 8. Apud. VEIGA, Juracilda. **Revisão bibliográfica crítica sobre organização social Kaingang**. Cadernos do CEOM- Ano 19. N. 23 – CEOM – 20 anos de Memórias e Histórias no Oeste de Santa Catarina. 2014. p. 245.

SCHADEN, E. **A origem dos homens, o dilúvio e outros mitos Kaingang**. *Revista de Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 139-141, 1953. p. 140.

SCOTT, James C. **Los dominados e el arte de la resistência: discursos ocultos**. 1ª reimp. Trad. Jorge Aguillar Mora. México, 2004.

SHADEN, Egon. **Aculturação Indígena: ensaios sobre fatores e tendências da mudança cultural das tribos indígenas em contato com o mundo dos brancos**. São Paulo. Pioneira: USP, 1969. p. 247.

SILVA, Hélio R. S. **A Situação Etnográfica: andar e ver**. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 171-188, 2009.

SILVA, Ivone Jagnigri da. **Mudanças Históricas Marcantes Da Fauna E Flora Para Os Kaingang Na Terra Indígena Guarita**. Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis - UFSC, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva; Stuart Hall & Kathryn Woodward. **Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos culturais**. Petrópolis. Vozes, 2000.

SILVA, João Batista Teófilo. **Imprensa, ditadura e abertura política: Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses Correio da Semana e O Povo (1974-1985)**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP. Dissertação de Mestrado. São Paulo. 2015.

SOARES, André Luis. **GUARANI: Organização Social e Arqueologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 122.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo/Porto Alegre: Intercom/EdiPUCRS, 2011.

SOUZA CASTRO, Paulo Afonso. **Ângelo Cretã e a Retomada das Terras Indígenas no Sul do Brasil**. Curitiba: UFPR, 2011. (Dissertação de Mestrado)

SOUZA LIMA, A. C. **Sobre indigenismo, autoritarismo, e nacionalidade: Considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil**. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo; EdUFRJ/Marco Zero, 1987.

SOUZA LIMA, Antônio. Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Vozes. 1995.

SOUZA, Jonas Gregorio de. **Paisagem Ritual no Planalto Meridional Brasileiro: Complexos de aterros anelares e Montículos Funerários Jê do Sul em Pinal da Serra**,

RS. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2012. pp. 62-63

SUESS, Paulo. **A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989**. Petrópolis: Vozes, (Col. Teologia Orgânica. 21), 1989.

SUESS, Paulo. **Evangelizar a partir dos projetos históricos dos outros. Ensaio de missiologia**. São Paulo: Paulus, 1995.

SUSNIK, Bronislava **El rol de los Indígenas en la Formación y eN la Vivencia del Paraguay**. Asunción: Instituto Paraguayo de Estudios Nacionales, 1983. Tomo II.

TEDESCO, João Carlos. **O “Conflito De Nonoai”: Um Marco na História das Lutas Pela Terra no Rio Grande do Sul - 1978-1982**. SAECULUM - Revista de História; João Pessoa, jan./jun. 2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992

TOMMASINO, Kimiye, MOTA Lúcio T. e NOELLI Francisco S. (Orgs.). **Uri e Wãxi: Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Editora da UEL, 2004.

TOMMASINO, Kimiye, MOTA Lúcio T. e NOELLI Francisco S. (Orgs.). **Uri e Wãxi: Estudos Interdisciplinares dos Kaingang**. Londrina: Editora da UEL, 2004.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingáng da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento**. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. **Arquivos: propostas metodológicas**. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas: Paisagens multiespécies no Antropoceno**. Brasília: Mil Folhas. Capítulo 9: Uma ameaça para a ressurgência holocênica é uma ameaça à habitabilidade", págs. 225-239. 2019.

UBA, Felipe de Oliveira. **RELAÇÕES POLÍTICAS E CORRUPÇÃO NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS AO RAIAR DO REGIME MILITAR (1963-1967)**. dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

VALENTE, Rubens. **Os Fuzis e as Flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura** - 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VEIGA, Juracilda. **Aspectos fundamentais da cultura Kaingang**. São Paulo: Curt Nimuendaju, 2006.

VEIGA, Juracilda. **Cosmologia e práticas rituais Kaingang**. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH-UNICAMP. 2000.

VELASQUEZ, Muza Clara Chaves. O Cruzeiro. In: ABREU, Alzira Alves et al. (Coord.) **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

VILLARES, Luiz Fernando. **Direito e Povos Indígena**. Curitiba: Ed. Jurua, 2009.

ZEDENO, Maria Nieves. **On what people make of places. A behavioral cartography**. In Schiffer, Michael Brian. *Social Theory in Archaeology*. The University of Utah Press, 2000: 97-111.

FONTES

Entrevistas:

BARÃO, Antônio. **Entrevista [18 de março de 2022]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (18:12 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. Acervo do autor.

BERNARDO, Alcebiades. **Entrevista [17 de março de 2020]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (18:30 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. Acervo do autor.

BERNARDO, Valvina. **Entrevista [17 de março de 2022]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (16:30 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. Acervo do autor.

CORNÉLIO SEG-SEG, Pedro. **Entrevista [15 de março de 2020]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (38:07 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Taquara. Acervo do autor.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista [09 de abril de 2020]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (55:00 min.). Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020. Acervo do autor.

FERNANDES, Argemiro. **Entrevista [08 de novembro de 2019]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (39:43 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Sede. 2020. Acervo do autor.

HECK, Egon Dionísio. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista [11 de julho de 2019]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 2 arquivos mp3 (34:18 min.) (09:07 min.). Luziânia-GO, 2019. Acervo do autor.

KARÁI POTÃ VERÍSSIMO. Alcides. **Entrevista [15 de março de 2020]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (31:11 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Lebre. Acervo do autor.

KARÁI POTÃ VERÍSSIMO. Alcides. **Entrevista [18 de janeiro de 2020]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (28:00 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Lebre. Acervo do autor.

PIRES DE LIMA, Joaquim. **Entrevista [13 de março de 2020]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 2 arquivos mp3 (37:07 min.) (13:18 min.). Terra indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Lebre, 2020. Acervo do autor.

VADICO, **Conversa [18 de março de 2022]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (55:59 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Jacutinga. Acervo do autor.

VEIGA, Juracilda. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Entrevista [20 de maio de 2020]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (58:20 min.). Realizada via aplicativo Skype, Florianópolis, 2020. Acervo do autor.

VERÍSSIMO. Marcolino. **Entrevista [16 de março de 2020]**. Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (23:35 min.) Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Lebre. Acervo do autor.

VERÍSSIMO. Natalício Karaí Papa. **Entrevista [17 de março de 2020]** Entrevistador: Eder Augusto Gurski. 1 arquivo mp3 (13: 25 min.). Terra Indígena Rio das Cobras/PR, Aldeia Lebre. Acervo do autor.

Fontes ligadas ao Conselho indigenista Missionário (CIMI):

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Situação dos Indígenas em dez Postos da Fundação Nacional do Índio no Paraná**. Apresentado por Pe. Egidio Schwaden. 1969. Arquivo do CIMI, Secretariado, Pasta: Luta pela terra. BR.PR.00.4b. Brasília-DF. p.21

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Situação dos Indígenas em dez Postos da Fundação Nacional do Índio no Paraná**. Apresentado por Pe. Egidio Schwaden. 1969. Arquivo do CIMI, Secretariado, Pasta: Luta pela terra. BR.PR.00.4b. Brasília-DF. p.4.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório de viagem de Wilmar da Rocha D'Angelis, feita para Rio das Cobras. 08 de dezembro de 1977**. Arquivo do CIMI Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Editorial**. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena**. Abril de 1978, ed. nº 5, p. 3. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **No Ano dos Mártires o início das vitórias na luta pela recuperação das terras indígenas: Rio das Cobras**. In: Informativo Luta Indígena. Agosto de 1978, ed. nº 6, pp. 85-86. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Boletim do CIMI**. nº 16 de novembro de 1974. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário –Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Carta do Jornal Indígena: News From Indian America, Califórnia-USA.** In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2, p. 27. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **CIMI Denuncia violências e Espancamentos de Índios do Sul.** In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2, p. 4. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Documento de Guararapes: Reunião da Coordenação do Regional Sul do CIMI.** Guararapes, 25 e 26 de maio de 1977. In: Informativo Luta Indígena. Junho de 1977, ed. nº 3. p.p. 18-19. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Em defesa dos Índios do Sul.** In: Informativo Luta Indígena. Março de 1976, ed. nº 1, p. 10. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena,** nº 06 de 1978, p. 55. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Informativo Luta Indígena.** Março de 1976, ed. nº 1, p. 1. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Luta Indígena** nº05 de abril de 1978, pp. 12-19. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Missionário Assassinado pela Polícia do Mato Grosso.** Goiânia, 12 de outubro de 1976. In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2. p. 50. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Notícias Curtas.** In: Informativo Luta Indígena. Maio de 1976, ed. nº 2. P. 14. Arquivo Conselho Indigenista Missionário, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **O que aconteceu com Chefe de Posto Corrupto.** Luta Indígena, nº4, dezembro de 1977. p.18. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO-SUL. **Rio das Cobras: A terra Reconquistada.** Boletim informativo do CIMI-Sul. 28 de fevereiro de 1978. p.18.
Cartas:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 10 de março de 1975.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1975.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 13 de janeiro de 1976.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1976.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Egon Dionísio Heck. 12 de dezembro de 1976.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1976.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 21 de junho de 1977.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1977.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 03 de setembro de 1977.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1977.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 22 de dezembro de 1977.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1977.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Pe. Francisco Sozzi para Wilmar da Rocha D'Angelis. 02 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 16 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Egon Dionísio Heck para Pe. Francisco Sozzi. 21 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 24 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1978.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatado pelo Francisco Sozzi (Pe. Chico) a Wilmar da Rocha D'Angelis e Antônio de Toledo.** Nova Laranjeiras, Munic. de Laranjeiras do Sul, PR, 28/01/78. Datilografado por Eliane Tonello em 19/10/82. Arquivo CIMI-Sul, Luziânia-GO.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para o Vigário da Paróquia de Nova Laranjeiras. 02 de junho de 1979.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1979.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Carta de Wilmar da Rocha D'Angelis para Pe. Francisco Sozzi. 20 de janeiro de 1979.** Arquivo do CIMI-Sul. Luziânia-GO. Caixa/Pasta: Correspondências enviadas em 1979.

Fontes institucionais ligadas aos órgãos indigenistas do estado:

ARAÚJO (h), Antônio Braga de. **Relatório enviado ao presidente de província do Paraná José Antônio Vaz de Carvalhaes**. Curitiba: 21 de março de 1857. APP-Arquivo Público do Paraná. BR/PR/APPR/PB001/ GPR/ CAE/3.88., 5 páginas.

ARAÚJO, Ponciano José de. **Carta a Câmara Municipal de Castro**. Local: Guarapuava, Data: 09 de dezem-bro de 1833. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo: Caixa: 193, Ordem: 988, Documento: 73B, Páginas: 01-02.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. Local: Guarapuava, 5 de maio 1854. ACMG – Arquivo da Câmara Municipal de Guarapuava. Livro de Ofícios nº 1, p. 8.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno do SPI nº40, maio de 1960**, p.p.28-29. Armazém da Memória, Centro de Referência Virtual, documento indígenas, Pasta: 1941-1966- Boletim Interno do SPI.

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim, nº 6, 31/07/1942**. SEDOC, m.297, (f.638-639). Apud. Souza Lima (1995, p.292).

BRASIL, Ministério da Agricultura/SPI. **Projeto de Lei, regula o artigo 216 da Constituição Federal**. 22 de maio de 1951. Microfilme 1ª, Fotograma 000233. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. **Acordo de acordo entre o Estado do Paraná e a União, Cláusula sétima**. Relatório Figueiredo. Pasta 18 página 4454

BRASIL. **Acordo de acordo entre o Estado do Paraná e a União**. In: Relatório Figueiredo. Vol. 18 página 4444.

BRASIL. **Alunos em homenagem a Getúlio Vargas**. 1942. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Decreto nº 24.700, de 12 de julho de 1934. Transfere do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para o da Guerra o Serviço de Proteção aos índios e dá outras providências

BRASIL. Decreto nº 6 de 31 de julho de 1901. **Dispõe sobre a reserva da Terra Indígena Rio das Cobras**. 1901.

BRASIL. **Lei nº 3.454 de 6 de janeiro de 1918**. Artigo 118. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3454-6-janeiro-1918-571960-publicacaooriginal-95095-pl.html>. Acesso em 04/09/2019.

BRASIL. Lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967. **Dispõem sobre a criação da Fundação Nacional do Índio-FUNAI**. 1967.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta ao Ministro da Agricultura enviada por José Maria Malcher**. Microfilme 1ª, Fotograma 000227 - 000232, 22 de maio de 1951. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta ao Ministro da Agricultura enviada por José Maria Malcher.** Microfilme 1ª, Fotograma 000227 - 000232, 22 de maio de 1951. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta encaminhada ao Chefe da IR7.** 6 de março de 1944 p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1059. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Carta particular do Encarregado de Flávio Toczek ao Inspetor Deocleciano de Souza Nenê.** 30 de setembro de 1949. Fotograma: 1562 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Censo Indígena, Rio das Cobras.** 8 de janeiro de 1959. Microfilme 063. Fotograma 0718. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Cópia da Correspondência vinda da região do P.I. Rio das Cobras.** Microfilme 062. Fotograma: 0766. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Declarações de Alberto Fausto e Euclides Fausto, encaminhado ao Chefe da IR7.** 14 de junho de 1957. Fotograma 0487. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Decreto nº 736, de 06 de abril de 1936.** Dispõem sobre as atribuições e a organização do Serviço de Proteção aos Índios. 1936.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de cadastro no SPI.** Microfilme 063. Fotograma 0761-0762. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de Pagamento do Pessoal em Serviço, janeiro e abril de 1947.** Microfilme 062, Fotograma 1410. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Folha de Pagamento. 1 de julho de 1942.** Microfilme 062. Fotograma 0801. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício de nº 26, encaminhado para o Chefe da IR7.** 28 de setembro de 1942. Microfilme 062. Fotograma 0822. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício encaminhado ao Chefe da IR7.** 14 de novembro de 1944. Microfilme 062. Fotograma 1099. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício enviado ao Diretor do SPI Dival José de Souza.** 09 de dezembro de 1955. Microfilme 063. Fotograma: 0235. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 14.** Curitiba, 23 de fevereiro de 1942. Microfilme 062. Fotograma 0803. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 19 encaminhado ao Chefe da IR7.** 31 de dezembro de 1950. Microfilme 062. Fotograma 1686. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 29, encaminhado ao Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas.** 5 de novembro de 1941, p.1. Fotograma 2681. SEDOC/Museu do Índio-RJ. Página 2 pasta 1.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 29, encaminhado ao Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas.** 5 de novembro de 1941 p.1. Fotograma 2681. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 343, Do Chefe da IR7 ao Interventor Federal no Paraná Manoel Ribas.** 10 de novembro de 1962. Microfilme 062, Fotograma 2353. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 42/I encaminhado ao Chefe da IR7.** 18 de maio de 1947. Microfilme 062. Fotograma 1420. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 43/2 encaminhado ao Chefe da IR7.** 18 de julho de 1947. Microfilme 062. Fotograma 1421. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 5/62, encaminhado ao Chefe da IR7 pelo Inspetor Fernando Campelo Duarte.** 12 de outubro de 1962. Microfilme 062, Fotograma: 2663. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 6, encaminhado ao Chefe da IR7.** 17 de junho de 1957. Fotograma 0486. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 627/62, encaminhado ao Chefe da IR7 pelo Inspetor Fernando Campelo Duarte.** 27 de outubro de 1962. Fotograma 2662. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 7, encaminhado ao Chefe da IR7, Inspetor Fernando Campelo Duarte** 22 de dezembro de 1962. Fotograma 2336. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Recenseamento dos índios domiciliados em Mato Queimado.** Microfilme 062, Fotograma 0926-0928. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relação do Pessoal Assalariado do Posto Indígena Rio das Cobras.** Microfilme 063. Fotograma 0719. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual de 1942, encaminhado para o Chefe da IR7.** 15 de dezembro de 1942. Microfilme 062. p. 8.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório anual referente a 1949, encaminhado ao Diretor do SPI Modesto Donatini Dias da Cruz.** 31 de dezembro de 1949. P. 3. Microfilme 062, Fotograma 1571. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório das atividades da Escola do Posto Indígena “INTERVENTOR MANOEL RIBAS”.** 1º semestre de 1960. Fotograma 2737. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal encaminhado ao Chefe da IR7.** 6 de novembro de 1944. p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1012. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal nº 4, encaminhado para o Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Teixeira Fonseca Vasconcelos.** 2 de maio de 1943. Microfilme 062. Fotograma: 0873 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, encaminhado para o Diretor do SPI José Maria de Paula.** 1 de novembro de 1946. Microfilme 062. p. 2.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 2, encaminhado ao Chefe da IR7.** 11 de março de 1943, p.5. Microfilme 062, Fotograma 0867. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 3, encaminhado ao Chefe da IR7.** 1 de outubro de 1942. Microfilme 062. p.2. SEDOC/Museu do Índio-RJ

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 4, encaminhado ao Diretor do SPI, José Maria de Paula.** 1 de maio de 1946. p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1280. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 5, encaminhado ao Chefe da IR7.** 1 de dezembro de 1942. Microfilme 062. p.3. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 6, encaminhado ao Chefe da IR7. 13 de agosto de 1943.** Microfilme 062. Fotogramas 0881-0882-0883. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 7, encaminhado ao Diretor do SPI Coronel Vicente de Paulo Teixeira Fonseca Vasconcelos.** 13 de agosto de 1944. p.2. Microfilme 062, Microfilme 0885. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº 8, encaminhado ao Diretor do SPI, José Maria de Paula.** 1 de setembro de 1945. p. 1. Microfilme 062, Fotograma 1133. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº1, encaminhado ao Chefe da IR7.** 1 de fevereiro de 1943. Microfilme 062, Fotograma, 8060. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº1, encaminhado ao Chefe da IR7.** 1 de agosto de 1942. Microfilme 062. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Relatório mensal, nº2, encaminhado ao Chefe da IR7.** 1 de março de 1944. Microfilme 062. p. 3. SEDOC/Museu do Índio-RJ Página 1034 da pasta 5.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Resumo do relatório Geral do P.I.N. de Rio das Cobras**. 30 de dezembro de 1955. Microfilme 063. Fotograma 0237. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Telegrama de Raul de Souza Bueno ao Inspetor Deocleciano de Souza Nenê**. 20 de julho de 1959. Microfilme 062. Fotograma: 0720 p. 2. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR, **proc. nº 4.483/68. Relatório Figueiredo**.

FRANÇA, Francisco Manoel de Assis. **Ofício encaminhado ao presidente da província do Paraná Zacarias de Goes e Vasconcelos**. Local: Guarapuava, 9 de fevereiro de 1854. APP-Arquivo Público do Paraná, 1854, v. 2, p.58.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Relatório do presidente da FUNAI Ismarth de Oliveira Araújo sobre os acontecimentos do Posto Indígena Rio das Cobras**. Brasília, 20 de março de 1978. Pasta: Incidente entre Posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR Acervo do Arquivo Nacional-SIAN.

FUNDO DO DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL. **Fichas individuais**. Arquivo Público do Paraná.

LOURES, Francisco Ferreira da Rocha (et al). **Ofício encaminhado ao presidente da Província de São Paulo Josino do Nascimento Silva**. Local: Guarapuava, 20 de maio de 1853. AESP – Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 230, Ordem 1025, Documento 32, p. 1.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Divisão de Segurança e Informações DSI. **Informação nº 22/0395-C/78. Atrito entre índios e Posseiros – Rio das Cobras/PR**. 13 de março de 1978. Anexo. p.5. Fotograma 010. Acervo do Arquivo Nacional.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. **Ofício nº 007/75-Gab/4ª DR-CONFIDENCIAL, do Delegado da 4ª Delegacia Regional da FUNAI para o Chefe do SNI em Curitiba**. 20.06.75. Acervo do Arquivo Nacional.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Serviço Nacional de Informações. Agencia de Curitiba. **Informação nº480/SNI/ACT/1968. Grilagem de Terra no Paraná – Terras dos Índios**. 17 de julho de 1968. Arquivo do Museu Nacional- SIAN.

QUEIROZ, Agostinho José de Almeida. **Ofício 25 de junho de 1855**. Delegacia de Guarapuava: Mandatos Avulsos, 1855-1861. AMG - Arquivo Municipal de Guarapuava – Unicentro, p. 2.

SCHERER, Pedro Aloys. **Ofício dirigido ao brigadeiro Francisco Ferreira da Rocha Loures, diretor geral dos índios da Província do Paraná**. Boletim do Arquivo Público do Paraná. Curitiba: nº 8, v. 13, p. 11-12, 1983.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. Sertório da Rosa. **Relatório de Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios**, p.10. 1937. Microfilme 37-02334. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

SILVA, Sebastião Gonçalves da. **Relatório do presidente da província do Paraná, na abertura da Assem-bleia Legislativa Provincial em 21 de maio de 1864.** Curitiba: p. 30.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Departamento de polícia Federal, Superintendência regional do Paraná. **Problemas de Terras no Posto Indígena do Rio das Cobras-Laranjeiras/Pr e Quedas do Iguaçu/Pr. 01 de fevereiro de 1978.** CRP/SR/PR. Arquivo do Museu Nacional-SIAN

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Telex SNI sobre Padre Egon Dionísio Heck. 21 de março de 1978.**in: Incidentes entre posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR. Acervo do Arquivo Nacional- SIAN.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Central. Informação nº 0205. **Incidente entre Posseiros e Índios em Rio das Cobras/PR.** p. 10. 07 de março de 1978. Acervo do Arquivo Nacional- SIAN.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência Central. Pedido de Busca nº 135/17/AC/75, Confidencial. **Devastação da Cobertura Vegetal no Estado do Paraná.** Abril de 1975. Acervo do Arquivo Nacional- SIAN.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Agência de Porto Alegre. **Movimento indígena em Rio das Cobras-Paraná.** B-2. 17 de fevereiro de 1978. Acervo do Arquivo Nacional- SIAN.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Superintendência regional do Paraná. Problemas de terras no Posto Indígena do Rio das Cobras Laranjeiras/PR e Quedas do Iguaçu/Pr.** 01 de fevereiro de 1978. Acervo do Arquivo Nacional- SIAN. Fls.02. Fotograma 024.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Telex SNI a respeito da Situação da reserva Indígena de Rio das Cobras.** Cascavel-PR. In: Incidentes entre posseiros e índios em Rio das Cobras/PR. Acervo do Arquivo Nacional- SIAN.

Recortes de jornais:

MOVIMENTO. **São Paulo, nº 130, 26 de dezembro de 1977.** Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

CEDI. Povos Indígenas no Brasil. **O Estado de São Paulo. 23 de fevereiro de 1978.** Acervo do Instituto Sócio Ambiental.

CORREIO DE NOTÍCIAS. **Reserva indígena: História da Invasão. 24 de fevereiro de 1978.** p.3. Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, terça-feira, 23 de julho de 1940. Edição 13.669, p.1. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO DO PARANÁ. **23 de fevereiro de 1978. p.10.** Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Índios afirmam que não vão dividir a colheita. 03 de março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Os direitos segundo Karai-Tupan. 23 de fevereiro de 1978. p.10** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Terra de índio é aval de posseiro. 02 de março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Índios prontos para guerra e Funai não controla a situação.** Arquivo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Repressão à Igreja no Brasil: Reflexo de uma situação de opressão.** pp. 5,6,7 e 8, 23 jan. 1979. Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

ISTO É. **Índio x Posseiros. 01 de março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

JORNAL CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, quarta-feira, 18 de agosto de 1971. Acervo digital da Biblioteca Nacional. Acesso em 12/07/2018.

JORNAL DA TARDE. **Duas tribos prontas para guerra. 20 de janeiro de 1978.** Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

JORNAL DE BRASÍLIA. **ÍNDIOS x POSSEIROS. 26 de fevereiro de 1978.** Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Polícia despeja 50 famílias que ocupam área indígena no Paraná. 21 de fevereiro de 1978.** p.10 Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Uma viagem à terra do índio Ângelo Kretã. 26 de fevereiro de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO. p.31.

JORNAL DO BRASIL. 20 de fevereiro de 1978. Arquivo do Conselho Indigenista Missionário – Brasília-DF.

JORNAL DO BRASIL. **Funai planeja intervir caso colheita não seja repartida. 09 de março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

O CRUZEIRO. **Só faltou o Velho John Wayne. Março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Mandado contra a Funai. 25 de fevereiro de 1978.** Acervo CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Saída de posseiros também afeta o BB. 01 março de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Sequestro de índio provoca tensão no interior do PR, 10 de fevereiro de 1978.** Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.

O ESTADO DO PARANÁ. **Índios vem à Curitiba denunciar invasão de terras. 10 de dezembro de 1977.** Reportagem de Juracilda Veiga. Arquivo do CIMI-SUL. Luziânia-Go. Pasta: Recortes de Jornais.

O ESTADO. **RIO DAS COBRAS: ONDE A GRILAGEM SE FAZ COM A CONIVÊNCIA OFICIAL. 28 de fevereiro de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

O GLOBO. **Ismarth visita reserva dos índios do Paraná. 21 de fevereiro de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

O GLOBO. **Paraná: índios atacam hoje se colonos não se retirarem, 17 de fevereiro de 1978.** Acervo do Instituto Sócio Ambiental- ISA

O GLOBO. **Tribos se unem no Paraná para expulsar invasores. 24 de março de 1975.** Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

O POVO. **Karaipotan quer expulsão de brancos da reserva indígena, 22 de janeiro de 1978.** Acervo do CIMI-SUL. Pasta: Recortes de Jornais. Luziânia-GO.

VOZ DO PARANÁ. **Os índios do Paraná se preparam para a guerra. 29/jan à 04/fev,1978.** Arquivo do CIMI-SUL. Pasta: Recorte de Jornais. Luziânia-GO.